Saneamento
'Próximo ciclo de privatizações deverá ter 43 projetos e investimentos de R$ 105 bi', diz Christiane Dias Caderno especial

Energia Renovável
Avanço das fontes limpas na matriz elétrica nacional impõe desafio à operação sem onerar o consumidor Caderno especial

Paralimpíada
Ao vencer a prova dos 100 m costas, na categoria S2, o nadador Gabriel Araújo é o primeiro medalhista brasileiro B12

Sexta-feira, 30 de agosto de 2024
Ano 25 | Número 6077 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

Despesas com segurança de Estados e DF crescem 14% acima da inflação no 1º semestre

Fiscal Gastos na área atingiram R$ 55,76 bilhões no período; ritmo de alta é superior ao da expansão de dispêndios totais

Marta Watanabe e Rafael Rosas
De São Paulo e do Rio

Os gastos com segurança pública nos 26 Estados e no Distrito Federal somaram R$ 55,76 bilhões no primeiro semestre do ano, 14,2% acima do mesmo período do ano anterior, em termos reais, ou seja, descontada a inflação. Mesmo sem estarem vinculadas à variação de receitas, as despesas na área tiveram expansão superior à do total de gastos desses entes federativos, que aumentou 9%, também em termos reais. Já os dispêndios com educação e saúde avançaram mais, com altas de 36,5% e 37,4%, respectivamente, descontada a inflação.

Segurança, educação e saúde são o trio de serviços públicos com maior volume de gastos nos Estados. Juntos, representaram 37,2% das despesas de janeiro a junho de 2024. Das três áreas, a única que não tem gastos vinculados às receitas, com obrigatoriedade de obedecer a mínimos constitucionais, é a segurança. Isso explica em parte por que, apesar do avanço dos gastos com segurança nos últimos anos, a fatia dessa área dentro das despesas totais cresceu menos que as de educação e saúde. A participação da segurança ficou em 8,7% em 2018 e chegou a 9,3% em 2023, mas recuou para 9,1% neste ano. Já a educação cresceu de 12,1% em 2018 para 15,1% em 2024 e a saúde, de 10,3% para 13%. Parte do espaço ocupado pelas despesas com segurança, educação e saúde saiu dos gastos da Previdência, cuja fatia caiu de 18,6% para 16,7%.

Fatores como a pandemia de covid-19 e o forte aumento de receitas nos últimos anos explicam parte do quadro atual de despesas nos principais serviços prestados pelos Estados. "Na segurança há uma premência e uma pressão de comprometimento orçamentário muito grande", diz Ursula Dias Peres, professora de gestão de políticas públicas na Universidade de São Paulo. Ela ressalta, porém, que há uma situação heterogênea entre os Estados. Embora tenha gastos com segurança similares em termos absolutos, São Paulo tem população maior que a do Rio, nota Vilma Pinto, da Instituição Fiscal Independente. "O gasto per capita no Rio é maior do que em São Paulo. Mas também é preciso analisar a eficiência no uso dos recursos." **Página A4**

Dólar alcança R$ 5,62 e BC anuncia leilão de US$ 1,5 bi

Gabriel Roca, Victor Rezende e Maria Fernanda Salinet
De São Paulo

O dólar subiu ontem 1,2%, fechando a R$ 5,623. Em meio a um cenário de pressão sobre o câmbio, o Banco Central realizará hoje um leilão extraordinário de até US$ 1,5 bilhão no mercado à vista, o que não ocorria desde abril de 2022.

Ainda repercutindo a indicação de Gabriel Galípolo para a presidência do BC, e com as dúvidas que pairam em relação ao cenário fiscal e ao futuro da política monetária, a moeda subiu durante todo o dia, batendo em R$ 5,66 na máxima. No exterior, o dólar se fortaleceu após a revisão do PIB dos EUA no segundo trimestre, para 3% em termos anualizados. Além disso, a mudança na carteira teórica do índice MSCI, com a entrada de ações brasileiras negociadas no exterior, se tornou outro motivo de pressão sobre o câmbio, porque o ajuste vai gerar saída de recursos do país. **Página C1**

Musk não cumpre ordem, X pode sair do ar e Starlink tem conta bloqueada

Flávia Maia e Isadora Peron
De Brasília

A rede social X comunicou ontem à noite que não cumpriu determinação do ministro Alexandre de Moraes, do STF, de indicar um representante legal no país e afirmou esperar que "em breve" a plataforma seria bloqueada no Brasil. Moraes dera um prazo de 24 horas para a empresa cumprir a decisão. Até o fechamento desta edição, o ministro não determinara a saída do ar do X. Moraes ordenou ainda o bloqueio de contas da Starlink, que também pertence a Musk, para garantir o pagamento de multas impostas à X. A empresa, que presta serviços de internet por satélite, classificou a decisão como "ilegal". Aos clientes, disse que poderá oferecer os serviços gratuitamente, se necessário. **Página B12**

Azul negocia transformar parte da dívida em ações

Cristian Favaro e Fernanda Guimarães
De São Paulo

Em meio a negociações com arrendadores de aeronaves, a Azul descarta um pedido de recuperação judicial nos Estados Unidos (Chapter 11), a exemplo do que ocorreu com Gol e Latam. Em entrevista ao **Valor**, o presidente da aérea, John Rodgerson, disse que, entre as alternativas, está uma emissão de dívida usando a Azul Cargo como colateral, para refinanciar parte dos passivos. A dívida total com esse grupo de credores somava aproximadamente R$ 18 bilhões no fim do 2º trimestre. De acordo com Rodgerson, a expectativa é concluir um acordo em até 60 dias, o que poderá representar um corte de US$ 570 milhões na dívida, convertidos em participação acionária. **Página B1**

Teatro

KENY ANDRADE/VALOR

Renata Sorrah celebra carreira de quase seis décadas com a peça "Ao Vivo - Dentro da Cabeça de Alguém", em cartaz até dezembro no Teatro do Sesi, em São Paulo, em parceria com o diretor e amigo Marcio Abreu e a Companhia Brasileira de Teatro. "Com eles, sinto uma sensação de pertencimento que sempre busquei." EU&

Cimed vai investir R$ 2 bi em expansão

Daniela Braun e Ana Luiza de Carvalho
De São Paulo

A farmacêutica Cimed vai investir R$ 2 bilhões em expansão da capacidade produtiva e R$ 1,5 bilhão em marketing até 2029, apostando em uma maior participação na indústria de bens de consumo. Com o aporte em infraestrutura, a Cimed pretende dobrar a produção para 100 milhões de unidades ao mês. A empresa estuda instalar uma terceira unidade industrial mais próxima das regiões Norte e Nordeste, mas ainda sem previsão de quando ou onde a nova fábrica será erguida. Seu presidente, João Adibe, desistiu, após oito meses de negociações, de comprar a Jequiti, fabricante de cosméticos do grupo Silvio Santos, mas continua buscando ativos no segmento. A Cimed conta com um portfólio de 600 produtos e segue em expansão. **Página B5**

Marçal combina Collor e Bolsonaro, diz Felipe Nunes

César Felício
De Brasília

Candidato do PRTB a prefeito de São Paulo, Pablo Marçal conquista velozmente o eleitor radicalizado de direita — predominantemente homem, de renda média e em grande parte evangélico —, mas sua força vai além disso, analisa Felipe Nunes, da empresa de pesquisas Quaest. Para ele, Marçal ultrapassa essa barreira ao condensar características de Fernando Collor e Jair Bolsonaro, num formato que aproximou a política do entretenimento. A dúvida é se a estratégia pode encontrar um limite com o início hoje do horário eleitoral gratuito, do qual ele está excluído porque seu partido ficou abaixo da cláusula de barreira em 2022. Será um duelo com o prefeito Ricardo Nunes pelos bolsonaristas. Os próximos dez dias serão definidores. **Página A16**

Futuro melhor para o país depende de maior produtividade
Naercio Menezes A15

Destaque

Bolsa passa a subir no ano
A bolsa brasileira teve desempenho positivo em agosto. Até ontem, o Ibovespa registrava alta de 6,57% no mês, deixando outros investimentos para trás. No ano, o índice passou a acumular pequeno ganho de 1,38%. A expectativa de corte de juros nos EUA estimulou a entrada do investidor estrangeiro. **C6**

Indicadores

Ibovespa	29/ago/24	-0,95 %	R$ 20,7 bi
Selic (meta)	29/ago/24		10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	29/ago/24		10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	29/ago/24		5,6352/5,6358
Dólar comercial (mercado)	29/ago/24		5,6225/5,6231
Dólar turismo (mercado)	29/ago/24		5,6593/5,8393
Euro comercial (BC)	29/ago/24		6,2466/6,2478
Euro comercial (mercado)	29/ago/24		6,2274/6,2281
Euro turismo (mercado)	29/ago/24		6,3066/6,4866

Autos e arte

GABRIEL REIS/VALOR

Em novembro, Campos do Jordão (SP) ganhará um museu do automóvel com um conceito novo, que elevará o veículo à condição de obra de arte — integrada a outras, como quadros de pintores famosos, obras indígenas e artesanato de crocheteiras. Tudo alinhado a acontecimentos históricos e uma conexão com os projetos sociais da Fundação Lia Maria Aguiar, razão de existência do futuro museu. Encravado no meio de uma floresta nativa de araucárias, o espaço é mais uma iniciativa que, aos 86 anos, Lia, filha de Amador Aguiar (1904-1991), fundador do Bradesco, põe em prática para expandir o trabalho de filantropia que realiza há 16 anos. A coleção inclui, por exemplo, um McLaren Senna, produzido especialmente para o acervo. EU&

Ambiente Encontro em SP reuniu cerca de 100 executivos, empreendedores, investidores e especialistas

Preparar sociedade para crise climática é tema de evento

Vanessa Oliveira
Um Só Planeta, de São Paulo

Como fazer a mudança de mentalidade de que precisamos para salvar a Terra — e a nós mesmos? Para buscar inspiração e encontrar as soluções para os problemas complexos de um mundo em aquecimento, Um Só Planeta e “Época Negócios” reuniram em São Paulo cerca de 100 executivos, empreendedores, investidores e especialistas em sustentabilidade.

O evento Mind The Gap abordou na terça-feira (27) como podemos construir uma sociedade mais resiliente às mudanças climáticas. O termo em inglês faz alusão à distância que existe entre o trem e a plataforma, um lembrete para prestarmos atenção às discrepâncias entre expectativas e realidade, e trabalhar para saná-las.

Para inspirar as discussões, o encontro teve dois painéis temáticos: um sobre mudança de mentalidade, com participação do professor e ativista indígena Edson Kayapó e da especialista em investimentos sustentáveis e de impacto, Mariana Cançado; e outro sobre adaptação climática nas cidades, com Monique Evelle, fundadora da Inventivos, Pedro Henrique de Christo, urbanista climático, e Roberto Speicys, CEO da startup de mobilidade Scipopulis.

A plateia também pôde assistir a vídeos gravados especialmente para a ocasião.

A futurista Amy Webb destacou a necessidade de mais colaboração entre empresas, governos e cidadãos. Apontou caminhos simples para adaptação, mas que precisam de incentivo, como a instalação de painéis solares transparentes em residências e prédios comerciais, e o investimento em sistemas avançados de monitoramento e análise de dados, para prever padrões climáticos e identificar vulnerabilidades. “Eu não sei exatamente como será o amanhã, mas sei que juntos temos a chance de gerar um impacto positivo”, afirmou.

O cientista Carlos Nobre, referência mundial em estudos climáticos, destacou como a Terra vem quebrando recordes perigosos. “Pensávamos que atingiríamos pela primeira vez um aumento de temperatura de 1,5°C um pouco antes de 2030, mas chegamos a esse ponto sete anos antes. De julho de 2023 até junho de 2024, em todos os meses, esse limite foi ultrapassado. Os oceanos bateram todos os recordes de temperatura, nunca estiveram tão quentes.”

Ele destacou a importância das metas brasileiras para a redução das emissões e do desmatamento e a necessidade de o país abraçar soluções de adaptação, como a agricultura regenerativa, e investir em infraestrutura para proteger comunidades vulneráveis.

Jornalista climático e autor do livro “The Heat Will Kill You First” (“O Calor Vai te Matar Primeiro”, em tradução livre), Jeff Goodell ressaltou que os mais pobres sofrem mais com as ilhas de calor urbano, já que as comunidades de baixa renda têm menos áreas verdes e sombras. Ele propôs soluções como plantar mais árvores, usar telhados brancos e verdes e apostar em construções que utilizem ventilação natural em vez de ar-condicionado para tornar os espaços urbanos mais frescos.

A crise climática, disse Goodell, exigirá mudanças profundas em como projetamos cidades, cultivamos alimentos e gerenciamos o consumo de energia. Apesar dos desafios e do título “apocalíptico” de seu livro, ele acredita que podemos construir um mundo mais justo e equitativo. “Estamos em um momento de extremo perigo com a crise climática, mas também de possibilidades extraordinárias.”

Após momentos de reflexão e debates, CEOs, empreendedores, fundadores de startups, pesquisadores, ativistas ambientais e cientistas compartilharam ideias e recomendações para abordar a crise climática de forma holística e criar um futuro mais resiliente e sustentável.

> “O momento é de perigo, mas de possibilidades extraordinárias”
> *Jeff Goodell*

ALEXANDRE DIPAULA/MIND THE GAP

Pedro Henrique de Christo, Monique Evelle e Roberto Speicys

ALEXANDRE DIPAULA/MIND THE GAP

Convidados defendem mudança de mentalidade e maior diálogo

Veja as principais discussões :

Envolvimento comunitário

As empresas devem colocar as necessidades do cidadão em primeiro lugar para criar soluções colaborativas e inovadoras para os desafios climáticos. As decisões devem considerar o contexto local e as condições específicas das comunidades mais vulneráveis, além de garantir inclusão e representatividade nas discussões. Líderes indígenas e de comunidades periféricas devem estar nas discussões.

Integração e colaboração

Envolver empresas, governo e sociedade civil na criação de soluções é chave para um mundo mais resiliente. Não existe uma única solução: é necessário um esforço coletivo. Intercâmbio de boas práticas empresariais, novas tecnologias e soluções locais de baixo custo pode acelerar o processo.

Adaptação e resiliência

Fio condutor do evento, a importância de preparar e adaptar cidades para eventos climáticos extremos e garantir que esses planos de adaptação sejam inclusivos e antirracistas foi enfatizada pelos participantes. Também foi destacada a urgência de os planos considerarem tanto a gestão de riscos e prevenção quanto a resposta emergencial a desastres.

Diversidade regional

Outro ponto levantado foi a necessidade de direcionar capital às iniciativas e projetos que desenvolvam soluções para uma economia de baixo carbono. Os convidados destacaram a ineficiência do mercado em apoiar iniciativas mais regionais e periféricas, mesmo se tratando de projetos de baixo custo e com alto impacto. Enfatizaram ainda a necessidade de melhorar a alocação de recursos e reconhecer soluções inovadoras em diversas regiões do Brasil.

Ajustes na contabilidade

Parte da solução passa por ajustar os sistemas financeiros e de contabilidade, que não consideram ainda algumas das externalidades negativas dos negócios. As externalidades negativas ocorrem quando as empresas impõem custos à sociedade, prejudicando o bem-estar geral. A ideia se aplica, por exemplo, às emissões de gases de efeito estufa, que geram efeitos negativos sem que os emissores paguem por esses danos.

Regeneração

Os convidados defenderam a busca pela “regeneração”, com objetivo de melhorar e restaurar ecossistemas. Em vez de só reduzir danos, abordagens regenerativas ajudam a criar condições para um ambiente mais saudável e próspero.

Consciência pessoal e coletiva

A mudança também passa por decisões individuais. Fazer reflexões sinceras sobre as próprias ações pode contribuir para a solução dos problemas climáticos. Ações diárias, mesmo que simples, podem se somar a outras e garantir um impacto positivo maior.

> “Sei que juntos temos a chance de gerar um impacto positivo”
> *Amy Webb*

Contagem populacional gera polêmica

Paula Martini, Lucianne Carneiro e Alessandra Saraiva
Do Rio

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) oficializou, nesta quinta-feira (29), que a população brasileira em 2024 é estimada em 212,6 milhões de pessoas. Apesar de já esperada e de fazer parte das estimativas divulgadas pelo instituto na semana passada, a projeção causou confusão devido à diferença em relação aos dados do Censo de 2022.

O primeiro número, divulgado em junho de 2023, apontava para uma população de 203 milhões de pessoas em 2022. A última atualização censitária foi feita semana passada, quando o IBGE divulgou que a diferença entre a projeção para 2022 e a contagem do Censo era de 3,9%.

As projeções foram, então, ajustadas para uma população de 210,9 milhões até 1º de julho de 2022. Na ocasião, o IBGE também divulgou a estimativa populacional de 212,6 milhões até 1º de julho de 2024, a mesma publicada no “Diário Oficial” desta quinta-feira.

Os censos e as projeções têm características diferentes. Enquanto o primeiro é uma contagem de pessoas e domicílios, a única pesquisa que visita todos os locais do país, as projeções englobam outros indicadores, como taxas de nascimento, de mortalidade e de fecundidade. É comum que essas pesquisas passem por revisão, no Brasil e em outros países, mas no caso do Censo de 2022, o que chamou atenção de especialistas foi o tamanho da diferença entre a primeira divulgação e as projeções mais recentes.

Segundo o próprio IBGE, o Censo 2022 foi o que teve maior percentual de ajuste entre a população recenseada e a projeção populacional entre os três últimos, de 3,9%. As taxas foram de 2,2% no Censo 2010 e de 3% no Censo 2000.

Para o economista sênior da LCA Consultores Francisco Pessoa Faria, a discrepância evidencia que o Censo de 2022 tinha mais problemas do que o IBGE admitiu inicialmente. “As diferenças entre o primeiro dado e as projeções atualizadas são uma demonstração de que o Censo de 2022 tinha mais problemas que o IBGE reconheceu na época da divulgação”, disse.

O especialista lembra que o então presidente do IBGE, Cimar Azeredo, disse “ter bastante certeza” do resultado quando foram feitas as primeiras divulgações, em junho de 2023. “Esse número [de 203.062.512 de brasileiros] não vai mudar”, disse Azeredo na época.

O número do Censo, de fato, não passa por revisão. A população continuará sendo de 203 milhões de habitantes em 2022 e esse número será utilizado pelo IBGE para as próximas projeções populacionais até a realização do próximo Censo, previsto para 2030.

Para o economista da LCA, porém, o IBGE deveria ter tratado os resultados de forma mais realista com as condições impostas à realização da pesquisa populacional. “Qualquer pessoa com bom senso saberia que os números preliminares tinham que ser utilizados com muita moderação. O IBGE tinha que ter falado que fez o melhor que deu e faria os ajustes”, defendeu.

Previsto inicialmente para 2020, o Censo foi adiado por causa da pandemia e passou por uma série de problemas, como cortes orçamentários, falta de recenseadores e a recusa de entrevistados em responder a pesquisa.

O professor aposentado da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence), ligada ao IBGE, e demógrafo José Eustáquio Diniz Alves contemporiza que todo Censo tem uma margem de erro, pois o IBGE não consegue visitar todos os domicílios do país. “O que varia é o tamanho desse erro”, observa.

No caso do Censo de 2022, no entanto, a diferença de 3,9% entre a projeção para 2022 e a contagem do Censo foi maior que o percentual considerado adequado pelo demógrafo. “O ideal é que o erro fosse menor, abaixo de 3%. Mas isso não quer dizer que é para jogar o Censo fora”, ressalta.

O especialista também destacou as condições adversas para a realização do Censo 2022 e, apesar dos problemas apontados, elogiou a transparência das revisões dos dados. “Errar não é feio. Feio é esconder o erro. Se o IBGE insistisse que a população é de 203 milhões ficaria desmoralizado porque bases de dados do Ministério da Saúde e de registro civil mostram que não é.”

LEO PINHEIRO/VALOR

> “Se o IBGE insistisse que a população é de 203 milhões ficaria desmoralizado”
> *José Eustáquio Alves*

Os dados publicados nesta quinta também trazem projeções para Estados e municípios, informações que orientam a definição dos valores do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Essas estimativas costumam gerar polêmica porque o repasse do fundo de participação depende do contingente da população de cada cidade. Os municípios são classificados por faixas de tamanho e, caso o recuo da população faça uma cidade mudar de grupo, ela recebe menos recursos. Por isso, prefeituras muitas vezes entram na Justiça para evitar mudanças.

São Paulo segue o mais populoso do país, com 11,9 milhões de habitantes, seguido por Rio de Janeiro (6,7 milhões) Brasília (3,0 milhões), Fortaleza (2,6 milhões) e Salvador (2, 6 milhões).

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Brasil

Atividade econômica
Indicadores agregados

	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	1,37	0,41	0,32	-0,15	0,51	0,67	0,75	0,11	0,05
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	4,1	-1,5	-0,3	1,0	0,2	-0,8	0,9	0,8	0,0
Indústria de transformação	-	4,5	-2,5	0,4	0,9	0,6	0,2	0,5	0,1	0,2
Indústrias extrativas	-	2,5	3,4	-3,6	0,7	-1,3	-6,7	3,7	3,3	-0,4
Bens de capital	-	0,5	-2,2	3,1	-1,5	2,7	11,0	-1,9	-0,5	-0,3
Bens intermediários	-	2,6	-0,9	-1,1	1,2	-0,8	-2,7	1,7	1,7	0,7
Bens de consumo	-	6,8	-2,1	0,5	0,6	1,6	-0,7	1,2	0,1	-0,9
Faturamento real (CNI - %)	-	6,3	-4,8	2,3	-1,4	3,2	-0,7	2,6	0,8	-0,6
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	2,2	-2,4	2,4	-1,6	2,4	0,2	1,6	0,7	-0,2
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-0,1	1,1	0,3	1,3	1,3	1,1	0,4	1,0	0,1
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-1,0	0,9	0,8	0,2	0,9	1,8	-0,7	0,4	-0,1
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	2,7	-1,0	0,8	1,7	-1,6	2,4	0,0	1,1	0,0
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	1,7	-0,4	0,4	0,3	-0,5	0,5	0,5	1,0	-0,5
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	6,9	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,1	0,1	0,0	0,3	0,4	0,6	0,1	0,2	0,6
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	2,2	0,5	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	30.919	29.044	30.255	30.455	27.723	23.429	26.704	28.786	27.886	29.682
Importações	23.279	22.333	21.851	21.886	20.492	18.225	20.512	19.463	19.097	20.501
Saldo	7.640	6.711	8.404	8.568	7.230	5.204	6.192	9.323	8.789	9.181

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	0,41	24,44	1.412,00
ago/24	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080	0,87	0,5770	0,5088	0,3175	-	24,44	1.412,00
2024	**0,50**	**4,59**	**4,59**	**6,46**	**7,09**	**4,48**	**3,80**	**2,50**	**2,70**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**0,87**	**7,09**	**7,09**	**10,22**	**11,20**	**6,79**	**5,60**	**3,89**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para agosto projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência ago/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-julho		Var.	julho		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita Federal						
Imposto de renda total	**505,8**	**454,1**	**11,39**	**71,9**	**64,8**	**10,89**
Imposto de renda pessoa física	45,0	36,6	23,00	5,4	5,2	3,58
Imposto de renda pessoa jurídica	204,1	196,7	3,78	34,1	30,7	11,01
Imposto de renda retido na fonte	256,7	220,8	16,25	32,4	28,9	12,07
Imposto sobre produtos industrializados	43,9	34,5	27,26	6,7	4,9	37,19
Imposto sobre operações financeiras	37,4	34,7	7,81	5,5	5,1	7,65
Imposto de importação	40,1	31,2	28,59	6,7	4,4	52,45
Cide-combustíveis	1,7	0,1	-	0,3	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	234,8	188,3	24,67	35,7	27,9	28,33
CSLL	108,7	101,7	6,90	18,0	16,3	10,59
PIS/Pasep	64,5	52,7	22,42	9,5	7,7	24,05
Outras receitas	492,6	447,4	10,08	76,7	70,7	8,43
Total	**1.529,5**	**1.344,7**	**13,75**	**231,0**	**201,8**	**14,48**

	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor**	Var. %*	Valor**	Var. %*	Valor	Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**
	jun/24		**mai/24**		**jun/23**	
	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
INSS	**49,7**	**1,33**	**49,1**	**-2,76**	**45,9**	**-3,85**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	ago/24	jul/24	2024	2023	12 meses	ago/24	jul/24	dez/23	ago/23
IBGE									
IPCA	-	0,38	2,87	4,62	4,50	-	6.967,89	6.773,27	6.683,28
INPC	-	0,26	2,95	3,71	4,06	-	7.159,57	6.954,74	6.893,93
IPCA-15	0,19	0,30	3,02	4,72	4,35	6.846,50	6.833,52	6.645,93	6.560,89
IPCA-E	-	-	2,52	4,72	4,06	-	-	6.645,93	6.560,89
FGV									
IGP-DI	-	0,83	1,95	-3,30	4,16	-	1.127,10	1.105,54	1.082,59
Núcleo do IPC-DI	-	0,32	2,30	3,48	3,75	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,93	1,43	-5,92	4,10	-	1.312,82	1.294,35	1.262,45
IPA-Agro	-	0,72	2,17	-11,34	4,04	-	1.824,08	1.785,32	1.743,47
IPA-Ind.	-	1,01	1,15	-3,77	4,12	-	1.107,16	1.094,53	1.067,07
IPC-DI	-	0,54	3,01	3,55	4,12	-	755,73	733,67	724,28
INCC-DI	-	0,72	3,55	3,49	4,67	-	1.126,92	1.088,31	1.078,41
IGP-M	0,29	0,61	2,00	-3,18	4,26	1.146,58	1.143,31	1.124,07	1.099,71
IPA-M	0,29	0,68	1,45	-5,60	4,20	1.353,52	1.349,62	1.334,20	1.298,95
IPC-M	0,09	0,30	3,05	3,40	4,19	738,33	737,65	716,46	708,64
INCC-M	0,64	0,69	4,00	3,32	4,84	1.129,64	1.122,45	1.086,15	1.077,50
IGP-10	0,72	0,45	2,36	-3,56	4,26	1.170,28	1.161,97	1.143,35	1.122,49
IPA-10	0,84	0,49	1,90	-6,02	4,21	1.392,81	1.381,26	1.366,78	1.336,50
IPC-10	0,33	0,24	3,31	3,43	4,23	744,76	742,33	720,87	714,51
INCC-10	0,59	0,54	3,88	3,04	4,64	1.111,71	1.105,16	1.070,21	1.062,42
FIPE									
IPC	-	0,06	1,93	3,15	3,17	-	688,31	675,27	665,86

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 2ª prévia ago/24 0,45% e IPC-FIPE 3ª quadrissemana ago/24 0,17%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024	Valor da declaração	-	Campo 7 + Campo 8 + Campo 9
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	
4ª	30/08/2024		2,70%	
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			
7ª	29/11/2024			
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	jun/24		mai/24		jun/23	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**6.946,2**	**62,21**	**6.897,1**	**62,08**	**6.096,5**	**57,92**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-12,8	-0,11	-19,7	-0,18	9,0	0,09
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-912,6	-8,17	-819,0	-7,37	-676,1	-6,42
Dívida fiscal líquida	**7.871,6**	**70,49**	**7.735,9**	**69,63**	**6.763,6**	**64,25**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.706,3	69,02	7.604,4	68,45	6.744,8	64,07
Dívida externa líquida	-760,1	-6,81	-707,3	-6,37	-648,3	-6,16
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.954,1	53,32	5.923,8	53,32	5.169,6	49,11
Governos Estaduais	872,3	7,81	859,1	7,73	821,8	7,81
Governos Municipais	64,4	0,58	61,5	0,55	42,6	0,40
Empresas Estatais	55,4	0,50	52,7	0,47	62,5	0,59
Necessidades de financiamento do setor público	**jun/24**		**mai/24**		**jun/23**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**1.108,0**	**9,92**	**1.061,9**	**9,56**	**662,4**	**6,29**
Governo Federal**	875,9	7,84	871,2	7,84	528,1	5,02
Banco Central	149,3	1,34	107,3	0,97	55,2	0,52
Governo regional	72,6	0,65	73,5	0,66	71,1	0,68
Total primário	**272,2**	**2,44**	**280,2**	**2,52**	**24,3**	**0,23**
Governo Federal	-47,2	-0,42	-47,6	-0,43	-217,6	-2,07
Banco Central	0,6	0,01	0,5	0,00	0,5	0,00
Governo regional	-25,6	-0,23	-23,6	-0,21	-19,7	-0,19

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de junho*

Discriminação	Janeiro-junho		Var.	junho		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita total	**1.320,2**	**1.216,9**	**8,49**	**203,0**	**187,7**	**8,16**
Receita Adm. Pela RFB**	854,4	768,9	11,12	128,1	116,6	9,84
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	302,5	289,1	4,65	49,7	47,9	3,88
Receitas Não Adm. Pela RFB	163,4	159,0	2,77	25,2	23,2	8,55
Transferências a Estados e Municípios	**259,3**	**239,2**	**8,41**	**42,5**	**36,0**	**18,11**
Receita líquida total	**1.060,9**	**977,7**	**8,51**	**160,5**	**151,7**	**5,80**
Despesa Total	**1.128,8**	**1.021,5**	**10,50**	**199,3**	**198,7**	**0,33**
Benefícios Precidenciários	501,9	461,9	8,66	94,6	101,8	-7,00
Pessoal e Encargos Sociais	174,7	171,5	1,89	28,9	28,2	2,62
Outras Despesas Obrigatórias	192,3	158,5	21,38	26,1	24,7	5,96
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	259,8	229,6	13,13	49,6	44,1	12,66
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**-67,8**	**-43,8**	**55,02**	**-38,8**	**-47,0**	**-17,32**

Discriminação	jun/24		mai/24		jun/23	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
Ajustes metodológicos	-0,4	450,94	-0,1	-51,94	-0,2	-
Discrepância estatística	-1,0	-	0,1	-	-1,3	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-40,2**	**-34,02**	**-60,9**	**-**	**-48,4**	**7,71**
Juros Noninimais	**-86,4**	**29,56**	**-66,7**	**-3,99**	**-34,7**	**-44,21**
Result. Nominal do Gov. Central	**-126,6**	**-0,79**	**-127,6**	**110,45**	**-83,2**	**-22,42**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

INÊS 249

Contas públicas Apesar de não terem vinculação obrigatória, gastos dos Estados com a categoria crescem 14,2% em relação ao 1º semestre de 2018

Segurança ganha espaço nas despesas dos governos estaduais

Marta Watanabe e Rafael Rosas
De São Paulo e do Rio

Mesmo sem despesas vinculadas a receitas e alvo de premência revelada por pesquisas de opinião, a segurança pública foi destino de gastos que cresceram em termos reais e em ritmo mais acelerado que as despesas totais dos Estados nos últimos anos.

No primeiro semestre de 2024 esses gastos totalizaram, no agregado dos 26 Estados e Distrito Federal, R$ 55,76 bilhões, 14,2% reais a mais contra iguais meses de 2018. A despesa total agregada dos entes federados cresceu 9% no mesmo período. Educação e saúde avançaram mais, com altas de 36,5% e 37,4%, respectivamente.

Segurança, educação e saúde são o trio de serviços públicos estaduais com maior volume de gastos. Juntos, representaram 37,2% das despesas totais dos Estados de janeiro a junho de 2024. Das três áreas, a única que não tem gastos vinculados a receitas, com obrigatoriedade de obedecer a mínimos constitucionais, é a segurança. Isso explica em parte por que, apesar do avanço da segurança no decorrer desses últimos anos, a fatia dessa área dentro das despesas totais dos Estados cresceu menos que a da educação e saúde. A participação da segurança ficou em 8,7% em 2018, subiu para 9,3% em 2023, mas recuou para 9,1% este ano, com alta de 0,4 ponto percentual em todo o período levantado. A educação cresceu de 12,1% em 2018 para 15,1% em 2024, e a saúde, de 10,3% para 13%. Altas respectivas de 3 e 2,7 pontos percentuais, sempre considerando os gastos do primeiro semestre. Parte do espaço ocupado pelas despesas com segurança, educação e saúde veio dos gastos de Previdência Social, cuja fatia na despesa total caiu de 18,6% para 16,7% de 2018 a 2024, também de janeiro a junho.

Os dados incluem despesas correntes e investimentos e foram levantados pelo **Valor** dos relatórios resumidos de execução orçamentária entregues pelos Estados ao Tesouro Nacional. Os números foram extraídos de 8 a 12 de agosto. Foram considerados valores liquidados e não estão incluídas as despesas intra-orçamentárias.

Fatores conjunturais, como a pandemia de covid-19 e o forte aumento de receitas experimentado pelos Estados nos últimos anos, explicam parte do quadro atual de despesas nos principais serviços prestados pelos Estados, apontam especialistas. *(ver texto abaixo)*

Na segurança pública, os dados apontam grande volume de gastos, apesar de não haver vinculação obrigatória, como há na saúde e educação, diz Ursula Dias Peres, professora de políticas públicas da Escola de Artes, Ciência e Humanidades da USP. "Na segurança há uma premência e uma pressão de comprometimento orçamentário muito grande. E de gastos do próprio Tesouro estadual, e não de recursos vindos de fundos", diz Peres. Ela ressalta, porém, uma situação heterogênea entre os Estados.

SILVIA ZAMBONI/VALOR

"A União não pauta segurança, não tem indução como na educação ou saúde" *Ursula Dias Peres*

Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro estão entre os Estados com maiores despesas na segurança pública, em termos absolutos. Foram no primeiro semestre R$ 8,78 bilhões em Minas, R$ 7,47 bilhões em São Paulo e R$ 7,44 bilhões no Rio. *(ver quadro ao lado)*.

Embora tenham gastos parecidos em termos absolutos, São Paulo tem população bem maior que a do Rio, observa Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI). Segundo o IBGE, o território paulista soma 44,4 milhões de habitantes enquanto o fluminense, 16,1 milhões. "O gasto per capita no Rio, portanto, é maior do que em São Paulo. Mas também é preciso analisar a eficiência no uso de recursos. A discussão não deve ser apenas de nível, mas também de qualidade dos gastos."

O levantamento mostra que há também diferenças significativas na estrutura de despesas. Em Minas, a despesa com segurança representa 18% do gasto total do Estado. Em São Paulo são 4,7% e, no Rio, 15,1%. Na educação e na saúde as participações também divergem entre os três Estados, mas com amplitude menor. São Paulo tem 16,1% e 10,5% das despesas totais na educação e saúde, respectivamente. No Rio, são 8,2% e 8,6%. Em Minas Gerais, são 15,7% e 12,3%, sempre na mesma ordem e no primeiro semestre de 2024.

Para Peres, a heterogeneidade no caso da segurança pública está relacionada à gestão atual da área. "O Sistema Único de Segurança Pública [Susp] existe na letra da lei, mas quem opera a segurança majoritariamente são os Estados, responsáveis por 80% do financiamento. A União não pauta a segurança, não consegue ter indução como tem na saúde, na educação ou na assistência social", avalia.

"Cada Estado faz uma política, tem governança muito diferente na segurança pública, no tipo de tratamento da polícia, nas regras de incorporação de salários, na forma de atuação de repressão ou de inteligência policial, até mesmo no uso de câmeras. A União está tentando regular agora, mas tudo ainda é muito díspar. Essa disparidade de governança se reflete no orçamento", avalia Peres.

Minas Gerais costuma incluir o dado de previdência do regime estatutário no gasto da segurança, o que muitas vezes eleva a despesa em relação a outros Estados que não seguem a mesma contabilização, observa Peres. Em nota, o governo de Minas Gerais informou que os gastos de segurança pública do Estado incluem os militares da reserva "uma vez que o quadro militar não se aposenta no Estado, mas entra em estado de reserva remunerada ao final do período de atividades estabelecido em lei".

O Susp, destaca Vilma Pinto, foi criado em 2018. "Mas há dificuldade de enxergar a institucionalidade desse instrumento. É preciso um trabalho de melhora da governança e eficiência desses gastos." A segurança pública entrou em debate mais recentemente, observa, com a divulgação de pesquisas de opinião pública que revelaram a sensação de insegurança da população.

No caso do Estado do Rio de Janeiro, a falta de uma política abrangente de segurança pública explica os altos gastos na área, diz o professor de sociologia Daniel Hirata, coordenador do Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense (Geni/UFF). Ele ressalta que, no Estado, a característica é basear a estratégia do setor em operações policiais. Hirata pondera que, ao se analisar a letalidade policial, nota-se que em São Paulo as mortes acontecem em maior número em situações de roubo e perseguição. No Rio, diz, a letalidade é maior em operações policiais, um "indicativo da centralidade que as operações ocupam na estratégia de segurança". São operações acrescenta, "extremamente caras", uma vez que demandam grande volume de pessoal, equipamentos, armamentos pesados, veículos e tecnologias. "Essas operações são necessárias. O problema é que se tornaram rotineiras e o principal instrumento de segurança pública. E têm custo muito alto", frisa. No Rio "atacamos mais os sintomas", e não a origem do problema, observa.

De forma geral, diz Peres, há na segurança baixo investimento em inteligência, policiamento investigativo. "Isso nos leva hoje a uma situação muito complicada, porque aumentou muito o crime contra patrimônio e estelionato. E os nossos policiais não estão focados nisso. Temos polícia ostensiva voltada para o enfrentamento de violência, de rua, de tráfico, mas não com uma inteligência investigativa. Estamos enfrentando mais golpes, com crimes via celular, internet. E isso precisa de investimento em software, monitoramento, qualificação, treinamento."

A abertura dos dados de subfunções da segurança pública informados nos relatórios fiscais mostra que no agregado dos 26 Estados e Distrito Federal 29,3% das despesas na área vão para policiamento. Para a subfunção "informação e inteligência" são 2,4%. "É muito baixo, embora a população muitas vezes demande presença policial. As pessoas querem ver ronda", avalia Peres. "E, administrativamente, é mais fácil gastar com pessoal do que fazer licitações complexas que impliquem contratos e gestão específica."

Segundo dados do "Anuário Brasileiro de Segurança Pública" de 2024, a taxa com número de estelionatos a cada 100 mil habitantes cresceu 8,2% em 2023 contra 2022. A de estelionato por meio eletrônico subiu 13,6%.

Procurado, o governo fluminense se afirmou que a segurança pública consome uma fatia maior do orçamento em razão da despesa com a folha de pagamento das forças de segurança e administração penitenciária, "sem acarretar prejuízos aos investimentos nas áreas da saúde e educação". A nota diz que na gestão atual foram investidos mais de R$ 4 bilhões, com foco em tecnologia e modernização das polícias. O Rio, diz a nota, é o Estado que mais adquiriu câmeras corporais para as polícias — somente na Polícia Militar foram mais de 13 mil equipamentos instalados — e ainda terá mais de 5.800 viaturas das forças de segurança com câmeras embarcadas.

Também em nota, o governo de São Paulo diz que é um dos líderes de investimentos em segurança, com mais de R$ 15 bilhões empenhados em 2023. Em volume, significa quase 15 vezes o valor de Estados que investiram cerca de 10% do orçamento, diz a nota. O comunicado diz ainda que o conjunto dos gastos em segurança, administração penitenciária e Fundação Casa soma R$ 11 bilhões, equivalente a 6,9% da despesa total.

Diferentemente de outros Estados, prossegue a nota, o serviço da dívida com a União representa parte considerável das despesas liquidadas (7,9%). Da mesma forma, os gastos com transporte (6,4%) são importantes em São Paulo, em razão de sua extensa malha viária, e tem menor representatividade em outros Estados — muitos com rodovias federais. "São particularidades de cada ente da federação, que não significam baixos valores empenhados no setor", diz a nota.

Educação e saúde ganham mais espaço que segurança

Despesas selecionadas dos Estados como fatia da receita total de Jan-Jun* - %

Assistência Social | Educação | Previdência Social | Saúde | Segurança Pública

Com exceção da Previdência, houve crescimento real nos principais gastos
(Variação real de despesas selecionadas dos Estados de Jan-Jun24/Jan-Jun18 - %)**

Gastos nos principais serviços prestados
Valor da despesa de Jan-Jun de 2024 e participação na despesa total*

Estado	Educação		Saúde		Segurança Pública	
	Valor (R$ bilhões)	Participação (%)	Valor (R$ bilhões)	Participação (%)	Valor (R$ bilhões)	Participação (%)
MG	7,68	15,7	5,98	12,3	**8,78**	**18,0**
SP	25,93	16,1	16,93	10,5	**7,47**	**4,7**
RJ	4,06	8,2	4,27	8,6	**7,44**	**15,1**
BA	5,81	18,0	5,69	17,6	**2,95**	**9,1**
RS	2,86	8,1	4,52	12,7	**2,93**	**8,2**
PR	6,36	21,7	3,34	11,4	**2,42**	**8,3**
PA	3,79	17,8	2,71	12,7	**2,38**	**11,2**
CE	3,02	16,4	2,80	15,2	**2,17**	**11,8**
GO	2,99	15,7	2,44	12,8	**1,95**	**10,3**
MT	2,01	13,0	1,62	10,5	**1,84**	**11,9**
PE	3,53	16,2	4,40	20,2	**1,61**	**7,4**
SC	3,26	14,7	3,28	14,8	**1,60**	**7,2**
AM	2,37	15,6	2,41	15,9	**1,31**	**8,6**
RN	1,27	13,7	0,96	10,3	**1,13**	**12,1**
ES	1,26	10,8	2,14	18,4	**1,04**	**8,9**
AL	0,91	11,5	1,32	16,7	**1,03**	**13,0**
MA	2,68	20,4	2,18	16,6	**1,02**	**7,8**
PB	1,84	21,5	1,31	15,3	**0,95**	**11,1**
MS	1,54	13,7	0,97	8,6	**0,87**	**7,8**
RO	0,90	15,4	0,75	12,7	**0,83**	**14,1**
SE	0,86	12,7	1,33	19,5	**0,73**	**10,7**
PI	1,12	11,4	1,55	15,8	**0,72**	**7,3**
TO	0,92	12,1	1,58	20,7	**0,68**	**8,9**
DF	2,85	16,6	2,23	13,0	**0,58**	**3,4**
AP	0,78	19,1	0,86	21,1	**0,49**	**12,0**
AC	1,07	22,2	0,91	18,8	**0,48**	**9,9**
RR	0,71	19,4	0,79	21,6	**0,36**	**9,7**
Total	92,38	15,1	79,27	13,0	55,76	9,1

Fonte: relatórios resumidos de execução orçamentária dos Estados, com elaboração do Valor. *Despesas liquidadas. **Variação pelo IPCA

Parte dos gastos da pandemia virou permanente

De São Paulo e do Rio

Os diversos impactos da pandemia de covid-19 e uma conjuntura favorável às receitas estaduais favoreceram o crescimento real nos gastos com saúde, educação e assistência social nos últimos anos, apontam especialistas.

No primeiro semestre de 2024 a despesa com educação nos 26 Estados e Distrito Federal somou R$ 92,38 bilhões, alta real de 36,5% contra iguais meses de 2018. Na saúde o gasto foi de R$ 79,27 bilhões, em avanço de 37,4%. Com despesa menor, de R$ 5,55 bilhões de janeiro a junho de 2024, a assistência social cresceu 75,9%.

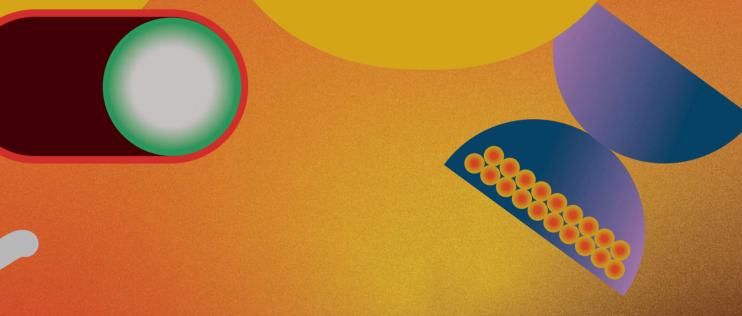
"Os dados ainda refletem a intensificação de prioridades que a pandemia trouxe", diz Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI). "Houve necessidade de reforçar rubricas de assistência social e saúde em meio à crise sanitária. E houve preocupação grande com educação no pós pandemia porque muitos alunos tiveram perdas durante a crise. Houve necessidade de adaptação da forma de ensino, o que demandou investimentos na área. Muito do reforço em termos de participação dessas áreas nas despesas totais está associado a isso."

Ursula Dias Peres, professora de políticas públicas da Escola de Artes, Ciência e Humanidades da USP, lembra que o gasto com educação caiu no período mais agudo da crise sanitária, com o fechamento das escolas, o que levou ao descumprimento dos mínimos constitucionais para a educação em 2020 e 2021. Foi dado um prazo adicional até fim de 2023 para a recomposição dos gastos na área, o que também elevou os gastos na educação em 2022 e 2023, explica. Os Estados devem destinar, no mínimo, 12% da receita de impostos à saúde e 25% à educação.

Vilma Pinto lembra que alguns gastos que vieram na pandemia se tornaram perenes. "Houve hospitais de emergência estabelecidos durante a pandemia que ficaram como legado, pressionando os gastos na saúde. Na assistência social, também houve programas oferecidos pelos Estados que acabaram permanecendo."

Mais recentemente, lembra Peres, houve uma desorganização que resultou na quebra de muitos planos privados, o que também pode ter aumentado a demanda para o serviço de saúde público. Além disso, os Estados experimentaram crescimento extraordinário de receitas em 2021 e 2022, o que possibilitou crescimento dos investimentos. Nas áreas de saúde e educação, destaca, investimentos muitas vezes resultam em novas despesas correntes permanentes.

Parte desses gastos, destaca Peres, veio no espaço deixado pela Previdência, cuja despesa caiu 2 pontos percentuais de 2018 a 2024, de janeiro a junho, como efeito da reforma previdenciária realizada em alguns Estados, embora alguns entes tenham se restringindo a elevar alíquotas de contribuição.

A perspectiva atual, porém, é de redução de receitas, diz Pinto, e nesse quadro os cortes em investimentos tendem a ser o primeiro caminho na segurança pública. Mas se isso não for suficiente, outras rubricas de despesas que não têm proteção da rigidez dos gastos também entram na mira, o que pode atingir a assistência social. A medida, porém, tende a ser evitada, já que é politicamente difícil. "Assim como os benefícios fiscais, os programas sociais são fáceis de conceder, mas é muito difícil tirar." ***(MW e RR)***

Contas públicas Alta da despesa previdenciária é uma das grandes preocupações de especialistas

Projeção de gasto não será subestimada, promete INSS

WENDERSON ARAUJO/VALOR

Alessandro Stefanutto, presidente do INSS: tendência de estabilização do gasto com benefícios previdenciários no segundo semestre deste ano

Jéssica Sant'Ana
De Brasília

A projeção que será apresentada pelo governo para as despesas previdenciárias no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025 será crível e não haverá subestimação de gastos, segundo o presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Alessandro Stefanutto. Essa é uma das principais preocupações dos agentes econômicos em relação à peça orçamentária, devido ao crescimento acelerado do gasto previdenciário neste ano.

"Eu entendo quando os economistas falam que o número [de 2025] vai usar como base [de partida] o gasto de 2024, que pode estar subestimado. Mas eles não olham o qualitativo, que é o trabalho de revisão que estamos fazendo", disse o presidente do INSS ao **Valor**, às vésperas do envio da peça orçamentária ao Congresso Nacional, o que deverá acontecer até sábado (31).

Conforme mostrou o **Valor**, o INSS projetou para 2025 despesas de R$ 964 bilhões com benefícios previdenciários pela chamada ótica orçamentária. Essa conta não inclui sentenças judiciais e Comprev, uma compensação entre o INSS e os regimes próprios, valores que vão ser incluídos na peça orçamentária.

A projeção só com benefícios previdenciários representa alta de 7,3% na comparação com os R$ 898,45 bilhões esperados para este ano, de acordo com o terceiro relatório bimestral de avaliação do Orçamento.

Mas, mesmo com a expectativa de alta, a estimativa pode estar subestimada, de acordo com especialistas, porque eles acreditam que o montante a ser gasto em 2024 será maior, o que faria com que as despesas no ano que vem também sejam maiores que as previstas pelo INSS.

Segundo Stefanutto, os analistas não estão colocando em suas projeções dois fenômenos: o fim do estoque de requerimentos represados, que levavam o governo a pagar diversos meses atrasados de uma só vez; e a revisão que está sendo feita nos benefícios por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença).

Ele afirma que há uma tendência de estabilização do gasto com benefícios previdenciários no segundo semestre deste ano, devido a esses dois fatores. Ele acredita que haverá somente o crescimento vegetativo (natural) do número de beneficiários e que até mesmo esse crescimento pode ser anulado com a revisão em curso.

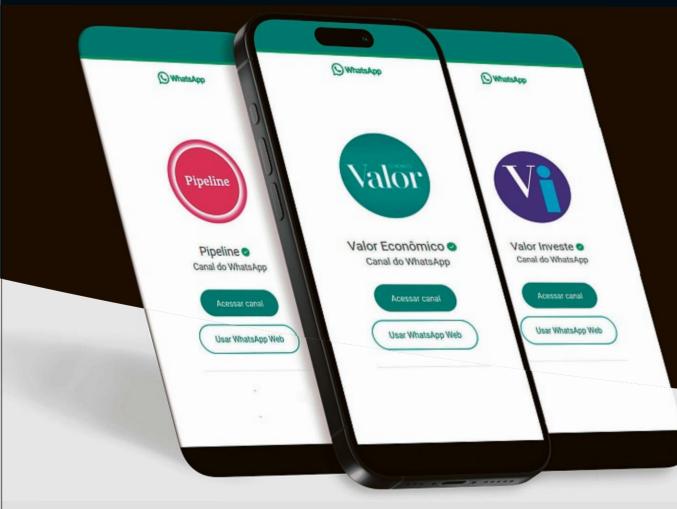
Dados do INSS mostram que a despesa com benefícios em agosto foi de R$ 67,95 bilhões, ante R$ 68,3 bilhões gastos em julho, uma queda nominal de R$ 350 milhões, o que tem animado técnicos da Previdência e da equipe econômica. É a primeira vez no ano que isso acontece, descontando os meses que há pagamento de 13º , o que distorce a comparação. Eles acreditam que ao menos a estabilização do gasto veio para ficar, depois de um primeiro semestre de crescimento da despesa.

Essa economia é explicada pela revisão de 258 mil auxílios-doença em julho e agosto, o que resultou na cessação de 133 mil benefícios que estavam sendo creditados a quem não tinha mais direito. A previsão é que até o fim do ano 800 mil auxílios passem pelo pente-fino.

Sobre o crescimento da concessão do auxílio-doença após a implementação do Atestmed (análise digital do atestado médico, sem passar por perícia presencial), Stefanutto afirma que acontece por alguns motivos. O principal é que o Atestmed não permite prorrogação do auxílio-doença, exigindo que a pessoa entre com novo pedido. Antes, o segurado podia pedir três prorrogações, sem que contasse como nova emissão.

> "Especialistas não olham o trabalho de revisão que estamos fazendo"
> *Alessandro Stefanutto*

A alta também seria reflexo do represamento da concessão que ocorreu no governo Bolsonaro, segundo a atual gestão, e do aumento do número de trabalhadores contribuindo para a Previdência, o que aumenta a base de potenciais beneficiários. Ainda assim, essa curva de crescimento, de acordo com o presidente do INSS, começa a cair a partir de agosto, com o pente-fino que está sendo feito, o que deve estabilizar também os gastos com o auxílio-doença.

A elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2025 está bastante atrasada, informa-se nos bastidores. Porém, a intenção dos técnicos é protocolar a proposta no Congresso Nacional até a meia-noite desta sexta-feira (30). O prazo constitucional para envio da proposta é até o dia 31 de agosto. Como o dia 31 de agosto é sábado, a equipe econômica ficou com um dia útil a menos para fechar a proposta. ***(Colaborou Lu Aiko Otta)***

INÊS 249

Justiça Grupo estima que apenas suborno movimente até 2% do PIB global, ou US$ 1,5 trilhão, ao ano

G20 vê inteligência como arma contra corrupção

Vivian Oswald
Para "O Globo", de Brasília

A inteligência pode ser uma das maiores armas contra as condutas de corrupção, dadas as limitações do Estado e a criatividade dos transgressores. É nisso que aposta o Grupo de Trabalho (GT) anticorrupção do G20, segundo seu coordenador, o brasileiro Vinícius Marques de Carvalho, ministro da Controladoria-Geral da União (CGU).

A ideia é que a transparência das informações sobre ações e serviços prestados pelo Estado, aliada à agenda de integridade do setor privado, feche brechas, aumente o espaço de controle da sociedade e obrigue entes públicos e do mundo corporativo a andar na linha.

"Por mais eficiente que seja a repressão, o aparato do Estado, não só o brasileiro, será sempre insuficiente. O mundo tem olhado outras formas que podem ser complementares à repressão. Elas não foram adotadas com esse objetivo, mas se mostraram eficazes, como a agenda de transparência, para governo e empresas", destaca Carvalho.

Estudo feito a pedido da presidência brasileira do G20, ao qual a reportagem teve acesso, estima que somente subornos movimentam de US$ 1,2 trilhão a US$ 1,5 trilhão (cerca de 2% do PIB mundial) ao ano. Ou seja, o custo econômico e social global da corrupção é certamente bem maior, já que eles são apenas um lado das várias formas de corrupção.

Uma das principais conclusões a que chegou o GT é que a corrupção afeta o crescimento econômico e perpetua distorções, ao aprofundar desigualdades sociais e abrir as portas inclusive para crimes ambientais. É essa a mensagem que o grupo espera levar ao comunicado final a ser acordado entre os líderes do G20 na cúpula de novembro, no Rio.

Recomendações serão incluídas no plano de Ação do GTAC 2025-2027, documento com as prioridades do grupo de trabalho para os próximos três anos. As propostas incluem controles de auditoria fortes para garantir que as despesas públicas com a proteção social e os serviços públicos sejam direcionadas aos fins pretendidos.

Também estão na lista regras para reforçar a transparência e a integridade no lobby para evitar conflitos de interesses e garantir que decisões no processo de políticas públicas sejam tomadas no interesse público. O documento deve prever ainda levar aos bancos das escolas educação cívica e integridade pública.

Uma novidade do GT estaria no destaque ao papel do setor público em incentivar o bom comportamento das empresas e a aplicação das condutas responsáveis do chamado ESG. O Brasil tem exemplos positivos com relação a isso, como o selo Proética, ferramenta que incentiva empresas líderes nos seus setores — só 84 têm o selo hoje.

Tema considerado complexo dentro do G20 é o da recuperação de ativos da corrupção. No Brasil, por exemplo, a Lava-Jato identificou casos de conduta corrupta, fechou acordos de leniência e aplicou multas, mas muitas têm sido contestadas. A recomendação do grupo de trabalho nesse caso é aprofundar os mecanismos de cooperação entre os países e a criação de padrões internacionalmente para que todos "falem uma mesma língua".

"Até os anos 1990, empresas europeias podiam descontar do imposto de renda o que pagavam de propina para obter negócios em outros países. Estamos falando de 30 anos atrás. Deixou de ser dedutível e passou a ser uma violação, que foi se universalizando", disse Carvalho.

O estudo também alerta para o risco de os trilionários mecanismos de financiamento para a transição energética e redução das desigualdades mundo afora que estão sendo debatidos no âmbito do G20 se tornarem alvo de más condutas. Por isso, é preciso criar ou melhorar as ferramentas que garantirão que o dinheiro chegue aonde deve.

A especialista anglo-ganense Mavis Owusu-Gyamfi afirma que fechar os canais de corrupção por si só já ajuda os países a encontrar os necessários recursos para financiar os desafios globais.

"Os números podem estar entre US$ 50 bilhões e US$ 100 bilhões. É dinheiro que está sangrando através da corrupção, ou que sai dos países ilegalmente", afirma ela, que é presidente e CEO do Centro Africano para a Transformação Econômica (ACET), o principal instituto de política econômica de África, think tank que faz parte do T20,

GESIVAL NOGUEIRA KEBEC/VALOR

Vinícius Marques de Carvalho: "Por mais eficiente que seja a repressão, o aparato do Estado será sempre insuficiente"

grupo social do G20 que reúne instituições de pesquisa.

O Brasil tem seus muitos telhados de vidro no quesito corrupção, mas tem oferecido exemplos importantes ao debate. Um deles é o Alice, sistema que usa inteligência artificial (IA) para analisar licitações, contratos e editais nas plataformas de compras eletrônicas que saem dos padrões "normais", que tenha inconsistências ou indícios de fraudes.

Nem tudo o que é selecionado tem problemas. Mas a ferramenta possibilitou a suspensão de licitações com indicações de fraude ou erros no valor de quase R$ 12 bilhões, segundo dados da CGU.

O Alice despertou interesse de integrantes do grupo, entre eles a França. Uma dificuldade para a cooperação e a adoção de medidas bem-sucedidas em outros países, como é o caso do Alice, é que as nações estão em estágios diferentes de desenvolvimento econômico e até mesmo da sua burocracia. Muitos estão longe de ter os dados do governo digitalizados.

Para Carvalho, um dos grandes desafios de calcular o tamanho da corrupção é justamente a capacidade de detectá-la. "Se não tem transparência, a capacidade de detecção diminui muito. O controle da sociedade é muito importante também."

O Relatório de Investimento Mundial de 2023 da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), outro documento que serviu de base para os trabalhos do grupo de trabalho, revela crescente déficit de investimento anual entre os países em desenvolvimento para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030.

São cerca de US$ 4 trilhões por ano — acima dos US$ 2,5 trilhões estimados em 2015, quando os ODS foram adotados. O Fórum Econômico Mundial (FEM) estima que a corrupção custe aos países em desenvolvimento US$ 1,26 trilhão por ano. O montante seria suficiente para tirar 1,4 bilhão de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza por pelo menos seis anos.

> "É dinheiro que está sangrando através da corrupção"
> *Mavis Owusu-Gyamfi*

Para Guilherme France, gerente de Pesquisa e Advocacy da Transparência Internacional Brasil, a corrupção afeta diretamente políticas de combate à fome de combate às desigualdades.

"É só olhar para as discussões em torno dos desvios nas compras de alimentos no Rio Grande do Sul, no contexto das emergências climáticas, nos desvios dos registros de beneficiários de programas sociais. Estou falando aqui dos exemplos que pipocaram nos últimos meses."

Ele diz que também perpetua crimes ambientais, com a impunidade de pessoas e grupos organizados que conduzem os danos — por destruição de florestas, mineração legal e tráfico de fauna.

"A corrupção é elemento inescapável. Digo isso para reforçar a importância de que o trabalho sobre combate à corrupção do G20 não esteja restrito ao GT anticorrupção. Seria ponto de partida fundamental para a resolução dos problemas que elementos de compromisso de promoção da transparência, integridade e combate à corrupção, fossem incluídos de forma mais ampla e transversal para a realização desses objetivos, da promoção do desenvolvimento sustentável e de combate à fome. É importante que isso esteja no documento. E a gente ainda não tem a sinalização de que isso foi efetivamente reconhecido."

France destaca que, embora não tenha efeitos vinculantes, nem crie leis, o G20 dá diretrizes.

"Se você tem o reconhecimento de 19 das maiores economias do mundo, mais União Europeia e União Africana, de que a corrupção é um impeditivo, talvez isso seja um ponto de partida. Até porque esses instrumentos e documentos orientam os espaços internacionais, de discussão da ONU e de outras organizações regionais."

O grupo de trabalho anticorrupção tem colaboração com a Advocacia-Geral da União (AGU) e o Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil.

Ação resgata 593 em situação de escravidão

Mariana Assis
De Brasília

Entre julho e agosto deste ano, 593 trabalhadores em situação análoga ao trabalho escravo foram resgatados no país. O número é 11,65% maior do que o registrado na mesma operação em 2023. Quase metade dos resgates aconteceu em Minas Gerais (291), seguido por São Paulo (83), Distrito Federal (23) e Mato Grosso do Sul (13). Do total de resgatados, quase 72% trabalham na agropecuária, outros 17%, na indústria, e cerca de 11%, em comércio e serviços.

A ação está no âmbito da Operação Resgate IV, composta por órgãos federais responsáveis pela fiscalização e resgate de trabalhadores em situação análoga à escravidão.

Na área rural, as atividades econômicas que mais registraram vítimas estavam no cultivo de cebola (141), da horticultura (82), de café (76) e de alho (59) e cultivo de batata e cebola (84). Já na área urbana, fabricação de álcool (38), administração de obras (24) e atividade de psicologia e psicanálise (18) são os setores que se destacam. Duas trabalhadoras domésticas também foram resgatadas.

A operação também flagrou 18 crianças e adolescentes submetidos a trabalho infantil, sendo que dessas 16 também estavam em condições análogas à escravidão.

Ao longo do mês de agosto, os trabalhadores resgatados já receberam cerca de R$ 1,91 milhão de reais em verbas rescisórias, informou André Roston, coordenador-geral de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Análogo ao de Escravo e Tráfico de Pessoas do Ministério do Trabalho e Emprego. A estimativa total, no entanto, é de R$ 3,46 milhões em indenização, visto que muitos desses pagamentos ainda estão sendo negociados e podem até mesmo ser judicializados.

O diretor substituto da Polícia Rodoviária Federal, Alberto Raposo, destacou que "as pessoas têm sido resgatada em situação totalmente degradantes".

O subprocurador-geral do Trabalho, Fábio Leal, afirmou que os resgatados sabem que estão sendo submetidos a exploração laboral. "Eles sabem que estão sendo explorados, mas não têm outra opção. Eles são enganados, geralmente em promessa de salário vantajosa, mas quando eles chegam nas condições de trabalho veem que é muito diferente."

INÊS 249

DESEMPENHO 2

1º SEMESTRE

SUMÁRIO

FATURAMENTO (PRÊMIO EMITIDO)
2024 R$6,4Bi
2023 R$5,9Bi

INDENIZAÇÕES PAGAS
R$3,1Bi

LUCRO LÍQUIDO
2024 R$696M
2023 R$673M

DIVERSIFICAÇÃO
(Faturamento R$ Milhões)

AUTOMÓVEL	PATRIMONIAL	TRANSPORTES	PESSOAS	RESPONSABILIDADES	DEMAIS RAMOS
R$ 3.669	R$ 1.193	R$ 351	R$ 318	R$ 240	R$ 629
57,3%	18,7%	5,5%	5,0%	3,7%	9,8%

ÍNDICES

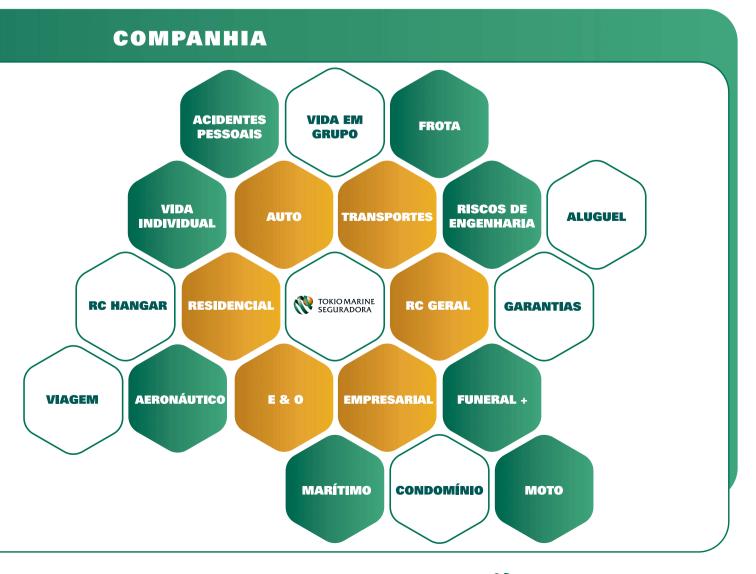
	SINISTRALIDADE	COMERCIALIZAÇÃO	COMBINADO
2024	54,9%	20,7%	89,1%
2023	47,2%	20,4%	87,4%

INFORMAÇÕES PATRIMONIAIS
(Comparativo de junho/2024 com dezembro/2023)

	ATIVO TOTAL	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	SUFICIÊNCIA DE CAPITAL
2024	R$21,2Bi	R$5,2Bi	R$1,7Bi
2023	R$20,1Bi	R$5,0Bi	R$1,6Bi

RATING MOODY'S **AAA.BR**

COMPANHIA

Um Portfólio completo com mais de 90 Produtos e mais de 120 Serviços para garantir tranquilidade e segurança às pessoas e empresas.

AÇÕES ESG

PARCERIA AACD
12 ANOS APOIANDO O TELETON e ajudando milhares de crianças com a participação de Colaboradores e Corretores.

SEMENTES DO BRASIL
Programa de responsabilidade social para capacitação e mentoria de jovens em situação de acolhimento e estudantes de baixa renda para o mercado de trabalho. Formaremos mais de 110 jovens em 2024.

ASSISTÊNCIA SUSTENTÁVEL
+10 TONELADAS
de resíduos coletados.

DOAÇÃO DE
+22 TONELADAS
de alimentos e itens de higiene para auxílio a milhares de famílias impactadas por eventos climáticos extremos.

GESTÃO DE RESÍDUOS
+448 TONELADAS
de veículos sinistrados/sucateados.

SOS RIO GRANDE DO SUL

DOAÇÃO DE
8 TONELADAS
de alimentos e itens de limpeza à Defesa Civil do RS.

DOAÇÕES
DOS COLABORADORES
Coleta e envio das doações dos nossos colaboradores ao Rio Grande do Sul.

TOKIO MARINE HALL
como ponto de coleta de doações que foram enviadas para o RS, em parceria com a Azul Linhas Aéreas.

ATENDIMENTO
EXCLUSIVO
Colaboradores e Prestadores dedicados ao atendimento dos Corretores e Clientes no Rio Grande do Sul.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023 *(Em milhares de Reais)*

ATIVO	30/06/2024	31/12/2023
CIRCULANTE	**14.261.946**	**11.925.421**
DISPONÍVEL	**159.923**	**46.688**
Caixa e bancos	159.923	46.688
EQUIVALENTE DE CAIXA	**115.890**	**-**
APLICAÇÕES	**3.344.458**	**2.256.854**
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS	**4.886.084**	**4.677.232**
Prêmios a receber	4.631.201	4.445.180
Operações com seguradoras	70.217	58.969
Operações com resseguradoras	184.666	173.083
OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS	**693.244**	**650.524**
ATIVOS DE RESSEGURO E RETROCESSÃO	**3.471.382**	**2.761.589**
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	**258.480**	**326.623**
Títulos e créditos a receber	153.561	187.839
Créditos tributários e previdenciários	86.010	125.287
Outros créditos	18.909	13.497
OUTROS VALORES E BENS	**235.438**	**171.386**
Bens à venda	172.524	96.642
Outros valores	62.914	74.744
DESPESAS ANTECIPADAS	**25.509**	**20.382**
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	**1.071.538**	**1.014.143**
Seguros	1.071.538	1.014.143
NÃO CIRCULANTE	**6.951.422**	**8.197.822**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**5.271.250**	**6.534.726**
APLICAÇÕES	**2.990.415**	**4.308.630**
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS	**175.897**	**266.549**
Prêmios a receber	174.241	265.296
Operações com seguradoras	1.656	1.253
OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS	**3**	**-**
ATIVOS DE RESSEGURO E RETROCESSÃO	**545.627**	**542.505**
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	**1.433.609**	**1.302.199**
Títulos e créditos a receber	30.318	9.711
Créditos tributários e previdenciários	444.194	357.115
Depósitos judiciais e fiscais	959.097	935.373
OUTROS VALORES E BENS	**33.381**	**38.228**
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	**92.318**	**76.615**
Seguros	92.318	76.615
INVESTIMENTOS	**1.603.885**	**1.589.589**
Participações societárias	1.603.885	1.589.589
IMOBILIZADO	**47.998**	**46.603**
Imóveis de uso próprio	9.349	9.349
Bens móveis	31.671	30.116
Outras imobilizações	6.978	7.138
INTANGÍVEL	**28.289**	**26.904**
Outros intangíveis	28.289	26.904
TOTAL DO ATIVO	**21.213.368**	**20.123.243**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30/06/2024	31/12/2023
CIRCULANTE	**13.478.163**	**12.622.011**
CONTAS A PAGAR	**774.665**	**980.326**
Obrigações a pagar	324.765	539.831
Impostos e encargos sociais a recolher	311.174	325.834
Encargos trabalhistas	47.697	34.803
Impostos e contribuições	88.925	77.678
Outras contas a pagar	2.104	2.180
DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS	**2.456.006**	**2.320.210**
Prêmios a restituir	12.674	11.199
Operações com seguradoras	232.724	234.013
Operações com resseguradoras	1.421.992	1.306.708
Corretores de seguros e resseguros	705.332	692.810
Outros débitos operacionais	83.284	75.480
DEPÓSITOS DE TERCEIROS	**95.175**	**45.276**
PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS	**10.144.561**	**9.268.798**
Danos	9.896.069	9.033.351
Pessoas	195.629	188.849
Vida individual	52.863	46.598
OUTROS DÉBITOS	**7.756**	**7.401**
Débitos diversos	7.756	7.401
NÃO CIRCULANTE	**2.573.601**	**2.491.525**
CONTAS A PAGAR	**35.244**	**33.054**
Obrigações a pagar	35.244	33.054
DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS	**61.621**	**99.282**
Operações com seguradoras	9.320	55.314
Operações com resseguradoras	19.091	19.188
Corretores de seguros e resseguros	31.007	23.150
Outros débitos operacionais	2.203	1.630
PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS	**1.478.550**	**1.384.330**
Danos	1.370.027	1.275.922
Pessoas	70.386	68.609
Vida individual	38.137	39.799
OUTROS DÉBITOS	**969.124**	**941.978**
Provisões judiciais	969.124	941.978
DÉBITOS DIVERSOS	**29.062**	**32.881**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**5.161.604**	**5.009.707**
Capital social	2.373.780	2.373.780
Reservas de lucros	2.369.069	2.671.166
Ajuste de avaliação patrimonial	(125.374)	(35.239)
Lucros acumulados	544.129	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**21.213.368**	**20.123.243**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais), exceto a quantidade de ações e o lucro líquido por ação

	30/06/2024	30/06/2023
Prêmio emitido	6.400.458	5.923.790
(+/-) Variações das provisões técnicas de prêmios	(417.905)	(530.984)
(=) PRÊMIOS GANHOS	**5.982.553**	**5.392.806**
(-) Sinistros ocorridos	(3.282.273)	(2.543.216)
(-) Custos de aquisição	(1.235.717)	(1.101.785)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	(86.057)	(90.873)
(+/-) Resultado com resseguro	(194.324)	(482.480)
(+) Receita com resseguro	570.416	191.860
(-) Despesa com resseguro	(787.059)	(682.344)
(+/-) Outros resultados com resseguro	22.319	8.004
(-) Despesas administrativas	(359.523)	(333.306)
(-) Despesas com tributos	(172.692)	(161.730)
(+/-) Resultado financeiro	334.469	301.506
(+/-) Resultado patrimonial	60.241	49.060
(=) RESULTADO OPERACIONAL	**1.046.677**	**1.029.982**
(+/-) Ganhos / Perdas com ativos não correntes	(110)	406
(=) RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	**1.046.567**	**1.030.388**
(-) Imposto de renda	(195.025)	(193.534)
(-) Contribuição social	(119.058)	(119.528)
(-) Participações sobre o lucro	(36.825)	(43.954)
(=) LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	**695.659**	**673.372**
(/) Quantidade de ações	4.303	4.624.967.421
(=) Lucro líquido por ação	161.668,53	0,15

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ ADALBERTO FERRARA - Conselheiro-Presidente
YASUHIRO KIMURA - Conselheiro
MASAHIRO KOIKE - Conselheiro

DIRETORIA

JOSÉ ADALBERTO FERRARA - Diretor-Presidente

MARCELO GOLDMAN - Diretor Executivo
LUIS FELIPE SMITH DE VASCONCELLOS - Diretor Executivo
MASAAKI ITAKURA - Diretor Executivo
ADILSON IGNÁCIO LAVRADOR - Diretor Executivo
DANIEL DIBE DA SILVA - Diretor Executivo
ROSETE BOUKAI NETA - Diretora Executiva

ATUÁRIO

RUSSIEL MOSCON
MIBA 983

CONTADOR

FILIPE RIBEIRO ALVES FERREIRA
CRC 1SP292175/O-8

Lula, Boulos e a esquerda que sabota a esquerda

Andrea Jubé

É sempre bom relembrar aos incautos: o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) venceu o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por um triz. Por uma margem apertada de apenas 2,1 milhões de votos, ou 1,8% dos votos válidos. O petista obteve 60,3 milhões de votos, e o adversário 58,2 milhões, num universo de quase 21% de eleitores ausentes.

Quem não identifica nesses números a expressão de um eleitorado majoritariamente conservador, que por pouco não manteve Bolsonaro e a direita radicalizada por mais quatro anos no poder, ignora a verdade dos números, ou vive em uma bolha.

É diante dessa realidade que os políticos alinhados ao projeto de poder de Lula e do deputado Guilherme Boulos (Psol) para conquistar a Prefeitura de São Paulo deveriam se indignar em dobro com o episódio da execução do hino nacional em linguagem neutra — "Des filhES deste solo és mãe gentil ..." — , no comício do dia 24, e, igualmente, reagir ao aparente erro de estratégia na campanha do ex-líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). "Na hora em que deveria encarnar o líder combativo do MTST, Boulos está fazendo coraçõezinhos", criticou um aliado que não integra a campanha, mas tem trânsito no gabinete de Lula.

A interpretação do hino em linguagem neutra, com Lula e Boulos no palanque, deu munição para as redes bolsonaristas explorarem à exaustão o tema nas plataformas digitais, terreno onde a esquerda ainda engatinha. Uma das "fake news" mais disseminadas pelo bolsonarismo, desde a campanha presidencial de Fernando Haddad em 2018, é de que a ascensão da esquerda ao poder iria permitir a instalação generalizada de banheiros unissex e a adoção da linguagem neutra ("bom dia a todes") nas escolas públicas.

O episódio agrava-se, ainda mais, pela falta de ineditismo. Antes, é preciso sublinhar que a agenda identitária, em defesa dos direitos das minorias, é relevante e necessária. Contudo, no contexto de uma sociedade polarizada, onde é preciso disputar o voto conservador com uma direita em ascensão, há situações em que essa bandeira não precisa ser hasteada no palco, sob pena de a esquerda sabotar a esquerda.

Refrescando a memória: em 8 de maio de 2022, no lançamento da chapa Lula-Alckmin, a apresentadora do evento anunciou que faria um "escurecimento ou esclarecimento". Uma referência à pauta identitária, que enxerga no termo "esclarecimento" uma expressão racista.

"É importante avisar, e deixar claro ou escuro, que hoje [...] nós estamos lançando um movimento", esclareceu. Não houve consequências mais graves, e Lula venceu o pleito. Mas, naquele dia, aquela fala dividiu os holofotes da imprensa quando todas atenções deveriam se voltar para a união histórica de dois ex-adversários, que formaram uma frente ampla para barrar o avanço da direita radical no país.

Em novo episódio, já no governo Lula, em outubro de 2023, a ministra da Saúde, Nisia Trindade, teve de ir a público pedir desculpas e esclarecer que desconhecia a contratação de uma artista trans que apresentou uma dança erótica, ao som do coro "batecu", em um evento do ministério. Novamente, o episódio serviu de munição para as redes bolsonaristas, levando à demissão do diretor de Prevenção e Promoção da Saúde.

Por essas e outras, lideranças do governo e de centro-esquerda, com a qual o Executivo diz se identificar, deveriam se reunir para refletir se há ocasiões em que a esquerda sabota a esquerda, e qual a dimensão dos prejuízos.

Pela falta de ineditismo desse tipo de trapalhada de alas da esquerda é que soa pueril a alegação da direção da campanha de Boulos de que foi surpreendida pela execução do hino em linguagem neutra. O argumento também é grave porque passa a impressão de falta de hierarquia e desorganização interna em uma campanha que tem a relevância de um embate presidencial.

Nos bastidores, Lula afirmou a interlocutores que, nestas eleições, só pretendia se engajar de corpo e alma na campanha pela Prefeitura de São Paulo. Sua digital ficou na escolha pessoal da ex-prefeita Marta Suplicy (PT) como vice de Boulos.

A coluna apurou que Lula já confidenciou a Boulos um raciocínio. Se o deputado do Psol vencer a disputa, a vitória será coletiva, atribuída ao candidato, a Lula, ao Psol, ao PT, ao time da campanha. Se Boulos perder, a derrota será de Lula, e vai fragilizá-lo para a sucessão presidencial em 2026.

A inconveniência da agenda identitária em alguns eventos parece um mal menor diante de um possível erro de cálculo da campanha de Boulos, que também é de Lula. Na avaliação de uma fonte com experiência em campanhas presidenciais, a campanha de Boulos precisa de um ajuste de rota porque o principal adversário deixou de ser o prefeito Ricardo Nunes (MDB) e passou a ser o ex-coach Pablo Marçal (PRTB).

Para esta fonte, Boulos tem de reencarnar o líder do MTST, de perfil combativo, e partir para o confronto direto com Marçal, na mesma toada de Tabata Amaral (PSB). "O Duda Mendonça errou quando dizia que o candidato que bate, perde", analisa esta fonte, citando o publicitário baiano que cunhou o "Lulinha paz e amor". Acha que em 2002, o personagem funcionou porque o adversário era o PSDB, quando a "política era civilizada". Com Marçal, tem que ser "na porrada", alertou.

Andrea Jubé é repórter de Política em Brasília. Escreve às sextas-feiras
E-mail andrea.jube@valor.com.br

Poderes Decisão foi anunciada depois de reunião entre Barroso e governo; Congresso se ausentou

STF estende prazo para proposta de transparência para emendas

De Brasília

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu dar mais dez dias para o Executivo e o Legislativo apresentarem uma nova proposta para dar mais transparência ao pagamento das emendas parlamentares ao Orçamento. O prazo inicial terminava nesta sexta-feira (30).

A decisão foi comunicada após uma reunião entre o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, com integrantes do governo, que também contou com a presença do ministro Flávio Dino, relator das ações sobre o tema na Corte. Não havia representantes do Congresso no encontro.

Em nota, o Supremo disse que o encontro tratou do "andamento das negociações entre o Legislativo e o Executivo, em cumprimento do que foi decidido em reunião no dia 20 de agosto".

"Os ministros do Executivo reportaram o estágio atual da discussão e pediram mais dez dias para a apresentação dos procedimentos para pagamento das emendas, prazo com o qual o relator concordou", disse a Corte.

O texto afirmou ainda que, posteriormente, "será feita a análise técnica cabível e submissão das ações judiciais ao plenário do STF".

Na saída da reunião, Barroso havia afirmado que a negociação iria continuar "mais um pouquinho". Ele não falou sobre o novo prazo e disse apenas esperar que houvesse um resultado "em breve".

Como representantes do governo participaram do encontro o ministro da Casa Civil, Rui Costa, e o advogado-geral da União, Jorge Messias.

Dino foi o responsável por suspender o pagamento das emendas. A decisão do ministro foi depois referendada por unanimidade pelo plenário da Corte. Diante do impasse, integrantes dos três Poderes se reuniram e firmaram um acordo para dar mais transparência à distribuição dessas verbas.

A expectativa era que o Congresso votasse ainda na quinta-feira (29) um projeto com esse objetivo, mas a avaliação é que ainda há necessidade de ajustes no texto.

Na quarta-feira (28), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fez uma reunião com líderes do governo e ministros para discutir o assunto. O **Valor** apurou que Lula também se reuniu com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) para tratar do tema.

Na quinta, pela manhã, Lira voltou a conversar com o ministro da Casa Civil. Um dos impasses para a conclusão do acordo é como ficarão as emendas de comissão, oriundas do antigo orçamento secreto.

No Congresso, a avaliação é que a elaboração da regulamentação está restrita às cúpulas do Legislativo e a maioria dos parlamentares está excluída das negociações. Assim, parte já se insurge contra o texto que ainda nem foi divulgado.

Por enquanto, o formato do acordo está em negociação entre Lira, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e Rui Costa. Vários líderes consultados pelo **Valor**, na Câmara e no Senado, disseram que ainda não participaram de conversas para discutir esse projeto e que não sabem do conteúdo.

Pacheco e Lira reuniram-se na terça-feira e fecharam uma proposta para regulamentar o acordo feito no STF. O documento foi enviado ao Executivo, que promoveu reuniões ainda na noite de terça-feira e ao longo da quarta-feira, inclusive com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), para debater a proposta.

Pelo acordo firmado na semana passada, as "emendas Pix" (transferências diretas para Estados e municípios, sem necessidade de convênio) terão que informar o objetivo do recurso e serão fiscalizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU); as emendas de bancada estadual não poderão ser individualizadas e terão que ser gastas em projetos "estruturantes"; e as emendas de comissão irão para projetos de interesse nacional ou regional "em comum acordo com o governo".

Diversos deputados e senadores criticaram essas propostas desde então. Para eles, o Congresso não vai abrir mão do envio de recursos para suas bases eleitorais e não chancelará nenhuma perda de poder, mesmo por pressão do STF.

Para que o projeto tenha validade, é preciso que seja aprovado pelo plenário da Câmara e do Senado com apoio da maioria absoluta de seus integrantes: 257 dos 513 deputados e 41 dos 81 senadores. ***(Isadora Peron, Flávia Maia, Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro, Julia Lindner, Caetano Tonet e Renan Truffi)***

ROSINEI COUTINHO/SCO/STF

Barroso: presidente do Supremo, à saída do encontro, informou que a negociação iria continuar "mais um pouquinho" e que espera um resultado "em breve"

Contra Musk, Moraes segue a trilha do Pastor Sargento Isidório

Análise

Maria Cristina Fernandes
São Paulo

Como o capital do X foi fechado depois de sua aquisição por Elon Musk, há mais de dois anos, não há como saber o quanto a ameaça de suspensão de suas atividades no Brasil, feita pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre Moraes, repercutiria nas contas da empresa.

Embora não rasgue dinheiro, Musk já deu sinais de que está disposto a colocá-lo a serviço dos bastiões da extrema-direita, em linha com um modelo de negócios em que o ódio gera mais engajamento e lucro.

Basta ver o que Musk fez com o X. Ao cobrar pelo acesso exclusivo ("premium") em vez de ampliar o espaço para propaganda, demonstra que quer manter a plataforma sob suas próprias regras em vez de ceder às regras de monetização que obrigam um ambiente mais transparente.

Ao fazê-lo, acabou se antecipando ao debate provocado pela nova lei da União Europeia de serviços digitais ("Digital Services Act"), cujo regramento para a publicidade dirigida e a responsabilização das plataformas vem sendo bombardeada pelas gigantes do setor. A França valeu-se desta nova regulamentação para prender o presidente do Telegram, Pavel Durov, na semana passada, por disseminação de conteúdo de pedofilia e tráfico de drogas.

A investida de Musk converge com o tudo-ou-nada da campanha de recondução do candidato republicano, Donald Trump, à Casa Branca. A ofensiva antitruste do Departamento de Justiça contra as plataformas, durante o governo Joe Biden, deu novo ímpeto à sua militância trumpista.

A determinação de Moraes em seu embate contra Musk dá-se no vácuo regulatório do Brasil, do Legislativo ao Executivo. O Congresso sentou em cima do projeto de lei 2630, de regulação das redes sociais e a Secretaria de Direitos Digitais, do Ministério da Justiça, tem atuado timidamente no setor.

> Empresário já deu sinais de que está disposto a colocar o X a serviço da extrema-direita

Além disso, a Anatel, loteada politicamente, também não tem tido papel um proativo no tema, nem tampouco o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, o Cade. Na ausência dessas instituições, a chance de uma mediação entre o ministro do Supremo e o dono do X é praticamente zero.

Ao notificar as contas da Starlink, Moraes não se arvorou a intervir nos negócios desta empresa, cujos serviços de satélite tem grandes clientes públicos, como as Forças Armadas, e privados, no agronegócio nacional. Restringiu sua decisão ao bloqueio das contas para fins de pagamento das multas do X. Cobrou a designação dos representantes legais do X, retirados do país por Musk, e dobrou a aposta da suspensão caso persista a desobediência das decisões judiciais. O Brasil não é o único lugar do mundo em que o X enfrenta restrições mas é um dos países em que Musk atua de maneira mais insubordinada.

É grande a chance de o tema vir a se misturar com a avalanche dos processos contra Pablo Marçal, candidato do PRTB à Prefeitura de São Paulo. Tanto o X quanto o Google questionaram, no Tribunal Regional Eleitoral, a suspensão dos perfis do candidato. Ninguém mais duvida que o tema vá parar no Tribunal Superior Eleitoral, onde a ministra Cármen Lúcia, presidente da Corte, não deu nenhuma pista de que seguirá o rumo de seu antecessor.

No início do governo Jair Bolsonaro, o deputado federal Pastor Sargento Isidório (Avante-BA), foi à tribuna discursar contra a liberação de armas de uso exclusivo dos militares. Policial militar da reserva, líder de greves policiais no seu Estado, Isidório propôs, em discurso no plenário, a formação de uma comissão de parlamentares para ir negociar com Bolsonaro, da qual se propôs a participar: "Pra conversar com um doido, só outro doido". Se os casos se imiscuírem em Brasília, Moraes se fiará em Isidório para dobrar a aposta contra Musk e Marçal.

Ver também página B12

Eleições Na TV, a propaganda dos majoritários será exibida às 13h e às 20h30, de segunda a sábado

Horário gratuito começa em São Paulo com quatro candidatos e sem Marçal

Cristiane Agostine e Lilian Venturini
De São Paulo

A campanha pela Prefeitura de São Paulo entra em nova fase a partir desta sexta-feira (30), com o início do horário eleitoral gratuito. Dois dos três candidatos mais bem colocados nas pesquisas de intenção de voto, Guilherme Boulos (Psol) e Ricardo Nunes (MDB), vão apostar no peso de padrinhos políticos para atrair votos. Já Pablo Marçal (PRTB) ficará fora da propaganda veiculada nas estações de rádio e nos canais de televisão.

Dos dez candidatos à prefeitura paulistana, só quatro terão direito à propaganda: Boulos, Nunes, Tabata Amaral (PSB) e Datena (PSDB). Os demais, como Marçal, estão filiados a partidos que não atingiram a chamada cláusula de barreira nas eleições de 2022 e, por isso, não têm tempo de TV e rádio.

Com mais de 60% do tempo de propaganda, Nunes avalia que o horário eleitoral poderá dar um novo fôlego à sua candidatura, depois de aparecer numericamente atrás de Marçal na pesquisa mais recente do Datafolha. No levantamento, Boulos estava com 23%, Marçal com 21% e Nunes com 19%.

O prefeito se apresentará como alguém que veio da periferia e mostrará suas ações como continuidade da gestão de Bruno Covas (PSDB). Eleito vice de Covas em 2020, Nunes assumiu a prefeitura um ano depois, com a morte do então prefeito. Em busca do apoio de bolsonaristas, que estão migrando para Marçal, vinculará sua imagem à do governador do Estado, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Nas inserções, tentará desconstruir o candidato do PRTB.

Boulos buscará reduzir a rejeição ao apresentar sua trajetória e propostas, e reforçará sua aliança com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O candidato exibirá também o apoio dos ex-prefeitos Luiza Erundina (Psol), Fernando Haddad (PT) e Marta Suplicy (PT), sua vice na chapa, e legados dessas gestões. Com Lula na TV, tentará atrair o eleitorado de baixa renda.

Tabata também mostrará sua origem na periferia, exaltará sua atuação como deputada federal e exibirá o vice-presidente Geraldo Alckmin e o ministro Márcio França, ambos do PSB. Já Datena pretende usar sua popularidade como apresentador de TV para atacar os problemas da atual gestão.

Com 12 partidos coligados, Nunes terá 6min30s. Boulos, com seis siglas, terá 2min22s. Datena terá 35 segundos e Tabata, 30 segundos. O prefeito também terá mais inserções — propagandas curtas exibidas ao longo da programação, entre 5h e meia-noite, inclusive aos domingos. As inserções são vistas como ativo importante pelas campanhas pelo efeito surpresa e porque podem chegar a eleitores que não têm hábito de assistir à propaganda nos horários fixos. Nunes terá, no total, 1.913 inserções, cerca de 30 minutos. É quase o triplo de Boulos (700 inserções). Datena terá 174 e Tabata, 151.

Os programas vão até 3 de outubro, três dias antes do primeiro turno. São dois blocos diários, de 10 minutos cada, para candidatos a prefeitos. No rádio, haverá um programa às 7h e outro às 12h. Na TV, as exibições são às 13h e às 20h30, de segunda a sábado. A propaganda dos vereadores será veiculada ao longo do dia.

O tempo da propaganda é dividida entre os candidatos de acordo com a bancada eleita pelos partidos da chapa. Só têm direito quem está filiado ou coligado a partidos que elegeram pelo menos 11 deputados federais em 2022 ou que atingiram 2% dos votos válidos em pelo menos 9 unidades da Federação. Essa regra tira partidos como o PRTB, de Marçal. A eles resta fazer campanha nas ruas e nas redes sociais. Apesar de as plataformas digitais terem peso na estratégia de comunicação, pesquisa Quaest feita em 2022 mostrou que 43% dos eleitores que ganhavam até dois salários mínimos buscavam informações sobre política na TV e 23%, nas redes. Acima de cinco salários, 33% buscavam na TV e 32%, nas redes.

Candidatos no rádio e na TV
Propaganda gratuita no 1º turno vai de 30 de agosto a 3 de outubro

Candidatos	Tempo no horário eleitoral (segunda a sábado)	Tempo total de inserções diária (divididas ao longo da programação)
Ricardo Nunes (MDB)	6min30s	27min20s
Guilherme Boulos (Psol)	2min22s	10min
José Luiz Datena (PSDB)	35s	2min29s
Tabata Amaral (PSB)	30s	2min10s

Fonte: TRE-SP

No Rio, desafio da maioria é superar desconhecimento

Camila Zarur
Do Rio

Para romper o desconhecimento e fazer frente à ampla liderança do prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), candidatos ao Executivo carioca vão aproveitar o início do horário eleitoral gratuito para se apresentarem aos eleitores. Paes, por sua vez, defenderá seu legado no Palácio da Cidade. O programa começa nesta sexta-feira (30) e será exibido das 13h às 13h10 e das 20h30 às 20h40.

A ordem dos postulantes foi definida por sorteio pela Justiça Eleitoral. Quem abrirá o horário eleitoral é Tarcísio Motta (Psol), que tem o menor tempo de TV e rádio, apenas 27 segundos. Em seguida, será a vez do bolsonarista Alexandre Ramagem (PL), que está na outra ponta de tempo de propaganda: 3min28s.

Seguindo a ordem, será a vez do também bolsonarista Rodrigo Amorim (União Brasil), com 1min15s. Logo depois, é a vez de Paes, que tem o segundo maior tempo, 3min26s. Fechando o horário eleitoral de sexta está Marcelo Queiroz (PP), com 1min22s. Nos próximos dias, será feito um rodízio, em que o último partido veiculado no programa anterior abrirá o do dia seguinte.

Encabeçando a estratégia de "apresentações", o marqueteiro Paulo Vasconcelos, responsável pela campanha de Ramagem junto com o publicitário Guillermo Raffo, repetirá a fórmula bem sucedida que elegeu o governador do Rio, Cláudio Castro (PL), no primeiro turno de 2022. O bolsonarista e ex-chefe da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) durante o governo de Jair Bolsonaro quer reverter sua taxa de desconhecimento.

De acordo com a última pesquisa Quaest, 55% dos eleitores ainda não conhecem Ramagem, e apenas 16% sabem quem ele é. A campanha espera que aumentando esse percentual, o candidato consiga avançar nas pesquisas — hoje tem só 9% das intenções de votos.

Além de se apresentar, Ramagem também abordará a questão da segurança e ordem pública na cidade. Sua tese é de que o Rio precisa enfrentar o problema agora, pois, como tem dito nas entrevistas e agendas eleitorais, a capital fluminense está passando do seu "ponto de não retorno".

Apesar de se segurar no apoio de Bolsonaro para impulsionar sua candidatura, Ramagem não terá a participação do ex-presidente nos primeiros programas do horário eleitoral. O líder bolsonarista, no entanto, será mencionado pelo candidato, que reforçará ter o ex-mandatário ao seu lado.

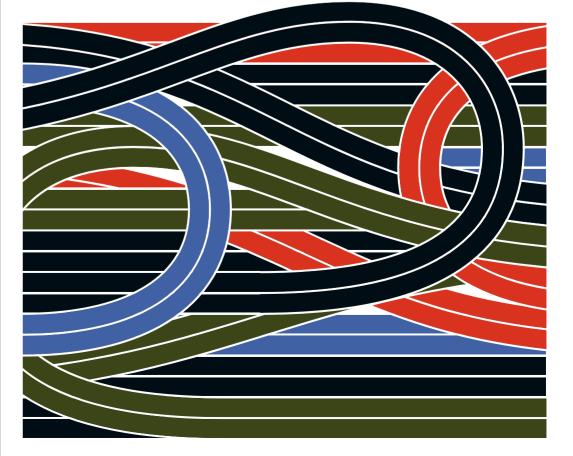
A estratégia de se apresentar ao público também será adotada por Amorim e Queiroz. O primeiro manterá a tônica explosiva, mostrando cenas de embates que teve como deputado estadual na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj). Embora sua campanha seja uma espécie de linha auxiliar de Ramagem, Amorim quer aproveitar a disputa para se tornar mais conhecido no Rio. Para isso, seu programa vai ter uma pequena biografia dele junto com imagens suas ao lado de Bolsonaro.

Queiroz contará sua trajetória na política, mostrando que já foi vereador, secretário municipal e estadual e ocupou uma cadeira na Alerj, além de ser hoje deputado federal. Ainda que diga que não será um personagem na campanha, o postulante do PP tem apostado na imagem de "candidato fofo" e essa tática estará presente no horário eleitoral — com destaque para os vira-latas caramelos que serão mostrados.

Como favorito nas pesquisas, com 60% das intenções de voto segundo a Quaest, Paes usará seu tempo de televisão para defender seu mandato atual, focando nas melhorias feitas na área da saúde, educação e transportes. Ele tratará, por exemplo, da conclusão das obras da TransBrasil e da criação dos Ginásios Experimentais Tecnológicos (GETs). Na TV, o prefeito seguirá a mesma linha do slogan da sua campanha, "o trabalho segue, o Rio avança".

Já Tarcísio tentará duas frentes no horário eleitoral. A primeira é romper com a rejeição que tem por ser o candidato de esquerda na disputa. Para isso, quer mostrar que conhece bem a cidade do Rio. Ele e sua candidata a vice, Renata Souza (Psol), vão aparecer em diversos cantos da cidade mostrando o que pode e deve melhorar. Um dos pontos ressaltados será a questão dos transportes públicos, tema caro ao psolista.

A outra frente, que já tem reforçado em seus atos de campanha, é que ele é o único candidato que pode fazer frente ao projeto bolsonarista de direita. A ideia de Tarcísio é tentar reunir eleitores mais à esquerda em prol de sua candidatura, mesmo sem ter o apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) — que, por sua vez, está no palanque de Paes, mas não será apresentado diretamente nas propagandas do prefeito.

Candidato do Psol, com 27 segundos, vai abrir o horário eleitoral gratuito na televisão

Congresso Unificação de candidatura ainda é incerta; aliados do presidente da Câmara acham que decisão foi adiada para a próxima semana

Lira intensifica negociações em torno de sucessão

MÁRIO AGRA/CÂMARA DOS DEPUTADOS — 11/7/2024

Lira está em São Paulo para participar de evento no sábado e deve jantar com Elmar Nascimento e Antonio Rueda

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), líderes e presidentes de partidos passaram a semana em intensas negociações para tentar definir o candidato à sucessão dele, mas até o momento segue o impasse em torno da unificação de candidaturas e não há certeza se Lira fará o anúncio esta semana ou se aguardará mais alguns dias em busca de consenso. A maioria dos aliados dele avalia que a decisão foi adiada para a próxima semana, mas há quem aposte que o nome pode sair até sábado, já que as costuras continuam.

Lira viajou na quinta-feira (29) para São Paulo, onde participará de evento no sábado. Elmar Nascimento (União-BA), apontado como favorito dele para a candidatura, também viajou para a cidade acompanhado do presidente do União, Antonio Rueda. Os três iriam jantar juntos para discutir o cenário, segundo apurou o **Valor**. A expectativa de aliados de Nascimento é de que o anúncio ocorra em breve e mesmo os outros candidatos dão como certo que isso ocorrerá, mas afirmam que não muda o quadro atual e que não há favorito hoje.

Os outros três pré-candidatos — Antonio Brito (PSD-BA), Marcos Pereira (Republicanos-SP) e Isnaldo Bulhões (MDB-AL) — passaram a semana em conversas para unificar as candidaturas com o objetivo de convencer Lira a apoiar este escolhido ou até para fazer frente a Nascimento na disputa. O bloco parlamentar deles contabiliza 147 deputados. Mas, desde o ano passado, eles tentam essa costura e nenhum dos três cogita desistir por enquanto. Há comentários, inclusive, de que essa unificação poderia ocorrer apenas no segundo turno da eleição em fevereiro.

Um jantar ocorreu terça-feira na casa do ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (sem partido-RJ), atual presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), com a presença de presidentes de partidos e dos três pré-candidatos. A ideia era juntar as candidaturas

> Fiéis da balança na eleição da Mesa são a federação PT/PCdoB/PV e o PL, de oposição

em torno de Pereira. O argumento é de que Brito é vetado pelo PP por causa da proximidade com o presidente do PSD, Gilberto Kassab, e que Bulhões é vetado por Lira por causa da disputa regional em Alagoas. Brito e Bulhões discordaram da estratégia e apresentaram justificativas para continuarem na disputa.

O grupo diz que atuará contra Nascimento por acreditar que, embora ele possa ter apoio nas cúpulas partidárias, é um candidato considerado mais fraco e sem o apoio do "baixo clero" da Casa. O líder do União Brasil, porém, trabalha para quebrar essa aliança e uma das possibilidades é oferecer a vaga de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) a um dos adversários.

Outro cogitado para a eleição é o do líder do Republicanos, o deputado Hugo Motta (PB). O paraibano é o nome dos sonhos do presidente do PP, o senador Ciro Nogueira (PP-PI), e voltou a ser sugerido por Lira durante as conversas desta semana, segundo aliados. Neste cenário, Nascimento ficaria com a vaga de ministro do TCU e Brito, com um ministério. A proposta não avançou, de novo, por Motta fazer parte do Republicanos, presidido por Pereira, que há anos trabalha para ser presidente da Câmara. Motta tem reafirmado que a prioridade nesta eleição é do aliado e que não entrará na disputa. Além disso, tem a promessa de que presidirá o Republicanos na eleição de 2026 se Pereira for eleito para comandar a Câmara.

Nascimento também não cogita desistir e se movimenta em busca de ampliar os apoios partidários. O bloco parlamentar liderado por ele, com União, PP, PSDB, Cidadania, PDT, Avante, Solidariedade e PRD, soma 161 deputados. O PSB saiu do bloco, mas parte da bancada já declarou apoio a candidatura dele.

Os fiéis da balança são a federação PT/PCdoB/PV e o PL, de oposição. Lira reuniu-se com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na noite de quarta-feira para apresentar o cenário e discutir alternativas. Ele tenta convencer o governo a apoiar seu escolhido, mas Lula, publicamente, tem dito que não se envolverá e que também não fará vetos — nem mesmo a Nascimento, que é adversário do PT na Bahia e foi preterido como ministro pelos ataques que já fez a Lula durante a campanha eleitoral. O PT diz que não tem pressa e quer aguardar o cenário até dezembro.

Já o PL tem grupos com opiniões divergentes. Parte diz que votará no candidato apoiado por Lira, por um acordo costurado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), e outra parte indica que deseja candidatura própria no primeiro turno. Nascimento busca esse apoio, mas quer evitar a pecha de "candidato da oposição" e por isso tenta convencer o PT a aderir primeiro a sua chapa.

Cenário Gastos dos consumidores, responsáveis por 70% da atividade econômica, cresceram acima das primeiras estimativas

PIB cresce 3% no 2º tri e indica força do consumo nos EUA

Paul Wiseman
Associated Press, de Washington

A economia dos EUA cresceu no segundo trimestre de 2024 ligeiramente além do previsto e em um ritmo anual saudável, impulsionada por fortes gastos do consumidor e investimentos empresariais, informou o Escritório de Análises Econômicas (BEA, pelas iniciais em inglês). O índice de 3% veio também acima das projeções de economistas.

O Departamento de Comércio havia estimado em uma primeira leitura que o Produto Interno Bruto dos EUA tinha se expandido 2,8% de abril a junho.

O crescimento do segundo trimestre também marcou uma forte aceleração em relação à lenta taxa de crescimento de 1,4% nos primeiros três meses de 2024.

Os gastos dos consumidores, que respondem por cerca de 70% da atividade econômica dos EUA, aumentaram a uma taxa anual de 2,9% no último trimestre. Isso foi acima dos 2,3% da estimativa inicial. O investimento empresarial expandiu a uma taxa de 7,5%, liderado por um salto de 10,8% no investimento em equipamentos.

O relatório de ontem refletiu uma economia que permanece resiliente apesar da pressão das altas taxas de juros contínuas.

A situação da economia está pesando muito sobre os eleitores antes da eleição presidencial de novembro. Muitos americanos continuam exasperados com os altos preços, embora a inflação tenha se desacelerado desde o pico de quatro décadas em meados de 2022.

PIB dos EUA
Taxa trimestral anualizada - em %

Fonte: U.S. Bureau of Labor Statistics. Elaboração: Valor Data

"As revisões do PIB mostram que a economia dos EUA está em boa forma em 2024", disse Bill Adams, economista-chefe do Comerica Bank. "O crescimento sólido dos gastos do consumidor impulsionou a economia para a frente no segundo trimestre, e o aumento da confiança do consumidor em julho sugere que impulsionará o crescimento no segundo semestre deste ano também."

A estimativa mais recente do PIB para o trimestre de abril a junho incluiu números que mostraram que a inflação continua a diminuir, embora permaneça um pouco acima da meta de 2% do Federal Reserve (Fed, o banco central americano). O indicador de inflação preferido da instituição — o índice de gastos de consumo pessoal, ou PCE — subiu a uma taxa anual de 2,5% no último trimestre, abaixo dos 3,4% no primeiro trimestre do ano. E excluindo os preços voláteis de alimentos e energia, o núcleo da inflação do PCE cresceu 2,7%, abaixo dos 3,2% de janeiro a março.

Ambos os números de inflação do PCE divulgados ontem marcaram uma ligeira melhora em relação à primeira estimativa da equipe econômica.

Uma categoria do PIB que mede a força subjacente da economia cresceu a uma taxa anual saudável de 2,9%, acima dos 2,6% do primeiro trimestre. Esta categoria inclui gastos do consumidor e investimento privado, mas exclui itens voláteis como exportações, estoques e gastos do governo.

Para combater os preços crescentes, o Fed aumentou sua taxa básica de juros 11 vezes em 2022 e 2023, elevando-a para uma alta de 23 anos e ajudando a reduzir a inflação anual de um pico de 9,1% para 2,9% no mês passado. Os custos de empréstimos muito mais altos para consumidores e empresas resultantes eram amplamente esperados para causar uma recessão. No entanto, a economia continuou crescendo e os empregadores continuaram contratando.

Agora, com a inflação pairando apenas ligeiramente acima do nível de meta de 2% do Fed e provavelmente desacelerando ainda mais, o presidente Jerome Powell essencialmente declarou vitória sobre a inflação. Como resultado, o Fed está pronto para começar a cortar sua taxa básica de juros quando se reunir novamente em meados de setembro.

Um período sustentado de taxas mais baixas do Fed teria como objetivo atingir um "pouso suave", por meio do qual o banco central consegue conter a inflação, manter um mercado de trabalho saudável e evitar desencadear uma recessão. Taxas mais baixas de empréstimos para financiamento de automóveis, hipotecas e outras formas de empréstimos ao consumidor provavelmente seguiriam.

O fed recentemente se tornou mais preocupado em dar suporte ao mercado de trabalho, que vem se enfraquecendo gradualmente, do que em continuar a combater a inflação. A taxa de desemprego aumentou por quatro meses consecutivos, para 4,3%, ainda baixa para os padrões históricos. As vagas de emprego e o ritmo de contratação também caíram, embora permaneçam em níveis relativamente sólidos.

O relatório de ontem foi a segunda estimativa do Departamento de Comércio sobre o crescimento da economia no trimestre de abril a junho. E ele deve emitir sua estimativa final no final do mês de setembro.

Pequim e Washington acertam última reunião oficial entre Biden e Xi

Demetri Sevastopulo e Joe Leahy
Financial Times,
de Washington e Pequim

A Casa Branca informou na quarta-feira à noite que o presidente dos EUA, Joe Biden, e seu colega chinês, Xi Jinping ,conversarão por telefone "nas próximas semanas", após reuniões entre altos funcionários americanos e chineses em Pequim.

O anúncio foi feito depois que o assessor de Segurança Nacional dos EUA, Jake Sullivan, e a principal autoridade de política externa da China, Wang Yi, conversaram por dois dias em Pequim como parte de um "canal estratégico" criado para estabilizar as relações e permitir discussões entre as potências sobre questões sensíveis, como Taiwan.

Antes da reunião de Sullivan em Pequim, uma autoridade americana disse que os dois líderes poderão se encontrar mais uma vez antes de Biden deixar a Presidência dos EUA — uma opção que se tornou viável desde que ele se retirou da corrida presidencial deste ano. Eles poderão se encontrar no fórum da Apec (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico) no Peru ou na reunião do G20 no Brasil, eventos que ocorrem em novembro, depois das eleições americanas.

Sullivan teve quatro reuniões com Wang desde maio de 2023, em Viena, Malta, Washington e Bangcoc. O canal vem mantendo uma postura discreta para permitir que os dois lados tenham conversas ininterruptas sobre questões estratégicas.

A Casa Branca disse que eles tiveram conversas francas e construtivas em Pequim, sobre questões bilaterais, regionais e globais. Ela afirmou que os dois lados planejam um telefonema entre o almirante Samuel Paparo, chefe do Comando Indo-Pacífico dos EUA, e seu colega. Xi concordou, durante um encontro com Biden em novembro, em reabrir os canais de comunicação entre os militares americanos e chineses, que Pequim fechou em 2022 depois que Nancy Pelosi se tornou o primeiro presidente da Câmara dos Deputados dos EUA a visitar Taiwan em 25 anos.

A Casa Branca disse que as autoridades discutiram avanços nos acordos firmados na reunião de cúpula entre Biden e Xi — incluindo a promessa chinesa de reprimir as exportações de ingredientes usados na produção do mortal opioide fentanil — e também falaram sobre a importância de dar "passos concretos no enfrentamento da crise climática".

Mas Sullivan também enfatizou que os EUA continuarão adotando "medidas para evitar que tecnologias avançadas dos EUA sejam usadas para minar nossa segurança nacional, sem limitar indevidamente o comércio ou os investimentos".

A Casa Branca disse que Sullivan destacou a importância da "manutenção da paz e da estabilidade no Estreito de Taiwan", levantou preocupações sobre o apoio da China à base industrial de defesa da Rússia — do líder Vladimir Putin — e suas "ações desestabilizadoras contra operações marítimas legais das Filipinas no Mar do Sul da China".

Alguns especialistas acreditam que Sullivan poderia se encontrar diretamente com Xi nesta semana, já que Wang se encontrou do Biden quando visitou Washington em outubro, antes da reunião de cúpula.

A imprensa estatal chinesa disse que Sullivan e Wang discutiram "uma nova rodada de interação entre os dois chefes de estado num futuro próximo".

A agência Xinhua citou Wang dizendo que Pequim deseja a paz mundial e pediu aos EUA que não vejam a China como um "modelo de país forte que devem dominar". Sullivan usou seu canal para dizer à China que os dois países podem competir um com o outro, mas também cooperar ao mesmo tempo.

Wang alertou que a independência de Taiwan é "o maior risco à paz e estabilidade no Estreito de Taiwan", segundo a agência estatal chinesa Xinhua.

Ele disse que a China também vai defender sua "soberania" sobre as ilhas do Mar do Sul da China e que os EUA não deveriam apoiar as "ações infratoras" das Filipinas na área, onde tem havido rusgas em razão das tentativas de Manila de reabastecer tropas em um navio encalhado no recife de Ayungin. Um tribunal internacional rejeitou as alegações de soberania de Pequim sobre a área.

Sullivan encontrou-se ontem com o general Zhang Youxia, vice-presidente da Comissão Militar Central da China. Durante esta reunião, os EUA disseram que ambos "reconheceram o progresso nas comunicações militares sustentadas e regulares nos últimos dez meses".

Propaganda eleitoral em cemitério gera críticas a Trump

ALEX BRANDON/AP

Uma ação considerada eleitoral do ex-presidente americano Donald Trump no cerimonioso Cemitério Nacional de Arlington, na Virgínia, gerou críticas do Exército dos EUA e causou mal-estar entre soldados veteranos. Durante uma visita ao local — onde são sepultados militares mortos em combate — para que Trump depositasse flores em um memorial, membros da campanha empurraram uma funcionária de Arlington que os tinha alertado para que não fizessem campanha eleitoral no local. Segundo testemunhas, a funcionária foi "abruptamente afastada" pela equipe de Trump para a tomada de imagens para a propaganda do candidato republicano à eleição presidencial de 5 de novembro. As políticas do Pentágono proíbem atividades políticas no cemitério, mas vídeos da visita foram divulgados ontem na campanha pela TV. Na foto, Trump (segundo, da esquerda para a direita) e o avô de um soldado põem flores no Túmulo do Soldado Desconhecido.

China suspende retaliação comercial a bebidas da UE

Dow Jones

Fabricantes de bebidas destiladas europeus festejaram ontem a decisão da China de suspender medidas de dumping contra o conhaque importado da União Europeia, aliviando uma grande preocupação sobre o potencial impacto nas vendas.

A restrição tinha sido decretada pela China no fim do ano passado — como parte de uma disputa comercial, que envolveu a imposição de tarifas, por parte da União Europeia (UE), às importações de veículos elétricos (VEs) chineses.

A decisão de suspender as medidas punitivas ocorre apesar das conclusões preliminares de uma investigação chinesa sobre os produtores de bebidas europeus. Segundo o Ministério do Comércio da China afirmou que as importações de conhaque do bloco prejudicaram os concorrentes locais — uma vez que os produtos europeus receberiam subsídios ilegais, de acordo com Pequim.

A indústria do conhaque deve respirar aliviada após a decisão da China, disse o diretor de investimentos da AJ Bell, Russ Mould.

"A Ásia é um grande mercado para bebidas destiladas e as empresas europeias deveriam acolher com satisfação o mais recente desenvolvimento, uma vez que elimina efetivamente um risco importante de vendas", disse Mould.

As ações da Pernod Ricard subiram 4,2% no pregão da Europa, após subirem quase 10% no início da sessão. A Remy Cointreau fechou em alta de 7,8%, após subir até 12%. As ações da fabricante britânica de bebidas destiladas Diageo e da fabricante italiana Aperol Davide Campari-Milano também se beneficiaram, saltando 0,5% e 1,8%, respectivamente.

A Pernod Ricard disse que a Ásia e a região que inclui a China representaram cerca de 43% das vendas totais no ano fiscal de 2024. No caso da Remy Cointreau, a região Ásia-Pacífico representou cerca de 40% das vendas no ano fiscal de 2024.

Desde a retaliação chinesa, os fabricantes de bebidas têm manifestado incerteza persistente sobre o importante mercado da China, que também foi atingido por problemas econômicos internos e por uma recuperação mais lenta do que o esperado da pandemia.

A investigação representou outra ameaça para uma indústria que já estava em apuros. Após o boom no consumo de bebidas pós-pandemia, as marcas de destilados enfrentaram uma desaceleração na procura, elevando os estoques.

Israel e Hamas acertam pausa de 3 dias para vacinação

Agências internacionais

Os militares de Israel e o grupo terrorista palestino Hamas concordaram em fazer três pausas separadas por zonas — em três dias — nos combates em Gaza para permitir a primeira rodada de vacinação de 640 mil crianças contra a poliomielite, disse ontem um alto funcionário da Organização Mundial de Saúde (OMS).

A OMS confirmou a existência do vírus e declarou em 23 de agosto que pelo menos um bebê ficou paralisado pelo poliovírus tipo 2, o primeiro caso deste tipo no território em 25 anos.

A ONU, que pediu uma trégua humanitária no início deste mês, espera iniciar a campanha de vacinação no domingo.

Espanha eleva o tom e cobra de aliados da UE ações contra Maduro

Agências internacionais

A Espanha elevou ontem o tom contra o regime da Venezuela e cobrou ontem de seus parceiros da União Europeia (UE), com mais veemência do que tem feito nas últimas semanas, medidas concretas contra o regime de Nicolás Maduro. Madri também declarou não acreditar mais na eficácia da cobrança da entrega de atas das eleições de 28 de julho — que Maduro, sem a apresentação dos registros, diz ter vencido.

A cobrança mais dura dos espanhóis ocorreu no mesmo dia em que Edmundo González Urrutia — que a oposição a Maduro diz ter ganhado as eleições — reuniu-se por videoconferência com autoridades europeias.

O ministro das Relações Exteriores da Espanha, José Manuel Albares, disse estar claro que as "atas não serão apresentadas" e não se pode reconhecer a legitimidade do resultado apresentado pelos funcionários venezuelanos sem a apresentação desses boletins.

"Não há vontade de apresentá-las, portanto, não há vontade de verificá-las", disse Albares.

Em esforço paralelo ao dos organismos oficiais, a oposição venezuelana disse ter reunido mais de 80% das atas, cuja apuração indicaria a vitória de González.

Albares disse antes da reunião querer que a UE use todas suas "ferramentas" para alcançar o objetivo de uma "solução pacífica entre os venezuelanos, genuinamente venezuelana, que não seja imposta de fora". Os países da UE, no entanto, têm evitado cogitar a hipótese de aplicar sanções à Venezuela, por considerá-las ineficazes.

O aumento das críticas europeias à Venezuela foi corroborado pelo chefe da diplomacia da UE, Josep Borrell, que disse não reconhecer Maduro como líder eleito.

"Não podemos aceitar a legitimidade de Maduro como presidente para o próximo mandato", disse Borrell. "Ele permanecerá presidente, de facto, mas rechaçamos legitimidade democrática com base em um resultado que nunca pôde ser verificado".

Borrell reconheceu que a conclusão da UE de ontem não terá consequências práticas — além de representar uma "declaração forte" por parte do bloco europeu.

O Partido Popular (PP), conservador, da Espanha, no entanto, é favorável a pressionar os líderes do governo de Caracas. Ontem, o PP propôs listar todos os bens e ativos de funcionários venezuelanos no exterior para eventual bloqueio.

Ainda ontem, o Banco Central da Venezuela anunciou que o PIB do país subiu 8,78% no 2º trimestre deste ano na comparação com o mesmo período do ano anterior.

ECONÔMICO
Valor

Real deve se valorizar aos poucos e ajudar queda do IPCA

No dia seguinte ao pronunciamento do presidente do Federal Reserve, Jerome Powell, em Jackson Hole, quando deu sinais claros de que os juros americanos começarão a cair em setembro, o dólar teve sua menor cotação no ano em relação à cesta das principais moedas com que os EUA comerciam. Depois de forte valorização no ano contra o real, a moeda americana recuou de seu pico, de R$ 5,74 por dólar no câmbio comercial, em 5 de agosto, para R$ 5,41 em 19 de agosto, e, em seguida, voltou a subir com força — ontem chegou a R$ 5,62. A valorização do real é importante fator coadjuvante para que o IPCA possa voltar à meta e a taxa Selic não suba no curto prazo.

Não há como o dólar voltar a ganhar força quando os EUA derrubarem os juros. Mas sua depreciação em relação a outras moedas depende essencialmente do ritmo de corte de juros, que, pelos dados correntes, não deverá ser rápido. A economia americana cresceu 3% no segundo trimestre, mais do que os 2,8% esperados, um número auspicioso porque confirma que o pânico do mês passado foi insensato — os EUA estão longe da recessão —, mas que, por outro lado, sugere menor urgência da distensão monetária.

A temporada eleitoral entrou em cheio na balança dos fatores que determinam a potência do dólar, com os investidores entrincheirando-se nas posições atuais dadas as incertezas dos resultados. Ganhe Donald Trump ou Kamala Harris, o déficit americano, já alto, aumentará, o que é um fator baixista do dólar. Por outro lado, a muralha protecionista que Trump quer erigir contra o resto do mundo e, em primeiro lugar, contra a China, pode reduzir o déficit comercial americano, um fator que pode frear a baixa do dólar ou até provocar alguma alta.

O diferencial de crescimento entre a economia americana e as demais desenvolvidas continua favorável aos EUA, e este é outro fator de contenção de uma queda intensa do dólar. Já o diferencial de juros, importante no caso do Brasil e dos outros emergentes, é favorável a valorização das moedas desses países a médio prazo, ainda que no curtíssimo prazo as oscilações possam ocorrer nas duas direções. Para depreciar o dólar, contribui a ainda desmontagem de posições das aplicações em juros americanos, os maiores em décadas, cujo destino serão países de maior risco, entre eles o Brasil. Os fluxos de portfólio para países emergentes devem crescer, em especial para ações consideradas subvalorizadas, como parece ser o caso do Brasil.

Os fatores domésticos, por si só, não referendariam nova desvalorização forte do real, mas eventualmente alguma depreciação momentânea. Há deterioração do saldo de câmbio contratado comercial, relevante porque ele vinha servindo de contrapeso a saídas rápidas de dólares pela conta financeira, normalmente mais nervosa e sensível a movimentos na área política que possam ter repercussões econômicas. O saldo cambial com exportações em agosto é o menor do ano até agora (último dado do dia 23). Descontadas as importações, o saldo é também o menor do ano, de US$ 494 milhões. Com um resultado negativo do câmbio financeiro, o resultado final do câmbio contratado deslocou-se para um déficit de US$ 3,5 bilhões, que não é elevado, mas que é também o maior do ano.

Na balança comercial, fluxo real de mercadorias, o saldo vem também encolhendo. O resultado acumulado até agosto (quarta semana) encolheu 11,3%, atingindo US$ 54 bilhões, ante US$ 62,4 bilhões do mesmo período do ano passado. As vendas externas estão com ligeira queda (-0,4%), enquanto o aquecimento do mercado interno fez com que as importações crescessem em maior ritmo (5,5%). O balanço das posições em dólar dos bancos indica que eles estão cada vez menos seguros em apostar que o real iria se valorizar até julho. Eles mantêm US$ 2,3 bilhões em posições vendidas (que acreditam na queda do dólar), a menor até agora no ano, mas a posição pode ter se alterado em agosto.

Outros indicadores que influenciam as cotações do câmbio são favoráveis ao Brasil. O risco de calote do país (credit default swaps), que reflete indiretamente as mazelas fiscais, caiu 8,71% em agosto, movimento que se acentuou em especial a partir de meados do mês. O real se distanciou do pelotão das moedas que mais perderam valor diante do dólar. Em agosto mostrou até agora valorização de 0,42%, deixando para trás o peso mexicano (-6,11) e a lira turca (-2,63%), às quais fazia frequentemente companhia. E, em um sinal potencialmente promissor, as demais moedas emergentes avançam em relação à moeda americana, movimento do qual o real pode se beneficiar mais à frente.

Por enquanto, o conjunto de indicadores indica baixa probabilidade de novos saltos relevantes do dólar em relação ao real. Da mesma forma, a tendência de apreciação da moeda brasileira, ao que tudo indica, não será rápida e está sujeita a avanços e recuos. O início da queda dos juros nos Estados Unidos pode consolidar a valorização do real, mas mais importante que isso será o ritmo que o Fed imprimirá à redução — que, visto de hoje, deverá ser comedida e cautelosa.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep.
Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda
Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização
Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações
Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados
Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

Reação negativa exacerbada de investidores elevou indicadores de risco. Por **Venilton Tadini e Roberto Guimarães**

Mais cheio do que vazio

O noticiário econômico tem sido fértil em relação às discussões sobre a evolução da economia brasileira — notadamente em relação às flutuações das taxas de juros e câmbio e perspectivas da política fiscal. Recentemente, vivenciamos um paradoxo: por um lado, os indicadores econômicos não se mostravam ruins a ponto de acender preocupações. Ao mesmo tempo, uma reação negativa exagerada dos agentes elevou os indicadores de risco às alturas. Essa situação, a princípio, sugeriria que o copo estaria meio cheio e meio vazio. Quem observar o cenário com menos paixão e mais rigor técnico, no entanto, notará que ele está mais cheio do que vazio.

Senão, vejamos. O PIB está crescendo em torno de 2,5% ao ano, com perspectiva de uma elevação ainda mais expressiva. No início do ano, o mercado havia estimado em 1,52% o crescimento em 2024. Foi praticamente a reprodução do que aconteceu em 2023, que registrou um crescimento de 2,9% diante de uma previsão inicial de modesto 0,8%.

É claro que nem tudo são flores, mas nada que pudesse justificar tal reação — como bem escreveu o economista Felipe Salto no artigo "Os pregadores do caos". Tudo indica que o posicionamento exacerbado do mercado decorreu mais de conceitos ortodoxos ou como justificativa para as apostas feitas em tesouraria das instituições financeiras — e não do desempenho interno da economia.

A realidade mostra que:

- Após fraco desempenho dos últimos anos, a Formação Bruta de Capital Fixo cresceu 4,1% no primeiro trimestre deste ano contra o trimestre anterior.
- Os investimentos em infraestrutura, estão repetindo em 2024 o bom desempenho observado em 2023, quando cresceram 20%, e vêm contribuindo para este bom comportamento. Com destaque para a retomada dos investimentos públicos e para a aceleração dos investimentos privados na esteira dos leilões de projetos de concessões e PPPs nos vários setores da infraestrutura nos quatro cantos do país.
- A produção da indústria de transformação cresceu 0,7% no primeiro trimestre. Pode ser um ponto de inflexão da tendência, aproveitando a redução das taxas de juros.
- A taxa de desemprego de 6,8% é a menor em dez anos e a inflação está correndo na faixa de 4% ao ano, dentro dos limites da meta.

Em relação ao mercado internacional, a situação do Brasil é mais tranquila, o que confirma a desproporção das reações do mercado. Houve, por exemplo, a melhoria dos indicadores de risco, sem a necessidade de intervenções por parte do Banco Central. A balança comercial está rodando com saldo positivo entre US$ 80 e US$ 100 bilhões e as reservas internacionais estão em US$ 360 bilhões. O Investimento Estrangeiro Direto (IED), que não é especulativo, de US$ 36,5 bilhões no primeiro semestre de 2024, está 20% acima do obtido no mesmo período de 2023.

O resultado fiscal, apesar de estar no limite da margem do arcabouço, não compromete a estabilidade das finanças públicas.

O mercado aponta que as estruturalmente elevadas taxas de juros no país, inclusive agora, decorrem da política fiscal, que não gera superávit primário. Até o Banco Central colocou lenha nessa fogueira, alegando que o "fiscal" seria uma das principais razões para não dar continuidade ao processo de redução das taxas de juros.

PIXABAY

As evidências empíricas não sustentam tal avaliação. Por longo período consecutivo (de 1998 a 2013, governos FHC e Lula), o Brasil teve um superávit primário sólido e consistente, em torno de 2,5% do PIB. Mesmo assim, os juros reais médios ficaram elevadíssimos, em torno de 10% ao ano, bem superiores, inclusive, aos atuais.

Os efeitos dessas taxas nas contas públicas são superlativos e demolidores. O Tesouro Nacional gastou com juros, de 2022 até hoje, a preços corrigidos, cerca de R$ 2,3 trilhões. Eles foram os principais responsáveis pelo aumento da dívida pública. Se os juros estivessem, desde então, de um e meio a dois pontos percentuais menores, o Tesouro teria economizado aproximadamente R$ 350 bilhões, contribuindo para a trajetória de estabilização da relação entre a dívida e o PIB.

Ou seja, para o mercado, aumentar a dívida pública em R$ 350 bilhões em decorrência de uma política monetária exageradamente conservadora não tem problema algum. Mas, trabalhar no limite do arcabouço fiscal, com um pequeno déficit primário, causa tsunami.

Certo está o economista André Lara Resende, quando escreveu no artigo "O sequestro da imaginação", que os juros extraordinariamente altos, supostamente exigidos para o financiamento do déficit primário, aumentam a dívida, reduzem o investimento, asfixiam a economia e barram o crescimento.

A autoridade monetária necessita sempre atualizar seus procedimentos, a exemplo do Banco da Inglaterra que, recentemente, contratou o todo poderoso ex-Presidente do Fed, Ben Bernanke, para avaliar sua conduta na condução da política monetária. Seu diagnóstico incluiu falhas nos modelos econométricos e nos softwares, além de deficiências na utilização dos modelos de previsão e na comunicação.

Nos últimos dias, parece que o mercado reduziu seu mau humor, em decorrência, principalmente, da expectativa de redução dos juros nos EUA. E da percepção de que nosso "fiscal" não está tão ruim assim e não é o algoz dos juros elevados. A Bolsa de Valores caminhou para novos recordes e os indicadores de risco estão sendo ajustados.

Temos um oceano de oportunidades com a transição energética e com os investimentos em infraestrutura, como escreveu recentemente Aitor Jauregui, da BlackRock, no artigo "Infraestrutura, chave para o desenvolvimento" (**Valor**, 20-8). Um inédito padrão de financiamento — que inclui recursos públicos (fomento e investimento direto), mercado de capitais (debêntures, IPOs, etc.) e recursos externos (Fundo Clima, Programa Eco Invest, etc.) — oferece os recursos necessários.

Há, igualmente, desafios elevados. Será necessário rever a estrutura dos gastos públicos e o caminho passará inexoravelmente pelas desvinculações orçamentárias e pela reavaliação dos programas de incentivos e de desonerações. A reforma tributária ainda carece de regulamentação. É preciso, ainda, trabalhar pela manutenção da autonomia e fortalecimento técnico e orçamentário das agências reguladoras, pela reforma do modelo do setor elétrico (com elevados e injustos subsídios), pelo avanço da agenda legislativa da infraestrutura e pela harmonia entre os Poderes da República.

Por tudo isto, é preciso sair das discussões comezinhas e ideológicas e elevar o nível dos debates, para que o mercado não tente alterar a terceira lei de Newton nem exacerbar expectativas para realizar sua auto profecia.

Venilton Tadini é presidente-executivo da Associação Brasileira de Infraestrutura e das Indústrias de Base (ABDIB), ex-presidente do Banco Fator e ex-diretor de Infraestrutura do BNDES.

Roberto Guimarães é diretor de Planejamento e Economia da ABDIB e ex-secretário da Secretaria do Tesouro.

Educação, demografia e trabalho

Naercio Menezes Filho

Nas últimas semanas foram divulgados vários indicadores importantes para o futuro do Brasil. No final de julho ficamos conhecendo o desempenho do mercado de trabalho no 2º trimestre de 2024. Em seguida, foram divulgados os resultados das avaliações de aprendizado realizadas em 2023. E na semana passada conhecemos as novas projeções populacionais do IBGE. O que mostram estes resultados? Como eles conversam entre si? Como podemos usar estes resultados para desenhar políticas públicas eficazes?

Os resultados do mercado de trabalho mostraram que a taxa de desemprego no segundo trimestre deste ano ficou em 6,9%, uma das menores desde o início da série que usa dados da Pnad Contínua do IBGE. Além disto, o salário real aumentou 5,8% em um ano e a massa de rendimentos bateu o recorde da série, o que mostra que o mercado de trabalho está aquecido. Estas notícias são obviamente positivas, pois é muito bom que os trabalhadores estejam ganhando mais e que mais pessoas estejam trabalhando.

Este bom desempenho traz de volta ao mercado de trabalho pessoas que estavam afastadas há algum tempo, evitando uma depreciação ainda maior do seu capital humano. E o aumento da população economicamente ativa mostra que as pessoas continuam preferindo trabalhar recebendo bons salários a viver apenas com as transferências de renda.

Além disto, vários estudos mostram que jovens que entram no mercado de trabalho em períodos de aquecimento tendem a ter maiores salários ao longo de todo o seu ciclo de vida. Isto ocorre porque estes períodos aumentam as oportunidades de emprego para estes jovens, que podem experimentar mais alternativas profissionais sem muito custo, o que melhora o "casamento" entre as habilidades dos jovens e as necessidades das empresas.

Porém, é necessário ter cautela com as medidas de estímulo ao crescimento econômico, pois, se não houver aumentos de produtividade, um excesso de estímulos provocará aumentos na inflação de serviços, que, por sua vez, levará a aumentos da taxa de juros. Sem aumentos de produtividade, é preciso ir devagar com o andor.

Outro resultado importante foi a divulgação das novas projeções populacionais do IBGE. Os dados mostram que a taxa de fecundidade se reduziu mais do que era esperado na última projeção, tendo passado de 2,3 para 1,6 filho por mulher nos últimos 23 anos. Além disto, a expectativa de vida ao nascer aumentou de 71 para 76,4 neste mesmo período. Isto significa que a porcentagem de idosos (com 60 anos ou mais) na população duplicou no período. As projeções indicam que esta parcela representará 37,8% da população do país em 2070.

Sem aumentos de produtividade, excesso de estímulos provocará aumento na inflação de serviços e dos juros

O aumento da expectativa de vida é obviamente uma boa notícia, reflexo dos avanços na medicina e do maior acesso dos brasileiros mais pobres ao sistema único de saúde. Além disto, teremos cada vez menos crianças e jovens no futuro, o que aumentará os recursos educacionais por aluno e tenderá a diminuir a criminalidade. Da mesma forma, houve forte diminuição da mortalidade infantil, que passou de 28 para 12 óbitos por mil nascidos vivos no mesmo período, resultado da expansão com qualidade do nosso sistema de atenção básica na saúde.

Porém, os dados também trazem motivos para preocupações, pois os gastos com saúde tenderão a aumentar continuamente como porcentagem do PIB daqui para frente. Além disto, teremos cada vez menos pessoas em idade de ativa trabalhando para sustentar estes gastos e também as aposentadorias. Também neste caso será necessário aumentar bastante a produtividade do trabalho para que possamos aumentar o bem-estar da população, mesmo com a diminuição do número de trabalhadores que virá inevitavelmente.

A terceira notícia foi a divulgação dos resultados do Saeb, que medem o aprendizado dos alunos medido através dos exames padronizados de Matemática, Leitura e Ciência.

Novamente, os resultados foram bastante decepcionantes. Houve redução no aprendizado médio com relação a 2019 (antes da pandemia) no ensino fundamental e no ensino médio.

Interessante notar que o indicador educacional oficial (Ideb), caiu menos do que o resultado de aprendizado, pois este indicador também depende da taxa de aprovação dos alunos, que melhorou em várias redes. Isto é positivo, desde que não tenha havido manipulação de índices, pois vários estudos mostram que a repetência prejudica o aprendizado no longo prazo. Ela acaba por estigmatizar o aluno, além de ser altamente ineficiente do ponto de vista econômico. Mas a evolução do aprendizado ainda ficou bem aquém das metas estabelecidas no passado.

Em conjunto, os resultados anunciados mostram uma tendência que tem se repetido de várias formas e que tem sido demonstrada com vários indicadores. Nas últimas décadas, temos tido sucesso nas políticas sociais, melhorando substancialmente a vida da parcela mais pobre da população. Isso se reflete na diminuição de mortalidade infantil, no aumento de expectativa de vida e nos aumentos de renda e consumo dos mais pobres observados nas últimas décadas. Além disto, temos períodos de crescimento econômico, como o atual, que melhoram a vida dos trabalhadores menos qualificados.

Entretanto, temos tido muita dificuldade para encontrar mecanismos para melhorar a produtividade no longo prazo. A taxa de investimentos continua patinando, as inovações não ocorrem e a qualidade da educação não melhora. Assim, não conseguimos dar oportunidades de crescimento profissional sustentado para os jovens que nascem em famílias mais vulneráveis. Se não mudarmos esta situação, estes jovens vão continuar trabalhando em ocupações precárias no setor informal, engravidando na adolescência e dependendo de programas de transferência de renda.

Em suma, progredimos muito na área social, mas sem crescimento sustentado de produtividade, não haverá recursos para sustentar a população idosa no futuro e não conseguiremos formar uma classe média numerosa, que acredite no nosso sistema político e no Estado como a principal forma de resolver seus problemas.

Naercio Menezes Filho é professor titular da Cátedra Ruth Cardoso no Insper, professor associado da FEA-USP e membro da Academia Brasileira de Ciências, escreve mensalmente às sextas-feiras. naercioamf@insper.edu.br)

Frase do dia

"Todo brasileiro branco se sente numa ilha de democracia racial cercada de racistas por todos os lados".

De Lilia Moritz Schwarcz, historiadora e membro da Academia Brasileira de Letras, ao EU& Fim de Semana

Cartas de Leitores

Campanha eleitoral

Um dos mais importantes recursos de apresentação dos candidatos às Prefeituras e Câmaras nos mais de 5000 municípios brasileiros, a propaganda eleitoral gratuita pelo rádio e TV, está prestes a se iniciar. Aos eleitores fica a sugestão de não se deixarem enganar pelas performances midiáticas dos candidatos, algumas patéticas. Quanto às promessas, é mais aconselhável encarar a maioria delas como peças de oratória barata, com poucas chances de serem implementadas pois, invariavelmente, baterão de frente, após as posses, com interesses ligados à ascensão política e construções de alianças dos eleitos.

Não custa, no entanto, obter alguma informação subliminar sobre as verdadeiras intenções dos pretendentes aos cargos, principalmente de prefeito, através dos olhares captados furtivamente pelas câmeras. Embora não exista receita para tal, vale a pena tentar descobrir se os olhos traduzem um mero objetivo de escalada de poder a qualquer custo ou exprimem uma sensibilidade honesta em relação às necessidades reais das respectivas populações. É provável que tal prática meio esotérica constitua um método de avaliação mais eficaz que os convencionais, até hoje decepcionantes.

Paulo Roberto Gotaç
pgotac@gmail.com

Galípolo

Acho sempre importante notar a reação do mercado a notícias que têm impacto macroeconômico. Aparentemente, o mercado reagiu positivamente à formalização da indicação de Gabriel Galípolo para a presidência do Banco Central. Mas vamos quebrar um pouco essa análise "rasa". Se o mercado reagiu bem a uma notícia que era considerada por muitos como aposta certa é porque uma parcela importante do mercado também entendia que havia risco real da formalização de outro nome, nome esse mais claramente afeito às demandas do partido do presidente da República. Ou seja, a reação do mercado não é necessariamente uma indicação de que Galípolo desfruta da confiança do mercado.

Infelizmente, estou entre aqueles que aposta que teremos muitos desafios a serem vencidos em função de decisões equivocadas de política monetária já no início de 2025.

Oscar Thompson
oscarthompson@hotmail.com

•

Finalmente o Planalto confirmou, o que já era ventilado, que Gabriel Galípolo é o indicado para substituir em janeiro de 2025, o atual presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. O que se espera é que Galípolo faça no mínimo o eficiente trabalho desenvolvido por Campos, apesar das duras e ofensivas críticas feitas por Lula, que não sabe respeitar e conviver com as regras de mercado.

Paulo Panossian
paulopanossian@hotmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Avanços tecnológicos podem incluir terríveis impactos desestabilizadores. Por **Diane Coyle**

IA trará maior prosperidade?

Diante da desaceleração do crescimento econômico mundial, muitos nutrem a esperança de que a inovação tecnológica seja uma possível solução. A Perspectivas da Economia Mundial mais recente do Fundo Monetário Internacional (FMI), por exemplo, chama a atenção para o potencial da inteligência artificial (IA) como impulsionador da produtividade e do Produto Interno Bruto (PIB). O relatório, porém, também adverte que, dadas as incertezas em torno ao alcance do impacto da IA, tais previsões devem ser vistas com uma dose de cautela. Embora a IA possa prenunciar uma era de prosperidade, isso dependerá de como as tecnologias emergentes evoluírão.

A atual onda de tecno-otimismo, assim como a ansiedade quanto às possíveis implicações das tecnologias emergentes nos mercados de trabalho, podem ser atribuídas à ideia de que a IA é, na linguagem dos economistas, uma "tecnologia de utilidade geral". Suas inovações, em vez de ficarem confinadas a um único setor, permeiam toda a economia.

Tecnologias de utilidade geral podem ser divididas em duas grandes categorias: as que revolucionaram a energia, como o motor a vapor e a eletricidade, e as que transformaram as comunicações, como a prensa tipográfica e o telefone. Embora tais inovações costumem levar anos, se não décadas, para materializarem todo seu potencial, elas podem levar a saltos na produtividade e a um forte crescimento econômico.

O mundo está em meio a duas revoluções tecnológicas: a da transição para uma economia de neutralidade nas emissões de carbono e a da rápida ascensão da IA e de outras tecnologias digitais. Combinadas, essas revoluções estão prestes a remodelar nossas economias e a transformar a forma como trabalhamos, assim como os bens e serviços que produzimos e consumimos e a estrutura e as dinâmicas dos mercados financeiros. No entanto, a dúvida permanece: será que essas amplas transformações se traduzirão em maior expansão econômica?

A história oferece lições valiosas sobre como essas transformações poderiam se desenrolar. Uma lição crucial é que embora os avanços tecnológicos muitas vezes possam parecer graduais e superficiais à medida que os vivenciamos, seus efeitos de longo prazo podem ter alta abrangência e profundidade. Surpreendentemente, é difícil quantificar a contribuição da máquina a vapor e das ferrovias para o crescimento do PIB nos séculos XVIII e XIX. Ainda assim, não é à toa que nos referimos a esse período como a Revolução Industrial. Esses desdobramentos, capturados de forma memorável por romancistas como Charles Dickens e Émile Zola, impactaram todos os aspectos da vida cotidiana das pessoas, tanto no trabalho quanto em casa.

Devemos moderar nossas expectativas sobre o impacto econômico da IA no futuro próximo. Embora o setor de IA esteja rumando a um alto crescimento, há poucos motivos para prever que impulsionará de forma significativa o PIB no curto ou médio prazo

Além disso, os avanços tecnológicos nem sempre levam a melhorias imediatas no padrão de vida e podem incluir terríveis impactos desestabilizadores. A invenção da prensa de tipos móveis por Johannes Gutenberg em meados do século XV é um exemplo emblemático. Ao permitir que a Bíblia fosse traduzida para as línguas de cada lugar e tornar as cópias acessíveis para pessoas comuns, ela preparou o terreno para mudanças sociais e culturais de alta abrangência.

A quebra do controle monástico sobre os textos religiosos resultante da prensa alimentou a ascensão do protestantismo, que, por sua vez, levou a uma série de guerras religiosas brutais. Max Weber argumentou de forma célebre que a ética de trabalho protestante está no cerne do capitalismo. Embora acadêmicos tenham contestado essa teoria, a prensa e a proliferação de livros acessíveis, indiscutivelmente, aumentaram os índices de alfabetização e lançaram as bases para o Iluminismo.

A prensa tipográfica também desempenhou um papel crucial na facilitação da Revolução Industrial, ao desencadear uma onda sem precedentes de experimentação e fomentar um espírito de investigação científica. Embora possa ser difícil para economistas acadêmicos traçar uma ligação causal direta entre a prensa e o crescimento econômico, é altamente evidente que, sem sua invenção, o mundo como o conhecemos não existiria.

Isso sinaliza que devemos moderar nossas expectativas sobre o impacto econômico da IA, pelo menos no futuro próximo. Embora o próprio setor de IA esteja rumando a um alto crescimento, há poucos motivos para prever que impulsionará de forma significativa o crescimento do PIB no curto ou médio prazo.

Além disso, as convulsões sociais e políticas causadas pela revolução da IA poderiam muito bem eclipsar seu impacto econômico direto. Enquanto economistas exploram os possíveis efeitos da IA no mercado de trabalho e cientistas políticos examinam o poder desestabilizador da desinformação e dos "deepfakes" possibilitados por modelos de linguagem de grande escala (LLMs, na sigla em inglês), as tecnologias de informação e comunicação também podem impactar as normas e instituições de maneiras sutis, mas significativas.

Considere, por exemplo, o desenvolvimento da rede ferroviária, que tornou mais fácil o transporte de pessoas e mercadorias, acelerando assim o crescimento de cidades de alta densidade populacional e economias prósperas. Da mesma forma, o advento da TV redefiniu as aspirações dos consumidores e desafiou normas estabelecidas sobre a participação das mulheres na força de trabalho.

Sem dúvida, essas mudanças são inerentemente imprevisíveis. Isso, contudo, é justamente mais um motivo para refletirmos com cuidado sobre o tipo de sociedade que queremos criar e como podemos aproveitar a tecnologia para alcançá-la. Todas as tecnologias de utilidade geral, incluindo a eletricidade e os sistemas de esgoto, são moldadas por debates políticos e sociais. Embora não possamos reverter ou retardar o desenvolvimento da IA, líderes e autoridades precisam garantir que essas tecnologias de alto poder sirvam ao bem maior, independentemente de levarem ou não a um crescimento econômico mensurável. *(Tradução de Sabino Ahumada)*

Diane Coyle é professora de políticas públicas na Universidade de Cambridge. É autora de The Measure of Progress: Counting What Really Matters (Princeton University Press, a ser lançado no segundo trimestre de 2025).

INÊS 249

Especial

Entrevista Influenciador cresceu no eleitorado adulto; desafios são o público feminino e o de baixa renda

‘Marçal combina Collor com Bolsonaro’, diz Felipe Nunes

DIVULGAÇÃO

Felipe Nunes: "Esta eleição não deixa de estar marcada pelo efeito da polarização em 2022, na minha avaliação"

César Felício
De Brasília

O eleitor radicalizado de direita é predominante homem, renda média, e em grande parte evangélico. O influenciador digital Pablo Marçal, candidato do PRTB a prefeito de São Paulo, conquista velozmente esse eleitorado, mas sua força vai além disso, segundo analisa o cientista político e estatístico Felipe Nunes, sócio-fundador da empresa de pesquisas Quaest, que completa nessa semana uma rodada de levantamento de intenções de voto em todas as capitais brasileiras.

De acordo com Nunes, Marçal ultrapassa essa barreira ao condensar características dos ex-presidentes Fernando Collor e Jair Bolsonaro em um formato que aproximou a política do entretenimento, com sua estratégia de comunicação por meio dos cortes de vídeos curtos nas redes sociais. De Collor, Marçal evoca a imagem de homem jovem, bem sucedido financeiramente e "outsider" na política. De Bolsonaro, a belicosidade no trato de adversários, que transmite autenticidade. A forma, contudo, é mais importante que o conteúdo. E, nas últimas semanas, Marçal cresceu em faixas do eleitorado onde tinha participação discreta, como no eleitorado adulto, de 34 a 59 anos. Suas vulnerabilidades são o eleitorado feminino e o de baixa renda.

A estratégia de Marçal pode encontrar um limite a partir desta sexta-feira, com o início do horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão, do qual ele está excluído por pertencer a um partido nanico que ficou abaixo da cláusula de barreira em 2022. Será um duelo entre ele e o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB, sem parentesco com o pesquisador), pelo eleitorado bolsonarista, cada um com uma arma diferente. Marçal navega sem rival nas redes e Nunes terá 50 comerciais de TV por dia para bombardear a mente do eleitor. Os próximos dez dias, segundo Nunes, serão definidores. "Essa eleição fará em São Paulo o teste definitivo da relevância da presença televisiva nas campanhas políticas", afirma.

Nunes é um formulador da tese de que a polarização entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ex-presidente Jair Bolsonaro se cristalizou no eleitorado e estará presente nas disputas municipais desse ano. Por isso, acredita que se deve tomar com cautela o resultado das pesquisas do próprio instituto que não mostram esse cenário em diversas capitais. Em muitos cenários, ele argumenta, o eleitor ainda não conseguiu identificar na lista dos candidatos qual é o apoiado pelo seu campo ideológico.

A seguir trechos da entrevista de Nunes ao **Valor**:

Valor: *O horário eleitoral gratuito começa nesta sexta. Pablo Marçal está fora dele em São Paulo. Ricardo Nunes tem a maior fatia. O que muda na competição pelo eleitor bolsonarista?*

Felipe Nunes: Esta eleição fará, em São Paulo, o teste definitivo da relevância da presença televisiva nas campanhas políticas. A eleição de 2018 deixou nos pesquisadores uma grande dúvida. Não há uma evidência definitiva se Jair Bolsonaro ganhou pela influência que desenvolveu nas redes sociais ou pela exposição na televisão que ganhou depois do episódio da facada. Em 2022, ele perdeu para Lula, que não é um político digital, em uma eleição apertada. O teste sobre qual é o marketing mais eficaz se dará este ano. Até agora a gente só conseguiu medir a força dos candidatos com a métrica do engajamento deles nas plataformas digitais. O Marçal tem uma vantagem comparativa evidente em relação aos seus concorrentes, especialmente em relação ao Ricardo Nunes, que disputa o mesmo eleitorado. O contraponto será possível a partir desta sexta. A próxima rodada de pesquisas será feita depois de dez dias de horário eleitoral e aí será possível medir esses fatores. Mas é importante notar que Marçal não é só um fenômeno das redes.

Valor: *Como assim?*

Nunes: Embora o Marçal seja um fenômeno de internet, o catalisador do crescimento dele nessa campanha veio da televisão, por um formato tradicional, o do primeiro debate entre os candidatos, transmitido pela TV Bandeirantes. Foi a partir daí que começou a evolução. Naquela ocasião ele utilizou uma linguagem que passou a pautar a discussão do processo eleitoral, depois do enfrentamento que fez e da propagação que conseguiu por meio dos cortes. Mas mesmo um ator forte nas redes sociais como ele precisou do mecanismo televisivo para produzir seu conteúdo.

Valor: *O senhor diz que Marçal e Nunes disputam o mesmo eleitorado em São Paulo. Mas não existem nuances entre os dois?*

Nunes: Trata-se sem dúvida de um eleitor à direita, conservador nos costumes e liberal na economia. No início da corrida eleitoral o José Luiz Datena, pelo alto conhecimento no eleitorado, ocupou um pedaço dessa fatia, mas Marçal rapidamente cresceu sobre esse eleitorado. Datena, de todos, é o que tinha a intenção de voto menos consolidada. O Marçal rapidamente posicionou-se como o candidato mais à direita dentro do bolsonarismo. Ele exibe os valores e identidades que esse eleitor do polo mais à direita tem.

Valor: *Como é o eleitor típico do Marçal?*

Nunes: Primeiro é importante entender a solidez do eleitorado. Perguntamos na nossa pesquisa se a escolha do eleitor era definitiva. No caso do Marçal, 48% afirmam que é definitiva, 52% que podem mudar. No caso do Nunes a solidez é ligeiramente menor, 44%. Então um tem como, no limite, ficar aproximadamente com a metade do eleitorado do outro. Olhando a parte consolidada: chama a atenção a força que o Marçal tem entre os evangélicos, entre os homens e, que passou a ter em agosto, no público adulto de 35 a 59 anos. O eleitor padrão dele reúne esses três elementos: homem, evangélico, idade entre 35 e 59 anos.

Valor: *Marçal então não tem mais força no eleitorado jovem, de 16 a 34 anos?*

Nunes: Ele tem praticamente o mesmo percentual nessa fatia do eleitorado, que é menor, mas qual é a dinâmica? Marçal vem crescendo mais no eleitorado adulto. No mais jovem está estável. Em julho ele tinha 20% entre os jovens e só 12% dos adultos. Em agosto passou a ter 22% entre os jovens e 21% entre os adultos, que são a principal faixa etária do eleitorado. O grande fator nessas últimas semanas foi a repercussão dos debates.

Valor: *E em quais fatias ele tem menos entrada?*

Nunes: O ponto fraco de um candidato como Marçal está entre as mulheres e na população mais pobre, de até três salários mínimos de renda, que é um eleitorado onde Datena ainda tem força. [A pesquisa Quaest divulgada na quarta-feira mostrou Marçal com 27% entre os homens e 15% entre as mulheres; 19% entre brancos e 13% entre pretos; 15% no segmento mais pobre e 21% nas faixas média e superior de renda; 27% entre evangélicos e 15% entre católicos; 14% com ensino até fundamental e 22% com formação até ensino médio].

Valor: *O que pode explicar o crescimento do Marçal?*

Nunes: Marçal combina dois personagens recentes da história política brasileira, na minha opinião: Fernando Collor e Jair Bolsonaro. Do Collor, ele extrai um personagem com fenótipo de galã, um homem de sucesso financeiro, sem trajetória conhecida, vindo de fora, para derrubar o sistema. Essa era a narrativa em 1989 e é a narrativa agora. Collor também foi o primeiro a compreender a linguagem do marketing, da produção de conteúdo para consumo rápido. Do Bolsonaro, ele tem a atitude de enfrentamento, que passa ao eleitor uma sensação de autenticidade. Do somatório dos dois a política vivida como entretenimento, não como debate de ideias. Não é um debate ideológico.

Valor: *A forma então está pesando mais que o conteúdo?*

Nunes: Ele chama a atenção das pessoas pela forma com que transforma política em algo da cultura pop, complementando Collor e Bolsonaro, é uma mistura dos dois.

Valor: *O senhor situa Marçal como exemplo de polarização à direita. São Paulo não é uma exceção no quadro das capitais até agora? Em diversas outras capitais o Centrão predomina.*

Nunes: É preciso fazer essa análise com cuidado. Esta eleição não deixa de estar marcada pelo efeito da polarização em 2022, na minha avaliação. Quando se pergunta ao eleitor se ele quer um prefeito alinhado a Lula ou a Bolsonaro, o percentual de adesão a uma visão polarizada é bem alta. A média é 53% dos brasileiros querendo alguém alinhado a um dos dois. Vai de 66% em Vitória e Recife a 44% em Aracaju. Em São Paulo é 61%, uma das mais altas. No Rio 57% e em Belo Horizonte 45%. Com essa variável a gente mede qual é a demanda do eleitor. Nem sempre a demanda está sendo atendida pela oferta. E nós temos um quadro de largada, não de chegada.

Valor: *No Rio de Janeiro há candidatos que estão claramente em extremos ideológicos, como Rodrigo Amorim (União Brasil), Alexandre Ramagem (PL) e Tarcísio Motta (Psol), mas não conseguem superar nem a barreira de dois dígitos. Não era para terem mais?*

Nunes: A demanda pela polarização é grande no Rio, e por isso não é possível dizer que já se tem um cenário consolidado. Eduardo Paes (PSD) tem conseguido fugir da polarização nacional, apostando tudo no modelo tradicional de campanha, que é o da avaliação de governo. Mas no Rio 57% querem um candidato ligado a um dos polos, então tem espaço para o crescimento de quem está no extremo, assim que o eleitor identificar o candidato ligado ao campo dele.

Valor: *Recife em 2022 viveu uma eleição muito dividida entre Lula e Bolsonaro. No entanto agora João Campos (PSB) conta com 80% pela reeleição. Não há 80% de lulistas no Recife.*

Nunes No Recife 66% querem alguém que siga a polarização nacional, mas há uma correlação muito forte não apenas lá como no Brasil inteiro entre a avaliação positiva de uma gestão e a intenção de voto pela reeleição. Essa correlação no momento é de 91%. Ou seja, os prefeitos conseguem carregar quase toda a avaliação positiva para a intenção de voto. Isso explica a força de Campos e também a de Paes no Rio, Bruno Reis em Salvador ou a do Doutor Furlan em Macapá. 40% dos recifenses querem um candidato alinhado a Lula, 34% querem um independente e 26% um alinhado a Bolsonaro. O candidato bolsonarista, Gilson Machado (PL), está muito abaixo do potencial e, assim como Ramagem no Rio, também tem espaço para crescer. A questão é que Recife e Rio têm administradores bem avaliados.

Valor: *É possível ver em Marçal um fenômeno único até o momento na eleição das capitais, pela fotografia que se tem no momento?*

Nunes: Sim. Ele é no momento um fenômeno único, pela combinação de atributos de Collor e Bolsonaro e pelo domínio dele no único tipo de comunicação que tivemos até agora, que foi o das redes sociais.

Valor: *Curitiba é um bastião conservador. No entanto lá nenhum candidato passou do patamar de 20%. O que acontece lá?*

Nunes: Em Curitiba há quatro empatados em primeiro. Roberto Requião (Mobiliza), um nome de esquerda, mas sem o apoio das siglas e das lideranças da esquerda. Eduardo Pimentel (PSD) conta com as máquinas do Estado e da prefeitura, Luciano Ducci (PSB) é o nome oficial da esquerda e Ney Leprevost (União Brasil), o do senador Sergio Moro. Quando em Curitiba a gente pergunta quem é o candidato de Lula, 65% não sabem. No caso de Bolsonaro, 71%. E 46% dos curitibanos queriam um candidato polarizado. Os bolsonaristas e os lulistas em Curitiba não conseguem se identificar com nenhum dos nomes lançados.

> “Esta eleição fará em São Paulo o teste definitivo da relevância da presença televisiva nas campanhas”

Pesquisa
Questões de saúde mental afetam líderes e liderados
B2

Aeronaves
Presidente da Embraer, Francisco Gomes Neto vê anos fortes à frente para a companhia B4

Varejo
Americanas enfrenta pedido de despejo por aluguel atrasado no Iguatemi B2

Combustíveis
Vibra já avalia plano B caso não renove a marca BR com a Petrobras B4

Empresas

Aviação CEO da companhia descarta proteção aos credores; conversa para fusão com a Gol perde força

Azul intensifica negociação com arrendadores e pode ceder pedaço da aérea em troca de dívida

Cristian Favaro e Fernanda Guimarães
De São Paulo

Em intensas conversas com arrendadores de aeronaves, a Azul descarta que um pedido de recuperação judicial nos Estados Unidos (Chapter 11) esteja no radar da empresa. Ao **Valor**, o executivo da companhia aérea, John Rodgerson, afirmou que a empresa avança no processo de renegociação com esse grupo de credores para evitar um pedido de proteção aos credores.

Entre as alternativas para evitar o mesmo caminho que Gol e Latam, a Azul avalia fazer emissão de dívida usando a Azul Cargo como colateral para refinanciar parte dos passivos com os arrendadores. As dívidas totais com esse grupo de credores somavam cerca de R$ 18 bilhões no fim do segundo trimestre.

Em outubro de 2023, a Azul fechou um acordo para renegociar a dívida com os arrendadores de aeronaves, cujo pagamento envolvia a emissão de US$ 370,5 milhões de títulos de dívida sem garantia com vencimento em 2030 a um custo de 7,5% e a opção de receber mais US$ 570 milhões em ações preferenciais da Azul, que seriam emitidas a um valor de R$ 36 até 2027.

Ontem, as ações da Azul fecharam em queda de 24,14%, cotadas a R$ 5,50. A companhia encerrou o dia avaliada em R$ 1,8 bilhão. Desde o início do ano, os papéis acumulam desvalorização de 65%, de acordo com levantamento do **Valor Data**.

A conversão das ações estava prevista para começar no terceiro trimestre deste ano. Pelo acordo, se, no momento da emissão, o valor das ações da Azul estiver abaixo de R$ 36, a companhia poderia compensar a diferença através da emissão de ações preferenciais adicionais ou pelo pagamento complementar em dinheiro. Mas com a queda no valor das ações da aérea de lá para cá, a empresa quis rediscutir os termos do acordo.

JULIO BITTENCOURT/VALOR
Rodgerson diz que diluição de acionistas após novo acordo deve ficar um pouco superior dos 18% previstos antes

A emissão de dívidas usando a empresa de entregas de mercadoria, contudo, é considerado difícil, uma vez que a Azul Cargo não é uma empresa separada, mas uma linha de negócios de entregas de mercadorias da companhia aérea.

De acordo com o Rodgerson, a expectativa é de que entre 30 e 60 dias o grupo já deve fechar as negociações, o que representaria um alívio no endividamento da empresa de US$ 570 milhões, dívida que seria transformada em "equity" (participação acionária) imediatamente.

"O Chapter 11 não é nosso plano e nunca foi. O que eu sempre faço com meus parceiros é o melhor acordo. Quem ganha com um 'Chapter 11 não são os parceiros. São os advogados, os 'advisers' [consultores]", disse o executivo.

Pela nova estrutura de capital que está sendo negociada, a empresa iria converter a dívida de US$ 570 milhões com os arrendadores de uma vez e por um percentual fixo e já acordado. A diferença entre o acordo proposto e o anterior é de que na negociação do ano passado essa dívida seria convertida em "equity" de forma periódica e durante três anos por um preço de ação a R$ 36.

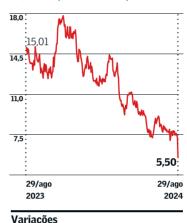
"Começamos a negociar com os arrendadores uma parcela fixa da empresa. Ao invés deles receberem periodicamente ao longo dos próximos anos", disse Rodgerson. A empresa já havia sinalizado, em conferência com analistas, que a conversão a R$ 36 representaria uma diluição muito elevada e que, por isso, a Azul passou a renegociar os termos.

A conversão da dívida com os arrendadores em "equity" por um preço de R$ 36 por ação representaria uma diluição de 18%. Os termos não estão fechados, mas o executivo sinalizou que as negociações devem ficar um pouco acima desse percentual. "Vai ser um pouco maior, mais nada perto da diluição que aconteceria diante do preço da ação hoje [se quitado a R$ 36]", afirmou.

A negociação hoje é tocada com cinco arrendadores que detêm mais de 90% da dívida da empresa — AerCap, Avolon, Azorra, NAC e Falko. As conversas, segundo o executivo, estão caminhando de forma positiva.

Apesar da diluição, o executivo disse que David Neeleman continuaria com o controle da Azul. Hoje, ele controla o negócio com uma estrutura de ações superpreferenciais mesmo tendo menos de 5% do capital da Azul.

"O que o mercado não está entendendo é que o 'lessor' [locador] tem relacionamento de longa data conosco. Um dos arrendadores que estamos negociando está entregando um 'widebody' [avião de corredor duplo] para a Azul. Eles querem uma Azul forte", disse.

Sobe e desce da Azul PN
Papel da empresa caiu 24,14% na B3, maior queda do Ibovespa

Variações
-24,14% No dia
-65,65% No ano
Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

O executivo destacou que o negócio seria fundamental para a empresa ao reduzir drasticamente a alavancagem e converter a dívida de US$ 570 milhões em "equity". No segundo trimestre, a dívida líquida da aérea saltou 39% na comparação anual e 18% na comparação com o primeiro trimestre deste ano, para um total de R$ 24,6 bilhões.

Rodgerson destacou ainda que a aprovação na quarta-feira (28) na Câmara dos Deputados para o uso dos recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) como garantidor de empréstimos para companhias aéreas chegou em boa hora.

Fontes, entretanto, destacaram que o recurso deve demorar para, de fato, para chegar aos cofres das empresas, o que poderia representar um desafio para a Azul, que precisa encontrar uma saída para suas dívidas no curto prazo.

O CEO da Azul destacou que as conversas com os arrendadores acontecem paralelamente às negociações com a Abra (holding da Gol e Avianca) para uma possível fusão envolvendo a concorrente brasileira. "Temos de respeitar o processo deles", disse.

A empresa soltou ontem um comunicado apontando um plano estratégico para melhorar sua posição de liquidez. Além das negociações, a Azul ressalta que pode usar a unidade Azul Cargo como garantia para conseguir acesso a até US$ 800 milhões.

A empresa também reforçou no comunicado que está em negociações com a Abra para explorar possíveis parcerias ou combinações de negócios relacionada com a Gol. Até o momento, não foi assinado nenhum tipo de acordo.

Fontes de mercado reforçaram, contudo, que a percepção é de que a Azul teria de melhorar o seu balanço antes de fazer um M&A. Um novo financiamento com garantia da Azul Cargo, além disso, talvez faria sentido apenas dentro do Chapter 11 — a empresa já deu diversos ativos em garantia para outros financiamentos.

O cenário do setor é complexo e isso acabou levando as ações da empresa a não desempenhar como o grupo esperava. Para além dos impactos do câmbio, as aéreas foram prejudicadas pela crise no Rio Grande do Sul. Juntas, as três principais aéreas do país perderam quase meio bilhão de reais no segundo trimestre por causa das chuvas. O território gaúcho representa 10% da demanda doméstica.

A Azul fechou o segundo trimestre com um prejuízo líquido de R$ 3,8 bilhões, revertendo os ganhos de R$ 23,9 milhões de igual trimestre do ano anterior. Segundo dados do **Valor PRO**, serviço em tempo real do **Valor**, esse foi o maior prejuízo da empresa para um trimestre desde os primeiros três meses de 2020, quando as perdas totalizaram R$ 6,5 bilhões.

Ler mais sobre aviação na Pág. B4

90% da dívida da aérea está nas mãos de cinco arrendadores de aeronaves

Controladora da Gol levanta US$ 1,3 bi com Castlelake

De São Paulo

A holding Abra, controladora da Gol e da colombiana Avianca, conseguiu um empréstimo de US$ 1,3 bilhão com a Castlelake, um dos maiores grupos de arrendamento de aeronaves do mundo. A negociação consta de documentos aos quais o **Valor** teve acesso.

O acordo, segundo fontes, constituiu uma etapa importante para que a Abra se afaste das investidas de detentores de dívidas emitidas no mercado externo ("bondholders"), que vencem em 2028. Esses credores pressionam a holding para ter maior retorno nos títulos. Em jogo, estão as ações da Avianca e as marcas da Gol, dadas como garantia.

Esses credores ganharam "superpoderes" ao, além de financiar recursos à Gol no passado, terem injetado mais dinheiro na companhia no início da sua recuperação judicial nos Estados Unidos (Chapter 11). Em junho, a Abra havia conseguido mais 60 dias para negociar com os "bondholders", e evitar o default e o vencimento antecipado das dívidas.

3,5 bi de dólares é o que a Gol vai reestruturar

Fontes disseram que o empréstimo levantado junto à Castlelake deve ajudar a Abra a conseguir ancorar o futuro da Gol dentro da reestruturação. O valor não é suficiente para cobrir a demanda de recursos da reestruturação, mas seria importante para garantir a quitação de um empréstimo DIP (Debtor-in-Possession). Essa é uma etapa fundamental para que a aérea consiga sair da reestruturação até o primeiro trimestre do ano que vem, em linha com seus planos, de acordo com pessoas próximas.

O plano financeiro da Gol prevê refinanciamento de dívidas de US$ 2 bilhões e uma injeção de capital de US$ 1,5 bilhão via emissão de novas ações.

"A Abra não é só a família Constantino. Há também a Elliott [Investment Management, fundada pelo empresário Paul Singer], por exemplo, que está do lado da Avianca. A entrada da Castlelake pode trazer mais segurança para que eles liberem também alguns cheques", disse uma das fontes.

Segundo essas pessoas a par do tema, a Castlelake é parceira de longa data da Gol. Em 2019, a gestora ajudou a aérea a fazer um leasing financeiro de 12 aeronaves Boeing. A firma, além disso, chegou a disputar com os detentores de dívida de 2028 para fornecer o DIP à Gol. Na época, a estratégia da aérea foi seguir com os "bondholders", uma vez que eles já eram donos de garantias da empresa.

A entrada da Castlelake como fornecedora do DIP poderia levar a um compartilhamento de garantias dadas aos "bondholders" e, com isso, levar à judicialização.

As fontes afirmaram ainda que a entrada da Castlelake como credora vai ser muito mais favorável à Gol e à Abra, uma vez que as empresas estão estreitando relações com um parceiro estratégico ao invés de fundos de Wall Street.

A amarra com esses detentores de dívidas externas surgiu no início de 2023, quando esses credores bancaram uma reestruturação de US$ 1,4 bilhão à Gol. O negócio veio diante da incapacidade da aérea de levantar recursos a um preço competitivo, com seus bonds bastante desvalorizados.

Para convencer os investidores, a Abra deu como garantia marcas da Gol, assim como ações da Avianca. Esses detentores de dívida, contudo, ganharam ainda mais poder ao bancar outro US$ 1 bilhão em um novo empréstimo dentro do Chapter 11 da brasileira, neste ano.

Procuradas, Gol e Abra não se manifestaram sobre o tema. *(CF)*

Destaques

MME e Âmbar
O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, assinou um novo ofício endereçado ao Tribunal de Contas da União (TCU), na noite desta quinta-feira (29), para comunicar o segundo adiamento do acordo com a Âmbar Energia, do grupo J&F, que prevê a entrada em operação de térmicas contratadas em caráter emergencial na crise hídrica de 2021. Pelo acordo, o suprimento já deveria ter começado no dia 22 de julho, mas foi adiado para esta sexta-feira (30). Com o novo ofício, os ministros do TCU terão até 31 de outubro, mais 60 dias, para validar o acordo. O **Valor** apurou que o novo documento assinado pelo ministro permitirá que o suprimento seja iniciado no transcorrer desse prazo se o aval do órgão de controle sair antes.

Dexco muda atuação
A Dexco, investida da Itaúsa e dona de marcas para produtos de casa como Duratex e Durafloor, saiu do mercado de torneiras e chuveiros elétricos, no qual atua com a Hydra e a Corona, segundo informou o Pipeline, site de negócios do **Valor**. Para definir qual será destino do negócio (uma venda, por exemplo), a Dexco contratou uma assessoria especializada.

Varejo Aluguel atrasado e venda abaixo do potencial motivaram a ação, que soma R$ 2,98 milhões

Iguatemi tenta despejar Americanas em SP, em loja que 'vale ouro'

Adriana Mattos
São Paulo

MÔNICA ZABATTINI/ESTADÃO

A unidade, em operação desde 1981, fica na entrada principal do empreendimento, espaço nobre de um dos shoppings mais "premium" do país

O shopping center Iguatemi São Paulo, na capital paulista, entrou com uma ação de despejo contra a Americanas por causa de atraso no pagamento de aluguel de uma loja da rede no empreendimento, como antecipou ontem (29) o site do **Valor**. A soma total da ação, que envolve a dívida, é de R$ 2,98 milhões. Muito cobiçada há anos pela localização privilegiada, a unidade permanece em operação.

No processo, o Iguatemi ainda alega fracos resultados e falta de produtos nas gôndolas para defender seu pedido de despejo da rede varejista da área.

Trata-se de um dos contratos de locação mais antigos no Iguatemi, datado de 1981 — o shopping foi aberto em 1966 — e se o processo evoluir é visto pelo mercado como uma vitória para o shopping, que há anos tem o desejo de retomar o ponto da Lojas Americanas, sem sucesso, segundo fonte a par do tema.

O **Valor** apurou que não haveria dívidas da varejista com o Iguatemi fora do período da recuperação judicial da Americanas. O que existiria é uma dívida anterior ao pedido de recuperação, e que entrou no processo no ano passado, e este seria o foco da ação.

Ocorre que este pagamento tem que seguir os trâmites do plano de recuperação. Por isso, a divergência se manteve e a ação continua em andamento.

Além disso, há questões relacionadas com resultado da rede no ponto, que estaria abaixo do potencial do local. Para um advogado da área, é usual incluir cláusulas de performance em contratos de locação, especialmente em "lojas âncoras" como a da Americanas, que são varejistas que atraem mais tráfego. Mas seria preciso comprovar essa tese juridicamente.

Segundo o jornal "Folha de S. Paulo", o valor do aluguel seria de R$ 248 mil mensais, mas a varejista ofereceu R$ 180 mil. E nos próximos quatro anos, o potencial de locação, com a saída da rede, seria de R$ 24 milhões no total, na visão do Iguatemi.

> "A unidade segue operando normalmente e já apresentou defesa"
> *Americanas*

O ponto da Americanas é um dos melhores metros quadrados do empreendimento, em termos de potencial de venda e localização. "Aquela área da Americanas vale mais que ouro para eles, e o Iguatemi sempre quis de volta", diz uma pessoa a par do assunto.

A unidade fica na entrada principal do empreendimento, espaço nobre de um dos shoppings mais "premium" do país.

Há informações no segmento de que há fila de espera para aquela área, caso venha a ser desocupada. Outro espaço cobiçado é a loja da C&A, também na entrada principal, ambas no piso próximo à Faria Lima.

Marcas internacionais, inclusive ainda não presentes no Brasil, aceitariam fechar contratos de locação a preços bem mais altos do que aquele que a Americanas paga, segundo interlocutores do Iguatemi já teriam comentado com lojistas do local.

"Eles [Iguatemi] estão com demanda acima da capacidade. Inclusive, até por isso, vieram com um plano de expansão", diz uma segunda fonte. A obra de ampliação do shopping está prevista para ser iniciada no primeiro trimestre de 2025.

No passado, o Iguatemi chegou a avaliar uma negociação para mudança de ponto da Americanas dentro do shopping. É possível abrir acordo para isso junto ao condômino, mas o varejista não é obrigado a mudar.

Agora, com o suposto atraso no pagamento, e vendas abaixo do potencial, o Iguatemi pode ir à Justiça solicitar o ponto, algo só possível se há quebra de alguma cláusula do acordo.

Pelos dados do balanço do grupo relativos ao segundo trimestre, foram registrados R$ 87 milhões de aluguel no Iguatemi São Paulo, o maior valor entre todos os shoppings da companhia, e dobro do montante do JK Iguatemi, instalado também na capital.

A ação de despejo começou a tramitar no início de julho, na 33ª Vara Cível de São Paulo, e desde o dia 5 de agosto está conclusa para despacho do juiz do caso.

Procurado, o grupo disse que não comenta processo em andamento. A Americanas informa, em nota, que segue pagando seus fornecedores rigorosamente em dia e sem atrasos: "A companhia informa que a unidade localizada no shopping em questão segue operando normalmente e que já apresentou defesa contra a ação."

> **R$ 87 mi**
> **é a receita em aluguel do Iguatemi até junho**

Paralelamente a esse processo, há ações da Americanas contra shoppings por conta do tema de renovação de contrato de aluguel. As conversas envolvem os shoppings West Plaza e Frei Caneca, ambos em São Paulo, e o Vale Sul, em São José dos Campos (SP).

Renovações são tema recorrente entre empreendimentos e lojistas, mas quando a questão se alonga além do prazo normal de contrato, é possível levá-la para a Justiça.

As negociações podem envolver desde valores de locação até questões contratuais mais gerais. Por exemplo, no caso do West Plaza, apurou o **Valor**, a renovação está sendo tratada num momento em que a área onde a loja está passará por reformas e afetará o tráfego local.

Varejistas vão a Brasília questionar impacto das 'bets'

De São Paulo

Varejistas devem ir a Brasília tratar diretamente de normas mais rígidas envolvendo a lei das apostas esportivas on-line, válida após 2025, por conta de um possível efeito no consumo das empresas do setor, disse ontem (28) a Abras, maior entidade supermercadista do país.

A intenção é que, pela urgência desse tema, a questão avance junto aos políticos da mesma forma que evoluiu a polêmica do crescimento dos marketplaces asiáticos, quando portarias foram publicadas com regras de atuação mais claras, disse ao **Valor** uma fonte.

O **Valor** já havia antecipado na terça-feira que, entre associados da Abras e do IDV, principal instituto do varejo, foi levantada a hipótese de se criar possíveis limitações no uso de cartão de crédito e na liberação de empréstimos consignados (no holerite) voltados para pagamentos de dívidas com jogos. Mas isso exigiria uma negociação com bancos, o que torna o debate mais complexo.

Empresários do setor já estiveram com o vice-presidente Geraldo Alckmin tratando do tema do crescimento as apostas esportivas.

Segundo Márcio Milan, vice-presidente da Abras, a Frente do Comércio e Serviços (FCS), por meio do deputado federal Domingos Sávio (PL-MG), já está a par do tema. E uma das prioridades é discutir junto a interlocutores do governo formas de "agilizar" avanços no tema da lei das apostas. Ontem, estava marcada uma reunião da diretoria e do conselho consultivo da Abras para avançar "de forma mais efetiva" na discussão em Brasília, e analisar "limitações de valores e na propaganda" veiculada na mídia hoje, disse Milan.

"O avanço das 'bets' impacta toda a sociedade, especialmente as famílias mais pobres. Estamos apoiando a PEC que define mais restrições à propaganda das bets, e orientando as empresas do setor que adotem uma política rigorosa na seleção de agências de marketing e 'influencers', de forma a serem mais responsáveis com esse tema", disse ele.

> **30%**
> **dos apostadores são das classes C, D e E**

O deputado federal cearense Luiz Gastão (PSD) está colhendo assinaturas para protocolar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para restringir a publicidade de sites de apostas.

"É preciso escolher agências e influenciadores que prezem pela responsabilidade social e que não incentivem o jogo de forma irresponsável", disse Milan.

Segundo ele, apenas informar, ao final da campanha publicitária, para que consumidores joguem com responsabilidade, não é o bastante. "Dizer só isso é difícil para quem espera ganho fácil."

Para interlocutores das empresas de apostas, já existe um trabalho de comunicação sendo feito de forma transparente, de maneira a reforçar aos usuários que se trata de um entretenimento. E esse aspecto tem sido explorado mais claramente nas campanhas nas últimas semanas, dizem. Além disso, as empresas acreditam que não há uma relação direta e comprovada entre os jogos e efeitos no consumo, disse um porta voz próximo à associação das apostas esportivas.

Segundo uma portaria de julho, as empresas de apostas terão de identificar, qualificar e fazer classificação de risco dos apostadores, e comunicar transações suspeitas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), órgão de combate à lavagem de dinheiro.

Para a associação, há preocupação com apostas por causa dos "mais vulneráveis", considerando que 30% dos apostadores são das classes C, D e E, o maior percentual entre as camadas sociais, segundo o Instituto Locomotiva.

Milan ainda falou de efeito nas vendas — na prática, o grande incômodo das varejistas e a razão da maior pressão sobre o tema . Ele disse que, por conta da queda da inflação de certos alimentos, "era esperado um consumo maior" em julho. Porém, diz que é preciso aguardar os próximos meses para ver se esse quadro se repete, porque ainda não há uma "avaliação efetiva" que a causa esteja nas apostas, apesar de indícios nessa direção dentro das empresas.

"Há companhias alertando seus empregados do efeito dos jogos no salário deles", disse Milan. O **Valor** apurou que a rede Assaí enviou comunicado, dias atrás, a funcionários alertando para "armadilhas" com bets e jogos digitais. *(AM)*

Por que você para de ler um livro?

Comportamento

Isabel Clemente

Sabe os conteúdos patrocinados que passam pela sua rede social? Um que adoro é o trailer com a atriz e comediante americana Amy Poehler para o Masterclass. Ela aparece e solta o seguinte texto, evocando as prateleiras desfocadas atrás de si:

"Sou Amy Poehler. Estou em pé à frente de um monte de livros, o que significa que sou inteligente e você tem algo para aprender comigo."

Ao oferecer uma interpretação crua de um cenário já banal, Poehler, a voz da Joy (Alegria) em Divertidamente, me fez rir. Ri porque "é bem isso", ri porque livros aparecem nos vídeos que gravo, ri porque alguns dos meus livros ainda aguardam por mim. Ri porque livro não atesta inteligência de quem leu e ri porque livros podem nos tornar mais interessantes, claro. Mas vai depender do livro.

A popularização de clubes de livros me enche de otimismo. Num país com pouca tradição de leitura, ver tanta gente querendo se juntar a clubes consola. Por outro lado, a competição do "quantos livros você lê por mês" e os modismos desvirtuam o debate. Por dois motivos, e eu vou deixar uma especialista explicar o porquê.

Primeiro: "Se você lê demais, mas esqueceu o que leu, é porque não te provocou nem acrescentou nada", diz Rosângela Gomes, psicóloga experiente que levou a prática da biblioterapia para o consultório. Trata-se de uma terapêutica que ajuda as pessoas a lidarem com suas questões a partir da leitura de livros. Segundo motivo: "Eu me preocupo quando a pessoa lê só um gênero literário, porque é mais do mesmo.
Ela pode até ler muito, mas sempre a partir do mesmo viés."

O que a Rosângela recomenda, diante de um livro que toca em temas difíceis de "olhar", é se perguntar os motivos pelos quais você quer parar de ler. "O desafio é uma porta que se abre."

Essa pergunta importa, porque entre insistir e desistir pode estar a diferença entre deixar tudo como está ou se tornar uma pessoa melhor. Rápido parênteses para dizer que livros mal escritos e mal embasados, eu largo. Fecha.

No livro "As seis disciplinas do pensamento estratégico" (Objetiva), Michael D. Watkins destrincha as habilidades para progredir no mundo dos negócios. Como era de se esperar, ambição, pensamento crítico e capacidade de fugir do óbvio são algumas das atitudes esperadas de profissionais que se destacam.

Eu comecei a ler o livro à procura da parte do papel da leitura. Li um, dois, quatro capítulos, fui para o fim. Retornei ao início. Não encontrei a parte da leitura, mas cruzei com referências úteis e marquei um monte, como o trecho em que o magnata Fred W. Smith, fundador da FedEx, destaca a necessidade de estar se informando sobre o mundo. Gostei em especial da simplicidade dele em mostrar como as ideias surgem.

"Pode ser que você esteja lendo algo sobre a história cultural dos Estados Unidos e chegue a alguma conclusão sobre os rumos demográficos do país".

Smith diz ler quatro horas por dia, "de jornais a livros sobre gestão e teoria de voo." Aí, com todo o respeito ao império que ele construiu, eu teria me empolgado mais se ele citasse também um Júlio Verne, afinal, a FedEx nunca fez entregas submarinas. Imaginação, gente, imaginação.

A curiosidade estimula "nosso desejo de investigar, descobrir e crescer — o que é útil quando você precisa entrar nos detalhes mais sutis do microambiente, que (...) poderiam acabar passando em branco", escreve Watkins no livro que, sem falar de literatura, exulta benefícios das histórias para o tal pensamento estratégico. Ele explica: a tomada de decisões passa pelo reconhecimento de padrões, algo que depende de raciocínio, memória, percepção e atenção. É preciso "ligar os pontos" e ligar os pontos (grifo meu) é o que a literatura de qualidade nos dará a chance de praticar.

Muitas histórias contrariam nosso viés de confirmação, a já conhecida tendência humana de preferir o conforto de estar entre quem pensa igual. No mais, se você ainda se pergunta "abandono ou não este livro", deixo como dica uma frase de Lacan: "Cada um alcança a verdade que é capaz de suportar."

Isabel Clemente é formada em Jornalismo pela PUC-Rio e mestre em Escrita Criativa pela Royal Holloway, University of London
E-mail
isabelclemente.writer@gmail.com

Rodovia Fundo das famílias Malucelli, Salazar, Federmann e Backheuser derrota oferta do Opportunity

4UM conquista BR-381 e estuda novos leilões

Taís Hirata e
Luiz Fernando Figliagi
De São Paulo

A gestora 4UM (antiga J. Malucelli) venceu na quinta-feira (29) o leilão da concessão da BR-381, entre Belo Horizonte e Governador Valadares (MG), a chamada "Rodovia da Morte". Com isso, o grupo se torna um novo operador de rodovias no país e terá de fazer R$ 5,5 bilhões de investimentos, além de operar a via pelos próximos 30 anos.

Na licitação, a companhia ofereceu um desconto de 0,94% sobre a tarifa de pedágio, que, embora baixo, derrotou a proposta da gestora Opportunity, que propôs deságio de 0,10%.

O ministro de Transportes, Renan Filho, reconheceu que se trata de um desconto pequeno, mas comemorou o resultado. "A gente defende que o projeto seja exequível. Não adianta ter um superdescontão e depois não ter as obras. O importante é ter a BR-381 duplicada", afirmou.

Desde o governo passado, a concessão da BR-381 vinha sendo alvo de tentativas fracassadas de licitação. O projeto enfrentava dificuldade para atrair o setor privado devido, principalmente, aos riscos geológicos da operação e das obras consideradas complexas. Para viabilizar o leilão, o governo aumentou a taxa de retorno do contrato, ampliou o compartilhamento de riscos e assumiu parte das obras, em um trecho considerado mais complicado pelas operadoras privadas.

A 4UM vinha estudando o edital há cerca de dois anos, e as mudanças recentes foram importantes para a participação na licitação, segundo o presidente da gestora, Leonardo Boguszewski. "Estamos muito seguros do tamanho do desafio, mas também da nossa capacidade de executar."

CHRISTIANE COSTA/B3

Representantes da 4UM, vencedora do leilão da BR-381; à esquerda Leonardo Boguszewski

Entre os investimentos de R$ 5,5 bilhões previstos estão incluídos 134,4 km de duplicações, 83 km de faixas adicionais e 9,7 km de vias marginais.

A empresa participou do leilão por meio de um Fundo de Investimentos em Participações (FIP), que além da família Malucelli, controladora da 4UM, tem como cotistas as famílias Salazar, Federmann e Backheuser, donas das construtoras Aterpa, Senpar e Carioca Engenharia.

Trata-se de um grupo financeiro, mas com DNA de construção, segundo Boguszewski. Na concessão, as empresas de engenharia das famílias não são diretamente acionistas, mas a ideia é que façam parte das obras previstas no contrato "sempre que fizer sentido", afirmou o executivo.

O FIP da 4UM, que é totalmente voltado a projetos rodoviários, já captou R$ 800 milhões, porém, há disposição dos sócios em fazer aportes adicionais se necessário e a depender dos próximos leilões. Para os investimentos na concessão da BR-381, a ideia é uma combinação de recursos próprios e financiamento.

A 4UM se apresenta como um novo ator do setor rodoviário e diz que está estudando os próximos leilões. A relação do grupo com as construtoras dos acionistas é um ponto positivo, segundo o presidente. "Outros 'players' [atores] financeiros que não têm o DNA de construção em sua origem podem vir a ter desafios, porque são muitos projetos a caminho, podem ter falta de expertise, de mão de obra, desvio das projeções de 'capex' [investimentos]. A gente já tem essas obras pré-alinhadas", afirmou.

O presidente sinaliza que os projetos federais estão entre os analisados pelo grupo, e diz que o foco principal deverá ser nos quatro Estados em que as famílias já atuam: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná.

Hoje, no mercado de concessões rodoviárias, a lista de licitações é longa. Só no governo federal já há dois leilões marcados. Em 26 de setembro, deverá ser ofertada a chamada "Rota dos Cristais", que inclui o trecho da BR-040 entre Belo Horizonte e Cristalina (GO) — segundo o ministro, a expectativa é de um "recorde de competição" nesse projeto. O secretário-executivo da pasta, George Santoro, disse que ao menos oito grupos estão estudando o edital, que é menos complexo do que o da BR-381. "Esse aí [BR-381] é muito complicado em termos de engenharia. O próximo é mais simples, o projeto tem bem menos risco."

R$ 5,5 bi
de investimentos estão previstos

No dia 31 de outubro, está programada a licitação da chamada Rota do Zebu, na ligação da BR-262, de Uberaba (MG) até a cidade de Betim (MG), na região metropolitana de Belo Horizonte. Além disso, ao menos mais três leilões federais deverão ser realizados em dezembro.

Na quinta, a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) aprovou o edital da concessão da Rota Verde (a BR-060/452 em Goiás), que deverá ser leiloada no dia 12 de dezembro. "Na semana que vem, se tudo correr bem, também vamos deliberar a abertura dos lotes 3 e 6 de rodovias do Paraná", afirmou Rafael Vitale, diretor-geral da agência.

Há ainda outros projetos que devem ter edital publicado neste ano, como o Lote CN5, que inclui um trecho da BR-364 entre Porto Velho (RO) e Vilhena (RO); e a BR-040, entre Juiz de Fora (MG) e o Rio. Porém, a expectativa é que as licitações fiquem para o início de 2025, segundo Vitale.

Além dos projetos federais, o governo paulista tem também dois leilões de concessões rodoviárias marcados para 2024, dos Lotes Sorocabana e Nova Raposo.

Diante da longa oferta de licitações, a participação de dois grupos novos no setor rodoviário foi destacada pelo ministro. A gestora Opportunity já possui outros ativos de infraestrutura no país, mas ainda tenta fazer sua entrada no segmento rodoviário.

Combustível Contrato com Petrobras termina em 2029 e empresa quer prosseguir, mas dentro de determinadas condições, diz CEO

Vibra prioriza renovar marca BR, mas já tem seu 'plano B'

Fábio Couto
De Rio

O presidente da Vibra, Ernesto Pousada, afirmou que a empresa tem como prioridade renovar a marca Petrobras na rede de postos de combustíveis. Segundo o executivo, pesquisas internas apontam maior aproximação do consumidor de postos da Vibra com a marca BR, especialmente em segmentos como lojas de conveniência (BR Mania) e troca de óleo (Lubrax).

O desfecho, porém, depende de conversas com a estatal. Caso a distribuidora não consiga renovar o contrato de uso da marca BR nos mais de 8 mil postos da rede, o plano B será desenvolver a marca Vibra, um movimento já experimentado por outras empresas, observou. "Depende das duas partes desenvolver a discussão nos próximos poucos anos. A Vibra quer [renovar], mas dentro de determinadas condições", disse Pousada, durante o Vibra Investor Day, na quinta-feira (29).

O contrato de uso da marca BR pela Vibra tem prazo de dez anos e se encerra em 2029. Procurada, a Petrobras não comentou.

Pousada afirmou que parte da estratégia de crescimento da Vibra será por meio de aumento das vendas de lubrificantes para o mercado internacional, especialmente para a América Latina, onde a companhia ainda não é tão presente. A posição de mercado da empresa nesse mercado ainda é muito pequena, com espaço para crescimento até se tornar líder regional, disse o executivo durante o evento.

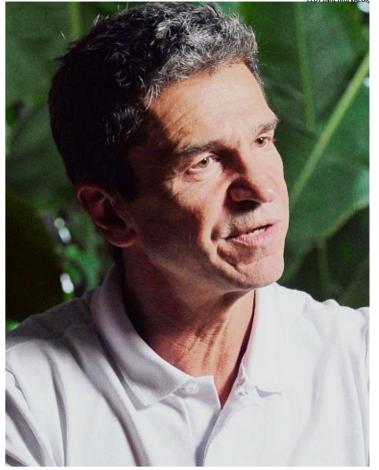
> "Depende das duas partes desenvolver a discussão nos próximos anos"
> *Ernesto Pousada*

O começo da internacionalização, acrescentou a vice-presidente de negócios, produtos e marketing da Vibra, Vanessa Gordilho, será a partir do sul da América do Sul, nos seis países onde a empresa já possui bases e atuação. "Não será do zero e não exige muito esforço", disse Gordilho.

De acordo com Pousada, os últimos quatro trimestres foram dedicados pela companhia para "arrumar a casa". Além disso, o executivo ressaltou que a empresa vai prosseguir com a preparação de processos internos e de gestão para um novo ciclo de crescimento que, segundo ele, virá nos próximos anos.

Outro caminho de expansão é a Comerc, cuja aquisição da participação remanescente de 50% foi anunciada na semana passada. Para isso, a empresa vai colocar em prática um plano de aproveitar R$ 1,4 bilhão em sinergias, que inclui refinanciamento de dívidas da empresa de energia, mais caras do que o custo médio do passivo da Vibra, entre outros pontos, destacou Clarissa Saddock, vice-presidente de energia renovável e ESG da empresa.

> **8 mil**
> **é o total de postos da Vibra no Brasil**

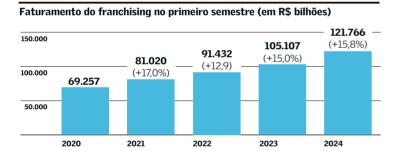
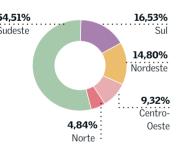
A Vibra também vê oportunidades na parceria firmada recentemente com o Itaú para comercialização de energia, especialmente por causa das perspectivas de abertura total do mercado nos próximos anos, e em projetos na gaveta, de micro e minigeração distribuída (GD) e eficiência energética.

Pousada, da Vibra: mercado de lubrificantes é um dos caminhos de expansão

Em gás natural, disse Pousada, a empresa ainda não tem uma presença mais maciça e está buscando "ângulos certos" para ter acesso à molécula e avançar neste segmento, para complementar o portfólio de produtos para os clientes da companhia. No entanto, segundo o executivo, a empresa "não tem paixão de estar no gás natural" e qualquer movimento será feito com disciplina de capital. Pousada afirmou ainda que a Vibra projeta um crescimento de 15% no mercado de combustíveis líquidos até 2030.

Franquias crescem no 1º semestre 15,8%, com receita de R$ 121,7 bi

Desempenho do franchising no 2º tri
Setor faturou R$ 61,2 bilhões no período

Faturamento do franchising no 2º trimestre (em R$ bilhões)

Faturamento do franchising no primeiro semestre (em R$ bilhões)

Distribuição do faturamento por região – 2º trimestre de 2024

Distribuição das unidades – 2º trimestre de 2024

Fonte: Pesquisa Trimestral de Desempenho / ABF

Desempenho

Paulo Gratão
PEGN, de São Paulo

O setor de franquias cresceu 15,8% no primeiro semestre de 2024, na comparação com o mesmo período do ano passado, atingindo faturamento acumulado de R$ 121,7 bilhões. Considerando apenas o segundo trimestre, a receita total foi de R$ 61,2 bilhões, aumento de 12,8% em relação a igual período de 2023. Os dados são da Pesquisa Trimestral de Desempenho, feita pela Associação Brasileira de Franchising (ABF).

Tom Moreira Leite, presidente da ABF, atribui o resultado à recuperação econômica pós-pandemia, ao aumento do consumo e à capacidade de adaptação das franquias às novas demandas do mercado. Ele também menciona a gestão mais profissional das unidades franqueadas. "Considerando o desemprego em uma mínima histórica e recordes sendo alcançados na massa de rendimentos dos brasileiros, vemos o franqueado buscar o setor mais por vocação do que por necessidade", diz.

A região Sudeste detém a maior fatia do faturamento do setor, com 54,51%. O Sul fica em segundo lugar, embora as enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul em maio tenham reduzido a participação da região, de 17,59% no segundo trimestre de 2023 para 16,53% neste ano. Leite pontua, no entanto, que a retomada em diversos segmentos já podia ser observada em junho. "Serviços, obviamente, ainda seguem muito prejudicados", diz.

A entidade estima que o impacto da tragédia no faturamento do setor no RS corresponda, aproximadamente, a um mês de atividade da base instalada no Estado – cerca de 10,9 mil unidades franqueadas.

Três segmentos tiveram crescimentos mais expressivos entre abril e junho. O primeiro é Saúde, Beleza e Bem-Estar, com expansão de 21,7% em faturamento, amparado no aumento de produtos farmacêuticos, na personalização e na variedade de portfólio. O Boticário, a maior do nicho, é uma das marcas que têm diversificado a oferta, com produtos para pets e até para casa, além de serviços de maquiagem nas lojas. Leite também menciona o bom desempenho entre as redes de odontologia.

O segundo é Alimentação – Food Service, com crescimento de 16,4%, após a consolidação do delivery e a busca por melhor relação custo-benefício do consumidor. "Essas marcas têm sido muito beneficiadas com o declínio do home office", diz. Casa e Construção (15,1%) vem em seguida. O segmento surfou no aumento do crédito imobiliário e de programas de financiamento populares.

O único segmento que apresentou queda no segundo trimestre foi Alimentação – Comercialização e Distribuição (- 6,9%). De acordo com Leite, o resultado foi influenciado pelo calendário, uma vez que a Páscoa de 2024 ocorreu em março.

> Estudo identificou a abertura de 4.273 unidades franqueadas no segundo trimestre

O estudo identificou a abertura de 4.273 unidades franqueadas no segundo trimestre, totalizando 193.151. No período, o número de lojas cresceu 2,7%. Os repasses (venda de franquias em funcionamento) tiveram ligeira alta, de 0,7% para 0,9% do total. O aumento de franquias também impulsionou em 3,85% a quantidade de empregos diretos no setor no segundo trimestre, passando de 1,612 milhão para 1,674 milhão. O saldo do semestre é de 11.746 novas unidades franqueadas.

Os segmentos que mais abriram franquias no segundo trimestre foram Limpeza e Conservação (6,5%), Alimentação - Comercialização e Distribuição (6,1) e Alimentação - Food Service (4,8%). A distribuição geográfica das unidades se mantém parecida com a média histórica, com mais da metade (53,47%) na região Sudeste.

Para Embraer, crise da Azul não vai afetar vendas

Aeronaves

Cristian Favaro
De São Paulo

A reestruturação dos compromissos financeiros da Azul, única aérea hoje a operar os modelos comerciais da Embraer no Brasil, não deve afetar a venda de aviões da companhia. De acordo com o diretor financeiro da fabricante de aeronaves, Antonio Carlos Garcia, a empresa de David Neeleman segue comprando aviões e vai continuar comprando, assim como a concorrente Gol segue buscando aviões da Boeing, apesar de estar em processo reestruturação financeira sob proteção do "Chapter 11" da Lei de Falências dos Estados Unidos.

Em evento na B3, para marcar os 35 anos de listagem da Embraer em bolsa, Garcia saudou a parceria da companhia com a Azul. "Eles pegam avião de empresas de leasing. A gente já sabe que os 'lessores' [arrendadores de aviões] vão continuar dando crédito para a Azul, assim como para a Gol. A gente confia muito no modelo de negócio da Azul. Está mais complicado para eles, mas a gente acha que eles vão sair dessa", disse.

Sobre o desempenho da fabricante de aeronaves, o presidente Francisco Gomes Neto afirmou que os próximos cinco anos vão ser positivos, diante da forte demanda por seus aviões. "Nossa carteira de pedidos superou os US$ 21 bilhões, o que dá cerca de mais de 3 anos de produção. E temos várias campanhas de venda em andamento", afirmou.

O executivo lembrou que a Embraer enfrentou diversos desafios nos últimos anos, com a pandemia e o fracasso das negociações para a criação de uma joint venture na divisão comercial com a Boeing. "O ano de 2020 foi difícil, com prejuízo enorme. Mas um ano depois, no fim de 2021, o caixa que era negativo em R$ 900 milhões virou para positivo em R$ 300 milhões. O prejuízo virou lucro", disse.

Da mesma forma, as margens começaram a se recuperar. Rodrigo Silva e Souza, vice-presidente de marketing e estratégia de mercado da aviação comercial da Embraer, destacou que, desde o ano passado, a empresa passou a ter melhores margens nas vendas de aeronaves a partir de uma mudança na política de descontos.

> "Confiamos muito no modelo de negócios da Azul. Eles sairão dessa"
> *Antonio C. Garcia*

"Nas novas vendas, desde o ano passado, temos trabalhado para aumentar a lucratividade e aproveitar o vento a favor de mercado. Portanto, acredito que em 2026 e 2027 devemos melhorar significativamente [a lucratividade]", disse, durante o evento desta quinta-feira (29).

Conforme o executivo, a política de descontos foi desenhada considerando-se diferentes fatores, incluindo pandemia, fim do acordo com a Boeing e a compra do programa de jatos C-Series (hoje A220) da Bombardier pela Airbus.

"Esses fatores fizeram com que a gente tivesse de ser mais agressivo, para manter o oxigênio da empresa em anos críticos. Isso já mudou em função da forte demanda de mercado. A gente não precisa mais ser tão agressivo como antes. Já temos a linha 2025 basicamente vendida e 2026 uma boa parte vendida", observou. Segundo Souza, a Embraer espera chegar em 2026 retomando seu patamar de 100 aviões comerciais produzidos ao ano.

A decisão do governo de liberar o crédito às aéreas via uso do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) como garantidor, mas sem a obrigatoriedade de que ele fosse usado na compra de aviões da Embraer, não é algo que abalou a fabricante brasileira.

"A gente não conta com obrigação de compra de clientes. Agora de fato o que a gente vê é que o mercado brasileiro, como em outros mercados, precisa de mais conectividade", disse Souza.

"Se a gente pegar duas das maiores regiões, São Paulo e Rio, elas representam 40% do movimento. É um mercado concentrado e que precisa ser descentralizado e desenvolvido novas rotas", disse. O uso de aviões de menor porte, como os jatos comerciais da Embraer, seria central para essa estratégia.

Francisco Gomes Neto exaltou o governo brasileiro pelo apoio que tem sido oferecido à companhia. "A perspectiva que eles olham é que, em outros países em que aviões são produzidos, o percentual de produção nacional voando é de 40%. Aqui, é só de 12%. Temos apenas uma aérea com jatos da Embraer", disse.

Alupar vence leilão de linha de transmissão de R$ 2,2 bi no Peru

Energia

Robson Rodrigues
De São Paulo

A Alupar, "holding" com atuação em geração e transmissão de energia elétrica, venceu o leilão para construção de cinco novos empreendimentos no Peru, correspondentes a investimentos de US$ 400 milhões (R$ 2,2 bilhões) e que vão gerar US$ 59,9 milhões (R$ 330 milhões) em novas receitas ao longo dos próximos anos.

O projeto está distribuído entre os Estados de Lima, Ica e Ayacucho e contempla 177 quilômetros de linhas de transmissão, além da implantação de seis subestações.

"Este é mais um passo importante em nossa estratégia de crescimento sustentável, visando a manter a perenidade de nosso negócio, com retorno consistente aos nossos acionistas. Estamos presentes no Peru desde 2013 e reafirmamos nosso compromisso com o desenvolvimento da matriz energética e da economia do país", disse Luiz Coimbra, superintendente de relações com investidores da empresa.

Com projetos no Chile, Peru, Colômbia e Brasil, a empresa vem apostando na estratégia de mirar em planos de crescimento na América Latina e confirmou que estará no leilão que ocorrerá no Brasil, em setembro.

Os leilões na América Latina ainda são pouco acompanhados. A Alupar é a única empresa de transmissão brasileira que participa desses leilões. Embora a companhia esteja iniciando um novo ciclo de investimentos no Brasil e no exterior, Coimbra afirmou, na divulgação do balanço do segundo trimestre de 2024, que, até então, não havia planos de alterar a política de dividendos, que atualmente prevê a distribuição de, no mínimo, 50% do lucro regulatório. A alavancagem da empresa, medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização), fechou o período em 3,3 vezes.

Estratégia Indústria farmacêutica desistiu da Jequiti, mas segue buscando empresa de cosméticos

Cimed planeja investimentos de R$ 3,5 bi

Daniela Braun e Ana Luiza de Carvalho
De São Paulo

A farmacêutica Cimed investirá R$ 2 bilhões em expansão de capacidade produtiva e R$ 1,5 bilhão em marketing nos próximos cinco anos, apostando em uma maior participação na indústria de bens de consumo. Seu presidente João Adibe desistiu de comprar a Jequiti, fabricante de cosméticos do grupo Silvio Santos, mas continua buscando ativos nessa área. A meta é ambiciosa. "Queremos ser a Procter & Gamble brasileira", disse o empresário ao **Valor**.

O portfólio já é variado. Além dos medicamentos, há repelentes, lubrificantes íntimos e produtos para barba. O carro-chefe são os protetores labiais Carmed, onde a companhia aplica algumas de suas práticas de marketing mais agressivas no ambiente digital. Mas o plano é ampliar a gama de produtos.

A estratégia de se tornar uma grande empresa de produtos de consumo, como a P&G, lembra a tentativa da Hypermarcas, anos atrás, de ampliar o portfólio. Acabou voltando atrás e, desde 2018, chama-se Hypera, com o foco em medicamentos.

Mas, segundo analistas ouvidos pelo **Valor**, o plano da Cimed tem potencial e pode dar certo. Os sócios da LEK Consultores, Rafael Freixo e Mauricio Franca, apontam que a expansão de portfólio e o fortalecimento de marcas são estratégias condizentes em uma busca por maior rentabilidade, considerando o ambiente de disputa acirrada dos medicamentos genéricos.

"É um caminho bastante válido que as farmacêuticas brasileiras podem adotar, testado fora do país e que já deu certo", disse Franca, que é sócio e líder da prática de saúde da LEK para a América Latina . "A Cimed busca se sofisticar, inclusive com as pessoas que trouxe para o conselho e para a diretoria". Questionados, os analistas não veem semelhança entre o plano da Cimed e o caso da Hypera.

O vice-presidente da Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo e fundador da consultoria Varese Retail, Alberto Serrentino, avalia que a estratégia de Adibe faz sentido. "A Cimed tem uma das maiores capilaridades de atendimento ao varejo farmacêutico no Brasil, então vai criando produtos que, no fundo, entram em uma máquina de logística e vendas que já funciona".

A Carmed, marca de hidratantes labiais, será um dos caminhos de crescimento em bens de consumo, diz Adibe, um importante garoto-propaganda da companhia, ao lado da irmã Karla Marques Felmanas, vice-presidente. Juntos, alcançam cerca de 4,9 milhões de seguidores na rede social Instagram. No TikTok, onde o hidratante Carmed com sabores de balas atraiu muita atenção em 2023, Adibe tem quase 600 mil seguidores.

Mais do que acumular seguidores nas redes, os donos querem engordar um negócio que gerou lucro líquido de R$ 223,6 milhões e receita líquida de R$ 2,25 bilhões em 2023. Até 2029, a empresa investirá R$ 2 bilhões para ampliar linhas de produtos, capacidade produtiva e distribuição, e mais R$ 1,5 bilhão em marketing para impulsionar sua nova fase.

Com o aporte em infraestrutura, a empresa pretende dobrar a capacidade produtiva para 100 milhões de unidades ao mês, até 2029. Atualmente, as duas unidades produtivas da Cimed, em Pouso Alegre (MG), produzem 50 milhões de unidades mensais, sendo 60% de medicamentos genéricos e

ANA PAULA PAIVA/VALOR

João Adibe, presidente da Cimed, vai investir R$ 2 bi na produção e distribuição e mais R$ 1,5 bi em marketing até 2029

40% de produtos de higiene, beleza e consumo, incluindo protetores labiais e vitaminas Lavitan.

Segundo Adib, a empresa estuda instalar uma terceira unidade industrial mais próxima das regiões Norte e Nordeste, mas ainda sem previsão de quando ou onde a nova fábrica será erguida. A companhia conta com 27 centros de distribuição, em todos os Estados brasileiros, para atender 90 mil pontos de venda no país, inclusive pequenos negócios fora das grandes redes regionais.

Além do investimento robusto, subsidiado com parte do caixa da empresa e parte do bolso dos controladores, a Cimed vem reformulando sua gestão.

Há dois anos, anunciou Nicola Calicchio como presidente do conselho de administração e, desde então, vem contratando executivos de peso, vindos de multinacionais como AB Inbev, McDonald's e a antiga Johnson & Johnson, cujas operações foram cindidas na nova companhia Kenvue, em agosto do ano passado.

Ao lado de Adibe, no escritório da empresa, em São Paulo, Calicchio e o vice-presidente de inovação e crescimento, Deco Mendes, também vestiam a camisa da empresa. A polo amarela, cor da companhia, traz o símbolo da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) em referência ao patrocínio da seleção brasileira, renovado em março, por R$ 100 milhões, até 2028.

A decoração da sede da empresa segue o estilo de startups, sem divisórias, com funcionários jovens, incluindo a terceira geração da família, e muitas cores, especialmente o amarelo. A cor também dá nome à nova iniciativa "Foguete Amarelo" de gestão e financiamento de pontos de venda. A plataforma será lançada em outubro, em parceria com o banco Safra e conta com o suporte da área de tecnologia.

Até o fim de 2025, a Cimed investirá R$ 200 milhões em ferramentas de inteligência artificial (IA) do Google, softwares de apoio a vendas da Salesforce e na atualização do software de gestão empresarial da SAP para a nuvem.

A digitalização de processos para acompanhar tendências de mercado se encaixam no que a empresa chama de sua "nova era". A missão, segundo Adibe, é faturar R$ 5 bilhões até o fim de 2025 e encerrar 2029 na marca dos R$ 10 bilhões.

A Cimed conta com um portfólio de 600 produtos e segue em expansão. Esta semana, a empresa ampliou a linha Carmed em parceria com a fabricante de balas Fini. Opera no segmento de higiene pessoal com a marca de lenços umedecidos João e Maria, após aquisição da R2N. Em março, havia anunciado o desejo de atuar no mercado de venda direta, sem detalhar as empresas envolvidas na negociação. Mais tarde, foi revelado que tratava-se da Jequiti, empresa do Grupo Silvio Santos. A negociação durou oito meses, porém, foi por água abaixo — mesmo antes da morte do empresário, no último dia 17. Conforme apurou o **Pipeline**, o valor que estava na mesa para a compra chegou a R$ 450 milhões. Adibe não confirma a cifra tampouco revela em qual segmento de beleza a empresa deve apostar, mas garante que a Cimed não pretende construir, do zero, um modelo de venda direta ao consumidor. "Iniciar um novo porta a porta no Brasil é muito complicado", diz o executivo. "Meu foco é entregar ao varejo".

Em portfólio de produtos, uma das apostas recentes da farmacêutica é o segmento de estética profissional. Em janeiro, a empresa anunciou um investimento de R$ 50 milhões na marca Milimetric Pro, 100% composta por produtos importados da Coreia do Sul e vendidos a profissionais. Na sequência, a empresa expandiu a linha para vendas de dermocosméticos ao consumidor. Outra ampliação de portfólio foi da marca de lubrificantes íntimos K-med, que lançou camisinhas. Hoje a K-med está presente também em sex shops, com uma linha de brinquedos sexuais.

Desempenho e estrutura

Dados da Cimed

	2023 (R$)	2022 (R$)	Variação (%)
Lucro Líquido	291,4 milhões	223,6 milhões	30,3
Receita líquida	2,25 bilhões	1,94 bilhão	15,9
Ebitda ajustado	555,4 milhões	478,6 milhões	16
Caixa líquido	478 milhões	508 milhões	-5,9

Fundação:	1977, em São Paulo
Áreas de atuação:	Medicamentos genéricos, vitaminas e produtos de beleza e bem estar
Funcionários	5 mil
Volume de produtos	600
Fábricas	Pouso Alegre e São Sebastião da Bela Vista (MG)
Capacidade fabril	50 milhões de caixas/mês
Sócios controladores	João Adibe Marques, presidente, e Karla Marques Felmanas, vice-presidente

Fonte: Cimed / Agosto 2024

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Alexander Rodrigues Romanski Me, Nome Fantasia Romanski Service -** CNPJ: 09.569.755/0001-86 - Endereço: Rua Viena, 160, Bairro Utinga - Requerente: Alexander Rodrigues Romanski ME - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Pedido de auto falência redistribuído.

Requerido: **B6 do Brasil Ltda. -** CNPJ: 12.369.857/0001-62 - Endereço: Av. Novo Brasil, 123, Cidade Industrial Satélite, Guarulhos/sp - Requerente: Jomarca Industrial de Parafusos Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Requerido: **Clínica de Estética Llux Carneiro Ribeiro Ltda., Nome Fantasia La Finesse Estética Avançada -** CNPJ: 40.472.753/0001-14 - Endereço: Rua Antonio Camardo, 727, Bairro Vila Gomes Cardim - Requerente: Clínica de Estética Llux Carneiro Ribeiro Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Pedido de auto falência redistribuído.

Requerido: **Cobrecor Indústria e Comércio de Artefatos Plásticos e Derivados Ltda. -** CNPJ: 36.077.797/0001-72 - Endereço: Rua Secundino Domingues, 396 A, Bairro Jardim Independência - Requerente: Flamex Comércio, Importação e Exportação Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Requerido: **Conduscabos Brasil Indústria e Comércio de Condutores Elétricos Eireli ME -** CNPJ: 11.348.203/0001-90 - Endereço: Estrada do Coco, Km 9,5, S/nº, Galpão 03, Vila de Abrantes, Camaçari/ba - Requerente: Treviso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial - Vara/Comarca: 4a Vara de Atibaia/SP

Requerido: **Distribuidora Jc Bambu Ltda. Epp -** CNPJ: 09.065.612/0001-37 - Endereço: Rua André de Leão, 268, Bairro do Brás - Requerente: Banco Fibra S/A - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Requerido: **Embratronic Indústria e Comércio de Eletroeletrônicos Ltda. -** CNPJ: 28.071.795/0001-48 - Endereço: Rua da Tropicália, 723, 1º e 2º Andares, Bairro Jardim Pedro José Nunes - Requerente: Jomarca Industrial de Parafusos Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Requerido: **Lira Alimentos Indústria e Comércio Ltda. -** CNPJ: 24.568.296/0001-00 - Endereço: Rodovia Br 101, Km 70, Nº 500, Loja C, Bloco C, Loja Horto, Bairro Curado - Requerente: 3mi Securitizadora S/A - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Falências Decretadas

Empresa: **Ibrace Instituto Brasileiro de Certificação -** CNPJ: 04.469.737/0001-09 - Endereço: Rua Maestro Francisco Manoel da Silva, 85, Bairro Jardim Santa Genebra - Administrador Judicial: Mrs Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Empresa: **Instituto de Certificações Brasileiro S/A -** CNPJ: 07.455.563/0001-13 - Endereço: Rua Maestro Francisco Manoel da Silva, 71, Bairro Jardim Santa Genebra - Administrador Judicial: Mrs Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Empresa: **Ipda Instituto de Pesquisa, Desenvolvimento e Automação -** CNPJ: 24.722.164/0001-90 - Endereço: Rua Maestro Francisco Manoel da Silva, 85, Térreo, Bairro Jardim Santa Genebra - Administrador Judicial: Mrs Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Empresa: **Plastilica Comércio de Plásticos, Embalagens e Travesseiros Ltda. -** CNPJ: 40.627.239/0001-00 - Endereço: Rua Riachuelo, 1560, Bairro Jardim Santa Rosa, Nova Odessa/sp - Administrador Judicial: Brasil Expert Análise Empresarial de Insolvência Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Odontrat Assistência Odontológica Ltda. -** CNPJ: 02.492.694/0001-57 - Endereço: Av. Antonio Afonso de Lima, 448, Centro - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Canroo Comércio de Artefatos de Couro Ltda. -** CNPJ: 01.401.206/0001-96 - Endereço: Rua Dr. Geraldo Campos Moreira, 375, Cjto. 42, Sala 01, Bairro Cidade Monções - Administrador Judicial: Dr. Bruno Galvão Souza Pinto de Rezende - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Fj Agroindustrial S/A -** CNPJ: 08.533.599/0001-30 - Endereço: Av. Cristal, S/nº, Centro, Itanhaga/mt - Administrador Judicial: B. C. S. Administração Judicial, Consultoria Empresarial e Perícias Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT

Empresa: **Marcos Aurélio Costa da Silva, Empresário Rural -** CNPJ: 55.804.056/0001-90 - Endereço: Av. Historiador Rubens de Mendonça, 1731, Sala 510, Bairro Bosque da Saúde - Administrador Judicial: B. C. S. Administração Judicial, Consultoria Empresarial e Perícias Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT

Empresa: **Master Comércio e Exportação de Cereais Ltda., Nome Fantasia Grupo Master Grãos -** CNPJ: 14.119.613/0001-57 - Endereço: Rua Colonizador Enio Pipino, 6147, Setor Industrial Norte - Administrador Judicial: Aj1 Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Ricardo Ferreira de Andrade - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT

Empresa: **Master Log Ltda., Nome Fantasia Grupo Master Grãos -** CNPJ: 28.092.065/0001-23 - Endereço: Rua Colonizador Enio Pipino, 6147, Sala 02, Setor Industrial Norte - Administrador Judicial: Aj1 Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Ricardo Ferreira de Andrade - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT

Empresa: **Mult Side Comércio de Artefatos de Couro Ltda. -** CNPJ: 01.358.979/0001-37 - Endereço: Rua Dr. Geraldo Campos Moreira, 375, Cjto. 42, Sala 02, Bairro Cidade Monções - Administrador Judicial: Dr. Bruno Galvão Souza Pinto de Rezende - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **R. M. Agrícola Ltda. Me, Nome Fantasia Grupo Master Grãos -** CNPJ: 18.426.776/0001-33 - Endereço: Av. Dr. Hélio Ribeiro, 525, Sala 2103, 21º Andar, Bairro Alvorada, Cuiabá/mt - Administrador Judicial: Aj1 Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Ricardo Ferreira de Andrade - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT

INÊS 249

INÊS 249

BMW Station wagon usa um motor V8 4.4 litros e acelera até 100 km/h em apenas 3,6 s

M5 Touring é perua híbrida de 727 cv que desafia Audi RS6 Avant

Cauê Lira
Da Autoesporte

A belíssima BMW M5 Touring está entre nós. Quer dizer: a perua acaba de ser apresentada globalmente com uma das mais velozes do mundo. E, pela primeira vez em seus 40 anos de história, a station wagon estreia um poderoso conjunto híbrido de mais de 700 cv de potência (o mesmo do novo sedã M5) para concorrer com a Audi RS6 Avant. A chegada ao Brasil, porém, é improvável. Infelizmente.

Em sua nova geração, a M5 Touring foi inspirada em modelos de corrida. Isso fica claro pelas linhas robustas, demarcadas por vincos e arestas bem projetadas. Sua linguagem visual não é polêmica como a de tantos outros carros da marca alemã, incorporando faróis full-LED proporcionais, grade frontal bipartida com acabamento preto brilhante e grandes entradas de ar na região inferior do para-choque.

Acompanhando a silhueta, a M5 Touring tem uma grande área envidraçada e rodas de 20 polegadas com assinatura M Sport, a divisão esportiva da marca alemã. Já a traseira é o ponto de maior destaque (e não era para menos), com um generoso para-choque e as quatro saídas de escapamento. As lanternas estão mais compridas e são iluminadas o tempo inteiro por dois filetes de LED separados. Por fim, o porta-malas tem 500 litros de capacidade com abertura e fechamento elétrico da tampa.

A BMW também ousou ao incorporar muitos adereços coloridos ao painel da Touring. Detalhes vermelhos e azuis, as cores da linha M Sport, aparecem nos revestimentos e nas partes plásticas. Há uma grande tela integrada para central multimídia e painel de instrumentos, com resolução full-HD e placa de vídeo utilizada em computadores de última geração. Já o console central ficou mais alto.

DIVULGAÇÃO

O M5 Touring chega às lojas da Europa a partir de € 130 mil, perto dos R$ 780 mil numa conversão direta, sem incluir impostos

Em relação à conectividade, há Android Auto e Apple CarPlay com pareamento sem fio. A BMW também inseriu um novo assistente pessoal controlado por uma inteligência artificial para facilitar tarefas do dia a dia.

Mas vamos ao que mais interessa: o coração do BMW M5 Touring, que combina um motor 4.4 V8 biturbo com propulsores elétricos de última geração. Sozinha, a unidade desenvolve 585 cv e 75 kgfm de torque, com a transmissão automática de oito velocidades Steptronic.

O motor elétrico está instalado no câmbio e entrega 197 cv e 20 kgfm extras — o que resulta em 727 cv de potência combinada. Vale lembrar que este resultado não é a soma exata dos números, pois os motores a combustão e elétrico nunca entregam suas capacidades totais no mesmo instante.

A unidade elétrica é abastecida pela bateria de 22 kWh com fonte de carregamento remota (portanto, trata-se de um híbrido plug-in). A capacidade de recarga está limitada a 11 kW (AC) e sua autonomia em modo elétrico é de 67 km em ciclo europeu (WLTP).

250 km/h
É a velocidade máxima da versão básica do M5

Pisando fundo e combinando os motores, a BMW M5 Touring vai de zero a 100 km/h em 3,6 segundos. O que atrapalha baixar esta marca é o peso da perua: 2.560 kg. A velocidade máxima é de 250 km/h na versão básica, mas pode chegar a 305 km/h com o incremento do pacote M Driver (este é opcional). Para atingir tal marca, só em uma Autobahn alemã.

Ainda de acordo com a marca, a M5 Touring pode chegar a 140 km/h sem a intervenção do motor a combustão. Portanto, é possível dirigir a perua no dia a dia sem despertar o possante 4.4 V8 biturbo, que dormirá tranquilamente abaixo do capô enquanto não emite gases na atmosfera.

Como não poderia faltar em uma legítima perua Motorsport, a nova M5 estreia reforços na suspensão e em todo o sistema de freios. A BMW ressalta o uso de materiais leves, porém de alta resistência, em toda a estrutura do modelo.

A M5 Touring chega às lojas da Europa a partir de € 130 mil. Numa conversão direta, encostaria nos R$ 780 mil pelo câmbio atual. Claramente, se um dia a BMW optasse por lançá-la no Brasil, o valor na etiqueta superaria a casa do milhão.

GWM Tank 400, um rival híbrido de 408 cv para o SW4

Leonardo Felix
Da Autoesporte

Depois de apostar no charme urbano do Haval H6 e na excentricidade do elétrico Ora 03, a GWM vai se aventurar no segmento dos jipes 4x4 off-road da submarca Tank. Contudo, a fabricante mudou seu planejamento original e vai apostar primeiro no imponente Tank 400 HiT-4, um híbrido plug-in de cinco lugares e 408 cv.

Inicialmente, o cronograma da GWM no Brasil previa um SUV de sete ocupantes, o Tank 500, com carroceria derivada da picape Poer. Fazia sentido do ponto de vista de custos. Porém, a produção local da caminhonete foi adiada para o fim de 2025 e a fábrica de Iracemápolis (SP) passará a focar em produtos da família Haval. O Tank 500 deu lugar ao 400, de porte similar e visual mais apelativo.

Os vincos musculosos, a altura exagerada em relação ao solo (que lhe confere um ângulo de ataque de 30 graus e um vão livre de 22,4 centímetros) e as molduras das caixas de roda com rebites expostos entregam a tentativa de oferecer um produto com aura "raiz". Ao vivo, o visual parece um tanto forçado, sem uma identidade que remeta de fato à GWM — este, aliás, é um padrão (ou falta dele) em quase todos os produtos da marca chinesa.

Mas não se pode negar que o Tank 400 impõe respeito. Por dentro, o acabamento é levemente superior ao do H6. Segue a correção no encaixe das peças e o bom uso de materiais suaves ao toque, mas com elementos que simulam madeira, saídas de ar laterais em formato de turbina de avião, manopla de câmbio mais chamativa, estilo manche, e um console central mais bem-resolvido.

O SUV ainda traz uma central multimídia gigante, de 16,2 polegadas, que deve chegar ao Brasil já com a atualização de software feita para a linha 2025 do H6, e quadro de instrumentos digital com tela LCD de 12,3" de alta resolução. São dois os carregadores de celular por indução e o volante é mais proporcional e ergonômico que o do Haval.

DIVULGAÇÃO

Vincos musculosos, a altura de 22,4 cm em relação ao solo e os rebites expostos nas caixas de roda buscam conferir uma imagem mais bruta para o "jipão"

Destaque, ainda, para o banco traseiro com ajuste elétrico, o teto solar panorâmico e o porta-malas com capacidade para 566 litros. Ou seja, é um SUV que quer passar a imagem de brutal por fora, mas que fará de tudo para mimar o usuário por dentro. Só esteja preparado para acessar o bagageiro em lugares sempre espaçosos, pois a abertura é lateral, devido à presença do estepe pendurado na tampa.

Chamada Hi4-T, a motorização do Tank 400 é a mesma da futura picape Poer nacional. Trata-se de um 2.0 turbo a gasolina que trabalha em conjunto com dois motores elétricos dianteiros. O SUV entrega 408 cv e 76,5 kgfm combinados. O câmbio é automático de nove marchas e a tração, 4x4 mecânica, traz cardã, reduzida e diferencial traseiro blocante (assim como o dianteiro).

O zero a 100 km/h ocorre em 6,8 segundos. Já a bateria de 37,1 kWh dá autonomia de até 105 km (padrão WLTC) em modo apenas elétrico ou 800 km no total. O consumo chega a 11,4 km/l no ciclo chinês, o que não é pouco para um veículo de quase três toneladas. A GWM diz que a recarga rápida (DC) de 30% a 80% da capacidade leva 24 minutos; na tipo lenta (AC), seis horas e meia de zero a 100%.

Nosso contato com o Tank 400 foi breve, em uma pista de menos de 1 km com obstáculos artificiais. A aceleração impressiona, mas a suspensão molenga não segura muito as inclinações, tanto laterais quanto longitudinais.

A direção elétrica demora um pouco a responder, característica típica de veículos de carroceria sobre longarina, mas os ângulos são generosos para passar por trilhas. E os freios são menos funDos que os do H6. A sensação geral é de estabilidade.

Destaque para a câmera de 360° com uma função que projeta imagens do SUV "invisível", a fim de permitir melhor visualização dos obstáculos à frente e abaixo do veículo. O Tank 400 também deve trazer um pacote robusto de segurança ativa, com frenagem autônoma emergencial, controle de cruzeiro adaptativo (ACC), alerta de ponto cego e assistentes de estacionamento e de permanência em faixa.

O SUV será lançado entre o fim deste ano e começo de 2025, importado da China. Não há previsão para produção local nem para um motor flex, pelo menos inicialmente. Sua meta será competir com o Toyota SW4 de cinco lugares e, para isso, sua grande aposta será na relação custo/benefício, com preço na faixa de R$ 350 mil.

Lexus Primeiro SUV híbrido plug-in da divisão de luxo da marca japonesa no país custa R$ 610 mil

O ‘Toyota’ mais chique que você pode ter no Brasil

André Schaun
Da Autoesporte

DIVULGAÇÃO

O Lexus RX 450h+ é o primeiro híbrido plug-in vendido pela marca japonesa no Brasil, com preço de R$ 609.990 — mesma faixa de modelos BMW, Mercedes e Porsche, por exemplo. “Autoesporte” foi até a fábrica da Toyota, em Sorocaba (SP), para dirigir o SUV de luxo, que tem o mesmo conjunto híbrido do RAV4 plug-in, para ver o que oferece por esse valor acima de meio milhão de reais.

A história da Lexus no Brasil é antiga: chegou em janeiro de 1998 — nove anos após ser criada. No ano passado, a divisão de luxo da Toyota vendeu 824.258 carros ao redor do mundo, atingindo o melhor índice de sua história. Destes, só 854 unidades aqui. Mas há um plano para expansão de mercado e esse ano a meta é chegar a 1,1 mil unidades.

Em março desse ano, a Toyota confirmou investimento de R$ 11 bilhões no Brasil e alguma parcela deste total vai para essa reestruturação da Lexus nos próximos anos. E o Lexus RX 450h+ é um passo importante para este plano dar certo.

O primeiro híbrido plug-in — que pode ser carregado na tomada — da marca no Brasil é um SUV de grande porte: são 4,89 metros de comprimento, 1,92 m de largura, 1,69 m de altura e entre-eixos de 2,85 m, que dá um ótimo espaço para pessoas com mais de 1,80 m de altura. O porta-malas tem bons 612 litros.

A Lexus gosta de enfatizar que o RX 450h+ foi desenvolvido de dentro para fora. E o ótimo conforto do SUV prova isso. Os bancos de couro são bem macios e têm sistema de ventilação e aquecimento nas duas fileiras. Atrás ainda há a terceira zona independente do ar-condicionado digital, duas entradas USB-C, apoio de braço central com dois porta-copos e os assentos laterais têm ajustes elétricos e persiana retráteis nas janelas. Outro detalhe interessante são as maçanetas internas com abertura por um botão minimalista.

Os materiais são de ótima qualidade, com forração de borracha em portas e painel. Os bancos de motorista e passageiro têm até 14 ajustes elétricos e três memórias de posição. Há iluminação ambiente de LED, teto-solar panorâmico e mais quatro entradas USB-C, além de uma tomada de 127 V e carregador de celular por indução. A multimídia tem tela de 14 polegadas com conexões sem fio para Apple CarPlay e Android Auto, câmera de visão 360° e o sistema de som de 21 alto-falantes é assinado pela Mark Levinson.

Em à segurança, o Lexus é bem completo. São sete airbags, sendo um de joelho para o motorista, dois laterais (cortina), dois laterais, para o motorista e passageiro dianteiro, além do duplo frontal obrigatório por lei. Há também outros itens como sistema de permanência em faixa, frenagem automática de emergência, controle de cruzeiro adaptativo e alerta de ponto cego.

O protagonista deste carro é o interior. Mas vamos falar do sistema híbrido. O RX 450h+ tem motor 2.5 aspirado a gasolina, de ciclo Atkinson, que entrega 187 cv e 23,6 kgfm. Os outros dois motores elétricos são síncronos, sendo um no eixo dianteiro, com 182 cv e 27 kgfm, e um no eixo traseiro, com 54 cv e 12,1 kgfm. A potência combinada é de 308 cv, mas o torque total não é revelado.

O Toyota RAV4 XSE plug-in também tem esse motor 2.5, porém, são 2 cv a menos: totalizando 185 cv. Os motores híbridos são exatamente os mesmos e a potência combinada também tem essa diferença de 2 cv, portanto, são 306 cv.

Com bateria de íons de lítio de 18,1 kWh, o RX 450h+ tem autonomia de até 56 km no modo elétrico, segundo o Inmetro. Sobre recarga, o SUV suporta potência máxima de 6,6 kW em corrente alternada (AC) e leva 2h45 para carregar por completo. O modelo já vem de série com carregador portátil e wallbox da WEG. A bateria do RAV4 plug-in é a mesma de 18,1 kWh e a autonomia elétrica é pouco menor, de 55 km — já o preço é bem menor: R$ 402.420.

> O Lexus RX 450h+ é uma das apostas da marca para aumentar as vendas no Brasil: meta é chegar a 1,1 mil unidades no ano

Como já mencionado, nosso teste foi rápido e na pista de testes da Toyota. O percurso é uma longa reta com retornos em suas duas extremidades. A Toyota é conhecida por sua suspensão muito confortável e neste asfalto sem qualquer irregularidade o RX 450h+ vai bem demais. A suspensão dianteira é McPherson e a traseira é multilink. A suspensão também é adaptativa e ela se ajusta conforme o modo de condução escolhido, que são quatro: Normal, Eco, Sport e Custom. Na reta, o SUV de 2.220 kg vai muito bem na arrancada e o zero a 100 km/h é feito em 6,2 segundos, que é um bom número para um carro deste porte e peso. Porém, depois o desempenho vai ficando mais manso, perdendo fôlego, e o peso vai sendo mais sentido.

O câmbio usa um sistema do tipo transeixo, com gerenciamento eletrônico que promove a combinação variável de entrega de potência e torque entre os motores a combustão e elétrico. Em velocidades mais elevadas e, principalmente nas arrancadas, a ótima acústica do carro é interrompida por um câmbio que trabalha com rotações bem altas e traz bastante ruído para a cabine.

Sobre consumo, o Inmetro divulga média de 13,9 km/l na cidade e 12,4 km/l na estrada no modo híbrido. Já no modo elétrico — baseado na metodologia do Inmetro para equiparar consumo de energia ao uso de combustível (km/l) — o RX 450h+ faz o equivalente a 36,1 km/l e 30,2 km/l, respectivamente.

A Lexus é uma divisão de luxo da Toyota. E de luxo, o RX 450h+ tem muito. O interior do SUV tem um requinte e conforto tão bons que mesmo sendo um híbrido plug-in o consumo não é o que chama mais atenção. Certamente o volume de vendas será bem pequeno (e deve ajudar a chegar nos 1.100 emplacamentos deste ano) e o público que vai comprá-lo é muito específico, composto pela grande maioria de clientes da Toyota que querem migrar para o mercado de luxo — que foi o motivo de a Lexus ser criada, para atender essa demanda nos EUA.

O RX 450h+ é importado do Japão e será vendido nas dez concessionárias da Lexus no Brasil: duas unidades na capital paulista, uma no Rio de Janeiro, uma em Belo Horizonte, uma em Curitiba, uma em Porto Alegre, uma em Vitória, uma em Salvador e uma no Recife.

INÊS 249

ESPECIAL PUBLICITÁRIO PRODUZIDO POR GLAB.GLOBO.COM

Imóveis de Valor

TRISUL/DIVULGAÇÃO

Academia moderna e com equipamentos profissionais — como neste projeto em Pinheiros — tornou-se item de desejo no alto padrão imobiliário: cuidados com a saúde e praticidade para o dia a dia

O 'wellness' aplicado ao imobiliário movimentou US$ 438,32 bilhões no mundo em 2023. No Brasil, o foco são espaços de relaxamento e academias supermodernas

Aposta em bem-estar cresce no alto padrão

Gastos com empreendimentos imobiliários que incorporam elementos de bem-estar em seus projetos alcançaram a cifra de US$ 438,2 bilhões em 2023, crescendo a uma taxa anual média constante de 18,1% há cinco anos. A informação consta do relatório "Wellness real estate — Market growth and future developments", publicado neste ano pela Global Wellness Institute (GWI), organização líder em pesquisas do setor.

O estudo revela que o bem-estar aplicado ao setor de imóveis é a tendência que mais cresce em todo o mundo e já representa 2,9% da performance da construção civil global. Estados Unidos, China, Reino Unido, Austrália e França responderam pelos cinco maiores investimentos no ano passado.

No Brasil, esse apelo começa a ser atendido pelas incorporadoras, sobretudo no segmento de alto padrão. O foco são projetos cada vez mais sofisticados, com academias profissionais equipadas com aparelhos de última geração, infraestrutura de spa completa e "amenities" para tornar o cotidiano dos moradores mais saudável.

Referência nesse tema no mercado nacional, a AG7, de Curitiba (PR), tem dois empreendimentos desenvolvidos com o objetivo de proporcionar mais qualidade de vida. O AGE360, projeto da Tryptique com paisagismo de Renata Tilli, é certificado com o selo Fitwel, que o classifica como um dos mais saudáveis do mundo.

FOTOS DE AG 7/DIVULGAÇÃO

Sala "mindfulness" no Pace, em Curitiba: proteção acústica e modulação da entrada de luz para reduzir o nível de estresse

Na torre de 70 metros de altura, existe um pavimento dedicado ao "wellness", com spa, sauna, piscina e jardins. Nos ambientes internos, a iluminação e o isolamento termoacústico foram pensados para colaborar com o ciclo circadiano do corpo, ajudando a controlar o nível de estresse — tudo feito sob supervisão da consagrada marca Lapinha Spa. A entrega está prevista para o fim de setembro e restam apenas três unidades à venda das 34 do empreendimento.

No Pace, assinado pelo escritório Architects Office-SP e Cardim Arquitetura Paisagística, a área destinada a essa finalidade tem mais de 2,7 mil metros quadrados, com ambientes concebidos por especialistas: Roy Siqueira, consultor esportivo, contribuiu com os ambientes de atividade física e "recovery", e Rafaella Panzini, arquiteta especializada em bem-estar, criou um circuito de spa com mais de 13 tratamentos.

Lançado em outubro de 2023, o empreendimento está com a metade das unidades residenciais já vendida a preços que beiram R$ 30 mil o metro quadrado — valor acima dos padrões do mercado local.

"A inclusão de um pacote de bem-estar muda a percepção de preço por parte do comprador, que se mostra disposto a pagar mais pelo apartamento", afirma Alfredo Gulin Neto, CEO da AG7.

Segundo o executivo, as pessoas têm procurado cuidar mais da saúde, e essa mudança de comportamento vem levando as empresas do setor a adotar o "wellness" — assim como serviços de hotelaria para a moradia que oferecem comodidades cinco estrelas — para fidelizar o cliente.

"Ao sair do contexto 'tijolo' e investir em experiências de bem-estar e serviços, o aumento real no preço do imóvel e o valor agregado ao longo do tempo são grandes. Para um cliente de alta renda, esse pode ser um diferencial que despertará nele o desejo de trocar de casa", analisa Gulin Neto.

Em São Paulo, a incorporadora Trisul colocou a academia do prédio Valen Capote Valente, em Pinheiros, no 29º andar. O projeto é da Perkins&Will com interiores da Basiches Arquitetos e compreende uma torre única de 28 andares, piscina, solarium, bar e lounge externo. A área destinada a treinos foi concebida com a consultoria de Flávio Settanni.

"A busca por espaços de lazer e atividades físicas nos empreendimentos residenciais começou a ganhar destaque. Os moradores têm valorizado cada vez mais a qualidade de vida com comodidade e bem-estar", diz Penélope Bernardo, superintendente de Desenvolvimento de Produto da Trisul.

Para a executiva, o ambiente é o mais requisitado na lista de desejos atuais dos clientes. "O conceito de 'wellness' é um atributo-chave quando o assunto são as áreas comuns dos empreendimentos, principalmente, no alto padrão. A Trisul entende que uma academia com excelente estrutura agrega muito valor ao produto", analisa.

Ambientes de treino contam com recursos como o desta piscina de contraste, idealizada com a ajuda de consultoria esportiva especializada

DIFERENCIAL COMPETITIVO

Reflexo desse movimento, a indústria de equipamentos para academias também tem registrado crescimento no país. Um dos players mais relevantes no atendimento ao segmento imobiliário é a marca italiana Technogym. A divisão de Hotelaria & Real Estate é a segunda com maior crescimento nas operações da companhia no Brasil: 1.333% desde 2019.

"Hoje, essa divisão representa mais de 30% do negócio no Brasil, especialmente com o aumento da demanda por empreendimentos que incluem academias e espaços de 'wellness' como um diferencial competitivo", explica Ricardo Rocha, CEO da Technogym Brasil.

Entre os aparelhos mais vendidos estão as máquinas multifuncionais e de musculação, esteiras e bicicletas. Neste ano, a marca lançou o Technogym CheckUp: uma solução avançada que permite avaliação completa do estado de bem-estar de um indivíduo, considerando seis pilares essenciais: composição corporal, força, sistema cardiovascular, equilíbrio, alongamento e cognição.

"A população hoje está mais consciente da importância de um estilo de vida saudável e com qualidade. Para nós, é um cenário extremamente positivo, pois estamos bem posicionados para atender a essa demanda", conclui Rocha.

TECHNOGYM/DIVULGAÇÃO

Showroom de equipamentos na capital paulista: crescimento de 1.333% no segmento de hotelaria e "real estate" desde 2019

Imóveis de Valor

CASA e JARDIM Sua casa linda do seu jeito. revistacasaejardim.globo.com

FOTOS DE DEEP/DIVULGAÇÃO

Empresa quer criar uma pequena vila subaquática para cientistas no Reino Unido

Projeto visa criar observatórios e residências versáteis para pesquisas científicas em baixas profundidades, por até 28 dias consecutivos

Empresa planeja módulos habitáveis no fundo do oceano

REDAÇÃO CASA E JARDIM

Uma empresa britânica tem planos para construir residências, laboratórios de pesquisa e observatórios funcionais no fundo do oceano até 2027.

A Deep Research Labs Limited quer usar habitats submarinos modulares, denominados Sentinel, para permitir aos cientistas viver debaixo d'água a profundidades de até 200 metros durante até 28 dias de cada vez, proporcionando-lhes acesso e tempo para estudar as plataformas continentais. Os pesquisadores serão capazes de observar, monitorar e compreender de perto os oceanos e suas espécies à medida que o projeto ganha vida.

Eles também criaram um instituto para treinar mergulhadores capazes de ajudar a transportar a arquitetura para baixo d'água, bem como orientar a operação e habitação a longo prazo. O sudoeste do Reino Unido foi selecionado como base inicial do projeto.

O habitat subaquático da Deep será flexível, com interiores que podem ser alterados e projetados para criar casas habitáveis no fundo do mar. Módulos poderão ser adicionados, excluídos ou movidos sem afetar os outros, e eles serão projetados para se adaptarem à pressão do mar.

O projeto também poderá servir de inspiração para construção de moradias e outras estruturas subaquáticas.

A energia que alimentará a pequena vila será renovável e há pesquisas avançadas para desenvolver um biorreator de grande escala para lidar com os resíduos produzidos, eliminando a necessidade de esvaziamento rotineiro do tanque.

No interior, haverá observatórios, laboratórios, quartos e áreas de convivência

Salgueiros brancos dobrados em andaime de madeira maciça formam a construção, que receberá enxertos vivos

Pavilhão é constituído de árvores e crescerá como um organismo vivo

ALINE MELO

Ao norte de Nova York, próximo ao Rio Hudson, nos Estados Unidos, um estranho edifício está sendo construído lentamente. A velocidade se justifica pelo método pouco convencional: o pavilhão natural é estruturado por árvores em crescimento.

O projeto do Terreform One, grupo de pesquisa sem fins lucrativos em arte, arquitetura e design urbano liderado pelo arquiteto Mitchell Joachim, representa uma nova abordagem para a construção de moradias suburbanas mais sustentáveis.

O pavilhão Fab Tree Hab foi projetado com salgueiros brancos replantados em cachos, para constituir as nervuras verticais da construção. A espécie foi escolhida pelo seu crescimento relativamente rápido para os padrões da floresta, alcançando dezenas de metros em poucos anos. Ainda jovens e flexíveis, os salgueiros foram dobrados no andaime de madeira maciça, que lembra um casco de barco invertido.

Nas paredes entre as árvores verticais, o andaime é equipado com vasos e habitat para outras espécies de plantas e animais, todos feitos de materiais biodegradáveis, como juta feita à mão e bioplástico. "O pavilhão é uma espécie de coral terrestre, ou um recife terrestre. Ele atrai todos os tipos de coisas para viver dentro dele, ao seu redor ou embaixo", afirma Mitchell.

Próximo da metade do pavilhão em arco, plantadores adicionais garantem espaço para que futuras árvores sejam enxertadas, permitindo que o edifício fique cada vez mais alto. "Tecnicamente, ele pode subir tantos andares quanto seus arcos permitirem", diz o arquiteto.

Atualmente, a plataforma de madeira no interior comporta eventos educativos e encontros de observação da floresta. Por enquanto, o pavilhão é em parte projeto de pesquisa, em outra, experimento artístico.

"O principal objetivo é ter um protótipo de material vivo e fazê-lo funcionar perfeitamente. Conhecendo as regras, poderemos reproduzi-las em outros lugares, afastando-nos do concreto e do aço", conclui Mitchell.

FOTOS DE TERREFORM ONE/DIVULGAÇÃO

Os salgueiros brancos jovens e flexíveis foram dobrados e terão o crescimento guiado pelo andaime de madeira. A longo prazo, o pavilhão será totalmente coberto pelas árvores

Por dentro do mercado

QUINTA DAS AMORAS, EM TERESÓPOLIS, GANHARÁ UMA VILA

AGÁ EMPREENDIMENTOS/DIVULGAÇÃO

A Agá Empreendimentos vai construir uma vila dentro do Condomínio Quinta das Amoras, projeto da Saau em Teresópolis, na Região Serrana do Rio, que tem o ator e empresário Bruno Gagliasso como um dos sócios. A Agá Vale Alpino será assinada pelos arquitetos Quintino Facci, Fabio Bouillet, Carol Freitas e Bruno Madeira. As casas terão valores a partir de R$ 2,5 milhões.

METRO QUADRADO EM ITAJAÍ/SC É UM DOS MAIS CAROS DO PAÍS

RODRIGO LUFT/DIVULGAÇÃO

O município de Itajaí, no litoral de Santa Catarina, saltou da quinta para a terceira posição no ranking nacional de valorização do metro quadrado, segundo a FipeZap: aumento de 12,17% nos últimos 12 meses. O valor médio do metro quadrado na cidade (R$ 11.438) fica atrás apenas do de Balneário Camboriú, que lidera o ranking há mais de dois anos, e de Itapema, ambas no mesmo estado.

USO DO 'STEEL FRAME': AGILIDADE NA OBRA É FATOR DECISIVO

CASA SMART/DIVULGAÇÃO

Agilidade na obra é fator decisivo para a escolha do "steel frame" na construção, segundo pesquisa da Espaço Smart: 35% dos entrevistados optam pelo método por essa razão, seguida de inovação (30%) e previsibilidade de custos (15%). O estudo mostrou ainda que 62% têm renda mensal acima de R$ 20 mil, e que o gasto médio para construir a casa foi de R$ 1,2 milhão.

G.LAB É O ESTÚDIO DE BRANDED CONTENT DA EDITORA GLOBO, ESPECIALIZADO EM SOLUÇÕES DE CONTEÚDO PARA MARCAS

CONTATO COMERCIAL SP: João Meyer – jomeyer@edglobo.com.br | **CONTATO COMERCIAL RJ:** Marcelo Lima – mlima@oglobo.com.br | **DEMAIS REGIÕES:** ana.lima@edglobo.com.br | **SUGESTÕES DE PAUTA:** imoveisdevalor.glab@edglobo.com.br

INÊS 249

Internet Especialistas criticam suspensão de contas da Starlink para garantir pagamento de multas

X descumpre ordem e pode ser bloqueada

Flávia Maia, Isadora Peron e Arthur Carlos Rosa
De Brasília e São Paulo

A rede social X comunicou na noite de quinta-feira (28) que não cumpriu a determinação do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e afirmou que "em breve" o serviço deve ser bloqueado no Brasil. Ainda afirma que nos próximos dias publicarão todos os documentos e decisões sigilosas do ministro impostos à empresa. Até o fechamento desta edição, o STF não havia determinado o bloqueio da plataforma.

Moraes havia dado um prazo de 24 horas para que a empresa indicasse um representante no Brasil para cumprimento das decisões judiciais. Em caso de negativa, o X seria suspensa.

Segundo o Supremo, o prazo para a indicação do representante legal terminou às 20h07 de quinta-feira. O comunicado da rede social foi publicado poucos minutos depois desse horário. O descumprimento da medida, porém, não significa que o X sairá do ar automaticamente. Moraes deve dar uma nova decisão e enviar uma notificação judicial à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Somente depois que a agência receber o despacho, é que encaminha a ordem para as operadoras executarem o bloqueio.

Na nota publicada pelo X, a empresa diz que os demais ministros do STF são omissos com as ordens ilegais de Moraes. "Nossas contestações contra suas ações manifestamente ilegais foram rejeitadas ou ignoradas. Os colegas do Ministro Alexandre de Moraes no Supremo Tribunal Federal estão ou impossibilitados de ou não querem enfrentá-lo".

Antes da publicação do comunicado da empresa, comandada pelo bilionário Elon Musk, ministros do Supremo viam, reservadamente, como "inevitável" a suspensão do X. A avaliação é que a plataforma tem reiteradamente desrespeitado decisões judiciais.

SUSAN WALSH/FILE/AP

Ministro Alexandre de Moraes quebrou "a lei que ele jurou cumprir"
Elon Musk

Há, no entanto, um apelo para que o ministro Alexandre de Moraes não tome essa decisão sozinho, e sim de maneira colegiada.

Devido à sensibilidade do tema, que vai impactar milhões de usuários, Moraes foi aconselhado a levar o caso para ser discutido no plenário, nem que seja em uma sessão virtual. O ministro, no entanto, tem um histórico de decisões monocráticas, e sequer tem como hábito levá-las para referendo do colegiado. A visão de interlocutores da Corte é que uma decisão conjunta daria mais peso institucional à determinação.

Além da determinação para a indicação de um representante legal do X, Moraes determinou o bloqueio de contas da empresa Starlink, que também pertence a Elon Musk. A medida foi adotada para garantir o pagamento das multas impostas à plataforma. A Starlink atua no Brasil na venda de serviços de internet por satélite. A decisão é do dia 18 de agosto, mas foi publicizada somente na quinta-feira (29).

Em comunicado enviado também pela rede social X, a empresa Starlink classificou o bloqueio de seus bens imposto por Moraes como um "pedido ilegal" *(ver mais nesta página)*.

Em julho, a Starlink havia solicitado à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) autorização para expandir suas operações no Brasil. Procurada pelo **Valor** para detalhar a situação desse pedido, a Anatel não retornou.

Após a intimação de Moraes, o empresário fez uma série de postagens na madrugada desta quinta-feira. Musk acusou o ministro do STF de "quebrar a lei que ele jurou cumprir" e disse que "as pessoas querem saber a verdade" no Brasil.

Nos últimos meses, houve sucessivos embates entre Moraes e Musk. Em abril, o ministro determinou a abertura de um inquérito contra o bilionário, depois de ele anunciar que iria passar a descumprir decisões judiciais e liberar o conteúdo de perfis bloqueados por determinação do STF. Musk também foi incluído entre os investigados no inquérito das milícias digitais, que mira aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Depois disso, os casos de descumprimento de decisões judiciais se acumularam. Recentemente, a rede social ignorou uma determinação da Justiça Eleitoral para suspender o perfil do ex-coach Pablo Marçal (PRTB), candidato à prefeitura de São Paulo.

Como desdobramento desse confronto, os ministros Dias Toffoli, Luiz Fux e Edson Fachin, relatores de três ações que tratam da regulação das redes sociais na Corte, decidiram liberar seus processos para a pauta.

Na semana passada, eles pediram para o presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, que os casos fossem julgados em conjunto, preferencialmente no mês de novembro. A data do julgamento ainda não foi marcada, mas Barroso vai atender à demanda dos colegas.

Especialistas ouvidos pelo **Valor** divergem sobre a decisão do ministro Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), de ter intimado Musk pela rede social X. Porém, são unânimes em contestar a atitude do ministro de bloquear contas da Starlink para garantir pagamento de multas do X.

Luiz Friggi, sócio da área cível e de resolução de conflitos do Simões Pires Advogados, entende que não há previsão legal para intimar Musk por meio do X. "O descumprimento de uma ordem judicial tem consequências graves, por isso a formalidade de uma intimação não pode ser dispensada", diz.

Entretanto, acrescenta, um caso em que o próprio CEO da companhia responde à publicação que veicula a intimação, dando aparente ciência inequívoca, pode levar à decisão de validar o ato, mesmo sem previsão legal. "Isso pode influenciar toda a jurisprudência brasileira."

O jurista Lenio Streck diverge. Para ele, a intimação via X é uma interpretação por analogia. "Perfeitamente admissível e adequada aos avançados meios de comunicação e circulação de dados e informações", afirma. "Hoje em dia intimações são feitas até por WhatsApp. É a era da informática. Há previsão legal."

Sobre o bloqueio de contas da Starlink, porém, considera "problemático". "A Starlink é outra empresa. Ser do mesmo grupo econômico não quer dizer que seja corresponsável por uma dívida da qual não participou e nem se defendeu", diz. O que a Starlink poderia ter feito para evitar o comportamento da outra empresa? Empresas possuem personalidade jurídica própria."

Luiz Friggi concorda. Ele lembra que, para a responsabilização de empresa de um mesmo grupo econômico, há procedimentos a serem seguidos. "E, ao que parece, não foram seguidos. É uma empresa com outros acionistas, de outro setor. Essa decisão pode ocasionar a saída da Starlink do Brasil."

Para a advogada Marcela Mattiuzzo, sócia responsável pelas áreas de tecnologia do VMCA Advogados, a intimação via rede social não é comum. Porém, ela diz que existem casos em que esses mecanismos podem ser flexibilizados, como pelo WhatsApp.

"Quando não se consegue fazer a intimação por outros meios, acaba se recorrendo a esses mecanismos", afirma Marcela, que foi chefe de gabinete da presidência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

No caso de Moraes, o argumento usado é a demissão dos representantes legais do X no Brasil, o que impossibilitaria o contato com a empresa. A alternativa, portanto, seria a intimação pela rede social em que Elon Musk é dono. A forma oficial seria através de um mecanismo de cooperação internacional, mediado pelo Ministério da Justiça, que faria a ponte com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos, onde é a sede do X.

Marcela lembra que o próprio Supremo Tribunal Federal (STF) já julgou algo semelhante, em um contexto de uso e compartilhamento de provas entre países (ADC 51). Ela diz, contudo, que desconhece precedente em que a intimação tenha sido feita pelo X. No caso travado pelo ministro com o empresário norte-americano, é preciso defender o motivo de não terem sido adotadas as vias oficiais e a efetividade da intimação pela plataforma.

Em relação ao bloqueio de contas da Starlink para pagar às multas por descumprimento de decisão judicial do X, Marcela diz que na esfera administrativa, como no âmbito do Cade, é mais comum que as penalidades sejam aplicadas ao grupo econômico. "Não é completamente inédito e algumas autoridades, especialmente administrativas, tem uma jurisprudência consolidada", afirma.

Ela cita como exemplo o próprio Cade. "Via de regra, o Cade analisa a conduta do grupo econômico e todas as empresas sob o controle daquele grupo, ainda que a conduta tenha sido perpetrada pelo CNPJ x ou y", diz. É preciso entender, porém, se a Starlink tem como único sócio o Elon Musk, sob pena de prejudicar os outros membros do quadro societário com a decisão.

Starlink diz que recorrerá de decisão de Moraes e prestará serviço até de graça

Flávia Maia e Isadora Peron
De Brasília

Em comunicado divulgado na rede X nesta quinta-feira (29), a empresa de satélites Starlink, de propriedade do empresário Elon Musk, classificou o bloqueio de seus bens imposto pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), como um "pedido ilegal" de uma decisão "infundada" e disse que as multas impostas ao X são inconstitucionais. A empresa disse que vai "tratar do assunto legalmente" e, aos clientes, informou que poderá ofertar os serviços gratuitamente, se necessário.

Moraes bloqueou, em uma decisão do dia 18 de agosto, as contas da empresa no intuito de garantir o pagamento de penalidades impostas a outra empresa do empresário, a rede social X (ex-Twitter). A Starlink alega que a decisão não respeitou o devido processo legal garantido pela Constituição brasileira.

"Esta ordem é baseada em uma determinação infundada de que a Starlink deve ser responsável pelas multas cobradas — inconstitucionalmente — contra a X, uma empresa que não é afiliada à Starlink. Foi emitido em segredo e sem conceder à Starlink nenhum dos devidos processos legais garantidos pela Constituição do Brasil".

Aos clientes, a empresa disse que embora o pedido "ilegal" possa afetar a capacidade de receber pagamentos mensais, não será necessária nenhuma medida neste momento, pois "a Starlink está comprometida em defender seus direitos protegidos por sua Constituição" e continuará prestando serviços gratuitamente, se necessário.

Brasil conquista três medalhas na Paralimpíada

Esportes

Valor
De São Paulo

No primeiro dia de competições de natação nos Jogos Paralímpicos de Paris o Brasil conquistou três medalhas — uma de ouro para Gabriel Araújo nos 100 metros costas classe S2 (atletas com grande limitação físico-motora); uma de prata para Phelipe Rodrigues nos 50 metros livre S10 (atletas com deficiência física de baixo comprometimento); e o bronze ficou com Gabriel Bandeira, nos 100 metros borboleta S14 (atletas com deficiência intelectual).

Araújo, de 22 anos, ganhou ontem sua quarta medalha paralímpica. O atleta havia conquistado dois ouros e uma prata na mesma modalidade, em Tóquio.

Rodrigues chegou a Paris com o status de maior medalhista do Brasil em atividade, com oito pódios. Viraram nove depois de uma prova forte na final dos 50 metros da classe S10. O pernambucano de 34 anos, que está na quinta Paralimpíada da carreira, com medalhas em todas elas, competiu com o australiano Thomas Gallagher, que acabou campeão com o tempo de 23s40. O brasileiro fechou com 23s54.

"Muito feliz por ter conquistado a minha nona medalha em Jogos Paralímpicos. Uma medalha de prata, muito próxima do ouro. Mas, medalha é medalha. Estou muito feliz. São cinco Jogos Paralímpicos e medalhando em todos eles. Tenho mais duas provas para participar. Estou muito ansioso, superconfiante, e conto com a torcida de vocês" declarou o nadador após a prova.

Mais cedo, Gabriel Bandeira, que chegou como detentor dos recordes mundial e paralímpico nos 100 metros borboleta S14, terminou a prova em terceiro lugar, com o tempo de 55s08. Ele ficou atrás do dinamarquês Alexander Hillhouse (ouro com 54s61, novo recorde paralímpico) e do britânico William Ellard (prata com 54s86). Esta é a quinta medalha paralímpica de Bandeira, que subiu ao pódio quatro vezes em Tóquio.

WANDER ROBERTO/CPB/ @WANDERIMAGEM

Gabriel Araujo (foto) ganhou ouro nos 100 metros costas; Phelipe Rodrigues, prata, nos 50 metros livre; e Gabriel Bandeira, bronze, nos 100 metros borboleta

Ao fim do primeiro dia de competições na natação, o Brasil teve sete finalistas, com três pódios. Nas outras quatro provas decisivas do dia, Andrey Madeira foi o oitavo no 400 metros livre S9 (atletas com baixa limitação físico-motora), José Ronaldo acabou desclassificado nos 100 metros costas S1 (atletas com grande limitação físico-motora), Mayara Petzold terminou em quinto nos 50 metros livre S6 (atletas com grande limitação físico-motora) e Mariana Gesteira completou a prova dos 50 metros livre S10 em sétimo.

Nesta edição dos Jogos Paralímpicos, o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) conta com seis patrocinadores, um a mais do que no evento em Tóquio. São eles: Loterias Caixa, Braskem, Toyota, Ajinomoto, Havaianas e a estreante Asics. Além deles, o CPB tem parceria com o Sesi, Sebrae, KPMG, Aliança Francesa, The Adecco Group, EY Institute, Cambridge e Estácio.

"Ao apoiar atletas paralímpicos, as marcas também se posicionam como agentes ativos na promoção de inclusão e diversidade", diz o professor de marketing esportivo da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), Ivan Martinho. *(Com Agência Brasil)*

Estratégia Conglomerado de Mato Grosso tenta renegociar com credores dívidas de R$ 1,65 bilhão

Grupo Comodoro pede proteção extrajudicial

Cibelle Bouças
De Belo Horizonte

O Grupo Comodoro, de Mato Grosso, entrou em recuperação extrajudicial para renegociar com credores dívidas da ordem de R$ 1,65 bilhão. Participam do plano as empresas do grupo Agropecuária Comodoro, Agropecuária Paraguá, Agropecuária Três Irmãos, JAJ Sociedade Agrícola e Pecuária e Senepol Beef - Pecuária, Comércio, Exportação e Importação, além do produtor João Arantes Neto, do empresário Ricardo Borges Arantes e do espólio de João Arantes Júnior.

No início de agosto, a juíza Anglizey Solivan de Oliveira, da 1ª Vara Cível de Cuiabá, homologou a recuperação extrajudicial e suspendeu, por 180 dias, as ações na Justiça de execução e cobrança de dívidas do grupo. Nesse período, os gestores do grupo vão desenvolver um plano para quitar as dívidas e reverter a situação de crise.

A juíza também nomeou como administradoras judiciais a SCZ - Scalzilli Administração Judicial e a Hazak Consultoria. A advogada Camila Samadossi, sócia e chefe da área de recuperação judicial do escritório Finocchio & Ustra Advogados, informou que o plano teve adesão de credores que detêm mais de 50% do valor das dívidas.

No processo de recuperação extrajudicial não entram dívidas tributárias, e a empresa não tem dívidas trabalhistas, segundo a advogada. Ao todo, o passivo do grupo com instituições financeiras soma R$ 959,9 milhões. Samadossi afirma que o pedido de recuperação extrajudicial baseia-se na necessidade de reestruturação financeira do grupo, após anos de crise financeira.

Do montante total, R$ 224,8 milhões são dívidas com garantia e R$ 1,43 bilhão são dívidas sem garantias. A maior dívida do grupo, de R$ 608,7 milhões, é com a Roma Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. Também estão entre os maiores credores os bancos Original do Agronegócio (R$ 104 milhões), BTG Pactual (R$ 83,9 milhões) e Safra (R$ 30 milhões), além de Invest Business - Consultoria, Assessoria, Intermediação e Corretagem (R$ 151,8 milhões) e BRF (R$ 50,6 milhões).

A história do grupo Comodoro começou em 1972, quando o pecuarista João Arantes Júnior comprou a fazenda Nova Vida, em Ariquemes (RO), para fazer cria, recria e engorda de bois. O produtor foi pioneiro na criação da raça Senepol no Brasil. Mais tarde, Arantes Júnior levou a produção para Mato Grosso. Na década de 1990, o produtor passou a investir também em melhoramento genético, inseminação artificial, manejo florestal e comércio madeireiro.

100 mil hectares de terras podem fazer parte das negociações

No passado, o grupo fez investimentos substanciais em infraestrutura e capital de giro. Mas, nos últimos anos, a companhia sofreu com o impacto da queda dos preços do boi gordo e do aumento dos custos operacionais.

Atrasos nos pagamentos de empréstimos fizeram o Comodoro perder crédito com bancos parceiros. As instituições financeiras executaram garantias, e o grupo perdeu cabeças de gado e capital de giro. "Pouco a pouco, a atividade de confinamento de bovinos foi sendo reduzida, até que restassem apenas as atividades de reprodução de gado [genética] e manejo florestal, que perduram até os dias atuais", afirmou Samadossi.

O primeiro negócio a sofrer com esse quadro foi a Agropecuária Nova Vida, que entrou em recuperação judicial em 2019, com dívidas concursais de R$ 253,7 milhões. Na ocasião, a empresa alegou que passou a ter problemas financeiros decorrentes da crise no setor agropecuário, da queda dos preços dos bois e da alta significativa dos insumos e dos juros, que elevaram seu endividamento. A empresa conseguiu sair da recuperação judicial em 2023.

No entanto, diz a advogada, a interdependência das empresas do grupo, que compartilham garantias cruzadas e operam de forma simbiótica, fez com que a crise financeira se espalhasse por todo o conglomerado. "As dificuldades financeiras persistiram devido à interconexão dos negócios e ao compartilhamento de unidades produtivas, tornando impossível a superação da crise de maneira isolada. Assim, a recuperação extrajudicial do Grupo Comodoro emergiu como a solução necessária para reorganizar as finanças e garantir a continuidade das operações", afirmou Samadossi.

O grupo vai definir ações para a equalização do passivo e para a retomada suas atividades, com foco na exploração florestal, comercialização de madeira e melhoramento genético da raça Senepol. O conglomerado também pode dispor de ativos para garantir o pagamento de parte das dívidas. O grupo tem mais de 100 mil hectares de terras em Mato Grosso e Rondônia e detém ativos relacionados à exploração florestal, como um volume potencial de 1,5 milhão de metros cúbicos de madeiras comerciais.

valor.com.br

Tragédia

Projeto facilita financiamentos no RS

O Congresso Nacional aprovou, na quinta-feira, o projeto de lei (PLN 25/2024) que retira impedimentos para o acesso de produtores e empresas do Rio Grande do Sul a novos financiamentos. A proposta permite retirar as restrições para facilitar a obtenção de crédito nas agências de fomento oficiais em municípios afetados pelas enchentes no Estado.

valor.com.br/agro/

Fertilizantes

USDA anuncia apoio de US$ 35 milhões

O secretário de Agricultura dos Estados Unidos, Tom Vilsack, anunciou US$ 35 milhões em subsídios para projetos de parceria com empresas americanas como parte do Programa de Expansão da Produção de Fertilizantes (FPEP). Sete projetos em sete estados diferentes (Califórnia, Iowa, Nova York, Oregon, Tennessee, Virgínia e Wisconsin) receberão subsídios.

valor.com.br/agro/

Safra 2024/25

PR espera aumento na produção de soja

A área de plantio de soja no Paraná deverá crescer 0,5% na safra 2024/25, totalizando 5,8 milhões de hectares, segundo a primeira estimativa do Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria de Agricultura e do Abastecimento do Estado, para a nova temporada. A produção, por sua vez, deverá crescer 20%, para 22,3 milhões de toneladas.

valor.com.br/agro

Leite

Margem bruta do produtor subiu 3,9%

A margem financeira bruta dos produtores de leite subiu 3,93% em julho, para R$ 0,85 por litro vendido, segundo levantamento do Cepea em parceria com a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil). A melhora ocorreu mesmo com o aumento de 0,62% no custo operacional efetivo da atividade e a queda de 1,5% no preço do leite entregue em julho e pago este mês.

valor.com.br/agro/

Danos do fogo ao solo

DANILO ROCHA/EMBRAPA PECUÁRIA SUDESTE

Entre os diversos impactos dos recentes incêndios em áreas no Estado de São Paulo, um dos mais danosos é a perda de propriedades físicas, químicas e biológicas dos solos. Grandes quantidades de carbono, nitrogênio, potássio e enxofre perdem-se durante a combustão, segundo a Embrapa Pecuária Sudeste. A alteração tem consequências sobre a biodiversidade e, ao longo do tempo, compromete a produtividade. A recuperação pode levar cerca de três anos. Esse trabalho tem alto custo para os produtores, que precisam investir em nutrientes para restaurar a área afetada. "A queima da cobertura vegetal deixa a área descoberta, elevando a absorção da radiação solar, com ampliação da temperatura e do ressecamento ao longo do dia. Porém, à noite, ocorre a perda de calor em virtude da exposição, o que eleva a amplitude das variações térmicas diárias", explica o pesquisador Alberto Bernardi, da Embrapa Pecuária Sudeste, localizada em São Carlos (SP). Segundo ele, essas oscilações prejudicam a absorção de nutrientes e a biologia do solo. A própria unidade da Embrapa (foto) sofreu com as chamas. No sábado, um incêndio atingiu a mata do centro de pesquisa local e chegou a uma área de pasto onde estavam vacas nelore, que foram retiradas e levadas para um lugar seguro. (Nayara Figueiredo)

Agenda Tributária

Mês de Agosto de 2024

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos do Trabalho		
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta	2063*	FG ocorrido no mesmo dia
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0422*	FG ocorrido no mesmo dia
	Renda e proventos de qualquer natureza	0473*	"
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	0481*	"
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93) - Residentes no Exterior	5192*	"
	Aplicações financeiras - Recolhimento na data da remessa	5286*	"
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9412*	"
	Remuneração de direitos	9427*	"
	Previdência privada e Fapi	9466*	"
	Aluguel e arrendamento	9478*	"
	Outros Rendimentos		
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107*	Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.
Diária	Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9438*	Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.
Diária	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5434*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5442*	FG ocorrido no mesmo dia
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)	4316**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Até o 2º dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684*	Julho/2024
30	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos de Capital		
	Fundos de investimento imobiliário - rendimentos e ganhos de capital distribuídos semestralmente	5232*	Julho/2024
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior – Pessoa Jurídica		
	Ganhos de capital de alienação de bens e direitos do ativo circulante localizados no Brasil	0473*	Julho/2024
30	Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF)		
	Recolhimento mensal (Carnê Leão)	0190*	Julho/2024
	Ganhos de capital na alienação de bens e direitos	4600*	"
	Ganhos de Capital na Alienação de Bens e Direitos Localizados no Exterior	8523*	"
	Ganhos líquidos em operações em bolsa	6015*	"
	Ganhos de Capital de Depósito em Conta Corrente, Cartão de Crédito ou Débito no Exterior	6371*	"
	4ª quota do imposto apurado na Declaração de Ajuste Anual	0211*	Ano-Calendário 2023
30	Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ)		
	PJ obrigadas à apuração com base no lucro real		
	Entidades Financeiras		
	Balanço Trimestral (2ª quota)	1599*	Abril a Junho/2024
	Estimativa Mensal	2319*	Julho/2024
	Demais Entidades		
	Balanço Trimestral (2ª quota)	0220*	Abril a Junho/2024
	Estimativa Mensal	2362*	Julho/2024
	Optantes pela apuração com base no lucro real		
	Balanço Trimestral (2ª quota)	3373*	Abril a Junho/2024
	Estimativa Mensal	5993*	Julho/2024
	Lucro Presumido (2ª quota)	2089*	Abril a Junho/2024
	Lucro Arbitrado (2ª quota)	5625*	"
	IRPJ - Ganhos Líquidos em Operações na Bolsa - Lucro Real	3317*	Julho/2024
	IRPJ - Ganhos Líquidos em Operações na Bolsa - Lucro Presumido ou Arbitrado	0231*	"
	Ganho de Capital - Alienação de Ativos de ME/EPP optantes pelo Simples Nacional	0507*	"
30	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)		
	Contrato de Derivativos	2927*	Julho/2024
30	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Retenção - Aquisição de autopeças	3770*	1º a 15/agosto/2024
30	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Retenção - Aquisição de autopeças	3746*	1º a 15/agosto/2024
30	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)		
	PJ que apuram o IRPJ com base no lucro real		
	Entidades Financeiras		
	Balanço Trimestral (2ª quota)	2030*	Abril a Junho/2024
	Estimativa Mensal	2469*	Julho/2024
	Demais Entidades		
	Balanço Trimestral (2ª quota)	6012*	Abril a Junho/2024
	Estimativa Mensal	2484*	Julho/2024
	PJ que apuram o IRPJ com base no lucro presumido ou arbitrado (2ª quota)	2372*	Abril a Junho/2024
30	Programa de Recuperação Fiscal (Refis)		
	Parcelamento vinculado à receita bruta	9100*	Diversos
	Parcelamento alternativo	9222*	"
	ITR/Exercícios até 1996	9113*	"
	ITR/Exercícios a partir de 1997	9126*	"
30	Parcelamento Especial (Paes)		
	Pessoa física	7042*	Diversos
	Microempresa	7093*	"
	Empresa de pequeno porte	7114*	"
	Demais pessoas jurídicas	7122*	"
	Paes ITR	7288*	"
30	Parcelamento Excepcional (Paex) Art. 1º MP nº 303/2006		
	Pessoa jurídica optante pelo Simples	0830*	Diversos
	Demais pessoas jurídicas	0842*	"
30	Parcelamento Excepcional (Paex) Art. 8º MP nº 303/2006		
	Pessoa jurídica optante pelo Simples	1927*	Diversos
30	Parcelamento Excepcional (Paex) Art. 9º MP nº 303/2006		
	Pessoa jurídica optante pelo Simples	1919*	Diversos
30	Parcelamento - IRPJ/CSLL - Ganho de Capital - RFB	4983*	Diversos
	Parcelamento - IRPJ/CSLL - Ganho de Capital - PGFN	4990*	"
30	Parcelamento Especial - Simples Nacional Art. 7º § 3º IN/RFB nº 767/2007		
	Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional	0285*	Diversos
30	Parcelamento Especial - Simples Nacional Art. 7º § 4º IN/RFB nº 767/2007		
	Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional	4324**	Diversos
30	Parcelamento para Ingresso no Simples Nacional - 2009 Art. 7º §3º IN/RFB nº 902/2008		
	Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional	0873*	Diversos
30	Parcelamento para Ingresso no Simples Nacional - 2009 Art. 7º §4º IN/RFB nº 902/2008		
	Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional	4359**	Diversos
30	Parcelamento - Simples Nacional Art. 7º § 3º IN/RFB nº 1.508/2014	DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional)	Diversos
	Microempresa e Empresa de Pequeno Porte optante pelo Simples Nacional		
30	Parcelamento - Simples Nacional Art. 7º § 3º IN/RFB nº 1.508/2014	DAS-MEI (Documento de Arrecadação Simplificada do Microempreendedor Individual)	Diversos
	Microempreendedor Individual optante pelo Simples Nacional		
30	Parcelamento Especial - Simples Nacional Art. 5º § 3º IN/RFB nº 1.677/2016	DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional)	Diversos
	Pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional		
30	Parcelamento Especial - Simples Nacional Art. 4º § 3º IN/RFB nº 1.713/2017	DAS-MEI (Documento de Arrecadação Simplificada do Microempreendedor Individual)	Diversos
	Microempreendedor Individual optante pelo Simples Nacional		
30	Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (Pert-SN)	DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional)	Diversos
30	Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (Pert-SN-MEI) Microempreendedor Individual	DAS-MEI (Documento de Arrecadação Simplificada do Microempreendedor Individual)	Diversos
30	Parcelamento - CEI	4105**	Diversos
30	Parcelamento Lei nº 11.941, de 2009		
	PGFN - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º	1136*	Diversos
	PGFN - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º	1165*	"
	PGFN - Demais Débitos - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º	1194*	"
	PGFN - Demais Débitos - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º	1204*	"
	PGFN - Parcelamento Dívida Decorrente de Aproveitamento Indevido de Créditos de IPI - Art. 2º	1210*	"
	RFB - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º	1233*	"
	RFB - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º	1240*	"
	RFB - Demais Débitos - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º	1279*	"
	RFB - Demais Débitos - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinparios - Art. 3º	1285*	"
	RFB - Parcelamento Dívida Decorrente de Aproveitamento Indevido de Créditos de IPI - Art. 2º	1291*	"
30	Reabertura Parcelamento Lei nº 11.941, de 2009		
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - PGFN - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º	3780*	Diversos
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - PGFN - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º	3796*	"
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - PGFN - Demais Débitos - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º	3835*	"
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - PGFN - Demais Débitos - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º	3841*	"
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - PGFN - Parcelamento Dívida Decorrente de Aproveitamento Indevido de Créditos de IPI - Art. 2º	3858*	"
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - RFB - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º	3870*	"
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - RFB - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º	3887*	"
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - RFB - Demais Débitos - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º	3926*	"
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - RFB - Demais Débitos - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º	3932*	"
	Reabertura Lei nº 11.941, de 2009 - RFB - Parcelamento Dívida Decorrente de Aproveitamento Indevido de Créditos de IPI - Art. 2º	3955*	"
30	Parcelamento Lei nº 12.865, de 2013 - IRPJ/CSLL		
	Lei nº 12.865, de 2013 - RFB - Parcelamento IRPJ/CSLL - Art. 40	4059*	Diversos
	Lei nº 12.865, de 2013 - PGFN - Parcelamento IRPJ/CSLL - Art. 40	4065*	"
30	Parcelamento Lei nº 12.865, de 2013 - PIS/Cofins		
	Lei nº 12.865, de 2013 - RFB - Parcelamento - PIS/Cofins - Instituições Financeiras e Cia Seguradoras - Art. 39, Caput	4007*	Diversos
	Lei nº 12.865, de 2013 - PGFN - Parcelamento - PIS/Cofins - Instituições Financeiras e Cia Seguradoras - Art. 39, Caput	4013*	"
	Lei nº 12.865, de 2013 - RFB - Parcelamento PIS/Cofins - Art. 39, §1º	4020*	"
	Lei nº 12.865, de 2013 - PGFN - Parcelamento PIS/Cofins - Art. 39, § 1º	4042*	"
30	Parcelamento Lei nº 12.996, de 2014		
	Lei nº 12.996, de 2014 - PGFN - Débitos Previdenciários - Parcelamento	4720*	Diversos
	Lei nº 12.996, de 2014 - PGFN - Demais Débitos - Parcelamento	4737*	"
	Lei nº 12.996, de 2014 - RFB - Débitos Previdenciários - Parcelamento	4743*	"
	Lei nº 12.996, de 2014 - RFB - Demais Débitos - Parcelamento	4750*	"
30	Programa de Regularização Tributária (PRT)		
	PRT- Débitos Previdenciários - Pessoa Jurídica	4135**	Diversos
	PRT - Débitos Previdenciários - Pessoa Física	4136**	"
	PRT - Demais Débitos	5184*	"
30	Programa Especial de Regularização Tributária (Pert)		
	PERT- Débitos Previdenciários - Pessoa Jurídica	4141**	Diversos
30	Programa Especial de Regularização Tributária (Pert)		
	PERT - Débitos Previdenciários - Pessoa Física	4142**	Diversos
	PERT - Demais Débitos	5190*	"
30	Programa de Regularização de Débitos dos Estados e Municípios (Prem)	5525*	Diversos
30	Programa de Regularização Tributária Rural (PRR)	5161*	Diversos
30	Parcelamento Constitucional Excepcional dos Débitos Decorrentes de Contribuições Previdenciárias dos Municípios	6063*	Diversos
30	Acréscimos Legais de Contribuinte Individual, Doméstico, Facultativo e Segurado Especial - Lei nº 8.212/91 NIT/PIS/Pasep	1759**	Diversos
	GRC Trabalhador Pessoa Física (Contribuinte Individual, Facultativo, Empregado Doméstico, Segurado Especial) - DEBCAD (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)	1201**	"
	ACAL - CNPJ	3000**	"
	ACAL - CEI	3107**	"
	GRC Contribuição de empresa normal - DEBCAD (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)	3204**	"
	Pagamento de débito - DEBCAD (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)	4006**	"
	Pagamento/Parcelamento de débito - CNPJ	4103**	"
	Pagamento de débito administrativo - Número do título de cobrança (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)	4200**	"
	Pagamento de parcelamento administrativo - número do título de cobrança (preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)	4308**	"
	Depósito Recursal Extrajudicial - Número do Título de Cobrança - Pagamento exclusivo na Caixa Econômica Federal (CDC=104)	4995**	"
	Pagamento de Dívida Ativa Débito - Referência (Preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)	6009**	"
	Pagamento de Dívida Ativa Ação Judicial - Referência (Preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)	6203**	"
	Pagamento de Dívida Ativa Cobrança Amigável - Referência (Preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)	6300**	"
	Pagamento de Dívida Ativa Parcelamento - Referência (Preenchimento exclusivo pelo órgão emissor)	6408**	"
	Comprev - pagamento de Dívida ativa - não parcelada de regime próprio de previdência social RPPS - órgão do poder público - referência	6513**	"

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Obs.: Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência

INÊS 249

Por GLOBORURAL

Insumos Em 2023, foram 177 cancelamentos, segundo levantamento da AllierBrasil

Número de agrotóxicos com registro cancelado aumentou 37% no Brasil

Camila Souza Ramos
e Gabriella Weiss
De São Paulo

O número de agrotóxicos com registro cancelado aumentou em 2023, em grande parte como reflexo de restrições ao uso de alguns princípios ativos no país. Houve 177 cancelamentos, 37% a mais do que em 2022 e mais do que o dobro da quantidade de agrotóxicos cancelados em 2021. O levantamento foi feito pela consultoria AllierBrasil a pedido do **Valor**.

Segundo Flávio Hirata, sócio da consultoria, um dos motivos que levaram ao avanço dos cancelamentos foi o banimento do uso do carbedezim como ingrediente ativo de produtos técnicos (de uso da indústria) e de produtos formulados (de uso no campo).

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) realizou a reavaliação toxicológica do carbedezim em 2022 e entendeu que o produto pode provocar câncer e mutações em seres humanos, além de ser tóxico para a fisiologia reprodutiva e para o desenvolvimento embriofetal e neonatal. O banimento ocorreu em fases e sua comercialização tornou-se infração a partir de fevereiro de 2023.

O carbedezim é um fungicida de amplo espectro e até então tinha uso aprovado para aplicação foliar em culturas de exportação, como soja, milho, trigo e cana, além de outras de consumo doméstico, como feijão, trigo, citros e maçã.

Outro motivo que levou ao recente aumento dos registros cancelados foi a proibição da pulverização aérea de agrotóxicos à base de fipronil em "área total" (sem direcionamento à planta ou ao solo). O produto é um inseticida de amplo espectro cuja aplicação aérea gerava a deriva (pulverização que escapa à área de tratamento), o que pode ser fatal às abelhas.

A decisão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) foi publicada em 29 de dezembro do ano passado, após uma reavaliação ambiental iniciada em setembro de 2022, e motivou o cancelamento de novos produtos, segundo Hirata. "Os fabricantes entenderam que a medida restringiria muito o mercado de venda de agrotóxicos e pediram o cancelamento", afirmou.

O cancelamento de registro pode ser feito a pedido dos fabricantes ou pelo próprio governo. Em 2023, metade (89) dos cancelamentos foi pedida pelas empresas, e os outros 88 foram cancelados diretamente pelo governo. Ainda que o uso dos agrotóxicos à base de fipronil não tenha sido totalmente banido, a restrição do principal meio de aplicação do produto reduziu significativamente o mercado.

De acordo com Hirata, muitos fabricantes preferem cancelar o registro de seus produtos quando as vendas estão fracas porque todo ano têm de pagar taxas de manutenção ao Ibama que podem não compensar a manutenção do produto nas prateleiras.

Sinal vermelho
Evolução da quantidade de registros de agrotóxicos cancelados

Fonte: AllierBrasil

As taxas, pagas no início de cada ano, podem chegar a R$ 20 mil por produto, a depender da classificação toxicológica. Entre 2019 e 2022, as seis empresas que mais obtiveram aprovações de agrotóxicos pagaram R$ 11 milhões em taxas ao Ibama, segundo o levantamento da AllerBrasil.

Apesar do aumento dos cancelamentos de registro, as aprovações de novos produtos agrotóxicos seguem historicamente elevadas. Em 2023, foram aprovados 555 produtos. Foi uma queda de 15% em comparação a 2022, quando houve 652 aprovações. Porém, foi o terceiro maior número de aprovações em um ano da série histórica de 24 anos.

> "Movimento [de cancelamentos] deve se manter nos próximos anos"
> *Arthur Gomes*

Questionado sobre o tema, o Ministério da Agricultura afirmou que os cancelamentos se deram em razão "da solicitação das empresas registrantes e devido ao banimento dos produtos à base de carbendazim". E argumentou que após a regulamentação da Lei 14.785 de 2023, que estipula um prazo de 2 anos para que os produtos entrem em comercialização sob pena de cancelamento, a expectativa é que haja um aumento da quantidade de cancelamentos.

A Pasta reconhece que o tempo de registro dos agrotóxicos pode fazer com que os produtos cheguem ao mercado já defasados. "A demora de registro de ingredientes ativos, especialmente os novos, pode ocasionar uma discrepância no processo de registro, na qual não estarão disponíveis novas ferramentas que comumente são menos tóxicas que as atuais".

Segundo Arthur Gomes, diretor de Defensivos Químicos da CropLife Brasil, o aumento do número de cancelamentos de registro de produtos se deve "a vários fatores, como a publicação do Decreto N.º 10.833/21, no fim de 2021, que permitiu que vários produtos idênticos, que antes precisavam de registros distintos, pudessem ser agrupados em um registro único".

Essa medida, disse, "promoveu a otimização do serviço público de registro de produtos agrotóxicos e, também, trouxe como consequência a possibilidade de cancelamento de registros de produtos idênticos emitidos antes da publicação desse decreto".

O representante da entidade que reúne empresas do setor acrescentou que o lançamento de novos produtos "mais modernos, eficazes e sustentáveis, em substituição a produtos mais antigos ou defasados em relação a estas novas tecnologias" contribui para o aumento no número de cancelamentos e que o movimento deve se manter nos próximos anos.

Para a Croplife , tal tendência não deve ser alterada pela nova Lei de Agrotóxicos, enquanto o Ministério da Agricultura acredita que é provável que os cancelamentos diminuam.

Lucro da Syngenta recuou 72,5% no 1º semestre

Balanço

Isadora Camargo
De São Paulo

A multinacional Syngenta — de defensivos agrícolas e sementes — informou que seu lucro líquido global no primeiro semestre do ano recuou 72,5% em comparação com o mesmo intervalo de 2023, saindo de US$ 1,38 bilhão para US$ 379 milhões. A piora no resultado reflete problemas climáticos — como as enchentes no Rio Grande do Sul — e desaceleração na demanda dos produtores no Brasil e na América Latina, segundo a empresa.

As vendas na primeira metade de 2024 somaram US$ 6,2 bilhões, um recuo de 21% em comparação com igual intervalo no ano passado. Na América Latina, um dos principais mercados da companhia, a comercialização caiu 17% e afetou o resultado global.

Resultados da Syngenta
Evolução dos números no semestre (Em US$ bilhão)

Em relatório, a Syngenta disse que o movimento de revendas e distribuidoras tentando reduzir estoques de produtos, tanto na América Latina, quanto na Europa Ocidental como América do Norte, influenciou os resultados. Segundo a empresa, o único mercado na contramão foi a China.

No período, o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) da empresa caiu 36%, para US$ 2,1 bilhões.

No relatório financeiro, a companhia destacou também que houve "forte deterioração da margem [de produtos] em relação ao primeiro semestre de 2023". O grupo disse esperar que o mercado se estabilize no atual semestre, com uma recuperação do apetite de compra dos produtores.

Considerando apenas o segundo trimestre do ano, as vendas do grupo recuaram 14% na comparação com o período de abril a junho de 2023, para a US$ 7,2 bilhões.

Na mesma comparação, o Ebitda caiu 39%, para US$ 800 milhões. "O lucro dos agricultores foi mais baixo e os distribuidores e revendas continuaram a reduzir os estoques para fazer face à pressão de redução do capital de giro num contexto de taxas de juro mais elevadas", justificou a companhia.

A desvalorização das commodities e o clima adverso, como as enchentes no Sul do Brasil e as fortes chuvas na Europa Ocidental, também foram mencionadas pela Syngenta como problemas que afetaram os números.

Segundo a empresa, os resultados do balanço excluem custos de reestruturação operacional e do "impairment" (baixa contábil). No caso da reestruturação, são descartados custos incrementais de fechamento, reestruturação ou realocação de operações existentes. Já o impairment considera perdas associadas a reestruturações e reversões de perdas com alterações importantes nos mercados em a empresa atua.

País deve colher menos trigo, mas preços de derivados tendem a cair

Cenários

Fernanda Pressinott
De São Paulo

Com 10% das lavouras colhidas, a safra brasileira de trigo do ciclo 2024/25 deve ser a terceira maior da história, com produção de 8,13 milhões de toneladas, segundo estimativa da Safras & Mercado. O volume é 4,3% menor do que o do ciclo anterior e ficou abaixo da projeção de 8,86 milhões de toneladas do mês passado.

Apesar da expectativa de queda entre os ciclos, a tendência é que os preços do trigo e derivados recuem nos próximos meses. "A entrada das safras brasileira e argentina fará esse papel em um cenário também de mercado internacional com algumas quebras", afirma o analista da Safras & Mercado, Elcio Bento.

Na avaliação do Itaú BBA, o mercado global enfrenta um balanço apertado, mas a concorrência com o cenário mais confortável do milho [também usado na ração para animais] deve limitar as altas nos preços do trigo bolsa de Chicago, referência para mercado.

A estimativa para a safra 2024/25 no mundo é de recorde de 796 milhões de toneladas, alta de 0,9%. O consumo previsto é de 794 milhões de toneladas, 0,4% inferior à temporada passada. Esse cenário deve resultar na quinta safra consecutiva de queda na relação estoque/consumo, projetada em 32,2%, o menor nível desde 2014/15.

A incógnita que pode alterar os preços é o câmbio. Atualmente, o dólar está próximo a R$ 5,60 — em agosto do ano passado estava na casa dos R$ 4,80.

Caso os números da Safras & Mercado se confirmem, os moinhos brasileiros terão 5,7 milhões de toneladas de trigo disponíveis, acima das 4,9 milhões de toneladas do ciclo comercial anterior, quando 2,8 milhões de toneladas de trigo de baixo padrão foram exportadas. A diferença entre a colheita e a moagem é explicada pelas exportações e outros usos.

Com uma moagem estimada em 12,6 milhões de toneladas e a necessidade de recompor estoques, a importação de trigo em grão precisará ser de pelo menos 6,5 milhões de toneladas.

VANESSA ALMEIDA DE MORAES/EMATER

Trigo em Maximiliano de Almeida (RS); segundo Emater, perspectiva de produtividade segue favorável no Estado

No Brasil, a produção paranaense, conhecida pela qualidade, foi prejudicada pela seca e deve somar 2,7 milhões de toneladas — um ano antes, foi de 3,6 milhões em 2023/24. A área semeada foi de 1,15 milhão de hectares.

"A área plantada já foi menor devido à perda de espaço para o milho safrinha e à forte estiagem. Além disso, a falta de chuvas afetou significativamente o desenvolvimento das lavouras, sobretudo no norte, no centro e no oeste do Estado", diz Bento.

Já o Rio Grande do Sul deve ser o principal produtor na temporada, com 4 milhões de toneladas, em uma área plantada de 1,28 milhão de hectares. A produtividade é estimada em 3.125 quilos por hectare, 43,8% acima do ciclo passado, quando a produção no Estado teve uma quebra expressiva.

As lavouras plantadas mais cedo (em Minas Gerais, Goiás, Bahia, Mato Grosso do Sul, São Paulo parte do Paraná) enfrentaram uma severa estiagem. A Safras estima que a produção nesses Estados deve ser 25,4% menor, alcançando 1,04 milhão de toneladas.

Para a Argentina, a expectativa é de recuperação na produção após forte queda no ciclo passado. A colheita está estimada em 18 milhões de toneladas — foram 12 milhões um ano antes — , com exportações próximas as 11,5 milhões de toneladas.

Agropecuária
Com dívidas de R$ 1,65 bilhão, Grupo Comodoro pede recuperação extrajudicial
B13

Fomento
É normal que LCD tenha processo de conquista de confiança, diz Pansera, da ABDE C3

Investimentos
Ibovespa sobe 6,6% no mês, até o dia 29, e passa a ter sinal positivo em 2024 C6

Crédito
Com a alta na taxa de captação e redução na média de juros, spread bancário cai C4

Sucessão
Perfil desejado para diretoria de política monetária do BC é similar ao de Galípolo C2

Finanças

Ativos Leilão extraordinário de reservas no mercado à vista de hoje será o primeiro desde abril de 2022

Dólar dispara e BC anuncia venda de US$ 1,5 bi

Gabriel Roca, Victor Rezende e Maria Fernanda Salinet
De São Paulo

No dia seguinte à indicação de Gabriel Galípolo à presidência do Banco Central, os ativos locais viveram um pregão de estresse acentuado, com alta firme do dólar, dos juros futuros e queda do Ibovespa. Os dados mais fortes da economia americana e o aumento do risco fiscal no Brasil, em meio às discussões sobre o aumento do vale gás nas vésperas da entrega do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) ao Congresso, se somaram a fatores de natureza técnica, como o rebalanceamento do índice de ações brasileiras do MSCI — fato que deve gerar um fluxo relevante de saída de dólares do país. O cenário levou a autoridade monetária a anunciar, após o fechamento, um leilão extraordinário de até US$ 1,5 bilhão no mercado à vista hoje.

O dólar encerrou o pregão em alta de 1,20%, aos R$ 5,6231, após ter tocado os R$ 5,6620 na máxima do dia. A força da divisa americana foi disseminada ao redor do mundo, após o PIB americano ter superado as estimativas de consenso, com crescimento de 3% em base anualizada no segundo trimestre, contra 2,8% da leitura preliminar.

Diante dos receios menores de uma recessão nos EUA, as apostas em torno de um corte de juros de 0,5 ponto pelo Federal Reserve (Fed) na reunião de setembro diminuíram, o que deu força não só ao dólar, mas também aos índices acionários em Wall Street e aos rendimentos dos Treasuries.

Como fator adicional de pressão aos ativos brasileiros, agentes financeiros apontaram dúvidas sobre a indicação do futuro diretor de política monetária do BC. Porém, mais do que isso pesou o desconforto com as discussões sobre a ampliação do benefício do auxílio-gás dias antes do prazo limite para a entrega da PLOA 2025. Os receios fiscais, que vinham em segundo plano desde o congelamento de gastos do governo em julho, voltaram a pressionar os ativos.

"Imaginávamos um Orçamento que seria mais neutro, que não mudaria tanto as discussões, mas o debate sobre as questões fiscais nos últimos dias, com o aumento do auxílio gás, piorou um pouco o contexto e afetou a percepção de risco e, assim, a dinâmica já é conhecida: vimos o dólar indo de R$ 5,55 para R$ 5,65 em um só dia... Claro, o fato de os dados americanos terem vindo mais fortes também ajudou [no movimento] em um momento de maior volatilidade, como apontado pelo [presidente do BC Roberto] Campos Neto, já que o BC não deu 'guidance' sobre o próximo movimento da Selic", diz o economista Marco Antonio Caruso, do Santander.

Embora tenha notado que a autoridade monetária enfatizou recentemente que não há uma relação mecânica entre o câmbio e os ajustes na Selic, Caruso observa que, diante da ausência de uma indicação e de uma volatilidade elevada na dinâmica do real, que é uma variável relevante na construção das projeções do BC, "a correlação entre os juros e o câmbio aumenta, o que se reflete em um aumento da volatilidade nos dois mercados, ainda mais em um dia que cheira 'risk-off' [aumento do risco] pela questão fiscal".

Nesse ambiente, Caruso nota que o mercado já estava discutindo mais recentemente o processo de retomada da âncora monetária e que, agora, existe a percepção de que um ajuste na Selic pode ter de ser mais célere. "Seria um ciclo mais curto no tempo", o que ajuda a empurrar a precificação de elevação do juro básico em setembro para algo mais próximo de 0,5 ponto.

No mercado de juros, a precificação de uma alta da Selic de 0,5 ponto na reunião do Copom de setembro passou a ser de 60%, contra 40% de chance de uma alta de 0,25 ponto, considerando apenas os dois cenários. Ontem, a taxa do DI para janeiro de 2025 subiu de 10,945% para 10,985%.

Na visão de Gustavo Pi Okuyama, gestor de renda fixa da Porto Asset Management, fatores se acumularam na semana e contribuíram para a precificação atual do mercado de juros. Ele cita a comunicação errática do BC; dados fortes de emprego; e a sinalização, emitida por Campos de que a melhora observada no IPCA-15 de agosto não é suficiente para trazer conforto à autoridade.

"E, na sequência, tivemos o anúncio do vale- gás. A preocupação fiscal é constante e acabou voltando a ser tema, principalmente porque teremos a apresentação da PLOA no máximo até sábado", aponta o gestor da Porto Asset.

Segundo Okuyama, a gestora tem operado de forma tática no mercado de juros nas últimas semanas. No entanto, os níveis atingidos pelas taxas futuras, neste momento, levaram a um aumento das posições aplicadas [que ganham com a queda das taxas] no miolo da curva. "Acreditamos em um ciclo de elevações na Selic bem controlado, de quatro altas de 0,25 ponto, levando a Selic a 11,5% na primeira reunião do ano que vem. Portanto, achamos a precificação atual um pouco exagerada", diz.

> "Acreditamos em um ciclo de elevações na Selic bem controlado, de quatro altas de 0,25 ponto"
> *Gustavo Okuyama*

No mercado de câmbio, o ambiente de estresse generalizado foi amplificado pelo rebalanceamento do índice de ações brasileiras do MSCI — o EWZ, que acontece hoje. Com a entrada de empresas listadas na Bolsa de Nova York, como XP, Nubank, PagSeguro, Inter e Stone, há um fluxo relevante de saída de dólares do país, que participantes do mercado calculam ser de mais de US$ 1 bilhão.

"Nossa estimativa é que o fluxo positivo desse rebalanceamento está indo para os Estados Unidos e o Brasil vai ter fluxo negativo superior a US$ 1 bilhão", calcula o chefe da corretora de ações do Scotiabank Brasil, Michel Frankfurt.

Na iminência do movimento de saída de dólares do Brasil, participantes do mercado notam que houve uma antecipação de players comprando dólares, o que trouxe pressão adicional ao real ontem, especialmente no dia anterior à formação da Ptax de fim de mês, que naturalmente torna os movimentos do câmbio mais voláteis.

Nesse contexto, após o fechamento do mercado, o Banco Central anunciou que ofertará, em leilão extraordinário no mercado à vista, até US$ 1,5 bilhão, entre 9h30 e 9h35 de hoje, na primeira venda de dólares no mercado "spot" desde abril de 2022.

O anúncio da intervenção foi elogiado pelo profissional da tesouraria de um grande banco local. "O BC agiu muito bem. Tinha muita gente 'atolada' de dólar antecipando o rebalanceamento do MSCI para amanhã [hoje]. A intervenção foi no tamanho correto, bem parecido com o do rebalanceamento. Foi ótimo", afirma essa fonte, em condição de anonimato.

Na visão de profissionais da tesouraria de um banco estrangeiro, em comentário a clientes, o tamanho da intervenção, em si, não é relevante, considerando a magnitude dos rebalanceamentos usuais de fim de mês, "mas trata-se de uma grande mudança na abordagem de câmbio do BC".

Assim, eles esperam uma queda de 1% a 2% no dólar contra o real hoje o que deve ter efeitos também no mercado de juros com a transferência do prêmio de risco entre os ativos.

Na renda variável, o Ibovespa também sofreu, após ter batido recordes consecutivos nos últimos dias. O principal índice do mercado acionário brasileiro caiu 0,95%, aos 136.041 pontos.

Desde o início do mês, o índice ganhou mais de 10 mil pontos e acumula valorização de cerca de 6,6% em agosto. Os mercados internacionais e a injeção de capital estrangeiro na B3 ajudaram esse movimento. Por isso, é natural uma realização de lucros, aponta o CEO da BGC Liquidez, Erminio Lucci. "O dia foi de realização, combinada com um conjunto de 'risk-off' em relação ao Brasil como um todo. A bolsa seguiu o comportamento dos juros e do real", avalia.

Lucci lembra que as commodities têm peso importante na bolsa e há uma desaceleração grande nos preços, "o que naturalmente puxa parte da bolsa para baixo", diz. "Isso é explicado principalmente por causa da desaceleração da China, que se mostra cada vez mais ser de médio a longo prazo, de problemas estruturais e com impacto no consumo e PIB do país", avalia. *(Colaborou Gabriel Caldeira)*

DIVULGAÇÃO

Para Marco Caruso, do Santander, existe a percepção no mercado de que um ajuste na Selic pode precisar ser mais célere, o que contribui com a precificação de alta de 0,5 ponto nos juros futuros

Destaques

JCP do Itaú

O Itaú informou ontem que seu conselho de administração aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio (JCP) no valor de R$ 0,27298 por ação. Com retenção de 15% de IR na fonte, o resultado é de R$ 0,232033 por ação. Ficam excetuados da retenção acionistas PJ imunes ou isentos. A base de cálculo utilizada será a posição acionária final registrada em 19 de setembro. *(Mariana Ribeiro)*

ASA Private

O ASA, instituição financeira fundada por Alberto Safra, anunciou a chegada de Helena Ralston Peters para liderar a área comercial da divisão de private banking. A executiva atuou por 17 anos no BNP Paribas, onde foi a principal executiva de gestão de riqueza. Antes, foi VP sênior de clientes institucionais no Bank of America Merrill Lynch e vice-presidente do segmento corporate no J.P. Morgan. *(Adriana Cotias)*

Títulos de capitalização

A arrecadação no setor de títulos de capitalização foi de R$ 15,07 bilhões de janeiro a junho deste ano, um aumento de 4,5% frente ao mesmo período de 2023, informou ontem a Federação Nacional de Capitalização (FenaCap), com base em dados da Superintendência de Seguros Privados (Susep). Em resgates, foram pagos R$ 12,03 bilhões, uma alta de 13,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Para sorteios, foram destinados R$ 900 milhões, incremento de 21,6%. Em reservas técnicas, o setor acumula R$ 40 bilhões. Ainda segundo a entidade, os títulos de capitalização tradicionais mantiveram a tendência de alta: nos seis primeiros meses do ano, a modalidade registrou R$ 10,94 bilhões em arrecadação, seguida pela filantropia premiável, com R$ 1,94 bilhão, com R$ 934 milhões repassados a entidades filantrópicas no período, aumento de 26,5% ante 2023. *(LT)*

Fraude em fundo soberano

Dois empresários que estiveram no centro de uma das maiores fraudes globais em décadas foram condenados num tribunal criminal suíço por facilitar a pilhagem de um fundo soberano da Malásia. Tarek Obaid, cidadão da Arábia Saudita, e Patrick Mahony, britânico, foram considerados culpados de fraude, má gestão criminosa e lavagem de dinheiro por seus papéis em ajudar a desviar dinheiro do fundo de investimento estatal 1MDB da Malásia, formalmente chamado 1Malaysia Development. Os promotores acusaram a dupla, que também tem cidadania suíça, de criar uma falsa empresa de exploração de petróleo, a PetroSaudi International, e usá-la para roubar mais de US$ 1,8 bilhão do fundo. *(Dow Jones Newswires)*

INÊS 249

Ibovespa
Em pontos

Queda de **0,95%**

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Bolsas internacionais
Variações no dia 29/ago24 - em %

Dow Jones	0,59
S&P 500	0,00
Euronext 100	0,96
DAX	0,69
CAC-40	0,84
Nikkei-225	-0,02
SSE Composite	-0,50

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

Alta de **1,20%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99

Sucessão Perfil desejado para diretoria de política monetária é de nome ligado ao mercado, mas com diálogo no campo político

Haddad e Galípolo buscam nomes para mandatos no BC

Andrea Jubé e Renan Truffi
De São Paulo

A escolha do nome do sucessor do economista Gabriel Galípolo para a diretoria de política monetária do Banco Central (BC), da qual é titular, está sendo conduzida pessoalmente por ele e pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. No governo e no BC, a expressão que circula entre fontes que acompanham de perto essas articulações é "procura-se um Galípolo para a vaga de Galípolo".

De acordo com fontes do Palácio do Planalto, do Banco Central e da Fazenda ouvidas pelo **Valor** nos últimos dias, Galípolo e Haddad buscam alguém com o perfil do atual titular do cargo para comandar a diretoria de política monetária, considerada a mais estratégica do BC. Ou seja, um economista ligado ao mercado financeiro, que seja respeitado pelo empresariado e pelos investidores, mas que também tenha diálogo com o campo progressista no mundo político.

Os nomes estão sendo discutidos a sete chaves e com máxima discrição pela dupla. Galípolo foi presidente do Banco Fator entre 2017 e 2021, ano em que se aproximou do então pré-candidato à presidência Luiz Inácio Lula da Silva e de alas do PT.

Ele despertou as atenções da classe política e do empresariado quando acompanhou a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann, em um jantar, na pré-campanha, com nomes do PIB como Abilio Diniz e Flávio Rocha. Em paralelo, sua formação acadêmica — é mestre em economia pela PUC-SP — o aproximou de Haddad.

A avaliação de interlocutores do Palácio do Planalto é que Galípolo está "empoderado" no cargo, o que lhe dá condições de participar diretamente da escolha dos três novos diretores do banco — além da vaga na diretoria de política monetária, também se encerram em 31 de dezembro os mandatos de Otávio Damaso, diretor de regulação, e de Carolina de Assis Barros, diretora de relacionamento, cidadania e supervisão de conduta.

> Quem acompanha articulações de perto diz que "procura-se um Galípolo para a vaga de Galípolo"

Na prática, isso significa que a escolha dos novos diretores do BC deve começar "do zero", ou seja, os nomes cotados até então podem perder força na corrida pela indicação.

A principal cadeira em disputa é a de política monetária, responsável pelas mesas de juros e de câmbio da instituição, em geral ocupada por profissionais com experiência no mercado financeiro. Um dos nomes ventilados para esse cargo é o de Marcelo Kayath, ex-diretor do Credit Suisse e fundador da QMS Capital. Kayath é próximo de Haddad e já foi consultado por Lula em outras ocasiões durante esse terceiro mandato.

Ele chegou a ser convidado, inclusive, para uma diretoria do BC durante o atual mandato de Lula, mas recusou. Resta saber agora se o entorno do presidente vai continuar insistindo no nome dele ou se Galípolo vai influenciar o governo com sugestões alternativas. Procurado, Kayath não comentou o assunto.

Outro nome que vinha sendo citado nos corredores do Palácio do Planalto, mas agora dependerá do aval de Galípolo, é o de Fernando Honorato, economista-chefe do Bradesco. Procurado, disse por meio da assessoria de imprensa do banco que desconhece o assunto.

Galípolo foi indicadona terça-feira pelo presidente Lula para assumir a presidência do Banco Central a partir de 2025. A sabatina ainda não foi agendada no Senado. O mandato de Roberto Campos Neto à frente da autoridade monetária expira em dezembro.

A expectativa é que o nome do indicado para a vaga de Galípolo seja anunciado e enviado ao Senado em bloco com as nomeações dos outros novos diretores para as vagas que serão abertas em dezembro.

Indicado começa a procurar senadores para marcar sabatina

Julia Lindner e Caetano Tonet
De Brasília

Em meio ao impasse sobre a data da sabatina, o indicado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à presidência do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, começou a procurar senadores nesta semana. A expectativa é que o atual diretor de política monetária do BC comece o périplo pela Casa, o tradicional "beija-mão", na próxima semana, que será de esforço concentrado.

Após a indicação ser formalizada, o diretor do BC telefonou para o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde ocorrerá a sabatina, Vanderlan Cardoso (PSD-GO), e para o líder do PSD, maior partido da casa, Otto Alencar (PSD), que também é ex-presidente e membro do colegiado.

"Nos falamos por telefone, como ele deve ter falado com outros senadores e senadoras. Isso é de costume de quem será sabatinado", disse Alencar ao **Valor**. Na próxima semana, os dois devem se encontrar pessoalmente.

A data da sabatina está indefinida em meio ao impasse entre Legislativo, Executivo e Judiciário sobre novos critérios para distribuição das emendas parlamentares. Além disso, o imbróglio passa pelo desgaste na relação entre o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Como mostrou o **Valor**, o governo tenta desde o início do mês articular que a sabatina de Galípolo ocorra ainda em setembro para evitar que ele fique "na chuva" até depois das eleições municipais, em novembro. A cúpula do Senado, por outro lado, resiste a essa antecipação, considerando que o mandato do atual presidente do BC, Roberto Campos Neto, vai até dezembro.

> "Ele se posicionou de um ponto de vista técnico e não ideológico, que era o receio. Acho que vai ser bem recebido"
> *Marcelo Castro*

Os congressistas já descartaram realizar a análise do nome de Galípolo durante o esforço concentrado da próxima semana. O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), ainda tem esperança de uma nova rodada de sessões presenciais na semana seguinte. A data seria antes da próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), nos dias 17 e 18 de setembro.

Apesar das dúvidas sobre o melhor momento para a sabatina, o presidente da CAE já demonstrou ter boa vontade com Galípolo e sinalizou a aliados que deve indicar para a relatoria um nome alinhado ao governo Lula. Os cotados, de acordo com pessoas próximas a Vanderlan Cardoso, são o líder do governo, Jaques Wagner, e o senador Angelo Coronel (PSD-BA).

Senadores de diferentes correntes políticas ponderam que Galípolo tem boa aceitação na Casa e a questão agora é apenas sobre o melhor momento. O senador Marcelo Castro (MDB-PI), disse que, no início, o diretor do BC era "olhado com desconfiança, mas depois adquiriu a confiança do mercado". "Ele se posicionou de um ponto de vista técnico e não ideológico, que era o receio do mercado. Acho que ele vai ser bem recebido por todos. Chegando aqui, quem é que vai ficar contra?", questionou.

Até mesmo Flávio Bolsonaro (PL-RJ), da oposição, avalia que Galípolo será aprovado com facilidade, assim como ocorreu no ano passado.

"Ele [Galípolo] já passou aqui uma vez e foi aprovado. A preocupação é o dia seguinte, se ele vai ser um servo do Lula para fazer as maluquices de baixar juros na canetada ou se ele vai manter uma linha de como está sendo praticamente unanimidade no Banco Central de tomar decisões com responsabilidade", disse.

Flávio acrescentou que todos respiram aliviados quando a escolha é por um nome que "não é a indicação política do Lula".

IPO da Pershing Square

JEENAH MOON/BLOOMBERG

O bilionário Bill Ackman tenta ressuscitar a oferta pública inicial de ações (IPO) da Pershing Square USA, oferecendo incentivos aos primeiros investidores, enquanto tenta resolver os principais obstáculos à operação.
O gestor de fundos hedge sondou os apoiadores sobre uma estrutura que incluiria incentivos adicionais junto com as ações da Pershing Square USA, depois de ter recuado do IPO de seu novo fundo de investimentos em razão da demanda fraca.
Ele estabeleceu originalmente uma meta de US$ 25 bilhões para a listagem do fundo na bolsa de Nova York, o que faria da operação um dos maiores IPOs de todos os tempos. Ackman desistiu da listagem após reduzir a meta de captação de recursos em mais de 90%, para apenas US$ 2 bilhões.

'Vai passar por pressão como eu passei', diz Campos sobre sucessor

Álvaro Campos
De São Paulo

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, defendeu o trabalho em equipe da autoridade monetária e disse que o diretor de política monetária, Gabriel Galípolo, indicado como seu sucessor, vai "passar por pressão" quando assumir o cargo, assim como aconteceu com ele mesmo.

Questionado sobre seu legado logo no início de sua participação em evento da CNN, ontem à noite, ele afirmou que esse legado não é só dele, já que no BC o trabalho é feito em equipe. Ainda assim, citou a inovação, adoção de novas tecnologias e aumento na transparência da comunicação. "O BC é instituição forte, tem autonomia, e estamos brigando pela autonomia financeira", disse.

Questionado se seu sucessor no cargo pode sofrer menos pressão do governo do que ele próprio, já que Galípolo foi indicado pela administração Lula, Campos Neto afirmou que, quando estava fazendo a transição para suceder Ilan Goldfajn no BC, comentou com o antecessor que o cenário pareceria de calmaria. "Ilan comentou comigo que não tem calmaria no BC", disse. Segundo ele, Galípolo deve, sim, sofrer pressão. "Pressão faz parte, Galípolo vai passar por pressão como eu passei."

Ele repetiu comentários que já tinha feito antes, dizendo esperar que seu sucessor não seja julgado pela camisa que usou no dia da eleição ou pelos jantares dos quais aceitou participar, e sim pelas decisões técnicas que tomar. "Faz parte do BC agora, em alguns casos, conviver com um Poder Executivo que não foi aquele que o indicou", disse, lembrando que Galípolo poderá ter que conviver, lá na frente, com um presidente diferente.

Sobre a atenção tão grande em cima da autoridade monetária, Campos Neto afirmou esperar que, com o amadurecimento institucional, "ao longo do tempo o presidente do BC vai ser menos conhecido e menos falado".

Campos Neto afirmou que a política fiscal tem influência nas expectativas de inflação e na curva de juros futuros. "O governo tem feito um esforço muito grande nesse sentido, mas a parte mais difícil da economia brasileira é enquadrar o fiscal", disse.

Ele reforçou que a harmonia entre a âncora fiscal e a monetária é muito importante no caso brasileiro. Sobre os dados recentes, comentou que o último número de inflação teve qualidade melhor, "mas ainda precisamos ter convergência adicional" da inflação.

Campos Neto comentou que, para 2025, há uma pequena revisão para baixo nas projeções macroeconômicas, "mas com todos os índices de economia bastante fortes na ponta". Lembrou ainda que o país tem uma massa salarial que está crescendo "e existe preocupação se isso é inflacionário ou não".

Sobre o cenário externo, afirmou que, no recente encontro de Jackson Hole, o presidente do Federal Reserve, Jerome Powell, indicou que pode haver queda de juros em setembro. Segundo ele, o mercado atualmente já precifica mais do que um corte de 0,25 ponto percentual, mas ainda será divulgado um dado importante de inflação nos EUA antes da decisão do Fed. Ele comentou ainda sobre vários fatores que têm gerado uma volatilidade nos mercados globais nos últimos meses, como o rápido desmonte de operações de "carry trade" no Japão, o fato da subida das bolsas americanas ser muito dependente das ações de tecnologia e a preocupação com uma desaceleração estrutural da China. "Um crescimento abaixo de 4%, de 3% na China teria impacto grande para emergentes, para as commodities. É muito relevante para o Brasil."

Ademicon contrata Goldman Sachs para avaliar venda

Fernanda Guimarães
De São Paulo

A maior administradora independente de consórcios do Brasil, a Ademicon contratou o Goldman Sachs para avaliar uma possível venda, apurou o **Valor**. A empresa tomou a decisão depois de ser sondada por instituições financeiras, que se mostraram interessadas em comprar uma fatia ou até mesmo o controle da empresa, disseram fontes, que pediram anonimato.

A Ademicon tem crescido a passos largos, superando até mesmo o tamanho, em consórcios, de alguns grandes bancos. Segundo uma fonte, a família Schuchovsky não teria interesse em deixar o controle e a venda poderia envolver apenas a fatia detida por fundos. O impasse, no entanto, é que os bancos gostariam de deter uma fatia majoritária, de acordo com interlocutores.

Procurada, a companhia afirmou que não se manifesta sobre especulações de mercado. Já o Goldman Sachs não comentou.

No ano passado, a Ademicon passou por uma rodada de captação, liderada pela 23S, gestora fruto da união entre Temasek e Grupo Votorantim. A companhia é forte candidata a uma abertura de capital, mas há falta de sinais de quando a janela estará aberta para novos emissores na bolsa brasileira.

Conforme o último balanço, de 2023, a sua receita bruta chegou a R$ 644 milhões, com alta de 55% em relação a 2022. Já o lucro líquido foi a R$ 238,9 milhões no ano passado, crescimento de 60%.

A Ademicon foi criada há 30 anos pela família Schuchovsky e protagonizou uma onda de consolidação no setor, Inicialmente focada e consórcios imobiliários, abriu para financiamento de equipamentos agrícolas e veículos, e hoje oferece consórcios para cirurgias plásticas ou cursos.

Renda fixa Instituições revisaram para baixo projeções de captação por meio do instrumento e agora reavaliam ida ao mercado de capitais

Regulamentação da LCD frustra bancos de menor porte

Paula Martini
Do Rio

Bancos regionais de desenvolvimento se frustraram com a recente regulamentação da Letra de Crédito de Desenvolvimento (LCD) devido ao trecho que limita a emissão do novo título isento de imposto de renda a 6,5% do patrimônio líquido das instituições. A norma fez bancos subnacionais revisarem para baixo as projeções de captação por meio do instrumento e reavaliarem a ida ao mercado de capitais.

A LCD foi pensada para aumentar o lastro financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para que a instituição tenha capacidade de ampliar os financiamentos. Além do BNDES, bancos estaduais como o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) também podem emitir o título.

A lei que criou o instrumento foi sancionada no fim de julho pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e estabeleceu um teto de R$ 10 bilhões em emissões anuais para cada banco, por um período de quatro anos. A resolução publicada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) no último dia 22, porém, impõe uma trava, segundo a qual a soma dos valores nominais das LCDs emitidas por ano não deve ser superior a 6,5% do valor do patrimônio líquido da instituição, limitado a R$ 10 bilhões. Além disso, o saldo das LCDs emitidas não deve ser superior a 25% do patrimônio líquido dos bancos.

"A LCD é um avanço porque permite que os bancos de desenvolvimento façam a captação de recursos via mercado de capitais, mas houve um excesso de conservadorismo por parte do Banco Central, que não levou em conta o tamanho específico dos bancos de desenvolvimento regionais", diz o diretor-presidente do Bandes, Marcelo Saintive.

Segundo o economista, o patrimônio líquido do banco capixaba está em torno de R$ 430 milhões, o que limita as emissões de LCD a menos de R$ 30 milhões por ano. Por esse motivo, a instituição está reavaliando as vantagens da operação.

"Antes, nós trabalhávamos com algo em torno de R$ 400 milhões. Era bem factível captar esses recursos. Agora, dado o monte reduzido, vamos avaliar se faz sentido ir ao mercado de capitais", diz o diretor da instituição, que estuda ainda a possibilidade de usar os recursos da LCD para criar um fundo garantidor para projetos futuros.

"Estamos estudando a regulamentação para ver se é possível. Caso contrário, temos que ver se vale a pena fazer uma emissão tão pequena", observa.

A Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), que reúne os bancos de desenvolvimento, defende que o novo título funcione nos mesmos moldes das Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e do Agronegócio (LCA), inclusive nos limites para a emissão. "Os bancos regionais têm muito mais a entregar. Até porque as LCAs estão atualmente em mais de R$ 400 bilhões. E nós estamos falando de um limite de R$ 40 bilhões em quatro anos para fazer as LCDs", diz o presidente da ABDE, Celso Pansera.

Para Pansera, a regulamentação mais conservadora tem relação com um ambiente de ajuste nas contas públicas e as perspectivas para inflação por parte do Banco Central. "Então está nesse contexto do Banco Central contraído, preocupado com explosão da inflação. Como é um instrumento novo, também é normal que tenha um processo de consolidação, de conquista de confiança do mercado e dos agentes. Mas vamos continuar trabalhando para melhorar esse limite", afirmou ao **Valor**.

A resolução sobre a LCD é assinada pelo diretor de regulação do BC, Otávio Damaso, como presidente substituto da instituição. Procurado, o BC informou que o valor de R$ 10 bilhões corresponde a 6,45% do patrimônio líquido do BNDES, sendo ambos adotados como o máximo para emissão das LCDs. Questionada sobre a possibilidade de esses patamares serem revistos, a autoridade monetária informou que "não emite comentários sobre a possibilidade de alterações regulatórias futuras."

A ABDE calcula que a LCD pode gerar, no primeiro ano, pouco mais de R$ 10 bilhões em novos recursos para financiamento de longo prazo, podendo chegar a R$ 40 bilhões em quatro anos. A previsão inicial da associação era de R$ 18 bilhões — dos quais R$ 10 bilhões pelo BNDES e R$ 8 bilhões divididos entre os demais bancos de fomento.

Agora, segundo cálculos que consideram o atual patrimônio líquido das instituições, a ABDE estima que BRDE, Bandes e BDMG poderão emitir, somados, cerca de R$ 372 milhões em títulos de LCD no primeiro ano de emissão. No caso do BNDES, o valor será de cerca de R$ 9,7 bilhões, diz a associação.

O Banco de Desenvolvimento Regional do Extremo Sul (BRDE), por exemplo, trabalhava com uma emissão de R$ 500 milhões este ano. "Mas o patrimônio líquido apurado no balanço semestral é de R$ 4,4 bilhões, o que vai nos limitar a uma captação de cerca de R$ 286 milhões", diz o presidente da instituição, Ranolfo Vieira Júnior.

O BDMG informou, por escrito, que o percentual anual de 6,5% do seu patrimônio líquido representa cerca de R$ 130 milhões por ano. Segundo a instituição, o valor é "substancialmente" inferior aos R$ 10 bilhões anuais estabelecidos inicialmente para todos os bancos de desenvolvimento.

A instituição disse ainda ter condições "seguras" de emitir títulos que somem um percentual "muito superior" ao teto de 6,5% do seu PL. "O BDMG já atua, por exemplo, com limites superiores na LCA e defende uma regulamentação semelhante à praticada nesse instrumento para a LCD", diz o comunicado.

> "BC não levou em conta o tamanho específico dos bancos de desenvolvimento regionais"
> *Marcelo Saintive*

DIVULGAÇÃO

Pansera: por ser nova, é normal que LCD tenha um processo de conquista de confiança do mercado e dos agentes

BNDES pode ter emissão em setembro

Do Rio

Principal beneficiado pela criação da Letra de Crédito de Desenvolvimento (LCD), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) reiterou que pode realizar já em setembro a primeira emissão do novo título de renda fixa isento de tributação, como mostrou o **Valor** no início do mês.

A instituição informou que está tomando providências de regulamentação interna e de procedimentos operacionais para que seja possível realizar "o quanto antes" a primeira emissão, com expectativa de que isso aconteça a partir de setembro de 2024, a depender das condições de mercado.

Considerando o patrimônio líquido de R$ 151,3 bilhões apurado no fim de 2023 e as condições para emissão de LCD, o BNDES pode alcançar R$ 9,8 bilhões em emissões para 2024 e um saldo de estoque de R$ 37,8 bilhões. Mas o volume emitido a cada ano dependerá da demanda de recursos para financiar suas operações, do estoque pré-existente e das condições de mercado, frisou a instituição.

A diversificação das fontes de financiamento do banco de fomento se justifica pelo objetivo de dobrar os empréstimos concedidos como proporção do PIB nos próximos quatro anos. Os desembolsos do BNDES representam atualmente cerca de 1% do PIB e a meta é chegar a 2% até o fim do mandato do atual governo.

O BNDES é altamente dependente de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que desde a reforma da Previdência, em 2019, reduziu o montante que cabe ao banco para cobrir despesas com a Previdência Social. A medida é reiteradamente criticada pela atual administração do banco, que defende uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para reverter a inclusão do INSS no rol de despesas financiadas pelo FAT.

Especialistas ressaltam que um eventual crescimento do banco tem que ocorrer a taxas de mercado, sem subsídios nos empréstimos, como ocorreu em outras gestões do PT. Parte dos especialistas também vê com cautela a iniciativa da LCD.

Um argumento é que o BNDES poderia esbarrar na distribuição, uma vez que depende de bancos privados para vender o título. Outra corrente, porém, afirma que existe uma demanda cativa de investidores de renda fixa por títulos isentos de imposto de renda. ***(PM)***

Portaria define regras de debêntures incentivadas

Liane Thedim
Do Rio

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, assinou ontem a portaria que regulamenta as emissões de debêntures incentivadas, que dão isenção de Imposto de Renda ao investidor pessoa física, e de infraestrutura, cujo incentivo fiscal vai para a empresa.

Na redação final, o ministério ampliou os casos em que não será necessária aprovação prévia do órgão para os desenvolvidos no âmbito dos contratos de concessões, arrendamentos e autorizações federais; e no âmbito de contratos de serviço público de titularidade de entes subnacionais e daqueles delegados pela União a subnacionais.

A minuta que entrou em consulta pública em julho previa liberação da aprovação apenas dos projetos desenvolvidos no âmbito dos contratos de arrendamento e concessões federais e de concessão de serviço público de titularidade dos entes subnacionais estão dispensados de aprovação ministerial prévia.

Os projetos só poderão abranger ações de implantação, ampliação, aquisição, reposição, manutenção, recuperação, adequação ou modernização de bens de capital. Ações e intervenções com a finalidade de reduzir ou mitigar emissões de gases de efeito estufa precisarão de autorização, conforme a minuta prévia.

Alberto Faro, sócio do escritório Machado Meyer Advogados, lembra que também foi removida a exigência de nota técnica do ministério opinando sobre o enquadramento do projeto como prioritário. "Como estava parecia autorização a posteriori", explica.

O texto define como projetos prioritários hidrovias; portos organizados e instalações portuárias, inclusive terminais de uso privado, estações de transbordo de carga e instalações portuárias de turismo; e aeródromos e instalações aeroportuárias de apoio, exceto aeródromo privado de uso privativo.

Segundo Faro, o escritório e o GRI Club Infra (grupo global de líderes dos setores de infraestrutura) haviam proposto que, entre os subsetores com permissão para emitir esses papéis, estivessem os "projetos de infraestrutura de armazenagem para produtos a granel, localizados em áreas contíguas ao porto organizado ou instalações portuárias autorizadas, com acesso a estas por tubulações, esteiras rolantes ou similares, instaladas em caráter permanente".

A justificativa era que contemplaria parcela expressiva dos investimentos realizados no setor portuário, em projetos de expansão da infraestrutura de apoio e armazenagem desenvolvidos em retroáreas a Terminais de Uso Privado (TUPs) e às instalações portuárias autorizadas, mas a sugestão não foi aceita.

Os projetos de investimento deverão fazer parte de um contrato de concessão, autorização ou arrendamento. O volume deverá ser equivalente às despesas de capital necessárias para realização do projeto, o que, segundo o texto, inclui a outorga e aportes em contas vinculadas ao contrato.

Crédito Dados do BC também mostram que concessões para pessoas físicas têm subido em patamar superior ao de pessoas jurídicas

Spread e juros cobrados em empréstimos diminuem

Gabriel Shinohara e Alex Ribeiro
De Brasília e São Paulo

Com a alta na taxa de captação dos bancos e uma contínua redução da taxa média de juros cobrada de pessoas e empresas, o spread bancário vem caindo ao longo deste ano. Segundo dados do Banco Central (BC), o spread passou de 21,5 pontos percentuais em julho de 2023 para 18,5 pontos no mesmo mês deste ano.

O spread é a diferença entre as taxas que os bancos cobram nos empréstimos e o custo de captação dos recursos pelo banco.

A taxa de captação estava em 9,5% ao ano em julho do ano passado e passou por um movimento de queda até fevereiro, mas desde então vem subindo. A taxa chegou a 9,2% no último mês de julho, com alta de 0,5 ponto neste ano.

Fernando Rocha, chefe do departamento de estatísticas do BC, diz que a taxa é composta por vários tipos de operações, como depósitos à vista não remunerados, operações de poupança e no mercado interbancário.

Já a taxa média de juros caiu 3,3 pontos percentuais em um ano, de 31% em julho de 2023 para 27,7% no mesmo mês de 2024. Só neste ano, a taxa caiu 0,6 ponto.

Carla Argenta, economista-chefe da CM Capital, diz que as quedas nas taxas de captação e de aplicação (juros médios cobrados) foram impulsionadas pelo segmento de pessoas físicas. A economista destaca um ambiente melhor para o segmento, com a queda da taxa Selic, que saiu de 13,75% em agosto de 2023 para 10,50%. Ela também cita o Desenrola, programa que promoveu a renegociação de dívidas e melhorou as condições de crédito das pessoas.

As concessões de crédito para pessoas físicas têm subido em patamar superior ao de pessoas jurídicas. O crescimento para o primeiro grupo foi de 12,3% em 12 meses encerrados em julho, e para as empresas, de 9,8%.

A queda na taxa média de juros foi puxada pela redução da taxa para pessoas físicas, de 36,7% ao ano para 31,9%. No caso da captação, a queda foi de 9,3% para 8,8%, enquanto a pessoa jurídica subiu de 9,9% para 10,1%.

Argenta diz que a queda menor na captação tem impacto de um cenário em que pessoas e empresas não estão tão propensas a aceitar receber menos para aplicar seus recursos. "Antes, quando a taxa Selic estava no patamar de 13%, elas estavam encontrando títulos em 14% ou 15% e hoje você vê taxas mais baixas do que isso."

Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating, destaca a melhora na competitividade e iniciativas como o open finance, além da queda da taxa Selic. "Tem alternativas que vêm sendo aplicadas, cooperativas de crédito, fintechs, bancos digitais, que têm custo de operação menor que os de varejo."

Os dados do BC também mostram aceleração no crescimento do saldo de crédito pelo sexto mês seguido. A taxa nos 12 meses encerrados em julho foi de 10,3% e em janeiro estava em 7,7%. Segundo o chefe do departamento, a aceleração pode ser vista em todas as aberturas.

27,7%
taxa média de juros em julho deste ano

CMN regulamenta método de cálculo e aplicação da Taxa Legal

De Brasília

O Conselho Monetário Nacional (CMN) regulamentou a metodologia de cálculo e forma de aplicação da Taxa Legal, prevista em lei sancionada neste ano. Segundo nota divulgada pelo Banco Central (BC), a Taxa Legal "tem o propósito de uniformizar a aplicação de juros para a correção dos valores de obrigações em que os juros não sejam convencionados, ou sejam convencionados sem taxa estipulada, assim como na responsabilidade civil extracontratual".

A legislação define que a Taxa Legal será o resultado do cálculo da taxa referência da Selic menos o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A taxa mensal será calculada pela razão entre a acumulação das taxas diárias e a variação do IPCA-15 relativas ao mês anterior ao de referência, de acordo com a regulamentação. Caso seja negativo, será considerado igual a zero para o mês.

O CMN estabeleceu que o regime de juros simples deve ser empregado para a aplicação da Taxa Legal "especialmente para a acumulação de taxas mensais e para a apuração de juros proporcionais (fração pro rata)". O BC informou que essa escolha não inova na forma de aplicação de juros porque segue regime de incidência que vem sendo empregado em condenações judiciais em face da Fazenda Pública "bem como em outros casos judiciais envolvendo verbas pagas a servidores e empregados públicos, benefícios previdenciários e assistenciais e em casos diversos de liquidação de sentença".

O BC vai divulgar a Taxa Legal mensalmente, no primeiro dia útil de cada mês a partir de setembro. Já a de agosto será publicada amanhã. A autoridade monetária também disponibilizará o cálculo por meio da Calculadora do Cidadão, que está disponível no site do BC e em aplicativo para celular.

Não houve reunião extraordinária do CMN. A resolução foi aprovada na semana passada e publicada ontem. *(GS)*

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 29/08/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	16.156,3218750	0,01	0,72	6,25
IRF-M	1+**	20.488,1544850	-0,26	0,95	2,74
IRF-M	Total	18.619,1729770	-0,17	0,87	3,77
IMA-B	5***	9.409,4954350	-0,11	0,53	4,82
IMA-B	5+****	11.522,0859440	-0,10	1,28	-0,71
IMA-B	Total	10.082,5068470	-0,11	0,79	1,77
IMA-S	Total	6.851,7722490	0,04	0,86	7,22
IMA-Geral	Total	8.326,1107240	-0,05	0,89	4,73

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	15/08	14/08	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	34,20	33,44	32,58	29,63	33,35	34,04
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	25,23	24,50	25,91	24,96	25,10	27,02
Conta garantida pré - a.a.	37,83	39,99	46,51	38,67	50,25	46,16
Desconto de duplicata pré - a.a.	22,01	21,53	21,70	21,70	21,83	25,53
Vendor pré - a.a.	16,74	17,29	15,55	15,28	17,59	18,53
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	16,46	16,46	14,60	16,30	17,38	18,07
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	17,61	19,08	19,57	18,30	17,73	18,59
Conta garantida pós - a.a.	24,71	24,88	24,75	24,76	23,72	27,43
ACC pós - a.a.	8,83	8,94	8,50	8,30	8,29	8,61
Factoring - a.m.	3,20	3,21	3,23	3,25	3,25	3,52

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	29/08/24	28/08/24	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3500	5,3100	5,3800	5,3300	5,3000
1 mês	-	5,3458	5,3488	5,3512	5,3512	5,3117
3 meses	-	5,3683	5,3676	5,3612	5,3611	5,1793
6 meses	-	5,3947	5,3940	5,3905	5,3904	5,0476
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6660	3,6640	3,6530	3,6650	3,6520
1 mês	-	3,6692	3,6688	3,6681	3,6678	3,6193
3 meses	-	3,7199	3,7361	3,7943	3,7953	3,4263
6 meses	-	3,8398	3,8480	3,8781	3,8795	3,1481
1 ano	-	3,9129	3,9127	3,9106	3,9079	2,2419
Euribor ***						
1 mês	-	3,592	3,608	3,630	3,611	3,631
3 meses	-	3,505	3,541	3,647	3,631	3,783
6 meses	-	3,391	3,408	3,579	3,585	3,944
1 ano	-	3,119	3,133	3,390	3,406	4,074
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
T-Bill (1 mês)	5,30	5,32	5,29	5,37	5,38	5,39
T-Bill (3 meses)	5,10	5,10	5,16	5,27	5,28	5,46
T-Bill (6 meses)	4,85	4,84	4,93	5,09	5,11	5,55
T-Note (2 anos)	3,90	3,87	4,00	4,26	4,36	4,90
T-Note (5 anos)	3,67	3,65	3,72	3,91	4,03	4,28
T-Note (10 anos)	3,87	3,84	3,85	4,03	4,14	4,12
T-Bond (30 anos)	4,15	4,13	4,13	4,31	4,40	4,23

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	Mês ago/24*	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	Acumulado Ano*	12 meses**
Selic	0,83	0,91	0,79	0,83	0,89	0,83	7,05	11,50
CDI	0,83	0,91	0,79	0,83	0,89	0,83	7,05	11,50
CDB (1)	0,72	0,72	0,71	0,73	0,73	0,75	6,04	10,12
Poupança (2)	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	4,59	7,24
Poupança (3)	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	4,59	7,24
IRF-M	0,87	1,34	-0,29	0,66	-0,52	0,54	3,77	8,37
IMA-B	0,79	2,09	-0,97	1,33	-1,61	0,08	1,77	4,38
IMA-S	0,86	0,94	0,81	0,83	0,90	0,86	7,22	11,71
Renda Variável								
Ibovespa	6,57	3,02	1,48	-3,04	-1,70	-0,71	1,38	4,68
Índice Small Cap	4,59	1,47	-0,39	-3,38	-7,76	2,15	-9,63	-13,36
IBrX 50	6,54	3,15	1,63	-3,11	-0,62	-0,81	3,17	6,82
ISE	6,11	2,84	1,10	-3,61	-6,02	1,21	-1,95	-4,44
IMOB	6,46	4,82	1,06	-0,73	-11,56	1,10	-7,20	-8,60
IDIV	6,22	1,90	1,99	-0,99	-0,56	-1,20	4,54	11,06
IFIX	0,62	0,53	-1,04	0,02	-0,77	1,43	2,25	5,25
Dólar Ptax (BC)	-0,46	1,86	6,05	1,35	3,51	0,26	16,41	19,42
Dólar Comercial (mercado)	-0,55	1,18	6,46	1,09	3,54	0,86	15,88	19,56
Euro (BC) (4)	1,94	2,92	4,73	2,89	2,37	0,07	16,75	17,29
Euro Comercial (mercado) (4)	1,79	2,23	5,07	2,79	2,43	0,71	15,99	17,68
Ouro (BC)	3,65	5,98	5,97	2,87	7,18	8,62	42,19	46,76
Inflação								
IPCA (5)	0,05	0,38	0,21	0,46	0,38	0,16	2,92	4,50
IGP-M	0,29	0,61	0,81	0,89	0,31	-0,47	2,00	3,82

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Rendimento até o dia 29/ago. ** Até jul/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real. (5) expectativa de 0,05% para o mês de agosto

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 26/08/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.679.376,20					-7.878,27	53.174,45	313.999,45	282.217,17
RF Indexados (2)	146.033,29	0,03	0,95	4,41	7,86	135,29	-1.482,73	-11.160,59	-16.731,46
RF Duração Baixa Soberano (2)	687.514,25	0,04	0,66	6,38	10,38	-7.111,41	-1.733,58	37.948,18	33.782,95
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	896.814,72	0,04	0,75	7,29	11,84	-62,99	21.157,09	87.448,66	88.716,34
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	191.878,00	0,04	0,05	7,36	11,90	199,50	5.040,89	82.400,87	86.750,61
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	170.113,56	0,01	0,75	6,03	9,33	-23,17	-906,87	-4.888,86	-5.720,64
RF Duração Livre Soberano (2)	214.758,40	0,03	0,75	6,07	10,01	-297,80	-5.671,27	-17.063,80	-33.958,41
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	670.766,93	0,04	0,77	6,58	10,71	-1.886,75	15.263,18	-16.445,68	-37.688,67
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	397.734,12	0,01	0,94	6,80	11,26	-546,01	9.031,20	105.321,39	143.962,92
Ações	653.389,48					-459,23	-2.996,51	1.010,42	43.706,49
Ações Indexados (2)	11.062,94	0,95	7,29	2,06	17,72	7,89	207,16	326,30	-1.678,01
Ações Índice Ativo (2)	31.012,67	0,54	6,79	0,55	13,90	-30,58	-1.498,31	-6.808,17	-6.213,51
Ações Livre	237.131,58	0,00	5,93	2,79	14,09	-406,78	-1.580,11	-1.063,16	-5.447,21
Fechados de Ações	125.745,52	0,09	1,80	-3,10	0,22	-19,88	-14,92	-2.044,11	29.520,74
Multimercados	1.603.267,36					-2.900,54	-46.368,28	-152.928,05	-286.042,59
Multimercados Macro	137.727,89	-0,07	1,00	3,18	7,17	-551,89	-5.553,18	-42.274,94	-63.046,85
Multimercados Livre	621.710,68	-0,01	1,09	6,14	10,70	-1.530,75	-5.299,43	-19.191,41	-83.042,23
Multimercados Juros e Moedas	49.052,70	0,01	0,72	6,37	10,77	64,35	106,43	-9.441,28	-15.133,60
Multimercados Invest. no Exterior (2)	711.775,39	-0,01	0,16	6,98	12,64	-759,93	-35.785,19	-83.409,12	-120.907,26
Cambial	6.259,70	0,07	-2,13	17,40	19,61	15,36	27,98	-653,07	-1.177,38
Previdência	1.470.852,62					95,24	3.644,05	26.771,66	40.144,12
ETF	44.656,42					171,09	-310,52	-2.630,59	-3.131,93
Demais Tipos	2.106.053,03					1.678,12	16.173,34	89.199,21	86.859,48
Total Fundos de Investimentos	**7.457.801,78**					**-10.956,34**	**7.171,17**	**185.569,81**	**75.715,89**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.745.265,11**					**-3.600,28**	**9.404,61**	**103.133,83**	**169.659,18**
Total Fundos Off Shore (4)	**49.457,77**					-	-	-	-
Total Geral	**9.252.524,66**					**-14.556,62**	**16.575,78**	**288.703,64**	**245.375,07**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de julho de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	29/08/24	28/08/24	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,25
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,19
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8675	0,8675	0,8675	0,9071	0,9071	1,1375
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,19
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8675	0,8675	0,8675	0,9071	0,9071	1,1375
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,23
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9662
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,40
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9789
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,78	10,75	10,65	10,50	10,50	12,61
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	11,31	11,25	11,11	10,83	10,84	12,01
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,53	10,51	10,47	10,42	10,42	12,99
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,63	10,61	10,54	10,45	10,45	12,83
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,78	10,74	10,65	10,50	10,49	12,63
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,96	10,91	10,81	10,59	10,57	12,42
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	11,28	11,22	11,08	10,81	10,82	12,04
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	11,74	11,66	11,51	11,38	11,40	10,96

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 29/08/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	99.921,49	10,402	99.504	10,402	10,408	10,402
Vencimento em out/24	99.090,56	10,528	526.101	10,512	10,540	10,528
Vencimento em nov/24	98.171,08	10,641	5.887	10,626	10,666	10,642
Vencimento em dez/24	97.392,55	10,786	60.652	10,770	10,830	10,780
Vencimento em jan/25	96.505,93	10,984	2.048.839	10,935	11,040	10,985
Vencimento em fev/25	95.569,91	11,152	1.329	11,135	11,185	11,140
Vencimento em mar/25	94.699,51	11,318	3.888	11,300	11,345	11,325
Vencimento em abr/25	93.885,88	11,422	235.605	11,355	11,475	11,425
Vencimento em mai/25	93.029,78	11,519	582	11,525	11,565	11,525
Vencimento em jun/25	92.139,70	11,598	2.966	11,590	11,610	11,590
Vencimento em jul/25	91.292,81	11,669	551.281	11,575	11,730	11,690

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	5.623,69	1,29	339.980	5.551,00	5.663,50	5.629,00
Vencimento em out/24	5.639,85	1,27	56.270	5.573,50	5.680,00	5.649,00
Vencimento em nov/24	5.659,68	1,27	255	5.657,50	5.657,50	5.657,50
Vencimento em dez/24	5.677,75	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jan/25	5.698,45	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	6.230,41	0,93	150	6.240,00	6.250,00	6.240,00
Vencimento em out/24	6.256,86	0,92	150	6.269,00	6.270,00	6.269,00
Vencimento em nov/24	6.289,20	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em out/24	137.683	-1,04	80.625	137.410	139.425	137.480
Vencimento em dez/24	139.939	-	0	0	0	0
Vencimento em fev/25	142.094	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 29/08/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,6352	5,6358	1,89	-0,46	16,41	15,71
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,6225	5,6231	1,20	-0,55	15,88	15,85
Dólar Turismo (R$/US$)	5,6593	5,8393	1,33	-0,33	15,69	15,67
Euro (BC) - (R$/€)	6,2466	6,2478	1,51	1,94	16,75	18,19
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	6,2274	6,2281	0,86	1,79	15,99	17,88
Euro Turismo (R$/€)	6,3066	6,4866	1,01	1,94	15,68	17,76
Euro (BC) - (US$/€)	1,1085	1,1086	-0,37	2,42	0,29	2,15
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	457,0316	457,0803	2,55	3,65	42,19	50,71
Nova York (US$/onça troy)¹	-	2.521,04	0,53	3,07	22,07	30,21
Londres (US$/onça troy)¹	-	2.517,05	0,30	4,03	22,04	30,86

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	29/08/24	28/08/24	No fim de jul/24	dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	178.352,64	179.669,87	164.489,50	173.997,89	-0,73	8,43	2,50
Valor-Coppead Mínima Variância	105.129,00	105.626,05	101.224,36	93.533,91	-0,47	3,86	12,40

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 29/08/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 29/08/24

Índice	29/08/24	28/08/24	Em 31/07/24	29/12/23	29/08/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	187,61	186,60	185,23	165,54	157,24	0,54	1,29	13,34	19,32
S&P BNY Emergentes	351,40	349,54	350,11	312,75	299,30	0,53	0,37	12,36	17,40
S&P BNY América Latina	196,85	198,83	189,19	225,28	205,15	-1,00	4,05	-12,62	-4,05
S&P BNY Brasil	198,27	202,13	186,11	232,95	204,77	-1,91	6,53	-14,89	-3,18
S&P BNY México	287,11	286,65	295,36	331,67	331,45	0,16	-2,79	-13,43	-13,38
S&P BNY Argentina	258,55	247,97	223,58	178,27	162,40	4,26	15,64	45,03	59,21
S&P BNY Chile	143,24	141,18	139,05	162,12	164,69	1,46	3,02	-11,64	-13,02
S&P BNY Índia	3.163,77	3.146,54	3.096,48	2.923,01	2.802,76	0,55	2,17	8,24	12,88
S&P BNY Ásia	216,97	215,53	218,49	189,60	179,10	0,67	-0,69	14,44	21,15
S&P BNY China	288,98	281,87	306,01	336,11	349,58	2,52	-5,57	-14,02	-17,34
S&P BNY África do Sul	200,71	199,28	221,65	199,87	199,78	0,71	-9,45	0,42	0,46
S&P BNY Turquia	33,22	32,94	36,85	22,45	24,23	0,84	-9,85	47,94	37,08

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
12/08 a 12/09	0,0744	0,5748	0,5748	0,8451
13/08 a 13/09	0,0744	0,5748	0,5748	0,8451
14/08 a 14/09	0,0744	0,5748	0,5748	0,8445
15/08 a 15/09	0,0708	0,5712	0,5712	0,8085
16/08 a 16/09	0,0672	0,5675	0,5675	0,7729
17/08 a 17/09	0,0673	0,5676	0,5676	0,7736
18/08 a 18/09	0,0710	0,5714	0,5714	0,8107
19/08 a 19/09	0,0759	0,5763	0,5763	0,8477
20/08 a 20/09	0,0751	0,5755	0,5755	0,8466
21/08 a 21/09	0,0745	0,5749	0,5749	0,8454
22/08 a 22/09	0,0708	0,5712	0,5712	0,8091
23/08 a 23/09	0,0672	0,5675	0,5675	0,7729
24/08 a 24/09	0,0672	0,5675	0,5675	0,7732
25/08 a 25/09	0,0709	0,5713	0,5713	0,8102
26/08 a 26/09	0,0755	0,5759	0,5759	0,8472
27/08 a 27/09	0,0763	0,5767	0,5767	0,8484
28/08 a 28/09	0,0770	0,5774	0,5774	0,8494

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 29/08/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	136.041	-0,95	6,57	1,38	14,90
IBrX	57.458	-0,95	6,59	1,79	15,35
IBrX 50	22.921	-0,93	6,54	3,17	16,96
IEE	92.144	-0,85	3,32	-2,96	5,09
SMLL	2.126	-1,77	4,57	-9,63	-5,20
ISE	3.690	-1,46	6,12	-1,95	6,22
IMOB	938	-2,51	6,46	-7,20	0,67
IDIV	9.486	-0,23	6,22	4,54	19,13
IFIX	3.386	0,12	0,63	2,25	6,06
Variação % em dólares					
Ibovespa	24.139	-2,78	7,07	-12,91	-0,70
IBrX	10.195	-2,79	7,09	-12,56	-0,31
IBrX 50	4.067	-2,77	7,04	-11,38	1,08
IEE	16.350	-2,68	3,80	-16,64	-9,18
SMLL	377	-3,58	5,06	-22,37	-18,07
ISE	655	-3,29	6,61	-15,77	-8,20
IMOB	166	-4,32	6,96	-20,28	-13,00
IDIV	1.683	-2,08	6,71	-10,19	2,96
IFIX	601	-1,73	1,10	-12,17	-8,34

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 30/07/24	29/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	412	408	4,0	9,0	67,0
África do Sul	328	323	5,0	1,0	2,0
Argentina	1.558	1.558	0,0	103,0	-349,0
Brasil	228	225	3,0	-3,0	33,0
Colômbia	314	312	2,0	8,0	49,0
Filipinas	83	81	2,0	15,0	25,0
México	190	186	4,0	4,0	23,0
Peru	108	106	2,0	6,0	6,0
Turquia	258	251	7,0	5,0	-18,0
Venezuela	19.547	19.429	118,0	978,0	-4.545,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano. Obs.: último dado disponível em 30/07/24

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
dez/23	355.034	19/08/24	367.652
jan/24	353.563	20/08/24	368.375
fev/24	352.705	21/08/24	368.997
mar/24	355.008	22/08/24	368.187
abr/24	351.599	23/08/24	369.504
mai/24	355.560	26/08/24	369.756
jun/24	357.827	27/08/24	369.531
jul/24	363.282	28/08/24	369.578

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	29/08/24	28/08/24	27/08/24	26/08/24	23/08/24	22/08/24
Índice	2.151,06	2.155,04	2.158,27	2.159,99	2.157,77	2.152,82
Var. no dia	-0,18%	-0,15%	-0,08%	0,10%	0,23%	-0,24%
Var. no mês	0,96%	1,14%	1,29%	1,37%	1,27%	1,04%
Var. no ano	4,16%	4,35%	4,51%	4,59%	4,48%	4,24%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 29/08/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	33,9400	33,9500	0,16600	0,16610
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,6352	5,6358
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,5004	36,5919	0,1540000	0,1544000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	6,9900	0,8062	0,8215
Colon (Costa Rica)	516,0000	521,0000	0,010820	0,010920
Coroa (Dinamarca)	6,7283	6,7287	0,8375	0,8376
Coroa (Islândia)	137,8600	138,1400	0,04079	0,04088
Coroa (Noruega)	10,4924	10,4960	0,5369	0,5371
Coroa (Rep. Tcheca)	22,6140	22,6260	0,2491	0,2492
Coroa (Suécia)	10,2222	10,2247	0,5511	0,5513
Dinar (Argélia)	133,2550	134,5870	0,04187	0,04229
Dinar (Kuwait)	0,3051	0,3057	18,4338	18,4720
Dinar (Líbia)	4,7493	4,7716	1,1810	1,1867
Direitos Especiais de Saque ***	1,3478	1,3478	7,5951	7,5959
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6727	3,6731	1,5342	1,5345
Dirham (Marrocos)	9,7118	9,7168	0,5799	0,5803
Dólar (Austrália)***	0,6804	0,6805	3,8342	3,8352
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,6352	5,6358
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,7716	2,8204
Dólar (Canadá)	1,3463	1,3464	4,1854	4,1861
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,7487	6,8313
Dólar (Cingapura)	1,3023	1,3025	4,3264	4,3276
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,6352	5,6358
Dólar (Hong Kong)	7,7983	7,7984	0,7226	0,7227
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6264	0,6265	3,5299	3,5308
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7511	6,8260	0,8255	0,8348
Euro (Comunidade Européia)***	1,1085	1,1086	6,2466	6,2478
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	3,0963	3,1582
Franco (Suíça)	0,8466	0,8467	6,6555	6,6570
Guarani (Paraguai)	7670,0100	7685,6700	0,0007332	0,0007348
Hryvnia (Ucrânia)	41,0900	41,2000	0,1368	0,1372
Iene (Japão)	144,9800	144,9900	0,03887	0,03887
Lev (Bulgária)	1,7651	1,7654	3,1920	3,1929
Libra (Egito)	48,5700	48,6700	0,1158	0,1160
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000063	0,000063
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00043	0,00043
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,3185	1,3186	7,4300	7,4314
Naira (Nigéria)	1565,0000	1615,0000	0,00349	0,00360
Lira (Turquia)	34,0769	34,0869	0,1653	0,1654
Novo Dólar (Taiwan)	31,8530	31,8830	0,17670	0,17690
Novo Sol (Peru)	3,7453	3,7489	1,5032	1,5048
Peso (Argentina)	949,0000	949,5000	0,00594	0,00594
Peso (Chile)	917,1900	917,9600	0,006139	0,006145
Peso (Colômbia)	4134,7500	4138,0000	0,001362	0,001363
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2348	0,2348
Peso (Filipinas)	56,1890	56,2090	0,10030	0,10030
Peso (México)	19,8092	19,8197	0,2843	0,2845
Peso (Rep. Dominicana)	59,4500	59,9500	0,09400	0,09480
Peso (Uruguai)	40,2500	40,2800	0,13990	0,14000
Rande (África do Sul)	17,7657	17,7699	0,3171	0,3172
Rial (Arábia Saudita)	3,7523	3,7527	1,5016	1,5020
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001342	0,0001342
Ringgit (Malásia)	4,3080	4,3140	1,3063	1,3082
Rublo (Rússia)	91,9955	92,0045	0,06125	0,06126
Rúpia (Índia)	83,8390	83,8940	0,06717	0,06722
Rúpia (Indonésia)	15410,0000	15420,0000	0,0003654	0,0003657
Rúpia (Paquistão)	278,8200	279,1300	0,02019	0,02021
Shekel (Israel)	3,6579	3,6602	1,5396	1,5407
Won (Coréia do Sul)	1332,3400	1333,2800	0,004227	0,004230
Yuan Renminbi (China)	7,0972	7,0987	0,7938	0,7941
Zloty (Polônia)	3,8663	3,8672	1,4572	1,4577

	Cotações Ouro Spot (2)	Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Venda
Dólar Ouro	2521,63	0,01233	457,0316	457,0803

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	29/08/24	28/08/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	41.335,05	41.091,42	0,59	1,21	9,67	18,60	32.417,59	41.335,05
EUA	Nova York	Nasdaq-100	19.325,45	19.350,78	-0,13	-0,19	14,86	25,68	14.109,57	20.675,38
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	17.516,43	17.556,03	-0,23	-0,47	16,69	25,62	12.595,61	18.647,45
EUA	Nova York	S&P 500	5.591,96	5.592,18	0,00	1,26	17,24	24,33	4.117,37	5.667,20
Canadá	Toronto	S&P/TSX	23.227,49	23.126,98	0,43	0,50	10,83	14,48	18.737,39	23.348,97
México	Cidade do México	IPC	53.138,96	52.439,87	1,33	0,00	-7,40	-2,07	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.335,32	1.343,04	-0,57	-0,77	11,72	20,16	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	91.532,07	91.705,81	-0,19	1,49	58,27	141,84	37.847,82	94.746,62
Chile	Santiago	IPSA	6.448,28	6.385,52	0,98	0,12	4,04	6,41	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	28.441,73	28.319,92	0,43	-3,71	9,56	21,88	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.660.143,94	1.617.544,38	2,63	10,10	78,57	142,86	514.073,77	1.715.609,97
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.501,70	1.487,40	0,96	0,84	7,61	10,07	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.912,57	18.782,29	0,69	2,18	12,90	18,72	14.687,41	18.912,57
França	Paris	CAC-40	7.640,95	7.577,67	0,84	1,45	1,30	3,63	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	34.192,06	33.880,05	0,92	1,27	12,65	18,35	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	4.174,66	4.132,83	1,01	1,08	12,59	13,27	3.290,68	4.174,66
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.753,32	2.706,45	1,73	0,06	20,57	25,51	2.059,59	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	11.358,60	11.332,00	0,23	2,65	12,44	18,55	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.426,91	1.425,36	0,11	-3,47	10,34	8,24	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	923,78	910,74	1,43	0,34	17,41	23,85	714,05	944,91
Hungria	Budapeste	BUX	73.193,79	72.838,51	0,49	-1,16	20,74	28,25	55.055,60	74.051,15
Polônia	Varsóvia	WIG	84.461,65	83.762,28	0,83	0,14	7,65	22,77	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.713,77	6.718,24	-0,07	0,08	4,96	8,20	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	932,88	930,12	0,30	-13,35	-13,90	-11,99	915,64	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.587,90	2.562,54	0,99	-0,82	7,91	18,09	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.417,72	12.348,70	0,56	0,81	11,49	11,81	10.323,71	12.417,72
Turquia	Istambul	BIST 100	9.833,22	9.757,16	0,78	-7,57	31,63	24,36	7.260,44	11.172,75
Israel	Tel Aviv	TA-125	2.081,68	2.080,18	0,07	4,19	10,98	12,00	1.608,42	2.081,68
África do Sul	Joanesburgo	All Share	84.239,44	84.018,63	0,26	1,78	9,55	12,66	69.451,97	84.553,56
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	38.362,53	38.371,76	-0,02	-1,89	14,64	19,04	30.526,88	42.224,02
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.263,60	8.291,30	-0,33	-0,68	5,54	11,42	6.960,20	8.343,80
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.510,42	1.493,59	1,13	-6,23	-17,82	-22,61	1.433,10	1.981,63
China	Xangai	SSE Composite	2.823,11	2.837,43	-0,50	-3,94	-5,10	-9,97	2.702,19	3.177,06
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.662,28	2.689,83	-1,02	-3,91	0,26	4,31	2.277,99	2.891,35
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.786,32	17.692,45	0,53	2,55	4,33	-3,77	14.961,18	19.636,22
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	82.134,61	81.785,56	0,43	0,48	13,70	26,21	63.148,15	82.134,61
Indonésia	Jacarta	JCI	7.627,61	7.658,88	-0,41	5,12	4,88	9,63	6.642,42	7.658,88
Tailândia	Bangcoc	SET	1.357,41	1.365,72	-0,61	2,77	-4,13	-13,48	1.274,01	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	22.201,85	22.370,66	-0,75	0,01	23,82	33,56	16.001,27	24.390,03

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

AES TUCANO HOLDING I S.A.

CNPJ/MF nº 33.113.381/0001-74 - NIRE nº 35.3.0053351-8

Extrato da Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 31/07/24

Data, Hora e Local: Em 31/07/24, às 14h30, na sede social da Cia. **Mesa: Presidente** - Sra. **Sabrina C. A. da Silva - Secretário** - Sr. **André G. Gil. Deliberações:** Aprovar o aumento do capital social da Cia., mediante a emissão pela Cia., ao preço unitário de emissão de R$1,013448453622530, fixado nos termos do art. 170, §1º, inciso II, da Lei das S/As, no valor total de R$109.830.000,00, de 108.372.556 ações, todas ações ordinárias classe B nominativas e sem valor nominal, desconsiderando-se frações de ação, de modo que o capital social da Cia. passará de R$688.787.130,78, representado por 2.119.413.543 ações, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 1.074.731.467 são ações ordinárias classe B e 1.044.682.076 são ações preferenciais, para R$798.617.130,78 representado por 2.227.786.099 ações, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 1.183.104.023 são ações ordinárias classe B e 1.044.682.076 são ações preferenciais. Das 108.372.556 ações ordinárias classe B emitidas em conexão com o referido aumento **(a)** 5.002.721 ações foram subscritas pela acionista AES Brasil Energia S.A. e integralizadas em moeda corrente nacional, conforme boletim de subscrição que constitui o **Anexo A** à presente ata; e **(b)** 103.369.835 ações foram subscritas pela acionista AES Brasil Operações S.A. e integralizadas em moeda corrente nacional, conforme boletim de subscrição que constitui o **Anexo B** à presente ata. Tendo em vista a deliberação tomada com fulcro no item acima descrito, aprovar a alteração da redação do Art. 5º do Estatuto Social, de modo que o *caput* passará a vigorar com a nova redação a seguir, mantida a redação de seus §§: *"**Art. 5º** - O capital social da Cia., totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$798.617.130,78 representado por 2.227.786.099 ações, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 1.183.104.023 são ações ordinárias classe B e 1.044.682.076 são ações preferenciais."*. Aprovar a consolidação do Estatuto Social, que passa a vigorar nos termos do **Anexo C** à presente ata. Autorizar os administradores e/ou procuradores da Cia. a tomarem todas as medidas e praticarem todos os atos relacionados à implementação das matérias deliberadas nesta Assembleia, ficando desde já ratificados todos os atos e medidas que já tenham sido tomados ou praticados relativos às matérias ora aprovadas. **Encerramento:** Registrada na **JUCESP** sob o nº 310.929/24-6 em 26/08/24, por Maria Cristina Frei - Secretária Geral. A íntegra da ata será publicada no endereço eletrônico do jornal Valor Econômico (https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados/).

TUPY S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 84.683.374/0003-00 - NIRE: 42.3.0001628-4

Comunicado de Resgate Antecipado Facultativo Total referente à 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Tupy S.A. ("Comunicado")

TUPY S.A., sociedade por ações, com registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), categoria "A", em fase operacional, com sede na Cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Rua Albano Schmidt, nº 3.400, Bairro Boa Vista, CEP: 89.206-900, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o nº 84.683.374/0003-00, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina ("JUCESC") sob o NIRE nº 42.3.0001628-4 ("Companhia"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de emissora da 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da Companhia ("Oferta Restrita"), vem, nos termos e condições previstos no "*Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Tupy S.A.*, celebrado em 15 de agosto de 2022, conforme aditado ("Escritura de Emissão" e "Debêntures", respectivamente), comunicar aos titulares das Debêntures ("Debenturistas") que, conforme permitido na Cláusula 5.1 da Escritura de Emissão, realizará o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures em Circulação, com o consequente cancelamento das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"), nos termos e condições abaixo previstos: Os termos com iniciais maiúsculas empregados e que não estejam de outra forma definidos neste Comunicado são aqui utilizados com os significados correspondentes a eles atribuídos na Escritura de Emissão. **I.** O Resgate Antecipado Facultativo será aplicado à totalidade das Debêntures em Circulação, sendo assegurada igualdade de condições a todos os Debenturistas, sem distinção; **II.** O efetivo Resgate Antecipado das Debêntures será realizado no dia 06 de setembro de 2024 ("Data do Resgate Antecipado Facultativo"); **III.** O valor total a ser pago aos Debenturistas será o equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da (i) Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo, (ii) de eventuais Encargos Moratórios (se houver); e (iii) do prêmio de resgate, calculado conforme item "IV" abaixo, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive), até a Data do Resgate Antecipado Facultativo (exclusive) ("Prêmio de Resgate"), sendo certo que, uma vez que a Data do Resgate Antecipado Facultativo coincidirá com uma Data do Pagamento da Remuneração, o Prêmio de Resgate será calculado sobre o Valor Nominal Unitário após o referido pagamento, conforme previsto na Cláusula 5.1.4 da Escritura de Emissão; **IV.** Em relação ao Prêmio de Resgate, incidirá prêmio correspondente a 0,35% (trinta e cinco décimos por cento) ao ano calculado *pro rata temporis*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data do Resgate Antecipado Facultativo e a Data de Vencimento, calculado de acordo com a fórmula abaixo:

$$P = \left[\left(1 + \frac{i}{100}\right)^{DU/252} - 1 \right] * PU$$

Sendo que: P = Prêmio de Resgate, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; PU = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures a serem resgatadas na data do Resgate Antecipado Facultativo, observado o disposto na Cláusula 5.1.4 da Escritura de Emissão; i = 0,35 (trinta e cinco décimos); e DU = número de Dias Úteis a transcorrer entre a data do Resgate Antecipado Facultativo (inclusive) e a Data de Vencimento (exclusive).

V. O pagamento do Valor Base do Resgate Antecipado Facultativo por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo com relação às Debêntures será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais da B3, considerando que as Debêntures estão custodiadas eletronicamente na B3. Caso as Debêntures não estejam custodiadas eletronicamente na B3, será realizado por meio do Escriturador; e **VI.** as Debêntures, uma vez resgatadas antecipadamente nos termos do Resgate Antecipado Facultativo, serão canceladas pela Emissora. Em caso de dúvida, favor não hesitar em entrar em contato com a Emissora através do telefone (47) 4009-8039, ou do e-mail dri@tupy.com.

Joinville, 30 de agosto de 2024. Fernando Cestari de Rizzo - **Diretor de Relações com Investidores**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N°: 001/2024 - FZEA – USP - (UASG) 102158 Nº da Licitação (ComprasGov): 90001 - PROCESSO SEI Nº: 154.00001970/2024-72, cujo OBJETO é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO QUE ABRIGARÁ AS INSTALAÇÕES DO LABORATÓRIO DE BIOTECNOLOGIA ANIMAL DA FZEA**, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos. Em virtude da necessidade de alterar e atualizar os valores dos serviços, planilhas e cronogramas do projeto executivo completo, após o recebimento de questionamentos de itens pela empresa Costa Oeste Construções Ltda, cujos questionamentos e esclarecimentos, também constam da pasta técnica disponibilizada no link do edital, afim de prestar esclarecimentos aos interessados, procedemos às seguintes RETIFICAÇÕES do EDITAL E SEUS ANEXOS, com devolução dos prazos, uma vez que as alterações também comprometeram a formulação dos preços da proposta, na forma do disposto no artigo 55, § 1º, da Lei n. 14.133/2021, garantindo o amplo conhecimento das disposições do instrumento convocatório. **A ÍNTEGRA DA RETIFICAÇÃO** encontra-se disponível nos seguintes endereços: **https://www.gov.br/pncp/ptbr; www.usp.br/licitacoes e www.imprensaoficial.com.br.**

Marfrig Global Foods S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 03.853.896/0001-40 – NIRE 35.300.341.031

Certidão - Ata da Reunião de Diretoria - Realizada em 16/08/2024. JUCESP nº 303.097/24-3, em 27/08/2024. (a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL/RN

AVISO DE LICITAÇÃO

O Secretário Municipal de Administração (SEMAD) da Prefeitura Municipal do Natal/RN, por seu Agente de Contratação abaixo identificado, torna público a realização do certame a seguir: – PREGÃO ELETRÔNICO 90.023/2024 – Processo Administrativo: 20240209488 – SMS (UASG: 925162) – Objeto: Registro de preços para aquisição de produtos para saúde grupo I. – Edital disponível no Portal de Compras do Governo Federal (www.compras.gov.br), no Portal Nacional de Compras Públicas (pncp.gov.br) e no Portal da Transparência da Prefeitura do Natal (compras.natal.rn.gov.br) – ABERTURA: 16/SETEMBRO/2024, às 09h30min (horário de Brasília). Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos pelo e-mail: pregao.semad@natal.rn.gov.br ou nos dias úteis, no horário das 09:00 às 16 horas pelo telefone (84) 3232.4985.

Natal/RN, 29 de agosto de 2024.

Maria Izilda Siqueira Fontes – Agente de Contratação da SEMAD/PMN.

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ATUÁRIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ERRATA - AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2024 – PROCESSO SEI 154.00002655/2024-62

A Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da USP torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2024**, do tipo menor preço, cujo objeto é a **aquisição de materiais diversos para manutenção e conservação predial**, conforme condições e especificações constantes em Edital e seus anexos. A data para início do recebimento das propostas eletrônicas será **o dia 30/08/2024** e a sessão de disputa agendada para **11/09/2024 às 09h00**, sendo o acesso por intermédio do sistema eletrônico de contratações públicas **"Portal de Compras do Governo Federal – ComprasGov"**, através do sítio **https://www.gov.br/compras.**

ENDEREÇO PARA CONSULTA E/OU OBTENÇÃO DO EDITAL: http://www.fea.usp.br/fea/assistencia-financeira/servico-de-compras/licitacoes-abertas; https://portalservicos.usp.br/contratacoes;

JUÍZO DA 1ª VARA CÍVEL DA REGIONAL DE JACAREPAGUÁ

Edital de 1º e 2º Leilão e Intimação com prazo de 05 dias, nos autos da ação Cobrança que CONDOMINIO DO EDIFICIO ACALANTO move em face de RODOLPHO CESAR SILVA MELO E SILVIA PRISCILLA PONTES MELO, processo nº 0020305-46.2018.8.19.0203, na forma abaixo:

A Dra. Keyla Blank de Cnop – Juíza de Direito da Vara acima, FAZ SABER a todos que o presente Edital virem, com prazo de 05 dias, **especialmente os executados e a credora fiduciária Caixa Econômica Federal,** que no dia **11/09/2024, às 14h,** DE FORMA EXCLUSIVAMENTE ELETRÔNICA, no site www.alexandrecostaleiloes.com.br, será vendido pelo Leiloeiro Público *ALEXANDRE PEREIRA DA COSTA*, matrícula 071 Jucerja, acima da avaliação, ou no dia **12/09/2024**, no mesmo horário e local, pela melhor oferta, a partir de 50% (cinquenta por cento) da avaliação, o bem imóvel adiante descrito e avaliado, tendo sido apresentadas as certidões exigidas pelo Código de Normas. Os leilões são finalizados sempre às 15 horas, conforme o aviso constante no site, caso não se prolongue a disputa após esse horário. Às fls. 438, o MM Juízo profere decisão quanto à reserva de crédito e preferência do Condomínio no recebimento, em relação a Caixa Econômica Federal e que eventual resíduo condominial não satisfeito com o produto da arrematação recairá sobre o arrematante. Todavia o condomínio poderá se satisfazer com o valor apurado no leilão, informando nos autos tal intenção. Fica ressaltado que eventuais interessados na aquisição do bem, através de pagamento em prestações, deverão apresentar propostas por escrito nos autos, até a data do primeiro ou do segundo leilão, conforme o caso, na forma preconizada pelo art. 895 do CPC. Destacado, também, que a apresentação destas propostas não importará na suspensão do leilão e que elas serão avaliadas pelo Juízo, conforme critérios legais aplicáveis à espécie (art. 895, §6º a 8º, CPC). As informações sobre o imóvel quanto a recuo, desapropriação, débitos fiscais, penhoras, gravames etc., ocorrerão na abertura do pregão, bem como de que a arrematação será feita com pagamento à vista ou com pagamento inicial e imediato de 30% e a integralização em 5 dias, acrescido de 5% (cinco por cento) de comissão do Leiloeiro, no ato, diretamente ao leiloeiro. Caso após os inícios dos trabalhos do leiloeiro ocorra remição ou qualquer ato por conta do devedor ou credor que obste a consumação da alienação em hasta pública, caberá o pagamento de comissão no equivalente a 3,0% (três por cento) do valor da avaliação por quem der causa (no caso de acordo, tal valor será pro rata), sem prejuízo da reposição das despesas. Custas devidas ao Cartório de 1% (hum por cento) até o máximo permitido por Lei, sendo todos os percentuais incidentes sobre o preço alcançado, ocorrendo arrematação ou adjudicação. Os leilões serão de forma exclusivamente eletrônica. Avaliação index 449/451 e atualização index 496/497: **"LAUDO DE AVALIAÇÃO DIRETA: O IMÓVEL: Avenida Geremário Dantas, nº 197, aptº 901, do bloco II - Jacarepaguá, com direito a uma vaga de garagem, com matrícula no Registro Geral sob o número 73.661/01. Imóvel sob a inscrição 1515549-2 no IPTU, apartamento residencial, fundos, com área edificada de 66 m2. Verificando tratar-se de imóvel situado em condomínio fechado com guarita e porteiro na entrada, cuja área comum possui: 1 churrasqueira, 1 quadra, 2 salões de festa, um deles, do bl 01. O imóvel fica localizado em avenida principal do bairro, bastante movimentada, com farto comércio no entorno, farta condução, próximo ao Posto de Saúde, 41º DP e Quartel do Corpo de Bombeiros. Apartamento composto por sala com piso em taco de madeira, pequena varanda, 2 quartos em taco de madeira, 1 banheiro com piso e azulejo bege, cozinha em piso bege e azulejo branco, 1 área de serviço, estando o imóvel em regular estado de conservação. OCUPAÇÃO: Residencial. AVALIAÇÃO DIRETA DO IMÓVEL: R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), REAVALIADO ÀS FLS 496/497 para o valor de R$ 196.000,00 (cento e noventa e seis mil reais) . Rio de Janeiro, 09 de maio de 2023."**. Constam débitos de IPTU no valor de R$ 6.661,45 (seis mil e seiscentos e sessenta e um reais e quarenta e cinco centavos), FUNESBOM, no valor de R$ 634,38 (seiscentos e trinta e quatro reais e trinta e oito centavos) e Condomínio no valor de R$ 140.744,94 (cento e quarenta mil e setecentos e quarenta e quatro reais e noventa e quatro centavos), perfazendo o total dos débitos *propter rem* o valor de R$ 148.040,77 (cento e quarenta e oito mil e quarenta reais e setenta e sete centavos). Consta na Certidão de Ônus Reais expedida pelo 9º Ofício de Registro de Imóveis da Cidade do Rio de Janeiro, o registro de Alienação Fiduciária em favor da Caixa Econômica Federal, objeto do R-24 e seus desdobramentos no AV-25 (cédula de crédito) e AV-26 (intimação para purga da mora) e **Consolidação de Propriedade, objeto do Av-29, consignando que a mesma ingressou nos autos, vem sendo intimada dos atos processuais e consta na capa do processo como parte ré.** Cientes os interessados que o imóvel será vendido livre e desembaraçado de débitos de Condomínio, Taxa de Incêndio e IPTU, conforme artigo 130 do CTN e artigo 908 §1º do CPC, até a data da arrematação, cabendo ao arrematante o pedido de reserva de numerário e providências para pagamento. Cientes ainda que, caso o executado, a inventariante, os coproprietários, os usufrutuários, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada e o promitente comprador e vendedor, não sejam encontrados pelo Sr. Oficial de Justiça, ficam pelo presente Edital intimados da hasta pública, suprida assim a exigência contida no art. 889 do CPC. Não havendo expediente forense na data designada, o leilão será realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local. Fica autorizado o leiloeiro efetivar a venda, em caráter definitivo, do lance anterior, **em caso de inadimplência** do ofertante do lance vencedor (**tanto do preço como da comissão do leiloeiro**). E, caso este também fique inadimplente, proceder da mesma forma, e assim sucessivamente, consignando-se que o juiz poderá estabelecer multa àqueles que não depositarem o preço, bem como ultimar as medidas punitivas cabíveis previstas em lei, tais como dispõe analogamente os artigos 895 §4º e 896 §2º. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, foi expedido o presente, para cautelas de estilo. Este Edital será disponibilizado no site www.alexandrecostaleiloes.com.br e no site do Sindicato dos Leiloeiros www.sindicatodosleiloeirosrj.com.br (rede mundial de computadores). Rio de Janeiro, 31 de julho de 2024. Eu, ______________________, Analista Judiciário, digitei. E eu, Escrivão (ã), subscrevo. (as) Keyla Blank de Cnop – Juíza de Direito.

JUÍZO DA 47ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL/RJ

Edital de 1º e 2º Leilão e Intimação com prazo de 05 dias, nos autos da ação Cobrança que CONDOMÍNIO DO EDIFICIO CIDADE DO RIO DE JANEIRO move em face de C. P. IMÓVEIS, processo nº 0248649.77.2018.8.19.0001, na forma abaixo:

A Dra. Flavia Justus – Juíza de Direito da Vara acima, FAZ SABER a todos que o presente Edital virem, com prazo de 05 dias, **especialmente os executados e demais interessados,** que no dia **16/09/2024, às 14h,** DE FORMA EXCLUSIVAMENTE ELETRÔNICA, no site www.alexandrecostaleiloes.com.br, será vendido pelo Leiloeiro Público *ALEXANDRE PEREIRA DA COSTA*, matrícula 071 Jucerja, acima da avaliação, ou no dia **17/09/2024,** no mesmo horário e local, pela melhor oferta, a partir de 50% (cinquenta por cento) da avaliação, o bem imóvel adiante descrito e avaliado, tendo sido apresentadas as certidões exigidas pelo Código de Normas. Os leilões são finalizados sempre às 15 horas, conforme o aviso constante no site, caso não se prolongue a disputa após esse horário. Fica ressaltado que eventuais interessados na aquisição do bem, através de pagamento em prestações, deverão apresentar propostas por escrito nos autos, até a data do primeiro ou do segundo leilão, conforme o caso, na forma preconizada pelo art. 895 do CPC. Destacado, também, que a apresentação destas propostas não importará na suspensão do leilão e que elas serão avaliadas pelo Juízo, conforme critérios legais aplicáveis à espécie (art. 895, §6º a 8º, CPC). As informações sobre o imóvel quanto a recuo, desapropriação, débitos fiscais, penhoras, gravames etc. encontram-se disponibilizadas nas Certidões de praxe, constantes dos autos. A arrematação será feita com pagamento à vista, acrescida de 5% (cinco por cento) de comissão, no ato, diretamente ao leiloeiro. Custas devidas ao Cartório de 1% (um por cento) até o máximo permitido por Lei, sendo todos os percentuais incidentes sobre o preço alcançado, ocorrendo arrematação ou adjudicação. Os leilões serão de forma exclusivamente eletrônica. Avaliação index 348: **"LAUDO DE AVALIAÇÃO: Bem Avaliado, de forma indireta: trata-se de sala comercial, de número 2720, situada na Avenida Almirante Barroso, 63, Centro, Rio de Janeiro, com 40 m2, cujas condições específicas não foi possível verificar, pois o imóvel encontrava-se fechado. Dentro do bairro do Centro, a localização dela é bastante razoável e as condições do condomínio observadas são condizentes com as circunstâncias padrão da localidade. Valor Atribuído: R$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil Reais). Rio de Janeiro, 28 de março de 2022**". Constam débitos de IPTU no valor de R$ 30.404,62 (trinta mil e quatrocentos e quatro reais e sessenta e dois centavos), FUNESBOM, no valor de R$ 577,11 (quinhentos e setenta e sete reais e onze centavos) e Condomínio no valor de R$ 117.401,74 (cento e dezessete mil e quatrocentos e um reais e setenta e quatro centavos). Cientes os interessados que o imóvel será vendido livre e desembaraçado de débitos de Condomínio, Taxa de Incêndio e IPTU, conforme artigo 130 do CTN e artigo 908 §1º do CPC, até a data da arrematação, cabendo ao arrematante o pedido de reserva de numerário e providências para pagamento. Cientes ainda que, caso o executado, a inventariante, os coproprietários, os usufrutuários, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada e o promitente comprador e vendedor, não sejam encontrados pelo Sr. Oficial de Justiça, ficam pelo presente Edital intimados da hasta pública, suprida assim a exigência contida no art. 889 do CPC. Não havendo expediente forense na data designada, o leilão será realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local. Fica autorizado o leiloeiro a efetivar a venda, em caráter definitivo, do lance anterior, **em caso de inadimplência** do ofertante do lance vencedor (**tanto do preço como da comissão do leiloeiro**). E, caso este também fique inadimplente, proceder da mesma forma, e assim sucessivamente, consignando-se que o juiz poderá estabelecer multa àqueles que não depositarem o preço, bem como ultimar as medidas punitivas cabíveis previstas em lei, tais como dispõe analogamente os artigos 895 §4º e 896 §2º. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, foi expedido o presente, para cautelas de estilo. Este Edital será disponibilizado no site www.alexandrecostaleiloes.com.br e no site do Sindicato dos Leiloeiros www.sindicatodosleiloeirosrj.com.br (rede mundial de computadores). Rio de Janeiro, 06 de agosto de 2024. Eu, ______________________, Analista Judiciário, digitei. E eu, Escrivão (ã), subscrevo. (as) Flavia Justus – Juíza de Direito.

JUÍZO DA 24ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL/RJ

Edital de 1º e 2º Leilão e Intimação com prazo de 05 dias, nos autos da ação Cobrança que CONDOMINIO DO EDIFICIO BUENOS AIRES move em face de ESPÓLIO DE JOSÉ MARIA UBALDO e SUEDY LEITE UBALDO, processo nº 0356650-64.2015.8.19.0001, na forma abaixo:

O Dr. Eric Scapim Cunha Brandão – Juiz de Direito da Vara acima, FAZ SABER a todos que o presente Edital virem, com prazo de 05 dias, **especialmente os executados,** que no dia **09/09/2024, às 14h,** DE FORMA EXCLUSIVAMENTE ELETRÔNICA, no site www.alexandrecostaleiloes.com.br, pelo Leiloeiro Público *ALEXANDRE PEREIRA DA COSTA*, matrícula 071 Jucerja, acima da avaliação, ou no dia **11/09/2024,** no mesmo horário e local, pela melhor oferta, a partir de 50% (cinquenta por cento) da avaliação, o direito e ação ao bem imóvel adiante descrito e avaliado, tendo sido apresentadas as certidões exigidas pelo Código de Normas. Os leilões são finalizados sempre às 15 horas, conforme o aviso constante no site, caso não se prolongue a disputa após esse horário. Fica ressaltado que eventuais interessados na aquisição do bem, através de pagamento em prestações, deverão apresentar propostas por escrito nos autos, até a data do primeiro ou do segundo leilão, conforme o caso, na forma preconizada pelo art. 895 do CPC. Destacado, também, que a apresentação destas propostas não importará na suspensão do leilão e que elas serão avaliadas pelo Juízo, conforme critérios legais aplicáveis à espécie (art. 895, §6º a 8º, CPC). As informações sobre o imóvel quanto a recuo, desapropriação, débitos fiscais, penhoras, gravames etc. encontram-se disponibilizadas nas Certidões de praxe, constantes dos autos. A arrematação será feita com pagamento à vista, acrescida de 5% (cinco por cento) de comissão, no ato, diretamente ao leiloeiro. Custas devidas ao Cartório de 1% (um por cento) até o máximo permitido por Lei, sendo todos os percentuais incidentes sobre o preço alcançado, ocorrendo arrematação ou adjudicação. Os leilões serão de forma exclusivamente eletrônica. Avaliação índex 475: **"LAUDO DE AVALIAÇÃO INDIRETA: Sala comercial situada na Rua Buenos Aires, 93, sala 515 com as características e confrontações constantes da matrícula 27645 do 2º Ofício de Registro de Imóveis do Estado do Rio de Janeiro. Inscrição na Secretaria Municipal de Fazenda nº 1.500.693-5. O Edifício: Construção datada de 1981, de ocupação comercial, construída com estrutura de concreto armado e alvenaria de tijolos. Prédio com 12 andares e 174 salas, 03 elevadores, sem garagem. Porteiro no horário comercial, até 22h. Entrada da portaria em chão de granito, parede parte com espelho e madeira. Câmeras de segurança. Proximidade ao comércio e transporte. Área edificada 33 m2, segundo guia do IPTU. O Terreno: Onde se encontra edificado o imóvel, está descrito, caracterizado e dimensionado como consta nas cópias constantes dos autos, certidão do RGI. Laudo elaborado levando-se em consideração o estado do prédio, a existência de comércio e transporte regulares e próximos. ATRIBUO ao bem o valor de R$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais). Rio de Janeiro, 15 de maio de 2023.**". Constam débitos de IPTU no valor de R$ 23.559,14 (vinte e três mil e quinhentos e cinquenta e nove reais e quatorze centavos), FUNESBOM, no valor de R$ 513,69 (quinhentos e treze reais e sessenta e nove centavos) e Condomínio no valor de R$ 194.404,25 (cento e noventa e quatro mil e quatrocentos e quatro reais e vinte e cinco centavos). O condomínio dará quitação ao arrematante, independente do valor do remate. Cientes os interessados que o imóvel será vendido livre e desembaraçado de débitos de Condomínio, Taxa de Incêndio e IPTU, conforme artigo 130 do CTN e artigo 908 §1º do CPC, até a data da arrematação, cabendo ao arrematante o pedido de reserva de numerário e providências para pagamento. Cientes ainda que, caso o executado, a inventariante, os coproprietários, os usufrutuários, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada e o promitente comprador e vendedor, não sejam encontrados pelo Sr. Oficial de Justiça, ficam pelo presente Edital intimados da hasta pública, suprida assim a exigência contida no art. 889 do CPC. Não havendo expediente forense na data designada, o leilão será realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local. Fica autorizado o leiloeiro efetivar a venda, em caráter definitivo, do lance anterior, **em caso de inadimplência** do ofertante do lance vencedor (**tanto do preço como da comissão do leiloeiro**). E, caso este também fique inadimplente, proceder da mesma forma, e assim sucessivamente, consignando-se que o juiz poderá estabelecer multa àqueles que não depositarem o preço, bem como ultimar as medidas punitivas cabíveis previstas em lei, tais como dispõe analogamente os artigos 895 §4º e 896 §2º. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, foi expedido o presente, para cautelas de estilo. Este Edital será disponibilizado no site www.alexandrecostaleiloes.com.br e no site do Sindicato dos Leiloeiros www.sindicatodosleiloeirosrj.com.br (rede mundial de computadores). Rio de Janeiro, 08 de agosto de 2024. Eu, ________________, Analista Judiciário, digitei. E eu, Escrivão (ã), subscrevo. (as) Eric Scapim Cunha Brandão – Juiz de Direito.

aes Brasil

AES BRASIL ENERGIA S.A.

Cia. Aberta - CNPJ/MF nº 37.663.076/0001-07 - NIRE 35.300.552.644

EXTRATO TERMO DE NÃO INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONVOCADA PARA 15/08/24

1. Data, hora e local: Convocada para o dia 15/08/24, às 10h00, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma digital "Ten Meetings", nos termos do art. 5º, § 2º, inciso I, e do art. 28, §§ 2º e 3º, da Resolução da CVM nº 81, de 29/03/22, conforme alterada na CVM. Nos termos do art. 5º, § 3º, da Resolução CVM 81, a AGE da AES Brasil Energia S.A. seria considerada como realizada na sede da Cia. **2. Mesa:** Presidente - Sr. **Carlos R. X. Pompermaier**, Secretária - Sra. **Sabrina C. A. da Silva. 3. Termo de Não Instalação da Age:** Verificada a presença de acionistas representando 51,98% do capital social votante da Cia., a Assembleia convocada para esta data não foi instalada tendo em vista não ter sido alcançado o quórum legal mínimo de 2/3 para a sua instalação em primeira convocação, nos termos do artigo 135 da Lei das S/As. A administração da Cia. promoverá a segunda convocação desta Assembleia, cujo edital será publicado no jornal "Valor Econômico", e nos *websites* da Cia., da CVM e da B3, para tratar da ordem do dia desta Assembleia, observado que, em segundo convocação, a Assembleia será considerada regulamente instalada com a presença de qualquer número de acionistas. **Encerramento:** Registrada na **JUCESP** sob o nº 311.023/24-1 em 26/08/24, por Maria Cristina Frei - Secretária Geral. A íntegra da ata será publicada no endereço eletrônico do jornal Valor Econômico (https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados/).

Investimentos Capital externo antecipa queda de juros nos EUA e diminuição de ruído no Brasil

Ibovespa sobe 6,6% no mês e passa a ter sinal positivo em 2024

Adriana Cotias
De São Paulo

Setembro vai chegar após um míni rali na bolsa brasileira. O Ibovespa subiu quase 6,6% em agosto até o dia 29 e deixava para trás o desempenho negativo no ano, com uma valorização de 1,38% — a ver o desempenho de hoje. A temporada de compras de ações veio em antecipação ao início do ciclo de corte de juros pelo Federal Reserve (Fed, o banco central americano), por causa da mensagem escancarada pelo presidente da autoridade monetária, Jerome Powell, de que chegou a hora de baixar as taxas.

A confirmação ou não vem no dia 18 e coincide com a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) no Brasil. Conforme apresentações recentes de integrantes do Banco Central (BC), incluindo falas do diretor de política monetária, Gabriel Galípolo — nome indicado pelo governo para substituir Roberto Campos Neto no comando da instituição a partir de janeiro —, na mesa está uma possível alta da Selic, hoje em 10,5% ao ano.

Juros para cima não costumam ser bons para a bolsa, pois potencialmente encarecem o custo de financiamento das companhias listadas e ao mesmo tempo deixam a renda fixa mais convidativa. Ainda mais no Brasil dos títulos de crédito e de fundos de infraestrutura com isenção de imposto de renda para a pessoa física. A corrida para ações locais até aqui foi impulsionada pelo investidor estrangeiro, com a pessoa física num passo mais gradual. Pode haver fôlego para mais capital externo, mas na visão de especialistas em investimentos o fluxo local tende a ser mais contido.

Apesar do ingresso recente, a participação do estrangeiro na bolsa está num dos menores níveis e, quando se leva em conta métricas usadas para calcular o valor justo do Ibovespa, ainda há um desconto de 25% a 30% em relação à média histórica, observa Nicholas McCarthy, executivo-chefe de investimentos (CIO) do Itaú Unibanco. "A bolsa está extremamente barata em reais, e em dólar também, está 40% abaixo. Os 'gringos' estão voltando por conta da confirmação de Powell de que teremos uma queda de juros — teria que haver uma catástrofe para não derrubar os juros — e algumas pessoas do comitê [de política monetária] já previam [redução] na reunião passada, foi o que deu um ânimo extra."

O executivo lembra que desde o fim do ano passado havia essa expectativa no radar, e que ela foi sendo frustrada e jogada para frente por conta de dados mais fortes de atividade na economia americana. Acabou sendo ruim para os ativos mundiais, menos para os dos Estados Unidos.

Localmente, as falas mais duras de representantes do BC, incluindo as de Galípolo e Campos Neto, trouxeram uma percepção de consonância e de que o papel institucional, de controle inflacionário, será preservado após a transição. Ao manifestarem desconforto com a inflação, McCarthy diz que "eles meio que sancionaram uma possível alta de juros". A redução do ruído em relação a uma eventual interferência política no BC tirou pressão do câmbio, dos juros futuros e também beneficiou a bolsa.

No seu mapa de recomendações, McCarthy tem sugerido uma alocação acima da estrutural em títulos longos de renda fixa e abaixo da média para ações, um mix que acredita estar "bem posicionado para capturar um momento positivo ou de mais realização [de lucros, com venda de ativos]". Mas sua percepção geral é otimista com Brasil.

Se a economia americana confirmar uma desaceleração suave, com os juros caindo 200 pontos básicos, e o Brasil, na contramão, subir a sua taxa referencial, deve haver atração de capital para o país, diz Marcelo Mello, executivo-chefe (CEO) da SulAmérica Vida, Previdência e Investimentos. "A bolsa pode se valorizar por fluxo internacional, não acho que pelo local. O custo de oportunidade [o CDI] parte de uma base alta para justificar a alocação em renda variável", afirma. "Um fundo de pensão, um institucional, por exemplo, com meta atuarial de IPCA mais 4,5%, 5% e na tela consegue 6,20%, 6,30%, por que vai tomar esse risco se pode ficar no ninho quentinho dele?"

O executivo considera que, quando a inflação der sinais de arrefecimento e as taxas futuras começarem a embicar para baixo, pode haver alguma antecipação do investidor doméstico rumo à renda variável. Para a Selic, a SulAmérica já espera um ajuste para 11% até dezembro.

O vencimento gigante de Notas do Tesouro Nacional série B (NTN-B), em 15 de agosto — R$ 260 bilhões entre principal e juros —, já mostrou algumas tendências para o fluxo, diz Mello.

> "A bolsa pode se valorizar por fluxo internacional, não pelo local. O custo de oportunidade parte de uma base alta"
> *Marcelo Mello*

Com boa parte desse volume estava nas mãos das fundações, uma parcela seguiu investida em outros vencimentos dos títulos federais atrelados à inflação, mas também houve alguma migração para carteiras de crédito "high grade" e também para fundos de renda fixa ativa com risco de mercado, sem dívida.

Para a pessoa física que não gosta de chacoalhadas, Mello diz que os títulos pós-fixados do Tesouro a 10,5% ao ano já asseguram um bom retorno, embora os preços de NTN-B e prefixados sejam convidativos. "Pelo prêmio, faria sentido assumir uma pitada de risco."

Mesmo com a Selic subindo, um ganho de credibilidade na condução da política monetária pode ter como efeito a queda das taxas de longo prazo, segundo Jennie Li, estrategista de ações da XP Investimentos. "Havia um cenário de deterioração de fundamentos, com o risco de mais inflação desancorando as expectativas para a meta e o real se depreciando, seria pior se não subisse num cenário que precisasse subir", afirma. "Quando o BC aumenta o juro de curto prazo, a interpretação é de que ganha espaço para cortar mais para frente. Tem a ver com projeção de um ciclo curto, porque o ajuste foi resultado de uma decisão técnica."

Junto com o macro, o lado microeconômico das empresas também melhorou, afirma a especialista. "A temporada de resultados do segundo trimestre foi uma das mais positivas em quatro, cinco trimestres."

Por ora, a XP mantém a estimativa de 147 mil pontos para o Ibovespa até o fim do ano, o que significa um potencial de valorização mais apertado (8,1%) em relação aos 136.041 pontos do fechamento de ontem. O dado pode ser revisado em breve, juntamente com as projeções de lucros para as companhias.

Uma desaceleração nos EUA, sem recessão, tende a ser uma boa notícia para moedas de mercados emergentes e para o Brasil, diz Rodrigo Eboli, co-executivo-chefe de investimentos da Brainvest no Brasil. "Olhando para os ativos aqui, ficou tudo muito descontado, os preços deprimidos na renda fixa, nas NTN-Bs, nos prefixados, na própria bolsa, os ativos de risco em geral. Não só pelo preço, como também pela posição técnica, com resgates em multimercados, fundos de ações e a saída dos estrangeiros no ano passado", diz. "Qualquer mudança na margem tem bastante impacto nos preços."

O Brasil está nesse contexto de alguma distensão e o melhor termômetro disso foi o dólar, que bateu os R$ 5,80 no auge dos ataques do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao presidente do BC. Sem medidas estruturais que resolvam o quadro fiscal e o ruído no campo monetário, os investidores vinham pedindo um prêmio maior para assumir ativos brasileiros.

Eboli diz estar mais alocado em papéis indexados à inflação, a exemplo da NTN-B, com taxa acima de 6%, mais a correção monetária. "É um ativo que vai bem em diversos cenários", afirma. "Quando compra nesse nível de preço, a assimetria costuma ser muito a favor para o investidor."

Na bolsa, a indicação da Brainvest hoje é "neutra", ou seja, apenas o posicionamento estrutural. "Tem que ter muita paciência, é um ativo que o investidor sofre para carregar, não é fácil", diz Eboli. Mas com o desconto das ações e o posicionamento leve do mercado, a taxa interna de retorno (TIR) de alguns papéis de qualidade ficou muito atrativa para ser ignorada.

A casa reduziu, contudo, a exposição em ativos de crédito privado "high grade", mais por disciplina do que por alguma preocupação com o aumento da inadimplência, afirma Eboli. O grande fluxo de recursos que migrou para os portfólios que carregam papéis de dívida deixou os prêmios magros. "Alguns fundos para conseguir manter um carrego atraente acabam correndo mais risco porque não têm mais o mesmo retorno com os ativos mais óbvios."

A redução de juros nos EUA e a reancoragem das expectativas de inflação no Brasil tendem a ser positivas para estratégias ligadas a juro real, diz Renan Rego, CIO da G5 Partners. A alta da Selic no curto prazo poderia levar as taxas dos papéis indexados ao IPCA para a casa dos 5%, trazendo ganhos de capital para o investidor.

Outra classe que poderia se beneficiar dessa combinação é a bolsa. Apesar disso, o especialista mantém posicionamento neutro em ações. "Por que não ficar tão otimista? Porque não vê ainda a realocação do investidor local, predomina o fluxo estrangeiro, não há uma recomposição de portfólios." Em crédito ele diz também estar mais seletivo dado o volume de captação dos fundos.

Evolução das aplicações financeiras - prévia
Rentabilidade no período em %

2024	Nominal									Real *								
Renda Fixa	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Ano
Selic (1)	0,97	0,80	0,83	0,89	0,83	0,79	0,91	0,87	**7,09**	0,54	-0,03	0,67	0,51	0,37	0,58	0,53	0,82	**4,05**
CDI (1)	0,97	0,80	0,83	0,89	0,83	0,79	0,91	0,87	**7,09**	0,54	-0,03	0,67	0,51	0,37	0,58	0,53	0,82	**4,05**
CDB (2)	0,78	0,75	0,75	0,73	0,73	0,71	0,72	0,72	**6,04**	0,36	-0,08	0,59	0,34	0,26	0,50	0,33	0,67	**3,02**
Poupança (3)	0,59	0,51	0,53	0,60	0,59	0,54	0,57	0,57	**4,59**	0,17	-0,32	0,37	0,22	0,13	0,33	0,19	0,52	**1,62**
Poupança (4)	0,59	0,51	0,53	0,60	0,59	0,54	0,57	0,57	**4,59**	0,17	-0,32	0,37	0,22	0,13	0,33	0,19	0,52	**1,62**
IRF-M (5)	0,67	0,46	0,54	-0,52	0,66	-0,29	1,34	0,87	**3,77**	0,25	-0,37	0,38	-0,90	0,20	-0,50	0,96	0,82	**0,82**
IMA-B (5)	-0,45	0,55	0,08	-1,61	1,33	-0,97	2,09	0,79	**1,77**	-0,87	-0,28	-0,08	-1,99	0,87	-1,18	1,71	0,74	**-1,12**
IMA-B 5 (5)	0,68	0,59	0,77	-0,20	1,05	0,39	0,91	0,53	**4,82**	0,26	-0,23	0,61	-0,58	0,59	0,18	0,53	0,48	**1,84**
IMA-B 5 + (5)	-1,47	0,51	-0,55	-2,91	1,59	-2,25	3,24	1,28	**-0,71**	-1,88	-0,32	-0,71	-3,28	1,13	-2,46	2,85	1,23	**-3,54**
IMA-S (5)	0,99	0,82	0,86	0,90	0,83	0,81	0,94	0,86	**7,22**	0,56	-0,01	0,70	0,52	0,37	0,59	0,56	0,80	**4,17**
Renda Variável																		
Ibovespa (5)	-4,79	0,99	-0,71	-1,70	-3,04	1,48	3,02	6,57	**1,38**	-5,19	0,16	-0,87	-2,08	-3,48	1,27	2,63	6,52	**-1,50**
Índice Small Cap (5)	-6,55	0,47	2,15	-7,76	-3,38	-0,39	1,47	4,59	**-9,63**	-6,94	-0,35	1,99	-8,11	-3,83	-0,60	1,09	4,54	**-12,20**
IBrX 50 (5)	-4,15	0,91	-0,81	-0,62	-3,11	1,63	3,15	6,54	**3,17**	-4,55	0,08	-0,97	-1,00	-3,55	1,41	2,76	6,49	**0,24**
ISE (5)	-4,96	1,99	1,21	-6,02	-3,61	1,10	2,84	6,11	**-1,95**	-5,36	1,15	1,05	-6,37	-4,05	0,89	2,45	6,05	**-4,74**
ICON (5)	-8,33	0,09	1,26	-5,98	-2,26	0,69	1,99	6,86	**-6,31**	-8,72	-0,74	1,09	-6,33	-2,70	0,48	1,60	6,81	**-8,97**
IMOB (5)	-8,46	1,27	1,10	-11,56	-0,73	1,06	4,82	6,46	**-7,20**	-8,84	0,43	0,94	-11,89	-1,19	0,85	4,43	6,40	**-9,84**
IDIV (5)	-3,51	0,91	-1,20	-0,56	-0,99	1,99	1,90	6,22	**4,54**	-3,91	0,08	-1,36	-0,94	-1,44	1,78	1,51	6,16	**1,57**
IFIX (5)	0,67	0,79	1,43	-0,77	0,02	-1,04	0,53	0,62	**2,25**	0,25	-0,03	1,27	-1,15	-0,44	-1,24	0,15	0,57	**-0,66**
Valor-Coppead Performance (5)	-3,91	1,91	0,45	-7,58	-3,69	3,78	4,04	8,43	**2,50**	-4,31	1,07	0,29	-7,93	-4,13	3,56	3,65	8,37	**-0,41**
Valor-Coppead MV (5)	-2,18	2,45	2,57	-2,68	0,09	2,48	5,48	3,86	**12,40**	-2,59	1,60	2,41	-3,05	-0,37	2,26	5,08	3,81	**9,20**
Dólar Comercial Ptax - BC (5)	2,32	0,60	0,26	3,51	1,35	6,05	1,86	-0,46	**16,41**	1,89	-0,23	0,10	3,12	0,89	5,83	1,47	-0,51	**13,10**
Dólar Comercial Mercado (5)	1,75	0,71	0,86	3,54	1,09	6,46	1,18	-0,55	**15,88**	1,32	-0,12	0,70	3,15	0,63	6,24	0,79	-0,60	**12,59**
Euro - R$/€ - BC (5)	0,54	0,25	0,07	2,37	2,89	4,73	2,92	1,94	**16,75**	0,12	-0,58	-0,09	1,99	2,42	4,51	2,53	1,89	**13,43**
Euro Comercial Mercado (5)	-0,34	0,38	0,71	2,43	2,79	5,07	2,23	1,79	**15,99**	-0,75	-0,44	0,55	2,04	2,32	4,85	1,85	1,74	**12,69**
Ouro (BC) (5)	1,71	0,27	8,62	7,18	2,87	5,97	5,98	3,65	**42,19**	1,28	-0,55	8,45	6,78	2,40	5,75	5,58	3,60	**38,15**
Bitcoin - R$ (5)	-0,05	45,23	17,24	-13,02	14,59	-0,47	3,14	-8,11	**60,01**	-0,47	44,03	17,05	-13,35	14,06	-0,67	2,75	-8,16	**55,46**
Inflação																		
IGP-M	0,07	-0,52	-0,47	0,31	0,89	0,81	0,61	0,29	**2,00**	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IPCA (6)	0,42	0,83	0,16	0,38	0,46	0,21	0,38	0,05	**2,92**	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE, Mercado Bitcoin e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Descontado o IPCA. (1) taxa efetiva. Em agosto projetada. (2) rendimento bruto do 1º dia útil do mês. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (4) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (5) em agosto até o dia 29 (6) expectativa de 0,05% para o mês de agosto

---

Questões de ESG em processos de M&A

Palavra do gestor

Silvia Bernardino e Renata Yuasa

Nos últimos anos, houve um aumento significativo na desistência de aquisições empresariais devido a problemas detectados durante a auditoria dos critérios ambientais, sociais e de governança (ESG). Essa tendência ressalta a crescente importância do risco reputacional e das expectativas dos compradores e seus investidores relacionada à empresa a ser adquirida.

Uma pesquisa recente conduzida pela Deloitte com líderes de M&A de empresas e fundos de private equity revelou que mais de 70% dos entrevistados desistiram de aquisições devido a preocupações relacionadas ao ESG identificadas na auditoria. Essa tendência é particularmente notável entre bancos e instituições financeiras.

Além disso, a pesquisa mostrou que a maioria dos compradores está disposta a pagar um preço maior por empresas com políticas sólidas nessas áreas. Isso reflete uma mudança fundamental na mentalidade dos investidores, que agora reconhecem que a sustentabilidade não é apenas uma questão ética, mas também uma estratégia de longo prazo para o sucesso dos negócios.

As questões ESG estão se integrando cada vez mais ao processo de fusões e aquisições, com um impacto crescente nas considerações sobre a empresa a ser adquirida, na auditoria, na tomada de decisão final e na avaliação, especialmente à medida que os dados relacionados à sustentabilidade se tornam mais acessíveis e as empresas aprimoram sua compreensão desses temas.

Historicamente, empresas e investidores financeiros costumavam abordar esses problemas após o fechamento da transação, confiantes em sua capacidade de resolvê-los. No entanto, a realidade atual, especialmente no caso de investidores financeiros, é diferente. Os investidores agora tendem a desistir de negócios com base em preocupações ambientais, sociais e de governança, em vez de prosseguir com resoluções pós-fechamento. Fatores internos, como compromissos com fundos que priorizam a conformidade com esses critérios em seus investimentos, também influenciam o processo de tomada de decisão.

A pesquisa revelou que 99% dos entrevistados agora medem o impacto potencial desses fatores em transações de M&A, em comparação com 92% em pesquisa realizada dois anos atrás. Dos entrevistados, 57% utilizam métricas claramente definidas para avaliar a governança ambiental, social e corporativa, representando um aumento significativo em relação aos 39% relatados na pesquisa anterior. Além disso, métricas de desempenho vinculadas a esses fatores estão se tornando característica comum na remuneração de altos executivos. Compradores também estão solicitando garantias relacionadas a essas questões que vão além das garantias tradicionais de acordo com a lei e de um processo tradicional de M&A.

O ESG não é mais apenas uma lista de verificação; tal questão se tornou parte integral do processo de auditoria em fusões e aquisições. Advogados de M&A e empresas envolvidas em negócios agora reconhecem que a integração eficaz desses critérios é fundamental para o sucesso a longo prazo e a conformidade com as expectativas das partes interessadas.

Para auxiliar o mercado a se preparar, o papel do setor jurídico expandiu-se para incluir a educação sobre novos desenvolvimentos e o treinamento dos clientes. Essa abordagem torna a integração da sustentabilidade crucial para o sucesso a longo prazo e a conformidade legal.

Para as empresas que mantêm relações comerciais com a União Europeia, o Mecanismo de Ajuste de Fronteira de Carbono (CBAM), recentemente aprovado pelo Parlamento Europeu, assume grande relevância. O CBAM entrará em vigor em 2026 e consiste em um mecanismo de taxação de carbono aduaneiro para produtos exportados para a UE. Seu objetivo é incentivar práticas sustentáveis e reduzir a pegada de carbono global.

Além disso, o Conselho Internacional de Padrões de Sustentabilidade (ISSB) anunciou novos padrões para divulgação de informações em relatórios financeiros relacionados à sustentabilidade e fatores climáticos. Esses padrões permitem o desenvolvimento de relatórios de alta qualidade, transparentes e confiáveis sobre temas climáticos e outros aspectos de sustentabilidade. A meta é estabelecer uma base global abrangente que atenda às necessidades dos investidores e do mercado financeiro. No Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários refletiu essas regras por meio da Resolução CVM 193/2023.

A integração eficaz de critérios ambientais, sociais e de governança é essencial para o sucesso das empresas no cenário de M&A, e os investidores estão cada vez mais atentos a essas considerações. A sustentabilidade não é apenas uma tendência passageira, mas sim uma estratégia fundamental para os negócios.

Silvia Bernardino é sócia da área transacional do Trench Rossi Watanabe

Renata Yuasa é associada da área transacional do Trench Rossi Watanabe

E-mail
silvia.bernardino@trenchrossi.com

BANCO STELLANTIS S.A.

CNPJ nº 62.237.425/001-76

Av. Contorno, 3455, galpão 9, sala 10, Bairro Paulo Camilo - Betim, MG
www.bancostellantis.com.br

Filiado à

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

PANORAMA ECONÔMICO

A economia brasileira apresentou resultados positivos no primeiro semestre de 2024, sustentada por um ambiente com taxas de juros em ritmo de cortes e um ligeiro aquecimento no mercado de trabalho. Já a partir do segundo semestre, é esperado que o Banco Central mantenha o patamar de juros estáveis por um período mais longo que o previsto, como forma de contenção da inflação. O IPCA encerrou o primeiro semestre de 2024 em 2,24% vs. 2,87% no mesmo período de 2023, beneficiada pela queda dos preços das principais commodities agrícolas, como soja e milho. Observam-se, ainda, incertezas no âmbito fiscal e na percepção de risco, que culminou na desvalorização do Real, encerrando o primeiro semestre de 2024 em 5,59 vs. 4,85 em dezembro de 2023. Do lado da atividade econômica mundial, observa-se resiliência nos mercados desenvolvidos, em particular nos Estados Unidos. Apesar das altas de juros, o dinamismo do consumo continua robusto amparado por condições favoráveis no mercado de trabalho, o que resulta na atração de recursos provenientes de mercados emergentes. Por sua vez, a China tem apresentado crescimento mais fraco, devido principalmente a queda de atividade no setor imobiliário. Uma possível desaceleração da economia chinesa, iniciou um momento de incertezas quanto a demanda de commodities do Brasil no final do primeiro semestre, o que poderá influenciar, também, na balança comercial do segundo semestre.

A EMPRESA

O Banco Stellantis é uma instituição de serviços financeiros, constituído sob a forma de banco múltiplo, realizando operações de Crédito, Financiamento e Investimento. A Instituição tem como missão ser um dos braços financeiros do Grupo Stellantis no Brasil, atuando principalmente no oferecimento de mecanismos de crédito à rede de Distribuidores dos veículos das marcas Stellantis presentes no Brasil. O Banco também atua no financiamento de clientes frotistas, na compra de de recebíveis de fornecedores do grupo Stellantis, na emissão de Cartões de Crédito co-branded das marcas Jeep e RAM, e de cartões de crédito corporativos do Grupo Stellantis.

DESEMPENHO ECONÔMICO

O desempenho econômico do Banco Stellantis está associado ao volume de veículos comercializados e ao risco de crédito da cadeia de valor da Stellantis no perímetro de portifólio das marcas do grupo no Brasil: Fiat, Jeep, RAM, Peugeot e Citroen. As vendas dos veículos no Brasil, no primeiro semestre de 2024, tiveram um crescimento de 14,9% em comparação com o mesmo período do ano anterior, totalizando 1.078,3 mil unidades emplacadas em 2024, versus 938,7 mil unidades em 2023. Em contrapartida, a produção de veículos no Brasil, apresentou uma queda de 1,5% no primeiro semestre de 2024 em comparação com 2023. De janeiro a junho de 2024 foram produzidas 1.058,9 mil unidades versus 1.075,2 mil unidades produzidas no mesmo período de 2023. O Grupo Stellantis – detentor das marcas Fiat, Jeep, RAM, Peugeot, Citroen, dentre outras, manteve a liderança no Brasil no primeiro semestre de 2024 com 316,9 mil unidades vendidas, 29,3% de participação no mercado, um aumento de 13.5 mil unidades (4,4%) de unidades vendidas em comparação com 2023. O Banco Stellantis manteve a estrita gestão dos riscos e o monitoramento dos créditos concedidos, mantendo a qualidade da carteira, que atingiu em junho de 2024 R$ 6,9 bilhões versus R$ 7,4 bilhões em junho de 2023, uma queda de 6,7% devido a migração de parte da carteira Fiat para o FIDC Vita Auto, constituído em junho de 2023.

O volume de financiamento a clientes frotistas apresentou um crescimento significativo, puxado pelo novo produto "CDC Corporate" lançado pelo Banco Stellantis no segundo semestre de 2023, atingindo em junho de 2024 uma carteira no valor de R$ 311,2 milhões.

O resultado líquido no primeiro semestre de 2024 foi de R$ 146,6 milhões, com aumento de 35,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, impulsionado pelo aumento das vendas do Grupo Stellantis, com lançamento de novos produtos que atendem aos anseios e necessidades dos consumidores, em destaque para caminhonete Rampage fabricada no Brasil.

OUVIDORIA

O Banco Stellantis, atendendo determinação do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, instituiu sua Ouvidoria, em funcionamento desde 2007, que tem como função atuar como canal de comunicação entre a instituição e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais habituais de atendimento disponibilizados ao consumidor, inclusive na mediação de conflitos, bem como propor ao Conselho de Administração e à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas.

GOVERNANÇA CORPORATIVA E CONTROLES INTERNOS

O Banco Stellantis mantém uma estrutura de Governança Corporativa, Compliance e Controles Internos aderente às exigências das Resoluções 4.968/21 e 4.595/17 do Banco Central do Brasil. Na estrutura de Controles Internos destaca-se o Comitê de Controles Internos, onde participam, entre outros, a Diretoria, Auditoria Interna e a área de Compliance e Controles Internos. A estrutura de Governança abrange as áreas de Compliance, Controles Internos e Auditoria Interna do Banco Stellantis, Auditoria Interna do Grupo Stellantis, Risco Operacional e tratativas de Prevenção a Crimes de Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo. O Banco Stellantis está incluído no processo de certificação SOX - Lei Sarbanes Oxley do Grupo Stellantis, que exige controles internos eficazes dentro de uma avaliação global de processos e riscos.

AGRADECIMENTOS

O Banco Stellantis agradece a todos os colaboradores, clientes, fornecedores e parceiros pelo empenho e confiança demonstrados no transcorrer do semestre.

Administração

BALANÇO PATRIMONIAL 30 DE JUNHO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais - R$)

	Notas	30/06/2024	31/12/2023
Ativo			
Circulante		**7.747.335**	8.736.598
Disponibilidades	4	**167.730**	39.830
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5	**837.997**	955.081
Ativos financeiros		**6.712.851**	7.638.474
Instrumentos financeiros e derivativos	6.c	**694**	-
Instrumentos financeiros e derivativos		**694**	-
Operações de crédito	7.a	**6.712.157**	7.638.474
Operações de crédito		**6.704.598**	7.630.296
Outros créditos - cartão de crédito		**7.559**	8.178
Provisão para perda esperada associada a risco de crédito	7.e	**(63.674)**	(67.558)
Provisão para perda esperada associada a risco de crédito		**(63.674)**	(67.558)
Outros ativos		**92.431**	170.771
Outros valores e bens	8	**3.087**	4.018
Outros créditos	9	**89.344**	166.753
Não circulante		**1.501.879**	**558.831**
Ativos financeiros		**1.403.892**	461.736
Aplicações em depósitos Interfinanceiros	5	**799.707**	-
Aplicações em depósitos Interfinanceiros		**799.707**	-
Títulos e valores mobiliários	6.a	**369.715**	339.310
Título de renda fixa		**333.023**	316.180
Cotas fundo investimento		**1.217**	1.194
Cotas fundo investimento FIDIC		**35.475**	21.936
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	**24.780**	-
Instrumentos financeiros derivativos		**24.780**	-
Operações de crédito	7.a	**209.690**	122.426
Operações de crédito		**209.690**	122.426
Provisão para perda esperada associada a risco de crédito	7.e	**(3.090)**	(6.506)
Provisão para perda esperada associada a risco de crédito		**(3.090)**	(6.506)
Outros ativos		**22.593**	21.354
Outros valores e bens	8	**2.492**	1.789
Outros créditos	9	**20.101**	19.565
Ativos fiscais correntes e diferidos	10.a	**55.395**	58.746
Imobilizado de uso	11.a	**2.275**	2.247
Intangível	12.a	**45.985**	43.359
Depreciação e amortização		**(25.171)**	(22.105)
Imobilizado	11.b	**(1.958)**	(1.927)
Intangível	12.a	**(23.213)**	(20.178)
Total do ativo		**9.249.214**	**9.295.429**

	Notas	30/06/2024	31/12/2023
Passivo			
Circulante		**5.856.162**	**7.039.602**
Passivos financeiros		**5.575.181**	6.758.022
Depósitos	13.a e 13.b	**4.326.938**	3.843.693
Depósitos		**4.326.938**	3.843.693
Recursos de aceite e emissão de títulos	13.a e 13.b	**1.248.243**	2.913.768
Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário		**587.655**	2.289.339
Obrigações por emissão de letras financeiras		**660.588**	624.429
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	**-**	561
Instrumentos financeiros derivativos		**-**	561
Outras obrigações	15	**280.981**	281.580
Outras		**280.981**	281.580
Não circulante		**1.950.026**	**929.970**
Passivos financeiros		**1.896.805**	872.303
Depósitos	13.a e 13.b	**449.855**	55.996
Depósitos		**449.855**	55.996
Recursos de aceite e emissão de títulos	13.a e 13.b	**1.446.950**	815.199
Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário		**41.674**	23.532
Obrigações por emissão de letras financeiras		**1.405.276**	791.667
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	**-**	1.108
Instrumentos financeiros derivativos		**-**	1.108
Provisões	14	**27.182**	35.564
Outras obrigações	15	**26.039**	22.103
Outras		**26.039**	22.103
Patrimônio líquido		**1.443.026**	**1.325.857**
Capital social	18	**739.021**	699.021
Reserva de lucros		**595.263**	627.933
Outros resultados abrangentes	6.e	**12.566**	(1.097)
Lucros acumulados		**96.176**	-
Total do passivo e patrimônio líquido		**9.249.214**	**9.295.429**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais - R$)

	Notas	30/06/2024	30/06/2023
Resultado do semestre		**146.596**	**107.855**
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:	6.e	**13.663**	(454)
Ajuste valor de mercado de ativos disponíveis para venda		**264**	285
Ajuste valor de mercado de derivativos próprios		**24.578**	(1.110)
Efeitos fiscais TVM e Derivativos		**(11.179)**	371
Resultado abrangente do semestre		**160.259**	**107.401**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais - R$)

	Notas	30/06/2024	30/06/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre		**146.596**	107.856
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		**58.727**	94.541
Provisão (Reversão) da provisão para crédito de liquidação duvidosa	7.e	**(6.465)**	3.362
Baixas da provisão para perda esperada associada a risco de crédito	6.d	**(834)**	
Depreciações e amortizações	11 e 12	**3.066**	1.229
Perda na alienação de intangíveis		**-**	17
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	**2.453**	(2.362)
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes	16	**82.559**	91.060
Constituição (reversão) líquida da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	14	**(8.382)**	1.437
Atualização monetária de depósitos judiciais		**(107)**	(128)
Variação das cotas de fundos de investimento		**(13.563)**	(74)
(Aumento) redução nos ativos operacionais		**88.799**	(1.501.836)
Aplicações em depósitos Interfinanceiros		**(799.707)**	-
TVM e instrumentos financeiros derivativos		**(28.655)**	(25.034)
Operações de crédito		**839.053**	(1.482.852)
Outros créditos		**93.835**	20.817
Outros valores e bens		**228**	(391)
Impostos pagos		**(15.955)**	(14.376)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		**(237.561)**	1.712.282
Depósitos		**877.104**	1.221.079
Obrigações por recursos de letras de crédito imobiliário		**(1.683.542)**	507.358
Obrigações por recursos de letras financeiras		**649.768**	46.273
Instrumentos financeiros derivativos		**(1.670)**	874
Outras obrigações		**(79.221)**	(63.302)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		**56.561**	412.843
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado de uso		**(29)**	(148)
Aquisição de ativos intangíveis		**(2.626)**	(3.256)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		**(2.655)**	**(3.404)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Juros sobre capital próprio pagos		**(43.090)**	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		**(43.090)**	**-**
Aumento (Redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		**10.816**	**409.439**
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do semestre		**994.911**	309.973
No fim do semestre		**1.005.727**	719.412
Aumento (Redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		**10.816**	**409.439**
Transação sem efeito de caixa			
Aumento de capital	18	**40.000**	50.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais - R$, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	30/06/2024	30/06/2023
Receitas da intermediação financeira		**666.271**	**601.978**
Operações de crédito	7.g	**545.920**	549.068
Recuperação créditos amortizados		**3.734**	-
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5.b e 6.f	**116.617**	52.910
Despesas da intermediação financeira		**(383.683)**	(378.550)
Operações de captação no mercado	13.c	**(387.185)**	(365.045)
Despesas de contribuição FGC		**(2.963)**	(3.161)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.e	**6.465**	(10.344)
Resultado bruto da intermediação financeira		**282.588**	**223.428**
Outras receitas (despesas) operacionais		**(44.683)**	(21.808)
Receitas de prestação de serviços	20.e	**22.970**	30.657
Despesas de pessoal		**(17.426)**	(15.698)
Outras despesas administrativas	20.a	**(45.854)**	(24.752)
Despesas tributárias		**(15.513)**	(13.771)
Outras receitas operacionais	20.b	**13.810**	2.968
Outras despesas operacionais	20.c	**(2.670)**	(1.212)
Despesas de provisões	20.d	**(4.600)**	(3.362)
Trabalhista		**(885)**	(2.566)
Cível		**(244)**	(15)
Fiscal		**(2.765)**	(252)
Outras		**(706)**	(529)
Resultado operacional		**233.305**	**198.258**
Resultado não operacional		**(2)**	(29)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		**233.303**	198.229
Imposto de renda e contribuição social		**(85.012)**	(88.698)
Provisão para Imposto de Renda	16	**(45.859)**	(50.506)
Provisão para Contribuição Social	16	**(36.700)**	(40.554)
Ativo fiscal diferido	16	**(2.453)**	2.362
Participações dos empregados no lucro		**(1.695)**	(1.675)
Lucro líquido do semestre		**146.596**	107.856
Lucro líquido do semestre			
Lucro básico e diluído por ação - R$	18.d	**0,15**	0,12

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais - R$)

	Notas	Capital social	Reserva de lucros – Especial	Reserva de lucros – Legal	Outros Resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**18**	**589.021**	**490.869**	**71.434**	**(512)**	**-**	**1.150.812**
Ajuste ao valor de mercado	6.e	-	-	-	(454)	-	(454)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	107.855	107.855
Destinação do lucro							
Reserva legal		-	-	5.393	-	(5.393)	-
Reserva especial de lucros							
Juros sobre capital próprio	18						
Aumento de capital social							
Ações ordinárias - país		12.500	(12.500)	-	-	-	-
Ações ordinárias - exterior		37.500	(37.500)	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2023	**18**	**639.021**	**440.869**	**76.827**	**(966)**	**102.462**	**1.258.213**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**18**	**699.021**	**543.659**	**84.274**	**(1.097)**	**-**	**1.325.857**
Ajuste ao valor de mercado	6.e	**-**	**-**	**-**	**13.663**	**-**	**13.663**
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	146.596	146.596
Destinação do lucro							
Reserva legal		**-**	**-**	**7.330**	**-**	**(7.330)**	**-**
Reserva especial de lucros		**-**	**-**	**-**	**-**	**(43.090)**	**(43.090)**
Juros sobre capital próprio	18	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Aumento de capital social	18.c						
Ações ordinárias – país		**10.000**	**(10.000)**		**-**	**-**	**-**
Ações ordinárias - exterior		**30.000**	**(30.000)**		**-**	**-**	**-**
Saldos em 30 de junho de 2024	**18**	**739.021**	**503.659**	**91.604**	**12.566**	**96.176**	**1.443.026**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 30 DE JUNHO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Stellantis S.A. ("Banco") com sede na cidade de Betim - MG, é uma sociedade anônima de capital fechado. É uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil.

Em agosto de 2023, foi criada no Brasil uma nova estrutura de serviços financeiros para o Grupo Stellantis: Stellantis Serviços Financeiros, apoiada por dois braços operacionais: a "Stellantis Financiamentos" e o "Banco Stellantis".

A Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. é desde 1º de novembro 2023 a entidade de Stellantis Financial Services responsável pelas operações de varejo das marcas do Grupo Stellantis no Brasil: Jeep, RAM, Fiat, Peugeot e Citroën.

Já o Banco Stellantis S.A., passou a ser o provedor das atividades de financiamento aos concessionários de todas as marcas da Stellantis no Brasil e responsável pelas operações de financiamento dos clientes frotistas ("Corporate"). O Banco Stellantis continua a oferecer soluções para fornecedores e cartões de crédito, entre outras operações estruturadas para todas as marcas da Stellantis.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições Financeiras (COSIF), bem como os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), após referendados pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Dessa forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os pronunciamentos já homologados pelo BACEN e a Resolução BCB nº 02 de 12 de agosto de 2020.

Os seguintes pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e já homologados pelo CMN/Bacen, estão considerados, quando aplicáveis, na elaboração destas demonstrações financeiras:

- CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro - Resolução CMN nº 4.924/2021
- CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 4.924/2021
- CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão das Demonstrações Contábeis - Resolução CMN nº 4.524/2016
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa - Resolução CMN nº 4.818/2020
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/2016
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 4.818/2020
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - Resolução CMN nº 4.924/2021
- CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 4.818/2020
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Resolução CMN nº 3.823/2012
- CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/2016
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - Resolução CMN nº 4.877/2020
- CPC 41 - Resultado por Ação - Resolução CMN nº 4.818/2020
- CPC 46 - Mensuração do valor justo - Resolução CMN nº 4.748/2020
- CPC 47 - Receita de contrato com clientes - Resolução CMN nº 4.924/2021

Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN n° 4.966 (alterada pela Resolução CMN n° 5.019 em 23 de junho de 2022), que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9, que entra em vigor em 1° de janeiro de 2025. Diante disto, o Banco Stellantis iniciou as avaliações de impacto e alterações necessárias para atender sua implementação.

Com base no Art. 76 da Resolução CMN nº 4.966 (alterada pela Resolução CMN n° 5.019) o Banco Stellantis elaborou o Plano de implementação, estabelecendo os ajustes necessários e potenciais impactos para adaptação à nova resolução e em 14 dezembro de 2022 foi submetido e aprovado pelo conselho de Administração.

Não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perda esperada associada a risco de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões para riscos; perdas por redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações financeiras do Banco foram autorizadas pela Diretoria para divulgação em 29 de agosto de 2024.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

(a) Resultado das operações - as receitas e despesas são registradas em observância ao regime de competência.

(b) Caixa e equivalentes de caixa - são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento, na data da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados pelo Banco no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo - são demonstrados pelos valores originais, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, em base "pro rata die", deduzidos das correspondentes rendas a apropriar e provisão para perdas.

(d) Títulos e valores mobiliários - para registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários, o Banco adota os critérios determinados pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil. De acordo com esses critérios, os títulos e valores mobiliários mantidos pelo Banco estão sendo classificados e avaliados na categoria de títulos disponíveis para venda. Esses títulos são registrados ao valor de custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são contabilizados no resultado e são ajustados ao valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada ajuste de avaliação patrimonial, líquidos dos efeitos tributários.

Instrumentos financeiros derivativos - são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção (hedge) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02, do Banco Central do Brasil. Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, são classificados como hedge de acordo com a sua natureza, a saber:

Continua...

INÊS 249

Continuação...

BANCO

BANCO STELLANTIS S.A.

CNPJ nº 62.237.425/001-76

Av. Contorno, 3455, galpão 9, sala 10, Bairro Paulo Camilo - Betim, MG
www.bancostellantis.com.br

• Hedge de valor de mercado - os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.
• Hedge de fluxo de caixa - a parcela efetiva do hedge dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários. O ajuste a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos itens objetos de hedge é reconhecido em conta específica do patrimônio líquido, quando efetivos. A parcela não efetiva do hedge, quando aplicável, é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

(f) Operações de crédito e provisão para perdas em operação de crédito - as operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).
As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nesta classificação por no mínimo seis meses. As operações baixadas contra a provisão existente passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.
As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação.

(g) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - estão calculados considerando a legislação fiscal em vigor. As instituições financeiras devem apurar o IRPJ e a CSLL com base no lucro real, tendo o Banco adotado o período de apuração anual. A provisão para o IRPJ foi determinada à alíquota de 15% sobre os lucros tributáveis, acrescida do adicional de 10% previsto em lei. A provisão para a CSLL foi calculada à alíquota de 20% do lucro tributável antes do IRPJ. O Banco também reconhece valores diferidos de IRPJ e CSLL, ativos e passivos, calculados sobre as diferenças intertemporais pelas alíquotas vigentes à época dos balanços em que se espera a realização de cada uma.

(h) Imobilizado e intangível de uso - é demonstrado ao custo de aquisição, depreciado pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais que contemplam a vida útil dos bens: 10% para móveis e utensílios e 20% para veículos. Os ativos intangíveis são registrados pelo custo, deduzido da amortização anual de 20%, pelo método linear, durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

(i) Depósitos, letras financeiras, letras de crédito imobiliário, empréstimos e obrigações por repasses - são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

(j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando existem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são divulgados nas demonstrações financeiras.

(k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e, na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

(l) Os processos relacionados a obrigações legais tributárias ou previdenciárias, cujos objetos são a contestação da legalidade ou constitucionalidade das exações, têm as suas provisões reconhecidas integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da avaliação da probabilidade de êxito.

(m) Demais passivos circulante e não circulante - são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os correspondentes encargos e as variações monetárias incorridos com base "pro rata die".

(n) Lucro por ação - calculado com base no número de ações em circulação na data dos balanços.

4. CAIXA E EQUIVALÊNCIA DE CAIXA

	30/06/2024	31/12/2023
Disponibilidades	**167.730**	39.830
Disponibilidade	**5.220**	6.121
Numerário em trânsito (1)	**162.510**	33.709
Aplicações interfinanceiras de liquidez (2)	**837.997**	955.081
Aplicações em operações compromissadas	**551.000**	582.000
Aplicações em depósitos interfinanceiros	**286.997**	373.081
Total	**1.005.727**	**994.911**

(1) Refere-se ao recebimento no último dia útil do mês de Junho e Dezembro, relativo à valores de operações de crédito, cujos recursos ficarão disponíveis para o Banco em D+1.
(2) Refere-se às operações com vencimento de curto prazo, cujo prazo de vencimento é igual ou inferior a 90 dias e que apresenta risco insignificante de mudança de valor justo.

5.APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a. Composição

	30/06/2024	31/12/2023
Compromissadas - carteira própria:		
LTN - Letras do Tesouro Nacional	**551.000**	195.000
NTN - Notas do Tesouro Nacional	**-**	387.000
Depósitos interfinanceiros	**1.086.704**	373.081
Total carteira própria	**1.637.704**	955.081
Ativo circulante	**837.997**	955.081
Ativo não circulante	**799.707**	-

b. Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	30/06/2024	30/06/2023
Rendas de aplicações em operações compromissadas		
Posição bancada	**43.095**	27.286
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	**41.435**	7.299
Total	**84.530**	34.585

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a. Títulos e valores mobiliários - composição por classificação contábil e avaliação ao valor de mercado

	30/06/2024			31/12/2023		
Títulos disponíveis para venda	**Custo corrigido**	**Valor de mercado**	**Ajuste ao valor de mercado**	**Custo corrigido**	**Valor de mercado**	**Ajuste ao valor de mercado**
Livres:						
LFT - Letras Financeiras do Tesouro (1)	**332.964**	**333.023**	**59**	316.385	316.180	(205)
Cotas do Fundo Garantidor de Investimentos - FGI (2)	**1.217**	**1.217**	**-**	1.194	1.194	-
Cotas de Fundo em Direitos Creditórios (3)	**35.475**	**35.475**	**-**	21.936	21.936	-
Total	**369.656**	**369.715**	**59**	339.515	339.310	(205)

(1) O valor de mercado dos títulos foi apurado com base nas cotações de preços do mercado divulgado pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais na data do balanço.
(2) O Banco trabalha com a garantia do FGI - Fundo Garantidor de Investimento, de natureza privada, administrado pelo BNDES, até o limite máximo de 80% da operação. O FGI é um fundo destinado a complementar parte das garantias de um financiamento. Os agentes financeiros que utilizam a garantia do FGI são cotistas do Fundo na proporção de 0,5% dos valores que pretendem garantir nas operações.
(3) O Banco possui cotas subordinadas do fundo em direitos creditórios, classificado como disponível para venda, com possibilidade de resgate antecipado.
O Banco, adquiriu cotas do fundo de investimento em direitos creditórios, denominado Vita Auto Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, sob a condição de cotista subordinado. Trata-se de um fundo de investimento aberto administrado pela Bem Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda e gerido pela BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio aberto destinado a investidores qualificados nos termos da regulamentação em vigor, tendo por objetivo proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação preponderante dos recursos em direitos creditórios oriundos da venda de veículos a prazo da marca FIAT da FCA Fiat Chrysler Automóveis do Brasil Ltda. em favor de suas respectivas concessionárias. O Banco efetuou seu primeiro investimento em 20 de junho de 2023 e o segundo em 15 de agosto de 2023.

b. Títulos e valores mobiliários - composição por prazo de vencimento

	Títulos disponíveis para venda					
	Até 1 ano	**De 1 a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total**	**Circulante**	**Longo prazo**
30/06/2024	**-**	**333.023**	**36.692**	**369.715**	**-**	**369.715**
31/12/2023	-	316.180	23.130	339.310	-	339.310

c. Instrumentos financeiros derivativos (Swap)

				30/06/2024
Contratos de SWAP	**Valor referencial (conta de compensação)**	**Valor a receber (a pagar)**	**Valor de mercado**	**Ajuste ao valor de mercado**
Ativo DI x Passivo Pré	**818.245**	**2.687**	**25.474**	**22.787**
Hedge – fluxo de caixa	**818.245**	**2.687**	**25.474**	**22.787**
Total	**818.245**	**2.687**	**25.474**	**22.787**
Ativo circulante	**-**	**-**	**694**	**-**
Ativo não circulante	**-**	**-**	**24.780**	**-**
Passivo circulante	**-**	**-**	**-**	**-**
Passivo não circulante	**-**	**-**	**-**	**-**

				31/12/2023
Contratos de SWAP	**Valor referencial (conta de compensação)**	**Valor a receber (a pagar)**	**Valor de mercado**	**Ajuste ao valor de mercado**
Ativo DI x Passivo Pré	493.500	120	(1.669)	(1.789)
Hedge - fluxo de caixa	493.500	120	(1.669)	(1.789)
Total	**493.500**	**120**	**(1.669)**	**(1.789)**
Ativo circulante	-	-	-	-
Ativo não circulante	-	-	-	-
Passivo circulante	-	-	(561)	-
Passivo não circulante	-	-	(1.108)	-

O valor líquido estimado dos ganhos e das perdas registrados na conta da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos no patrimônio líquido, classificados como hedge de fluxo de caixa, bem como o reflexo financeiro das principais transações e compromissos futuros objetos de hedge possuem as seguintes faixas de vencimento:

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Reserva do valor justo dos instrumentos financeiros:				
30/06/2024	**439**	**22.348**	**-**	**22.787**
31/12/2023	(542)	(1.247)	-	(1.789)
Transações de hedge:				
30/06/2024	**104.398**	**750.350**	**-**	**854.748**
31/12/2023	289.120	288.571	-	577.691

O Banco tem como política a utilização de instrumentos financeiros derivativos, única e exclusivamente, com o intuito de hedge. Seguindo as práticas de mercado, o Banco capta recursos a taxas pós-fixadas e as aplica, em parte, a taxas pré-fixadas. Com o objetivo de mitigar as variações nos fluxos de caixa futuro associados ao passivo pós-fixado devido às mudanças nas taxas de juros, o Banco contratou operações de "swap" de taxas de juros em que é pago o valor nocional corrigido por uma taxa de juros fixa e recebe o valor nocional corrigido por uma taxa de juros variável mitigando, assim, risco de taxa de juros do item objeto de hedge.
Dessa forma, os instrumentos financeiros derivativos relativos às operações de "swap" visam realizar o "matching" das captações da carteira, imunizando o caixa e o resultado econômico contra variações inesperadas no custo das captações.
A efetividade do item objeto de hedge em relação ao instrumento financeiro derivativo é testada prospectivamente e retrospectivamente, sendo que a parcela não efetiva, quando aplicável, é apropriada diretamente ao resultado.
Os controles de risco e exposição utilizam como instrumento a análise de "duration gap's" e "interest rate" e o VAR ("value at risk"), quando o gap ultrapassa os limites definidos na Política de Gestão de Risco de Taxas de Juros adotada pelas empresas do Grupo Stellantis, novas operações de derivativos são contratadas e/ou revertidas. O acompanhamento sobre os indexadores e seus volumes é realizado diariamente, visando ao enquadramento na política de risco de mercado adotado pelo Banco.
Os instrumentos derivativos financeiros são marcados a mercado diariamente e por ocasião do fechamento dos balancetes mensais, sempre com observância à sua efetividade. O ajuste do valor justo destes instrumentos é registrado contra o patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, em razão de sua classificação como hedge de fluxo de caixa.

d. Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor patrimonial

	30/06/2024							30/06/2024	31/12/2023
Descrição	**Valor patrimonial a receber (recebido)/ a pagar (pago)**	**Ajuste ao valor de mercado (result./patrimônio líquido)**	**Valor patrimonial**	**01 - 90 dias**	**91 - 180 dias**	**181 - 360 dias**	**Acima de 360 dias**	**Valor patrimonial**	**Valor patrimonial**
				Posição Ativa					
Contratos de swap -									
Ajuste a receber	**2.687**	**22.787**	**25.474**	**-**	**694**	**-**	**24.780**	**25.474**	-
Instituições financeiras	**2.687**	**22.787**	**25.474**	**-**	**694**	**-**	**24.780**	**25.474**	-
Circulante	**255**	**439**	**694**	**-**	**-**	**-**	**-**	**694**	-
Não circulante	**2.432**	**22.348**	**24.780**	**-**	**-**	**-**	**-**	**24.780**	-
Contratos de swap -									
Ajuste a pagar	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	(1.669)
Instituições financeiras	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	(1.669)
Circulante	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	(561)
Não circulante	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	(1.108)
Total	**2.687**	**22.787**	**25.474**	**-**	**694**	**-**	**24.780**	**25.474**	(1.669)

Resumo das operações de swap em aberto na data de 30 de junho de 2024:

	Valor referencial	Valor justo
Descrição		
Posição ativa - hedge de fluxo de caixa		
Taxa pré	**818.245**	**2.687**
Total	**818.245**	**2.687**
Diferencial - hedge de fluxo de caixa		**22.787**
Valor de mercado		**25.474**

e. Movimentações da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários

A seguir são apresentadas as movimentações da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários constituída no patrimônio líquido:

	30/06/2024		31/12/2023	
	Instrumentos financeiros	**Total**	**Instrumentos financeiros**	**Total**
Saldo da reserva do valor justo no início do semestre/exercício	**(1.097)**	**(1.097)**	(512)	(512)
Variações do valor justo no patrimônio líquido	**24.842**	**24.842**	(1.483)	(1.483)
Saldo da reserva do valor justo no final do semestre/exercício	**23.745**	**23.745**	(1.995)	(1.995)
Efeitos de imposto de renda e contribuição social	**(11.179)**	**(11.179)**	898	898
Ajuste de avaliação patrimonial	**12.566**	**12.566**	(1.097)	(1.097)

Variação dos ajustes de resultados abrangentes

	30/06/2024	30/06/2023
Saldo no início do semestre	**(1.097)**	**(512)**
Variação no período	**(454)**	(454)
Saldo no final do semestre	**(1.551)**	**(966)**

Instrumentos e objetos de hedge

Especificação	30/06/2024				
	Valor da curva		**Valor de mercado**		
	Ativo	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**	**Ajuste a valor de mercado**
Instrumento de hedge					
Swap - DI-PRE	**2.687**	**-**	**25.474**	**-**	**22.787**
Item objeto de hedge					
CDB	**854.749**	**-**	**854.749**	**-**	**-**

Especificação	31/12/2023				
	Valor da curva		**Valor de mercado**		
	Ativo	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**	**Ajuste a valor de mercado**
Instrumento de hedge					
Swap - DI-PRE	-	120	-	(1.669)	(1.789)
Item objeto de hedge					
CDB	-	577.691	-	577.691	-

f. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	30/06/2024	30/06/2023
Rendas de títulos e valores mobiliários	**32.087**	18.325
Títulos de renda fixa	**16.579**	18.236
Fundo de investimento FGI	**24**	88
Fundo em Direitos Creditórios FIDC	**13.539**	(14)
Receita (Despesa) em operações com derivativos	**1.945**	15
Total	**32.087**	18.325

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, OUTROS CRÉDITOS E PROVISÃO PARA PERDA ESPERADA ASSOCIADA A RISCO DE CRÉDITO

a. Carteira de créditos

	30/06/2024	31/12/2023
Empréstimos e títulos descontados	**398.824**	367.200
Financiamentos	**6.515.464**	7.385.522
Outros créditos (*)	**7.559**	8.178
Total	**6.921.847**	**7.760.900**
Operações de crédito - Circulante	**6.712.157**	7.638.474
Operações de crédito - Não circulante	**209.690**	122.426

(*) Refere-se a operação com cartão de crédito, compras à vista e parcelado lojista.

b. Composição da carteira de créditos por prazo de vencimento

			%	
Vencidos	**30/06/2024**	**31/12/2023**	**30/06/2024**	**31/12/2023**
Até 14 dias	**31.083**	50.958	**0,45**	0,97
De 15 a 60 dias	**1.551**	1.326	**0,02**	0,03
De 61 a 180 dias	**2.588**	201	**0,04**	-
De 181 a 365 dias	**-**	248	**-**	-
Total	**35.222**	**52.733**	**0,51**	**1,00**

			%	
A vencer	**30/06/2024**	**31/12/2023**	**30/06/2024**	**31/12/2023**
Até 180 dias	**6.335.961**	7.090.690	91,54	91,99
De 181 a 365 dias	**340.973**	495.051	4,92	6,42
Acima de 365 dias	**209.691**	122.426	3,03	1,59
Total	**6.886.625**	**7.708.167**	**99,49**	**100,00**
Total geral	**6.921.847**	**7.760.900**	**100**	**100,00**
Circulante	**6.712.157**	7.638.474	96,97	98,42
Não circulante	**209.690**	122.426	3,03	1,58

c. Concentração das operações crédito

			%	
	30/06/2024	**31/12/2023**	**30/06/2024**	**31/12/2023**
10 maiores clientes	**1.540.704**	1.601.477	**22,26**	20,64
50 seguintes maiores clientes	**2.600.431**	2.918.585	**37,57**	37,61
100 seguintes maiores clientes	**1.726.825**	2.060.536	**24,95**	26,55
Demais clientes	**1.053.887**	1.180.302	**15,22**	15,20
Total	**6.921.847**	**7.760.900**	**100,00**	**100,00**

d. Classificação do risco

30/06/2024

Setor Privado	**Nível AA**	**Nível A**	**Nível B**	**Nível C**	**Nível D**	**Nível E**	**Nível F**	**Nível G**	**Nível H**	**Total**
Comércio	**-**	**4.738.803**	**856.377**	**451.305**	**69.366**	**11.834**	**1.194**	**-**	**-**	**6.128.879**
Indústria	**-**	**2.020**	**99.081**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**101.101**
Serviços	**-**	**522.887**	**153.777**	**957**	**-**	**-**	**-**	**5.905**	**-**	**683.526**
Pessoa física	**-**	**40**	**174**	**47**	**77**	**14**	**1**	**1**	**427**	**781**
Subtotal	**-**	**5.263.750**	**1.109.409**	**452.309**	**69.443**	**11.848**	**1.195**	**5.906**	**427**	**6.914.287**
Outros créditos (*)	**-**	**593**	**6.635**	**148**	**99**	**34**	**22**	**28**	**-**	**7.559**
Subtotal	**-**	**5.264.343**	**1.116.044**	**452.457**	**69.542**	**11.882**	**1.218**	**5.934**	**427**	**6.921.847**
Provisão	**-**	**(26.322)**	**(11.159)**	**(13.574)**	**(6.954)**	**(3.565)**	**(609)**	**(4.154)**	**(427)**	**(66.764)**
Total	**-**	**5.238.021**	**1.104.883**	**438.885**	**62.588**	**8.317**	**609**	**1.780**	**-**	**6.855.083**

(*) Refere-se a operação com cartão de crédito, compras à vista e parcelado lojista.

31/12/2023

Setor Privado	**Nível AA**	**Nível A**	**Nível B**	**Nível C**	**Nível D**	**Nível E**	**Nível F**	**Nível G**	**Nível H**	**Total**
Comércio	-	3.954.188	2.403.512	441.539	64.807	11.244	-	-	490	6.875.780
Indústria	-	56.968	20.373	-	-	-	-	-	-	77.341
Serviços	-	622.939	166.793	4.496	5.250	-	-	-	-	799.478
Pessoa física	-	-	123	-	-	-	-	-	-	123
Subtotal	-	4.634.095	2.590.801	446.035	70.057	11.244	-	-	490	7.752.722
Outros créditos (*)	-	6.506	478	280	173	61	27	41	612	8.178
Subtotal		4.640.601	2.591.279	446.315	70.230	11.305	27	41	1.102	7.760.900
Provisão	-	(23.203)	(25.913)	(13.389)	(7.023)	(3.391)	(14)	(29)	(1.102)	(74.064)
Total	**-**	**4.617.398**	**2.565.366**	**432.926**	**63.207**	**7.914**	**13**	**12**	**-**	**7.686.836**

(*) Refere-se a operação com cartão de crédito, compras à vista e parcelado lojista.

O Banco utiliza os percentuais mínimos de provisão por faixa de risco permitido pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Assim, os percentuais por faixa de risco utilizado para o cálculo da provisão para perda esperada associada a risco de crédito em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 são apresentados abaixo:

Nível AA	**Nível A**	**Nível B**	**Nível C**	**Nível D**	**Nível E**	**Nível F**	**Nível G**	**Nível H**
0%	0,5%	1%	3%	10%	30%	50%	70%	100%

e. Movimentação da provisão de perda esperada associada a risco de crédito e créditos recuperados

	30/06/2024	31/12/2023
Saldo no início do semestre/exercício	**74.064**	**46.848**
Constituição	**84.336**	79.350
Reversão	**(90.802)**	(52.096)
Baixa contra provisão	**(834)**	(38)
Saldo no final do semestre/exercício	**66.764**	**74.064**
Circulante	**63.674**	67.558
Não circulante	**3.090**	6.506
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	**3.734**	753

f. Renegociação

O montante dos créditos renegociados durante o semestre findo em 30 de junho de 2024 foi de R$54.018 (no semestre findo em 30 de junho de 2023, não tivemos créditos renegociados decorrentes de operações da carteira ativa e de créditos baixados como prejuízo).

g. Rendas de operações de crédito

	30/06/2024	30/06/2023
Empréstimos e títulos descontados	**32.904**	30.348
Financiamentos	**513.017**	518.720
Total	**545.920**	**549.068**

8. OUTROS VALORES E BENS

	30/06/2024	31/12/2023
BNDU Imóveis	**1.800**	-
Despesas antecipadas (1)	**3.779**	5.807
Total	**5.579**	**5.807**
Circulante	**3.087**	4.018
Não circulante	**2.492**	1.789

(1) Referem-se a despesas pagas antecipadamente que serão apropriadas de acordo com período de competência.

9. OUTROS CRÉDITOS

	Notas	30/06/2024	31/12/2023
Devedores por depósitos em garantia (1)		**20.101**	19.565
Impostos e contribuições a compensar (2)		**16.015**	33.412
Valores a receber de sociedade ligada (3)	17	**69.405**	127.953
Rendas a receber		**3.200**	4.376
Outros		**724**	1.012
Total		**109.445**	**186.318**
Circulante		**89.344**	166.753
Não circulante		**20.101**	19.565

(1) Devedores por depósitos em garantia - refere-se a questionamentos judiciais de ordem tributária, cível e trabalhista "sub judice". Os eventuais passivos contingentes correspondentes a estas causas estão provisionados e classificados na rubrica "Outras obrigações diversas - provisão para contingências".
(2) Impostos e Contribuições a compensar - compreende, substancialmente, antecipações de imposto de renda e contribuição social efetuadas por estimativa, de acordo com a legislação vigente, em virtude da opção pela tributação com base no lucro real anual.
(3) Valores a receber de sociedade ligada - principalmente, em virtude de equalização de diferença de taxas relacionada ao financiamento de veículos à rede de concessionários das montadoras, cuja equalização é determinada pelo prazo do giro dos estoques dos concessionários.

10. ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS

a. Demonstrativo da natureza e origem do crédito tributário

	Notas	31/12/2023	30/06/2024 Constituição	Realização	30/06/2024
IR e CS diferidos ativos refletidos no resultado					
Provisão para perda esperada associada a risco de crédito	7.e	33.330	**37.731**	**(41.017)**	**30.044**
Provisão para riscos fiscais	14	6.469	**1.244**	**(4.016)**	**3.697**
Provisão para riscos cíveis	14	1.064	**110**	**(100)**	**1.074**
Provisão para riscos trabalhistas	14	5.478	**398**	**(1.588)**	**4.288**
Atualização de depósitos judiciais		(916)	**-**	**(48)**	**(964)**
Diferimento rebate/equalização		4.361	**-**	**(1.675)**	**2.686**
Provisão de honorários fiscais e cíveis	14	1.549	**318**	**(137)**	**1.730**
Provisão Incentivo Mastercard		4.000	**-**	**-**	**4.000**
Outros		2.513	**8.972**	**(2.645)**	**8.840**
Total		**57.848**	**48.773**	**(51.226)**	**55.395**
IR e CS diferidos ativos refletidos no patrimônio líquido					
Ajuste a valor de mercado - derivativos		805	**-**	**(805)**	**-**
Ajuste a valor de mercado títulos disponíveis para venda		93	**-**	**(93)**	**-**
Total	6.e	898	**-**	**(898)**	**-**
Total dos créditos tributários ativos		**58.746**	**48.773**	**(52.123)**	**55.395**
Ajuste a valor de mercado - derivativos		-	**(10.255)**	**-**	**(10.255)**
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda		-	**(26)**	**-**	**(26)**
Total dos créditos tributários passivos	6.e	-	**(10.281)**	**-**	**(10.281)**
Total dos créditos		58.746	**38.492**	**(52.123)**	**45.114**

Continua...

Continuação...

BANCO

BANCO STELLANTIS S.A.
CNPJ nº 62.237.425/001-76

Av. Contorno, 3455, galpão 9, sala 10, Bairro Paulo Camilo - Betim, MG
www.bancostellantis.com.br

Filiado à
b. A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade, são:

Ano de realização	Créditos tributários líquidos 30/06/2024 Diferenças temporárias	Valor presente
2024	**34.390**	**32.715**
2025	**6.705**	**5.773**
2026	**512**	**403**
2027	**932**	**657**
2028 ou mais	**12.856**	**8.203**
Total	**55.395**	**47.751**

Ano de realização	Créditos tributários líquidos 31/12/2023 Diferenças temporárias	Valor presente
2023	35.920	32.143
2024	1.524	1.220
2025	4.052	2.903
2026	455	293
2027 ou mais	16.795	9.637
Total	**58.746**	**46.196**

O valor presente dos créditos tributários em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 foi calculado com base na taxa SELIC vigente em 30 de junho 2024 (10,50% a.a.) e 31 de dezembro de 2023 (11,75% a.a.). A realização dos créditos tributários relacionados às provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas dependem exclusivamente de decisões nos processos administrativos e judiciais que irão ocorrer em períodos os quais não podem ser previstos com exatidão, e por esta razão, os referidos créditos foram alocados em nossas projeções no ano de 2028.

11. IMOBILIZADO DE USO

a. Composição do imobilizado

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual 30/06/2024	31/12/2023
Mobiliário e outros equipamentos	10%	**515**	**(352)**	**163**	160
Equipamentos de processamento de dados, comunicação e segurança	20%	**1.760**	**(1.606)**	**154**	160
Total		**2.275**	**(1.958)**	**317**	**320**

b. Movimentação dos ativos imobilizados

	Taxa depreciação anual	Saldo em 31/12/2023	Adição	Baixas	Saldo em 30/06/2024
Mobiliário e outros equipamentos	10%	487	**29**	**-**	**515**
Equipamentos de processamento de dados, comunicação e segurança	20%	1.760	**-**	**-**	**1.760**
Subtotal		2.247	**29**	**-**	**2.275**
Depreciação acumulada		(1.927)	**(31)**	**-**	**(1.958)**
Total		**320**	**(2)**	**-**	**317**

12. INTANGÍVEL

a. Movimentação intangível

	Taxa amortização anual	Saldo em 31/12/2023	Adição	Baixas	Saldo em 30/06/2024
Sistema de processamento de dados (*)	20%	39.196	**2.626**	**-**	**41.822**
Licença e direito de uso	20%	4.163	**-**	**-**	**4.163**
Subtotal		43.359	**2.626**	**-**	**45.985**
Amortização acumulada		(20.178)	**(3.035)**	**-**	**(23.213)**
Total		**23.181**	**(409)**	**-**	**22.772**

(*) Refere-se ao projeto de transformação digital do Sistema Mainframe (Floor Plan) e do Sistema de Cartão de Crédito.

13. DEPÓSITOS, LETRAS FINANCEIRAS E LETRAS DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO

a. Composição da carteira

	Notas	30/06/2024	31/12/2023
Saldos credores em contas de empréstimo e financiamento:			
Não ligadas		**36**	36
Depósitos a prazo:			
Ligadas	17	**980.932**	1.329.724
Não ligadas		**3.086.313**	2.085.967
Subtotal		**4.067.245**	3.415.691
Depósitos interfinanceiros:			
Ligadas	17	**-**	90.039
Não ligadas		**709.512**	393.923
Subtotal		**709.512**	483.962
Letras financeiras:			
Não ligadas		**2.065.864**	1.416.096
Subtotal		**2.065.864**	1.416.096
Letras de crédito imobiliário:			
Não ligadas		**629.329**	2.312.871
Subtotal		**629.329**	2.312.871
Total		**7.471.986**	**7.628.656**

b. Segregação por faixa de vencimento

30/06/2024	Sem vencimento (1)	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total 30/06/2024
Saldos credores	**-**	**-**	**-**	**36**	**36**
Depósitos a prazo (3)	**2.141**	**2.695.504**	**919.781**	**449.819**	**4.067.245**
Depósitos interfinanceiros (2)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Depósitos interfinanceiros (3)	**-**	**709.512**	**-**	**-**	**709.512**
Letras financeiras (3)	**-**	**254.034**	**406.554**	**1.405.276**	**2.065.864**
Letras de crédito imobiliário (2)	**-**	**127.039**	**122.995**	**11.322**	**261.356**
Letras de crédito imobiliário (3)	**-**	**131.248**	**206.373**	**30.352**	**367.973**
Total	**2.141**	**3.917.337**	**1.655.703**	**1.896.805**	**7.471.986**
Circulante	**2.141**	**3.917.337**	**1.655.703**	**-**	**5.575.181**
Não circulante	**-**	**-**	**-**	**1.896.805**	**1.896.805**

31/12/2023	Sem vencimento (1)	Até 3 meses	De 3 a 1 meses	Acima de 12 meses	Total 31/12/2023
Saldos credores	-	-	-	36	36
Depósitos a prazo (3)	44.214	2.165.673	1.149.844	55.960	3.415.691
Depósitos interfinanceiros (2)	-	203.749	-	-	203.749
Depósitos interfinanceiros (3)	-	90.039	190.174	-	280.213
Letras financeiras (3)	-	-	624.429	791.667	1.416.096
Letras de crédito imobiliário (2)	-	970.871	440.721	10.829	1.422.421
Letras de crédito imobiliário (3)	-	261.837	615.910	12.703	890.450
Total	**44.214**	**3.692.169**	**3.021.078**	**871.195**	**7.628.656**
Circulante	44.214	3.692.169	3.021.078	-	6.757.461
Não circulante	-	-	-	871.195	871.195

(1) Refere-se a captações efetuadas na modalidade de depósito de acionistas, permitida até o exercício de 2007. São resgatáveis mediante acordos com a ABRACAF ou em casos esporádicos,
(2) Títulos pré-fixados.
(3) Títulos pós-fixados indexados pela CDI.

c. Despesas de depósitos

	30/06/2024	30/06/2023
Despesas de depósitos a prazo	**185.902**	185.578
Despesas depósitos interfinanceiros	**24.556**	17.364
Despesas letras financeiras	**101.768**	46.274
Despesas letras de crédito imobiliário	**74.959**	115.829
Total	**387.185**	**365.045**

d. Concentração de credores

	Notas	30/06/2024	31/12/2023
FCA Auto Brasil - Betim	17	**270.716**	583.439
FCA Auto Brasil - Goiana	17	**608.834**	649.073
FCA Auto Brasil - Funchal	17	**101.381**	97.212
Banco PSA Finance Brasil	17	**-**	90.039
XP Investimentos CCTVM S.A.		**1.697.480**	2.313.179
Banco BTG Pactual S.A.		**190.537**	797.344
Itaú Corretora de Valores S.A.		**274.577**	547.056
BNP Paribas MATCH DI FI Referenc. Cred P		**330.669**	-
Banco BBM S/A		**274.230**	-
Banco Itaú S.A.		**273.413**	203.748
Intesa Sanpaolo Brasil S.A		**161.869**	190.174
Maxi EE Fundo de Investimento		**25.724**	131.163
BTG Pactual CDB Plus FI		**176.854**	128.039
Duratex Florestal Ltda		**127.277**	122.215
Safra Extra Bancos		**121.522**	99.057
Santander FIRF Ref DI		**158.407**	91.702
Itaú Hight Grade RF Crédito Privado FI		**136.930**	89.087
Special Referenciado DI FI		**178.633**	86.959
FI CP RF Concessoes Brasil		**100.283**	-
San Paolo FI RF Crédito Privado		**86.564**	-
Bradesco FI RF CP Master		**83.831**	79.167
BRF S.A		**71.939**	-
Bradesco FI RF CP Master Premium		**77.984**	73.645
Localiza Rent a Car S.A.		**267.003**	65.030
Bram FI RF CP Bancos		**61.695**	58.348
Bram FI RF Referenciado DI Coral II		**57.652**	54.444
Mineração Usiminas S.A.		**91.917**	54.387
Santo Amaro FI RF Crédito Privado		**70.732**	50.778
Itaú RF LP Crédito Privado Diferenciado FI		**71.572**	50.401
Itaú WEALTH Master RF		**51.801**	23.906
BV Banks RF Crédito Privado FI		**30.702**	45.522
Santander Prev RF Equilibrio FI		**44.611**	42.211
Safra DI Crédito Privado FI Referenciado		**43.973**	41.587
Porto Seguro FI RF REF DI CP		**39.988**	-
BTG Pactual Crédito Corp FI Multi CP		**38.626**	
Safra DI Créd Priv FI Referenc II		**36.393**	34.418
CA Indosuez DI Master FI Renda Fixa REF		**36.375**	-
CA Indosuez Agilite FI Renda Fixa Credict		**35.761**	-
MAG FIRF Referenciado DI Premiun		**33.042**	5.310
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A		**31.142**	-
Outros		**899.347**	730.016
Total		**7.471.986**	**7.628.656**

14. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

Natureza	31/12/2023	Constituição	30/06/2024 Utilização	Reversão	30/06/2024
Cíveis	2.365	**244**	**(33)**	**(188)**	**2.388**
Honorários cíveis	945	**257**	**-**	**-**	**1.202**
Trabalhistas	12.173	**885**	**-**	**(3.529)**	**9.529**
Subtotal	15.483	**1.386**	**(33)**	**(3.717)**	**13.119**
Fiscais - PIS	9.013	**2.408**	**-**	**-**	**11.421**
Fiscais - ISSQN (i)	8.570	**357**	**-**	**(8.927)**	**-**
Honorários tributários	2.498	**449**	**-**	**(305)**	**2.642**
Subtotal	20.081	**3.214**	**-**	**(9.232)**	**14.063**
Total	**35.564**	**4.600**	**(33)**	**(12.949)**	**27.182**

(i) Em novembro de 2023, foi constituída a provisão referente à Execução Fiscal promovida pelo Município de São Paulo para cobrança do ISS sobre o rateio.

Provisões para riscos cíveis e trabalhistas: o Banco está respondendo a diversas ações de natureza cível e trabalhista, para as quais, de acordo com a avaliação de sua administração e de seus assessores jurídicos, foram constituídas provisões no montante de R$ 13.119 em 30 de junho de 2024 (R$ 15.483 em 31 de dezembro de 2023) para fazer face a eventuais desfechos desfavoráveis decorrentes dessas ações. As provisões trabalhistas são atualizadas mensalmente pela taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) conforme decisão STF (Supremo Tribunal Federal) ADC 58 (Ação Declaratória de Constitucionalidade). As provisões cíveis não são atualizadas mensalmente, pois dependem de decisão judicial para alteração. Provisão para riscos fiscais: o Banco vem discutindo judicialmente certos impostos e contribuições, bem como procedendo à defesa, nas esferas administrativa e judicial, de algumas autuações nas quais foi objeto de lançamento, no montante de R$ 14.063 em 30 de junho de 2024 (R$ 20.081 em 31 de dezembro de 2023). As provisões fiscais são atualizadas mensalmente pela taxa SELIC e incidência de juros legais de 1% a.m.

a) Contingências de risco possível:

Natureza	30/06/2024 Quantidade	Saldo	31/12/2023 Quantidade	Saldo
Cível	**25**	**9.550**	29	11.028
Trabalhista	**1**	**1.118**	1	910
Fiscal	**3**	**42.408**	3	14.477
Total	**29**	**53.076**	**33**	**26.415**

O montante de contingências, cujos prognósticos de perda foram classificados como possível e que, portanto, não se encontram registradas nas demonstrações financeiras.

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a. Outras

	Notas	30/06/2024	31/12/2023
Imposto de renda a recolher		**45.995**	84.746
Contribuição social sobre o lucro líquido		**36.687**	67.859
Juros sobre capital próprio		**36.626**	-
Rendas antecipadas (1)		**11.068**	19.345
Credores diversos - País		**29.225**	3.309
Mastercard Brasil Soluções de Pagamentos Ltda (2)		**12.012**	12.012
Valores a liquidar bandeira - cartão de crédito corporativo		**5.090**	5.333
Outros impostos e contribuições a recolher		**11.688**	9.094
Provisão para impostos e contribuições diferidos		**10.281**	-
Valores a pagar a sociedades ligadas	17	**2.179**	2.507
Duplicatas a Pagar Citroen (3)	17	**52.327**	11.734
Duplicatas a Pagar Peugeot (3)	17	**17.235**	64.546
Outras		**36.607**	23.198
Total		**307.020**	**303.683**
Circulante		**280.981**	281.580
Não circulante		**26.039**	22.103

(1) Refere-se às rendas antecipadas de operações de crédito pré-fixadas, sobre as quais não há quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência dos prazos dos respectivos contratos.
(2) Refere-se aos contratos com Mastercard de serviços de consultoria e desenvolvimento na implementação do produto cartão de crédito varejo e corporativo.
(3) Faturamento do último dia do mês. A liquidação ocorre em D+1.

16. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ÀS TAXAS NOMINAIS COMPARADAS ÀS TAXAS EFETIVAS

	30/06/2024	30/06/2023
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	**233.302**	198.229
Juros sobre capital próprio	**(43.090)**	-
Participações no lucro	**(1.695)**	(1.675)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**188.517**	196.554
Alíquota nominal	**45%**	45%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	**(84.833)**	(88.449)
Efeitos das adições e exclusões permanentes no resultado:		
Outros efeitos permanentes, líquidos	**(179)**	(249)
Total do imposto de renda e contribuição social	**(85.012)**	(88.698)
Imposto de renda e contribuição social corrente	**(82.559)**	(91.060)
Imposto de renda e contribuição social diferido	**(2.453)**	2.362
Alíquota efetiva	**45,10%**	45,13%

17. PRINCIPAIS SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E REMUNERAÇÃO PESSOAL-CHAVE

30/06/2024	FCA Brasil Ltda.	Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito Financiamentos e Investimentos S.A.	Peugeot Citroen do Brasil Automóveis Ltda.	Outras empresas do Grupo Stellantis	Pessoal-chave administração	Total
Ativo:						
Outros créditos (Nota 9)	**62.647**	**96**	**6.661**	**-**	**-**	**69.405**
	62.647	**96**	**6.661**	**-**	**-**	**69.405**
Passivo:						
Depósitos a prazo (Nota 13.a)	**980.931**	**-**	**-**	**-**	**-**	**980.931**
Outras obrigações (Nota 15.a)	**297**	**584**	**69.561**	**1.308**		**71.751**
Benefícios curto prazo a administradores:						
Ordenados, férias e 13º salário	**-**	**-**	**-**	**-**	**530**	**530**
	981.228	**584**	**69.561**	**1.308**	**530**	**1.053.212**
Receitas:						
Receitas de equalização - Rede (*)	**287.590**	**-**	**37.327**	**-**	**-**	**324.917**
Rendas depósitos interfinanceiros						
	287.590	**-**	**37.327**	**-**	**-**	**324.917**
Despesas:						
Depósitos interfinanceiros						
Depósitos a prazo	**36.376**	**-**	**-**	**-**	**-**	**36.376**
Outras despesas administrativas (Nota 21.a)	**312**	**-**	**-**	**326**	**-**	**638**
Benefícios curto prazo a administradores: (**)						
Ordenados, férias e 13º salário	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.166**	**1.166**
Prêmios, gratificações e participações	**-**	**-**	**-**	**-**	**383**	**383**
Previdência e assistência médica	**-**	**-**	**-**	**-**	**34**	**34**
	36.688	**-**	**-**	**326**	**1.583**	**38.597**

31/12/2023	FCA Brasil Ltda.	Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito Financiamentos e Investimentos S.A.	Peugeot Citroen do Brasil Automóveis Ltda.	Outras empresas do Grupo Stellantis	Pessoal-chave administração	Total
Ativo:						
Outros créditos (Nota 9)	**66.587**	**52.610**	**8.101**	**655**	**-**	**127.953**
	66.587	**52.610**	**8.101**	**655**	**-**	**127.953**
Passivo:						
Depósitos a prazo (Nota 13.a)	**(1.329.724)**	**-**		**-**	**-**	**(1.329.724)**
Outras obrigações (Nota 15.a)	**(295)**	**(137)**	**(76.280)**	**(2.075)**	**-**	**(78.787)**
Benefícios curto prazo a administradores:						
Ordenados, férias e 13º salário	**-**	**-**		**-**	**(361)**	**(361)**
	(1.330.019)	**(137)**	**(76.280)**	**(2.075)**	**(361)**	**(1.408.872)**
				30/06/2023		
Receitas:						
Receitas de equalização - Rede (*)	**364.117**	-	-	-	-	**364.117**
	364.117	-	-	-	-	**364.117**
Despesas:						
Depósitos a prazo	**(91.808)**	-	-	-	-	**(91.808)**
Outras despesas administrativas (Nota 20.a)	**(323)**	-	-	**(383)**	**-**	**(706)**
Benefícios curto prazo a administradores: (**)						
Ordenados, férias e 13º salário	**-**	-	-	**-**	**(1.522)**	**(1.522)**
Prêmios, gratificações e participações	**-**	-	-	**-**	**(633)**	**(633)**
Previdência e assistência médica	**-**	-	-	**-**	**(2)**	**(2)**
	(92.131)	-	-	**(383)**	**(2.157)**	**(94.671)**

(*) Refere-se a: (i) receita auferida pelo Banco em função da equalização de diferença de taxas relacionadas ao financiamento de veículos à rede de concessionários da montadora, cuja equalização é determinada pelo prazo do giro dos estoques dos concessionários e (ii) receita obtida nas operações de curtíssimo prazo de aquisição, sem direito de regresso, de duplicatas com utilização de taxas de juros usualmente praticadas pelo mercado, onde não se constata atrasos significativos na liquidação pelos clientes das faturas cedidas sendo todo o risco transferido ao Banco.
(**) A instituição não possui benefício pós-emprego para funcionários e/ou diretores.
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 os depósitos a prazo com partes relacionadas possuíam os seguintes prazos de vencimento:

30/06/2024	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total 30/06/2024
Depósitos a prazo:					
FCA Auto Brasil - Betim	**2.141**	**210.226**	**58.349**	**-**	**270.716**
FCA Auto Brasil - Goiana	-	232.559	248.479	127.796	608.834
FCA Auto Brasil - Funchal	-	-	99.265	2.116	101.381
Total	**2.141**	**442.785**	**406.093**	**129.912**	**980.931**

31/12/2023	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total 31/12/2023
Depósitos a prazo:					
FCA Auto Brasil - Betim	44.214	348.728	184.632	5.866	583.440
FCA Auto Brasil - Goiana	-	324.763	318.730	5.580	649.073
FCA Auto Brasil - Funchal	-	15.933	79.260	2.018	97.211
Depósitos interfinanceiros:					
Banco PSA Finance Brasil	-	90.039	-	-	90.039
Total	**44.214**	**779.463**	**582.622**	**13.464**	**1.419.763**

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

Em 30 de junho de 2024, o capital social totalmente subscrito e integralizado é representado por 1.010.062.934 ações ordinárias nominativas (955.392.618 em 31 de dezembro de 2023) no valor de R$ 0,731658472 cada (R$ 0,731658472 para 31 de dezembro 2023). O capital social, em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, era assim composto:

Acionistas	30/06/2024 Quantidade de ações ordinárias	Valor	31/12/2023 Quantidade de ações ordinárias	Valor	%
Fidis S.p.A.	**757.547.201**	**554.266**	716.544.464	524.266	**75**
FCA Brasil Ltda.	**252.515.733**	**184.755**	238.848.154	174.755	**25**
	1.010.062.934	**739.021**	955.392.618	699.021	**100**

b. Reserva legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido até o limite de 20% do capital social, conforme regulamentação da Lei nº 6.404/76 e posteriores alterações.

c. Destinação do resultado

Aos acionistas é assegurado a quantidade necessária ao pagamento de dividendos calculados sobre o lucro líquido do exercício, conforme termos da Lei das Sociedades por Ações e Estatuto Social, deduzido da reserva legal. Em 27 de junho de 2024, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital social mediante a absorção de parte da reserva especial de lucros, relativo ao lucro retido no exercício de 2019, no montante de R$ 40.000 com emissão de 54.670.316 novas ações, alterando assim o capital social de R$ 699.021 para R$ 739.021. Em 27 de junho de 2024, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio relativo ao primeiro semestre de 2024 no montante bruto de R$ 43.090 (R$ 36.626 líquido do imposto de renda retido na fonte). O total dos juros sobre o capital próprio, no semestre, proporcionou redução na despesa com encargos tributários no montante de R$ 19.391.

d. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade de ações.

19. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL REGULATÓRIO

O Banco reconhece que a gestão integrada de riscos é uma forma adequada e eficiente para a sustentabilidade do negócio. Esta gestão ocorre através da identificação, mensuração, monitoramento e controle de cada risco mapeado, para mitigar os efeitos. Dentro dos princípios da Resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional, o Banco mantém políticas institucionais específicas para cada risco, devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração, e estrutura compatível para a gestão de riscos, com Diretor designado para o conglomerado prudencial. O monitoramento dos riscos está formalizado através do Comitê de Riscos, destinado a manter os indicadores em conformidade com os níveis estabelecidos na RAS. Descrevemos abaixo, de forma sucinta, as estruturas de gestão de riscos e de capital adotadas pelo Banco. Maiores informações sobre estas estruturas, bem como as informações tratadas pela Resolução CMN nº 4.557/17 (Gestão de Risco e Capital) podem ser obtidas no site do Banco na internet, no endereço www.bancostellantis.com.br, que não faz parte dessas demonstrações financeiras.

19.1. GESTÃO DE RISCOS

a) Risco operacional

O Banco adota o método simplificado de alocação de capital para fins de Risco Operacional. Na gestão de incidentes de Risco Operacional, adota ferramenta sistêmica de registros e acompanhamento dos planos de ação, com valorização, classificação da severidade, relevância e urgência desses incidentes, e se preocupa com o aculturamento constante de seus colaboradores na melhoria de processos e do risco operacional.

Continua...

Continuação...

BANCO STELLANTIS S.A.

CNPJ nº 62.237.425/001-76

Av. Contorno, 3455, galpão 9, sala 10, Bairro Paulo Camilo - Betim, MG
www.bancostellantis.com.br

Filiado à

b) Risco de liquidez

No Banco, o risco de liquidez é gerenciado por meio de metodologias e modelos que visam administrar a capacidade de pagamento da instituição, considerando o planejamento financeiro, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis, permitindo embasar decisões com agilidade e alto grau de confiança. Sua gestão é realizada em conformidade com as exigências regulatórias, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento, governança e transparência das informações do risco de liquidez. Essa estrutura prevê políticas e estratégias documentadas e formalizadas, incluindo política de captação, que são revisadas anualmente, processos e procedimentos, plano de contingência e testes de estresse, permitindo ao Banco manter a exposição ao risco de liquidez nos níveis estabelecidos pela administração, os quais são compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e dimensão da sua exposição a esse risco. Estabelece parâmetros mínimos de caixa a serem observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. Com o objetivo de aperfeiçoar o equilíbrio entre risco e retorno, o acompanhamento diário visa mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas tempestivas, de forma a manter equalizado o nível de liquidez.

c) Risco de crédito

A estrutura de Gerenciamento do Risco de Crédito implementada pelo Banco em atendimento às exigências regulatórias deve possibilitar a identificação, mensuração, controle e a mitigação dos riscos de perdas associadas (i) ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; (ii) à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador; (iii) reestruturação de instrumentos financeiros; e (iv) aos custos de recuperação do Banco. O Comitê de Crédito é o órgão responsável pela análise dos riscos de crédito associados às operações do Banco. Esse comitê se reúne sempre que necessário ou por convocações do secretário, e delibera sobre os assuntos pertinentes à Política de Crédito. A aprovação de medidas corretivas e de planos de ação para minimizar o Risco de Crédito são definidas no Comitê de Riscos.

d) Risco de mercado

O risco de mercado tem origem quando as posições detidas têm seu valor alterado, em função de alteração nos preços praticados no mercado. Para gerenciar e mitigar as exposições ao risco de mercado, o Banco utiliza instrumentos derivativos. A estratégia de hedge consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no fluxo de caixa de qualquer instrumento financeiro. O gerenciamento do risco de mercado tem por objetivo a maximização da relação entre o retorno financeiro e os riscos decorrentes da variação no valor de mercado das exposições, de forma compatível com a estratégia e o prazo destas exposições. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.557/17.

e) Risco social, ambiental e climático

A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do Banco atende aos requisitos da Resolução CMN nº 4.945/21 e está alinhada com as diretrizes do Grupo Stellantis e o seu Código de Conduta. A Política estabelece os princípios e diretrizes determinados pela Administração do Banco em relação à gestão do Risco de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática da Instituição e seus reflexos na concessão e utilização de créditos e na sua relação com os parceiros de negócios.

19.2. GESTÃO DE CAPITAL

A gestão de capital é realizada pelo Banco, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17 e tem como objetivo manter o capital ajustado aos riscos incorridos pelo Banco, de forma compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos. O gerenciamento de capital é realizado de forma integrada, envolvendo as principais áreas impactantes do Banco. A Área de Riscos é a principal responsável por controlar e monitorar o capital e o Comitê de Riscos é o principal responsável por promover discussões sobre o gerenciamento de capital, fazendo cumprir a Política de Gestão de Capital. O Plano de Capital é aprovado e revisado, no mínimo anualmente, pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do Banco, ponderando e alinhando as metas e objetivos com o planejamento estratégico da Instituição.

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Outras despesas administrativas

	Notas	30/06/2024	30/06/2023
Consultorias jurídicas		**(561)**	(648)
Consultoria financeira - FCA Fiat Chrysler Ltda.	17	**(312)**	(323)
Serviços prestados - FCA Participações Brasil S.A.	17	**(326)**	(383)
Serviços inspetoria - Floor Plan		**(337)**	(278)
Desenvolvimento e manutenção de sistemas		**(10.079)**	(10.069)
Serviços prestados PJ		**(105)**	(212)
Serviços prestados gravame		**(691)**	(1.128)
Despesas de aluguéis		**(139)**	(715)
Despesas de comunicações		**(365)**	(365)
Despesas de cadastro		**(1.321)**	(1.308)
Despesas de serviços do sistema financeiro		**(601)**	(510)
Despesas de viagens		**(599)**	(848)
Despesas com promoções e relações públicas		**(2.025)**	(3.609)
Provisão de acordos comerciais		**(23.253)**	-
Outras despesas administrativas		**(5.140)**	(4.356)
Total		**(45.854)**	**(24.752)**

b. Outras receitas operacionais

	Notas	30/06/2024	30/06/2023
Reversão provisão de riscos cíveis	14	**188**	188
Reversão provisão de riscos trabalhistas	14	**3.529**	1.146
Reversão provisão para riscos fiscais	14	**8.927**	-
Recuperação de despesas diversas		**329**	384
Atualização de depósitos judiciais		**107**	128
Recuperação de despesas com o fundo garantidor de crédito		**502**	1.036
Atualização impostos a compensar		**1**	1
Outras rendas operacionais		**227**	85
Total		**13.810**	**2.968**

c. Outras despesas operacionais

	30/06/2024	30/06/2023
Despesas riscos cíveis	**(23)**	(1)
Despesas riscos trabalhistas	**-**	(1.029)
Multa sobre impostos	**(2.275)**	-
Outras despesas operacionais	**(372)**	(182)
Total	**(2.670)**	**(1.212)**

d. Despesas de provisões

	Notas	30/06/2024	30/06/2023
Despesas de provisão para riscos cíveis	14	**(244)**	(15)
Despesas de provisão para riscos trabalhistas	14	**(885)**	(2.566)
Despesas de provisão para riscos fiscais	14	**(2.765)**	(252)
Despesas de provisão honorários cíveis	14	**(257)**	(421)
Despesas de provisão honorários fiscais	14	**(449)**	(108)
Total		**(4.600)**	**(3.362)**

e. Receita de prestação de serviços

	30/06/2024	30/06/2023
Rendas de comissão parceria comercial	**-**	21.141
Rendas de comissão intermediação financeira My Suppliers	**9.270**	6.691
Rendas de taxa de administração FIDC	**11.664**	-
Rendas de comissão cobranças FIDC	**605**	-
Rendas de tarifas	**7**	92
Rendas de interchange - cartão crédito	**765**	820
Rendas de serviços gestão cobrança e análise crédito	**659**	1.913
Total	**22.970**	**30.657**

f. Índice Basileia

Conforme disposto na Resolução nº 4.958/21 do Conselho Monetário Nacional e disposições complementares, as instituições financeiras devem manter permanentemente montantes de patrimônio de referência (PR), estruturado em nível I, nível II e capital principal, em valores superiores aos requerimentos mínimos estabelecidos na referida resolução. Em 30 de junho de 2024, o índice de Basileia era de 17,76% (17,78% em 31 de dezembro de 2023), sendo o índice mínimo exigido pela referida resolução de 10,50%, sendo 8,0% de Índice de Basileia e 2,50% de adicional de conservação de capital principal. O índice da Basileia e as exigibilidades do patrimônio líquido podem ser assim demonstrados:

		Basileia III
Base de cálculo	**30/06/2024**	**31/12/2023**
Capital social	**739.021**	699.021
Reservas de lucros/Lucros acumulados	**691.439**	627.934
Ajustes ao valor de mercado de derivativos/TVM	**12.566**	(1.098)
Ajustes prudenciais no capital principal	**(22.772)**	(23.181)
Total capital principal	**1.420.254**	**1.302.676**
Patrimônio de referência - nível I	**1.420.254**	1.302.676
Patrimônio de referência - nível II	**-**	-
(a) Patrimônio de referência total	**1.420.254**	1.302.676
Alocação de capital:		
Risco de crédito - RWAcpad	**572.646**	526.879
Risco operacional - RWAopad	**67.095**	59.106
Risco de mercado - RWAmpad/mint	**-**	-
(b) Ativos ponderados pelo risco - RWA	**639.741**	585.985
(c) Risco de mercado - Rban	**89.336**	84.428
Margem = a - (b+c)	**691.177**	632.263
Índice da Basileia	**17,76%**	17,78%

g) Limites de imobilização

Base de cálculo	**30/06/2024**	**31/12/2023**
Patrimônio de Referência - PR	**1.420.254**	1.302.676
(a) Situação do imobilizado	**317**	320
(b) Limite para imobilização (50% PR)	**710.127**	651.338
Margem (b - a)	**709.810**	651.018
Índice de Imobilização em relação ao PR	**0,02%**	0,02%

h. Instrumentos financeiros – análise de sensibilidade

A gestão de riscos é realizada conforme estabelecido pelo Banco Central e as boas práticas de mercado. Os instrumentos financeiros do Banco são classificados na carteira banking, não possuindo nenhum instrumento classificado para negociação, conforme critérios de classificação definidos pelo Bacen. A análise de sensibilidade baseia-se na análise do impacto no resultado econômico e financeiro da instituição, da aplicação de um choque de 4 pontos percentuais na taxa de juros. Desta forma, para avaliar a dimensão deste impacto, confronta-se o resultado do choque paralelo na curva de juros com o patrimônio de referência da instituição. A política de gerenciamento do risco de mercado estabelece os limites máximos aceitáveis em conformidade com o apetite ao risco do Banco.

21. RESULTADO NÃO RECORRENTE

Nos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 não houveram eventos não recorrentes que impactaram no resultado líquido.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Antonio Filosa	Marcio Lima Leite	Andrea Faina
Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro

DIRETORIA

Gunnar Alejo Ramos Murillo	Lucas Matos Fernandes	Eliete Ferreira Oliveira Moura	Ligia Regina Duarte	Davidson William	Germana Destro	Eucy Aparecida Amorim
Presidente	Diretor	Diretora	Diretora	Diretor	Diretor	Contadora - CRC - MG - 055770/O-5

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Senhores Conselheiros de Administração, após exames e discussões dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu, aprovaram, por unanimidade dos presentes e sem ressalvas, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativo ao semestre findo em 30 de junho de 2024.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do

Banco Stellantis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Stellantis S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2023 e ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023
Os valores correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2023 e ao semestre e o exercício findos em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram examinados por outro auditor independente que emitiu relatórios datados de 29 de agosto de 2023 e de 14 de março de 2024 respectivamente, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de agosto de 2024

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG

Alexandre Borges de Oliveira
Contador
CRC nº MG 119313/O-3

FINANCIAMENTOS

Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

CNPJ nº 03.502.961/0001-92

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

SENHORES ACIONISTAS:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Stellantis Financiamentos" - atual denominação Banco PSA Finance Brasil S.A.), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

CONTEXTO OPERACIONAL:

Entre agosto de 2016 e agosto de 2023, o Santander Consumer, detinha 50% de participação societária da Stellantis Financiamentos e compartilhamento da Gestão via Conselho de Administração e Diretoria Executiva. Em 31 de agosto de 2023, a Stellantis Financiamentos deixou de ser integrante do Conglomerado Financeiro Santander mediante a recompra de 50% das ações pelo Stellantis Financial Services Europe S.A. ("Stellantis Financial Services" - atual denominação do Banque PSA Finance) que passou a deter 100% das ações da Stellantis Financiamentos. Nesta data foi criada no Brasil uma nova estrutura de serviços financeiros para o Grupo Stellantis: Stellantis Serviços Financeiros, apoiada por dois braços operacionais: a "Stellantis Financiamentos" e o "Banco Stellantis". A Stellantis Financiamentos assumiu as atividades de varejo para os clientes finais de todas as marcas da Stellantis no Brasil, tanto para as operações de financiamento quanto para as de seguros e consórcio. A partir de 31 de agosto de 2023, a Stellantis Financiamentos é responsável pelas operações de varejo das marcas Fiat, Peugeot e Citroën. Para a marca Fiat, a Stellantis Serviços Financeiros estabeleceu um acordo de cooperação (White Label Agreement) para prestação de serviços relacionados a concessão de financiamento de veículos novos e usados e atendimento dos clientes da marca de forma transitória. As marcas Jeep, Ram, Chrysler e Dodge foram inseridas dentro da nova estrutura a partir de 1 de novembro de 2023.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RESULTADO

O Lucro Líquido apresentado no primeiro semestre de 2024 foi de R$13.940 (2023 - R$14.992). Em 30 de junho de 2024, o Patrimônio Líquido atingiu o montante de R$805.175 (31/12/2023 - R$391.235), já incluindo os aportes de capital realizados pelo Stellantis Financial Services Europe no montante de R$400.000.

ATIVOS E PASSIVOS

Em 30 de junho de 2024, os ativos totais atingiram R$5.088.543 (31/12/2023 - R$3.067.687), com destaque à carteira de operações de crédito no montante de R$4.831.024 (31/12/2023 - R$2.526.421). Em 30 de junho de 2024, os passivos totais atingiram R$4.283.368 (31/12/2023 - R$2.676.452), e estão representados, principalmente, por depósitos e demais instrumentos financeiros de funding no montante de R$4.068.596 (31/12/2023 - R$2.507.319).

GERENCIAMENTO DE RISCOS CORPORATIVOS CONTROLES INTERNOS

A Diretoria de Riscos abrange as áreas de Compliance e PLD/FT (Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo) garantindo a conformidade em suas operações e produtos e promovendo as devidas verificações de forma preventiva e corretiva nas tratativas sobre lavagem de dinheiro, conforme determina a Circular nº. 3.978 do Banco Central do Brasil, bem como políticas internas e dos acionistas.

OUVIDORIA

Por determinação da Resolução CMN nº. 3.849/2010 e a Resolução atual nº. 4.433/2015, a Stellantis Financiamentos instituiu componente organizacional de Ouvidoria compatível com a natureza de suas operações. Com objetivo de aprimorar o relacionamento do mesmo com seus públicos, a Ouvidoria atua como canal de comunicação entre os cidadãos e a instituição, principalmente no tratamento de reclamações, denúncias, sugestões e elogios que não sejam solucionados pelos canais habituais de atendimento da Financeira.

POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido de cada exercício ajustado de acordo com a legislação.

AGRADECIMENTOS

A Stellantis Financiamentos agradece aos acionistas, clientes, parceiros e a rede de concessionárias pela confiança e credibilidade e em especial aos nossos empregados e colaboradores pela dedicação e empenho que pos sibilitaram o desenvolvimento de nossos produtos e serviços no transcorrer do exercício. Colocamo-nos à disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. São Paulo, 27 de agosto de 2024.

O Conselho de Administração
A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Ativo Circulante		**2.169.027**	**1.523.507**
Disponibilidades e Aplicações interfinanceiras	4	**74.167**	**404.492**
Instrumentos Financeiros		**1.975.844**	**1.033.858**
Títulos e Valores Mobiliários	4 & 5	85	185
Operações de Crédito	6.a	1.975.759	1.033.673
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6.e	(29.304)	(18.635)
Outros Ativos		**148.320**	**103.792**
Diversos	8	136.718	87.817
Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	9	8.315	12.784
Despesas Antecipadas	9	3.287	3.191
Ativo não circulante		**2.919.516**	**1.544.180**
Instrumentos Financeiros		**2.855.265**	**1.492.748**
Operações de Crédito	6.a	2.855.265	1.492.748
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6.e	(31.080)	(26.912)
Outros Ativos		**9.027**	**8.129**
Diversos	8	9.027	8.129
Ativos Fiscais Diferidos	**7.a**	**55.657**	**45.584**
Imobilizado	**10.a**	**520**	**481**
Outras Imobilizações de Uso		959	863
(Depreciações Acumuladas)		(439)	(382)
Intangíveis	**10.b**	**30.127**	**24.150**
Intangíveis		44.151	35.164
(Amortizações Acumuladas)		(14.024)	(11.014)
Total do Ativo		**5.088.543**	**3.067.687**

	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Passivo Circulante		**1.818.677**	**1.008.887**
Instrumentos Financeiros	**11**	**1.610.827**	**846.705**
Depósitos Interfinanceiros		1.228.057	764.535
Depósitos a Prazo		382.770	82.170
Outros Passivos		**207.850**	**162.182**
Obrigações Fiscais Correntes	12	29.818	38.168
Diversos	13	178.032	124.014
Passivo não circulante		**2.464.691**	**1.667.565**
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	11	2.457.769	1.660.614
Depósitos Interfinanceiros		1.770.346	1.488.313
Depósitos a Prazo		374.733	172.301
Letras Financeiras		312.690	-
Outros Passivos		**6.922**	**6.951**
Diversos	13 e 14.b	6.922	6.951
Patrimônio Líquido	**15**	**805.175**	**391.235**
Capital Social – De domiciliados no exterior		729.756	329.756
Reservas de Lucros		75.419	61.479
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**5.088.543**	**3.067.687**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Lucro Líquido do semestre	**13.940**	**14.992**
Outros Resultados Abrangentes	**-**	**-**
Resultado Abrangente do semestre	**13.940**	**14.992**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Receitas da Intermediação Financeira		**331.644**	**195.654**
Operações de Crédito		314.192	191.796
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		17.452	3.857
Despesas da Intermediação Financeira		**(218.902)**	**(138.219)**
Operações de Captação no Mercado		(184.273)	(113.820)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6.e	(34.629)	(24.399)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**112.742**	**57.435**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		**(86.772)**	**(36.146)**
Receitas de Prestação de Serviços	17.a	43.217	-
Rendas de Tarifas Bancárias	17.b	38.722	10.219
Despesas de Pessoal		(32.914)	(14.421)
Outras Despesas Administrativas	18	(46.104)	(15.650)
Despesas Tributárias		(14.409)	(4.633)
Outras Receitas Operacionais	19	664	1.416
Outras Despesas Operacionais	20	(75.948)	(13.078)
Resultado Operacional		**25.970**	**21.289**
Resultado não operacional		**(712)**	**60**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		**25.258**	**21.348**
Imposto de Renda e Contribuição Social		**(7.430)**	**(5.240)**
Provisão para Imposto de Rend a	21	(10.890)	(6.590)
Provisão para Contribuição Social	21	(6.613)	(5.258)
Ativo (Passivo) Fiscal Diferido	7.a	10.073	6.609
Participação dos Empregados no Lucro		**(3.888)**	**(1.116)**
Lucro Líquido		**13.940**	**14.992**
Nº de Ações (Milhões)	15.a	664.955	209.354
Lucro líquido por Lote de Mil Ações (em R$)		20,96	71,61

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido		**13.940**	**14.992**
Ajustes ao Lucro Líquido		**28.196**	**20.065**
Provisões para Perdas Esperadas Assoc Risco de Crédito	**6.e**	34.629	24.399
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	**7.a**	(10.073)	(6.609)
Provisão para Passivos Contingentes	**14.c**	(81)	(307)
Atualização Monetárias de Passivos Contingentes	**14.c**	692	426
Depreciações e Amortizações	**10**	3.029	2.155
Variações em Ativos e Passivos		**(1.083.133)**	**(11.809)**
(Aumento) Redução em Operações de Crédito		(2.334.543)	9.959
(Aumento) Redução em Outros Ativos Financeiros		-	(3.145)
(Aumento) Redução em Outros Ativos		(51.484)	(24.061)
(Aumento) Redução em Ativos Fiscais Correntes		1.589	(6.609)
Aumento (Redução) em Depósitos e demais instrumentos financeiros		1.256.277	(5.895)
Aumento em Outros Passivos		57.887	26.324
Imposto Pago		(12.859)	(8.383)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		**(1.040.997)**	**23.248**
Atividades de Investimento			
Aquisição de Imobilizado de Uso	**10**	(96)	(12)
Baixas de Imobilizado de Uso	**10**	-	6
Alienação de bens não de uso		14.617	-
Aquisição de Intangíveis	**10**	(8.949)	(7.047)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		**5.572**	**(7.053)**
Atividades de Financiamento			
Aumento de Capital	**15.a**	400.000	-
Emissão de Letras Financeiras		305.000	-
Dividendos Pagos	**15.b**	-	(9.457)
Juros Sobre Capital Próprio Pagos, líquido	**15.b**	-	(5.695)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		**705.000**	**(15.152)**
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(330.425)**	**1.044**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre	**4**	**404.677**	**27.101**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre	**4**	**74.252**	**28.146**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros – Reserva Legal	Reservas de Lucros – Reserva Estatutária	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**229.756**	**31.036**	**-**	**-**	**260.792**
Lucro Líquido do semestre		-	-	-	14.992	14.992
Destinações:						
Reserva Legal	**15.c**	-	750	-	(750)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	**15.d**	-	-	5.742	(5.742)	-
Juros Sobre o Capital Próprio	**15.b**	-	-	-	(8.500)	(8.500)
Saldos em 30 de junho de 2023		**229.756**	**31.786**	**5.742**	**-**	**267.284**
Mutações do semestre		**-**	**750**	**5.742**	**-**	**6.492**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**329.756**	**33.077**	**28.402**	**-**	**391.235**
Aumento de Capital	**15.a**	400.000	-	-	-	400.000
Lucro Líquido do semestre		-	-	-	13.940	13.940
Destinações:						
Reserva Legal	**15.c**	-	697	-	(697)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	**15.d**	-	-	13.243	(13.243)	-
Saldos em 30 de junho de 2024		**729.756**	**33.774**	**41.645**	**-**	**805.175**
Mutações do semestre		**400.000**	**697**	**13.243**	**-**	**413.940**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 30 DE JUNHO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Stellantis Financiamentos", "Financeira" ou "Instituição" - atual denominação social do Banco PSA Finance Brasil S.A.) opera como financeira com as carteiras de investimento, crédito e financiamento. Em 31 de agosto de 2023 foram concluídas as condições precedentes do acordo firmado em novembro de 2022 entre o Banco Santander e o Stellantis Financial Services Europe S/A ("Stellantis Financial Services"). Com o fechamento da operação de recompra, o Stellantis Financial Services passa a deter 100% das ações da Stellantis Financiamentos a partir desta data. Nesta data foi criada no Brasil uma nova estrutura de serviços financeiros para o Grupo Stellantis: Stellantis Serviços Financeiros, apoiada por dois braços operacionais: a "Stellantis Financiamentos" e o "Banco Stellantis". Em 15 de dezembro de 2023, o Banco Central do Brasil ("BACEN") autorizou a mudança do objeto social da Stellantis Financiamentos de Banco Múltiplo sem carteira comercial para Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento. A Stellantis Financiamentos assumiu as atividades de varejo para os clientes finais de todas as marcas da Stellantis no Brasil, tanto para as operações de financiamento quanto para as de seguros e consórcio. A partir de 31 de agosto de 2023, a Stellantis Financiamentos é responsável pelas operações de varejo das marcas Fiat, Peugeot e Citroën. Para a marca Fiat, a Stellantis Serviços Financeiros estabeleceu um acordo de cooperação (White Label Agreement) para prestação de serviços relacionados a concessão de financiamento de veículos novos e usados e atendimento dos clientes da marca de forma transitória. As marcas Jeep, Ram, Chrysler e Dodge foram inseridas dentro da nova estrutura a partir de 1 de novembro de 2023.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Stellantis Financiamentos foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN e modelo de documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), no que não conflitam com as normas emitidas pelo BACEN e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A Resolução CMN nº 4.817/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020 revogou a Circular BACEN nº 3.959/2019 e entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021, sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes. A Resolução CMN nº 4.967, que foi publicada em novembro de 2021, determina critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado. Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças estão a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito. A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, da Lei nº 14.467/2022 e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação da Stellantis Financiamentos. O Plano de Implementação dos referidos normativos na Stellantis Financiamentos está segregado em três pilares: (i) Organização e Governança: Fóruns e Comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação; (ii) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e (iii) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis. A Stellantis Financiamentos está em processo de avaliação e adaptações ao atendimento da Resolução. Foi publicada pelo Banco Central do Brasil em dezembro de 2021 a Resolução CMN nº 4.975 que estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, e que passa a vigorar em 1º de janeiro de 2025. A Stellantis Financiamentos está em processo de avaliação e adaptações ao atendimento da Resolução. A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o semestre findo em 30 de junho de 2024 na reunião realizada em 27 de agosto de 2024.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Stellantis Financiamentos.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência, e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, pro rata dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e não circulantes

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Aplicações interfinanceiras de Liquidez e Créditos Remunerados Vinculados ao BACEN

As aplicações prefixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações no mercado aberto são classificadas no ativo circulante e realizável a longo prazo em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001, pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis: I - Títulos para negociação; II - Títulos disponíveis para venda; e III - Títulos mantidos até o vencimento. Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida da: • adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e • conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata dia. As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

Requisitos mínimos no processo de apreçamento de instrumentos financeiros

A Resolução CMN 4.277/2013 dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais por instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem: • Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen 3.068/2001; • Instrumentos financeiros derivativos, conforme a Circular Bacen 3.082/2002; e • Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN 3.464/2007. De acordo com esta Resolução, a Stellantis Financiamentos passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor de mercado destes instrumentos. Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e os que não são mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço. A Stellantis Financiamentos classifica as mensurações ao valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, e está de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações e derivativos listados.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis). Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no Nível 1.

g) Carteira de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A carteira de créditos é demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. A Stellantis Financiamentos efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixado para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança. As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN 2.682/1999.

h) Outros Ativos:

h.1) Ativos não financeiros mantidos para venda

A partir de 01 de janeiro de 2021 entraram em vigor as Resoluções CMN nº 4.747 e nº 4.748 de agosto de 2019 e a Carta-Circular BACEN nº 3.994, que estabelecem critérios para reconhecimento e mensuração de ativos não financeiros mantidos para venda pelas Instituições Financeiras. A Resolução CMN nº 4.747, entre outros requisitos, estabelece que a depender da origem dos ativos não financeiros mantidos para venda, as instituições financeiras devem os classificar como: • próprios; • recebidos em liquidação de instrumento financeiro de difícil ou duvidosa liquidação, e como forma de pagamento de instrumentos financeiros de duvidosa solução não destinados ao uso próprio. A Resolução CMN nº 4.748, estabelece que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (CPC 46) na mensuração de elementos patrimoniais e de resultado, nas situações em que a mensuração pelo valor justo de tais elementos esteja prevista em regulamentação específica. Os ativos são classificados como bens apreendidos e reconhecidos como ativo quando da efetiva posse. Os ativos recebidos quando da execução de empréstimos são registrados inicialmente pelo menor valor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda, ou (ii) o valor contábil do empréstimo. Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos. A política de venda destes bens contempla a realização de leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado, além de considerar a restrição para a manutenção em propriedade da Instituição pelo prazo máximo de um ano, expedidas pelo BACEN. Este prazo pode ser prorrogável a critério do referido regulador.

h.2) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de operações de crédito.

h.3) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediários em decorrência da originação de novas operações de crédito ficaram limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade. As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

i) Imobilizado de Uso

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais. A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10% e sistemas de processamento de dados e veículos - 20%.

j) Intangível

Os gastos com desenvolvimento do ambiente tecnológico, relacionados com os novos projetos e produtos comerciais do Banco, são diferidos pelo prazo de 5 anos tão logo o desenvolvimento do projeto ou produto esteja concluído. A amortização do intangível é feita pelo método linear, com base na taxa anual de sistemas de processamento de dados - 20%.

Continua...

INÊS 249

Continuação...

Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

CNPJ nº 03.502.961/0001-92

k) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

A Stellantis Financiamentos é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser totais, parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros. As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 14.e) e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação. Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. No caso de trânsitos em julgado favoráveis a Stellantis Financiamentos, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

l) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sobre determinadas receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e da COFINS são registradas em despesas tributárias.

m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Decorrente da mudança do objeto social da Stellantis Financiamentos de Banco Múltiplo sem carteira comercial para Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento junto ao BACEN, a Stellantis Financiamentos passou a partir de janeiro de 2024 a ter alíquota tributária de 40% (Instituições Financeiras em geral – 25% IRPJ e adicional e 15% de CSLL) ante aos 45% aplicados em 2023 (alíquotas para Bancos). Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 7.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico. A alíquota da CSLL para os bancos de quaisquer espécies, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 1% para o período-base compreendido entre 1 de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022, nos termos da MP 1.115/2022.

n) Redução ao Valor Recuperável

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.

o) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos semestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: ajuste a mercado dos títulos e valores mobiliários, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

p) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 23.a.

q) Juros sobre Capital Próprio

Publicada em 19 de dezembro de 2018, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, a Resolução CMN nº 4.706 tem aplicação prospectiva e determina procedimentos para o registro contábil de remuneração do capital. A Norma delibera que os Juros sobre Capital Próprio devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou propostos e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprindo esta determinação, essa remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Patrimônio Líquido.

r) Ativos e Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

A Resolução CMN nº 4.842, de 30 de julho de 2020 consolidou os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e a Resolução BCB nº 15, de 17 de setembro de 2020 (revogou as Circulares BACEN nº 3.776/2015 e nº 3.174/2003), consolidou os procedimentos a serem observados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na constituição ou baixa do ativo fiscal diferido e na divulgação de informações sobre ativos ou passivos fiscais diferidos em notas explicativas.

s) Eventos Subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por: • Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e • Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2023	31/12/2022
Disponibilidades	14.145	516	667	4.286
Aplicações interfinanceiras de liquidez				
Aplicações em operações compromissadas (1)	60.022	313.976	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros (2)	-	90.000	-	-
Disponibilidades e aplicações interfinanceiras	**74.167**	**404.492**	**667**	**4.286**
Títulos e valores mobiliários				
Aplicações em fundos de investimento	85	185	27.479	22.815
Caixa e equivalentes de Caixa	**74.252**	**404.677**	**28.146**	**27.101**

(1) Aplicações na modalidade overnight contratadas junto a grandes instituições do mercado financeiro com taxa equivalente a 98,2% do CDI (31/12/2023 – 99,1% do CDI). (2) Em 31 de dezembro de 2023, aplicação contratada junto ao Banco Stellantis com taxa equivalente a 100% do CDI.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS: Resumo da Carteira por Categoria

	30/06/2024	31/12/2023
Títulos Privados para Negociação (i)		
Itaú Dynamic Curto Prazo	-	183
Santander FIC FI Empresas Curto Prazo	85	2
Total	**85**	**185**

(i) As cotas de fundos de investimento estão classificadas como sendo sem vencimento, com liquidez imediata e são mensuradas pelo valor de custo de aquisição ajustado pelas variações das cotas. Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 a carteira de fundos de investimento está basicamente classificada em operações vinculadas a títulos de renda fixa, títulos públicos, títulos rivados e títulos do Tesouro Nacional. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2024 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram realizadas operações com derivativos.

6. CARTEIRA DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

a) Carteira de crédito:	30/06/2024	31/12/2023
Operações de crédito - Financiamentos - CDC Veículos	4.831.024	2.526.421
Total da carteira de créditos	**4.831.024**	**2.526.421**

b) Carteira de Créditos por Vencimento:

	30/06/2024	31/12/2023
Vencidas	31.904	25.122
A vencer:		
Até 1 ano	1.943.855	1.008.551
De 1 a 5 anos	2.850.008	1.486.915
Acima de 5 anos	5.257	5.833
Total da carteira de créditos	**4.831.024**	**2.526.421**

c) Carteira de Créditos por Segmento:

	30/06/2024	31/12/2023
Varejo – Pessoa Física	3.928.919	2.068.359
Varejo – Pessoa Jurídica	902.105	458.062
Total da carteira de créditos	**4.831.024**	**2.526.421**

d) Carteira a Valor Presente Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco e Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

		Carteira de Crédito			30/06/2024
Rating	**Percentual PDD**	**Curso Normal**	**Curso Anormal**	**Carteira de Créditos**	**Provisão requerida**
A	0,5%	4.601.911	11.707	4.613.618	23.068
B	1,0%	66.977	2.076	69.053	691
C	3,0%	65.457	5.058	70.515	2.115
D	10,0%	26.384	2.964	29.348	2.935
E	30,0%	13.053	2.099	15.152	4.545
F	50,0%	7.559	1.499	9.058	4.529
G	70,0%	4.796	1.134	5.930	4.151
H	100,0%	12.983	5.367	18.350	18.350
Total		**4.799.120**	**31.904**	**4.831.024**	**60.384**

		Carteira de Crédito			31/12/2023
Rating	**Percentual PDD**	**Curso Normal**	**Curso Anormal**	**Carteira de Créditos**	**Provisão requerida**
A	0,5%	2.373.734	9.254	2.382.988	11.915
B	1,0%	35.727	1.598	37.325	373
C	3,0%	42.847	3.318	46.165	1.385
D	10,0%	17.254	1.904	19.158	1.916
E	30,0%	8.200	1.275	9.475	2.843
F	50,0%	4.654	943	5.597	2.799
G	70,0%	3.742	912	4.654	3.257
H	100,0%	15.141	5.918	21.059	21.059
Total		**2.501.299**	**25.122**	**2.526.421**	**45.547**

e) Movimentação das Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Saldo inicial	**45.547**	**53.861**
Constituição líquida das reversões	34.629	24.399
Baixas	(19.792)	(23.826)
Saldo final	**60.384**	**54.435**

Foram recuperados no semestre, créditos no valor de R$3.876 (30/06/2023 - R$3.982), registrados como receita da intermediação financeira na rubrica de operações de crédito.

f) Carteira Renegociada

Em 30 de junho de 2024, o saldo da carteira renegociada foi de R$10.824 (31/12/2023 - R$13.292), e o saldo da PDD foi de R$1.787 (31/12/2023 - R$2.512).

7. ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	31/12/2023 (1)	Constituição	Realização	30/06/2024
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	35.681	15.146	(9.550)	41.277
Provisão para Contingências Cíveis	1.236	3	-	1.239
Provisão para Contingências Trabalhistas	1.461	-	(93)	1.368
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	3.014	-	(656)	2.358
Outras provisões e ajustes temporários	4.191	5.221	-	9.413
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias (2)	**45.584**	**20.370**	**(10.299)**	**55.657**

(1) Inclui a realização de créditos tributários diferidos no montante de R$5.698 decorrente da mudança do objeto social da Stellantis Financiamentos de Banco Múltiplo sem carteira comercial para Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento junto ao BACEN (Nota 1). Em consequência desta alteração, a Stellantis Financiamentos passou a partir de janeiro de 2024 a ter alíquota tributária de 40% (Instituições Financeiras em geral) ante aos 45% aplicados em 2023 (alíquotas para Bancos) (Nota 3.m).

(2) Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Stellantis Financiamentos não possuía créditos tributários não ativados.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

	Diferenças Temporárias		
Ano	**IRPJ**	**CSLL**	**30/06/2024**
2024	11.849	7.250	19.099
2025	6.504	4.044	10.548
2026	7.262	4.357	11.619
2027	7.091	4.254	11.345
2028	1.822	1.093	2.915
2029 a 2033	82	49	131
Total	**34.610**	**21.047**	**55.657**

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente dos créditos tributários é de R$47.819 (31/12/2023 - R$41.272), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

8. OUTROS ATIVOS – DIVERSOS:

	30/06/2024	31/12/2023
Créditos a receber [(1)]	15.977	35.289
Impostos e contribuições a compensar	16.941	18.530
Devedores por depósitos em garantia	7.653	6.805
Acordo de parceria - Contingências cíveis Santander [(2)]	1.374	1.324
Valores a receber de sociedades ligadas	84.640	13.849
Valores a receber parceria comercial Santander (Nota 1)	17.622	19.703
Pagamentos a ressarcir [(3)]	231	231
Outros [(4)]	1.307	215
	145.745	**95.946**

(1) Refere-se a movimentações a processar do último dia do mês.

(2) O direito refere-se à recuperação de 50% do valor de perda de processos judiciais decorrentes da carteira de crédito legado.

(3) Registro de valores a receber da marca, referente a subsídios.

(4) Constituem saldos de antecipações salariais, adiantamentos de seguros e outros valores a receber.

9. OUTROS ATIVOS:

	30/06/2024	31/12/2023
Ativos não Financeiros Mantidos para Venda [(1)]	8.315	12.784
Despesas Antecipadas	3.287	3.191
Total	**11.602**	**15.975**

(1) Referem-se aos veículos retomados, recebidos em dação de pagamento de empréstimos e que não são usados nas operações da Stellantis Financiamentos.

10. IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEIS:

a) Outras Imobilizações de uso:

	30/06/2024					31/12/2023
	Residual Inicial	**Aquisições**	**Baixas**	**Depreciação**	**Residual Final**	**Residual**
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	219	-	-	(13)	206	219
Sistemas de processamento de dados	20	-	-	(9)	11	20
Veículos	242	96	-	(35)	303	242
Total	**481**	**96**	**-**	**(57)**	**520**	**481**

b) Intangíveis:

	30/06/2024					31/12/2023
	Residual Inicial	**Aquisições**	**Baixas**	**Amortização**	**Residual Final**	**Residual**
Desenvolvimento de softwares	24.150	8.987	(38)	(2.972)	30.127	24.150
Total	**24.150**	**8.987**	**(38)**	**(2.972)**	**30.127**	**24.150**

11. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	30/06/2024	31/12/2023
Depósitos interfinanceiros	524.905	703.152	1.770.346	2.998.403	2.252.848
Depósitos a Prazo – CDB	99.418	283.352	374.733	757.503	254.471
Letras Financeiras	-	-	312.690	312.690	-
Total	**624.323**	**986.504**	**2.457.769**	**4.068.596**	**2.507.319**

12. OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES:

	30/06/2024	31/12/2023
Impostos e contribuições a pagar	12.316	8.929
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	17.502	29.239
Total	**29.818**	**38.168**

13. OUTROS PASSIVOS – DIVERSOS

	30/06/2024	31/12/2023
Provisão para despesas administrativas	29.495	22.117
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos		
- Ações Trabalhistas e Cíveis	6.922	6.951
Outras [(1)]	-	886
Comissões a Pagar	13.777	5.790
Credores Diversos Rendas Ligadas [(2)]	134.741	43.771
Repasse comissões atacado [(3)]	19	51.450
Total	**184.954**	**130.965**

(1) Registro de obrigações a pagar a usuários finais (devolução de saldos credores) e credores diversos.

(2) Conta de natureza credora, utilizada para registrar apropriação de receitas que será recebido da PCBA (montadora).

(3) Valores a repassar referentes ao recebimento de operações de Atacado.

14. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

a) Ativos Contingentes

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.j).

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza:

	30/06/2024	31/12/2023
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos		
Ações Trabalhistas	3.425	3.654
Ações Cíveis	3.099	3.091
Ações Tributárias	398	206
Total	**6.922**	**6.951**

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais:

01/01 a 30/06/2024	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Saldo Inicial	**3.654**	**3.091**	**206**	**6.951**
(Reversão)/Constituição Líquida	(98)	(160)	177	(81)
Atualização Monetária	293	384	15	692
Pagamentos	(424)	(216)	-	(640)
Saldo Final	**3.425**	**3.099**	**398**	**6.922**
Depósitos em Garantia para processos contingentes trabalhistas e cíveis (Nota 8)				**7.653**

01/01 a 30/06/2023	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Saldo Inicial	**3.542**	**2.843**	**143**	**6.528**
(Reversão)/Constituição Líquida	291	(686)	88	(307)
Atualização Monetária	260	145	21	423
Pagamentos	100	495	-	595
Saldo Final	**4.192**	**2.797**	**252**	**7.241**
Depósitos em Garantia para processos contingentes trabalhistas e cíveis				8.847

(1) refere-se aos depósitos em garantia para processos contingentes somados aos valores de bloqueios judiciais que ainda não foram atrelados a nenhum processo específico. O saldo de bloqueios judiciais é de R$913 (31/12/2023 – R$958) e o de depósitos em garantia é de R$6.740 (31/12/2023 – R$5.847).

d) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cíveis e Tributárias

As ações cíveis possuem caráter predominantemente indenizatórios e revisionais de crédito, e referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando principalmente sobre questões relacionadas a operações de crédito. As ações de natureza tributária constituem discussões relacionadas a cobranças indevidas de IPVA. As ações são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

e) Passivos Contingentes Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

A Stellantis Financiamentos possui em 30 de junho de 2024 passivos contingentes classificados como risco de perda possível que totalizam aproximadamente R$7.171 cuja abertura se dá nos seguintes montantes: Ações Cíveis (carteiras Santander e iDeal), no montante aproximado de R$5.110 e Ações Trabalhistas, no montante aproximado de: R$2.061.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 30 de junho de 2024, o capital social no valor de R$729.756 (31/12/2023 – R$329.756) é composto por 664.955.057.662 ações ordinárias (31/12/2023 – 300.474.211.532 ações ordinárias). Na Assembleia Geral Extraordinária de 31 de agosto de 2023, foi aprovado o desdobramento de ações da Stellantis Financiamentos à ordem de 1 para 1.000.000 (um milhão), passando das anteriores 209.354 mil ações ordinárias para 209.354.000.000 (duzentos e nove bilhões e trezentos e cinquenta e quatro milhões de ações ordinárias), sem qualquer alteração em seus direitos e vantagens. Em outubro de 2023, o Stellantis Financial Services aumentou o capital social da Stellantis Financiamento em R$100.000, com a emissão de 91.120.211.532 ações ordinárias, passando o capital social subscrito de R$229.756 para R$329.756. O aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 21 de dezembro de 2023. Em fevereiro de 2024, o Stellantis Financial Services aumentou o capital social da Stellantis Financiamento em R$200.000, com a emissão de 182.240.423.065 ações ordinárias, passando o capital social subscrito de R$329.756 para R$529.756. O aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 9 de maio de 2024. Em abril de 2024, o Stellantis Financial Services aumentou o capital social da Stellantis Financiamento em R$200.000, com a emissão de 182.240.423.065 ações ordinárias, passando o capital social subscrito de R$529.756 para R$729.756. O aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 7 de junho de 2024.

b) Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. A Assembleia Geral poderá, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, deliberar a distribuição de dividendo inferior ao dividendo mínimo obrigatório ou a retenção de todo o lucro. Em 31 de dezembro de 2022 foi aprovada a destinação de dividendos no montante de R$9.457, e a destinação de juros sobre o capital próprio no montante de R$6.700, R$32,00 por ação ordinária, em reais por ação, correspondendo ao valor líquido do imposto de renda de R$5.695, R$27,20 por ação ordinária, em reais por ação, atribuídos ao dividendo mínimo obrigatório sobre o lucro líquido do exercício de 2022, e serão pagos em até 60 dias, após aprovação em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em até 30 de abril de 2023. Em 31 de março de 2023 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, em Assembleia Geral Ordinária (AGO) a ser realizada em 30 de abril de 2024, a deliberação de juros sobre o capital próprio no montante de R$3.500, R$16,72 por ação ordinária, em reais por ação, correspondendo ao valor líquido do imposto de renda de R$2.975, R$14, por ação ordinária, em reais por ação, atribuídos ao dividendo mínimo obrigatório sobre o lucro líquido do período de janeiro a março de 2023. Adicionalmente conforme reunião de Diretoria realizada no dia 30 de junho de 2023 foi aprovada a deliberação de juros sobre o capital próprio no montante de R$5.000 (R$23,88 por ação ordinária, em reais por ação), correspondendo ao valor líquido do imposto de renda de R$4.250, R$20,30, por ação ordinária em reais, referente a lucros acumulados da Companhia até 30 de junho de 2023. Na Reunião de Diretoria realizada no dia 27 de dezembro de 2023 foi aprovada a deliberação de juros sobre o capital próprio no montante de R$12.456 (R$0,000041455 por ação ordinária, em reais por ação), correspondendo ao valor líquido do imposto de renda de R$10.588, R$0,000035237, por ação ordinária em reais, referente a lucros acumulados da Companhia até 30 de novembro de 2023. A distribuição deste montante de juros sobre o capital próprio foi alocado às reservas de lucros da Stellantis Financiamento para futura integração ao capital social ou distribuição aos acionistas, conforme previsto na Lei 6.404/76.

c) Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, foram destinados 5% do lucro líquido para constituição da reserva legal, até que esta atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

d) Reserva Estatutária

O saldo remanescente do lucro líquido é destinado para a reserva para reforço de capital de giro, com a finalidade de garantir os meios financeiros para a operação da Stellantis Financeira, limitada a 100% do capital social, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital.

16. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A Ata de Assembleia Geral Ordinária, de 29 de Março de 2024, fixou para o exercício de 2024, a remuneração anual e global dos administradores de até R$7.806 (2023 - R$6.154). A remuneração total do pessoal chave da Administração paga no semestre findo em 30 junho de 2024 foi de R$3.209 (30/06/2023 – R$2.942).

b) Benefícios de Curto Prazo

Salários e Honorários da Administração	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Remuneração Fixa	1.978	1.451
Remuneração Variável	313	788
Benefícios de curto prazo	**2.291**	**2.239**
Remuneração variável	918	702
Benefícios de longo prazo	**918**	**702**
	3.209	**2.941**

Adicionalmente, no exercício findo em 30 de junho de 2024, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R$738 (30/06/2023 - R$552).

c) Operações de Crédito

A Stellantis Financiamentos poderá efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange aos artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/18 e o artigo 34 da "Lei das Sociedades Anônimas", sendo consideradas partes relacionadas: (i) seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas; (ii) seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais; (iii) em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau; (iv) pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital; (v) pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital; (vi) pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com a Stellantis Financiamentos.

d) Participação acionária

Em 30 de junho de 2024, a Stellantis Financiamentos é uma subsidiária integral do Stellantis Financial Services Europe S.A.

e) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens. As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2024	**31/12/2023**	**01/01 a 30/06/2024**	**01/01 a 30/06/2023**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	**-**	**90.000**	**3.790**	-
Banco Stellantis [(7)]	-	90.000	3.790	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (nota 8)	**76.858**	**13.850**	**-**	**1.348**
Peugeot Citroën do Brasil Automóveis Ltda [(3)]	2.124	3.357	-	486
FCA Fiat Chrysler Automóveis Brasil Ltda	74.150	4.433	-	-
Banco Stellantis [(7)]	584	61	-	-
Stellantis Corretora de Seguros e Serviços Ltda [(1)]	-	5.999	-	834
Depósitos Interfinanceiros (nota 11)	**(986.719)**	**(272.222)**	**(36.120)**	**(93.426)**
Banco Santander [(6)]	-	-	-	(93.426)
Banco Stellantis [(7)]	(986.719)	(272.222)	(36.120)	-
Depósitos a Prazo (nota 11)	**(45.297)**	**(34.630)**	**(362)**	**(1.300)**
Peugeot Citroën do Brasil Automóveis Ltda [(5)]	(44.060)	(34.630)	(301)	(1.300)
Stellantis Corretora de Seguros e Serviços Ltda [(1)]	(1.237)	-	(61)	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas (nota 13)	**(127)**	**(43.771)**	**(45)**	**(39)**
Peugeot Citroën do Brasil Automóveis Ltda [(3)]	-	(43.771)	(45)	(39)
FCA Fiat Chrysler Automóveis Brasil Ltda	(31)	-	-	-
Banco Stellantis [(7)]	(96)	-	-	-
Resultados de Exercícios Futuros	**(134.741)**	**-**	**35.034**	**2.201**
Peugeot Citroën do Brasil Automóveis Ltda [(4)]	(134.741)	-	35.034	2.201

(1) Referem-se a despesas administrativas - convênio operacional.

(2) Controlador direto da Instituição até 31 de agosto de 2023.

(3) Valores a receber da PCBA (montadora), referente a equalização de taxas de juros.

(4) Valores recebidos da PCBA (montadora), referente a equalização de taxas de juros, para reconhecimento de Receita Diferida

(5) Captação de Recursos junto a PCBA (montadora), para Garantias das operações de atacado.

(6) Controlador indireto da Instituição até 31 de agosto de 2023.

(7) Empresa do grupo Stellantis Financial Services Brasil focada na atuação em operações de Atacado e operações estruturadas para os concessionários das marcas Peugeot, Citröen, Jeep, Ram e Fiat.

17. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TARIFAS BANCÁRIAS:

a) Prestação de Serviços

Receita de prestação de serviços oriunda da indicação de clientes relacionados a concessão de financiamento de veículos novos e usados e atendimento dos clientes da marca Fiat de forma transitória (nota 1).

b) Tarifas Bancárias

Receita de tarifas a clientes pessoas física e jurídica relacionados a concessão de financiamento de veículos novos e usados.

18. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	01/01 a 30/06/2024	01/01/ a 30/06/2023
Serviços de Processamento de Dados	7.921	5.689
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	9.120	3.488
Propaganda e Publicidade	21.159	2.203
Depreciações e amortizações	3.029	467
Sucumbências	626	2.155
Serviços do Sistema Financeiro	1.299	706
Transportes e Viagens	1.983	514
Aluguel	500	309
Outras [(1)]	467	119
Total	**46.104**	**15.650**

(1) Despesas com depreciação de imobilizado, amortização de intangível, contribuições filantrópicas, seguros de veículos de frota e refeições.

19. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	01/01 a 30/06/2024	01/01/ a 30/06/2023
Reversão de provisão de contingências	-	339
Reversão de provisão de contingências - Crédito Legado	283	9
Outras [(1)]	381	1.068
Total	**664**	**1.416**

(1) Variações monetárias de depósitos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas.

20. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS:

	01/01 a 30/06/2024	01/01/ a 30/06/2023
Despesas com Comissões Comerciais e de Agenciamento	75.413	11.899
Rateio de despesas - Peugeot Citroën Brasil Automóveis (Nota 16.e)	45	39
Outras [(1)]	490	1.140
Total	**75.948**	**13.078**

(1) Refere-se a reversões de contingências trabalhistas e cíveis.

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	01/01 a 30/06/2024	01/01/ a 30/06/2023
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	**25.258**	**21.348**
Participações no Lucro	(3.888)	(1.116)
Resultado antes dos Impostos	**21.369**	**20.232**
Ajustes permanentes e temporários:	22.471	6.374
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	11.183	15.841
Provisão para Contingências Cíveis	8	37
Provisão para Contingências Trabalhistas	(229)	650
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	(464)	(1.279)
Outras provisões e ajustes temporários	11.840	(563)
Ajustes permanentes - Despesas Indedutíveis	132	(8.312)
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, respectivamente	**17.536**	**11.972**
Demais Ajustes [(1)]	(34)	(124)
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	**17.502**	**11.848**

Os demais ajustes trata-se da exclusão do advento do benefício fiscal da Lei 11.196/05 (Lei do Bem) da base da CSLL e do IRPJ (conforme Decreto 9.580 de 2018), e do redutor do adicional do IRPJ.

Continua...

Continuação...

STELLANTIS FINANCIAMENTOS

Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

CNPJ nº 03.502.961/0001-92

22. LIMITES OPERACIONAIS

O BACEN determina às instituições financeiras manter um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I, Capital Principal e Adicional de Capital Principal, compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido (representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional). Até 31 de agosto de 2023, a Stellantis Financiamentos fazia parte do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander. Com a saída deste Conglomerado, a Stellantis Financiamentos passou a apurar os requisitos de Capital conforme as normas do BACEN pela apuração de suas próprias exposições.

	30/06/2024	31/12/2023
Capital principal (Nível I)	775.047	358.208
Patrimônio de Referência (PR)	**775.047**	**358.208**
Ativos Ponderados de Risco de Crédito (RWACPAD)	3.995.586	2.126.720
Ativos Ponderados de Risco Operacional (RWAOPAD)	308.447	258.338
Ativos ponderados pelo Risco – RWA	**4.304.033**	**2.385.058**
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	220.582	143.104
Folga em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	554.465	215.104
Índice de Basileia (%)	**18,01%**	**15,02%**

23. OU TRAS INFORMAÇÕES

a. Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

Em 30 de junho de 2024 e de 2023 não houve resultados não recorrentes.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dominique Edmond Pierre Signora	**Jean Pierre Avril**	**Vincent Herve Py**
Presidente	Vice-Presidente	Conselheiro

DIRETORIA

Jean Pierre Avril	**Fernanda Matsuda**	**Bruno Dantas Saab**	**Tatyana Calixto Abdalla**	**Lucas Matos Fernandes**	**Claudia Caixator Pinori**
Diretor Presidente (CEO) e Diretor Comercial (CCO)	Diretora de Riscos (CRO)	Diretor de Marketing (CMO)	Diretora de Operações e TI (COO e CTO)	Diretor Financeiro (CFO)	Contadora - CRC 1SP232486/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do

Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2023 e ao exercício e exercício findos em 31 de dezembro de 2023. Os valores correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2023 e ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram examinados por outro auditor independente que emitiu relatórios datados de 29 de agosto de 2023 e de 27 de março de 2024, respectivamente, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belo Horizonte, 27 de agosto de 2024

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG

Alexandre Borges de Oliveira
Contador
CRC nº MG 119313/O

EU&

História Lilia Schwarcz fala sobre 'Imagens da branquitude' **9**

Museu Campos do Jordão ganha espaço que une carros e arte **10**

O que querem os homens?

Sociedade Com as novas expressões de gênero e o impacto das tecnologias digitais, debate sobre a condição masculina ganha novos elementos na busca por uma repactuação social. Por *João Luiz Rosa*, de São Paulo

HERITAGE ART/HERITAGE IMAGES VIA GETTY IMAGES

"O Pensador", de Auguste Rodin: reflexão mais crítica sobre privilégios obtidos com a violência

Os vídeos estão por toda parte nas redes sociais. Para saber o sexo do bebê e compartilhar a novidade com amigos e familiares, casais estouram balões, explodem bombas de fumaça, cortam bolos recheados. Se for menino, prevalece a cor azul; menina, rosa. São os chás-revelação, que se tornaram mania em vários países, inclusive no Brasil.

Essas celebrações têm chamado a atenção de especialistas, que observam que, até os anos 70, os enxovais tinham cores neutras — branco, bege, verde — porque o ultrassom não estava disponível. Atribuir gênero antes do nascimento, dizem, denota e reforça uma lógica binária — é um ou outro — e demarca territórios bem definidos. Garotos são muitas vezes associados à energia, força e determinação atribuídas ao azul; às meninas cabe a beleza, delicadeza e fragilidade do rosa.

"Existe uma progressão contínua dos debates de gênero pela sociedade, que ganharam força com os movimentos feministas, principalmente a partir dos anos 1960, e, mais tarde, pela movimentação política para colocar o tema em pauta", diz Tulio Custodio, membro do conselho consultivo do Pacto Global da ONU e sócio da Inesplorato, de curadoria de conhecimento para empresas.

Em 1975, ressalta o sociólogo, as Nações Unidas deram início à "Década das Mulheres", com um plano para destacar a equidade de gênero nos dez anos seguintes. Nos anos 90 e 2000, governos de vários países passaram a fazer mudanças jurídicas para proteger os direitos das mulheres.

No Brasil, foram aprovadas legislações como a Lei Maria da Penha (2006), que enquadra a violência doméstica como crime; a Lei do Feminicídio (2015), que tipificou os casos de mulheres assassinadas por serem mulheres; e a Lei do Minuto Seguinte (2022), que estabeleceu o atendimento obrigatório a vítimas de violência sexual imediatamente depois de serem atacadas.

Mais recentemente, o debate de gênero ganhou fôlego com movimentos em diversas áreas: da visibilidade dada a casais do mesmo sexo pela TV e a publicidade — "RuPaul's Drag Race, um reality show de drag queens, tornou-se um dos programas mais populares nos Estados Unidos, com 29 prêmios Emmy — às políticas de contratação nas empresas para admitir mais pessoas transexuais.

E o homem?

Todas essas mudanças têm levado as fileiras masculinas, ou pelo menos parte delas, a refletirem de maneira mais crítica sobre sua condição: afinal, o que faz de um homem um homem?

A facilidade de comunicação proporcionada pelas tecnologias digitais e a livre troca de ideias na internet têm ajudado a ampliar as discussões, com o ingresso de novas vozes. "As redes sociais amplificam múltiplas expressões de masculinidades ao oferecer visibilidade a representações diversas e desafiar narrativas dominantes. Elas também promovem um processo de responsabilização necessário ao expor comportamentos machistas e preconceituosos", diz Guilherme Valadares, diretor de pesquisa do Instituto PDH e fundador do portal PapodeHomem. "Masculinidade, no singular, perde espaço. Entram em cena as masculinidades, no plural."

A visão dominante de masculinidade, afirma Custodio, é a expressão de um projeto hegemônico, de caráter patriarcal, cuja origem é fonte de dúvida na sociologia — entre as possibilidades estão a época de sedentarização do homem no Neolítico e da invenção da escrita. Para o sociólogo, a hipótese mais provável remonta aos processos europeus de colonização, que enfatizaram a autoridade masculina.

"É um projeto que se organiza eticamente e está baseado em dois pontos: binaridade e hierarquia", diz Custodio. Ao atribuir ao homem características consideradas desejadas — força, agressividade, noção de autoridade, exercício da honra —, a condição feminina ficou restrita ao campo do que é frágil, sensível ou vulnerável. "A colonização definiu quem é e quem não é sujeito. Quem é fica em cima; quem não é, em baixo."

Biologia vs. história

Uma das polêmicas da Olimpíada de Paris, encerrada há pouco mais de duas semanas, envolveu a boxeadora argelina Imane Khelif, alvo de uma campanha de fake news segundo a qual teria vantagem sobre as adversárias por ser uma mulher transexual. Medalha de ouro em sua categoria, a atleta é cisgênero — se identifica com o gênero que nasceu —, e, segundo o Comitê Olímpico de seu país, tem altos índices de hormônio masculino por uma condição médica.

O episódio dividiu opiniões e ultrapassou a fronteira das regras esportivas ao levantar discussão sobre o quanto o comportamento de homens e mulheres é determinado pela biologia. Características como resiliência e iniciativa são comumente atribuídas ao homem como parte de sua constituição genética, como se fosse algo intrínseco e inevitável. Mas essa posição tem sido contestada como parte de um processo para legitimar os privilégios masculinos.

"O discurso de que competir é da natureza humana, da mesma maneira como é natural para o homem bater [nos outros], é uma leitura ideológica da realidade", diz Pedro Ambra, doutor em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP) e em psicanálise e psicopatologia pela Universidade de Paris. "Qualquer tentativa de aproximar um traço de caráter de uma característica biológica é terraplanismo", afirma o psicanalista e professor da PUC-SP.

Nos anos 1930, estudos feitos pela antropóloga americana Margaret Mead (1901-1978) com habitantes na Papua Nova Guiné já mostravam comunidades onde a mulher controlava a economia e o homem cuidava do lar, assim como grupos nos quais tanto homens como mulheres eram muito agressivos ou extremamente pacíficos, cita Ambra.

"A História tem um impacto muito maior na construção psíquica do indivíduo do que o elemento biológico. Não existe gene de hétero top, assim como não existe gene de racismo", diz o psicanalista. "Projetamos no biológico aquilo que não queremos assumir que é histórico, mas o fato de não ser biológico não significa que não tenha permanência [na sociedade]."

Perda ilusória

Seja na conversa de bar ou na internet, são comuns as queixas de homens sobre a perda de atributos ou direitos do passado, embora não seja nítido o que, de fato, teria se perdido.

LUCIANA WHITAKER/VALOR

Boa parte das reclamações é sobre a competição da mulher por vagas de trabalho e restrições legais que estariam deixando o homem mais vulnerável, como a obrigatoriedade de pagar pensão, sob pena de prisão. Na internet, proliferam grupos como os "red pills", que acreditam que as normas sociais protegem as mulheres e punem os homens, e os "incels", que se declaram celibatários involuntários porque não se acham atraentes ou pensam que as mulheres simplesmente não valem a pena.

Ambra observa que os homens continuam ganhando mais que as mulheres [em média, 19% mais, podendo chegar a 25%, segundo estudo dos ministérios das Mulheres e do Trabalho e Emprego], e a exercitar a força bruta e a violência. Matam mais, morrem mais, são mais presos (ver infográfico). A percepção de que "antes era bom" apela para um passado idealizado, que não corresponde à realidade. "É a fantasia de algo que já se teve e se perdeu", diz o psicanalista.

Essa postura mostra que não há compreensão de que as vantagens acumuladas pelos homens em séculos de história foram obtidas à custa de muita violência e que se requer, agora, uma repactuação social para responder aos dilemas contemporâneos. Não se trata de perseguição, perda de direitos naturais ou crise de valores.

O mesmo mecanismo alimenta as críticas de grupos que defendem regimes políticos mais autoritários, de cunho conservador, por acreditarem que ao longo do processo democrático a sociedade perdeu princípios tradicionais, formadores da nação, que precisam ser recuperados. Há uma confluência entre a defesa da masculinidade hegemônica e o alinhamento a ideologias autoritárias. O retrato dessa comunhão, diz Ambra, é o extremista americano Jacob Chansley, o "Xamã Qanon", que costumava participar de manifestações políticas sem camisa, com pinturas de guerra e chifres de búfalo, mesmo figurino que usou na invasão do Capitólio, em Washington, em 2021.

Obsessão pelo pênis

A discussão sobre masculinidade não afeta só os homens. Para as mulheres também é um desafio compreender para onde caminha o debate e que efeitos as transformações no universo masculino terão na condição feminina.

A escritora e crítica literária Ligia Gonçalves Diniz diz que passou a ser vista como uma especialista em masculinidade, embora não o seja. A razão é seu mais recente livro, "O homem não existe: Masculinidade, desejo e ficção" (Editora Zahar, 2024), em que aborda as complexidades do homem a partir de personagens da ficção.

Na maior parte de sua formação, Diniz afirma ter lido livros escritos por homens, sobre homens e para homens, que representam a maior parte do cânone ocidental. "Fui educada culturalmente para sentir coisas [de homem] que o mundo acha estranho que eu sinta", diz.

O título da obra, explica a autora, que é professora de literatura na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), brinca com a frase polêmica do psicanalista francês Jacques Lacan (1901-1981), "a mulher não existe", sobre a ausência de algo que pudesse definir o prazer feminino do ponto de vista psicanalítico.

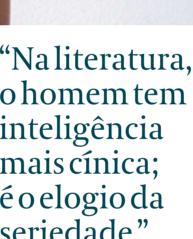
Nas páginas do livro desfilam personagens sedutores, apesar de machistas ou misóginos, como Nathan Zuckerman, do americano Philip Roth (1933-2018), e o capitão Ahab, o antagonista de "Moby Dick", obra-prima de Herman Melville (1819-1891). Entre seus preferidos está Julien Sorel, o ambicioso protagonista de "O vermelho e o negro", do francês Stendhal (1783-1842). "Ele acha que é um herói romântico, mas vive em um mundo mais cínico que ele. É um personagem muito masculino, mas que sofre com os revezes do universo dos homens."

A literatura não é um espelho da realidade, mas tem efeito sobre as pessoas, ressalta a escritora. Desde a "Odisseia", de Homero, o homem é ensinado a se aventurar como fez Ulisses, rei de Ítaca e protagonista do poema, que passa dez anos na Guerra de Troia e mais dez tentando voltar para casa. Enquanto isso, sua mulher, Penélope, permanece no palácio real. A obra, diz ela, define a esfera pública como lugar masculino por excelência, deixando à mulher o domínio íntimo da casa.

Um terço do livro de Diniz aborda uma obsessão masculina: o pênis. "É impressionante como esse assunto sempre aparece. Vários autores trataram do tema, incluindo Platão, Santo Agostinho e Montaigne", diz ela.

Fora do campo ficcional, o órgão masculino também foi abordado em clássicos da psicanálise. No livro "O segundo sexo", Simone de Beauvoir (1908-1986) rebateu a tese de Freud de que a mulher sentiria inveja do pênis. Em vez disso, afirmou, a inveja era das vantagens que ter um pênis dava ao homem.

A abordagem mais comum na literatura é a do membro masculino com vontade própria, quase como se fosse um organismo separado. O pano de fundo, explica a escritora, é a perturbação que o desejo sexual provoca na racionalidade masculina.

"[Na literatura ocidental] o homem é sério, tem uma inteligência mais cínica, desconfiada. É o elogio da seriedade", diz a professora. O pênis visto como ente autônomo, que nem sempre cumpre as expectativas, faz do homem um ser dividido entre duas vontades. Também indica que a ausência de desejo e a impotência estão sempre rondando, o que ameaça a figura do herói, mesmo que o indivíduo cumpra os requisitos dominantes: ascendência europeia, independência econômica, status social etc.

Para pessoas que fogem a esse molde de alguma maneira, como homens negros ou moradores da periferia, a questão da masculinidade e do desejo é pontuada por outros marcadores sociais, como preconceito racial e desigualdade econômica, diz Custodio.

No caso do homem negro, as características físicas costumam ser superestimadas e erotizadas. A imagem que vem à mente é a do "negão", que remete a um homem alto, viril, musculoso, descreve o sociólogo. Soa lisonjeiro, mas não é.

"Isso está associado ao processo de escravização. Uma das coisas que o racismo faz é atribuir ao outro aquilo que nega em si mesmo", afirma Custodio. A potência física foi atribuída ao negro africano como forma de valorizar a capacidade intelectual do senhor de terras e destacar seu estrato superior. Como ao homem escravizado já estava reservado o trabalho físico, braçal, essa projeção conferiu uma aura de animalidade ao negro, incluindo uma disposição extrema para o sexo. "A forma como esse corpo é visto e desejado não lhe atribui humanidade. Existe para dar prazer ao outro. É o pênis sem falo", diz o sociólogo.

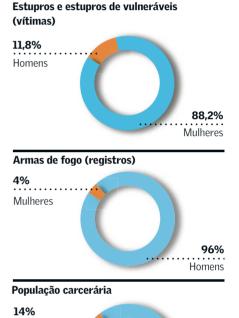
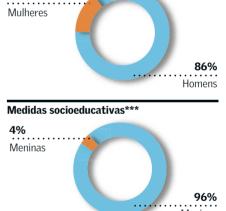
Na periferia urbana, o fenômeno que trespassa a representação da masculinidade é de ordem econômica. Sem poder exercer plenamente o poder de compra — uma condição do modelo hegemônico — , alguns homens da "quebrada" aderiram à persona do "gangsta". Essa estética, frequentemente associada ao universo do rap e do hip hop, é caracterizada por uma profusão de acessórios como correntes e anéis, sempre grandes e brilhantes, além de bonés, cortes de cabelo e roupas de destaque. A ideia é exacerbar aquilo que está disponível para demonstrar domínio. "Não é rico, mas parece rico", diz Custodio.

Um sexo só

À medida que ficam mais conhecidas, diferentes vivências de gênero — como a transexualidade e a assexualidade, quando a pessoa não sente desejo erótico, nem tem vida sexual ativa — vêm despertando reações diferentes. Para parte da sociedade, há uma aceitação dessa experiência, mesmo que não seja imediata ou total. A palavra "travesti", por exemplo, perdeu o tom pejorativo e passou a ser usada como sinônimo de trans, uma pessoa que não se identifica com o gênero a ela atribuída no nascimento. Outra parte reage, com ataques verbais e, no extremo, violência física.

De maneira geral, no entanto, é aceita a lógica binária, de que existem dois sexos, homem e mulher. Mas nem sempre foi assim, diz Ambra. Segundo o psicanalista, houve épocas e contextos históricos específicos em que praticamente só havia um sexo — o masculino.

Era essa, por exemplo, a concepção dos gregos antigos, que consideravam o homem a medida da perfeição. A literatura comprova. Na "Ilíada", comenta Diniz, Aquiles é descrito em detalhes, enquanto Helena, a despeito de sua beleza extraordinária, só recebe adjetivos vagos. As mulheres não eram vistas como um sexo diferente, mas como "quase homens".

Na Era Moderna, quando os europeus começaram a dissecar corpos humanos para estudar anatomia, os órgãos de homens e mulheres eram vistos como semelhantes. No livro "Inventando o sexo" (Relume-Dumerá, 2001), de Thomas Laqueur, são apresentadas imagens da Renascença em que o aparelho reprodutor feminino é mostrado como uma versão dos órgãos masculinos — a vagina era um pênis e o útero, um escroto. E isso não advinha de erro ou imprecisão. Era como os cientistas viam e traduziam a anatomia à luz de suas convicções.

Coletivo, não individual

Nos últimos anos, o mundo da moda tem embaralhado os guarda-roupas masculino e feminino, com as passarelas mostrando homens de saia, blusas curtas, acessórios coloridos. A indústria da beleza surfa na mesma onda, com mais cosméticos para o público masculino, inclusive maquiagem.

Astros como o britânico Harry Styles encarnam essa nova postura. Heterossexual, branco, rico e atraente — o ideal de macho top —, ele já subiu as escadas do MET Gala, em Nova York, com uma blusa transparente da Gucci, adornada com babados, e calça de cintura alta. Também já usou vestidos e saias.

Em suas aulas de literatura, Diniz diz que são perceptíveis as mudanças no comportamento dos alunos homens. "Eles estão mais atentos aos clichês da masculinidade, sobretudo o machismo, e se sentem com mais liberdade para explorar outros modelos. Às vezes, percebo até um autopoliciamento excessivo", relata a professora.

Exemplos individuais são importantes porque indicam possibilidades de mudança no código comportamental, mas a questão de gênero, mais especificamente do poder hegemônico dos homens, precisa ser tratada sob uma perspectiva coletiva, afirma Custodio, como reação a um sistema criado para perpetuar essa situação. "A atitude de um homem usar saia não faz a mulher passar a ganhar mais, da mesma forma que usar maquiagem não reduz os feminicídios."

O que falta, diz o sociólogo, é um processo de educação amplo e profundo. "Se o debate continuar superficial, e não for acompanhado de educação, os erros tendem a se aprofundar, o que vai mais confundir que ajudar." ■

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Tulio Custodio, sociólogo: "Colonização europeia definiu quem é sujeito e quem não é"

Sob o signo da violência

Homens são autores e vítimas (em%)*

Crimes letais com vítimas mulheres (autores)

Estupros e estupros de vulneráveis (vítimas)

Armas de fogo (registros)

4% Mulheres

96% Homens

População carcerária

Medidas socioeducativas***

4% Meninas

96% Meninos

Fontes: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024; Atlas da Violência 2024 *Dados relativos a 2023 ** Inclui homicídios dolosos, feminicídios, latrocínios, lesões corporais seguidas de morte, mortes de poliiciais e mortes decorrentes de intervenção policial *** Menores em regime fechado

O melhor e o pior dos tempos

Entrevista Nouriel Roubini destaca como avanços tecnológicos podem melhorar nossas vidas, mas comportamento humano pode pôr tudo a perder. Por *Diego Viana*, para o Valor, de São Paulo

Nouriel Roubini se expressa como Charles Dickens (1812-1870) para falar do mundo atual: é o melhor dos tempos e o pior dos tempos. Se o romancista inglês se referia ao século XVIII da Revolução Francesa, o economista ítalo-iraniano-americano está falando de uma era marcada por automação e inteligência artificial, situação geopolítica fragmentada, mudança climática, extremismo político e protecionismo comercial.

Roubini veio ao Brasil neste mês para participar da série de palestras Fronteiras do Pensamento. Neste ano, o evento sugere aos participantes que respondam à seguinte pergunta: "Quem está no controle"? A incerteza sobre a capacidade de comando em escala mundial é uma das maiores preocupações do economista. A falta de uma potência hegemônica neste século, afirma, reduz o incentivo para ofertar bens públicos globais, principalmente a segurança. Como consequência, o perigo de conflitos internacionais se amplifica.

Ainda assim, pelo menos no curto prazo, o autor do livro "Mega-ameaças" (2022, ed. Crítica), que ficou conhecido como "Dr. Catástrofe" por prever a crise de 2008, enxerga um cenário benigno. Apesar do recente solavanco nos mercados, a economia americana segue crescendo, com reflexos no resto do planeta. Mas a expansão também envolve perigos: se o Federal Reserve contrariar as expectativas e se vir obrigado a manter os juros altos por mais tempo, empresas podem começar a quebrar, provocando uma recessão. Trechos da entrevista de Roubini ao **Valor**:

Valor: *A pergunta "Quem está no controle?" sugere que rumamos para um mundo anárquico. É o caso?*

Nouriel Roubini: É uma pergunta importante. A estabilidade da ordem geopolítica requer a hegemonia de um poder que esteja, de fato, no comando do mundo. Esse poder provê bens públicos globais, porque seus interesses são tais que está disposto a fornecer segurança, livre comércio, coisas assim. O século XIX foi do Império Britânico, com a *Pax Britannica*. O século XX foi, em grande parte, o século da *Pax Americana*. Tivemos a Guerra Fria, claro, com a rivalidade entre Estados Unidos e União Soviética, mas a URSS estava desconectada da economia global. O colapso soviético levou a um momento unipolar. Parecia que os EUA seriam o único país hegemônico. Hoje, a ascensão da China sugere a vinda de um mundo bipolar, mas tudo aponta, na verdade, para a multipolaridade. Há outras potências, como a União Europeia, que é fragmentada, mas ainda um importante ator econômico global. Existem novas potências emergentes, como a Índia. Há também os Estados médios do Sul global, importantes tanto regionalmente quanto, até certo ponto, para os assuntos globais. O poder dos EUA está reduzido, então fornecer bens públicos globais talvez não seja tão fácil.

Valor: *É um estado transitório, rumo à "Pax Sinica"? Ou a ausência de hegemonia será prolongada?*

Roubini: Por um tempo, pensou-se que o século XXI seria o século chinês. A China crescia a 10% e seu PIB parecia a caminho de ultrapassar o americano. Mas o motor de crescimento chinês estagnou. Estava em 7% antes da covid, depois passou a 5%. Estudos sugerem que, sem mudar suas políticas, a China pode chegar à taxa potencial de apenas 3% até o fim da década. Por outro lado, por causa da tecnologia, alguns argumentam que o crescimento potencial dos EUA, que anda em 1,8%, até o final da década pode ser de 3% ou mais. Acho que o século americano pode perdurar. O poder americano, seja comercial, financeiro, bancário, tecnológico, econômico, político, geopolítico ou militar, ainda é incomparável. Apesar do mau funcionamento de seu sistema político, o crescimento americano pode acelerar bastante. Já a China, com o capitalismo de Estado e o excesso de dívidas, com a crise no setor imobiliário e o estrangulamento do setor privado, pode acabar em uma armadilha da renda média.

Valor: *Os mercados passaram por um solavanco recentemente, com começo no Japão e reflexos nos Estados Unidos. Depois, a situação se estabilizou. Ainda podemos classificar o cenário econômico global como benigno?*

Roubini: O cenário é benigno, apesar de alguns riscos importantes.

Valor: *Que riscos são esses?*

Roubini: A desaceleração americana tem sido bem mais lenta do que o Fed previa. No momento, espera-se que sejam feitos cortes em setembro e dezembro, mas depois disso é possível que o afrouxamento não prossiga. Com isso, as condições financeiras continuariam apertadas. Dado o forte endividamento público e privado, altas taxas de juros podem prejudicar as empresas que dependem de dinheiro barato. Paradoxalmente, passamos do risco de pouso forçado para o pouso suave, depois o não pouso, o que reintroduz o perigo de cair em recessão.

HOLLIE ADAMS/BLOOMBERG

"O futuro da economia depende muito de quem será eleito [nos EUA] em novembro", diz Nouriel Roubini

Valor: *Sendo assim, o que é o mais importante a observar neste momento?*

Roubini: O futuro da economia depende muito de quem será eleito em novembro. A política econômica seria bem diferente com Donald Trump ou Kamala Harris. Algumas políticas que Trump pretende implementar são inflacionárias, com protecionismo, enfraquecimento do dólar, interferência na política monetária, cortes permanentes de impostos. Isso aumentaria os déficits ainda mais, tornando-os menos sustentáveis, o que traz consigo o risco de que os juros sejam empurrados para cima. Não estamos fora de perigo. Primeiro, porque o Fed talvez não possa reduzir muito os juros. Segundo, porque, dependendo da política econômica do ano que vem, pode haver tormentas.

Valor: *O sr. disse que o potencial de crescimento dos EUA será maior, graças à tecnologia. Mas a adoção de tecnologia tem sido bastante rápida. É possível que o crescimento esteja acontecendo com inflação em queda porque esse potencial maior já entrou em cena?*

Roubini: É uma possibilidade. A empolgação com a inteligência artificial generativa levou a uma onda importante de investimentos nos EUA. Todo mundo está entrando na IA. Os produtores desses modelos estão comprando mais chips, mais bancos de dados, mais eletricidade. Além disso, nos EUA, as leis de infraestrutura, da indústria de chips e da redução da inflação (IRA) levaram a um boom de investimentos industriais, com centenas de bilhões de dólares em nova capacidade manufatureira prometidos para a próxima década. A antiga infraestrutura dos EUA começa a ser renovada e há incentivos à energia renovável. São coisas grandes, que provavelmente atuam tanto no lado da oferta quanto da demanda. Elas podem explicar por que o crescimento tem sido forte.

Valor: *Pelo prisma do mundo em desenvolvimento, os juros altos nos EUA preocupam porque reduzem o fluxo de capital e desvalorizam as moedas. Como é o cenário para o Sul global?*

Roubini: Se prevalecer o cenário benigno e o Fed mantiver os juros no nível atual, há problemas. Um país que tenha tomado emprestado em dólar vai ter um custo de serviço da dívida mais alto. Isso vale também para quem tomou emprestado em moeda local, porque quando os juros em dólar estão altos, os juros em moeda doméstica têm que ser ainda mais elevados, para evitar a depreciação. Essa depreciação de moedas pode ser útil para a exportação desses países, mas é inflacionária. Além disso, o câmbio também eleva o preço em dólar das commodities, o que é uma desvantagem para exportadores. Essa combinação de fatores implica ventos contrários significativos para muitos mercados emergentes.

Valor: *Na reunião do G20, houve avanços na ideia da taxa global sobre os mais ricos. Impostos internacionais são discutidos desde a taxa Tobin. É uma ideia eficaz?*

Roubini: As últimas décadas trouxeram um aumento na desigualdade ao redor do mundo. Isto provocou reações contra a democracia liberal e o capitalismo, porque muitas pessoas se sentem deixadas para trás. Há grande insegurança econômica. As reações são variadas, mas todas levam a algum grau de populismo. Por isso, precisamos fazer algo quanto à desigualdade. Aumentar o bolo econômico, dando mais oportunidades para as pessoas se educarem e desenvolverem habilidades, é sempre a melhor política. Mas faz sentido argumentar que é preciso taxar os vencedores, em termos de renda ou riqueza. É preciso chegar a um acordo global, assim como a OCDE obteve um acordo sobre o imposto corporativo mínimo. Só a cooperação internacional pode evitar esse problema.

Valor: *A política americana tem tudo, menos tédio. Um candidato foi baleado, outro desistiu da corrida. Nunca sabemos o que vai acontecer a seguir. Como um investidor navega essa situação?*

Roubini: É difícil prever aonde essa eleição vai conduzir. Agora os democratas têm uma candidata jovem, uma mulher afro-americana que pode energizar a militância. Há o risco de que ambos os lados se declarem vencedores, levando a decisão até a Suprema Corte, mais ou menos como em 2000. Podemos até repetir janeiro de 2021, só que de um jeito ainda mais caótico, com violência nas ruas se Trump perder. Tudo pode acontecer. Os mercados sabem que haverá diferenças na política externa entre Trump e os democratas, mas tendem a desconsiderá-las, porque nesse campo as variações não costumam ser grandes. No Oriente Médio, Trump deve pressionar os palestinos por um acordo de paz com Israel. Há preocupação de que ele abandone a Ucrânia, mas se fizer isso, haverá um efeito dominó. A China se veria em condições de assumir Taiwan sem reação. Mas a relação com a China é um ponto de concordância entre republicanos e democratas, são ambos agressivos. Sabemos muito pouco do que virá. Há algumas ideias, mas é difícil precificá-las nos mercados.

Valor: *Como alocar os investimentos perante esse quadro?*

Roubini: Não é nada fácil. Esse ponto sobre a política externa ajuda, e algumas coisas são legíveis na política fiscal. O risco para a democracia é real, o que bagunça tudo. Acho que os mercados vão caminhar passo a passo, esperando para ver o que vem a cada momento. Há potenciais impactos ainda maiores, como a escalada da guerra no Oriente Médio ou na Ucrânia. Mas os mercados estão ignorando essas coisas, como se fossem um risco secundário. A melhor coisa é esperar para ver, em vez de se apressar em tomar alguma posição.

Valor: *O sr. mencionou três iniciativas econômicas de Biden: leis de infraestrutura, de chips, de redução da inflação. Elas foram consideradas o retorno da política industrial ao centro da economia do planeta. Sem Biden, a política industrial permanece?*

Roubini: A política industrial voltou de vez, não só nos EUA. Os chineses a praticam há tempos, os europeus estão tentando. Em um mundo onde o crescimento é impulsionado pela tecnologia, dados, conhecimento e inovação, não posso deixar o mercado fazer tudo. Tenho que usar políticas industriais com inteligência para afetar a economia. Já nos afastamos do laissez-faire. Os governos estão pensando em como garantir a manufatura, como atrair ou resguardar empregos de qualidade. No processo, muitos erros podem ser cometidos, mas também há coisas boas que podem ser feitas. O resultado final pode ser bom ou ruim, ainda não sabemos. Mas todo mundo está fazendo.

Valor: *O sr. citou a Europa como um dos polos do mundo fragmentado. Há debates na Europa sobre a derrocada do continente. Ela será ainda um grande ator na cena global?*

Roubini: Isso depende de fazer as reformas estruturais e concluir o mercado único. Hoje, a perspectiva não está boa para a Europa. Há problemas na vizinhança, com ameaças vindas do Oriente Médio e da Rússia. Os EUA têm dois grandes oceanos e vizinhos amigáveis. Os EUA são independentes em energia, a Europa não. Os EUA são um mercado totalmente integrado, enquanto a Europa ainda não concluiu a união economicamente, nem politicamente. A Europa envelhece mais do que os EUA, que recebe mais imigrantes. A Europa está sujeita ao risco de que a Guerra Fria entre EUA e China piore. Ela exporta muito para a China e tem investimentos diretos lá. Está próxima do Oriente Médio, onde há turbulência, que pode levar a um choque energético como o da década de 1970, se houver guerra entre Israel e o Irã. Os desafios são todos solucionáveis, mas é preciso que a Comissão Europeia seja enérgica e aprove legislação para mudar os incentivos na direção de mais inovação, competitividade, dinamismo econômico e empreendedorismo. A Europa começa o jogo com grande capital humano, instituições fortes, renda alta. É rica, mas não se pode viver dos louros do passado.

Valor: *Um ativo que a Europa preza muito é o "efeito Bruxelas", pelo qual as regulações europeias são adotadas no resto do mundo. Pode ser o caso da lei de IA recém-aprovada?*

Roubini: Os europeus alegam que um dos seus papéis é fornecer parâmetros regulatórios, graças ao tamanho e importância de seu mercado. Mas é um comportamento complacente. Os grandes líderes em IA hoje são os EUA e a China, além de bolsões de excelência em Israel, Reino Unido e Japão. A Europa tem ambições nesse campo, mas não é tão forte. Mesmo antes da revolução da IA, os europeus não foram capazes de ocupar mercados com inovação. E se você não está inovando, tentar regular é ingênuo. Um: porque sua regulamentação pode ser demais e sufocar até mesmo o mínimo de investimento que você poderia obter. Dois: você pode errar. E três: não é óbvio que os outros vão adotar suas regras. Eu gastaria mais tempo tentando criar inovações em IA na Europa, em vez de regulá-la de uma forma que dá ainda menos incentivo para fazer parte dessa pesquisa.

Valor: *Em resumo, que falta faz ter alguém "no controle"?*

Roubini: Remeto ao título de um artigo que escrevi: "Inteligência artificial vs. estupidez humana". Se bem usada, a IA pode aumentar o crescimento, a produtividade, o bolo econômico. Mesmo se a maior parte da renda gerada for para poucos, sempre se pode taxá-los e redistribuir. O problema é a estupidez: não vivemos no mundo das máquinas inteligentes, mas de conflitos geopolíticos, reação contra a democracia e a globalização, relocalização da manufatura, nacionalismo econômico e mudanças climáticas. Essa mesma tecnologia pode ser usada para criar falsificações profundas, aumentar a desigualdade, aprofundar o desemprego e inclusive construir mais armas, para lutar guerras maiores. Vivemos no melhor dos tempos, porque a tecnologia pode nos fazer viver mais, melhor e com mais renda. E vivemos no pior dos tempos, com as mega-ameaças impulsionadas pelo comportamento humano. Podemos sobreviver aos próximos 20 anos sem guerra global, sem outra pandemia, sem catástrofe climática, sem crises financeiras? Se conseguirmos, o futuro será brilhante, usando a tecnologia para melhorar a situação de todos. ■

> "O problema é a estupidez: vivemos no mundo de conflitos geopolíticos, reação contra a democracia e a globalização"
> *Nouriel Roubini*

EU&

Exportadora de clássicos

Música Maestra Simone Menezes estabeleceu carreira na Europa com o sonho de divulgar composições brasileiras. Por *Darlene Dalto*, para o Valor, de São Paulo

Ainda jovem, quando estudava piano e flauta, Simone Menezes costumava ouvir sua mãe dizendo: "Bolinha não dá dinheiro". Bolinha eram as notas musicais. Pois essa preocupação não existe mais. Agora maestra, Menezes já esteve à frente de orquestras como as filarmônicas de Los Angeles, Londres e Luxemburgo, as sinfônicas de Detroit e Osaka e as orquestras de câmara de Viena e Paris, entre outras.

Semana que vem, ela volta ao Brasil para reger pela segunda vez a Sinfônica do Estado de São Paulo em um programa que inclui Villa-Lobos, Lili Boulanger e Édouard Lalo. "Vai ser muito bom, ainda mais regendo música brasileira e música francesa, que eu adoro", diz.

Em seguida retorna à Europa, onde vive desde 2016, para a estreia de seu mais novo projeto, "Scheherazade", dia 26 de setembro na sala Pierre Boulez, em Berlim. O concerto reúne música e poesia e conta com as participações da atriz, cantora e ativista iraniana Golshifteh Farahani e da atriz croata-americana Kristin Winters. Menezes vai reger o grupo que fundou, Ensemble K, em uma versão da suíte de Nikolai Rimsky-Korsakov (1844-1908) para orquestra de câmara.

"Quando Sergei Diaghilev dançava o balé 'Scheherazade', no começo do século passado, ela era uma mulher sensual. Mas Scheherazade é uma mulher brilhante que foi capaz de mudar a cabeça de um rei louco contando histórias e salvou um povo. Ela é o arquétipo da heroína, o que é raro", diz Menezes. Além do concerto, o projeto dará origem a CD, turnê em 2025, filme e livro.

Embora tenha nascido em Brasília, Menezes mudou-se cedo para Campinas, onde começou a se interessar por música graças ao pai, um trompetista amador que aos sábados surpreendia a família, ora com o "Réquiem" de Mozart, ora com uma música caipira de Tonico e Tinoco. "Ele era bem eclético. Eu sempre tive a música por perto, cresci estudando um instrumento, cantando no coral."

Como tirava notas altas na escola, sua família esperava que ela fizesse engenharia. Ela preferiu a música e estudou na Unicamp.

Assim que concluiu a universidade, prestou um concurso e se tornou a segunda regente da orquestra da Unicamp, depois de Ligia Amadio. "Foi meu primeiro emprego, e a forma que encontrei para não deixar minha mãe preocupada com a minha estabilidade financeira", diz. Nessa época, conseguiu uma bolsa de estudos na École Normal de Musique, em Paris, e foi admitida na Royal Academy of Arts de Londres, mas não tinha dinheiro para pagar pelo curso.

DIVULGAÇÃO

Simone Menezes rege a Osesp na semana que vem em programa que inclui Villa-Lobos, Lili Boulanger e Édouard Lalo

No início da carreira, pensava em ser musicista de uma grande orquestra. "Não foi uma decisão deixar a flauta. Quando surgia uma oportunidade para reger, eu aproveitava", explica. Hoje ainda não existem muitas mulheres regentes — ela diz que são algo em torno de 5% do total. "Eu não pensava nisso. Só queria fazer bem o meu trabalho."

Seu encontro com o estoniano Paavo Järvi em um curso de verão foi definitivo. Ele era maestro da Orquestra de Paris, da Sinfônica da Rádio de Frankfurt e da Orquestra da NHK, do Japão. "Trabalhei com ele por dois anos, é um dos grandes regentes do mundo. Essa relação de mestre e aprendiz foi uma verdadeira formação para mim. Ele me abriu muitas portas."

Quando voltou, não demorou para perceber que teria que morar na Europa. Segundo ela, no Brasil não existem mais do que 50 boas orquestras profissionais, enquanto na Alemanha, país bem menor, são mais de 100. Além disso, queria divulgar a música clássica brasileira no exterior. "Nossa música clássica é um produto de exportação que a gente não exporta."

Foi essa preocupação em levar a música brasileira para a Europa que a aproximou do fotógrafo Sebastião Salgado, com quem assina o projeto "Amazônia". Ao chegar à França, procurou a Philharmonie de Paris, centro cultural onde reside a Orquestra de Paris, pensando em sugerir Villa-Lobos para a orquestra.

Ouviu que o compositor brasileiro, apesar de muito bom, não era mais tocado porque não havia um grande regente que o defendesse, que o propusesse para os concertos. Dois anos mais tarde alguém da Philharmonie ligou para ela sugerindo um encontro com Salgado, que estava prestes a inaugurar uma exposição sobre a Amazônia.

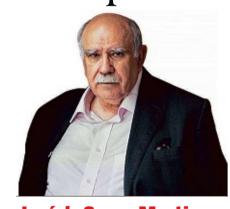
Desse encontro nasceu "Amazônia", que já foi apresentado no Brasil, França, Inglaterra, Itália e Espanha e virou filme e CD. "Floresta do Amazonas", de Villa-Lobos, é tocada por orquestras locais, acompanhada por uma trilha visual assinada por Salgado. "Villa-Lobos compôs 'Floresta' no final da vida, é uma obra monumental. Salgado a ouviu umas mil vezes até descobrir que fotos queria em cada trecho", lembra. Antes de ir a Berlim, após os concertos com a Osesp, ela vai reger essa obra com a Sinfônica da Rádio de Frankfurt, no dia 20.

Até o fim do ano, tem compromissos com a Filarmônica de Luxemburgo, em outubro, e com a orquestra Ensemble K, em Barcelona, em dezembro. Foi a necessidade de viajar o ano todo que a fez trocar Paris por Lille, no norte da França. "Lille é uma cidade estratégica para quem viaja muito porque fica a 1 hora de trem de Paris, a 35 minutos de Bruxelas e a 1h15 de Londres", diz. Já são sete anos na cidade.

Parte de suas viagens são graças ao apoio que tem da Maison Cartier. Em 2018 ela participou de um concurso de regência para mulheres, em Viena, patrocinado pela joalheria. Viena foi escolhida porque foi uma das cidades que mais demorou para aceitar instrumentistas em suas orquestras. Ela ficou em segundo lugar e ali começou uma parceria que dura até hoje. O primeiro projeto com a Cartier foi "Metanoia", um documentário com música clássica, entrevistas sobre o conceito da beleza e viagens pela Itália, premiado pelo International Classical Music Awards.

Ano passado, a regente brasileira entrou na lista "100 Femmes de Culture" (100 Mulheres da Cultura, na tradução do francês), que escolhe as mulheres mais importantes na França em diversos segmentos. Ela foi a primeira brasileira a receber essa homenagem. ■

Coluna Social

Um camelô no mundo da riqueza

José de Souza Martins

Silvio Santos personificou e disfarçou o atraso do nosso capitalismo inconcluso

A morte do empresário e comunicador Silvio Santos tem tido a previsível repercussão que deve ter o desaparecimento de uma pessoa com extraordinária influência na alteração de costumes mercantis. De certo modo, ele foi o criador de uma versão da pós-modernidade brasileira.

Desmercantilizou a mercadoria, separou-a das relações de compra e venda, situou-a no terreno antimercantil da incerteza, da sorte e mesmo do acaso. Sobretudo o de um imaginário de festa.

Despiu-a da fria racionalidade própria do mercado para dotá-la de uma racionalidade tropical e calorosa, numa sociedade em que o dinheiro e a mercadoria, historicamente, são excepcionais, usados como se destituídos de seus atributos próprios, mesmo na vida cotidiana como se cotidianos não fossem. Silvio Santos chegou a isso de maneira meramente intuitiva.

Fez do comprador um cúmplice, em vez de mero freguês, aliciado através de recursos próprios da televisão, em que é reduzido à condição de coadjuvante das relações de compra e venda, espectador e ator de um enredo de teatro e não de mercado.

Seus programas domingueiros tinham muito de um encontro de feira livre, dominado pela performance teatral do camelô, que reveste a mercadoria de características de um imaginário complexo. O que mobiliza o comprador, muito mais do que é próprio do ato da compra e da venda.

Uma obra fascinante de artimanhas para incluir multidões no mercado de consumo. Uma forma peculiar de inclusão social fantasiosa do comprador realmente excluído pelas insuficiências da sua relação com a mercadoria e o dinheiro. Em particular pela protelação e a demora em fazer do pagador o dono do bem comprado. Em vez de pagar as prestações depois da obtenção do que foi comprado, pagá-las antes de tê-las, usá-las ou consumi-las, como se fosse um investimento.

CARVALL

Silvio Santos recalibrou o capitalismo mercantil do varejo, ajustou-o às limitações de um país atrasado, cujo modelo de economia possível é dominado por insuficiências. Ele conseguiu transformar em grande negócio a economia do pequeno negócio.

Há cerca de 50 anos, presenciei quase na esquina da rua Nova Barão com a Barão de Itapetininga, em São Paulo, um encontro casual de Silvio Santos com uma espectadora de seus programas. No meio da multidão, uma mulher de meia-idade exclamou bem alto, falando com ninguém: "Olha o Silvio!". E foi na direção dele para cumprimentá-lo, como se fosse velho conhecido. Ele reagiu como ator bajulado por admiradora. Nem frio nem empolgado, cortesmente, de maneira a não estimular nela nem a confirmação da proximidade nem a desilusão da distância.

São poucas as sociedades que dispõem de personagens capazes de semelhante proeza. Porque o fenômeno Silvio Santos só é possível em sociedades economicamente atrasadas. Ele personificou e disfarçou o atraso do nosso capitalismo inconcluso.

Ocorre com Silvio Santos a mesma coisa que ocorreu com Francesco Matarazzo, imigrante vindo para o Brasil nos finais do século XIX, que aqui se tornaria um dos nossos maiores empresários industriais. Benito Mussolini comia na sua mão, a quem fizera generosas doações pessoais, sem contar suas contribuições financeiras para o movimento fascista. Foi o que lhe valeu o título de conde.

Nos anos 1930, poucos anos antes de sua morte, já circulava sua biografia pronta e acabada, que remontava à história de sua família aos tempos de Carlos Magno. O mesmo está acontecendo nestes dias com a biografia de Silvio Santos.

Quem morreu não foi o camelô de extraordinário sucesso, mas o descendente de um judeu rico, Abravanel, do fim da Idade Média. O milionário do passado é a esponja que remove da biografia do falecido de agora a mácula de alguém que se fez pelo trabalho duro como comerciante tosco e esperto.

Esse é o lado fascinante da história pessoal de muitos novos ricos no Brasil. Expressão de um capitalismo de desenvolvimento anômalo e lento, muito distante do capitalismo propriamente dito.

Já não é o camelô vulgar das ruas de São Paulo, que comprava quinquilharias baratas para vender um pouco mais caras, obrigado a artimanhas para escapar da polícia pelo comércio ilegal. Na época, morador no porão da Pensão Maria Teresa, da família Fiora, no que é hoje um belo casarão de um sindicato na avenida Duque de Caxias.

O camelô era uma combinação estranha e muito popular de pequeno comerciante, artista de circo e trapaceiro, que mais vendia ilusões do que objetos. Precisava enganar para vender.

Silvio Santos foi ator de uma versão brasileira do que clássicos dos estudos econômicos chamavam, no século XIX, de fetichismo da mercadoria. O dinheiro e a mercadoria despojados do pecado original da cobiça e da acumulação.

José de Souza Martins é sociólogo. Professor Emérito da Faculdade de Filosofia da USP. Professor da Cátedra Simón Bolívar, da Universidade de Cambridge, e fellow de Trinity Hall (1993-94). Pesquisador Emérito do CNPq. Membro da Academia Paulista de Letras. Entre outros livros, é autor de "Sociologia do desconhecimento - Ensaios sobre a incerteza do instante" (Editora Unesp, São Paulo, 2022). ■

EU&

Mães contra a repressão

História Na literatura, no cinema e na política emerge a memória de mulheres que combateram a ditadura para salvar ou honrar seus filhos. Por *Helena Celestino*, para o Valor, do Rio de Janeiro

A revolução do feminismo está trazendo de volta o papel das mães e a longa sombra de influência deixada por elas. Essas mulheres fortes — e reprimidas — do passado ressurgem agora por meio de filhas atuantes na política, no cinema e na literatura. Já com espaço próprio, elas reconhecem as mães como referência e incentivo para quebrarem as barreiras invisíveis, mas muito reais, a cercearem a ascensão das mulheres no mercado de trabalho.

Aconteceu há poucos dias na convenção do Partido Democrata em Chicago. As estrelas maiores dessa festa, a primeira candidata negra à Presidência dos Estados Unidos, Kamala Harris, a ex-primeira-dama Michelle Obama, e a primeira mulher a disputar a Presidência americana, a senadora Hillary Clinton, todas homenagearam as mães por lhes dar coragem para seguir em frente e sem medo.

No Brasil, o mesmo vem acontecendo na literatura de mulheres, invadida pelas relações entre mães e filhas, assim como nos livros de escritoras negras em que o tema da ancestralidade traz também a mãe e a avó. Nesse movimento, redescobre-se o papel das mães na luta pela vida dos filhos encarcerados, perseguidos e/ou desaparecidos durante a ditadura.

As então pacatas donas de casa de classe média dos anos 1960 e 1970 encararam os militares, dispostas a tudo para salvar os filhos. Foram também as primeiras a iniciar a campanha pela Anistia, criando o Comitê Feminino pela Anistia, depois reforçado pelo Comitê Brasileiro de Anistia, conseguindo um raro e fugaz momento de união entre as forças políticas no país.

Após agosto de 1979, com a Lei da Anistia, 5 mil exilados voltaram do exterior e o último preso político foi solto 14 meses depois. "Foi um momento à Nelson Mandela [1918-2013], todos se uniram pela anistia", diz a escritora Ana Maria Machado, referindo-se ao Prêmio Nobel da Paz de 1993, que passou 27 anos na cadeia antes de chegar à Presidência da África do Sul.

"O Mensageiro", filme de Lúcia Murat que estreou nas salas de cinema neste mês, traz essa mãe militante para as telas. É uma ficção, baseada em sua história de presa política.

No filme e na vida real, Murat estava desaparecida e a mãe fazia périplos pelos gabinetes do poder militar, em busca de notícias da filha, sem saber se ela estava viva ou morta. É o carcereiro da prisão que se torna o mensageiro e vai até a casa da família contar sobre o paradeiro de Murat.

A filmografia já longa da cineasta vem traçando um panorama da vida brasileira nos anos de chumbo, mas, desta vez, ela ousa ao mostrar como, em meio ao horror, existe espaço para a compaixão e a empatia, para perdoar e ver o outro. Na cena inicial do filme, o mesmo carcereiro pratica um ato de crueldade contra a presa política, encapuzada e incapaz de ficar em pé sozinha, com uma das pernas destruída na tortura.

"Essa cena aconteceu de verdade", lembra Murat. "Tinha uma escada para subir. Ele dizia: 'Mais um degrau, mais um'. E assim continuou, mesmo quando não tinha mais degrau e me estatelei no chão. Estava destruída, mas dei um esporro nele. E ele ficou desestruturado, acho, quando rompi com o discurso de ódio dominante no quartel."

A partir daí, o soldado virou o leva e traz de notícias e eventuais bolinhos da cadeia para a casa da família e vice-versa. Os laços de amizade se estreitaram e, quando ele se casou, a mãe de Murat foi madrinha.

A virada dos anos 1960-1970 foi um momento de grandes transformações nas famílias brasileiras. Extremamente conservadora, a classe média pressupunha que as jovens casariam virgens e teriam uma profissão, mas seriam mantidas pelos maridos.

DIVULGAÇÃO

Em 'Fico Te Devendo Uma Carta Sobre o Brasil', diretora Carol Benjamin trata da campanha vitoriosa pela Anistia

DIVULGAÇÃO

Georgette Fadel em cena de "O Mensageiro", de Lúcia Murat, filme que conta a história da própria diretora

A política revolucionou o comportamento das mulheres dessa geração e, junto, o das mães. "Mamãe se transformou politicamente, ficou muito ligada à Teologia da Libertação e amiga de frei Leonardo Boff", conta Murat.

A ala progressista da Igreja Católica teve um papel importante na conscientização e no acolhimento dessas mães. Branca de Mello Franco Alves, mãe do deputado Márcio Moreira Alves, era uma mulher bonita, cultivada, rica, casada com um representante da "nobreza" do café, parte da então chamada "alta sociedade".

Foi escolhida representante da América Latina para a Associação dos Leigos do Vaticano, presidida pelo cardeal Karol Wojtyla — depois papa João Paulo II — e aproveitava as reuniões anuais no grupo para levar denúncias de torturas diretamente à cúpula da igreja.

"Era muito importante tê-los do nosso lado", relembra a filha Branca Moreira Alves, escritora, formada em direito, história e ciência política. "Eu vejo a mamãe, passando pelos controles no aeroporto, de tailleur, com uma caixa redonda onde ia o chapéu no meio de papéis de seda e, entre eles, as denúncias, tudo cortadinho e dobradinho. E outros papeizinhos na caixa de pó de arroz."

DIVULGAÇÃO

'Fico Te Devendo Uma Carta Sobre o Brasil': necessidade de acabar com os silêncios

Quando Márcio Moreira Alves fez o discurso no Congresso convocando a população a boicotar o regime, ele passou a ser procurado pela polícia e a mãe se escondeu na Nunciatura Apostólica, a embaixada do Vaticano no Brasil.

No Rio, formou-se um grupo de mães ligadas à Ação Católica dos Meios Independentes para supostamente bordar e trocar informações em reuniões no Colégio Sion. Lá, sabia-se quem precisava de dinheiro para fugir do país ou pagar advogado. Muitas delas eram mães de presos políticos, entre eles Marcia Fiani, Marijane Lisboa e Jean Marc von der Weid.

"Mamãe salvou a vida da gente", lembra Fiani, atriz de teatro. O advogado Modesto da Silveira conseguira um alvará de soltura para ela, Marijane e Marta Clakson porque as três estavam havia mais de um ano detidas sem julgamento. Ao saírem da prisão, foram sequestradas logo depois, jogadas num carro sem identificação e levadas para a prisão do Esquadrão da Morte.

No dia seguinte, a mãe de Marcia passou a fazer plantão na recepção do Ministério do Exército, no centro do Rio, gritando: "Vocês levaram a minha filha, quero saber onde ela está…". E desmaiava. Os soldados vinham com água e, no dia seguinte, a cena se repetia, e no outro também. No quarto dia, um sargento sugeriu que ela escrevesse uma carta para a filha e, se a moça estivesse no Exército, eles a entregariam. Chegou a carta, toda riscada, só com o final, "um beijo da sua mãe". Mandaram Marcia assinar e levaram de volta para a mãe, que a entregou a Modesto.

O advogado foi ao Superior Tribunal Militar e o juiz se disse disposto a ajudar, mas tinha informações seguras de que "essas moças foram sequestradas pela própria organização delas". Modesto mostrou a carta, vinda do Exército, e eles foram obrigados a soltar as três. "Isso nos salvou, já estavam prontos para sumir com a gente."

A escritora Heloisa Teixeira, com o olhar treinado para descobrir tendências de comportamento, comenta que essa intocabilidade, a coisa mágica e mítica da mãe, foi aproveitada por elas como bandeira política. "As mães usaram essa figura tradicional para encarar os militares, ninguém ia prender uma mãe chorando por seu filho", diz Heloisa, que recentemente assumiu o "Teixeira" da mãe.

> "As mães usaram essa figura tradicional para encarar os militares, ninguém ia prender uma mãe chorando por seu filho" *Heloisa Teixeira*

O mais famoso caso entre as "mães coragem" é o da estilista Zuzu Angel, cuja busca incessante por notícias e depois pelo corpo de Stuart Angel, seu filho mais velho assassinado pela ditadura, já virou filme de Sergio Rezende e será recontada numa biografia em preparação pela jornalista Hildegard Angel, irmã de Stuart e filha de Zuzu.

"Foi muito duro para nós, o clima em casa era de guerrilha. Mamãe chamava as mulheres dos militares para tentar ter informações sobre o Stuart e escondia a mim e a minha irmã atrás da janela para gravar a conversa. Nossa vida e a da mamãe eram de medo; a gente podia ser sequestrada a qualquer momento", conta.

Hildegard lembra que, de noite, Zuzu dormia e chamava pelo filho. "De manhã, acordava, botava uma música e tudo mudava: era uma explosão de alegria e entusiasmo, antes com o seu trabalho; depois tudo isso foi canalizado para localizar o Stuart."

Quando Zuzu se convenceu de que não ia mais ver o filho, passou a denunciar a morte dele para todos e em todos os lugares. Fez desfilar uma coleção-denúncia em Nova York, acompanhada de um discurso de protesto contra o desaparecimento e a morte do filho.

Foi com Chico Buarque, um amigo sempre de coração e casa abertos para Zuzu, que ela deixou o bilhete avisando: "Se eu aparecer morta, por acidente, assalto ou qualquer outro meio, terá sido por obra dos mesmos assassinos de meu amado filho".

E assim aconteceu em 1976: seu Karmann Ghia despencou na saída do túnel hoje chamado de Zuzu Angel. Chico convocou dois amigos, e os três imprimiram cem cópias do bilhete deixado por Zuzu e distribuíram para cem formadores de opinião, mas nada foi publicado nos meios de comunicação. Só em 2020 a Justiça reconheceu que Zuzu foi assassinada pelo regime militar.

Também pungente é a história contada por Carol Benjamin sobre a sua avó no documentário "Fico Te Devendo Uma Carta Sobre o Brasil", em exibição no Globoplay. Quando ela a conheceu, Iramaya Benjamin Queiroz há muito deixara de ser uma dona de casa pacata e tornara-se uma figura política reconhecida como uma das líderes da campanha vitoriosa pela Anistia.

Seu pai e seu tio, César e Cid Queiroz Benjamin, que a avó lutara para libertar, já tinham voltado do exílio, e Carol nasceu no Brasil. A avó sempre contava a história da sua transmutação em militante política começando pelo sequestro do embaixador americano, Charles Elbrick, ação ousada da qual seu tio participara em 1969.

"A política entrou na minha casa. Primeiro, meu filho mais velho foi embora para militar, e depois, o mais novo, aos 13 anos seguiu o mesmo caminho", conta ela, com aquele jeito de senhora bem-comportada, cabelos brancos e óculos. Em junho de 1970, Cid foi banido na Argélia e, em 1971, ela recebeu um telefonema informando que César havia sido preso, provavelmente na Bahia. Tinha 16 anos e passou três anos e meio numa solitária com luz 24 horas acesa, pena duríssima e raramente imposta, ainda mais para um menor de idade.

Na única vez que falou sobre o assunto à Comissão da Verdade, César se emocionou ao contar que se esforçava para não perder o calendário, mas perdia. Ele escreveu uma longa carta para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) contando sua história e foi escolhido o preso do ano pela Anistia Internacional, fazendo seu caso ganhar notoriedade internacional.

Iramaya, incansável, percorria os gabinetes militares, fazia contatos para localizar o filho e depois, duas vezes por semana, visitava-o na prisão, mas não conseguia vê-lo. Venceu, e os filhos se encontraram no exílio na Suécia.

A Carol Benjamin interessava contar o lugar dessa pessoa, Iramaya, que não fez a escolha ativa pela política e foi atravessada por isto: os filhos estão correndo perigo, não tem escolha e aí se politiza.

Ao ligar para dar a notícia da morte da avó para a sueca Maryane Eyre, ex-dirigente da Anistia Internacional e grande amiga de Iramaya, descobriu que ela tinha 70 cartas guardadas escritas pela avó. "Descobri uma nova pessoa: após toda a luta política, ficou um buraco existencial e no coração, havia muitas questões encobertas", conta Carol. É disso que trata o filme, da necessidade de acabar com os silêncios na família e na história do país.

No Centro Alceu Amoroso Lima, em Petrópolis, dezenas de cartas de mães pedindo ao crítico e jornalista católico homônimo ajuda para localizar os filhos também contam essa história de horror, amor e resistência. ■

À Mesa com o Valor

Christopher Freeman

Como o consultor financeiro britânico resolveu se embrenhar no mercado de higiene e beleza e remodelou a Granado. Por *Tom Cardoso*, para o Valor, do Rio

‘Aqui tudo acontece quando você não espera’

Sissi Freeman ajeita o cabelo do pai antes de começar a entrevista. Em 1994, ano em que Christopher Freeman comprou a fabricante de produtos de higiene Granado, uma empresa de 124 anos que produzia um único produto — talco de polvilho antisséptico —, ela tinha apenas 14 anos. A hoje diretora de marketing e vendas acompanhou a saga do pai para transformar a engessada empresa numa das mais conhecidas marcas brasileiras de perfumaria e cosméticos, com mais de 800 produtos, 97 lojas próprias e lucro ano passado na casa dos R$ 220 milhões.

“Hoje eu tenho a Sissi, meu braço direito, mas há 30 anos eu estava absolutamente sozinho quando tomei a decisão mais arriscada da minha vida, que deu certo, mas também podia dar tudo errado”, diz Freeman.

Estamos numa das salas de um imponente prédio de 22 andares — dois deles ocupados pela Granado — no Porto Maravilha, centro do Rio. Freeman é um inglês econômico nos gestos e nas palavras. Enquanto uma funcionária da empresa arruma a mesa de café da manhã, ele resume em uma frase a decisão que tomou em 1994: “Fui contratado para vender a Granado e, no meio do processo, eu mesmo decidi comprá-la”.

Nascido em Newcastle, norte da Inglaterra, Freeman chegou ao Brasil em 1976, aos 29 anos, para trabalhar como consultor financeiro em uma das filiais do Bank of Boston, em São Paulo. Quatro anos depois, surgiu a oportunidade para ser transferido por um salário maior para uma sede do banco em Boston, nos EUA, onde ficou até 1988, ano em que foi convencido pela esposa, a brasileira Clicia Lutti, com quem tem três filhos, a se mudar definitivamente para o Rio.

Os primeiros anos da volta ao Brasil foram duros, de muito trabalho como consultor financeiro independente, aprendendo a lidar com o vaivém da economia brasileira. “Todo mundo que faz negócios no Brasil está mais acostumado com as crises do que qualquer outro empresário do mundo. Percebi logo, na prática, que aqui é o país em que tudo acontece quando você não espera e quando você espera nada acontece.”

Em 1994, Carlos Granado, neto do fundador da Granado, José Coxito, contratou Freeman para elaborar um plano de venda da companhia. Durante muito tempo, a Granado, fundada no fim do século XIX, foi sinônimo de excelência — Dom Pedro II, fã do talco de polvilho antisséptico, era o cliente mais ilustre. Com o passar dos anos, porém, a empresa ganhou outros concorrentes e não se modernizou, a ponto de o neto do fundador decidir vendê-la.

Freeman constatou que, sim, a empresa tinha vários problemas, mas uma marca poderosa. O país vivia os problemas econômicos de sempre, com descontrole da inflação e recessão, mas ele decidiu arriscar. Pediu dinheiro a amigos, juntou US$ 8 milhões (mesma cifra do faturamento anual da empresa à época) e avisou Carlos Granado que havia conseguido um comprador: ele próprio. Freeman levanta os dois braços, ao recordar a decisão mais ousada da sua vida. “Sim, fui meio maluco, mas dei muita sorte.”

Duas semanas após a assinatura do contrato, o Plano Real entrou em vigor. A estabilização da economia ajudou a Granado a navegar em mares mais tranquilos, mas isso, sozinho, não explica o sucesso de Freeman como empresário. “Eu logo percebi que precisava, sim, preservar a tradição da empresa, mas não podia ficar refém do passado. Tinha que mudar muita coisa ali”, diz. Ele manteve, por exemplo, o talco de polvilho antisséptico, uma decisão acertada (a empresa vende atualmente cerca de 1 milhão de frascos por mês), mas decidiu acabar com a linha de sabonetes, na época fabricados a partir de ingredientes de base animal.

Leo Pinheiro/Valor

Cardápio

Sede da Granado, Rio

Café da manhã com:
- Suco de laranja
- Água de coco
- Pão de queijo
- Bolo de chocolate
- Tábua de frios

Era preciso criar outra linha de sabonete — e aí ele quase enlouqueceu. A mulher e os filhos, também. Sissi ri ao lembrar dessa fase de experimentos. “Eu fui a principal cobaia.” Freeman precisava acertar a fórmula certa dos novos sabonetes e os levava para casa para serem testados. Um sabonete mais estranho que o outro. Um não fazia espuma direito, outro era colorido demais, outro não tinha um cheiro agradável. “É, os meus filhos penaram até a gente conseguir acertar a fórmula.”

Freeman tomou outras decisões que se mostraram, com o tempo, acertadas. Na época, metade do faturamento da Granado vinha da venda de produtos próprios e outra metade das drogarias que pertenciam à empresa, mas que vendiam produtos de outros grupos, principalmente remédios. O novo dono se desfez das farmácias e decidiu investir tudo na remodelagem da marca, processo que levou anos e contou com a ativa participação de sua primogênita.

No fim da década de 1990, Sissi havia se mudado para os Estados Unidos, onde começou a graduação em ciências políticas e economia na Universidade de Georgetown, em Washington, um curso sem qualquer relação com a perfumaria. A compra da Granado pelo pai acabou mudando o rumo das coisas e Sissi, mesmo a distância, envolveu-se naturalmente com o dia a dia da empresa.

“Nas férias da faculdade, ela sempre trazia alguma novidade do mercado de perfumaria americano. Sissi sempre foi muito inquieta e dedicada, ficava pesquisando por conta própria as lojas de lá para ver de perto como funcionava a venda de cosméticos”, conta Freeman.

Quando passou a trabalhar como braço direito do pai, já de volta ao Brasil, Sissi teve participação ativa em decisões importantes da empresa, como convencer Freeman a manter as embalagens antigas da Granado valorizando, com isso, a história centenária. Na logomarca, a palavra “Farmácias” voltou a ser escrita com “Ph” e o ano da fundação, 1870, ganhou destaque nas embalagens. Uma sacada genial, numa época em que as linhas vintage ainda não estavam na moda.

Freeman teve o mérito de ouvir o que a filha tinha a dizer, percebendo que ali podia começar uma parceria de sucesso entre um empresário pouco antenado e Sissi, curiosa e inquieta, de olho em todas as tendências. Foi da primogênita, por exemplo, a ideia de contratar, em 2005, o conceituado designer francês Jérome Bérard, que havia trabalhado com grifes como Dior e Tiffany, para cuidar do visual dos produtos.

Nem tudo deu certo ou saiu como planejado. Freeman levanta os braços ao lembrar das inúmeras crises que enfrentou, mais por causa dos solavancos da

economia brasileira do que por decisões erradas da empresa. Nada que ele não soubesse quando decidiu virar empresário ainda em tempos de hiperinflação e de planos econômicos mirabolantes. O primeiro que deu certo ajudou a diminuir os perrengues, mas não o livrou das dores de cabeça inerentes ao processo de adequação de uma marca.

"Houve momentos em que pensei em largar tudo e voltar para a Inglaterra, mas isso durou apenas alguns minutos", brinca. Recentemente, durante um encontro num restaurante no Rio, a mulher de um jogador brasileiro, que havia atuado por anos na Inglaterra, disse que estava com saudade de Middlesbrough, outra cidade industrial da Inglaterra, assim como Newcastle. "Ela me mostrou fotos das docas, do céu cinzento, e eu só pensava: 'Não é possível que ela tenha saudade de um lugar como esse'."

Freeman diz que o estilo pé no chão o ajudou a suportar as crises e se manter longe da tentação nos momentos de sucesso. Quando a Granado começou a apresentar bons resultados na sua mão, muitas pessoas tentaram convencê-lo a transformar a marca numa franquia, o que ele sempre recusou. As quase cem lojas são todas próprias.

"Eu sempre tive uma visão de longo prazo, uma estratégia de pensar a companhia por etapas, não deixando de fazer o que é preciso, mas sem apressar as coisas. As pessoas aqui sabem que eu funciono assim", diz Freeman. "Muita gente fica frustrada com esse meu estilo conservador, ficam pedindo expansão, expansão, expansão. Mas tenho minhas convicções e responsabilidades, de manter viva uma empresa de mais de 150 anos. Não posso correr o risco de simplesmente matá-la porque fui ambicioso além da conta."

Desde que Freeman assumiu a Granado, a empresa não teve retração de vendas ou resultados negativos. O conservador e calculista empresário soube a hora certa de dar um grande passo nos negócios. Em 2004, uma década depois de virar CEO da companhia, o lance mais ousado: a compra da marca de sabonetes Phebo, movimento que veio junto com o desejo de expandir as lojas e de repaginar a marca.

Dez anos depois da compra da Phebo, outro grande investimento: a inauguração da fábrica da Granado em Japeri, na Baixada Fluminense. Um terreno de 400 mil m² de onde saem, por dia, cerca de 800 mil produtos da Granado e Phebo. É o grande orgulho do empresário. "Quando instalei a fábrica, Japeri era uma típica cidade dormitório. Não tinha nada. Hoje temos mil funcionários diretos e indiretos vivendo ali, com toda a estrutura necessária. Mudamos a cara da cidade. É muito gratificante saber que contribuí para isso."

Hoje, Freeman se considera mais brasileiro do que britânico. "É uma conta fácil de se fazer: tenho mais tempo de Brasil do que de Inglaterra. Cheguei aqui em 1976, não se esqueça disso", brinca. Sissi faz coro: "Adivinha qual é a bebida preferida do meu pai?". O repórter responde: "Cachaça". Ela está com a resposta na ponta da língua. "Não, é vodca. Cachaça é a bebida preferida dos gringos que estão aqui. Meu pai é um brasileiro como todos os outros."

Os laços de Freeman com o Brasil são tão fortes que ele fez uma promessa para si mesmo: nunca vender o controle acionário da Granado para um grupo estrangeiro, independentemente do valor da proposta. Freeman resistiu bravamente a várias propostas de compra da empresa brasileira, de gigantes internacionais do setor — e no momento em que mais precisou de dinheiro.

Só na construção da fábrica em Japeri e a estrutura em torno dela, a Granado desembolsou cerca de R$ 300 milhões. O empréstimo para fazer esse investimento atormentou Freeman por anos. "A gente pagava 20% de juros só de dívida. Um horror", lembra. Até que em 2016 surgiu a proposta do grupo espanhol Puig, que atua no segmento de moda e perfumaria, com marcas como Carolina Herrera e Paco Rabanne.

Diferentemente de outras empresas, que não abriam a mão de ter o controle acionário da Granado, a Puig aceitou desembolsar cerca de R$ 500 milhões para adquirir 35% do grupo brasileiro. "Ficamos muito satisfeitos com o negócio. A Puig, como a gente, é uma empresa familiar, na terceira geração. Soube entender o quanto é importante para o meu pai continuar no controle da empresa, depois de tudo que batalhou por ela. É a vida dele", diz Sissi. Freeman, no seu estilo, lembra da importância do negócio para a saúde financeira da Granado. "Quitamos o empréstimo e ficamos livres daqueles juros indecentes."

Em 2018, dois anos após a parceria com a Puig, crescendo a todo vapor, a Granado mudou de endereço. Deixou a acanhada sede da rua Direita, hoje Primeiro de Março, para ocupar dois andares do Edifício Vista Guanabara, no Porto Maravilha. A antiga sede, transformada em loja, abasteceu o mobiliário do novo escritório, uma forma de manter o imaginário de empresa centenária.

Freeman levanta-se e vai em direção à janela, no 15º andar, com uma bela vista do centro do Rio. "Foi importante a mudança para cá. Não cabia mais nada na antiga sede, a gente chegou a alugar um prédio do lado da rua", lembra. "Eu não queria perder os laços com uma história tão antiga e bonita, então trouxe o máximo de coisas de lá para cá", diz.

Da escada que liga os dois andares reservados à empresa, é possível ver uma enorme placa escrita "Pharmacia", a mesma que adornava a fachada da Granado em 1870. Há também outros móveis com mais de cem anos de história espalhados pelos 3 mil m² divididos em dois andares inteiros. "Quem entra aqui dá de cara com esse misto de modernidade com tradição. Esse é o nosso espírito. Quero que as pessoas que trabalham aqui tenham conforto, mas que, ao mesmo tempo, saibam para qual empresa estão trabalhando."

A Granado foi uma das primeiras empresas a se transferir para o Porto Maravilha, após o processo de revitalização da região. Chegou antes de uma das grandes concorrentes, a L'Oréal. Com a pandemia, em 2020, as duas empresas habitaram praticamente sozinhas a zona portuária. "Isso aqui virou um bairro fantasma. Esse prédio aqui tem 22 andares. Só dois estavam ocupados, pela gente. Foi algo terrível de se ver", lembra.

A pandemia adiou um dos sonhos de Freeman: acelerar a expansão internacional da Granado, iniciada em 2013, de forma discreta e com os pés no chão: um espaço na seção de beleza da loja de departamentos Le Bon Marché, uma das mais luxuosas de Paris. A experiência mostrou-se bem-sucedida: os clientes europeus aprovaram produtos como o Esfoliante Corporal Castanha do Brasil.

"Os produtos bem brasileiros, por conta da variedade de extratos vegetais, são os que fazem mais sucesso", diz Freeman. "Acho que as embalagens coloridas, com estampas bem brasileiras, também ajudam a vender. Eles [europeus] ficam intrigados, curiosos."

A Granado, que já conta com três lojas próprias em Paris e estava de olho no mercado londrino (chegou à capital inglesa do mesmo jeito que chegou à França, discretamente, vendendo seus produtos numa seção da Liberty, a famosa loja de departamentos), abriu neste ano duas lojas de rua em Londres, uma no bairro de Covent Garden e outra em Chelsea — a inauguração desta última, em maio, contou com uma instalação em homenagem à cantora Carmen Miranda.

Freeman sorri ao ser perguntado se as duas lojas em Londres podem, em algum momento, fazê-lo retornar às origens, ou seja, resultar na sua volta à Inglaterra. "Toda vez que tem uma discussão interna aqui, ou algum problema grande para resolver, eu digo que vou largar tudo e comprar o Newcastle [seu time de coração]. Ninguém me leva a sério, até porque essa seria uma encrenca muito maior. E passei da idade de arrumar confusões para a minha vida." ■

LEO PINHEIRO/VALOR

'Tenho mais tempo de Brasil do que de Inglaterra. Cheguei aqui em 1976', diz Christopher Freeman

ACERVO PESSOAL

Com os filhos Sissi e Luiz e as netas Laura, Luiza e Helena

INÊS 249

Memórias pessoais e coletivas

Teatro Renata Sorrah celebra carreira de quase seis décadas com a peça 'Ao Vivo - Dentro da Cabeça de Alguém'. Por *Dirceu Alves Jr.*, para o Valor, de São Paulo

Em 1996, o diretor Marcio Abreu, hoje com 53 anos, dava os primeiros passos profissionais e trabalhou como produtor no Festival de Teatro de Curitiba. "Vá buscar a Renata Sorrah no aeroporto e cuida bem dela, viu?", disse a curadora Lúcia Camargo para ele.

A atriz, que apresentou a peça "Mary Stuart", desembarcou do avião e entrou na van que a deixaria no hotel. Sentindo uma falta de ar súbita devido ao calor, Sorrah começou a insistir em abrir as janelas do veículo. "Paramos em uma farmácia, ela bebeu água e tudo não passou de um susto, pelo menos para mim", conta Abreu, que, em 2000, fundou a Companhia Brasileira de Teatro.

Sorrah nem se lembra dessa história e, dando risadas, conta que Abreu só comentou o caso há alguns meses. "Eu devia estar nervosa porque o Gabriel Villela [diretor da peça] não pôde ir ao festival e a responsabilidade da montagem ficou em nossas mãos", diz. Desde 2012, a atriz de 77 anos é parceira constante de Abreu e, junto da Companhia Brasileira de Teatro, estreou neste mês o espetáculo "Ao Vivo - Dentro da Cabeça de Alguém" em São Paulo. O elenco se completa com Rodrigo Bolzan, Rafael Bacelar, Bárbara Arakaki e Bianca Manicongo.

Em cartaz no Teatro do Sesi até dezembro, a peça tem como eixo narrativo a memória dos artistas e dialoga com o clássico "A Gaivota", texto do russo Anton Tchekhov (1860-1904), uma das referências do repertório de Sorrah. "'A Gaivota' trata de pessoas colocadas em convivência com questões essenciais que justificam a vida", resume o diretor. "Aproveitamos para celebrar nosso encontro com a Renata e como as escolhas de uma artista radical como ela podem contribuir para uma história coletiva e de formação das pessoas."

Se Tchekhov inspirou o processo, Sorrah recorda de uma epifania que teve enquanto dirigia seu carro pelo Aterro do Flamengo, no Rio, a caminho dos ensaios de "A Gaivota", em 1974. Nesta versão, dirigida por Jorge Lavelli, ela representou Nina, jovem aspirante a atriz, dividida entre o amor de um rapaz em crise existencial e a ambição de desenvolver a carreira em uma grande cidade.

"Eu estava feliz, encantada com a peça, mas nunca é fácil construir uma personagem e, com a Nina, estava mais complicado", afirma a atriz. "De repente, no meio do trânsito, entendi que para fazer Tchekhov é fundamental a simplicidade e só chegaria a algum lugar me doando e enfrentando meus demônios."

KEINY ANDRADE/VALOR

"Com eles, sinto uma sensação de pertencimento", diz Renata Sorrah sobre a Companhia Brasileira de Teatro, de Marcio Abreu

A partir dessa conclusão, Sorrah conta que veio à tona um novo entendimento sobre a profissão e como a busca por cada interpretação, seja no teatro ou na televisão, corre em paralelo a um longo caminho de reflexão. "Eu nunca digo que aquele personagem era para mim e acho estranho quando ouço isso de algum colega porque é sinal de que ele optou pelo caminho da individualidade."

Para ilustrar esse pensamento, a atriz volta ao começo de sua história, em 1967, quando era estudante de psicologia e entrou para o grupo de teatro da PUC, dirigido por Amir Haddad.

"Era uma companhia de esquerda na ditadura militar, e vi que, além de estar viva, precisava buscar respostas junto dos outros", explica. "Por isso, ao longo dos anos, trabalhei com Sérgio Britto, Tereza Rachel, Fernanda Montenegro — profissionais de gerações anteriores —, e sei que foram fundamentais para desvendar minhas questões e desenvolver até uma autocrítica."

Tamanha valorização do coletivo justifica a sintonia de Sorrah com a Companhia Brasileira de Teatro. Em 2010, a atriz assistiu ao espetáculo "Vida", o primeiro do grupo a ganhar projeção nacional, e, ao cumprimentar Abreu, manifestou o desejo de participar de seus projetos. O encontro se concretizou dois anos depois com a peça "Esta Criança" e teve sequência em "Krum" (2015), "Preto" (2017) e "Voo Livre" (2023), além do monólogo online "Em Companhia", durante a pandemia.

"Com eles, sinto uma sensação de pertencimento que sempre busquei", diz. "São artistas inventivos, e fico comovida de me conectar com Rafael, Barbara, Rodrigo e Bianca, atores e atrizes de outras gerações que me colocam diante das novidades."

Entre as memórias evocadas em "Ao Vivo" não aparecem citações ao currículo de Sorrah na televisão. A artista conseguiu um raro equilíbrio entre os palcos e as novelas e celebrizou duas personagens: Heleninha Roitman, de "Vale Tudo" (1988), e a vilã Nazaré Tedesco, de "Senhora do Destino" (2003).

"Fiz tanta coisa que chego a perder a noção porque, para mim, sempre foi só mais um trabalho e demorei a ter a dimensão da força de como aquilo chegava ao público", afirma.

Quanto ao remake de "Vale Tudo", anunciado pela Rede Globo para o ano que vem, Sorrah defende a ideia, mas ressalta que é fundamental quebrar o excesso de expectativas.

"'Vale Tudo' foi uma novela na hora certa do país e, agora, vem com a pegada dos anos de 2020", afirma. "Vai ser positivo porque vamos ter artistas pretos em destaque, a história do casal de lésbicas poderá ser aprofundada. Sobre Heleninha, não sei, já ouvi falar do nome de tantas atrizes e achei todas ótimas." ■

Vinho

A magia dos vinhedos singulares

Jorge Lucki

Uma viagem pelos vinhos portugueses que têm proveniência individualizada, gerando produtos superiores

Cumprindo meu programa de todos os anos em agosto e meados de setembro, estou em Portugal para participar da colheita e vinificação na pequena vinícola de um amigo perto de Mafra, cerca de 40 minutos ao norte de Lisboa.

Embora cansativa, é uma atividade que, além de me acrescentar conhecimentos, me permite entender dificuldades que um produtor enfrenta e valorizar seu trabalho, não deixando que eu me coloque na mera e cômoda função de espectador e crítico insensível. Afinal, uma das minhas preocupações ao escrever um artigo é transmitir ao leitor o que existe por trás de determinados vinhos, mais do que composição, safra, informações técnicas sobre sua elaboração e impressões gustativas.

Por mais que o trabalho diário nas vinhas e na adega exija dedicação, ainda sobra tempo para algumas breves escapadas para regiões vinícolas pouco distantes, inclusive na Espanha, caso da Galícia. Comecei focando no tema "single vineyards", segmento que vários produtores de ponta estão adotando por aqui.

Citar o vinhedo no rótulo, fato que caracteriza um "single vineyard", implica obrigatoriedade de o vinho ser elaborado unicamente com uvas de uma determinada parcela e tem a ver com a valorização do "terroir", palavra francesa que exprime todo um conjunto de fatores que contribui para a personalidade de um vinho.

É um caráter único que o distingue dos demais. Ele provém de um vinhedo que expressa o solo, o microclima, a topografia do terreno e a insolação daquela área bem definida. Ou seja, são características muito específicas daquela parcela que mesmo a área ao lado não tem igual. Esse senso de lugar é a identidade do vinho, e os vinhos de vinhedos únicos são uma versão ampliada desse senso de lugar.

Um vinho com certo prestígio é normalmente uma mescla de vários vinhedos. O produtor, ao se dar conta de que uma das parcelas que compõem esse vinho tem um terroir diferenciado (e muitas vezes parreiras com idade mais avançada), tendendo a gerar vinhos superiores, opta por individualizar a vinha ostentando seu nome no rótulo, acrescentando um degrau a mais — e mais alto — em sua gama.

Dentro desse conceito, Sandra Tavares da Silva e Jorge Serôdio Borges, casal responsável pela Wine&Soul, que tem uma linha de vinhos de grande sucesso internacional, Brasil inclusive (importado pela Adega Alentejana), lançou um par de single vineyards de dois de seus rótulos de prestígio, o branco Guru Vinha da Calçada e o Quinta da Manoella Vinhas Velhas Vinha Alecrim.

JORGE LUCKI

Jorge Serôdio Borges e Sandra Tavares da Silva, casal responsável pela Wine&Soul

Dentro desse conceito, Sandra Tavares da Silva e Jorge Serôdio Borges, casal responsável pela Wine& Soul, que tem uma linha de vinhos de grande sucesso internacional, Brasil inclusive (importado pela Adega Alentejana), lançou um par de single vineyards de dois de seus rótulos de prestígio, o branco Guru Vinha da Calçada e o Quinta da Manoella Vinhas Velhas Vinha Alecrim.

Do primeiro, o Guru, que é fermentado e estagia em foudres, são produzidas menos de 1.600 garrafas, enquanto o Guru normalmente são engarrafadas ao redor de 18 mil anualmente, da mesma forma que o segundo, o Quinta da Manoella Vinha Alecrim, proveniente de uma parcela com mais de 100 anos, plantada pelo trisavô de Jorge Serôdio, saem somente cerca de 700 garrafas, em vez das 5 mil anuais, e que são comercializadas só após 10 anos – atualmente está no mercado a safra 2015.

Comparados lado a lado, há evidentemente mais complexidade e mais concentração no Guru Vinha da Calçada, fato que se repete no Vinha Alecrim, independentemente da diferença de idade entre ele e o ótimo e sofisticado Quinta da Manoella Vinhas Velhas 2021, degustados concomitantemente.

Se o tema é "single vineyard" em Portugal, é preciso citar os pioneiros, o Quinta do Crasto Vinha Maria Teresa e o Vinha da Ponte, que ganharam status de parcela única com menção no rótulo em 1998, muito antes, portanto, desse conceito ser tão utilizado.

Por uma feliz decisão do enólogo David Bavenstock, responsável na época pela direção técnica da Quinta do Crasto: as uvas das duas vinhas estavam sendo pisadas no lagar aguardando o momento da adição de aguardente vínica, dentro do processo que resultaria em Vinho do Porto, como era feito até então. Num lampejo, Baverstock decidiu não interromper a fermentação, deixando as leveduras levarem seu trabalho até o final, resultando, daí, dois tintos secos.

Vizinhas, a Vinha Maria Teresa e a Vinha da Ponte são parcelas constituídas de parreiras centenárias e têm exposições um pouco diferentes, com a primeira exposta para o sol da manhã e que no verão, época de mais calor, fica sombreada a partir das 16h, suportando melhor os anos mais quentes; e a segunda, mais insolada, está voltada para o nascente com face sul, gerando vinhos mais volumosos.

Num painel composto pelos dois vinhos de 2018, suas respectivas características estavam bem definidas — o Vinha da Ponte mais maduro e gordo e o Maria Teresa mostrando mais frescor e taninos mais sedosos. Brilhando sozinho na safra 2019, o Maria Teresa mostrou toda a sua sofisticação, com boa estrutura, textura e taninos firmes e potencial de envelhecimento (importados no Brasil pela Qualimpor).

A noção de que um "single vineyard" é um rótulo superior na gama de um produtor não é tão válida em se tratando de Vinho do Porto. Tradicionalmente os Vintages das grandes casas sempre foram elaborados a partir de uma extensa gama de vinhos provenientes de vinhedos distintos, utilizando-se, para tanto, da arte ancestral que tem por base o talento de mesclar diferentes origens, implicando um produto mais rico e complexo.

Essa diretriz sempre foi defendida pelos ingleses, grandes conhecedores e consumidores de Portos, relegando os Vintage "single quinta" a uma posição secundária, como faz a Symington, que coloca no mercado o Quinta do Vesúvio e o Quinta de Malvedos, e a Taylor's, o Quinta de Vargellas.

A única concessão é dada ao Quinta do Noval, elaborado apenas com uvas de sua magnífica propriedade, situada no Vale do Mendiz, um afluente do Douro, e de onde sai, também, o mais raro, caro e almejado Vinho do Porto, o Quinta do Noval Nacional. O "Nacional" tem origem numa parcela plantada em "pé franco", intocada pela filoxera, que a cada ano requer um replantio em torno de 30 pés (demoram sete anos para dar os primeiros cachos), e da qual são elaboradas cerca de 1,8 mil garrafas ... grandiosas.

Jorge Lucki escreve neste espaço semanalmente

E-mail: Colaborador-jorge.lucki@valor.com.br ■

‘É hora de corrigir a rota’

História Antropóloga Lilia Moritz Schwarcz fala sobre a necessidade de rever uma sociedade em que os brancos classificam, mas não são classificados. Por *Norma Couri*, para o Valor, de São Paulo

Joaquim era o apelido que o pai Ernest Sigmund deu para ela, criança moleque que vivia se machucando no carrinho de rolimã ou no trepa-trepa do parque Ibirapuera. O historiador Alberto da Costa e Silva, que ela considera seu pai intelectual, dizia que ela era duas, Lilia e Lila, do tanto que fazia, sempre correndo: na esteira onde surgem ideias, para o aeroporto montar em Brasília uma de suas exposições de história por imagens, para terminar um de seus 30 livros solo ou coletivos, para uma aula no exterior ou na USP, onde é titular em antropologia.

No tempo livre, ela preenche seu Instagram (157 mil inscritos) ou o canal Lili Schwarcz no YouTube. Na rua, é reconhecida como “professora”. Para o resto, Lilia Katri Moritz Schwarcz é a historiadora pop. Agora imortal, quinta mulher eleita para a Academia Brasileira de Letras entre 36 homens — a primeira, Rachel de Queiroz, só entrou em 1977, 80 anos depois da fundação da ABL.

Lilia também é editora, desde que fundou em 1986, no fundo da gráfica do avô do marido, Luiz Schwarcz, que conhece desde os 12 anos, a Companhia das Letras. Apaixonada por quadrinhos, Lilia publicou seis livros do gênero. “Sempre li as aventuras de Tintim, devo a Asterix ter acertado algumas questões no vestibular de História.”

De ascendência judaica italiana e francesa, Lilia fala muitas línguas, incluindo hebraico, que escreve e lê, “mas não entendo as palavras”. Tem dois filhos, Julia, de 42 anos, e Pedro, de 38, ambos trabalhando na editora, e duas netas, Zizi, a Maria Isabel, de 17 anos, e Alice, sua mentora no Instagram, de 15. Lilia acaba de publicar “Imagens da branquitude - A presença da ausência” (Companhia das Letras, 432 págs., R$ 99,90), e foi em pedaços de tempos roubados que concedeu esta entrevista de Brasília:

Branquitude

O tema da branquitude sempre foi tratado por intelectuais negros, nós não nos incluímos no debate. Não existe negritude sem branquitude, negritude é afirmação, branquitude, denegação. Nós, brancos, classificamos, mas não somos classificados, criamos regras, mas estamos fora delas. As imagens são uma oportunidade para as pessoas verem o que não enxergam. O melhor exemplo são os museus de etnografia, onde cabe todo mundo, asiáticos, africanos, melanésios, sul-americanos. Quem não está? Os europeus, donos da classificação.

Branqueamento

Meu livro mostra imagens de figuras que foram “apagadas”, como a empregada negra no fundo do quadro que virou capa. Nas telas de Debret e dos artistas que retrataram o Brasil, negros aparecem descalços. Nas propagandas de sabonete, meninos brancos branqueiam os negros.

Cotas

Imagem, como dizia o ensaísta e crítico literário Walter Benjamin (1892-1940), vem de magia, raiz da ideia de imaginário. Vivemos numa civilização de imagens. O Instagram não existe sem imagens, e imagens não são só reflexos, produzem valores. A ausência de negros na sociedade nunca nos incomodou. Por isso mudei minha posição contra a política de cotas, calcada na ideia da meritocracia universal. Como falar em meritocracia num país tão desigual? Passei a ser favorável. A universidade melhorou com a inclusão tanto no currículo, antes só de homens brancos, como na discussão racial. Há espaço para autores negros, Guerreiro Ramos, Abdias do Nascimento, mulheres negras estão na minha bibliografia. A universidade é o trampolim para o protagonismo em postos públicos e privados.

Memória visual

55,6% da nossa população é negra, a maioria minorizada. Nos Estados Unidos há entre 13% e 16% de negros, e olha a revolução que fizeram. Retardamos a nossa. Silenciar, apagar, subordinar 55,6% da população não pode ser bom. As imagens dos livros de história distorcem não só a cor, mas os fatos. Fiz um livro, “O sequestro da Independência” (2022), com Lúcia Klück Stumpf e Carlos Lima Jr., para tratar de um quadro, “Independência ou Morte”, de Pedro Américo. A memória visual carregada de imaginação é importante na construção da História. O próprio Pedro Américo admitiu, “em nome da nação, sacrifico a geografia”. Temos de olhar uma imagem como documento e perguntar “ano, autor, quem pagou?”. Debret, dos raros naturalistas que viveram no Brasil, era o pintor da Corte, havia limites para sua arte. Mas a capa de 10 entre 12 livros sobre escravidão tem Debret na capa. Nem ele nem Pedro Américo achavam suas pinturas veristas. Mas aprendemos História através da iconografia. As pessoas podem não se comover com sapatos ou quadros, mas e os mapas truncados, alegóricos? É hora de corrigir a rota.

Mestiçagem

No meu livro trato da mestiçagem, que Gilberto Freyre dizia ser fruto do estupro de escravas pelos senhores, envolvendo masoquismo e sadismo. Assim nasceu a mistura que deu o mito da democracia racial, retardando a luta pelos direitos. Não há igualdade. O médico e botânico Von Martius (1794-1868) descreveu as raças do Brasil como três rios, um grande rio branco, outro menor, negro, e um terceiro, menor ainda, indígena. Todos desaguam no branco. Mestiçagem sempre foi separação e hierarquia. Corria no século XX a teoria de que raças mistas estavam condenadas ao desaparecimento, e o Brasil é o grande laboratório delas. O médico e cientista João Batista de Lacerda (1846-1915) dizia, e o jurista Oliveira Viana (1883-1951) repetia, em três gerações o Brasil seria branco, com um pouco de sorte, grego até.

Racismo

Sou otimista no atacado e pessimista no varejo, não sei dizer que cor teremos. Gregos não seremos. Mas quero mais sonhos e menos pesadelos. Estudamos os gregos e os romanos nas escolas, por que não os africanos? Só teremos democracia se formos menos racistas. Os brancos já não estão se entendendo. Dei o título de um capítulo deste livro, “Eles que são brancos, que se entendam”, como dizia o escritor James Baldwin (1924-1987). Em 1988, fizemos uma pesquisa na USP perguntando se o Brasil era racista, 96% disseram que não. Depois, se os entrevistados conheciam algum racista, 99% disseram que sim. Perguntamos o grau de relacionamento, e todos apontaram a namorada, o pai, a mãe, irmãos, contaram casos. Conclusão: todo brasileiro branco se sente numa ilha de democracia racial cercada de racistas por todos os lados.

Rede social

Entrei no Instagram por causa do governo bolsonarista que atacava a ciência, além de jornalistas, raças, gêneros. O ministro Abraham Weintraub dizia, imagine ter um filho, fazer tudo por ele, e ele decidir ser antropólogo. Decidi mostrar o que a gente faz. No começo houve estranhamento, mas a faculdade está se abrindo. Devo tudo ao ensino público, estudei no colégio vocacional, cumpri todas as etapas da academia, acabei de dar uma aula magna, mas cheguei a uma idade, 66 anos, em que posso fazer aquilo em que acredito, exposições, aulas, Instagram, YouTube e livros.

Dormindo com o inimigo

Na editora fiquei amiga dos autores, Saramago e Pilar del Rio, Jô Soares, o historiador Robert Darnton... mas me envolvo em tantas outras coisas que minha participação foi “não cabendo”. Continuo lá, mas tinha um papel delicado, podia acabar sendo editora dos meus professores. O Luis assumiu tudo. Ter seu marido como editor é como dormir com o inimigo, de quem acabou de ouvir “o capítulo não está bom” ou “você tem de fazer esse livro”, como aconteceu com “Brasil, Uma biografia”, um projeto da Penguin do qual todos desistiram. Eu não seria a intelectual que sou sem o Luis, autor de grande parte dos títulos, editor severo dos meus livros. Quando ele se emociona com um livro é bom. Mas tenho de ouvir “eu não mereço esse Foucault básico”, “está proibida de falar em símbolo mais de dez vezes”, “ressignificação?, over my dead body”. ■

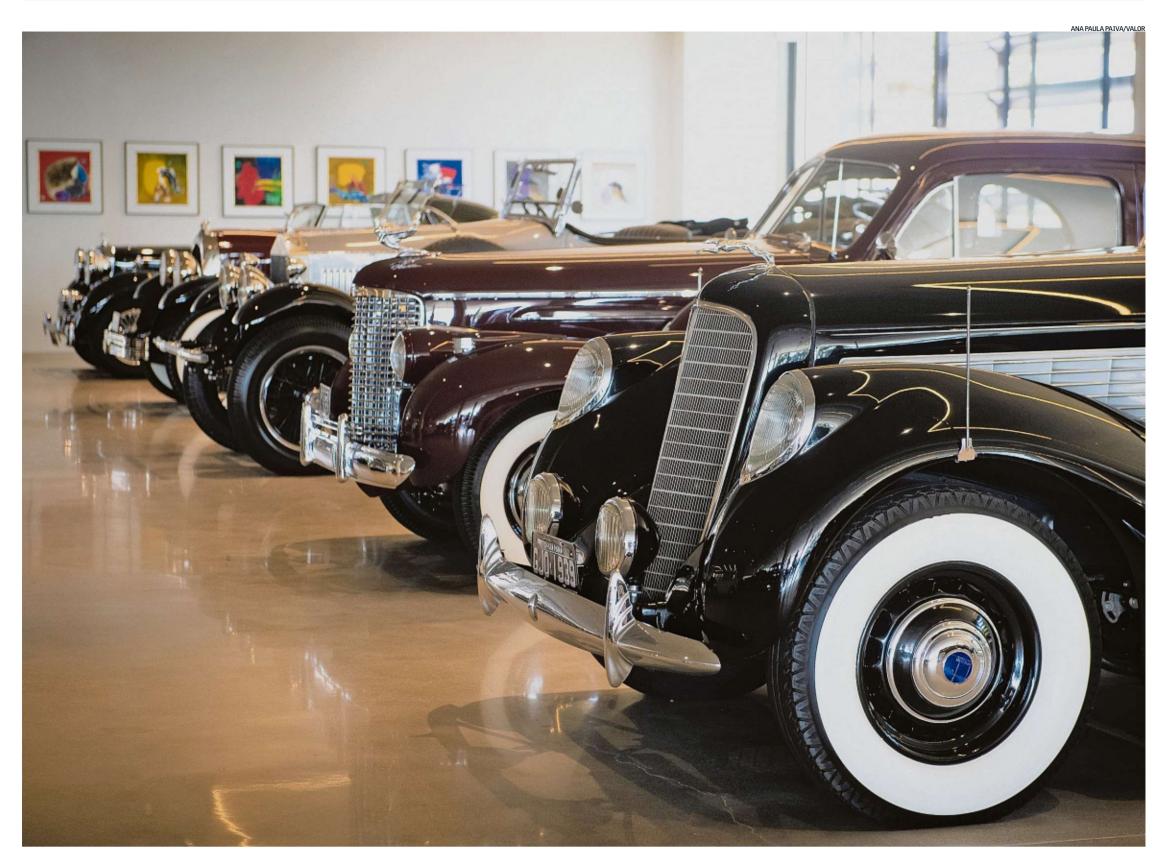
EDILSON DANTAS / O GLOBO

“Sou otimista no atacado e pessimista no varejo, não sei dizer que cor teremos”, diz Lilia Schwarcz

> “Todo brasileiro branco se sente numa ilha de democracia racial cercada de racistas por todos os lados”
> *Lilia Schwarcz*

INÊS 249

EU&

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Luxo e sofisticação são só uma parte do CARDE, espaço que será inaugurado em novembro, em Campos do Jordão. Em novo conceito, o museu elevou o automóvel à categoria de obra de arte e o vinculou ao trabalho de artistas, artesãos e cenografia

Carro e arte a serviço do bem

Museu Rico acervo de automóveis antigos, obras de arte e artesanato conta história e dá impulso a projeto social da Fundação Lia Maria Aguiar. Por *Marli Olmos*, de Campos do Jordão

Raramente alguém vincula carro com cultura e arte. Em geral, o automóvel é visto como objeto do cotidiano ou, no máximo, relíquia de colecionador. Mas, em breve, o Brasil terá um museu de automóvel criado a partir de um conceito novo, que elevará o veículo à condição de obra de arte integrada a outras — de quadros de pintores famosos e obras indígenas ao artesanato de crocheteiras. Tudo isso alinhado a acontecimentos históricos e uma conexão com os projetos sociais da Fundação Lia Maria Aguiar, razão de existência do futuro museu.

Encravado no meio de uma floresta nativa de araucárias, o espaço é mais uma iniciativa que, aos 86 anos, Lia, filha de Amador Aguiar (1904-1991), fundador do Bradesco, põe em prática para engrandecer o já imponente trabalho de filantropia que há 16 anos realiza em Campos do Jordão (SP).

A construção está em fase final e a inauguração, prevista para novembro. Assim como o Instituto Inhotim, museu a céu aberto em Brumadinho (MG), o local não terá museu no nome. Foi batizado de CARDE (se pronuncia cardê), que faz a junção de carro, arte, design e educação.

Diferentemente de Inhotim, as exposições não serão ao ar livre. Porque ninguém seria maluco de expor ao relento as joias que compõem o acervo: cerca de 100 automóveis raros — como o luxuoso conversível Lincoln K 1938, que conduziu a rainha Elizabeth II em São Paulo, em 1968, e o papa João Paulo II, em sua primeira visita ao Brasil, em 1980. Todos os veículos funcionam perfeitamente.

Haverá carros na parte externa para o visitante entrar e se divertir e uma mostra rotativa com modelos antigos. Mas as relíquias sobre rodas e mais cerca de 100 obras de arte, além de material audiovisual, serão distribuídos em várias salas, num espaço de 6 mil m², construído numa área total de 150 mil m². Nenhuma árvore foi derrubada no local onde antigamente existia uma antiga chácara de veraneio.

Lia, quem diria, é fã de automóveis. A paixão vem dos tempos de menina. Amador Aguiar teve um DKW e quando ele chegava, ao som do "pó-pó-pó" do escapamento, Lia, lembra ela hoje, rindo, dizia: "Lá vem o pipoqueiro". Por isso, o CARDE serve também de homenagem a Amador Aguiar.

Certo dia, ao folhear uma revista, Lia disse: "Precisamos de um carro moderno" (para a sua coleção). O jeito de ter o que vira na revista — um McLaren Senna — foi viajar até a fábrica, na Inglaterra. O convite veio de Amanda McLaren, filha de Bruce McLaren, fundador da marca e da equipe de Fórmula 1, que morreu em acidente nas pistas quando Amanda tinha 4 anos.

GABRIEL REIS/VALOR

Herdeira de Amador Aguiar, Lia Maria Aguiar vive em prol de projetos sociais, é fã de carros e tem encanto especial por Gurgel

> "Lia [Maria Aguiar] sempre viu o carro como objeto de arte, e o que tínhamos em mãos era interessante"
> *Luiz Goshima*

Mas os veículos da série Senna tinham sido todos vendidos. Um protótipo do mesmo modelo foi, então, produzido especialmente para Lia, com configuração de cores e acabamento segundo preferência da compradora. "Levou um ano para ficar pronto", lembra. O carro veio da Inglaterra em avião e trouxe estampado na carroceria um adesivo com o logotipo da Fundação Lia Maria Aguiar, uma surpresa do fabricante.

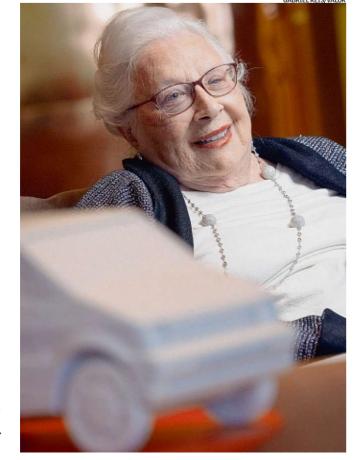
Esse McLaren estará exposto no CARDE ao lado de outras raridades do automobilismo, como o Berlineta Interlagos, do início dos anos 1960, que fez parte da equipe Willys e no qual pilotos como Wilson e Emerson Fittipaldi e Christian Heins disputaram provas.

A ideia do museu surgiu em 2018, quando Lia comprou parte da coleção de Og Pozzoli (1930-2017), um dos pioneiros do antigomobilismo no Brasil. O acervo de Pozzoli, cujo maior atrativo eram carros que pertenceram a governos, foi doado à fundação de Lia Maria Aguiar por ela mesma.

Mas o que um museu de carros antigos teria a ver com os projetos de educação e cultura da fundação? Muito pouco, à primeira vista. "Lia sempre viu o carro como objeto de arte, e o que tínhamos em mãos era interessante. Mas quando pensávamos em como vincular tudo isso a uma fundação voltada ao bem-estar de jovens de baixa renda ficava um vazio", lembra o administrador Luiz Goshima, idealizador do projeto, diretor-executivo da fundação e também colecionador de automóveis.

Surgiu a ideia de criar uma escola de restauradores de carros antigos. "Faltam profissionais qualificados nessa área", diz Goshima. O bom restaurador precisa ter domínio de modelos antigos e habilidade em mecânica, funilaria e pintura, além de conhecimento da língua inglesa para acessar a literatura.

A turma experimental, criada em 2022, formará 25 jordanenses — na maioria, pais ou irmãos de crianças atendidas pela fundação. O primeiro trabalho prático dos alunos foi restaurar um Ford T, de 1923, que terá lugar de destaque no CARDE. Mas a escola de restauradores ainda parecia insuficiente para conectar o novo projeto à essência da fundação. A ideia de recorrer aos fatos históricos era boa, mas usar cronologia convencional não empolgava os organizadores.

O dilema foi resolvido com a ajuda de Gringo Cardia, artista visual, designer, cenógrafo, arquiteto, diretor de teatro e curador. Cardia desenhou cenários de espetáculos, como "Ovo", do Cirque du Soleil, e dirigiu shows de grandes artistas. Assinou a curadoria do Museu Casa Darcy Ribeiro, em Maricá (RJ), e também atua em projeto social de formação de

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Entre as relíquias sobre duas rodas, o CARDE apresentará raridades como um Cadillac Eldorado, de 1955

jovens na área técnica de teatros no Rio, chamado Spetaculu.

"Automóvel?", questionou Cardia, ao ser procurado por Goshima. A ideia só o entusiasmou quando ele mesmo testemunhou a possibilidade de o carro despertar emoções, remeter as pessoas à própria história.

Ao visitar o acervo do museu, junto com a irmã, o cenógrafo deu de cara com um DKW Belcar, igual ao carro da família quando ele era criança — e o mesmo das lembranças da infância de Lia. Até a cor era igual: verde-água.

Goshima permitiu que os irmãos dessem uma volta no DKW. "Foi uma volta ao passado, os sentimentos afloraram", afirma Cardia, que, então, buscou na cenografia formas de dar movimento à exposição que Goshima não queria que fosse estática.

Desde então, o artista visual não parou mais de olhar para os carros e fazer conexões com arte e história. Ao passear pelo saguão do local onde os veículos estão guardados, em Campos do Jordão, Cardia fixa o olhar num modelo De Dion-Bouton, de 1902, o mais antigo do acervo. As curvas do estribo o remetem aos espartilhos do estilo art nouveau.

Sob coordenação da professora Heloisa Murgel Starling, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), uma equipe de 15 historiadores dedicou-se, ao longo de um ano, à pesquisa bibliográfica. "Vimos a oportunidade de contar história por meio de um objeto de desejo — o carro. Seja a golden age ou o tropicalismo", afirma Goshima.

Sob comando de Felipe Scovino, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a curadoria de arte permitiu conectar carros com peças como, por exemplo, as linhas geométricas de uma coleção marajoara ou objetos do modernismo. O acervo incluirá peças das coleções de arte de Lia, de Goshima e de seu pai, Luiz Harunari Goshima, antigo braço direito de Lia, que morreu em 2023.

Em outra perspectiva artística, um carro "voador", com nome de uma ave rara, um Uirapuru 1966, aparecerá pendurado no teto e fixado num cajueiro feito de metal e revestido de crochê. A brasileira Brasinca produziu o Uirapuru entre 1964 e 1966. Depois, passou a fabricar peças até que, em 1999, a Usiminas adquiriu o controle da empresa.

O Uirapuru do CARDE foi pintado por Daniel Rudá, artista indígena, e na sala onde o carro estará exposto haverá quadros de arte indígena e painéis de crochê — um trabalho meticuloso, elaborado por costureiras do Instituto Proeza, um projeto social de Recanto da Ema, Distrito Federal.

O museu também traz abordagens críticas. O luxo exibido pela elite no período da Belle Époque aparece em contraste com a abolição da escravatura no Brasil. Há, ainda, referência à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando as montadoras interromperam a produção de carros para fabricar armamentos. Ao circular pelo acervo, o pesquisador João Pedro Gazineu, responsável pela curadoria de história automotiva, mostra o Chrysler 1948, luxuoso conversível de cinco lugares, cuja parte da carroceria em madeira serve de testemunho do período de crise do aço nos EUA.

Quando a ideia do CARDE começou a ganhar forma foi Gazineu quem saiu em busca de carros que faltavam para completar o museu. Além do exposto, a instituição contará com a reserva técnica de veículos, o que lhe permitirá fazer trocas constantes e, assim, sempre oferecer novidades ao visitante.

Apesar de ser o protagonista da mostra, o automóvel não é poupado da responsabilidade pelos problemas ambientais. A indígena Naiara Tukano, do povo Yepã Masã, do Alto Rio Negro, Amazonas, inicialmente recusou-se a gravar um vídeo para o museu, alegando que carro a remetia ao sofrimento dos povos nativos com a exploração desordenada de borracha. Goshima a convidou, então, a fazer o vídeo falando sobre esse desrespeito com a natureza e com os habitantes das florestas.

A pedido de Lia, o CARDE terá, ainda, uma seção dedicada a João Conrado do Amaral Gurgel (1926-2009) — e com as mesmas honras dirigidas a outro gênio brasileiro: Santos Dumont. Lia tem boas lembranças do amigo Gurgel, o ousado e criativo engenheiro que enfrentou as multinacionais para produzir carros nacionais. Toda vez que Lia o visitava, em Rio Claro (SP), ele a convidava para uma volta na pista. A esposa do engenheiro alertava: "Não vai, não, Lia; o Gurgel é louco".

Um dia a empresária pediu: comprem tudo o que aparecer do Gurgel. Além do lendário BR 800, a exposição terá o Itaipu, um furgão elétrico. Na sala dedicada ao engenheiro brasileiro, 16 miniaturas de carros da marca, produzidas em resina por meio de impressora 3D e idealizadas por Cardia, "flutuarão" pelo ambiente.

Anexa ao museu, está sendo também construída uma sala de estudos, aberta a estudantes e pesquisadores mediante agendamento. Para completar a conexão com os projetos sociais, alunos de música, teatro, dança e circo da fundação trabalharão no CARDE. Atuarão como monitores ou artistas, vestidos com roupas de época, em apresentações em meio à exposição.

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Em frente ao futuro museu, Gringo Cardia é o responsável pelas conexões entre carros, arte e história

A filantropia guia a vida de Lia, uma das três filhas adotivas de Amador Aguiar. Nos últimos sete anos, a empresária fez aportes de mais de R$ 120 milhões para a fundação. Segundo a entidade, em 2019, a empresária transferiu, de uma só vez, cerca de um terço de suas ações do Bradesco — em torno de R$ 800 milhões — para a fundação por meio de um fundo patrimonial filantrópico ("endowment", em inglês), que serve para proteger e perpetuar a causa filantrópica.

O interesse pela filantropia em Campos surgiu em 2006, quando Lia comprou a Mineradora Corrêa, que ela posteriormente doou para a fundação. A empresa estava abandonada e os salários, atrasados. "Eu disse aos empregados: 'Vou comprar a mineradora para vocês poderem trabalhar nela'", lembra.

Em pouco tempo, Lia percebeu que por trás do glamour e da badalação em Campos do Jordão durante o inverno se escondia uma população carente, que tinha que se deslocar 50 km ou mais para alguns atendimentos básicos de saúde. Com investimento de R$ 30 milhões, há dois anos, a Fundação Lia Maria Aguiar inaugurou um núcleo de saúde, que começou com atendimento a alunos e familiares e recentemente passou a receber a população por meio do SUS.

O núcleo tem parceria com o Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, responsável pela operação. Em 2023, foram 100 mil atendimentos, procedimentos e exames. Recentemente, o núcleo foi aberto a turistas, que pagam por atendimentos como hemodiálise, indisponível na cidade. "Desde que o horário esteja vago, sem prejuízo à população", destaca Goshima.

O sofisticado prédio do núcleo de saúde contrasta com qualquer outro serviço público da cidade. Tanto que, conta Kayan Mussury, gerente de administração, no início, muita gente tinha até receio de entrar, achando que teria que pagar pelo atendimento.

A fundação da herdeira do Bradesco é famosa na cidade e é sonho de muitos jovens participar dos cursos oferecidos. Alguns dos formados deixaram a cidade para integrar espetáculos musicais ou seguir estudos em faculdades de música de São Paulo.

Lia é viúva e não teve filhos. Hoje ela não pode ficar em Campos do Jordão durante o tempo que gostaria porque precisa seguir com tratamento médico de problemas respiratórios provocados pela covid. Mas, Dona Lia, como é conhecida em Campos, faz questão de estar com as crianças da fundação em pelo menos duas datas — seu aniversário, em 2 de junho, e no Natal, quando, junto com Papai Noel, acende as luzes que adornam a cidade.

Lia diz estar ansiosa pela abertura do CARDE. A inauguração do espaço será mais um motivo para ela viajar até o topo da serra e, assim, ficar mais próxima dos projetos sociais que se tornaram sua razão de viver. ■

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Idealizador do museu, Goshima buscou conexões: "Não ligar tudo com a fundação voltada ao bem-estar de jovens de baixa renda deixava um vazio"

INÊS 249

Denominação de origem inventada

Gastronomia Historiador derruba mitos da cozinha italiana. Por *Luiza Fecarotta*, para o Valor, de São Paulo

"Sem a mítica pizza de São Paulo, a pizza de Nápoles não seria tão famosa", diz Alberto Grandi

"Sem a mítica pizza de São Paulo, a pizza de Nápoles não seria tão famosa ao redor do mundo." Essa afirmação polêmica é do historiador italiano Alberto Grandi, que lança no Brasil o livro "As mentiras da nonna: Como o marketing inventou a cozinha italiana" (ed. Todavia, tradução de Alessandra Siedschlag, 208 págs., R$ 79,90).

Sua tese desmonta a ideia de tradição culinária da Itália, a tipicidade de seus ingredientes e embasa uma provocativa teoria de que os produtos italianos industrializados têm mais identidade com o país do que os artesanais, com selos de denominação de origem.

A pizza era consumida no sul da Itália pelos pobres, como comida de rua, de má qualidade — desconhecia o bom molho de tomate, o azeite e o queijo. Os próprios napolitanos se envergonhavam dela. "Quando emigram para a América do Norte e do Sul, em particular para Nova York e São Paulo, a pizza se torna um produto rico, de alta qualidade, e retorna a Nápoles como símbolo da cidade."

Grandi faz o passeio contrário para escavar a cozinha italiana. Ele parte dos costumes dos emigrantes — houve um êxodo de 15 milhões de italianos. "Eles chegam aos Estados Unidos, ao Brasil e à Argentina sem identidade. Nem sequer tinham uma língua comum. Essa identidade italiana se constrói no exterior."

Grandi despertou antipatia ao lançar sua obra, criticada sobretudo pelos políticos da direita. "A culinária é o elemento mais forte da identidade dos italianos. Quando você toca nisso, a coloca em crise." Para todos os povos, a culinária é um forte elemento identitário, mas só na Itália se tornou o único, e com forte apelo econômico. "A culinária italiana se tornou uma religião."

No título original de seu livro, lançado em italiano, Grandi faz referência à "denominação de origem inventada" e revisita o conceito de tradição inventada, cunhado pelo historiador inglês Eric Hobsbawm. Os selos DOP (Denominação de Origem Protegida) e IGP (Indicação Geográfica Protegida), sustentados por histórias que remontam a um passado de opulência, bem diferente do real, proliferaram excessivamente pelo país, que passou a questionar o modelo de desenvolvimento amparado pela grande indústria.

Depois de viver em abundância num extraordinário crescimento econômico iniciado em 1950, em um intervalo muito curto, os italianos tiveram seu pão racionado, e a prosperidade, que parecia infinita, esmoreceu.

Os produtos de excelência gastronômica passaram a esculpir uma estratégia de desenvolvimento e se tornaram as novas bandeiras por meio das quais se acredita dar uma identidade aos territórios.

Para exaltar a italianidade, os selos passam a ter um valor político dentro das pequenas comunidades, mas não chegam a causar um impacto econômico no território. "Esse excesso é um grande problema, quase uma piada", diz Grandi. "Hoje, as exportações agroalimentares italianas valem € 60 bilhões, e apenas 20% são produtos DOP e IGP. Mas, se olharmos para esses 20%, na verdade são produtos que nada têm a ver com a nossa tradição, com exceção de cinco, que são o prosecco, o vinagre balsâmico, o parmigiano reggiano, o grana padano e o presunto de Parma."

Em sua tese, um produto, para ser típico, deve ter um caráter mitológico. "Não importa o quanto de verdade e o quanto de inventado existe naquilo que nos contam sobre a comida. O que importa é a sensação de satisfação que dela tiramos."

O consumidor quer provar um prato que conte uma história. Obviamente existe marketing, diz ele, mas esse é também um elemento estrutural da comida. "Já me criticaram dizendo que quando desmonto essas histórias é como se estivesse tirando um pouco de sal da receita. É verdade. Se não houver mito, a comida fica menos saborosa."

Grandi retoma a história do carbonara sobre a qual diz ter poucos documentos. "Não é uma história definitiva, mas temos algumas certezas." Uma delas é que o carbonara não existia até a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

A outra é que os ingredientes (ovo em pó e bacon) foram trazidos pelos soldados americanos. Também sabe-se que a primeira receita foi publicada em Chicago, e não na Itália, em 1952. "São receitas que mudam com o tempo. Não existe o carbonara real, nem uma versão errada. O erro é afirmar verdades absolutas num assunto como este. O perigo real é que a Itália tenta cristalizar e bloquear a tradição. Corre o risco de se matar, de fossilizar."

Grandi rebate a ideia de que a cultura gastronômica tem raízes nas antigas tradições da cozinha medieval e do Renascimento e diz que a cozinha italiana, tal qual conhecemos hoje, nasceu nos anos 1970 junto dos mitos que a sustentam.

Ele cria um terremoto que faz desmoronar, passo a passo, outras fábulas da cozinha italiana. Afirma que a pasta chegou à Europa por meio dos árabes e que não foi um elemento distintivo da cozinha da Idade Média; que o tomate de Pachino, província de Siracusa, embora tenha selo de Indicação Geográfica Protegida, nasceu em Israel, em uma das mais importantes empresas do mundo no setor de pesquisas genéticas no campo agrícola; que o azeite de oliva italiano era produzido em várias regiões do Mediterrâneo com lotes misturados para se obter um produto padronizado.

Também toca no mito do presunto cru de Parma, "que fez escola do ponto de vista do marketing e da promoção da marca", mas hoje vive alguns paradoxos. Os criadores de porco, por exemplo, não conseguem ter margem de lucro se respeitarem os regulamentos de produtos certificados e, com isso, parte das coxas com as quais se faz esse tipo de presunto vem de criações não italianas.

Sobre o vinagre balsâmico, cuja história é longa e antiga, chama a atenção para uma confusão que se faz com a palavra balsâmico, que faz referência a dois produtos completamente diferentes em uma região que é praticamente a mesma.

Há registros longínquos de que no século XIII já havia barris de vinagre no palácio do senhor de Modena e, depois, no século XVIII, documentos comprovam o primeiro registro da palavra balsâmico. O balsâmico daquela época, no entanto, referia-se a um produto muito diferente do que existe hoje — era enriquecido com especiarias.

O vinagre balsâmico tradicional é um produto refinado e raro, feito com o mosto das uvas da região de Modena e Reggio Emilia, envelhecido por pelo menos 12 anos — o preço de um litro pode alcançar € 1.500. Não tem sequer uma dimensão comercial; costuma ficar restrito a algumas casas nobres.

Tendo esse filão em vista, a indústria criou um produto com nome semelhante, o vinagre balsâmico de Modena, como ferramenta de marketing territorial, com qualidade muito abaixo daquele tradicional.

Grandi inverte a lógica e crava que os verdadeiros produtos típicos italianos são industriais e, muitas vezes, dispararam a proliferação dos artesanais. O panetone é um exemplo. Antes do século XX, era um pão fino, duro e achatado, polvilhado com um tanto de passas, consumido pelos pobres e sem relação com o Natal. Tal qual conhecemos hoje, foi uma criação industrial.

"O sabor italiano como reconhecemos e a reputação da cozinha italiana estão muito ligados a certos produtos industriais", diz o autor. "Nutella é um produto que em todo o mundo é reconhecido como símbolo da qualidade italiana. O Martini e o Campari também são produtos simbólicos."

Já a comida caseira, em sua percepção, tornou-se a verdadeira base da culinária italiana. "A cozinha italiana se construiu nos anos do boom econômico, quando os italianos experimentaram um bem-estar que até então nunca tinham sonhado e fundaram a sua própria cozinha em casa."

As tradições domésticas se tornaram o forte elemento identificador dessa cozinha, num processo a partir dos anos 1950, em grande parte por meio do retorno dos emigrantes à Itália. Alberto Grandi sente a publicação de seu livro no Brasil, aliás, como uma volta para casa. ■

'Os Outros' em condomínio de luxo

TV Segunda temporada da série apresenta novos personagens e formato de antologia. Por *Luciano Buarque de Holanda*, para o Valor, de São Paulo

Lançada em 2013, a primeira temporada foi um fenômeno. "Os Outros" não tinha apelo especial além de rostos conhecidos e uma boa história, ambientada no cenário pouco cinematográfico da classe média carioca. Mas talvez justamente daí venha a identificação: a despeito de qualquer exagero, a série de Lucas Paraizo ("Sob Pressão") parece muito próxima da realidade de seu público-alvo. Todo mundo, afinal, tem alguma história de vizinho para relacionar com a trama da série, essencialmente uma briga de condomínio que escala a trágicas proporções.

Muito desse sucesso também se deveu ao inspiradíssimo elenco. Milhem Cortaz pode ter roubado a cena como o truculento Wando, mas todos estavam muito bem: Adriana Esteves como Cibele, a mãe cringe e superprotetora; Thomás Aquino na pele de Amâncio, com seu positivismo tóxico de dar nos nervos; Maeve Jinkings como Mila, vítima de abuso doméstico; Drica Moraes fazendo a síndica excêntrica; Eduardo Sterblitch como o miliciano Sérgio, além de todo o elenco juvenil.

A segunda temporada de "Os Outros" tem a dura missão de contornar a ausência de muitos desses personagens, em parte irreversivelmente eliminados da trama.

Um dilema similar ao de "The White Lotus" e solucionado da mesma forma. "Os Outros" se transformou numa série de antologia: a temática ainda é a mesma, mas mudam o cenário, o enredo e parte dos personagens.

Da primeira temporada, ficam Marcinho (Antonio Haddad), Lorraine (Gi Fernandes), Sérgio, Cibele e Amâncio, este último com uma participação aparentemente reduzida. A intriga da vez se passa num ambiente mais abastado, um condomínio fechado de casas de luxo, para onde Sérgio se mudou após ser inocentado na Justiça. Ele agora é vereador, defensor dos valores da família, como diz em seu discurso de posse.

Adriana Esteves retorna para a segunda temporada de "Os Outros", em ambiente mais abastado

Os Outros (2ª temporada)
Brasil - 2024. Criador: Lucas Paraizo.
Onde: Globoplay
★★★★☆

Entre os recém-chegados, o destaque é para Letícia Colin ("Todas as Flores"), com uma atuação perfeita como a evangélica Raquel, a vizinha do lado de Sérgio, que organiza sessões de louvor em casa e sonha em ser mãe mais que tudo na vida. Temperamental, ela também está por trás de um abaixo-assinado para expulsar Sérgio do condomínio, uma vez que seu histórico de miliciano vem gerando desconforto na vizinhança.

Na esteira de uma disputa por uma árvore numa área comum, a diplomacia inicial logo se desgasta, mas o vereador tem um trunfo a seu favor: o bebê da filha Lorraine, uma "criança" sem o mínimo de maturidade para ser mãe, aos olhos de Raquel. Uma sequência de acidentes parece convencer a vizinha de que Deus colocou o destino do menino em suas mãos.

Paralelamente, Marcinho (Antonio Haddad) está de volta, agora ostentando um visual desgrenhado de delinquente. Cibele segue incansável à sua procura, cercando Sérgio de ameaças, enquanto Amâncio parece um tanto deslocado.

Paulo (Sergio Guizé, de "Sessão de Terapia"), marido de Raquel, vive um romance extraconjugal com a vizinha Maria (Mariana Nunes, de "Todas as Flores"), relação que envolve um misterioso aplicativo de realidade virtual.

Na segunda temporada de "Os Outros", os roteiristas são hábeis o suficiente para retomar a história sem perder muito de seu feeling original, ampliando efetivamente seu leque de comentários. A terceira temporada já foi confirmada. ■

O portal de Pedro Almodóvar

Cinema Em seu primeiro longa-metragem em inglês, diretor espanhol escala Tilda Swinton como protagonista, que renega o título de 'musa'. Por *Elaine Guerini*, para o Valor, de Veneza e Marrakech

Anos atrás, quando Tilda Swinton conheceu Pedro Almodóvar, a atriz mais conhecida da Escócia não resistiu e pediu emprego. "Como não falo espanhol, sugeri viver uma personagem muda em algum de seus filmes", diz ela ao **Valor**, rindo.

Embora Swinton tenha sempre um registro de interpretação mais minimalista, o que a deixaria confortável em um personagem sem falas, a atriz não precisou ficar de boca fechada para trabalhar com o diretor que tem fixação confessa pelo universo feminino.

"Mesmo não tendo a aparência das mulheres de seus filmes, sabia que nós dois nos daríamos muito bem em um set", diz a atriz de 63 anos. Longe das personagens femininas de Almodóvar (muitas delas criaturas calorosas, sensuais e magnéticas), Swinton é facilmente reconhecida pela silhueta esguia, o rosto pálido emoldurado por cabelos brancos curtos e pelo look andrógino adotado desde o papel do herói que mudava de sexo ao longo de quatro séculos em "Orlando" (1992).

Todas essas características, que ajudam Swinton a projetar uma imagem mais gélida e distante, foram não só mantidas como valorizadas por Almodóvar. Tanto na primeira colaboração da dupla, no curta-metragem "The Human Voice" (2021), quanto agora no longa "The Room Next Door", um dos candidatos ao Leão de Ouro desta recém-inaugurada 81ª edição do Festival de Veneza.

Talvez o que mude um pouco seja o emprego de cores ainda mais vibrantes no guarda-roupa de Swinton (que sempre foi eclético) e o uso estratégico do batom vermelho, para evocar a extravagância visual da filmografia do diretor.

"The Human Voice" foi uma espécie de experimento de Almodóvar em inglês que ele escolheu compartilhar com Swinton, premiada com um Oscar de melhor atriz coadjuvante por "Conduta de Risco" (2007), na pele da advogada corporativa especializada em eliminar provas (mesmo que sejam pessoas).

Como o cineasta gostou do resultado, logo rodou o segundo curta no idioma, "Strange Way of Life" (2023) — desta vez com Ethan Hawke e Pedro Pascal. E na hora de apostar em um longa em inglês, Almodóvar voltou a chamar Swinton, colocando-a para contracenar com Julianne Moore.

Rodado em Manhattan e no norte do estado de Nova York, "The Room Next Door" terá a sua première mundial na noite desta segunda-feira, dia 2 de setembro, na lendária Sala Grande, às margens do mar Adriático, no Lido de Veneza.

Ainda sem data para estrear no Brasil, o título é uma adaptação do livro "O que você está enfrentando" (editora Instante), publicado pela escritora americana Sigrid Nunez em 2020, que propõe uma reflexão sobre amizade, intimidade, maturidade e morte, a partir de uma personagem com câncer terminal.

"Como eu jamais sugeriria que Pedro filmasse na minha língua para me acomodar, mal pude acreditar quando ele me falou dos projetos em inglês", diz Swinton, pouco à vontade ao ser chamada de "musa" dessa transição de fase de Almodóvar.

"Quando muito, eu fui um portal", brinca a atriz, vista há poucos anos se aventurando no idioma espanhol em "Memória", do tailandês Apichatpong Weerasethakul, rodado na Colômbia. Mas sua personagem não era uma local, e sim uma botânica britânica baseada em Medellín, que escutava um som inexplicável.

Há mais de 20 anos, Almodóvar recebe ofertas para rodar em Hollywood. Principalmente depois de "Tudo Sobre Minha Mãe" (1999) ganhar o Oscar de melhor filme estrangeiro — o segundo prêmio da Academia veio com "Fale Com Ela" (2002), na categoria de melhor roteiro original.

Até "The Room Next Door", o cineasta não tinha encontrado um projeto adequado. Ele chegou a ser convidado para filmar "O Segredo de Brokeback Mountain" (2005) e ficou tentado, mas acabou recusando a proposta, fazendo o projeto cair nas mãos de Ang Lee.

"Pedro é uma pedra fundamental do cinema moderno, além de ser um dos poucos diretores que mantêm um diálogo com a Hollywood dos anos 40 e 50", afirma Swinton, referindo-se ao gosto do espanhol pelo melodrama.

IGLESIAS MAS/DIVULGAÇÃO

Personagens de Julianne Moore e Tilda Swinton fazem um inventário emocional da vida em 'The Room Next Door'

Em "The Room Next Door", a atriz encarna Martha, uma correspondente de guerra que há anos está afastada da filha devido a um mal-entendido. Como Martha está doente, a escritora Ingrid (Julianne Moore), que foi sua colega na redação de uma revista na juventude, passa a lhe fazer companhia diariamente, o que instiga ambas a realizar um inventário emocional da vida.

Na visão de Swinton, "The Room Next Door" traz um quê de "Dor e Glória" (2019), uma semibiografia do próprio Almodóvar — com Antonio Banderas revisitando alguns dos fantasmas da vida do diretor.

Há no novo filme a mesma tentativa de reconciliação com o passado. No anterior, o alter ego de Almodóvar enfrentava uma crise criativa e profissional, enquanto sofria de muitos males físicos e relembrava suas histórias de amor.

"É a sensibilidade artística de um diretor que me faz querer ingressar no seu universo. Não digo 'sim' a um papel, mas a uma relação que passo a ter com cineasta e com o todo o seu imaginário. O que faço é formar famílias. E elas coexistem, embora sejam muito distintas entre si", conta Swinton, conhecida por suas frequentes colaborações com Wes Anderson, Jim Jarmusch, Joanna Hogg, Luca Guadagnino e Derek Jarman (1942-1994).

"Gosto da noção de fantasia no cinema, o que não significa que os filmes que faço sejam todos fantásticos. Eles servem mais como um transporte a um mundo específico. No caso aqui, com Almodóvar, embora a história esteja mais calcada na realidade, o roteiro lida com memórias, funcionando como um salto. O meu interesse sempre está no que não conseguimos ver e no que é mais surreal", diz Swinton.

A atriz faz com que os filmes trabalhem sempre a seu favor, sem que precise se encaixar em moldes de personagens mais convencionais. E isso também vale para produções hollywoodianas, como seu ingresso no universo da Marvel, encarnando a mística que se torna mentora do protagonista de "Doutor Estranho" (2016) — papel repetido em "Vingadores: Ultimato" (2019).

"O meu vínculo com o projeto é sempre o mesmo: as pessoas envolvidas. E elas não me convidam a menos que me queiram do jeito que eu sou. Como quem me contrata sabe muito bem o que terá, não imagino que elas pensem, no meio da filmagem, que deveriam ter chamado outra atriz", conta ela, acrescentando ser grata aos diretores por sempre criarem "pequenos mundos" que ela possa habitar — como Almodóvar fez. ■

É Tudo Verdade

Como 1982 mudou o cinema nacional

Amir Labaki

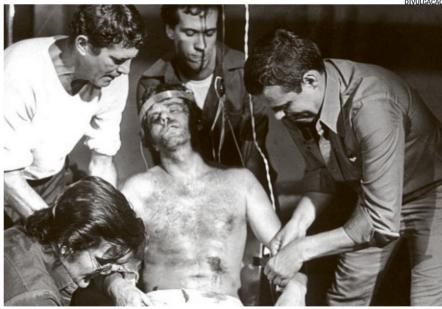
Crise política da Embrafilme e declínio das comédias eróticas da Boca do Lixo inauguraram período turbulento

Se 1982 foi um ano marcante para a refundação em novas bases do cinema de Hollywood, como argumenta Chris Nashawaty no best-seller ensaístico "The Future Was Now" (Flatiron Books) comentado aqui há duas semanas, talvez ainda mais simbólico tenha sido para a redefinição da atividade cinematográfica no Brasil. Não que seja possível apontar similar impacto de um grupo específico de produções, como teriam tido as ficções científicas dos EUA daquele ano, mas por um par de eventos e filmes que, vistos em conjunto mais de 40 anos passados, claramente apontava para mudanças de rumo radicais no cinema brasileiro durante a seguinte década.

Os dois pés fundamentais de nossa indústria fílmica daquele começo dos anos 80 eram formados pela Embrafilme, a empresa estatal de economia mista com reconhecido sucesso na ampliação do mercado para os filmes nacionais, e pelo popular polo de produção na Boca do Lixo paulistana de comédias eróticas, apelidadas imprecisamente como "pornochanchadas". 1982 detonaria crises que se tornariam fatais para ambos.

O ano seria aberto pela maior crise política da história da Embrafilme. O catalisador foi "Pra Frente, Brasil", de Roberto Farias (1932-2018), ex-diretor-geral da empresa em sua fase áurea (1974-1979). Pouco depois de vencer o Festival de Gramado, então realizado em março, o filme foi censurado sob a justificativa oficial de ser "obra capaz de provocar incitamento contra o regime vigente, a ordem pública, as autoridades e seus agentes" — isto é, a ditadura militar ainda em vigor e então encabeçada por seu último general-presidente (1979-1985), João Batista Figueiredo.

Roteirizado pelo próprio Farias a partir de um argumento do ator e cineasta Reginaldo Faria, seu irmão, e de Paulo Mendonça, "Pra Frente, Brasil" era um thriller político que denunciava a tortura contra opositores do regime no auge da repressão, em 1970, pela dramatização do sequestro e das sevícias de um nada militante pai de família (Faria).

DIVULGAÇÃO

"Pra Frente, Brasil" foi o catalisador da maior crise política da história da Embrafilme

Tateando as águas, no filme o aparelho repressor era apresentado como mo pilotado por um grupo paramilitar de extrema direita, e não pela máquina oficial da ditadura, enquanto a maior seleção brasileira de futebol de todos os tempos disputava e conquistava o tricampeonato na Copa do Mundo do México

"Pra Frente, Brasil" custou o cargo ao então diretor-geral da Embrafilme, o futuro chanceler Celso Amorim, e amargou quase um ano de proibição, estreando apenas em fevereiro de 1983. Apesar da firme condução sob a direção de Carlos Augusto Calil (1982-1986), a empresa ingressou num período de águas turbulentas marcado pela grave crise econômica no país e por uma série de denúncias midiáticas.

O desvario anticultural do governo Collor decretou em 1990 o fechamento da Embrafilme (e do Concine, orgão gestor da atividade), atirando o cinema brasileiro em um vácuo produtivo e mercadológico do qual começaria a recuperar-se apenas pela fundação da Ancine em 2001.

Por sua vez, a indústria de cinema popular baseada na Boca do Lixo no centro de São Paulo começou a rapidamente ruir com a estreia, em 7 de julho de 1982, do primeiro filme brasileiro de sexo explícito, "Coisas Eróticas", de Rafaelle Rossi. Liquidava-se a fórmula algo ingênua de tramas quase sempre cômicas permeadas por cenas de nu parcial e sexo simulado, escorada por um "star system" todo próprio e cineastas experimentados, quando não cinéfilos.

A recusa generalizada das principais atrações à conversão ao "hardcore", avassalador com o público alcançado de quase 4,8 milhões de espectadores, implodiu o grupo. Era o fim de um dos pilares de um dos poucos ciclos de produção cinematográfica de sucesso no país.

Naquele ano, "Coisas Eróticas" foi superado em ingressos vendidos apenas pelo representante da mais longeva filmografia a encher regularmente as salas nacionais, "Os Trapalhões na Serra Pelada", dirigido pelo veterano J. B. Tanko. No ano seguinte, vale lembrar, "Pra Frente, Brasil" não decepcionaria nas bilheterias, com quase 1,3 milhões de espectadores.

O thriller de Roberto Farias combinou sucesso de bilheteria com reconhecimento crítico. Mesmo lançado apenas no começo de 1983, "Pra Frente, Brasil" foi incluído entre as produções brasileiras passíveis de voto, por jornalistas e críticos (sim, um vergonhoso clube do Bolinha), na escolha dos melhores filmes de 1982 pela revista especializada "Filme Cultura" (41/42, editada pela Embrafilme). Ficou em quinto lugar.

O topo do ranking comprova quão vigorosa fora aquela safra brasileira de 1982. A lista dos dez preferidos era encabeçada por "O Segredo da Múmia", de Ivan Cardoso, seguindo-se "Das Tripas Coração", Ana Carolina; "Asa Branca, Um Sonho Brasileiro", Djalma Limongi Batista; "O Olho Mágico do Amor", Ícaro Martins e José Antônio Garcia; "Pra Frente, Brasil"; "O Homem do Pau-Brasil", de Joaquim Pedro de Andrade; "Amor, Palavra Prostituta", Carlos Reichenbach; o documentário "O Homem de Areia", sobre José Américo de Almeida, de Vladimir Carvalho; empatados no nono lugar "Tabu", de Júlio Bressane, e "Joana Angélica", de Walter Lima Jr; e dividindo o décimo posto "A Opção (ou As Rosas da Estrada)", de Ozualdo Candeias, e "O Sonho Não Acabou", de Sérgio Rezende.

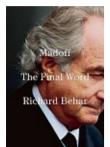
Combinando ao menos três gerações de cineastas, um terço dos quais assim destacados já na estreia, a relação prometia bons tempos à frente. O otimismo duraria pouco. Enquanto 1982 representou para Hollywood uma nova primavera, para o cinema brasileiro um longo e rigoroso inverno não demoraria a se instalar.

Amir Labaki é diretor-fundador do É Tudo Verdade — Festival Internacional de Documentários.

E-mail: labaki@etudoverdade.com.br
Site do festival: www.etudoverdade.com.br ■

EU& LIVROS

O maior fraudador da história

Jornalista retrata o esquema Ponzi armado por Bernie Madoff. Por *Célia de Gouvêa Franco*, para o Valor, de São Paulo

Madoff - The Final Word
Richard Behar
Avid Reader Press
384 págs., R$ 92,66 (Kindle)

Há ainda algo de novo a ser contado sobre Bernie Madoff, o americano que é considerado o maior fraudador da história tendo enganado milhares de investidores durante décadas? E merece crédito quem o retrata como "canibal financeiro", mas concorda que a sentença da Justiça foi excessivamente dura?

Após se declarar culpado de 11 acusações criminais, incluindo fraude de valores mobiliários e lavagem de dinheiro, Madoff foi condenado a 150 anos de prisão e ao confisco de US$ 17 bilhões. Ele admitiu que era responsável por fraudes de US$ 65 bilhões num esquema Ponzi, por meio do qual oferecia rendimentos excepcionais e constantes aos investidores às custas de outras pessoas, que aplicavam posteriormente seu dinheiro.

Enganou, dessa forma, outras instituições financeiras, organizações não governamentais, celebridades e pessoas comuns, muitas das quais da comunidade judaica. A grande maioria desses investidores perdeu tudo ou quase tudo do que aplicou com Madoff, embora continuem os esforços de procuradores de Justiça para ressarci-los ao menos parcialmente.

Pelas contas do "The Wall Street Journal", já foram escritos cerca de uma dúzia de livros sobre ele e seus crimes. Um filme de 2017, com nada menos que

DANIEL ACKER/BLOOMBERG

Bernard Madoff admitiu ser responsável por um esquema Ponzi de US$ 65 bilhões

Robert De Niro no papel principal, recontou sua vida. No ano passado, foi a vez de a Netflix divulgar uma série de quatro episódios (com cerca de 1 hora cada) sobre as maracutaias de Madoff, que morreu — de causas naturais — na penitenciária federal de Butner, no estado da Carolina do Norte, em 2021.

Pois acaba de ser lançado nos EUA mais um livro sobre ele — "Madoff - The Final Word" (Madoff, a palavra final, numa tradução livre; a obra não foi traduzida para o português), escrito por Richard Behar, um repórter investigativo cujo grande trunfo foi ter conversado três vezes com ele na prisão.

Madoff mandou para ele mais de 300 e-mails, dezenas de cartas e cópias da correspondência trocada com outras pessoas, além de os dois terem se falado por telefone cerca de 50 vezes.

Colaborador da revista "Forbes" e respeitado pela mídia do seu país, Behar afirma que levou dez anos para escrever o livro, baseado também em mais de 300 entrevistas com amigos (ou ex-amigos) de Madoff, pessoas que entregaram seu dinheiro para a empresa do financista, investigadores, promotores e advogados. Não conseguiu, porém, conversar com a viúva de Madoff; os dois filhos do casal morreram enquanto o pai estava na prisão, um por suicídio e outro por câncer.

Behar escreve que Madoff era um "canibal financeiro" e um "mentiroso patológico". Apesar disso, ele acabou concordando que o juiz do processo tinha sido demasiadamente severo. Afinal, escreve Behar, "Ele não matou ninguém". Essa postura do escritor e o fato de não ter conseguido responder a dúvidas que permanecem 15 anos depois que explodiu o escândalo levaram a resenhas negativas ao livro na imprensa americana.

Como outros que se propuseram a esmiuçar documentos referentes ao caso e buscar novos ângulos em entrevistas com os envolvidos, Behar não descarta nem confirma se familiares de Madoff sabiam e participavam do esquema fraudulento, por exemplo — seus filhos trabalhavam com ele, assim como o irmão e a sobrinha. Apesar das observações desfavoráveis de resenhistas a "The Final Word", o livro não deixa de ter seus méritos, principalmente ao relatar em detalhes as conversas e troca de mensagens entre o autor e Madoff.

Madoff sai do livro não apenas como um criminoso, mas um criminoso arrogante e que não reconhece seus erros, embora tenha se declarado culpado perante a Justiça. Behar escreve que Madoff se eximiu muitas vezes da responsabilidade pelas calamidades financeiras que impingiu em milhares de investidores.

"Eu nunca procurei celebridades ou mesmo tive encontros com eles." O diretor de cinema Steven Spielberg, atores como John Malkovich e Kevin Bacon e o apresentador da CNN Larry King foram alguns dos que investiram com Madoff.

Outro aspecto intrigante do caso é como ele conseguiu manter o sistema de golpes por tanto tempo. As afirmações da supermodelo e atriz Carmen Dell'Orefice, que perdeu as economias acumuladas ao longo da sua vida, traduzem a experiência de muitas pessoas ao confiar em Madoff: o mercado de capitais "não é meu campo e não pensava ou estudava sobre isso em profundidade", disse ela a Behar.

Num processo que poderia ser comparado à movimentação de manadas, muitos entregavam seus recursos para a empresa de Madoff ao ficarem sabendo de amigos, familiares ou celebridades que tinham feito isso anteriormente.

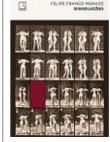
Outra explicação para a confiança depositada em Madoff, ainda mais fácil de ser entendida, eram os retornos prometidos e cumpridos durante anos a fio: mesmo com variações muito grandes nos mercados financeiros, ele entregava "lucros" de 15% a 20% para a maioria dos seus clientes. Segundo Behar, o rendimento era ainda maior — 50% ao menos no papel — para aqueles de quem ele mais gostava.

O que permanece obscuro é como Madoff conseguiu enganar a fiscalização dos órgãos reguladores americanos e também dos concorrentes. Ele montou um esquema em que um dos lados dos negócios era legítimo, envolvendo negociações com algumas das maiores instituições financeiras do mercado americano.

Na outra face da sua empresa, funcionava o lado podre do negócio. Os escritórios dos dois lados funcionavam no mesmo prédio, em Nova York, cada um em um andar. No 17º andar, ficava um grupo de empregados de confiança de Madoff que tocavam o esquema Ponzi — a unidade onde documentos eram produzidos "roboticamente", na expressão de Behar, por computadores que não eram conectados com as máquinas usadas pelos funcionários do lado legítimo do negócio.

Esses computadores também não eram ligados às bolsas de valores. Nenhum visitante era convidado a conhecer a turma do 17º andar. Na porta desse escritório, não havia uma placa indicando que ali funcionava a empresa de Madoff.

Um amálgama de poesia, música, teatro e arte gráfica

'Dissoluções', de Felipe Franco Munhoz, joga com as sensações. Por *Daniel Benevides*, para o Valor, de São Paulo

Dissoluções
Felipe Franco Munhoz
Record
160 págs., R$ 59,90

É difícil entrar na floresta de signos e sentidos de "Dissoluções". Difícil porque hermético, experimental. Por outro lado, há uma tal variedade de registros, ousadias formais e surpresas que o leitor se diverte, mesmo não entendendo muito.

De resto, poesia não é feita para ser entendida, mas para soltar fogos e sombras. Ou algo assim. No esteio de certo niilismo e do teor apocalíptico, "Dissoluções" joga com as sensações. O leitor é chacoalhado por ondas de invenções gráficas, rimas inesperadas, citações dispersas, a inserção de músicas, alterações sonoras e uma constante ambiguidade.

Não há certezas, como se o autor, o paulistano Felipe Franco Munhoz, reafirmasse o conceito de que nada pode ser realmente dito. As palavras disparam, tentam, contorcem-se e lançam estilhaços de significados. Munhoz cerca seus temas por todos os lados, mas sempre deixa uma brecha, uma dúvida.

Construída como uma peça-poema, a obra traz personagens de carne e osso e abstratos, no limite da existência. As rubricas, que muito lembram o Samuel Beckett das peças curtas, são elas mesmas peças de um quebra-cabeças lírico — ou antilírico.

No terreno incerto do livro, que muito deve ao "Waste Land", de T.S. Eliot, as pessoas e coisas são nomeadas no espírito da indeterminação. Há o Suposto Mefistófeles; Nastassja e Pandora são "reverberações pretéritas"; há os Fastasmasiminentes; os Falsários trazem o adendo "talvez" — talvez sejam, talvez não. Um dos poucos a ter o nome simples é Alma, palavra etérea.

Em sua escrivaninha, Mefistófeles vive a traduzir poemas de Emily Dickinson. Trechos aparecem aqui e ali, como farrapos hasteados, sem menção à autoria, mas com uma autoridade que quase usurpa o poder do que está em volta — quando não o faz. Outras citações, de Robert Frost, Bob Dylan, Garcia Lorca, Alejandra Pizarnik e Dante, aparecem aqui e ali como parte integrante do corpo do poema, um diálogo que faz pensar no trabalho dos rappers, que reproduzem trechos de batidas e melodias alheias e criam, dialeticamente, uma nova ordem.

Caberia, talvez, uma nota final com os créditos. Mas talvez assim perdesse a graça. Ou o leitor reconhece a citação de pronto ou a lê como continuidade natural do texto ou busca na internet a arca perdida. Em todo caso, é interessante a costura de intertextos e o próprio questionamento do que seja autoria.

"Dissoluções" é, acima de tudo, ambicioso. Almeja a arte total, com um amálgama de música, teatro, poesia e arte gráfica. Por vezes soa autoindulgente, o exercício de um adolescente brilhante que leu demais. Em outras, essa impressão se desfaz: é profundo, inventivo, nunca óbvio. Não à toa, Caetano Veloso, Paulo Henriques Britto, Caetano W. Galindo e Aurora Fornoni Bernardini, nomes incontornáveis no debate cultural, são entusiastas da obra de Munhoz.

Curiosamente, há alguns versos quase tradicionais na forma (mas não no conteúdo), contrastando com os demais, esparsos, cujo esqueleto sugere um processo de edição febril, exigente. Existem vazios que reverberam no pretérito. A disposição das letras nas páginas vai dos blocos básicos à implosão da poesia concreta, criando figuras gráficas que de alguma forma representam a situação (d)escrita.

O contorno de ampulhetas, por exemplo, comenta a passagem do tempo, mas em termos relativos. Talvez elas contenham a areia do deserto e seus vazios infinitos. Já o amor, este se materializa no "fim do futuro". E a voz, qual seja, se perde nas dobras da cortina de palco, num jogo de repetições que ocupa duas páginas.

A todo momento paira a imagem da terra devastada, dos homens-ocos, da incomunicabilidade, das falhas e silêncios, dos ritmos quebrados e elipses — é ao modernismo dark que o autor acena, como profissão de fé. Mas, para isso, lança mão da bricolagem pós-moderna, que a tudo abarca, o comentário dentro do comentário dentro do etc.

Notações avisam que alguns dos poemas soltos no grande poema-peça são projetados numa tela translúcida. Um punhado deles foi apresentado em eventos de música e/ou teatro. Vale esperar por uma montagem completa. Enquanto isso, é ler "Dissoluções" com as rédeas soltas. ■

DIVULGAÇÃO

Munhoz, 34, acena ao modernismo dark

Lançamentos

Sinapse - Literatura no Brasil hoje
Vários autores
Francisco Alves
198 págs., R$ 65,00

Este é um livro de contos e prosas escrito por um grupo de 19 jovens, com organização de Manu Vaghi Gama. Aos convidados, todos autores, poetas, romancistas, colunistas e roteiristas em ascensão no meio artístico e literário, foi oferecida a liberdade de explorar a sua capacidade inventiva abordando o assunto de sua preferência. Assim, há uma vasta gama de personagens (família ou algum familiar, amigos, conhecidos, vizinhos etc.); de assuntos (como ser mulher, ser negro...); de ambientes (uma festa, um cassino, um puteiro, o que seja). O livro faz parte da comemoração, pela Academia Brasileira de Letras, dos 170 anos da livraria e editora Francisco Alves.

A lança de Anhangá
Ricardo Kaate Lima
Cachalote
224 págs., R$ 59,90

Vencedor do Prêmio Literário Cidade de Manaus em 2022, este é o segundo livro (o primeiro foi "Fim de todas as coisas") do manauense Ricardo Kaate Lima, escritor e doutor em ciências sociais pela Unesp. Ele reúne sete histórias que têm como fio condutor a sociedade amazônica e sua cultura marcada por disputas político-religiosas em confronto com os povos originários, que resistem. Assim, o mundo acaba seguidamente, mas a vida insiste e entidades antigas ajudam a combater a violência nos territórios. No primeiro conto, o investigador Heitor se conecta com o espírito ancestral Anhangá para dar fim ao tráfico de crianças indígenas.

A angústia do rei Salomão
Romain Gary. Trad.: Julia da Rosa Simões
Todavia
288 págs., R$ 89,90

Neste romance que o lituano Romain Gary (1914-1980), autor de "As pipas", assinou sob o pseudônimo Émile Ajar, o jovem taxista Jean transporta o rico idoso Salomão Rubinstein, que mantém uma instituição, a S.O.S. Voluntários, de apoio a pessoas solitárias e idosas. Eles conversam, e o passageiro (em troca de quitar um empréstimo bancário de Jean) propõe ao rapaz que visite pessoas em nome da Voluntários. Surge daí uma amizade e revelam-se segredos e lembranças do passado de Salomão, judeu polonês que na época da guerra permaneceu na França num porão para ficar perto da amada.

Aço em flor
Fabrício Marques
UFMG/Unicamp
200 págs., R$ 66,00

"Aço em flor: A poesia de Paulo Leminski" trata das diferentes faces da poética do curitibano Leminski (1944-1989). A obra nasceu da dissertação de mestrado de Fabrício Marques — mestre em teoria da literatura e doutor em literatura comparada pela UFMG. Agora o ensaio é revisitado e ampliado, com textos que aprofundam o estudo acerca do trabalho do poeta — também escritor, músico, crítico literário, publicitário, tradutor etc. Sobre o seu trabalho, Marques diz que pretendeu dar conta de toda a variedade de dicção de Leminski: "Ele transitou por vários gêneros, várias formas poéticas, e deixou sua marca na cultura brasileira". ■

GUILHERME SAMORA/DIVULGAÇÃO

Em seu romance, Rita Lee retrata uma megassessão de psicanálise a que se submete

De fã e de louco, Rita Lee tem um pouco

Em seu romance póstumo, o mito mutante revela muito mais da sua intimidade do que nas autobiografias. Por *Roberto Muggiati*, para o Valor, do Rio

O mito do mito
Rita Lee
Globo Livros
184 págs., R$ 64,90

O livro "O mito do mito", que Rita Lee começou a esboçar em 2005, ficou pronto em 2019, com o projeto gráfico aprovado pela autora e a determinação de que só fosse publicado um ano após sua morte: "Artista morto vale mais. Além disso, não quero ninguém me perturbando de meras coincidências com fatos ou pessoas reais".

Não é um romance convencional, com personagens interagindo em diferentes cenários. Toda a ação se passa no mesmo local — um velho casarão no centro de São Paulo, ao longo de uma megassessão de psicanálise a que a própria Rita se submete e dura das 18h até às 6 da manhã seguinte.

O terapeuta, dr. Eric von Kasperhauss, surpreende Rita: "Esperava um senhor perto dos 70 anos e me vi diante de um jovem de pele bem branca e lisa. Parecia um poeta de séculos passados". Só atendia depois do pôr do sol, e o paciente tinha de entrar na casa sem acompanhante.

Cabreira, Rita armou um esquema com a irmã Vivi, que ficaria do lado de fora do casarão, as duas em comunicação permanente por meio de seus celulares e fones de ouvido. Vivi interfere várias vezes (Rita a chama "meu ponto"), estabelecendo um curioso triângulo na terapia.

A maior parte do debate trata da relação entre ídolos e fãs. Rita, ex-sócia do Fã-Clube das Viúvas de James Dean, ao saber que o ídolo era canhoto, passou — com a irmã Virginia — "a treinar nossas mãozinhas esquerdas às mais diversas tarefas: escrever, escovar os dentes, manejar talheres, discar telefone. Fiquei tão craque que nem lembro mais de comer com a mão direita".

Quando o dr. Eric pergunta por quem do cinema Rita faria "uma loucura de fã", ela não hesita: "Brigitte Bardot! Vou confessar que BB foi a primeira fêmea famosa por quem senti atração física, dessas que a gente largaria tudo para ir atrás. Como casar com ela era impossível, tentei incorporar seu visual, começando por aloirar os cabelos e contornar os lábios para ficarem mais carnudos, mas não deu certo. Faltava em mim o mais importante: um corpinho escultural".

Rita menciona Leila Diniz, que conheceu no estúdio da Globo quando ensaiava para o Festival Internacional da Canção e a atriz gravava uma novela num deslumbrante vestido de noiva. Leila chamou a cantora a um canto e ergueu a barra do figurino luxuoso para exibir um par de tênis. Rita pediu ("na maior cara de pau") para usar o vestido de noiva em sua apresentação no Maracanãzinho. Leila acedeu: "Vai te dar sorte!".

Rita responde ao analista sobre o "abuso de substâncias": "Droga é ruim de bom, mas de tão bom é ruim. Que experiência maravilhosa deve ter sido a dos navegantes avistando terras desconhecidas". Mas nem tudo é sexo, drogas e roquenrol nessa inquirição.

Rita fala maravilhas de Roberto de Carvalho: "Eterno namorado, marido é pouco. Ele é o cúmplice dos meus mais calientes crimes de amor. Médico da família, chef de cuisine dos mais saborosos — dizem que todo homem bom de fogão é bom de cama".

Já os pais "observam a lei dos opostos que se atraem. Meu pai, Charles, filho de americanos, feio e charmoso (...) trabalhador e provedor incansável, sem saco para demonstrar amor. Minha mãe, Chesa, filha de italianos, linda e simpática, mais católica que o Papa, pianista e cantora (...). Pode imaginar o orgulho de ser filha desse casal nota um zilhão? Por mais que tenha me desequilibrado na armadilha que a vida preparou, sinto que tenho uma estrutura existencial à prova de qualquer bala metafísica perdida".

Rita usa um vocabulário eclético, misturando culto e gíria, com uma volúpia irresistível pelas palavras e adora criar neologismos: "fã-com-afã", "analfabyte", "brazuquísticos".

A partir da página 152 o livro vira literalmente de cabeça para baixo. O que se segue é um apêndice de umas 30 páginas intitulado "Tipos psicológicos de fãs e ídolos".

Rita enumera as estrelas que provavelmente nunca teriam sucesso com seus nomes originais: Cary Grant (Archibald Leach), Judy Garland (Frances Gumm), Doris Day (Doris Von Kappelhoff), Natalie Wood (Natalia Nikolaevna Zacharenko), Fernanda Montenegro (Arlette Pinheiro Esteves da Silva), Bibi Ferreira (Abigail Izquierdo), Adoniran Barbosa (João Rubinato). Ela encerra com uma catalogação dos tipos de fãs, entre os quais se insere: "Eu, como fã, sou politeísta". Como reza sabiamente o subtítulo do seu livro, de fã e de louco, todo mundo tem um pouco.

Roberto Muggiati é jornalista, membro da Academia Paranaense de Letras e autor de livros como "Blues - Da lama à fama" (Editora 34).

Outros Escritos

Notas sobre a fada profética

Michel Laub

Um conto e um filme sobre inteligência artificial

1.

Stanley Kubrick gostava de fritar bifes. Enchia de equipamentos eletrônicos os quartos de sua mansão na Inglaterra. Uma vez, intrigado com a diferença entre japoneses e americanos no modo como lidam com robôs, resolveu procurar alguém que não conhecia, mas que julgava ser um especialista no tema: pediu a um auxiliar que telefonasse para o "senhor Mitsubishi". Quem? "O senhor Mitsubishi." Poucos minutos depois, o presidente da multinacional japonesa estava na linha.

As histórias estão no prefácio de "Superbrinquedos duram o verão todo", de Brian Aldiss, coletânea de contos publicada no Brasil pela Companhia das Letras (268 págs., tradução de Beth Vieira). Elas são leves, moderadas perto do folclore em torno de um artista notoriamente excêntrico. Num tom de ironia melancólica, o autor conta como foi passar anos convivendo com Kubrick, ambos tentando escrever um roteiro que foi impedido de avançar por teimosia, discussões bizantinas, digressões sem fim.

"Superbrinquedos..." é o primeiro conto do livro, e foi comprado pelo diretor ainda nos 1970. Quase duas décadas depois, Aldiss foi demitido do projeto sem "adeus (...) nem falsa palavra de agradecimento", já que "os gênios não se preocupam com as cortesias do dia a dia". O filme acabou saindo apenas em 2001, com Kubrick já morto, numa versão escrita e dirigida por Steven Spielberg sob o nome "A.I. - Inteligência Artificial".

2.

"Superbrinquedos..." trata de David, um menino androide que não sabe da sua condição e por isso não entende a falta de amor da mãe. Aldiss queria que o roteiro olhasse "para dentro", respeitando o intimismo que achava ser o núcleo da história, enquanto Kubrick pensava num filme nos moldes clássicos da ficção científica, antecipando tecnologias, construindo traquitanas, enfim, seguindo sua estética típica e sempre na fronteira entre o artifício e o verossímil, a emoção possível do drama e uma certa poética tecnicista.

Cada um tinha um pouco de razão, e é curioso como as duas maneiras de ver convergem no resultado de "A.I.". "Superbrinquedos..." é um conto curto, contendo cenas não tão organicamente conectadas, o que pode ter ajudado no interesse de Kubrick: afinal, a obra do cineasta é igualmente feita de cenas estanques (o que ele chamava de "unidades não submersíveis") que dão corpo a uma aspereza narrativa (o artifício verossímil) às vezes equilibrada sobre recursos esquemáticos — as três partes distintas de "Nascido para Matar", as cartelas do tipo "uma semana depois" de "O Iluminado".

CRIS BIERRENBACH

3.

Em "Superbrinquedos..." há um fundo de emoção, mais visível em suas linhas finais, sob aquilo que poderia estar mesmo num filme de Kubrick — o que Aldiss chama de "frigidez de cristal polido". Embora "A.I." homenageie essa estética distanciada — nas três partes também estanques, nas cores frias da abertura e do desfecho —, Spielberg trouxe seu toque sentimental para o filme, em elementos como a trilha de John Williams e o modo como David lida com o tema da orfandade.

Uma das divergências de Aldiss e Kubrick foi o uso de um arquétipo — a história de Pinóquio — para espichar o drama do menino androide. O escritor sempre foi contra ("nunca, jamais, em sã consciência, reescreva contos de fada"), mas sob esse aspecto a intuição do cineasta estava correta. Spielberg abraçou-a, como seria de se prever para quem já tinha aplicado um tom semelhante em filmes como "E.T.", usando uma personagem do livro de Carlo Collodi: a Fada Azul, que no original é uma conselheira de Pinóquio em momentos difíceis e em "A.I." vira uma projeção de David, alguém que supostamente o ajudará a reencontrar a mãe e a felicidade depois de ter sido abandonado.

Na lógica interna da trama, é um acerto criar essa figura idealizada, já que ela a um só tempo estimula e trava os afetos do protagonista, fazendo-o ir em frente a par do que o público percebe ser uma busca sem sentido. A insistência ingênua, e até por isso comovente, impede que o filme se perca no mero virtuosismo das imagens — seu mundo distópico feito de escritórios assépticos, de uma Manhattan submersa depois da mudança climática, de "feiras de carne" que capturam androides e os destroem em números de circo.

4.

Como a ficção antecipa o futuro? A pergunta é inevitável diante de uma obra especulativa que tem a inteligência artificial já no título. Em sua parte kubrickiana, o filme de Spielberg imagina como poderiam ser a aparência e o funcionamento de máquinas que emulam algum tipo de consciência autônoma. Se na trama há um oráculo virtual, o Doctor Know, que parece uma versão simples do que viriam a ser as plataformas do tipo GPT — um respondedor de perguntas, aprimorando as pesquisas mais mecanizadas do então incipiente Google —, no geral a aposta é em robôs antropomorfizados, algo ainda muito presente no imaginário de 2001.

De um ponto de vista literal, isso seria um erro de previsão: em 2024 lidamos com uma tecnologia menos física, mais abstrata em seus mistérios que nos fascinam e ameaçam, vinda de chips que rodam algoritmos programados de modo que nem os desenvolvedores conhecem por inteiro. Mas algo em "A.I." soa premonitório, e é justamente seu conteúdo humano: o vazio por trás da ilusão de David com a Fada Azul. Aqui não é mais apenas Aldiss falando, nem Kubrick, nem Spielberg: a soma das três visões liga a empatia que sentimos pelo protagonista a um lamento sobre nossa condição hoje — nós que viramos seres previsíveis, peças de um mercado virtual/real onde os estímulos parecem nos oferecer tudo, inclusive relações afetivas satisfatórias, mas estão estrutural e comercialmente impedidos de cumprir a promessa.

5.

Numa cena notável de "A.I.", David pilota uma nave que cai em Manhattan. Debaixo d'água, sem chance de voltar à superfície, ele percebe que está em frente à estátua que em sua imaginação representa a Fada Azul. Então se passa uma eternidade — meses, séculos — com ele olhando para ela e repetindo um pedido enquanto a câmera se afasta: "Por favor", ele diz, "me transforme num menino de verdade".

Os minutos da sequência são como um tempo que não anda, e a distância entre robô e estátua é tão curta quanto infinita — poucos metros separados pela água, pelo vidro da nave e pelo abismo existencial que Davi é incapaz de perceber. Já a frase que ele repete poderia estar na boca de qualquer um hoje, devidamente adaptada: a mesma ânsia por uma vida mais genuína, um drama cuja saída talvez tenha se tornado impossível. Vivemos como uma linhagem avançada de androides? A esperança de mudar isso é ingênua?

Michel Laub, jornalista e autor dos romances "Diário da queda" (2011), "Solução de dois Estados" (2020) e "Passeio com o gigante" (2024), escreve neste espaço quinzenalmente ■

INÊS 249

EU&

Documentários dão um gosto dos anos 1980

Janela Crítica Fernanda Young, Talking Heads e um filme brasileiro que se soma à boa safra do ano. Por *Pedro Butcher*, para o Valor, de São Paulo

DIVULGAÇÃO

"Fernanda Young - Foge-me ao Controle" foi vencedor do festival É Tudo Verdade

No documentário "Fernanda Young - Foge-me ao Controle", não são poucas as vezes em que a escritora se refere aos anos 1980, década de sua adolescência e, portanto, de seus anos de formação. "Era o início da década de 80 e você só tinha duas opções: ser babaca ou doidão", diz ela a certa altura.

Fernanda também descreve, algumas vezes, a cena do Crepúsculo de Cubatão, boate que funcionou de 1984 a 1989, em Copacabana, referência absoluta da noite carioca da época. Um dos momentos mais bonitos do filme de Susanna Lira dedicado a Fernanda (vencedor do festival É Tudo Verdade) está na descrição do encontro, nas noites do Crepúsculo, entre Fernanda e Alexandre Machado, que seria seu companheiro de vida e parceiro de trabalho até o fim trágico da vida da escritora, em agosto de 2019, aos 49 anos, em consequência de um severo ataque de asma.

Não fui frequentador assíduo do Crepúsculo, mas imagino que nas carrapetas dos DJs que por lá passaram, em algum momento, as músicas do grupo Talking Heads foram tocadas. Por uma coincidência feliz, "Foge-me ao Controle" estreia no mesmo dia em que volta às telas (inclusive no formato Imax) o documentário "Stop Making Sense", de Jonathan Demme, registro do show de mesmo nome da banda capitaneada por David Byrne, lançado em 1984 (há 40 anos, portanto).

O som dos Talking Heads, assim como o documentário, são marcas indeléveis dessa década cheia de reviravoltas históricas — foram os anos de avanço do neoliberalismo (a era Ronald Reagan-Margaret Thatcher, nos EUA e na Inglaterra), e da política da Glasnost, que culminou com a debacle da União Soviética, em 1991.

Fernanda Young foi uma "filha" típica dos anos 1980 e se refere à década em um tom acridoce. O documentário de Susanna Lira (de "A Torre das Donzelas", de 2018) é todo composto de falas e imagens da escritora organizadas em um fluxo ao mesmo tempo lógico e poético. É a melhor forma da inútil tentativa de "capturar" Fernanda: respeitar seu fluxo, a forma como encarava a vida e a arte.

"Antes de ser alfabetizada eu já sabia que era escritora", diz ela, antes de explicar que o próprio processo de alfabetização foi difícil, em função da asma e da dislexia. "Terminei o segundo grau com 23 anos, mas precisava aprender, porque sou escritora." Fernanda entendeu que precisava escrever como uma fuga (da sua condição física, das vicissitudes da época) e como uma forma de extravasar seu raciocínio labiríntico: "A minha literatura não é linear".

Fernanda Young – Foge-me ao Controle
(Brasil, 2023) Direção: Susanna Lira
Dist.: Synapse. Em cartaz
★★★☆☆

Cidade; Campo
(Brasil, 2024) Direção: Juliana Rojas
Dist.: Vitrine. Em cartaz
★★★☆☆

Stop Making Sense
(EUA, 1984) Direção: Jonathan Demme
Dist.: O2 Play. Em cartaz
★★★☆☆

Autora de mais de dez livros, muitos deles de poesia, Fernanda foi também roteirista de obras que fizeram sucesso na TV e no cinema (a série e os filmes "Os Normais", com Fernanda Torres e Luiz Fernando Guimarães, certamente são os mais conhecidos) e apresentadora de programas de TV ("Irritando Fernanda Young", "Saia Justa"). Mas ela faz questão de dizer: "Sou escritora, as outras coisas faço para suprir minhas necessidades econômicas ou físicas".

O documentário "Stop Making Sense", por sua vez, volta às telas não como uma confirmação de que sobreviveu ao tempo, não só por ter eternizado o show dos Talking Heads, mas como uma forma de capturar uma performance ao vivo procurando manter sua vibração e energia. O caráter performático da banda e especialmente de seu líder, David Byrne, ajuda.

Os shows dos Talking Heads têm um forte aspecto teatral, como, por exemplo, figurinos originais, e uma constante movimentação que não se limita aos pulos da esquerda para a direita do palco. Recentemente, um outro espetáculo de Byrne ("American Utopia") também foi registrado num documentário, dessa vez por Spike Lee, que visivelmente se inspirou em "Stop Making Sense" na sua direção.

O filme marca também o surgimento de um dos principais diretores do cinema americano dos anos 1980 e 1990. Logo depois de "Stop Making Sense", Jonathan Demme filmou o saboroso "Totalmente Selvagem", com Melanie Griffith e Jeff Daniels, sobre uma garota de espírito livre que sequestra um "yuppie" (termo que designava, na época, os jovens investidores na bolsa de valores de Nova York). E, em 1991, dirigiu "O Silêncio dos Inocentes", hoje um clássico das histórias de suspense/horror.

Por fim, fica o registo da estreia de "Cidade; Campo", que deu a Juliana Rojas o prêmio de melhor direção na seção Encounters, do Festival de Berlim. No formato de um díptico, o filme se divide em duas partes. Na primeira, uma mulher (Fernanda Vianna) se muda do campo para a cidade, depois que a região onde vivia é soterrada pela lama do rompimento de uma barragem de mineração.

Na segunda, um casal (Bruna Linzmeyer e Mirella Façanha) se muda para o campo quando uma delas recebe um sítio de herança. A estrutura do filme, interessantíssima, respeita a ambiguidade do ponto e vírgula que está no título: a parte em que o cenário é a cidade está povoada pelas questões do campo; e a parte do campo, povoada pelas questões da cidade. Um filme que se soma à boa safra do cinema brasileiro deste ano. ■

TRT-MG
1ª Turma autoriza penhora de valores em conta poupança do devedor
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
Substituição tributária, a roupa que não nos serve mais
E2

TST
Aposentado pode incluir filho de 28 anos em plano
valor.globo.com/legislacao

Tributário Placar, por enquanto, é favorável aos contribuintes, que defendem incidência do ICMS

STF julga cobrança de ISS sobre operações de industrialização por encomenda

Marcela Villar
De São Paulo

O Supremo Tribunal Federal (STF) retomou ontem a análise de uma discussão importante para os municípios: se incide ISS sobre operações de industrialização por encomenda, quando ocorrerem como etapa intermediária da cadeia produtiva da mercadoria. O julgamento do que as prefeituras tratam como a sua "tese do século" foi suspenso, por um pedido de vista, mas já há uma maioria favorável aos contribuintes — para a incidência de ICMS.

A discussão começou no Plenário Virtual, em 2023, onde seis ministros já tinham votado para afastar a cobrança do tributo municipal "quando o objeto é destinado à industrialização ou à comercialização". Eles também já concordavam que é preciso limitar em 20% as multas moratórias nos processos fiscais. O caso está em repercussão geral, portanto, vincula todo o Judiciário.

No Plenário Virtual, a discussão foi suspensa por um pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes. Na sessão de ontem, Moraes abriu divergência favorável aos municípios, para permitir a incidência do tributo. Na visão dele, a parte no caso, a ArcelorMittal, contratou um serviço específico, que não faz parte do processo da industrialização do aço. "Não está se criando produtos novos. As chapas de aço foram requalificadas segundo especificações dos tomadores de serviço. Não configura um novo produto", disse ele, na sessão.

> "Não incidência de ISS é um cheque em branco para a sonegação fiscal"
> *Ricardo Almeida*

Também votou ontem o ministro Cristiano Zanin, que acompanhou o relator, o ministro Dias Toffoli. O placa está em 7 a 1 em favor dos contribuintes. Toffoli manteve o voto para cancelar a execução fiscal movida pelo município de Contagem, de Minas Gerais, contra a ArcelorMittal, maior produtora de aço do Brasil (RE 882461 ou Tema 816).

O caso discute se incide o ISS ou ICMS e o IPI nessas operações. Essa é considerada a "tese do século" para os municípios, segundo o procurador do Rio de Janeiro Ricardo Almeida, que representa a Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf) no caso. Para as companhias, pode valer mais a pena a incidência do ICMS, mesmo com alíquota maior, pois existe a possibilidade de acúmulo de crédito na cadeia produtiva e uso de benefícios fiscais.

O caso em análise chegou ao STF em 2015, por meio de um recurso da ArcelorMittal contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG) que manteve sentença e permitiu tributar pelo ISS a atividade de "corte longitudinal e transversal de bobinas de aço", prevista na Lei Complementar (LC) nº 116/2003, que regulamentou o tributo.

Toffoli, porém votou pela reforma do acórdão. Para ele, "se o bem retorna à circulação ou a nova industrialização após a industrialização por encomenda, tal processo industrial representa apenas uma fase do ciclo econômico da encomendante, não estando, portanto, a industrialização por encomenda sujeita ao ISS".

Ele entendeu que a LC nº 116/2003 "deformou o critério material do ISS e invadiu, no ponto, competência tributária da União, provocando, ademais, efeito cumulativo relevante no imposto sobre a produção". Relembrou, em seu voto, a jurisprudência do Supremo, especialmente um julgamento de 2011 que já havia afastado a incidência do ISS sobre operações de industrialização por encomenda de embalagens (ADI 4389).

DIVULGAÇÃO/STF
Julgamento sobre cobrança de ISS foi iniciado no Plenário Virtual e retomado ontem em sessão presencial

No Plenário Virtual, tinham seguido o entendimento do relator os ministros Edson Fachin, Cármen Lúcia e Rosa Weber. Acompanharam com ressalvas os ministros Luiz Fux e Luís Roberto Barroso, que divergiram apenas da proposta de modulação (restrição dos efeitos).

Nos autos, a ArcelorMittal defende que os cortes das bobinas fazem parte do "ciclo industrial siderúrgico", sendo uma "etapa intermediária da cadeia de circulação, entre a produção do aço bruto e sua destinação à venda".

A companhia, que teve lucro líquido de US$ 928 milhões no primeiro trimestre de 2024, diz que a multa de R$ 13,1 mil aplicada por não pagar o ISS "viola a proporcionalidade, a razoabilidade e a vedação do confisco" e teria "caráter arrecadatório".

Já o município de Contagem defende nos autos que a autuação tem amparo tanto na lei complementar quanto na Lei Municipal nº 1.611/1983. Para a prefeitura, o requisito para a incidência é que as atividades sejam exercidas em bens de terceiros.

Há ainda a discussão, que estava no Plenário Virtual mas não foi trazida na sessão de ontem, sobre a modulação dos efeitos. Toffoli propôs a restrição pelas inúmeras atividades que foram "indevidamente" tributadas pelo ISS por 18 anos. Para ele, não modular a tese faria com que muitos contribuintes pleiteassem, nos mais de 5.500 municípios do Brasil, a repetição de indébito tributário, "o que poderá não só afetar as finanças municipais, mas também provocar o ajuizamento de diversas ações judiciais".

Ele vedou, portanto, a restituição do ISS para quem já recolheu o imposto e vedou a cobrança do IPI e do ICMS sobre os mesmos fatos geradores. Ficariam ressalvadas, porém, as ações judiciais em curso e as hipóteses de comprovada bitributação — neste caso, o contribuinte teria direito à restituição do ISS e não do IPI/ICMS. Para aqueles que não recolheram ISS e ICMS/IPI, incidiria IPI ou ICMS sobre os fatos geradores ocorridos até a véspera da publicação da ata de julgamento.

Fux, que acompanhou a tese principal, apenas discordou desse ponto. Para ele, não é possível excluir a incidência do IPI, porque isso não foi questionado pelo contribuinte.

Para o advogado Tiago Conde, sócio do Sacha Calmon Misabel Derzi Advogados, que representa a ArcelorMittal no caso, é o ICMS que deve incidir sobre a operação. "É uma mercadoria que estou mandando para o Estado. Se fosse serviço, ela viria pronta e acabada, mas não é o caso. O produto volta para a empresa para ser aprimorada", diz. De acordo co ele, não haveria grandes impactos para os cofres públicos, por conta da modulação proposta. "Toffoli protege o município."

Nina Pencak, sócia do Mannrich e Vasconcelos Advogados e representante da Associação Brasileira de Advocacia Tributária (Abat) no caso, diz o que o interesse da entidade no processo é a discussão sobre a limitação das multas. Na visão dela, deve ser respeitado o princípio constitucional da dosimetria para as multas fiscais. "As multas são fixas, não têm como base a conduta do contribuinte", afirma. "O teto de 20% é o entendimento majoritário do Supremo e eles reafirmam o Tema 214", adiciona a tributarista.

Já Ricardo Almeida entende que a tese não está perdida. Na sessão, ele pediu o reinício do julgamento, mas isso não foi acatado pelos ministros. Segundo ele, se for permitida a não incidência do ISS, haverá dificuldade de fiscalizar a destinação do produto, se para o consumidor final ou para um intermediário, o que é um "cheque em branco para a sonegação fiscal".

"Esse critério da destinação na cadeia produtiva é impraticável de ser fiscalizado", afirma o procurador, citando que metade da produção da ArcelorMittal é para exportação, o que dificultaria ainda mais esse controle. Ele também entende que declarar a inconstitucionalidade do item da lei complementar pode ter um efeito em cascata para outros contribuintes pedirem a não incidência do ISS para outros produtos.

STJ discute se aviso prévio conta no cálculo da aposentadoria

Laura Ignacio
De São Paulo

A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) começou a julgar, esta semana, se o período de aviso prévio indenizado conta como tempo de serviço no cálculo da aposentadoria. Esse período pode ir de 30 a 90 dias e começa a correr após a rescisão do contrato de trabalho. Por enquanto, o placar está em 4 a 2, mais favorável ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que contesta a inclusão desses dias na contagem do benefício previdenciário. Um pedido de vista interrompeu o julgamento.

Em geral, o aviso prévio é pago para o trabalhador se sustentar enquanto busca uma nova colocação, após a demissão pelo empregador. Se o empregado pede demissão, também há a obrigação do aviso prévio, que pode ser trabalhado ou indenizado. Esses dias podem ser definitivos na hora de se calcular a aposentadoria por tempo de serviço.

O tema chegou à 1ª Seção da Corte por causa de um recurso do INSS contra decisão de tribunal federal regional favorável aos aposentados. Como a decisão se dará em recurso repetitivo, orientará as demais instâncias do Judiciário.

Na sessão de julgamento, Rodrigo Roriz, representante do INSS no processo, afirmou que a verba foi criada para proteger o empregado no caso de desistência súbita do empregador e que sua finalidade explica a sua natureza de caráter indenizatório, não salarial. "Não é um valor pago enquanto há prestação de serviço", disse.

Roriz apontou também que a própria Corte já definiu, por meio dos REsps 1.221665 e 1.218.263 e do Tema 478, que aviso prévio não tem natureza salarial, o que foi formalizado pela Instrução Normativa da Receita Federal nº 2110, de 2022. "Uma segunda resposta foi dada pelo Supremo Tribunal Federal, por meio do RExt 583.864, de repercussão geral, que decidiu que o caráter contributivo do Regime Geral de Previdência Social, a princípio, impede a contagem de tempo ficto de contribuição."

Já Aline Danelon, representante do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), disse na sustentação oral que, em vista do posicionamento do próprio STJ, o IBDP entende que é possível computar esse período de aviso prévio indenizado. Segundo ela, mesmo não havendo incidência de contribuição previdenciária, há outros períodos que são computados no cálculo da aposentadoria, como o período rural anterior a 1991 e o auxílio-doença.

A advogada especialista em direito previdenciário também destacou o artigo 201 da Constituição Federal, que estabeleceria a devida proteção ao segurado.

Representante do Instituto dos Advogados Previdenciários (IAPE), a advogada Manuela de Almeida defendeu que se contabiliza o aviso prévio para a aposentadoria, mesmo sem recolhimento de contribuição, porque o sistema previdenciário brasileiro protege o trabalhador.

Manuela também argumentou, na sessão de julgamento, que o período de aviso prévio, que tem entre 30 e 90 dias, é ínfimo quando comparado ao tempo mínimo necessário para a aposentadoria, de 20 anos para mulheres e 30 anos para homens, não gerando, portanto, um problema de composição de custos para o INSS.

Ela afirmou que a não contabilização desse período penaliza, especialmente, os segurados de menor poder aquisitivo, sem gerar diferença relevante no custeio. "Esse tempo pode ser a diferença para conseguir ou não a aposentadoria quando atingida a idade mínima", disse.

Sobre a tese em discussão, o jurista e professor de direito previdenciário da Pontifícia Universidade Católica (PUC) Wagner Balera afirma que sobre o valor do aviso prévio indenizado não deveria incidir contribuição previdenciária porque não houve tempo de trabalho. Assim, diz ele, o período não entra no cálculo da aposentadoria.

"Há benefício se houve contribuição, e não há benefício se não houve contribuição", diz Balera. "E se incidisse a contribuição previdenciária sobre o aviso prévio, sem cômputo do período no cálculo da aposentadoria, haveria um enriquecimento sem causa do Estado, que estaria cobrando algo que não gerará efeito para o beneficiário", conclui.

DIVULGAÇÃO

> "Só haveria o benefício se incidisse a contribuição previdenciária"
> *Wagner Balera*

O ministro Mauro Campbell Marques, relator nesse processo, negou provimento ao recurso do INSS. Ao votar, ele disse que a ausência de prestação de efetivo serviço com rescisão sem observância da antecedência constitucional, bem como a não incidência de contribuição previdenciária, não autorizam a desconsideração do aviso prévio para fins previdenciários. O relator foi seguido apenas pelo ministro Teodoro Silva Santos.

O ministro Gurgel de Faria foi o primeiro a votar em sentido contrário. Para ele, como vem sendo adotada na 1ª Turma do STJ uma posição de que, como não há serviço nesse período, a verba é indenizatória (Tema 478), não é possível esse cômputo. "Para o caso concreto, assim, proponho a tese no sentido de que não é possível o cômputo do aviso prévio indenizado para o cálculo do benefício previdenciário", disse.

Em seguida, os ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Paulo Sérgio Domingues acompanharam o entendimento de Gurgel de Faria, favorável ao INSS. Por fim, o ministro Afrânio Vilela disse que surgiu uma dúvida sobre o tema em discussão e pediu vista. Faltam três votos para o fim do julgamento.

INÊS 249

Substituição tributária, a roupa que não nos serve mais

Opinião Jurídica

Caio Cesar Braga Ruotolo

Nada mais propício em tempos de reforma tributária, lembrarmos célebre canção "Velha roupa colorida", que em certo trecho diz que "o passado é uma roupa que não nos serve mais". Tal letra, paradoxalmente, não poderia ser mais atual quando estamos falando de reforma tributária e o admirável mundo novo que será inaugurado com a instituição do IBS e da CBS.

A Emenda Constitucional (EC) nº 132/23, instaurou um novo conceito de tributação do consumo no Brasil. Não é perfeita, como tudo nessa vida, porém coloca o país dentre as democracias tributárias mais avançadas em termos de IVA, buscando simplicidade, segurança jurídica, não cumulatividade plena, neutralidade, incidência no destino e fim da guerra fiscal, dentre outros princípios almejados pelo texto constitucional alterado.

Diante dessa nova roupagem do sistema tributário do consumo, com a instituição do IBS e da CBS, ambos ainda em discussão no Senado Federal (PLP 68/24) e na Câmara dos Deputados (PLP 108/24), não cabe mais falar na famigerada substituição tributária, muito praticada pelos Estados no âmbito do ICMS, tributo que será, finalmente, defenestrado.

A substituição tributária mais utilizada, para frente, em relação às operações subsequentes, caracteriza-se pela atribuição a determinado contribuinte (normalmente o primeiro na cadeia de comercialização, o fabricante ou importador) pelo pagamento do valor do ICMS incidente nas subsequentes operações com a mercadoria, até sua saída destinada a consumidor ou usuário final.

Tal sistemática de recolhimento foi criada no âmbito do ICMS com a suposta finalidade de melhorar a fiscalização e reduzir a sonegação em relação a determinados bens produzidos e que são comercializados de forma pulverizada no varejo. Assim, passaram a tributar os fabricantes, que por serem grandes e em pouco número, seriam facilmente fiscalizados, porém, a substituição tributária se transformou num verdadeiro câncer, atingindo tudo e a todos de forma indiscriminada e causando enormes distorções e prejuízos para vários setores produtivos e para os contribuintes.

Ousamos dizer que a substituição tributária causou tantos problemas que hoje ela representa a negação do próprio instituto, pois dentre tantas distorções tem-se aumento de pedidos de ressarcimentos de substituídos atacadistas e distribuidores, causando enormes dificuldades à própria fiscalização, perda da neutralidade na medida em que distorce preços causando até mesmo efeito inflacionário em determinados produtos, bem como induz esquemas elisivos, de modo a dificultar ainda mais a fiscalização.

Além disso, causa dispersão de substitutos e aumento da evasão fiscal em operações intermediárias; dificuldades na devolução de diferenças de bases; segregação de ICMS-ST e ICMS próprio; expansão do pagamento antecipado pela impossibilidade prática de ser firmar acordos para todos os produtos; dispersão dos sujeitos passivos para pagar ICMS-ST na entrada, embaraçando a fiscalização e a cobrança; fim da definitividade da base de cálculo da substituição tributária (julgamento do RE 593849/MG) impondo a necessidade de fiscalizar e cobrar diversos contribuintes varejistas. Em suma, tal instituto, que aparentava ser a panaceia para todos os males do ICMS, a bem da verdade, só causou e ainda causa sandices e distorções em nosso sistema tributário, não sendo um instrumento de racionalização da fiscalização nem de eficiência arrecadatória, sequer reduziu a evasão fiscal.

Some-se a isso o fato de que teremos que conviver com ela (a substituição tributária) até 2033, quando então a sistemática do IBS estará totalmente implementada.

Com a alteração constitucional trazida pela EC 132/23, delimitando que o IBS e a CBS incidirão sobre as operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços, bem como que a sua cobrança será no destino, a sistemática da substituição tributária, em hipótese alguma, se amolda ao desenho constitucional do novo sistema tributário do consumo. É uma técnica de antecipação de recolhimento na origem, ao passo que o IBS e a CBS serão cobrados no destino, ou seja, totalmente incompatível com a norma constitucional. Caso implementada em sede de projeto de lei, seria uma verdadeira apropriação indébita pelo Estado de origem.

Além disso, o simples fato de que na Constituição Federal ainda permaneça a disposição do artigo 150, parágrafo 7º, que dá fundamento de validade para a substituição tributária, ao determinar que a lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, não confere ao legislador infraconstitucional a possibilidade de se criar uma esdrúxula substituição tributária do IBS e da CBS.

Some-se a isso a implementação do crédito vinculado ao pagamento, a implantação do split payment, o ressarcimento imediato ou ao menos num prazo razoável e predeterminado, a redução da complexidade operacional das informações fiscais que tornará o novo modelo mais simplificado para as empresas.

A substituição tributária é o passado, é a velha roupa que não nos serve mais, os órfãos do ICMS-ST não podem nos impor essa herança maldita, tal sistemática não se amolda ao IBS e à CBS, eis que a substituição tributária para frente tributa a produção, é cobrada na origem, enquanto as novas exações incidirão sobre o consumo e serão tributadas no destino.

Por isso, os legisladores devem olhar com olhos de ver, pois a EC 132 e o PLP 68 são "o corpo diferente" e a substituição tributária é a "velha roupa que não nos serve mais".

Caio Cesar Braga Ruotolo é advogado tributarista e sócio do escritório Silveira Law Advogados.

AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

(Subsidiária Integral)

CNPJ 07.707.650/0001-10 - NIRE 35.300.327.021

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Data, Hora e Local: 03.04.2024, às 10h, na sede social da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("**Companhia**"), na Rua Amador Bueno, 474 - Bloco C - 1º Andar - Santo Amaro, CEP 04752-005, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Presença**: Representante do Banco Santander (Brasil) S.A., acionista detentor da totalidade do capital social. **Convocação e Publicação:** Dispensada conforme faculta o artigo 124, § 4º da Lei 6.404/76. **Mesa:** Gustavo Alejo Viviani - Presidente. Luiza de Andrade Piovezan, Secretária. **Abertura**: O Presidente da Mesa submeteu ao representante do Acionista proposta de lavratura da presente Ata em forma de sumário, conforme faculta o § 1º do Art. 130 da LSA, o que foi aprovado. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(1)** a exoneração do Sr. **Francisco Javier Muñoz Bermejo** (CPF n.º 238.085.218-99) do cargo de Diretor Executivo da Companhia; e **(2)** a consolidação da composição da Diretoria da Companhia. **Deliberações**: Após exame das matérias constantes da Ordem do Dia, o representante do Acionista da Companhia **aprovou sem ressalvas**: **(1)** A exoneração do Sr. **Francisco Javier Muñoz Bermejo**, espanhol, casado, bancário, portador do Registro Nacional Migratório RNM n.º G173626P e inscrito no CPF sob o n.º 238.085.218-99, do cargo de Diretor Executivo da Companhia, com efeitos a partir desta data. **(2)** Em razão da deliberação tomada no item (1) acima, a consolidação da composição da Diretoria da Companhia, com mandato que perdurará até a posse dos eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2026:

Membro	Posição
Gustavo Alejo Viviani	Diretor Presidente
Reginaldo Antonio Ribeiro	Diretores Executivos
Cezar Augusto Janikian	
Franco Raul Rizza	
Ricardo Olivare de Magalhães	
Luis Guilherme Mattoso de Oliem Bittencourt	

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, e lavrada esta ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. São Paulo (SP), 03 de abril de 2024. Mesa: Gustavo Alejo Viviani - Presidente da Mesa. Luiza de Andrade Piovezan - Secretária da Mesa. Acionista: Banco Santander (Brasil) S.A. - p.p. Luiza de Andrade Piovezan. Certifico ser a presente transcrição fiel da Ata lavrada no livro próprio. **Luiza de Andrade Piovezan** - Secretária da Mesa. JUCESP nº 154.509/24-3 em 18/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª SÉRIE DA 43ª EMISSÃO (IF CRA022005K1) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 08 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 43ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 43ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 19 de maio de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **24 de setembro de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **08 de outubro de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. **(ii)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60 A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª Série da 43ª Emissão – (IF CRA022005K1), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 28 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

SILVEIRA LEILÕES

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DOS DEVEDORES DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º PÚBLICO LEILÃO: 16/SETEMBRO/2024, ÀS 11:00 H – 2º PÚBLICO LEILÃO: 17/SETEMBRO /2024, ÀS 11:00 H - Leilão online

MARCELO EMIDIO FERREIRA PIEROBOM SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 843, Avenida Rotary, nº 187, sala 01, Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEF: 13092-509, faz saber, através do presente Edital, que autorizado pela Credora Fiduciária: **MASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., inscrita no CNPJ/RFB sob nº 51.243.582/0001-78**, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da Lei Federal n.º 9.514/97, posteriores alterações e demais disposições legais aplicáveis a matéria em execução o Instrumento Particular de Contrato de Venda e Compra, com Pacto de Alienação Fiduciária em Garantia e Outras Avenças, celebrado na cidade de Tatuí/SP no dia 18 de janeiro de 2015, o **IMÓVEL**: **LOTE Nº 17 DA QUADRA 21,** situado na Rua 14 atualmente denominada Rua Olegário Pires de Camargo, do lado par do loteamento **RESIDENCIAL ASTÓRIA**, no bairro Barro Preto, Tatuí/SP, medindo: 10,00m de frente do lado direito de quem da rua o olha, mede 25,00m confrontando com o lote 18; do lado esquerdo mede 25,00m, confrontando com o lote 16; e nos fundos 10,00m, confrontando com o lote 37, encerrando a área de 250,00m2. Matrícula imobiliária nº 53.415 do Cartório de Registro de Imóveis de Tatuí. CCM: 11.770.017. Consolidação da propriedade em 07/08/2024. **VALORES MÍNIMOS: 1º LEILÃO: R$ 254.506,02. 2º LEILÃO: R$ 250.795,61.** O arrematante pagará o valor do arremate e mais 5% de comissão do leiloeiro e arcará com as despesas cartorárias e impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura e com todas as demais despesas que vencerem a partir da data da arrematação. O imóvel está desocupado não existindo construções. Eventual ocupação irregular de desconhecimento da Comitente, desocupação a cargo do arrematante. Venda *ad corpus*. Fica a fiduciante, **Silvana Beserra Sousa, CPF: 088.205.424-47,** comunicadas das datas dos leilões, pelo presente edital, para o exercício do direito de preferência na forma do artigo 27, §2º B da LF nº 9514/97. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital, regras e condições do leilão disponível no portal Silveira Leilões bem como dos documentos imobiliários do imóvel. À Comitente e ao Leiloeiro não caberá qualquer reclamação posterior.

Informações: (19) 3794-2030 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br

Ez Tec Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ 08.312.229/0001-73 - NIRE 35300334345 - Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 01 de Agosto de 2024

Data, Hora e Local: No dia 1/8/24, às 11h, na sede social da Companhia. **Presença:** Totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: Flávio Ernesto Zarzur; e Secretário: A. Emilio C. Fugazza. **Deliberações:** Instalada a reunião, foi realizado o reporte das atividades do Comitê de Auditoria da Companhia pelo Sr. Nelson de Sampaio Bastos, na qualidade de Coordenador do referido Comitê. Foi informado, ainda, que o Comitê de Auditoria, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, analisou, em reunião realizada nesta data às 10h, as Informações Financeiras Trimestrais da Companhia e o relatório dos auditores independentes, referentes ao período de seis meses findo em 30/6/24, tendo emitido parecer favorável à sua aprovação pelo Conselho de Administração, na forma de **Anexo I** à presente ata. Após exame e discussão da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração: **(i)** tomaram ciência sobre o reporte trimestral das atividades realizadas pelo Comitê de Auditoria da Companhia; **(ii)** deliberaram, por unanimidade de votos, com fulcro no parecer favorável do Comitê de Auditoria e na análise favorável do Conselho Fiscal, em reuniões realizadas pelos respectivos órgãos nesta data, aprovar as Informações Financeiras Trimestrais da Companhia e o relatório dos auditores independentes, referentes ao período de seis meses findo em 30/6/24, nos termos do artigo 17, inciso VII, do Estatuto Social; e **(iii)** nos termos do parágrafo único do artigo 27 do Estatuto Social, a declaração de intermediários, com base no saldo da reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Expansão", indicado nas Informações Financeiras Intermediárias da Companhia na data-base de 30/6/24, no valor de R$ 21.057.659,07, correspondentes a R$ 0,096539100 por ação ordinária. O montante total bruto dos dividendos intermediários ora declarados (i) será pago até 30/6/24; e (ii) será imputado e deduzirá o valor dos dividendos obrigatórios referentes ao exercício social que se encerrará em 31/12/24, não sendo objeto de qualquer atualização monetária. Farão jus aos dividendos ora declarados os acionistas que constarem da base acionária da Companhia no final do pregão do dia 8/8/24. Fica consignado que a partir de 9/8/2024, inclusive, as ações da Companhia passarão a ser negociadas ex dividendos na B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão. Os procedimentos relativos ao pagamento dos dividendos ora declarados serão divulgados pela Companhia através de Aviso aos Acionistas. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. JUCESP nº 307.364/24-0 em 20/8/24. Maria Cristina Frei - Secretária-Geral. O inteiro teor desse documento poderá ser consultado na versão digital do jornal: "https://valor.globo.com/valor-ri/" desta data.

SILVEIRA LEILÕES

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DOS DEVEDORES DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º Público Leilão: 12/SETEMBRO/2024, às 10:00h | 2º Público Leilão: 13/SETEMBRO/2024, às 10:00h - Leilão online

MARCELO EMÍDIO FERREIRA PIEROBOM SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 843, Avenida Rotary, n.º 187, sala 01, Campinas/SP, CEP: 13092-509, faz saber através do presente Edital, que autorizado pelas Credoras Fiduciárias: 1º) **MASA DEZOITO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.,** inscrita no **CNPJ/RFB sob nº 12.992.017/0001-51** e 2º) **MASA DEZENOVE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.,** inscrita no **CNPJ/RFB sob nº 12.992.036/0001-88**, **venderá** em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da LF n.º 9.514/97, posteriores alterações e demais disposições legais aplicáveis a matéria, em execução do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Imóvel, com Pacto de Alienação Fiduciária em Garantia e Outras Avenças, celebrado na cidade de Barueri/SP em 07 de junho de 2021, o **IMÓVEL**: **LOTE Nº 16 DA QUADRA 07,** do loteamento **RESIDENCIAL VENEZA I**, Bairro do Rio Acima, Mogi das Cruzes/SP, assim descrito e caracterizado: Medindo 10,00m em curva com raio de 323,64m, de frente para Rua 03, 10,93m em curva com raio de 353,64m nos fundos confrontando com os lotes 19 e 20, 30,00m do lado esquerdo de quem da Rua 03 olha para o terreno confrontando com o lote 15, 30,00m do lado direito confrontando com o lote 17, encerrado uma área de 313,90m2. Matrícula imobiliária nº 62.135 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Mogi das Cruzes/SP. CCM: 15.211.016-5. Consolidação da propriedade 25/07/2024**. VALORES MÍNIMOS: 1º LEILÃO: R$ 344.764,70. 2º LEILÃO: R$ 332.643,97.** O arrematante pagará o valor do arremate e mais 5% de comissão do leiloeiro e arcará com as despesas cartorárias e impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura e com todas as demais despesas que vencerem à partir da data da arrematação. O imóvel está desocupado não existindo construções. Eventual ocupação irregular de desconhecimento das Comitentes, desocupação a cargo do arrematante. Ficará à cargo do arrematante a responsabilidade pelo levantamento das indisponibilidades averbadas sob nºs 06, 07, 08, 09, 10 na matrícula imobiliária do imóvel em desfavor dos Devedores Fiduciantes. Venda *ad corpus*. Ficam os Fiduciantes, **Mauricio Pereira Bezerra, CPF: 300.803.708-96 e Marcia Souza Pereira, CPF: 341.860.098-05,** comunicados das datas dos leilões, pelo presente edital, para o exercício do direito de preferência. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital, regras e condições do leilão disponível na plataforma eletrônica da Silveira Leilões bem como dos documentos imobiliários do imóvel, eventuais ônus e ações judiciais em andamento. Às Comitentes e ao Leiloeiro não caberão qualquer reclamação posterior.

Informações: (19) 3794-2030 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br

SOLUTION 4FLEET CONSULTORIA EMPRESARIAL S.A.

CNPJ/MF nº 33.304.547/0001-30 - NIRE 35.300.576.314

Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 08 de abril de 2024

Data, Hora e Local: Aos 08 (oito) dias do mês de abril de 2024, às 15h30, na sede da Companhia na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ribeiro do Vale nº 152, 3º andar, conjuntos 31 a 37, Torre Vanda Loft Office Service, Brooklin, Entrada pela Rua Pitu, nº 72, CEP 04568-000. **Presença:** Totalidade dos acionistas da Companhia, conforme as assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. **Convocação:** Em virtude da presença da totalidade dos acionistas da Companhia, ficam dispensadas todas as formalidades de convocação, nos termos do §4º do Artigo 124 da Lei 6.404/76. **Mesa:** André Ricardo Vieira da Silva - Presidente; e Rafael Tridico Faria - Secretária. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(1)** a exoneração do Sr. Mauricio Silveira Pinto, do cargo de Diretor Financeiro da Companhia; **(2)** a eleição de novo Diretor Financeiro da Companhia; **(3)** a ratificação da composição da Diretoria com mandato válido até a Assembleia Geral Ordinária de 2024. **Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade, aprovaram: **(1)** A exoneração do Sr. Mauricio Silveira Pinto, brasileiro, solteiro, maior, portador da Cédula de Identidade RG nº 3082741632 SJS/RS e inscrito no CPF/ME sob nº 014.665.370-00, do cargo de Diretor Financeiro da Companhia. **(2)** Eleição do Sr. Alfredo Spalloni de Oliveira Junior, brasileiro, casado, administrador de empresas, titular da cédula de identidade RG nº 23.470.064- 6 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 157.484.248-00, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 - CJ 281, Bloco A, Cond. Wtorre JK - Vila Nova Conceição - São Paulo - SP - CEP 04543-011, como Diretor Financeiro, para mandato complementar que vigorará até a posse dos eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2024. **(3)** Ratificar a composição da Diretoria com mandato válido até a Assembleia Geral Ordinária de 2024, conforme quadro abaixo:

Membro	Cargo
André Ricardo Vieira da Silva	Diretor Presidente
Alfredo Spalloni de Oliveira Junior	Diretor Financeiro

Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata: Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. **Encerramento:** Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se esta que, lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. **Mesa:** André Ricardo Vieira da Silva, Presidente; Rafael Tridico Faria, Secretário. **Acionistas Presentes:** Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A. - p.p. Rafael Tridico Faria; André Ricardo Vieira da Silva; Ronie de Souza Saraiva; Juliana Camargo Premero; Glauber José Silva Cintra - p.p. André Ricardo Vieira da Silva e Helio Alves de Souza Lima Filho - p.p. André Ricardo Vieira da Silva. Cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **Rafael Tridico Faria** - Secretário. JUCESP nº 211.373/24-2 em 27/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Ez Tec Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ 08.312.229/0001-73 - NIRE 35300334345 - Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 01 de Agosto de 2024

Data, Hora e Local: No dia 1/8/24, às 14h30 na sede social da Companhia. **Presença:** Totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: Flávio Ernesto Zarzur; e Secretário: A. Emilio C. Fugazza. **Deliberações:** Por unanimidade: **(i)** destituir o Sr. **Silvio Ernesto Zarzur** dos cargos de Diretor Comercial e de Incorporação, passando o Sr. Silvio Ernesto Zarzur a atuar somente como Diretor Presidente da Companhia, para o qual foi eleito na reunião do Conselho de Administração realizada em 2/5/23; **(ii)** eleger o Sr. **Silvio Hidemi Iamamura** como Diretor de Incorporação da Companhia, para um mandato unificado com os demais membros da Diretoria eleitos na reunião do Conselho de Administração realizada em 2/5/23, estendendo-se até 5 dias úteis após a AGO que deliberar sobre as contas relativas ao exercício social a ser encerrado em 31/12/24, podendo ser reeleito; **(iii)** eleger o Sr. **Marcelo Ernesto Zarzur** como Diretor Comercial da Companhia, para um mandato unificado com os demais membros da Diretoria eleitos na reunião do Conselho de Administração realizada em 5/5/23, estendendo-se até 5 dias úteis após a AGO que deliberar sobre as contas relativas ao exercício social a ser encerrado em 31/12/24, podendo ser reeleito. Consignar que, com base nas informações recebidas pelos membros do Conselho de Administração, os diretores ora eleitos estão em condições de firmar as declarações de desimpedimento mencionadas no artigo 147, §4º, da Lei nº 6.404, de 15/12/76, conforme alterada ("Lei 6.404/76"), e no "Anexo K" da Resolução CVM nº 80, de 29/3/22, conforme alterada, ("Resolução CVM 80/2022"), que ficarão arquivadas na sede da Companhia. Ainda, consignar que os membros da Diretoria ora eleitos tomarão posse em seus respectivos cargos nesta data mediante a assinatura do respectivo termo de posse, nos termos do artigo 147, §4º, da Lei nº 6.404/76 e do "Anexo K" da Resolução CVM 80/2022, a ser lavrado em livro próprio da Companhia acompanhado da declaração de desimpedimento nos termos do item "c" acima, e permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores, nos termos do artigo 17, parágrafo 1º, do estatuto social da Companhia. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. JUCESP nº 307.365/24-4 em 20/8/24. Maria Cristina Frei - Secretária-Geral. O inteiro teor desse documento poderá ser consultado na versão digital do jornal: "https://valor.globo.com/valor-ri/" desta data.

SILVEIRA LEILÕES

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DOS DEVEDORES DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º Público Leilão: 12/SETEMBRO/2024, às 11:00h | 2º Público Leilão: 13/SETEMBRO/2024, às 11:00h - Leilão online

MARCELO EMIDIO FERREIRA PIEROBOM SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 843, Avenida Rotary, nº 187, sala 01, Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP: 13092-509 faz saber, através do presente Edital, que autorizado pela Credora Fiduciária: **WIN BARUERI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. - CNPJ: 17.926.663/0001-34**, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 da Lei Federal nº 9.514/97, posteriores alterações e demais disposições legais aplicáveis a matéria, em execução do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Imóvel, com Pacto de Alienação Fiduciária em Garantia e Outras Avenças, datado de 02 de outubro de 2018, na cidade de Barueri/SP o **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 277, DO 27º PAVIMENTO, DO EMPREENDIMENTO WIN ALPHAVILLE,** Avenida Aruanã, nº 745, Bairro Jubran, Barueri/SP, com as seguintes áreas: privativa 59,150m2, comum 36,410m2, já incluída a área correspondente a 01 vaga de garagem, total 95,560m2, correspondendo a fração ideal de 0,0041760 ou 0,41760% do terreno. Matrícula imobiliária 198.897 do Cartório de Registro de Imóveis de Barueri. Inscrição Cadastral nº 24454.51.28.0222.01.241.1. Consolidação da propriedade em 26/07/2024. **VALORES MÍNIMOS: 1º LEILÃO: R$ 768.950,00. 2º LEILÃO: R$ 647.604,87.** O arrematante pagará o valor do arremate à vista e mais 5% de comissão do leiloeiro e arcará com as despesas cartorárias e impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura e com todas as demais despesas que se vencerem a partir da data da arrematação. Imóvel ocupado, a desocupação ficará a cargo do arrematante. Venda *ad corpus*. Ficam os Fiduciantes, **Antônio Camilo de Paula, CPF nº 844.889.488-04 e Julia Aparecida de Paula, CPF nº 295.636.688-20,** expressamente comunicados das datas dos leilões, pelo presente edital, para o exercício do direito de preferência, na forma do artigo 27, §2º B da LF nº 9514/97. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital, Regras e Condições para participação do leilão disponível no portal da Silveira Leilões, bem como dos documentos imobiliários do imóvel. À Comitente e ao Leiloeiro não caberá qualquer reclamação posterior.

Informações: (19) 3794-2030 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br

UNIVERSIA BRASIL, S.A.

CNPJ nº 04.127.332/0001-92 - NIRE 35.300.181.425

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Data, Hora e Local: 16.04.2024, às 14h, na sede social da Universia Brasil S.A. ("Companhia"), na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041, 20º andar, Cj. 201, Parte 3, Bloco A, Cond. Wtorre JK, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, CEP 04543-011. **Convocação e Presença:** Dispensada em razão da presença de acionistas representando a totalidade do capital social, conforme Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Marcio Giannico Rodrigues, Presidente da Mesa. Luiza de Andrade Piovezan, Secretária da Mesa. **Abertura:** Foi aprovada pelos Acionistas a proposta de lavratura da presente Ata em forma de sumário. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(1)** a recondução de membro do Conselho de Administração da Companhia; **(2)** a eleição de novo membro para compor o Conselho de Administração da Companhia; e **(3)** a consolidação da composição do Conselho de Administração da Companhia. **Deliberações:** Os Acionistas da Companhia, por unanimidade de votos e sem restrições, deliberaram: **(1)** RECONDUZIR, para um mandato complementar que vigorará até a posse dos eleitos em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025, o Sr. **Antonio Suárez-Pumariega Ayllón**, espanhol, casado, bancário, portador do passaporte n.º PAS896214, residente e domiciliado em Madri, Espanha, com endereço comercial na Avenida de Cantabria s/n, 28660, Boadilla del Monte, do cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia para o cargo de Membro do Conselho de Administração da Companhia. **(2)** ELEGER, para um mandato complementar válido que vigorará até a posse dos eleitos em Assembleia Geral Ordinária do ano de 2025, a Sra. **Germanuela de Almeida de Abreu**, venezuelana, divorciada, economista, titular da Cédula de Identidade para Estrangeiro RNE nº V331832-X, inscrita no CPF/MF sob o n.º 057.546.967-60, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041, 20º andar, Cj. 201, Parte 3, Bloco A, Cond. Wtorre JK, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia. Os membros do Conselho de Administração da Companhia ora eleitos declaram não estarem incursos em quaisquer dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer a atividade mercantil, conforme termos de posse e declarações de desimpedimento arquivados na sede da Companhia. **(2)** CONSOLIDAR a composição do Conselho de Administração da Companhia, conforme segue:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIA BRASIL S.A.	
Germanuela de Almeida de Abreu	Presidente
Antonio Suárez-Pumariega Ayllón	Conselheiro
Lucía Rábade Rodríguez	Conselheira
Rafael Hernandez Maestro	Conselheiro
Marcio Giannico Rodrigues	Conselheiro

Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada esta ata que vai assinada pelos presentes. Mesa: Marcio Giannico Rodrigues, Presidente da Mesa. Luiza de Andrade Piovezan, Secretária da Mesa. Acionistas: UNIVERSIA HOLDING, S.L. - Marcio Giannico Rodrigues, procurador; e BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. - Luiza de Andrade Piovezan, procuradora. Esta ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. **Luiza de Andrade Piovezan -** Secretária da Mesa. JUCESP nº 254.817/24-5 em 01/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

SANTANDER GLOBAL CARDS & DIGITAL SOLUTIONS BRASIL S.A.

CNPJ/MF nº 09.564.930/0001-42 - NIRE 35.300.509.161

Ata Da Assembleia Geral Extraordinária

Data, Local e Hora: 01.04.2024, às 16h, na sede social da Santander Global Cards & Digital Solutions Brasil S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041, Cj. 191, Parte 3, Bloco A, Cond. Wtorre JK, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Convocação:** Dispensada a sua publicação, nos termos do §4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Companhias por Ações"). **Mesa:** Reginaldo Antonio Ribeiro, Presidente da Mesa. Luiza de Andrade Piovezan, Secretária da Mesa. **Abertura:** Foi aprovada pelo representante do Acionista presente a proposta de elaboração da presente ata em forma de sumário. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(1)** a proposta de aumento de capital social da Companhia, com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social; e **(2)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações:** Os representantes dos Acionistas da Companhia APROVARAM, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições **(1)** o aumento de capital social da Companhia no valor de R$ 52.920.000,00 (cinquenta e dois milhões, novecentos e vinte mil reais), mediante a emissão de 4.455.596 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil e quinhentos e noventa e seis) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 11,87720 por ação ordinária, calculado com base no valor patrimonial contábil das ações da Companhia na data-base de abril de 2024, nos termos do artigo 170, §1º, inciso II da Lei das Sociedades por Ações, de modo que o capital social passará do valor de R$ 574.747.795,50 (quinhentos e setenta e quatro milhões, setecentos e quarenta e sete mil, setecentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos) para o montante de R$ 627.667.795,50 (seiscentos e vinte e sete milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, setecentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos), dividido em 51.934.574 (cinquenta e um milhões, novecentos e trinta e quatro mil, quinhentos e setenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As ações emitidas em razão do aumento de capital ora deliberado serão totalmente subscritas e integralizadas pela acionista Santander Global Cards & Digital Solutions, S.L., conforme boletim de subscrição que integra a presente na forma do Anexo I. Restou consignado que a acionista Cántabro Catalana de Inversiones, S.A. renunciou ao direito de preferência às ações da Companhia que lhe cabia subscrever e integralizar. Em razão do aumento de capital da Companhia deliberado acima, fica alterado o artigo 5º do estatuto social da Companhia, que vigorará com a seguinte redação: *"CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES: Artigo 5º - O capital social da Companhia é no valor de R$ 627.667.795,50 (seiscentos e vinte e sete milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, setecentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 51.934.574 (cinquenta e um milhões, novecentos e trinta e quatro mil, quinhentos e setenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Parágrafo Único- Cada ação confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral."* **(2)** a consolidação do estatuto social da Companhia nos termos do Anexo II, em vista das deliberações havidas acima. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou os trabalhos e foi lavrada a presente ata, a qual lida, aprovada e achada conforme, foi circulada para assinatura eletrônica pelos presentes. Mesa: Reginaldo Antonio Ribeiro - Presidente da Mesa. Luiza de Andrade Piovezan - secretária da Mesa. Acionista: Santander Global Cards & Digital Solutions, S.L. e Cántabro Catalana de Inversiones, S.A., representadas por Reginaldo Antonio Ribeiro, procurador. Confere com a original lavrada em livro próprio. **Luiza de Andrade Piovezan** - Secretária da Mesa. JUCESP nº 153.404/24-3 em 16/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Estatuto Social - Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração:** Artigo 1º - A Santander Global Cards & Digital Solutions Brasil S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações fechada, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. Artigo 2º - A Companhia tem por objeto social: a) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como acionista ou quotista; b) a coleta, armazenamento, organização, análise, desenvolvimento, gerenciamento, tratamento e compilação de dados, relatórios e base de informações de pessoas físicas e jurídicas, incluindo, mas não se limitando a relatórios de inteligência de dados e pesquisas; c) o gerenciamento e hospedagem de troca de tráfego e interconexão entre as operadoras de telecomunicações, provedores de serviços internet, provedores de conteúdo, integradores, instituições governamentais e privadas; d) a consultoria na área de informática, incluindo, mas não se limitando a suporte técnico e outros serviços em tecnologia de informação, serviços de instalação, manutenção, monitoramento de equipamentos de tecnologia de informação, comunicação, infraestrutura de rede e serviços gerenciados via acesso remoto; e) o desenvolvimento, a comercialização ou o licenciamento de softwares; f) a prestação de serviços de administração, operação e processamento de cartões de crédito, cartões de bancos e financeiras, cartões múltiplos, cartões de débito, cartões de bandeira privada, cartões pré-pagos, cartões de benefícios em geral ("vouchers") e de outros meios eletrônicos de pagamento, compreendendo, ainda, a operação e processamento de sistemas de crédito direto ao consumidor, sistemas para processamento de pagamentos, créditos, cobrança e programas de fidelização; g) a prestação de serviços auxiliares aos serviços financeiros, incluindo mas não se limitando a prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais, pessoas físicas e de estabelecimentos prestadores de serviços para a aceitação de cartões de crédito e de débito, bem como de outros meios de pagamento ou meios eletrônicos necessários para registro e aprovação de transações não financeiras; h) a prestação de serviços de atendimento telefônico ao consumidor, marketing telefônico e realização de cobranças ("telemarketing"); i) a locação de máquinas e demais equipamentos necessários para o desenvolvimento de suas atividades; j) a prestação de serviços de intermediação e agenciamento de negócios, exceto imobiliários. Artigo 3º - A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo, por deliberação da Diretoria, abrir, transferir e extinguir filiais, agências, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional e no exterior. Artigo 4º - A Companhia terá prazo de duração indeterminado. **Capítulo II - Capital Social e Ações:** Artigo 5º - O capital social da Companhia é no valor de R$ 627.667.795,50 (seiscentos e vinte e sete milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, setecentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 51.934.574 (cinquenta e um milhões, novecentos e trinta e quatro mil, quinhentos e setenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Parágrafo Único- Cada ação confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Capítulo III - Assembleia Geral:** Artigo 6º - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, incluindo-se, ainda, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem. Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. Parágrafo Segundo - A Assembleia Geral será presidida por qualquer dos diretores da Companhia. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-lo. **Capítulo IV - Administração:** Artigo 7 - A administração da Companhia compete à Diretoria. Artigo 8 - Os membros da Diretoria devem assumir seus cargos dentro de trinta dias a contar das respectivas datas de nomeação, mediante assinatura de termo de posse no livro de registro de atas de reuniões da Diretoria, permanecendo em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos. Artigo 9 - A Assembleia Geral deverá fixar a remuneração dos administradores da Companhia. **Capítulo V - Diretoria:** Artigo 10 - A Diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais. Artigo 11 - A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se para tratar de aspectos operacionais. Artigo 12 - A Diretoria será composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 6 (seis) diretores, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, nos termos da Lei, com mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Artigo 13 - Dentre os Diretores um será designado Diretor Presidente e os demais não terão designação específica. Artigo 14 - A Companhia será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura: a) de quaisquer dois Diretores; b) de qualquer Diretor em conjunto com um procurador; ou c) de dois procuradores. Parágrafo Único - As procurações serão sempre outorgadas por quaisquer dois Diretores, sendo que as procurações estabelecerão os poderes do procurador e, com exceção das procurações outorgadas para fins judiciais, não terão prazo superior a 1 (um) ano. **Capítulo VI - Conselho Fiscal:** Artigo 15 - O Conselho Fiscal somente será instalado a pedido dos acionistas e possui as competências, responsabilidades e deveres definidos em lei. Parágrafo Primeiro - O Conselho Fiscal é composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Parágrafo Segundo - O Conselho Fiscal poderá reunir-se sempre que necessário mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações. **Capítulo VII - Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros:** Artigo 17 - O exercício social terá início em 01 de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano civil. Ao término de cada exercício social, serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei. Artigo 18 - O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% (vinte por cento) do capital social; (b) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404, 15 de novembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), serão obrigatoriamente distribuídos como dividendo obrigatório a todos os acionistas; e (c) o saldo, se houver, poderá, mediante aprovação da Assembleia Geral, ser destinado à formação de Reserva para Equalização de Dividendos, que será limitada à 50% (cinquenta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo que, uma vez atingido esse limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo a sua distribuição aos acionistas ou ao aumento do capital social. Artigo 19 - A Companhia poderá levantar balanços extraordinários semestrais, trimestrais ou mensais, bem com declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá, ainda, declarar dividendos intercalares e/ou intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, mediante aprovação em Assembleia Geral. Parágrafo Único - Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório. Artigo 20 - A Companhia poderá remunerar o(s) acionista(s) mediante pagamento de juros sobre capital próprio, na forma e dentro dos limites estabelecidos em lei. Parágrafo Único - A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório. **Capítulo VIII - Liquidação:** Artigo 21 - A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, que deverão funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e remuneração. **Capítulo IX - Foro:** Artigo 22 - Para todas as questões oriundas deste Estatuto Social, fica desde já eleito o foro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Zurich Santander Brasil Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 06.136.920/0001-18 – NIRE 35.300.315.588

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de maio de 2024

Data, Hora e Local: Aos 02/05/2024, às 10h00, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Marcelo Malanga; e Secretário: Felipe Name Francisco. **Ordem do Dia: (I)** Destituir membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração; **(II)** Eleger membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração; e **(III)** Ratificar a composição dos membros do Conselho de Administração. **Deliberações:** Por unanimidade dos acionistas presentes e com abstenção dos impedidos legalmente, sem dissidências, protestos e declarações de votos vencidos, deliberaram: **I)** Destituir a partir da presente data, os seguintes membros do Conselho de Administração: **a)** O Sr. **Carlos Rey de Vicente**, do cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia. **b)** O Sr. **Fábio Coelho Neto**, do cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia. **c)** O Sr. **Helio Flagon Flausino Gonçalves**, do cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia. **II)** Eleger como membros do Conselho de Administração, com mandato até 02/05/2027, mantida a remuneração da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 2024: **a) Gustavo Alejo Vlviani**, RNE nº W043215-H, CPF nº 213.003.878-66, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração; **b) Eduardo Alvarez Garrido,** CPF nº 228.866.408-83, RNM nº V346153-M, para ocupar o cargo de membro suplente do Conselho de Administração; **c) Joaquin Pons Maicas**, passaporte nº PAD085541, CPF nº 017.542.988-00, para ocupar o cargo de membro suplente do Conselho de Administração; **d) Rafael Victal Saliba,** RG nº 203804562 SSP/RJ, CPF nº 035.863.096-78, para ocupar o cargo de membro suplente do Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos, não estão incursos em nenhum crime previsto em lei que os impeça de exercer atividades mercantis, em especial aqueles mencionados no art. 147 da Lei das S.A., bem como atendem as condições previstas na Resolução CNSP nº 422/21. Os membros do Conselho de Administração eleitos tomam posse no cargo nesta data, 02/05/2024, conforme Termos de Posse que ficam arquivados na sede da Companhia. **(III)** Diante das alterações acima aprovadas, ratificar a composição do Conselho de Administração da Companhia: Claudio Alberto Chiesa – Presidente; **Início do mandato:** 12/09/2022; **Fim do mandato:** 12/09/2025; Carmen Martinez Briongos – Efetivo; **Início do mandato:** 24/01/2022; **Fim do mandato:** 24/01/2025; Edson Luis Franco – Efetivo; **Início do mandato:** 23/01/2024; **Fim do mandato:** 23/01/2027; Francisco Del Cura Ayuso – Efetivo; **Início do mandato:** 24/01/2022; **Fim do mandato:** 24/01/2025; Gustavo Alejo Viviani – Efetivo; **Início do mandato:** 02/05/2024; **Fim do mandato:** 02/05/2027; Gustavo Bortolotto – Efetivo; **Início do mandato:** 24/01/2022; **Fim do mandato:** 24/01/2025; Murilo Setti Riedel – Efetivo; **Início do mandato:** 12/09/2022; **Fim do mandato:** 12/09/2025; Sidemar Aparecido Spricigo – Efetivo; **Início do mandato:** 23/01/2024; **Fim do mandato:** 23/01/2027; Ana Puche Lázaro – Suplente; **Início do mandato:** 12/09/2022; **Fim do mandato:** 12/09/2025; Denis Ferro Junior – Suplente; **Início do mandato:** 28/03/2024; **Fim do mandato:** 28/03/2027; Eduardo Alvarez Garrido – Suplente; **Início do mandato:** 02/05/2024; **Fim do mandato:** 02/05/2027; Eduardo Marcelo Feldman Maur – Suplente; **Início do mandato:** 24/01/2022; **Fim do mandato:** 24/01/2025; Joaquin Pons Maicas – Suplente; **Início do mandato:** 02/05/2024; **Fim do mandato:** 02/05/2027; Maria Aranzazu Jorquera Vila – Suplente; **Início do mandato:** 21/11/2022; **Fim do mandato:** 21/11/2025; Rafael Victal Saliba – Suplente; **Início do mandato:** 02/05/2024; **Fim do mandato:** 02/05/2027; Sven Feistel – Suplente; **Início do mandato:** 23/01/2024; **Fim do mandato:** 23/01/2027. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. **Assinaturas: Presidente da Mesa:** Marcelo Malanga; **Secretário de Mesa:** Felipe Name Francisco; **Acionista:** Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A., representada por seus Diretores, Marcelo Malanga e Alejandro Gabriel Widder. São Paulo, 02/05/2024. **Felipe Name Francisco – Secretário da Mesa.** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 308.503/24-7 em 22/08/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 90.400.888/0001-42 - NIRE 35.300.332.067

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de abril de 2024

Data, Hora e Local: Em 10.04.2024, às 17h, por teleconferência, reuniu-se o Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Companhia" ou "Santander"), com a presença da totalidade de seus membros. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Deborah Stern Vieitas, Presidente da Mesa. Daniel Pareto, Secretário da Mesa. **Ordem do Dia:** Aprovar a proposta de declaração e pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, conforme proposta da Diretoria Executiva da Companhia. **Deliberações:** Iniciada a reunião foi apresentada aos Conselheiros a proposta da Diretoria Executiva da Companhia, conforme reunião realizada nesta data, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até o dia 30 de abril de 2025 para a declaração e o pagamento de **Juros sobre o Capital Próprio**, nos termos dos artigos 17, inciso XVIII e 37, § 2º do Estatuto Social da Companhia, no montante bruto de **R$ 1.500.000.000,00** (um bilhão e quinhentos milhões de reais), equivalentes a **R$ 0,19161861696** por ação ordinária, **R$ 0,21078047866** por ação preferencial e **R$ 0,40239909562** por Unit, que após deduzido o valor relativo ao Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), na forma da legislação em vigor, importam o montante líquido de R$ 1.275.000.000,00,00 (um bilhão, duzentos e setenta e cinco milhões de reais), equivalentes a R$ 0,16287582442 por ação ordinária, R$ 0,17916340686 por ação preferencial e R$ 0,34203923128 por Unit, com exceção dos acionistas imunes e/ou isentos. Discutida a matéria, foi a mesma aprovada pela unanimidade dos Conselheiros presentes. Restou consignado que **(i)** os acionistas que se encontrarem inscritos nos registros da Companhia no final do dia **19 de abril de 2024** (inclusive) farão jus aos Juros sobre o Capital Próprio ora aprovados. Dessa forma, a partir de **22 de abril de 2024** (inclusive), as ações da Companhia serão negociadas "Ex-Juros sobre o Capital Próprio"; **(ii)** os Juros Sobre o Capital Próprio ora aprovados **(a)** serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2024; e **(b)** serão pagos a partir do dia **15 de maio de 2024**, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária; **(iii)** o valor dos Juros sobre o Capital Próprio proposto no ano-base atende os limites estabelecidos na legislação fiscal; **(iv)** o Conselho de Administração autorizou a Diretoria Executiva a adotar as providências necessárias para a publicação do competente "Aviso aos Acionistas", para divulgação ao mercado da deliberação ora tomada; e **(v)** os documentos de suporte dos referidos proventos ficarão arquivados na sede social da Companhia. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata que foi circulada para assinatura eletrônica pelos membros do Conselho. Mesa: Deborah Stern Vieitas - Presidente da Mesa. Daniel Pareto - Secretário da Mesa. Conselheiros: Sra. Deborah Stern Vieitas - Presidente; Sr. José Antonio Alvarez Alvarez - Vice-Presidente; e Srs.(as) Angel Santodomingo Martell, Cristiana Almeida Pipponzi, Deborah Patricia Wright, Ede Ilson Viani, José de Paiva Ferreira, José Garcia Cantera, Marília Artimonte Rocca, Mario Roberto Opice Leão e Pedro Augusto de Melo - Conselheiros. São Paulo, 10 de abril de 2024. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Daniel Pareto - Secretário JUCESP nº 155.734/24-6 em 18/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

NEOENERGIA JALAPÃO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ 28.443.567/0001-51 - NIRE 3530050763-1

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE AGOSTO DE 2024

1. DATA, HORÁRIO E LOCAL: No dia 05 de agosto de 2024, às 11:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, Rua Ary Antenor de Souza, 321, Sala G, CEP 13053-024 ("Companhia"). **2. CONVOCACÃO E PRESENÇA**: Dispensada, conforme faculta o artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das Sociedades Anônimas"), em razão da presença da acionista representando a totalidade do capital social. **3. MESA**: Os trabalhos foram presididos e secretariados pelos Sr. Fabiano Uchoas Ribeiro e Rozilene Garcia, respectivamente. **4. ORDEM DO DIA:** Examinar, discutir e votar a: **(i)** Distribuição de dividendos intermediários. **5. DELIBERAÇÕES:** Após exame das matérias constantes da ordem do dia, acionista única **Neoenergia Transmissão S.A.** resolveu, sem quaisquer restrições: **(i) APROVAR**, a distribuição de dividendos intermediários no valor de R$ 6.777.000,00 (seis milhões, setecentos e setenta e sete mil reais), sem atualização monetária, para pagamento até 31/12/2024. **6. ENCERRAMENTO**: Esgotada a ordem do dia, a ata foi lida, aprovada e assinada, sendo encerrada a Assembleia de Acionistas, da qual se lavrou esta ata em formato de sumário que foi assinada por todos os presentes. **7. ASSINATURAS**: Presidente: Fabiano Uchoas Ribeiro; Secretário: Rozilene Marques Garcia; Acionista: Neoenergia Transmissão S.A. Campinas, 05 de agosto de 2024. Fabiano Uchoas - **Presidente**, Rozilene Garcia - **Secretária. Neoenergia Transmissão S.A.**. Fabiano Uchoas Ribeiro, Fabricio Duque Estrada Meyer Chagas. JUCESP. Certifico o registro sob o número 306.317/24-2 em 19/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

SUBPREFEITURA PENHA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Concorrência presencial **Nº 90005/SUB-PE/2024 -** Processo SEI **Nº 6048.2024/0003236-5**

Objeto: **contratação de empresa especializada em engenharia e/ou arquitetura e urbanismo para execução de obras de revitalização em espaços públicos: lote 1/Obra 1: Praça Augusta Rodrigues de Souza, Artur Alvim; Lote 2/Obra 2: Praça Celso Gabriel Tafuri, Penha; Lote 3/Obra 3: Praça Silvio Altapini, Cangaíba** - Data/hora da sessão pública: **12/09/2024 às 10:00h - Critério de julgamento de MENOR PREÇO -** Documentação/Retirada do Edital: https://www.gov.br/compras/pt-br ou no site https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/ **OBJETO: 109471093. Informações adicionais:** e-mail cplpenha@smsub.prefeitura.sp.gov.br.

GESTÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico **nº 90010/2024-COBES** - Processo SEI **nº 6013.2024/0001105-7.** Objeto: **Prestação de Serviços de Locação de Scanner de Grande Porte, novo, sem uso, colorido, com pedestal, tamanho 42 polegadas, conforme especificações constantes do Anexo I deste Edital.**

Data/hora da sessão pública: **13/09/2024 às 10:00h -** O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos através da Internet pelos sites: https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br. e PNCP - Portal Nacional de Compras Púbicas, https://www.gov.br/compras/pt-br.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE DEBENTURISTAS DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA (IF RBRA12) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 17 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. debenturistas da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em série única da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares das DEB", "DEB" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Escritura de Emissão de Debênture 2ª (SEGUNDA) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em série única da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 13 de janeiro de 2023, ("Escritura de Emissão de Debênture"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares das Debêntures ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **26 de setembro de 2024, às 14:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **17 de outubro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares das Debêntures devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares das Debêntures que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (2ª (SEGUNDA) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em série única – (IF RBRA12), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular das Debêntures; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular das Debêntures (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares das Debêntures poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular das Debêntures ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular das Debêntures com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular das Debêntures ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular das Debêntures, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 28 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

UNIVERSIA BRASIL, S.A.

CNPJ nº 04.127.332/0001-92 - NIRE 35.300.181.425

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Data, Hora e Local: 19.03.2024, às 14h, na sede social da Universia Brasil S.A. ("Companhia"), na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041, 20º andar, Cj. 201, Parte 3, Bloco A, Cond. Wtorre JK, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, CEP 04543-011. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme Livro de Presença de Acionistas. **Convocação:** Dispensada em vista da presença da totalidade dos Acionistas. **Mesa:** Marcio Giannico Rodrigues, Presidente da Mesa. Luiza de Andrade Piovezan, Secretária da Mesa. **Abertura**: Foi aprovada pelos Acionistas a proposta de lavratura da presente Ata em forma de sumário. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(1)** a exoneração de membro do Conselho de Administração da Companhia; **(2)** a eleição de novos membros para compor o Conselho de Administração da Companhia; **(3)** a consolidação da composição do Conselho de Administração da Companhia. **Deliberações:** Os Acionistas da Companhia, por unanimidade de votos e sem restrições, deliberaram: **(1)** EXONERAR a Sra. **Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite**, brasileira, casada, administradora, titular da Cédula de Identidade RG nº 17004145-1 SSP/SP e inscrita no CPF/ME sob o nº 115.673.618-89, do cargo de Conselheira Presidente do Conselho de Administração da Companhia. **(2)** ELEGER, para um mandato complementar válido que vigorará até a posse dos eleitos em Assembleia Geral Ordinária do ano de 2025, os Srs.: **Antonio Suárez-Pumariega Ayllón,** espanhol, casado, bancário, portador do passaporte n.º PAS896214, residente e domiciliado em Madri, Espanha, com endereço comercial na Avenida de Cantabria s/n, 28660, Boadilla del Monte, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia; e **Marcio Giannico Rodrigues**, brasileiro, administrador, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 22990208 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o n.º 278.051.708-51, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com endereço comercial à Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041, 20º andar, Cj. 201, Parte 3, Bloco A, Cond. Wtorre JK, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, para o cargo de Membro do Conselho de Administração da Companhia. Os membros dao Conselho de Administração da Companhia ora eleitos declaram não estarem incursos em quaisquer dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer a atividade mercantil, conforme termos de posse e declarações de desimpedimento arquivados na sede da Companhia. **(2)** CONSOLIDAR a composição do Conselho de Administração da Companhia, conforme segue:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIA BRASIL S.A.	
Antonio Suárez-Pumariega Ayllón	Presidente
Lucía Rábade Rodríguez	Conselheira
Rafael Hernandez Maestro	Conselheiro
Marcio Giannico Rodrigues	Conselheiro

Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada esta ata que vai assinada pelos presentes. Mesa: Marcio Giannico Rodrigues, Presidente da Mesa. Luiza de Andrade Piovezan, Secretária da Mesa. Acionistas: UNIVERSIA HOLDING, S.L. - Marcio Giannico Rodrigues, procurador; e BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. - Luiza de Andrade Piovezan, procuradora. Esta ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. **Luiza de Andrade Piovezan -** Secretária da Mesa. JUCESP nº 189.631/24-7 em 25/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00381931872024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90022/2024.
Nº Processo: 024.00052859/2024-01.
Objeto: Sistema de Registro de Preços para aquisição futura de medicamentos
Total de Itens Licitados: 10 itens (dez).
Valor total da licitação: sigiloso.
Disponibilidade do edital: 30/08/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 02/09/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 12/09/2024 às 09h30min no site: www.gov.br/compras.

INÊS 249

SUPERDIGITAL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ/MF Nº 09.554.480/0001-07 - NIRE 35.300.471.938

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Data, Hora e Local: 30 de novembro de 2023, às 15h, na sede social da Superdigital Instituição de Pagamento S.A. "Companhia", localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041, Cj. 111, Parte 5, Bloco A, Cond. Wtorre JK - Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme se verifica no Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Fabio Fernando Almendros, Presidente da Mesa. Rafael Tridico Faria, Secretário da Mesa. **Publicações Legais:** Dispensada a publicação do Edital de Convocação, nos termos do §4º, do art. 124, da Lei nº 6.404/76 ("LSA"). **Abertura:** O Presidente da Mesa submeteu aos representantes dos Acionistas proposta de lavratura da presente Ata em forma de sumário, conforme faculta o §1º, do art. 130 da LSA, o que foi aprovado. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(1)** o aumento do capital social da Companhia, com a consequente alteração do caput do art. 5º do Estatuto Social da Companhia; e **(2)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações Tomadas**: Os representantes dos Acionistas da Companhia APROVARAM, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: **(1)** o aumento do capital social da Companhia, em moeda corrente, no montante de R$ 13.340.000,00 (treze milhões e trezentos e quarenta mil reais), passando o capital social dos atuais R$ 536.684.636,63 (quinhentos e trinta e seis milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e trinta e seis reais e sessenta e três centavos) para R$ 550.024.636,63 (quinhentos e cinquenta milhões, vinte e quatro mil, seiscentos e trinta e seis reais e sessenta e três centavos), mediante a emissão de 9.737.226 (nove milhões, setecentos e trinta e sete mil, duzentos e vinte e seis) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, em tudo idênticas às anteriormente existentes, ao preço de emissão de R$ 1,37 (um real e trinta e sete centavos) por ação. As ações emitidas são totalmente subscritas e integralizadas pela acionista Superdigital Holding Company, S.L., conforme contrato de câmbio constante do **Anexo I**, tudo em conformidade com as disposições da Resolução BCB 81/21 e da LSA, e em alinhamento aos termos do Boletim de Subscrição constante como **Anexo II** à presente ata, restando consignado nesta ata que as novas ações emitidas são totalmente subscritas e integraliazdas pela acionista Superdigital Holding Company, S.L.e que a acionista Cántabro Catalana de Inversiones, S.A. renuncia ao seu direito de preferência na subscrição das novas ações em razão do aumento de capital deliberado. Em consequência, o caput do art. 5º do Estatuto Social passa a ser redigido da seguinte forma: *"**Artigo 5º -** O capital social da Companhia, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 550.024.636,63 (quinhentos e cinquenta milhões, vinte e quatro mil, seiscentos e trinta e seis reais e sessenta e três centavos), dividido em 441.507.710 (quatrocentos e quarenta e um milhões, quinhentos e sete mil, setecentos e dez) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal."* **(2)** a consolidação do Estatuto Social, o qual passa a vigorar com a nova redação constante do **Anexo III**, após a homologação das deliberações nesta ata pelo Banco Central do Brasil. **Encerramento**: Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se esta ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. **Mesa**: Fabio Fernando Almendros, Presidente da Mesa. Rafael Tridico Faria - Secretário da Mesa. **Acionistas**: **Superdigital Holding Company, S.L.** - Fábio Fernando Almendros e João Roberto Comar Júnior, procuradores e **Cántabro Catalana de Inversiones, S.A.** - Fábio Fernando Almendros e João Roberto Comar Júnior, procuradores. Certifico ser a presente transcrição fiel da Ata lavrada no livro próprio. Rafael Tridico Faria - **Secretário da Mesa.** JUCESP nº 152.321/24-0 em 15/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Estatuto Social - Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º** - A Superdigital Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, que se regerá pelo disposto neste Estatuto, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º** - A Companhia tem sua sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Parágrafo Único** - A Companhia pode, por deliberação da Diretoria, abrir, encerrar e alterar endereço de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos no país. **Artigo 3º -** A Companhia tem por objeto as atividades de instituição de pagamento, tal como definidas na Lei nº 12.865, de 09 de outubro de 2013, conforme alterada, bem como a regulamentação emanada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil, incluindo, sem limitação, a disponibilização de serviço de aporte ou saque de recursos mantidos em conta de pagamento; execução ou facilitação da instrução de pagamento relacionada a determinados serviços de pagamento, inclusive transferência originada de ou destinada a conta de pagamento; administração e gestão de conta de pagamento, incluindo os atos de pagar, aportar, transferir e/ou sacar recursos, independente de obrigações subjacentes entre pagador e recebedor; emissão de instrumento de pagamento; credenciamento da aceitação de instrumento de pagamento; execução de remessa de fundos; conversão de moeda física ou escritural em moeda eletrônica, ou vice-versa; credenciamento da aceitação ou gestão do uso da moeda eletrônica; processamento e administração de cartões e de dados em geral, incluindo, mas não se limitando, cartões pré-pagos, de convênios e/ou adiantamentos salariais, de transportes, de alimentação e/ou refeição, de marca própria e de terceiros; e atuar como correspondente de instituições financeiras. **Artigo 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social; Artigo 5º -** O capital social da Companhia, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 550.024.636,63 (quinhentos e cinquenta milhões, vinte e quatro mil, seiscentos e trinta e seis reais e sessenta e três centavos), dividido em 441.507.710 (quatrocentos e quarenta e um milhões, quinhentos e sete mil, setecentos e dez) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. **Parágrafo 1º** - As ações da Companhia são nominativas, facultada a adoção da forma escritural, em conta de depósito mantida em nome de seus titulares junto a uma instituição financeira, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o Parágrafo 3º do art. 35 da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo 2º** - A cada ação ordinária corresponde um voto nas Assembleias Gerais. **Parágrafo 3º** - À Companhia, por deliberação da Assembleia Geral, é facultado emitir ações sem guardar proporção com as espécies e/ou classes de ações já existentes, ou que possam vir a existir, desde que o número de ações preferenciais sem direito de voto não ultrapasse o limite previsto na Lei das Sociedades por Ações. **Capítulo III - Da Assembleia Geral: Artigo 6º** - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, dentro do prazo de 4 (quatro) meses após o encerramento de cada exercício social, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos em lei e, extraordinariamente, sempre quando os interesses sociais assim exigirem. **Parágrafo 1º** - As Assembleias Gerais da Companhia serão convocadas (i) por qualquer membro da Diretoria, ou (ii) por qualquer um dos Acionistas nas situações previstas no Artigo 123 da Lei das Sociedades por Ações; sempre com antecedência mínima de 8 (oito) dias da data de sua realização em primeira convocação e de 5 (cinco) dias em segunda convocação. **Parágrafo 2º** - Independente das formalidades referentes à convocação de Assembleias Gerais previstas neste Estatuto Social, será regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas da Companhia. **Parágrafo 3º** - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador, nos termos da lei, mediante procuração com poderes específicos, a qual ficará arquivada na sede da Companhia. **Artigo 7º. -** As Assembleias Gerais serão presididas pelo Diretor Presidente ou, na ausência deste, por qualquer membro da Diretoria, que indicará o secretário dentre os presentes. **Artigo 8º. -** Quaisquer questões submetidas à Assembleia Geral serão aprovadas mediante o voto favorável dos acionistas que representem a maioria simples ou quórum qualificado, observado o disposto na Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Único** - A Assembleia Geral será convocada na forma deste Estatuto Social, sem prejuízo do disposto na Lei das Sociedades por Ações, para deliberar exclusivamente sobre as matérias constantes da ordem do dia no respectivo edital de convocação. Não obstante o disposto neste Parágrafo Único, a unanimidade dos acionistas poderá deliberar sobre matérias que não tenham sido expressamente inseridas no edital de convocação. **Artigo 9º** - As atas de Assembleia Geral poderão ser: (i) lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, contendo a indicação resumida do sentido do voto dos acionistas presentes, dos votos em branco e das abstenções; e (ii) publicadas com omissão das assinaturas. **Capítulo IV - Da Administração: Artigo 10º** - A Companhia será administrada por uma Diretoria, com poderes conferidos pela Lei aplicável e de acordo com o presente Estatuto Social. **Parágrafo Único** - Os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo em livro próprio, após o cumprimento das formalidades legais aplicáveis, incluindo a aprovação de sua eleição pelo Banco Central do Brasil, devendo permanecer em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores. **Artigo 11º** - A Assembleia Geral fixará a remuneração global anual dos administradores. **Artigo 12º** - A Diretoria será composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 7 (sete) membros, podendo ser designados como Diretor Presidente, Diretor Financeiro, Diretor de Marketing e Produtos, Diretor de Vendas, Diretor de Tecnologia e Operações, Diretor Jurídico ou Diretor Executivo, acionistas ou não. **Parágrafo 1º** - O prazo de mandato de cada Diretor será de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição, podendo o prazo do referido mandato ser reduzido mediante deliberação da Assembleia Geral. Findo o prazo de mandato, os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos Diretores. **Parágrafo 2º** - Nos seus impedimentos ou ausências temporárias caberá ao Diretor Presidente designar o seu respectivo substituto dentre os membros da Diretoria. **Parágrafo 3º** - No caso de vacância de cargo da Diretoria, deverá ser convocada Assembleia Geral para deliberar sobre o provimento do cargo vago se tal providência for necessária para a observância do número mínimo de membros desse órgão. **Parágrafo 4º** - As substituições previstas neste artigo implicarão a acumulação de cargos, mas não a dos honorários e demais vantagens, nem do direito de voto do substituído. **Artigo 13º** - A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário. As reuniões serão convocadas e presididas pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, por qualquer outro Diretor que por ele tenha sido indicado pelo Diretor Presidente. **Parágrafo 1º** - Para que as reuniões da Diretoria possam se instalar e validamente deliberar, é necessária a presença da maioria dos Diretores que na ocasião estiverem no exercício de seus cargos e do Diretor Presidente, ou de dois, se só houver dois Diretores em exercício. **Parágrafo 2º** - As deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no livro próprio e serão tomadas por maioria de votos. **Artigo 14º** - A Diretoria é o órgão executivo da Companhia, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular desta, tendo poderes para propor e praticar todos e quaisquer atos em nome da Companhia, observado que determinados atos, em decorrência deste Estatuto Social dependem de prévia aprovação da Assembleia Geral. A Diretoria tem competência residual em relação a todas as matérias que não necessitem de aprovação da Assembleia Geral. **Parágrafo 1º** - Além das demais atribuições fixadas em lei e neste Estatuto Social, compete: (a) ao Diretor Presidente: (i) coordenar as atividades e negócios da Companhia; (ii) presidir as Reuniões da Diretoria, bem como a tarefa de fazer cumprir as deliberações nelas tomadas; (iii) orientar as atividades dos demais Diretores; (iv) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários; (v) indicar matérias para serem deliberadas pela Assembleia Geral; e (vi) atribuir outras funções aos Diretores da Companhia, observadas as disposições deste Estatuto Social; (b) ao Diretor Financeiro: (i) coordenar a política financeira e promover a elaboração do plano econômico-financeiro anual da Companhia; (ii) exercer a administração e controle das atividades financeiras; (iii) assegurar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros; (iv) supervisionar e coordenar a área de contabilidade; e (v) indicar matérias para serem deliberadas pela Assembleia Geral; (c) ao Diretor de Marketing e Produtos, ao Diretor de Vendas, ao Diretor de Tecnologia e Operações, ao Diretor Jurídico e ao Diretor Executivo, exercer as atribuições que lhes sejam atribuídas pelo Diretor Presidente. **Parágrafo 2º** - Compete ainda à Diretoria: (a) zelar pela observância das disposições legais deste Estatuto Social; (b) coordenar o andamento das atividades normais da Companhia, incluindo a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas em Assembleias Gerais; (c) administrar e gerir os negócios sociais; e (d) enquanto órgão colegiado, indicar matérias para serem deliberadas pela Assembleia Geral. **Artigo 15º** - Como regra geral, a Companhia será representada: (a) pelo Diretor Presidente e qualquer outro membro da Diretoria, agindo em conjunto; ou (b) por dois Diretores da Companhia, agindo em conjunto; ou (c) pelo Diretor Presidente ou por qualquer Diretor, agindo em conjunto com 1 (um) procurador constituído nos termos do Parágrafo 2º abaixo; e (d) por 2 (dois) procuradores constituídos nos termos do Parágrafo 2º abaixo, agindo em conjunto, conforme designado nos respectivos instrumentos de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que neles se contiverem. **Parágrafo 1º** - Os atos para os quais o presente Estatuto Social exija autorização prévia da Assembleia Geral só poderão ser praticados se preenchida tal condição. **Parágrafo 2º** - Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras: os instrumentos de mandato outorgados em nome da Companhia deverão ser assinados pelo (i) Diretor Presidente em conjunto com um Diretor; ou (ii) dois Diretores, agindo em conjunto; e deverão especificar a extensão dos poderes outorgados, bem como o prazo do mandato, que não terá prazo superior a 1 (um) ano, salvo quando se tratar de mandato *ad judicia*, que poderá ter prazo indeterminado. **Parágrafo 3º** - Não terão validade, nem obrigarão a Companhia, os atos praticados em desconformidade ao disposto neste Estatuto. **Capítulo V - Do Conselho Fiscal: Artigo 16º** - O Conselho Fiscal funcionará de modo não permanente, com os poderes e atribuições a ele conferidos por lei, e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei. **Artigo 17º** - Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. **Parágrafo 1º** - Os membros do Conselho Fiscal terão o mandato previsto na legislação aplicável, podendo ser reeleitos. **Parágrafo 2º** - A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo membro do Conselho Fiscal empossado. **Artigo 18º** - Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações e informações financeiras. **Artigo 19º** - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o Parágrafo 3º do Artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações. **Capítulo VI - Da Distribuição dos Lucros: Artigo 20º** - O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano. **Parágrafo Único** - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras da Companhia, com observância dos preceitos legais pertinentes, que poderão ser auditadas por auditores independentes por ela escolhidos. **Artigo 21º** - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a Diretoria apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no Artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações e no Parágrafo 2º desse artigo, ajustado para fins do cálculo de dividendos, nos termos do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, observada a seguinte ordem de dedução: (a) 5% (cinco por cento), no mínimo, para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; (b) a parcela necessária ao pagamento de um dividendo obrigatório não será inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações. **Artigo 22º** - Do saldo do lucro líquido remanescente, por proposta da Diretoria, a Assembleia Geral poderá deliberar a formação das seguintes reservas: Reserva para Reforço do Capital de Giro e Reserva para Equalização de Dividendos, sendo: I - 50% (cinquenta por cento) a título de Reserva para Reforço do Capital de Giro que terá por finalidade garantir meios financeiros para a operação da Sociedade; e II - 50% (cinquenta por cento) a título de Reserva para Equalização de Dividendos com o fim de garantir recursos para a continuidade da distribuição semestral de dividendos. Parágrafo Único - Por proposta da Diretoria serão periodicamente capitalizadas parcelas dessas reservas para que o respectivo montante juntamente com o saldo da Reserva Legal não ultrapasse o saldo do capital social. **Artigo 23º** - A Diretoria poderá aprovar o pagamento ou crédito, pela Companhia, de juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas no valor do dividendo obrigatório. **Artigo 24º** - A Companhia poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação da Diretoria, *ad referendum* da Assembleia Geral: (a) o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver; (b) a distribuição de dividendos em períodos inferiores a 6 (seis) meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital previstas no Parágrafo 1º, do Artigo. 204, da Lei das Sociedades por Ações; e (c) o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver. **Artigo 25º** - A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável. **Capítulo VII - Da Liquidação da Companhia: Artigo 26º** - A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger um ou mais liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período. **Parágrafo Único** - Deverá, ainda, ser observado o disposto no artigo 13 da Lei nº 12.865/2013, que estabelece a aplicabilidade do regime de administração especial temporária, da intervenção e da liquidação extrajudicial às instituições de pagamento, nas condições e formas previstas na legislação aplicável às instituições financeiras, obedecidas as formalidades legais. **Capítulo VIII - Disposições Finais e Transitórias: Artigo 27º** - Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações.

SANTANDER CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ nº 03.209.092/0001-02 - NIRE 35.300.171.764

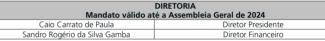
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2024

Data, Hora e Local: 28.03.2024, às 8 horas, na sede social da Santander Capitalização S.A. ("Companhia") na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 - CJ. 201, Parte 2, Bloco A, Cond. Wtorre JK - Vila Nova Conceição - CEP 04543-011, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social com direito a voto, conforme se verifica no Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto, Presidente da Mesa. Luiza de Andrade Piovezan, Secretária. **Publicações Legais: (1) Edital de Convocação:** dispensada a sua publicação, nos termos do § 4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404/76 ("LSA"); e **(2) Demonstrações Financeiras:** relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das demonstrações financeiras e relatório dos auditores independentes, publicados no jornal "Valor Econômico", nas págs. E13 à E15 da versão física, e na versão digital, ambas na edição de 28 de fevereiro de 2024. **Documentos Lidos e Arquivados na Sede Social: (1)** as Demonstrações Financeiras; e **(2)** a proposta da Diretoria Executiva, conforme reunião realizada em 27 de fevereiro de 2024. **Abertura:** o Sr. Presidente da Mesa submeteu aos Acionistas proposta de lavratura da presente Ata em forma de sumário, conforme faculta o § 1º, do artigo 130 da LSA, o que foi aprovado por unanimidade. **Ordem do Dia: (1)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(2)** Deliberar sobre a proposta de destinação dos resultados da Companhia; e **(3)** Fixar a remuneração global anual dos administradores para o ano de 2024. **Deliberações:** Os representantes dos Acionistas da Companhia APROVARAM, por unanimidade de votos: **(1)** As Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2023, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das demonstrações financeiras, e relatório dos auditores independentes. As Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela LSA, e foram apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP n.º 648/2021, tendo sido objeto de parecer sem ressalva dos Auditores Independentes, conforme relatório de auditoria; **(2)** a proposta para destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2023, no valor de **R$ 572.799.824,39** (quinhentos e setenta e dois milhões, setecentos e noventa e nove mil, oitocentos e vinte e quatro reais e trinta e nove centavos) nos seguintes termos: **(i)** o valor em reserva legal ultrapassou 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, motivo pelo qual não haverá destinação com base no resultado desse exercício; **(ii)** R$ 515.711.653,24 (quinhentos e quinze milhões, setecentos e onze mil, seiscentos e cinquenta e três mil e vinte e quatro centavos) já distribuídos como dividendos intercalares e pagos da seguinte forma: (ii.a) o valor de R$ 15.711.653,24 (quinze milhões, setecentos e onze mil, seiscentos e cinquenta e três reais, vinte e quatro centavos), apurado com base no balancete de fevereiro de 2023 e totalmente imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2023, conforme deliberado em reunião da Diretoria Executiva da Companhia realizada em 31.03.2023; (ii.b) o valor de R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), apurado com base no balancete de junho de 2023, foi totalmente imputado aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2023, conforme deliberado em reunião da Diretoria Executiva da Companhia realizada em 30.06.2023; (ii.c) o valor de R$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), apurado com base no balancete de agosto de 2023, foi totalmente imputado aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2023, conforme deliberado em reunião da Diretoria Executiva da Companhia realizada em 27.09.2023; e (ii.d) o valor de R$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), apurado com base no balancete de novembro de 2023, foi totalmente imputado aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2023, conforme deliberado em reunião da Diretoria Executiva da Companhia realizada em 27.12.2023; e **(iii)** o valor de R$ 57.088.171,15 (cinquenta e sete milhões, oitenta e oito mil, cento e setenta e um reais e quinze centavos) destinados à conta de Reserva para Equalização de Dividendos, nos termos do §4º do Art. 14 do Estatuto Social da Companhia; e **(3)** A remuneração global anual dos membros da Diretoria Executiva para o ano de 2024 em até **R$ 10.000,00** (dez mil reais). **Encerramento:** Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se esta ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. Mesa: Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto, Presidente da Mesa. Luiza de Andrade Piovezan, Secretária. Acionistas: **SANCAP Investimentos Em Participações S.A.** - Luiza de Andrade Piovezan, procuradora; e **Banco Santander (Brasil) S.A.** - Luiza de Andrade Piovezan, procuradora. Certifico ser a presente transcrição fiel da Ata lavrada no livro próprio. Luiza de Andrade Piovezan - Secretária. JUCESP nº 143.029/24-1 em 10/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

APÊ11 TECNOLOGIA E NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ/ME nº 31.831.562/0001-00 - NIRE 35.300.577.329

Ata da Assembleia Geral extraordinária de 01 de abril de 2024

Data, Hora e Local: Aos 01 de abril de 2024, às 13:00 horas, na sede social da Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 688, 6º andar, salas 40 a 44, Bela Vista, CEP 01310-909. **Presença:** Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura lançada no Livro de Presença de acionistas. **Convocação:** Dispensada em razão da presença do único Acionista da Companhia. **Mesa**: **Caio Carrato de Paula** - Presidente; e **Luiza de Andrade Piovezan** - Secretária. **Publicações**: Dispensada a sua publicação, nos termos do §4º, do artigo 124, da Lei nº. 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **Abertura:** Foi aprovada a proposta de lavratura da presente ata em forma de sumário. **Ordem do Dia:** Aprovar: **(i)** a exoneração do Diretor Financeiro da Companhia; **(ii)** a eleição de novo membro para compor o cargo de Diretor Financeiro da Companhia; e **(iii)** consolidar a composição da Diretoria da Companhia. **Deliberações:** Os representantes do Acionista da Companhia, por unanimidade de voto e sem quaisquer restrições, APROVARAM: **(i)** a exoneração do Sr. **Fernando Sacramento** brasileiro, casado, bancário, portador da Cédula de Identidade RG nº 2732054 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 249.085.838-62, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041, conj. 261, Bloco A, Cond. JK, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, do cargo de Diretor Financeiro da Companhia; **(ii)** a eleição do Sr. **Sandro Rogério da Silva Gamba**, brasileiro, casado, engenheiro, titular da Cédula de Identidade RG nº 24865811- SSP /SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 153.803.238-47, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2.041 - CJ 281, Bloco A, Cond. W Torre JK, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, para o cargo de Diretor Financeiro da Companhia, para um mandato complementar que vigorará até a Assembleia Geral Ordinária que se realizará no ano de 2024, empossado nesta data mediante assinatura do termo de posse no livro competente. O membro da Diretoria ora eleito declara que está desimpedido na forma da lei para o exercício do respectivo cargo, em especial aqueles mencionados no art. 147 da Lei das Sociedades por Ações, conforme Declaração de Desimpedimento que se encontra arquivada na sede da Companhia. **(iii)** a consolidação da composição da Diretoria da Companhia, com mandato válido até a Assembleia Geral ordinária de 2024, conforme segue:

DIRETORIA Mandato válido até a Assembleia Geral de 2024	
Caio Carrato de Paula	Diretor Presidente
Sandro Rogério da Silva Gamba	Diretor Financeiro

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. **Mesa:** Caio Carrato de Paula- Presidente da Mesa. Luiza de Andrade Piovezan - Secretária da Mesa. **Acionista:** Santander Holding Imobiliária S.A., representada seu diretor Sandro Rogério da Silva Gamba e por sua procuradora Luiza de Andrade Piovezan. Cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **Luiza de Andrade Piovezan -** Secretária**.** JUCESP nº 186.972/24-6 em 22/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

SANTANDER CORRETORA DE SEGUROS, INVESTIMENTOS E SERVIÇOS S.A.

CNPJ n.º 04.270.778/0001-71 - NIRE 35.300.183.738

Ata da Reunião da Diretoria Realizada em 15 de Fevereiro de 2024

Data, Hora e Local: Em 15 de fevereiro de 2024, às 17h, na sede social da SANTANDER CORRETORA DE SEGUROS, INVESTIMENTOS E SERVIÇOS S.S.A ("Companhia"), na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n.º 2041, Cj. 201, Parte 3, Bloco A, Cond. WTorre JK, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, São Paulo/SP. **Presença:** A maioria dos membros da Diretoria da Companhia. **Mesa:** Reginaldo Antonio Ribeiro, Presidente da Mesa. Luiza de Andrade Piovezan, Secretária da Mesa. **Ordem do Dia:** indicar novo diretor responsável pelo disposto no inciso II, Art. 4º, da Resolução n.º 19/2021 emitida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM ("Resolução CVM 19"). **Deliberações:** Após exame e discussão da matéria constante da Ordem do Dia, os membros da Diretoria da Companhia, por unanimidade e sem ressalvas aprovaram a indicação do Sr. Daniel Castilho de Oliveira (CPF n.º 333.544.678-00) como diretor responsável pelo disposto no inciso II, Art. 4º, da Resolução CVM 19, em substituição ao Sr. Rodrigo Marques Rocha (CPF n.º 073.598.757-22). **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada esta ata que vai assinada pelos presentes. Mesa: Reginaldo Antonio Ribeiro - Presidente da Mesa. Luiza de Andrade Piovezan - Secretário da Mesa. Diretores: Reginaldo Antonio Ribeiro, Luiz Masagão Ribeiro Filho, Murilo Setti Riedel, Vitor Ohtsuki, Fernando Corrêa Teófilo, Vanessa Alessi Manzi, e Alvaro Teofilo de Oliveira Neto. Certifico ser a presente transcrição fiel da Ata lavrada no livro próprio. **Luiza de Andrade Piovezan -** Secretária da Mesa. JUCESP nº 139.503/24-9 em 05/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00381946532024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preços n º 90026/2024.

Nº Processo: 024.00053219/2024-18

Objeto: Constituição de Sistema de Registro de Preços para aquisição futura de medicamentos.

Total de Itens Licitados: 08 itens (oito).

Valor total da licitação: sigiloso

Disponibilidade do edital: 30/08/2024.

Horário: das 08h00 às 18h00.

Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.

Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.

Entrega das Propostas: a partir de 02/09/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.

Abertura das Propostas: 12/09/2024 às 13h30 no site: www.gov.br/compras.

Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ nº 51.014.223/0001-49

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Mercado de Atuação
A Santander CCVM, Instituição financeira integrante do Conglomerado Santander, atua na intermediação de operações em bolsa de valores e mercadorias, nos mercados à vista, de opções, a termo e futuro; compra, venda e distribuição de títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros; formação e gestão, como líder ou participante, de consórcios para lançamento público "*underwriting*" e administração de fundos.

Patrimônio Líquido e Resultado
Em 30 de junho de 2024 o lucro líquido apresentado no acumulado do semestre foi de R$ 19 milhões, correspondente a R$ 0,66 por lote de mil ações. O patrimônio líquido atingiu o montante de R$ 990 milhões.

Ativos e Passivos
Em 30 de junho de 2024, os ativos totais atingiram R$ 1.943 milhões, destacando-se R$ 701 milhões por Títulos e Valores Mobiliários e R$ 692 milhões por Outros Ativos Financeiros. O passivo total está representado, principalmente, por Outros Passivos Financeiros, no montante de R$ 782 milhões e R$ 122 milhões referente à Outros Passivos.

Auditoria Independente
A política de atuação da Santander CCVM na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.
A Santander CCVM informa que no semestre findo em 30 de junho de 2024, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria das demonstrações financeiras.
Ademais, a Santander CCVM confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

Outros Assuntos
A Santander CCVM, em atendimento ao disposto na Circular Bacen 3.068/2001, afirma que possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

São Paulo, 28 de agosto de 2024.
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Ativo Circulante e Não-Circulante		**1.942.651**	**1.517.783**
Disponibilidades	4 & 15.c	**19.458**	**17.974**
Instrumentos Financeiros		**1.629.988**	**1.248.050**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	236.888	311.018
Títulos e Valores Mobiliários	6	701.046	631.209
Outros Ativos Financeiros	7	692.054	305.823
Outros Ativos	**9**	**205.110**	**166.985**
Ativos Fiscais		**88.026**	**84.701**
Corrente	8.a	36.854	32.802
Diferido	8.a	51.172	51.899
Investimentos		**1**	**1**
Outros Investimentos		1	1
Imobilizado de Uso		**68**	**72**
Outras Imobilizações de Uso		142	142
(Depreciações Acumuladas)		(74)	(70)
Total do Ativo		**1.942.651**	**1.517.783**

	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Passivo Circulante e Não-Circulante		**952.881**	**542.188**
Outros Passivos Financeiros	**7**	**782.258**	**357.566**
Outros Passivos		**122.186**	**123.299**
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	10 & 11.b	22.181	21.496
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis	10 & 11.b	3.199	3.162
Outras Provisões	10	93.791	92.766
Diversos	10	3.015	5.875
Obrigações Fiscais	**8**	**48.437**	**61.323**
Correntes		45.315	56.779
Diferidos		3.122	4.544
Patrimônio Líquido	**12**	**989.770**	**975.595**
Capital Social		496.438	479.727
Reservas de Lucros		498.403	496.438
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(5.071)	(570)
Total do Patrimônio Líquido		**989.770**	**975.595**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**1.942.651**	**1.517.783**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de Lucros – Reservas Estatutárias	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**448.913**	**56.688**	**423.040**	**(3.083)**	**-**	**925.558**
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	(7)	-	(7)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	156	-	156
Aumento de Capital com base em Reservas		30.814	-	(30.814)	-	-	-
Lucro Líquido		-	-	-	-	28.769	28.769
Destinações:							
Reserva Legal	12.c	-	1.439		-	(1.439)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c	-	-	13.665	-	(13.665)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	12.c	-	-	13.665	-	(13.665)	-
Saldos em 30 de junho de 2023		**479.727**	**58.127**	**419.556**	**(2.934)**	**-**	**954.476**
Mutações no Período		**30.814**	**1.439**	**(3.484)**	**149**	**-**	**28.918**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**479.727**	**59.214**	**437.224**	**(570)**	**-**	**975.595**
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	(4.570)	-	(4.570)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	69	-	69
Aumento de Capital com base em Reservas		16.711	-	(16.711)	-	-	-
Lucro Líquido		-	-	-	-	18.676	18.676
Destinações:							
Reserva Legal	12.c	-	934	-	-	(934)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c	-	-	8.871	-	(8.871)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	12.c	-	-	8.871	-	(8.871)	-
Saldos em 30 de junho de 2024		**496.438**	**60.148**	**438.255**	**(5.071)**	**-**	**989.770**
Mutações no Período		**16.711**	**934**	**1.031**	**(4.501)**	**-**	**14.175**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Receitas da Intermediação Financeira		**46.030**	**51.024**
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.b	46.312	51.080
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		(282)	(56)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**46.030**	**51.024**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		**79.958**	**74.912**
Receitas de Prestação de Serviços	14	80.366	68.455
Rendas de Tarifas Bancárias	14	163.205	159.166
Despesas de Pessoal	15	(87.822)	(68.573)
Outras Despesas Administrativas	16	(54.407)	(55.289)
Despesas Tributárias	8.d	(24.000)	(22.425)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	17	2.616	(6.422)
Resultado Operacional		**125.988**	**125.936**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		**125.988**	**125.936**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**8.c**	**(3.107)**	**(18.070)**
Provisão para Imposto de Renda		(2.336)	(19.798)
Provisão para Contribuição Social		(1.518)	(12.503)
Ativo Fiscal Diferido		747	14.231
Participações no Lucro		**(104.205)**	**(79.097)**
Lucro Líquido		**18.676**	**28.769**
Nº de Ações (Mil)	12.a	28.135.346	28.135.346
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R$)		0,66	1,02

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Lucro Líquido do Período	**18.676**	**28.769**
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:	**69**	**156**
Ajuste ao Valor de Mercado - Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	69	156
Ajuste ao Valor de Mercado - Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	129	272
Impostos	(59)	(116)
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucro Líquido:	**(4.570)**	**(7)**
Plano de Benefícios	(4.570)	(7)
Plano de Benefícios	(4.570)	244
Imposto de Renda	-	(251)
Resultado Abrangente do Período	**14.175**	**28.918**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido		**18.676**	**28.769**
Ajustes ao Lucro Líquido		**(13.702)**	**(47.014)**
Tributos Diferidos		(747)	(13.949)
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	11.c	2.205	(28.030)
Atualizações Monetárias das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	11.c	721	876
Atualização de Depósitos Judiciais	16	(14.636)	(3.902)
Atualização de Impostos a Compensar		(1.249)	(2.009)
Depreciações e Amortizações		4	-
Variações em Ativos e Passivos		**(74.628)**	**(128.542)**
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários		(74.285)	(84.821)
Redução (Aumento) em Outros Ativos Financeiros		(386.232)	(716.792)
Redução (Aumento) em Despesas Antecipadas		(450)	(1.915)
Redução (Aumento) em Outros Ativos		(23.039)	(130.321)
Redução (Aumento) em Ativos Fiscais Correntes		(2.803)	4.127
Aumento (Redução) em Outros Passivos Financeiros		424.692	718.828
Aumento (Redução) em Outros Passivos		(1.047)	66.925
Aumento (Redução) em Passivos Fiscais Correntes		9.462	67.887
Imposto Pago		(20.926)	(52.460)
Caixa Líquido Originado em Atividades Operacionais		**(69.654)**	**(146.787)**
Atividades de Financiamento			
Dividendos Pagos	12.b	(2.992)	(7.120)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		**(2.992)**	**(7.120)**
Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		**(72.646)**	**(153.907)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	**4**	**328.992**	**348.152**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	**4**	**256.346**	**194.245**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
A Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), tem por objeto social a realização de todas as operações permitidas pelas disposições legais e regulamentares às sociedades da espécie, atuando, dentre outros: na intermediação de operações em bolsa de valores e mercadorias, nos mercados à vista, de opções, a termo e futuro; compra, venda e distribuição de títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros; formação e gestão, como líder ou participante, de consórcios para lançamento público "*underwriting*" e administração de fundos. As operações da Santander CCVM são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
a) Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras da Santander CCVM foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e demais diretrizes do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.
A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas (Nota 3.n).
As demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2024, foram aprovadas pela Diretoria na reunião realizada em 28 de agosto de 2024.
b) Moeda Funcional e de Apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander CCVM.

3. Principais Políticas Contábeis
a) Caixa e Equivalentes de Caixa
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.
b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "*pro rata*" dia.
c) Títulos e Valores Mobiliários
Conforme Circular Bacen n° 3.068/2001, a carteira de títulos e valores mobiliários é classificada nas seguintes categorias:
I - Títulos para negociação, onde são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida ao resultado do período;
II - Títulos disponíveis para venda, onde são registrados os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, mas não foram adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido. Os ajustes ao valor de mercado, quando realizados, são transferidos para o resultado do período; e
III - títulos mantidos até o vencimento, onde são registrados os títulos e valores mobiliários para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.
As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.
d) Negociação e Intermediação de Valores
De acordo com a norma vigente, o reconhecimento da receita deve ocorrer quando houver confiabilidade na mensuração e for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.
A Santander CCVM, como prestadora de serviços financeiros, reconhece sua receita advinda de taxas cobradas de intermediação à medida que seus serviços são prestados.
e) Despesas Antecipadas
São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.
f) Outros Investimentos
Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.
g) Imobilizado de Uso
A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear com taxa anual de 10% para móveis, equipamentos de uso e sistemas de comunicação.
h) Intangível
Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.
i) Plano de Benefícios a Funcionários
Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Santander CCVM de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.
Plano de Contribuição Definida
Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Santander CCVM e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.
As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.
Planos de Benefício Definido
Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 18. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.
Desde janeiro de 2013, a Santander CCVM aplica o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) que estabelece critérios específicos para reconhecimento do superávit do plano de benefício definido, considerando fatores como a probabilidade de benefícios futuros para os participantes e a capacidade da entidade.
Principais Definições
- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.
- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.
- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.
- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.
- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.
- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.
Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.
Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.
j) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
A Santander CCVM é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.
As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.
As provisões são constituídas quando o risco de perda for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos em que risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 11.h) e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação.
Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
No caso de trânsitos em julgado favoráveis à Santander CCVM, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.
k) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)
O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.
l) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.
Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e ou a liquidação do passivo.
De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 8.a.2, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.
m) Juros sobre Capital Próprio
Os Juros sobre Capital Próprio são reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou proposto e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprindo esta determinação, esta remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Patrimônio Líquido.
n) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes
Resultado não corrente do exercício é aquele que:
I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.
A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 19.
o) Estimativas Contábeis
Na aplicação das políticas contábeis da companhia, a Administração deve exercer julgamentos e realizar estimativas sobre os valores contábeis de ativo e passivo, receitas e despesas dos períodos futuros. As estimativas e premissas relacionadas baseiam-se na experiência histórica nos fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas, sendo quantificadas as estimativas e divulgadas em notas explicativas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2023	31/12/2022
Disponibilidades	**19.458**	**17.974**	**13.246**	**18.377**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**236.888**	**311.018**	**180.999**	**329.775**
Aplicações no Mercado Aberto (Nota 5)	236.888	311.018	180.999	329.775
Total	**256.346**	**328.992**	**194.245**	**348.152**

As informações relativas a 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	30/06/2024 Até 3 Meses	30/06/2024 Total	31/12/2023 Total
Aplicações no Mercado Aberto	**236.888**	**236.888**	**311.018**
Posição Bancada	**236.888**	**236.888**	**311.018**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	236.888	236.888	311.018
Total	**236.888**	**236.888**	**311.018**
Circulante		**236.888**	**311.018**

6. Títulos e Valores Mobiliários
a) Resumo da Carteira por Categoria e Abertura por Vencimento
I) Abertura por Categoria

	30/06/2024 Valor do Custo Amortizado	30/06/2024 Ajuste a Mercado Refletido no Patrimônio Líquido	30/06/2024 Valor Contábil	31/12/2023 Valor Contábil
Títulos Disponíveis para Venda	**700.857**	**189**	**701.046**	**631.209**
Títulos Públicos - Letras Financeiras do Tesouro - LFT	651.580	192	651.772	584.508
Ações de Companhias Abertas	74	(3)	71	-
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento [1]	49.203	-	49.203	46.701
Total de Títulos e Valores Mobiliários	**700.857**	**189**	**701.046**	**631.209**
Circulante			**263.994**	**137.716**
Não-Circulante			**437.052**	**493.493**

[1] Em 30 de junho de 2024 a carteira do Fundo de Investimento está composta basicamente por operações compromissadas e títulos públicos.

II) Abertura por Vencimento

30/06/2024	Sem Vencimento	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
Títulos Disponíveis para Venda	**49.274**	**214.720**	**351.977**	**85.075**
Títulos Públicos - Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	214.720	351.977	85.075
Ações de Companhias Abertas	71	-	-	-
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento	49.203	-	-	-
Total de Títulos e Valores Mobiliários	**49.274**	**214.720**	**351.977**	**85.075**

As cotas de fundo de investimento são atualizadas com base na cotação divulgada pelos administradores dos fundos diariamente.

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	30/06/2024	30/06/2023
Resultado de Títulos de Renda Fixa	30.130	30.998
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	11.872	17.775
Resultado de Títulos de Renda Variável	(456)	(460)
Resultado de Cotas de Fundos	2.501	2.755
Lucros/Prejuízos com Titulos de Renda Fixa	2.265	12
Total	**46.312**	**51.080**

Em 30 de junho de 2024 e de 2023, a Santander CCVM não possui operações com instrumentos financeiros derivativos. Os resultados informados na Demonstração do Resultado, são oriundos de operações ao longo dos exercícios de 2024 e 2023.

7. Outros Ativos e Passivos Financeiros

Ativo	30/06/2024	31/12/2023
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	307.485	258.080
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	384.569	47.743
Total	**692.054**	**305.823**
Circulante	**692.054**	**305.823**
Passivo	**30/06/2024**	**31/12/2023**
Credores - Conta Liquidações Pendentes	697.062	225.077
Comissões e Corretagens a Pagar	2.061	1.367
Caixas de Registro e Liquidação	83.135	131.122
Total	**782.258**	**357.566**
Circulante	**782.258**	**357.566**

8. Ativos e Passivos Fiscais
a) Ativos Fiscais Correntes e Diferidos

	30/06/2024	31/12/2023
Ativos Fiscais Diferidos	51.172	51.899
Impostos a Recuperar - Imposto de Renda e Contribuição Social	34.309	30.454
Outros Impostos a Recuperar	2.545	2.348
Total	**88.026**	**84.701**
Não Circulante	**88.026**	**84.701**

a.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	Origens 30/06/2024	Origens 31/12/2023	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2024
Provisão para Riscos Fiscais	13.054	12.533	5.013	700	(492)	5.221
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	3.199	3.162	1.265	349	(334)	1.280
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos [1]	2	-	-	1	-	1
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	16	32	13	-	(7)	6
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	3.282	-	3.067	41.682	(43.435)	1.314
Outras Provisões Temporárias [2]	139.212	137.191	42.541	809	-	43.350
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	**158.765**	**152.918**	**51.899**	**43.541**	**(44.268)**	**51.172**

[1] Inclui créditos tributários de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.
[2] Inclui provisões para perdas em investimentos com incentivos fiscais, Crédito Tributário sobre Provisão (Administrativas e Interposição Recursos Fiscais e Trabalhistas).

Em 30 de junho de 2024 e de 2023, a Santander CCVM não possui créditos tributários não ativados.

a.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

Ano	30/06/2024 Diferenças Temporárias IRPJ	CSLL	Total
2024	6.592	5.189	11.781
2025	12.199	9.786	21.985
2026	5.509	5.772	11.281
2027	134	1.314	1.448
2028	1	1	2
2029 a 2033	2.921	1.754	4.675
Total	**27.356**	**23.816**	**51.172**

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.
Com base na Resolução CMN nº 4.818/2020 e na Resolução BCB nº 2/2020, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

a.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos
O valor presente total dos créditos tributários é de R$ 44.907 (31/12/2023 - R$ 43.726), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação, projetada para os Exercícios correspondentes.

b) Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

	30/06/2024	31/12/2023
Impostos e Contribuições a Pagar [1]	41.460	38.699
Passivos Tributários Diferidos	3.122	4.544
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	3.855	18.080
Total	**48.437**	**61.323**
Circulante	**45.315**	**56.779**
Não-Circulante	**3.122**	**4.544**

[1] Em 2023, inclui às ações judiciais de PIS e COFINS, referentes ao questionamento da Lei 9.718/98 (Nota Explicativa 11).

b.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

	Origens 30/06/2024	Origens 31/12/2023	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2024
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa	208	64	43	46	-	89
Plano de Benefício de Aposentadoria	7.583	11.252	4.501	4.505	(5.973)	3.033
Saldo dos Passivos Fiscais Diferidos	**7.791**	**11.316**	**4.544**	**4.551**	**(5.973)**	**3.122**

b.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Fiscais Diferidos

Ano	30/06/2024 Diferenças Temporárias IRPJ	CSLL	Pis/Cofins	Total
2024	100	60	1	161
2025	199	120	2	321
2026	199	120	2	321
2027	199	120	2	321
2028	200	120	2	322
2029 a 2033	953	571	1	1.525
Após 2034	95	56	-	151
Total	**1.945**	**1.167**	**10**	**3.122**

Continua...

INÊS 249

...Continuação

Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ nº 51.014.223/0001-49

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	**125.988**	**125.936**
Participações no Lucro	(104.205)	(79.097)
Resultado antes dos Impostos	**21.783**	**46.839**
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	**(8.713)**	**(18.735)**
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	5.778	(585)
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	-	1.069
Demais Ajustes	(172)	181
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(3.107)**	**(18.070)**

d) Despesas Tributárias

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
ISS	12.234	11.451
COFINS	9.887	9.316
PIS/PASEP	1.612	1.523
Outras	267	135
Total	**24.000**	**22.425**

9. Outros Ativos

	30/06/2024	31/12/2023
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	70.121	69.086
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.612	3.533
Para Interposição de Recursos Cíveis	2	2
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 18.a)	7.583	11.253
Rendas a Receber (Nota 13.c)	14	131
Despesas Antecipadas	3.778	3.329
Adiantamentos e Antecipações Salariais	2.420	567
Precatórios	91.059	77.702
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	28.291	837
Outros	230	545
Total	**205.110**	**166.985**
Circulante	**105.084**	**93.522**
Não-Circulante	**100.026**	**73.463**

10. Outros Passivos

	30/06/2024	31/12/2023
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Fiscais (Nota 11.b e 11.c)	22.181	21.496
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 11.b)	3.199	3.162
Provisão para Pagamentos a Efetuar (1)	93.791	92.767
Sociais e Estatutárias (Nota 12.b e 13.c)	-	2.991
Outras	3.015	2.883
Total	**122.186**	**123.299**
Circulante	**20.755**	**22.290**
Não-Circulante	**101.431**	**101.009**
Total Passivo	**122.186**	**123.299**

(1) Em 2023 refere-se, principalmente a provisões para pagamentos a funcionários.

11. Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.j).

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	30/06/2024	31/12/2023
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Fiscais (Nota 10)	**22.181**	**21.496**
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 10)	**3.199**	**3.162**
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	3.199	3.162
Total	**25.380**	**24.658**

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 30/06/2024			01/01 a 30/06/2023		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	**21.496**	**3.162**	**-**	**48.914**	**2.739**	**-**
Constituição Líquida de Reversão (1) (2)	354	1.851	-	(28.080)	50	-
Atualização Monetária (1)	674	47	-	738	138	-
Baixas por Pagamentos	(343)	(1.861)	-	(16)	-	-
Saldo Final	**22.181**	**3.199**	**-**	**21.556**	**2.927**	**-**

(1) Contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais.

(2) Em 2023, inclui a reversão da provisão para processos de PIS e Cofins referentes ao questionamento da Lei nº 9.718/98 (Nota Explicativa 17).

d) Provisões, Passivos Contingentes e Outras Provisões

A Santander CCVM é parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da Santander CCVM com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Santander CCVM tem como procedimento provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação está classificada como perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes do principal processo judicial e administrativo relacionado a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, conforme descrito a seguir:

PIS e Cofins - O Santander CCVM interpôs medida judicial com vistas a afastar a aplicação da Lei Nº 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, eram tributadas apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias. Em 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu o Tema 372 por meio de Repercussão Geral, e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/COFINS sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras, de forma a terem sido constituídas as respectivas obrigações de PIS e COFINS. Em 30 de junho de 2024, o montante envolvido é de R$ 31.203 (31/12/2023 - R$ 30.474). Vide Nota Explicativa 8.b.

e) Provisões para Riscos Fiscais e Previdenciárias

São valores disputados em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável e provisionados contabilmente. O principal tema discutido nesse processo é:

IRPJ/CSLL - Dedutibilidade de tributos com exigibilidade suspensa - R$ 6.270 (31/12/2023 - R$ 6.123) Auto de infração lavrado pela Receita Federal para a cobrança de IRPJ e CSLL, por supostas dedutibilidades indevidas. Aguarda-se julgamento no CARF. Processo Administrativo encerrado com êxito parcial. Aguarda-se julgamento do processo judicial.

ISS - Instituições Financeiras - R$ 4.510 (31/12/2023 - R$ 4.290): refere-se a discussões em processos judiciais e administrativos frente a vários municípios, que exigem o pagamento do ISS, sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.

f) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados a benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência e de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

g) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais, (2) ações de execução; e (3) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

h) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária e trabalhista classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

As ações com classificação de perda possível, de natureza trabalhista, totalizaram R$ 347 (31/12/2023 - R$ 681) e, de natureza tributária, totalizaram em R$ 356.074 (31/12/2023 - 364.340) e os principais processos são:

IRPJ e CSLL - Auto de Infração - Desmutualização das Bolsas - Autos de infração lavrados pela Receita Federal para a cobrança de IRPJ por suposto acréscimo patrimonial quando da transformação societária das bolsas (Bovespa e BM&F) em sociedades anônimas ("desmutualização"), acarretado pela conversão dos títulos patrimoniais detidos pelas empresas nas bolsas em ações. Alega-se a impossibilidade de tributação do valor correspondente à atualização dos títulos patrimoniais convertidos em ações, por tratar-se de mera permuta não havendo, portanto, a incidência de IRPJ e CSLL. Aguarda-se julgamentos das ações judiciais. Em 30 de junho de 2024, o valor envolvido atualizado é de R$ 181.725.

PIS e Cofins - Desmutualização das Bolsas - Cobrança de PIS e Cofins sobre o resultado na venda das ações que substituíram os títulos da BM&F e Bovespa, sob a alegação de que as ações estariam classificadas em conta de ativo circulante. Referidas ações estavam classificadas em conta do ativo permanente, sendo que a venda das mesmas foi excluída da base de cálculo de PIS e Cofins conforme determina o art. 3, § 2, inciso IV da Lei Nº 9.718/1998. Em 30 de junho de 2024, o valor era de aproximadamente R$ 61.309.

IRPJ/CSLL - JCP - Autos de infração lavrados pela Receita Federal para a cobrança de IRPJ e CSLL, por suposto excesso de dedução de JCP da base de cálculo dos tributos. Parte dos valores autuados se encerraram favoravelmente à Companhia. O remanescente aguarda julgamento em ação judicial. O valor envolvido atualizado é de R$ 32.050.

Compensação Não Homologada - Diversas cobranças Administrativas e Judiciais por parte da Fazenda Nacional, em relação a tributos compensados eletronicamente com créditos decorrentes de Saldo Negativo e pagamento a maior ou indevido. Na visão do Fisco, existem inconsistências contábeis e também nas obrigações acessórias que impossibilitam a verificação do crédito. Os casos estão sendo discutidos no âmbito administrativo e também no âmbito judicial. Em 30 de junho de 2024, o valor era de aproximadamente R$ 14.481.

Dedutibilidade da CSLL no IRPJ - R$ 14.000 (31/12/2023 - R$ 13.833) pleiteia a dedutibilidade da despesa com a CSLL na apuração do IRPJ. Em sentença, o pedido foi julgado totalmente procedente. Aguarda-se julgamento no Tribunal.

12. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, é composto por 28.135.346 mil ações, nominativas e sem valor nominal (14.067.673 mil ações ordinárias e 14.067.673 mil ações preferenciais), todas de domiciliados no país.

Em 29 de abril de 2024, foi aprovado o aumento de capital no montante de R$ 16.711 com base em Reservas, passando o capital social do valor de R$ 479.727 para R$ 496.438, totalmente subscrito e integralizado.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 6% do lucro líquido de cada exercício, ajustados de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da Sociedade e participarão em igualdade de condições, com as ações ordinárias, na distribuição de ações bonificadas, provenientes da capitalização da correção monetária de qualquer natureza, de lucros em suspenso, reservas ou quaisquer outros fundos.

Em 30 de junho de 2024 não houve destaque de dividendos, em 31 de dezembro de 2023, houve o destaque de dividendos, no montante de R$ 2.992, cujo pagamento foi realizado em 28 de maio de 2024.

c) Reservas de Lucros

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas Estatutárias

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício será destinado 50% para reserva para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Santander CCVM e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

Os saldos de reservas de lucros excedentes ao capital social serão abordados em Assembleia Geral *ad referendum*, a fim de instruir os acionistas acerca de deliberação de aumento de capital e devido enquadramento nas exigências da Lei 11.638/2017.

13. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Santander CCVM realizada em 29 de abril de 2024, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2023, fixado no valor máximo de R$ 10 mil. A Santander CCVM é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. A Santander CCVM não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho para seu pessoal-chave da administração.

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria.

b) Participação Acionária

A Santander CCVM é controlada pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 28.135.279 mil ações (14.067.640 mil ações ordinárias e 14.067.640 mil ações preferenciais), equivalentes a 99,999% do capital social, bem como participação acionária indireta através da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Santander Leasing") de 66 mil ações (33 mil ações ordinárias e 33 mil ações preferenciais), equivalentes a 0,001% do capital social, totalizando uma participação de 100%.

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou
apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos com o controlador Banco Santander são conforme segue:

	01/01 a 30/06/2024		31/12/2023	01/01 a 30/06/2023
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades (Nota 4)	**19.458**	**-**	**17.974**	**-**
Banco Santander (Brasil) S.A.	19.458	-	17.974	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (1) (Nota 5)	**236.888**	**11.872**	**311.018**	**17.775**
Banco Santander (Brasil) S.A.	236.888	11.872	311.018	17.775
Outros Ativos - Rendas a Receber (Nota 9)	**14**	-	**131**	**-**
Banco Santander (Brasil) S.A.	14	-	131	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	**28.291**	**131.495**	**838**	**128.260**
Banco Santander (Brasil) S.A.	28.291	131.495	838	128.260
Dividendos a Pagar (Nota 10 e 12.b)	**-**	-	**(2.992)**	**-**
Banco Santander (Brasil) S.A.	-	-	(2.992)	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas (2) (Nota 16)	**-**	**(21.639)**	**-**	**(37.373)**
Banco Santander (Brasil) S.A.	-	(21.639)	-	(37.373)

(1) Refere-se às aplicações com vencimento até 3 meses (Nota 5).

(2) Refere-se ao convênio operacional com o Banco Santander (Brasil) S.A.

14. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Rendas de Comissões de Colocação de Títulos	163.149	156.408
Corretagens de Operações em Bolsas	77.391	67.913
Serviços de Custódia	56	2.758
Outras Prestações Serviços	2.975	542
Total	**243.571**	**227.621**

15. Despesas de Pessoal

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Remuneração (1)	48.025	41.976
Encargos	16.415	14.394
Benefícios (1)	23.260	12.187
Treinamento	122	16
Total	87.822	68.573

(1) Crescimento refere-se ao Santander AAA, o projeto visa a ampliação da base de clientes.

16. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Serviços do Sistema Financeiro	4.330	5.677
Convênio Operacional com o Banco Santander (Nota 13.c)	21.639	37.373
Comunicações	287	146
Serviços Técnicos Especializados	21.777	7.663
Depreciações e Amortizações	4	-
Outras	6.370	4.430
Total	**54.407**	**55.289**

17. Outras Receitas e Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Atualização Monetária (1)	14.625	(10.571)
Comissões	(5.015)	(5.211)
Despesas com Softwares	(4.152)	(4.914)
Juros sobre o Ativo Atuarial	487	336
PIS e COFINS (Lei nº 9.718/98) (2)	-	13.588
Provisão para Contingências (Líquidas de Reversão)	(2.395)	439
Recuperação de Encargos e Despesas	-	162
Outras	(934)	(251)
Total	**2.616**	**(6.422)**

(1) Em 2023, refere-se à atualização de PIS e COFINS (Lei 9.718/98).

(2) Refere-se aos efeitos das movimentações oriundas das ações do PIS e COFINS referentes ao questionamento da Lei nº 9.718/98 descritas nas notas 11.d.

18. Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego

a) Plano de Aposentadoria Complementar

A Santander CCVM patrocina, juntamente com o Banco Santander, os planos de benefício definido e de contribuição definida da Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev) Plano II, Banesprev planos I, II e III e SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi), entidades fechadas de previdência privada e de previdência complementar, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

I) Banesprev

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantado em abril de 2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC), em razão de déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano, as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o Exercício de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.

II) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Plano II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Plano III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

SBPREV - Santander Brasil Previdência Aberta: a partir de 2 de janeiro de 2018, a Santander CCVM passou a oferecer este novo programa de previdência complementar opcional para os novos funcionários contratados e para os funcionários que não estivessem inscritos em qualquer outro plano previdenciário administrado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar do Grupo. Este novo programa contempla as modalidades PGBL- Plano Gerador de Benefícios Livres e VGBL-Vida Gerador de Benefícios Livres administrados pela Icatu Seguros, Entidade Aberta de Previdência Complementar, abertos para novas adesões, sendo suas contribuições partilhadas entre as empresas instituidoras/estipulantes-averbadoras e os participantes dos planos.

Plano de Assistência Médica e Odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000.

30/06/2024	Banesprev	Cabesp
Conciliação dos Ativos e Passivos		
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(129.853)	(18.065)
Valor Justo dos Ativos do Plano	186.268	22.834
Sendo:		
Superávit	56.414	4.769
Valor não Reconhecido como Ativo	48.831	4.769
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido (Nota 9)	**7.583**	**-**
Contribuições Efetuadas	-	384
Receita (Despesas) Reconhecidas	500	18
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	9.895	(8.045)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	(204)	(654)

31/12/2023	Banesprev	Cabesp
Conciliação dos Ativos e Passivos		
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(136.146)	(19.347)
Valor Justo dos Ativos do Plano	192.659	24.011
Sendo:		
Superávit	56.513	4.664
Valor não reconhecido como Ativo	45.261	4.664
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido (Nota 9)	**11.252**	**-**
Contribuições Efetuadas	-	824
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(1.126)	42
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	9.895	(8.045)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	22.569	2.035

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

30/06/2024	Banesprev	Cabesp
Experiência do Plano	(2.203)	(491)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	7.911	1.687
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	**5.708**	**1.196**
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(8.265)	(1.696)
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	**(8.265)**	**(1.696)**
Mudança no Superávit Irrecuperável	**(1.612)**	**98**

30/06/2023	Banesprev	Cabesp
Experiência do Plano	(2.677)	(442)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(6.358)	(1.571)
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	**(9.035)**	**(2.013)**
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	5.319	1.617
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	**5.319**	**1.617**
Mudança no Superávit Irrecuperável	**4.364**	**(8)**

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais:

	Duração (em Anos) 30/06/2024	31/12/2023
Banesprev I	6,59	6,59
Banesprev II	7,79	8,31
Banesprev III	7,22	7,22
Cabesp	10,31	11,07

Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

Abaixo estão as premissas atuariais adotadas em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023

	30/06/2024		31/12/2023	
	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial	8,65% e 9,57% (2)	9,56 %	8,65 %	8,70 %
Taxa para Cálculo do Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	8,65% e 9,64%	8,70 %	8,65 %	8,70 %
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	3,00 %	3,00 %	3,00 %	3,00 %
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	3,77 %	- %	3,77 %	- %
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT2000 suavizada em 10% (1) e AT2000 (2)	AT2000	AT2000 suavizada em 10% (1) e AT2000 (2)	AT2000

(1) Banesprev I e III

(2) Banesprev II

Análise de Sensibilidade

Os pressupostos relacionados às premissas atuariais significativas possuem efeito sobre os valores reconhecidos no resultado e no valor presente das obrigações. Mudanças na taxa de juros, tábua de mortalidade e custo de assistência médica, em 30 de junho de 2024, teriam os seguintes efeitos:

	30/06/2024		31/12/2023	
	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações
Taxa de Juros				
(+)0,5%	(88)	(1.031)	(88)	(1.031)
(-)0,5%	96	1.128	96	1.128
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral				
Aplicada (+) 2 anos	(179)	(2.105)	(179)	(2.105)
Aplicada (-) 2 anos	194	2.279	194	2.279
Custo Assistência Médica				
(+)0,5%	106	1.247	106	1.247
(-)0,5%	(99)	(1.161)	(99)	(1.161)

19. Outras Informações

Comitê de Auditoria

Em consonância à Resolução do CMN Nº 4.910/2021, a Santander CCVM aderiu ao Comitê de Auditoria Único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander. As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

Resultados recorrentes/não recorrentes

Em 30 de junho de 2024 e de 2023, não houve resultados não recorrentes.

Evento subsequente

Não ocorreram eventos subsequentes.

COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Diretores

Mariana Cahen Margulies — Anamaria Ribeiro Lima Pereira Pimenta — Luciane Buss Effting — Sergio Amancio da Silva

Contador

Camilla Cruz Oliveira de Souza - CRC Nº 1SP - 256989/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de Agosto de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP000160/O-5
Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

S3 Caceis Brasil DTVM S.A.

CNPJ nº 62.318.407/0001-19

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da S3 Caceis Brasil DTVM S.A. (S3 Caceis) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Mercado de Atuação
A S3 Caceis atua na prestação de serviços de administração de fundos de investimento, na custódia de títulos e valores mobiliários, na distribuição de fundos de investimento, na administração de carteiras de cliente, na representação de clientes não residentes e outros serviços correlatos.

Patrimônio Líquido e Resultado
Em 30 de junho de 2024, o lucro líquido apresentado no acumulado do semestre foi de R$67 milhões, correspondente a R$38,49 por lote de mil ações e rentabilidade de 5,38% sobre o patrimônio líquido médio e retorno de 4,37% sobre os ativos totais médios. O patrimônio líquido atingiu o montante de R$1.277 milhões.

Ativos e Passivos
Em 30 de junho de 2024, os ativos totais atingiram R$1.599 milhões, destacando-se R$1.039 milhões por Aplicações em Depósitos Interfinanceiros. O passivo total está representado substancialmente por Outros Passivos Financeiros no montante de R$219 milhões e Passivos Fiscais no montante de R$48 milhões.

Evento Societário
Em 01 de abril de 2023, a S3 Caceis Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, deixou de fazer parte do conglomerado Prudencial Santander.

Outros assuntos
A S3 Caceis, em atendimento ao disposto na Circular Bacen 3.068/2001, afirma que possui capacidade financeira e intenção de manter até vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

Auditoria Independente
A política de atuação da S3 Caceis na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Conselho de Administração.
A S3 Caceis informa que no semestre findo em 30 de junho de 2024, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria das demonstrações financeiras.
Ademais, a S3 Caceis confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

São Paulo, 28 de Agosto de 2024.

O Conselho de Administração
A Diretoria Executiva

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Ativo Circulante e Não Circulante		**1.599.201**	**1.467.886**
Disponibilidades	4	**2.358**	**2.863**
Instrumentos Financeiros		**1.106.575**	**943.228**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	1.039.225	941.617
Títulos e Valores Mobiliários	6	67.350	1.611
Outros Ativos	8	**60.829**	**51.078**
Ativos Fiscais	7.a	**12.326**	**24.362**
Correntes		1.339	10.202
Diferidos		10.987	14.160
Imobilizado de Uso	9	**402**	**489**
Outras Imobilizações de Uso		1.622	1.622
(Depreciações Acumuladas)		(1.220)	(1.133)
Intangível	10	**416.711**	**445.866**
Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura		323.055	323.055
Outros Ativos Intangíveis		679.182	667.591
(Amortizações Acumuladas)		(585.526)	(544.780)
Total do Ativo		**1.599.201**	**1.467.886**

	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Passivo Circulante e Não circulante		**322.145**	**257.634**
Outros Passivos Financeiros	11	**219.170**	**126.569**
Outros Passivos	12	**54.578**	**57.390**
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	12 & 13.b	7.733	7.533
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos			
Ações Trabalhistas e Cíveis		10.967	10.148
Outras Provisões		25.254	31.214
Diversas		10.624	8.495
Passivos Fiscais	7.b	**48.397**	**73.675**
Corrente		47.663	72.906
Diferidos		734	769
Patrimônio Líquido	14	**1.277.056**	**1.210.252**
Capital Social		840.313	840.313
Reservas de Lucros		436.724	369.755
Ajustes de Avaliação Patrimonial		19	184
Total do Patrimônio Líquido		**1.277.056**	**1.210.252**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**1.599.201**	**1.467.886**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Reservas Estatutárias	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**840.313**	**44.433**	**223.048**	**173**	**-**	**1.107.967**
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	124	-	124
Lucro Líquido		-	-	-	-	68.206	68.206
Destinações:		-	-	-	-	-	
Reserva Legal	14.c	-	3.410	-	-	(3.410)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	32.398	-	(32.398)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	32.398	-	(32.398)	-
Saldos em 30 de junho de 2023		**840.313**	**47.843**	**287.844**	**297**	**-**	**1.176.297**
Mutações no Semestre		**-**	**3.410**	**64.796**	**124**	**-**	**68.330**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**840.313**	**53.347**	**316.408**	**184**	**-**	**1.210.252**
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	(165)	-	(165)
Lucro Líquido		-	-	-	-	66.969	66.969
Destinações:		-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	14.c	-	3.348	-	-	(3.348)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	31.810	-	(31.810)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	31.811	-	(31.811)	-
Saldos em 30 de junho de 2024		**840.313**	**56.695**	**380.029**	**19**	**-**	**1.277.056**
Mutações no Semestre		**-**	**3.348**	**63.621**	**(165)**	**-**	**66.804**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Receitas da Intermediação Financeira		**51.373**	**55.833**
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		51.373	55.833
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**51.373**	**55.833**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		**77.624**	**72.682**
Receitas de Prestação de Serviços	16	217.732	207.938
Despesas de Pessoal	17	(34.950)	(33.819)
Outras Despesas Administrativas	18	(79.797)	(76.451)
Despesas Tributárias	7.d	(18.261)	(18.493)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	19	(7.100)	(6.493)
Resultado Operacional		**128.997**	**128.515**
Resultado não Operacional		-	-
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		**128.997**	**128.515**
Imposto de Renda e Contribuição Social	7.c	**(54.682)**	**(56.061)**
Provisão para Imposto de Renda		(32.252)	(33.789)
Provisão para Contribuição Social		(19.292)	(20.268)
Ativo Fiscal Diferido		(3.138)	(2.004)
Participações no Lucro		**(7.346)**	**(4.248)**
Lucro Líquido		**66.969**	**68.206**
Nº de Ações (Mil)	14.a	1740	1740
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R$)		38,49	39,20

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Lucro Líquido do Período	**66.969**	**68.206**
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucro Líquido:	**(165)**	**124**
Plano de Benefícios	(165)	124
Plano de Benefícios	(165)	206
Imposto de Renda	-	(82)
Resultado Abrangente do Período	**66.804**	**68.330**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido		**66.969**	**68.206**
Ajustes ao Lucro Líquido		**44.268**	**36.874**
Tributos Diferidos		3.138	2.085
Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	13.b	462	(215)
Atualizações Monetárias das Provisões para Processos Judiciais e Adm. e Obrigações Legais	13.b	309	280
Depreciações e Amortizações	18	40.833	35.350
Atualização de Depósitos Judiciais	19	(110)	(120)
Atualização de Impostos a Compensar	19	(364)	(506)
Variações em Ativos e Passivos		**(429.525)**	**245.435**
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(426.982)	221.169
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários		(65.904)	(1.436)
Redução (Aumento) em Despesas Antecipadas		(3.520)	(2.033)
Redução (Aumento) em Outros Ativos		(6.121)	91
Redução (Aumento) em Ativos Fiscais Correntes		9.227	10.322
Aumento (Redução) em Outros Passivos Financeiros		92.601	16.540
Aumento (Redução) em Outros Passivos		(3.583)	3.741
Aumento (Redução) em Passivos Fiscais Correntes		43.138	57.872
Imposto Pago		(68.381)	(60.831)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		**(318.288)**	**350.515**
Atividades de Investimento			
Aplicações e Alienações no Intangível	10.b	(11.591)	(10.555)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		**(11.591)**	**(10.555)**
Aumento (Redução) Líquido(a) do Caixa e Equivalentes de Caixa		**(329.879)**	**339.960**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	**683.887**	**131.601**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	**354.007**	**471.561**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
A S3 Caceis Brasil DTVM S.A. (S3 Caceis), controlada pela S3 Caceis Brasil Participações S.A., tem por objeto, dentre outros: (i) subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda; (ii) comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros; (iii) encarregar-se da administração de carteiras e de custódia de títulos e valores mobiliários; e (iv) intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre elas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
a) Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras da S3 Caceis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.
A Resolução BCB n° 352/2023 dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.
A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.
O cronograma do Plano de Implementação está sendo faseado ao longo do período de 2023 até o final do exercício de 2024, sendo que ainda depende de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para implementação total. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.
A Resolução CMN n° 4.975/2021, estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1° de janeiro de 2025. A S3 Caceis está avaliando os impactos e alterações necessárias para atendimento desta norma.
A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas (Nota 3.m).
O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o semestre findo em 30 de junho de 2024, na reunião realizada em 28 de Agosto de 2024.
b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da S3 Caceis.

3. Principais Políticas Contábeis
a) Caixa e Equivalentes de Caixa
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.
b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia.
c) Títulos e Valores Mobiliários
A carteira de títulos e valores mobiliários é demonstrada, conforme Circular n° 3.068, pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:
I - títulos para negociação;
II - títulos disponíveis para venda; e
III - títulos mantidos até o vencimento.
Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata dia, ajustados ao valor de mercado (valor justo), computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:
(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e
(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado (valor justo) realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.
Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata dia.
As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.
d) Rendas a Receber
As rendas a receber são demonstradas pelo seu valor líquido de provisões para perdas, fundamentadas nas análises das operações em aberto, na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos da carteira e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões.
e) Despesas Antecipadas
São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.
f) Imobilizado de Uso
A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.
g) Intangível
O ágio na aquisição de direitos de uso de negócio é amortizado em 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor.
Os ativos identificados decorrentes da aquisição de negócio, substancialmente, relacionamento com clientes, são amortizados pelos prazos estimados de vida útil (Nota 10).
Os gastos de aquisição de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos (Nota 10).
h) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
A S3 Caceis é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades.
As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação às saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.
As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 13.d) e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.
Os Ativos Contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
No caso de trânsitos em julgado favoráveis à S3 Caceis, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.
i) Plano de Benefícios a Funcionários
Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela S3 Caceis de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos
Planos de Contribuição Definida
Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a S3 Caceis como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.
As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.
Planos de Benefício Definido
Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 20. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.
A S3 Caceis aplica o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) que estabelece fundamentalmente, o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).
Principais Definições
- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados;
- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano;
- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados;
- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais;
- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; e
- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.
Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.
Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.
j) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)
O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias.
k) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.
Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.
De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 7.a, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.
l) Redução ao Valor Recuperável de Ativos
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.
m) Estimativas Contábeis
Na aplicação das políticas contábeis da companhia, a Administração deve exercer julgamentos e realizar estimativas sobre os valores contábeis de ativo e passivo, receitas e despesas dos períodos futuros. As estimativas e premissas relacionadas baseiam-se na experiência histórica nos fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas, sendo quantificadas as estimativas e divulgadas em notas explicativas.
n) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes
Conforme Resolução BCB nº 2/2020, resultado não recorrente do exercício é aquele que:
I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.
A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 21.
o) Juros sobre Capital Próprio
Os Juros sobre Capital Próprio são reconhecidos no passivo a partir do momento que sejam declarados ou propostos, conforme Resolução CMN n° 4.872/20.
p) Receitas de Prestação de Serviços
As receitas com prestação de serviços incluem os benefícios econômicos originários das principais atividades de administração fiduciária, custódia de títulos e valores mobiliários e outros serviços de acordo com a competência de cada contrato de prestação de serviço. Para o reconhecimento destas receitas, a S3 Caceis aplica o modelo de 5 passos atendendo o CPC 47, conforme determinado pela Resolução CMN n° 4.924/2021: I) Identificar o(s) contrato(s) com um cliente; II) Identificar as obrigações de desempenho; III) Determinar o preço da transação; IV) Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato; e V) Reconhecer a receita quando, ou à medida que, a entidade satisfazer uma obrigação de desempenho.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2023	31/12/2022
Disponibilidades	**2.358**	**2.863**	**957**	**379**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**351.649**	**681.024**	**470.604**	**131.222**
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	351.649	681.024	470.604	131.222
Total	**354.007**	**683.887**	**471.561**	**131.601**

As informações relativas a 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	30/06/2024: Até 3 Meses	30/06/2024: De 3 a 12 Meses	30/06/2024: Total	31/12/2023: Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	351.649	687.576	1.039.225	941.617
Total	**351.649**	**687.576**	**1.039.225**	**941.617**
Circulante			**1.039.225**	**941.617**

(1) Do saldo total temos R$245.864, que se refere a aplicações com o Banco Santander Brasil, mencionado na nota 15.c

6. Títulos e Valores Mobiliários

	Custo Amortizado	30/06/2024 Valor Contábil	31/12/2023 Valor Contábil	Abertura por Vencimento Sem Vencimento	De 3 a 12 meses	30/06/2024 Total
Títulos para Negociação						
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento – FI	1.667	1.667	1.611	1.667	-	1.667
Títulos Mantidos até o Vencimento						
Títulos Públicos	65.683	65.683	-	-	65.683	65.683
Total	**67.350**	**67.350**	**1.611**	**1.667**	**65.683**	**67.350**
Circulante		**67.350**	**1.611**			

As cotas de fundo de investimento são atualizadas com base no valor da cota divulgada pelos administradores do fundo diariamente.
O valor do custo amortizado/contábil é equivalente ao valor de mercado.
Em 30 de junho de 2024 e de 2023, a S3 Caceis não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

7. Ativos e Passivos Fiscais
a) Ativos Fiscais Correntes e Diferidos

	30/06/2024	31/12/2023
Ativos Fiscais Diferidos	10.987	14.160
Impostos a Recuperar - Imposto de Renda e Contribuição Social	1.339	10.202
Total	**12.326**	**24.362**
Não-Circulante	**12.326**	**24.362**

a.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	Origens 30/06/2024	Origens 31/12/2023	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2024
Provisão para Riscos Fiscais	3.982	3.882	1.552	40	-	1.593
Provisão para Contingências Cíveis	581	563	225	19	(12)	233
Provisão para Contingências Trabalhistas	6.171	5.842	2.336	1.401	(1.270)	2.468
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	8.999	14.456	4.888	2.596	(4.499)	2.983
Outras Provisões Temporárias (1)	10.775	14.822	5.159	36	(1.484)	3.710
Total dos Créditos Tributários	**30.508**	**39.565**	**14.160**	**4.092**	**(7.265)**	**10.987**

(1) Inclui provisões para despesas administrativas.
A S3 Caceis não possui créditos tributários não ativados em 30 de junho de 2024 e de 2023.

a.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

Ano	30/06/2024 Diferenças Temporárias IRPJ	CSLL	Total
2024	2.094	1.399	3.493
2025	2.992	2.283	5.275
2026	1.038	716	1.754
2027	287	178	465
Total	**6.411**	**4.576**	**10.987**

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.
a.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos
O valor presente dos créditos tributários é de R$ 10.148 (31/12/2023 - R$12.987), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.
b) Passivos Fiscais Correntes e Diferidos
As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados, em processos judiciais e administrativos.

	30/06/2024	31/12/2023
Impostos e Contribuições a Pagar	9.150	18.470
Impostos e Contribuições sobre Lucros	38.513	54.436
Provisão para Tributos Diferidos	734	769
Total	**48.397**	**73.675**
Circulante	**47.663**	**72.906**
Não-Circulante	**734**	**769**

b.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

	Origens 30/06/2024	Origens 31/12/2023	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2024
Plano de Benefícios - Efeito no Resultado	1.835	1.615	646	-	(35)	611
Plano de Benefícios - Efeito no P.L.	-	306	123	-	-	123
Total	**1.835**	**1.921**	**769**	**-**	**(35)**	**734**

b.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Fiscais Diferidos

Ano	30/06/2024 Diferenças Temporárias IRPJ	CSLL	Total
2024	23	14	37
2025	46	27	73
2026	46	27	73
2027	46	27	73
2028	46	28	74
2029 a 2033	229	138	367
Após 2034	23	14	37
Total	**459**	**275**	**734**

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	**128.997**	**128.515**
Participações no Lucro	(7.346)	(4.248)
Resultado antes dos Impostos	**121.651**	**124.267**
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15%	**(48.660)**	**(49.707)**
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(6.003)	(6.366)
IRPJ e CSLL sobre Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	-	12
Demais Ajustes	(19)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(54.682)**	**(56.061)**

d) Despesas Tributárias

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Despesa com PIS	(1.322)	(1.351)
Despesa com Cofins	(8.138)	(8.316)
Despesa com ISS	(8.614)	(8.634)
Outras	(187)	(192)
Total	**(18.261)**	**(18.493)**

Continua...

...Continuação

S3 caceis INVESTOR SERVICES

S3 Caceis Brasil DTVM S.A.

CNPJ nº 62.318.407/0001-19

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

8. Outros Ativos

	30/06/2024	31/12/2023
Administração de Fundos de Investimentos	20.301	23.691
Custódia de Títulos e Valores Mobiliários	17.082	10.505
Outras Rendas a Receber	1.782	1.683
(-) Provisões para Perdas	(957)	(304)
Para Interposição de Recursos Fiscais	877	1.981
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	775	500
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	10.312	9.682
Adiantamentos e Antecipações Salariais	1.693	309
Plano de Benefícios a Funcionários	1.835	1.921
Valores a Receber - Taxa de Registro Fundos de Investimentos	2.387	219
Devedores Diversos - País	200	196
Despesas Antecipadas	4.157	638
Outros	385	57
Total	**60.829**	**51.078**
Circulante	**46.478**	**38.662**
Não-Circulante	**14.351**	**12.416**

9. Imobilizado de Uso

	30/06/2024			31/12/2023		
	Custo	**Depreciação**	**Residual**	**Custo**	**Depreciação**	**Residual**
Outras Imobilizações de Uso						
Sistemas de Processamento de Dados	202	(202)	-	202	(202)	**-**
Móveis e Equipamentos de Uso	1.065	(773)	292	1.065	(704)	**361**
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	355	(245)	110	355	(227)	**128**
Total	**1.622**	**(1.220)**	**402**	**1.622**	**(1.133)**	**489**

10. Intangível

a) Composição

		30/06/2024			31/12/2023		
	Vida Útil (em anos)	**Custo**	**Amortização**	**Total**	**Custo**	**Amortização**	**Total**
Ágio na Aquisição de Direitos de Uso de Negócio	**10**	**323.055**	**(285.365)**	**37.690**	**323.055**	**(269.212)**	**53.843**
Outros Ativos Intangíveis		**679.182**	**(300.161)**	**379.021**	**667.591**	**(275.568)**	**392.023**
Logiciais	Até 5	235.561	(77.498)	158.063	223.969	(65.508)	**158.461**
Relacionamento com Clientes:							
Clientes vinculados a Fundos de Investimentos	22	253.337	(101.719)	151.618	253.337	(95.961)	**157.376**
Clientes vinculados à Rede Comercial do Banco Santander	27	84.758	(27.729)	57.029	84.758	(26.160)	**58.598**
Outros Clientes	10	105.526	(93.215)	12.311	105.527	(87.939)	**17.588**
Total		**1.002.237**	**(585.526)**	**416.711**	**990.646**	**(544.780)**	**445.866**

Para o período findo em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 não houve evidências de impairment.

b) Movimentação

	01/01 a 30/06/2024			01/01 a 30/06/2023		
	Custo	**Amortização**	**Total**	**Custo**	**Amortização**	**Total**
Saldo no início do exercício	**990.646**	**(544.780)**	**445.866**	**961.001**	**(468.396)**	**492.605**
Adição	11.591	-	**11.591**	10.582	-	**10.582**
Baixa	-	-	**-**	(27)	-	**(27)**
Amortização	-	(40.746)	**(40.746)**	-	(35.262)	**(35.262)**
Saldo no final do exercício	**1.002.237**	**(585.526)**	**416.711**	**971.556**	**(503.658)**	**467.898**

11. Outros Passivos Financeiros

	30/06/2024	31/12/2023
Credores - Conta Liquidações Pendentes	219.170	126.569
Total	**219.170**	**126.569**
Circulante	**219.170**	**126.569**

12. Outros Passivos

	30/06/2024	31/12/2023
Provisão para Pagamentos a Efetuar		
Despesas de Pessoal	16.024	19.656
Despesas Administrativas	6.198	10.218
Outros Pagamentos	3.035	1.340
Sociais e Estatutárias	3.385	3.670
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 13.b)	7.733	7.533
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 13.b)	10.967	10.148
Credores Diversos - País	7.236	4.825
Total	**54.578**	**57.390**
Circulante	**34.189**	**42.506**
Não-Circulante	**20.389**	**14.884**

13. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

a) Ativos Contingentes

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro 2023, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.h).

b) Movimentações das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 30/06/2024			01/01 a 30/06/2023		
	Fiscais	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Fiscais**	**Trabalhistas**	**Cíveis**
Saldo Inicial	**7.533**	**9.584**	**563**	**3.974**	**7.294**	**821**
Constituição Líquida de Reversão [1]	338	106	18	(966)	868	(117)
Atualização Monetária	37	272	-	49	230	1
Baixas por Pagamentos	(333)	(50)	-	-	(193)	(60)
Outros	158	474	-	32	(310)	46
Saldo Final	**7.733**	**10.386**	**581**	**3.089**	**7.889**	**691**
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	-	-	-	-	349	-

[1] Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais e IR e CSLL.

c) Provisões, Passivos Contingentes e Outras Provisões

A S3 Caceis é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações da S3 Caceis, com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A S3 Caceis tem como procedimento provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação está classificada como perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, estão descritos a seguir:

PIS e Cofins - A S3 Caceis ajuizou medida judicial visando afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas, que antes da referida norma, eram tributadas pelo PIS e Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e vendas de mercadorias.

Em 2023, o STF decidiu o Tema 372 por meio de Repercussão Geral, e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/COFINS sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras, de forma a terem sido constituídas as respectivas obrigações de PIS e COFINS. O Banco Santander é responsável pelo montante envolvido nesse processo como ex-controlador da Companhia. Em 30 de junho de 2024, o montante envolvido é de R$3.982 - (31/12/2023 - R$3.882).

Desmutualização de Ações – R$473 (31/12/2023 - R$445), visa a não incidência do IRPJ e da CSLL dos valores correspondentes à atualização dos títulos patrimoniais convertidos em ações, visto que não representa acréscimo patrimonial, mas de mera permuta.

d) Passivos Contingentes Classificados com Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente. As ações com classificação natureza fiscal de perda possível, totalizaram em R$5.199 em 30 de junho de 2024, sendo, principalmente:

Cofins - Discussão judicial para anular auto de infração lavrado pela Receita Federal, pretendendo a exigência de PIS e Cofins sobre receitas que não decorrem da atividade preponderante da empresa, contrariando assim o novo texto legal trazido pela Lei Federal nº 12.973/2014. Em 30 de junho de 2024, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R$2.461.

14. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 30 de junho de 2024 e 2023, o capital social subscrito e integralizado é composto por 1.740 mil ações ordinárias nominativas escriturais sem valor nominal.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 1% sobre o lucro líquido ajustado na forma da legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas.

A seguir, apresentamos a distribuição de Juros sobre Capital Próprio efetuados em 31 de dezembro de 2023. Para o semestre em 30 de junho de 2024, não houve deliberação e pagamento de Juros sobre Capital Próprio.

	31/12/2023				
	Em milhares de Reais			**Reais por Ação Ordinária**	
	Bruto	**IRRF**	**Líquido**	**Bruto**	**Líquido**
Juros sobre o Capital Próprio [1]	(76.000)	(11.400)	(64.600)	(43,68)	(37,13)
Total	**(76.000)**	**(11.400)**	**(64.600)**		

[1] Deliberados pelo Conselho de Administração em 21 de dezembro de 2023, pagos no dia 27 de dezembro 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

c) Reservas de Lucros

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas Estatutárias

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, foram destinados 50% para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da S3 Caceis e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

15. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da S3 Caceis realizada em 30 de Abril de 2024, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos membros da Diretoria para o ano de 2024, em até R$ 18.000.

i. Benefícios de Longo Prazo

A S3 Caceis, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander e Grupo Caceis, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base no atingimento de metas.

ii. Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários dos Administradores:

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Remuneração Fixa	2.534	2.293
Remuneração Variável - em espécie	907	759
Remuneração Variável - em ações	852	733
Outras	205	127
Total dos Benefícios de Curto Prazo	**4.498**	**3.912**
Remuneração Variável - em espécie	855	745
Remuneração Variável - em ações	820	714
Total dos Benefícios de Longo Prazo	**1.675**	**1.459**

Adicionalmente, em 30 de junho de 2024, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R$773 (30/06/2023 - R$699).

iii. Rescisão de Contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

b) Participação Acionária

A S3 Caceis é controlada pela S3 Caceis Participações que possui participação acionária de 1.740 mil ações, equivalentes a 100,00% do seu capital social.

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são, conforme segue:

	Ativos (Passivos)		**Receitas (Despesas)**	
	30/06/2024	31/12/2023	**01/01 a 30/06/2024**	01/01 a 30/06/2023
Disponibilidades	**2.358**	**2.863**	**-**	**-**
Banco Santander (Brasil) S.A. (1)	2.358	2.863	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**245.864**	**218.348**	**12.614**	**38.641**
Banco Santander (Brasil) S.A. (1)	245.864	218.348	12.614	38.641
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	**12.238**	**15.655**	**13.670**	**39.038**
Banco Santander (Brasil) S.A. (1)	12.238	15.655	13.670	39.030
Banco Santander (Espanha) S.A.	-	-	-	8
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	**(3.382)**	**(2.309)**	**(3.719)**	**(8.568)**
Banco Santander (Brasil) S.A. (1) (Nota 18)	-	-	(3.562)	(2.884)
Aquanima Brasil Ltda. (2)	-	-	(120)	(115)
Universia Brasil S.A. (2)	(15)	-	(37)	(17)
F1rst Tecnologia e Inovação Ltda. (2)	(3.367)	(2.309)	-	(5.552)
Outras Obrigações Diversas	**(9.430)**	**(9.470)**	**(6.173)**	**(5.371)**
Pessoal Chave da Administração	-	-	(6.173)	(5.371)
Banco Santander (Espanha) S.A.	(9.358)	(9.398)	-	-
Banco Santander (México), S.A.	(72)	(72)	-	-

(1) Controlada diretamente pelo Banco Santander Espanha.
(2) Controlada indiretamente pelo Banco Santander Espanha.

16. Receitas de Prestações de Serviços

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Rendas de Administração de Fundos de Investimentos	148.569	139.658
Rendas de Serviços de Custódia	57.277	53.400
Outras Rendas de Serviços	11.886	14.880
Total	**217.732**	**207.938**

17. Despesas de Pessoal

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Remuneração	(22.874)	(22.011)
Encargos	(7.144)	(6.177)
Benefícios	(4.450)	(5.096)
Treinamento	(22)	(141)
Outras	(460)	(394)
Total	**(34.950)**	**(33.819)**

18. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Depreciações e Amortizações	40.833	35.350
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	7.866	9.397
Serviços do Sistema Financeiro	1.449	1.944
Processamento de Dados	24.096	24.684
Convênio Operacional - Banco Santander (Nota 15.c)	3.562	2.884
Transporte e Viagens	583	739
Comunicações	783	776
Despesas com Seguros	280	267
Outras	345	410
Total	**79.797**	**76.451**

19. Outras Receitas (Despesas) Operacionais

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Atualização de Depósitos Judiciais	110	120
Provisão para Contingências (Líquidas de Reversão)	(463)	215
Atualização de Impostos a Compensar	364	506
Reversão (provisões) Operacionais	(1.595)	1.926
Atualização Monetária (Nota 13.b)	(309)	(280)
Obrigações de PIS e COFINS	-	(3.764)
Despesas de Atualização de Impostos	(934)	(860)
Despesas com Auditoria e Guarda de Lastros	(265)	(323)
Certificado de Serviços de Custódia	(325)	(312)
Comissões	(3.585)	(2.841)
Outras	(98)	(880)
Total	**(7.100)**	**(6.493)**

20. Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego

a) Plano de Aposentadoria Complementar

A S3 Caceis patrocina os planos de benefício definido e de contribuição definida da Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev) Plano II e o plano de contribuição definida da SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi), entidade fechada de previdência privada, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico do plano.

I) Banesprev

Sanprev Plano II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

II) SantanderPrevi

Dentre os planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar ligadas ao Santander, o Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de contribuição definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano.

Os valores apropriados nos períodos findos em 30 de junho de 2024 e de 2023 em despesas de pessoal referente ao plano foram de R$707 e R$400, respectivamente.

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	Banesprev	
	30/06/2024	30/06/2023
Conciliação dos Ativos e Passivos		
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(905)	(970)
Valor Justo dos Ativos do Plano	2.949	3.233
Sendo:		
Superávit	2.044	2.263
Valor não Reconhecido como Ativo	209	232
Ativo Atuarial Líquido em 30 de junho	(1.835)	(2.031)
Receita (Despesas) Reconhecidas	79	77
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	141	493
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	(97)	323

Principais Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

- Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial: 8,65% (31/12/2023 – 8,65%);
- Taxa para cálculo dos juros sobre os ativos, para exercício seguinte: 8,65% (31/12/2023 – 8,65%);
- Taxa estimada de inflação no longo prazo: 3,00% (31/12/2023 – 3,00%);
- Taxa estimada de aumento nominal dos salários: 3,52% (31/12/2023 - 3,77%);
- Tábua biométrica de mortalidade geral: AT2000 (2023 - AT2000).

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	Banesprev	
	30/06/2024	30/06/2023
Experiência do Plano	42	43
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	**42**	**43**
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(227)	185
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	**(227)**	**185**
Mudança no Superávit irrecuperável	**19**	**(23)**

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

	Duração (em Anos)	
	30/06/2024	31/12/2023
Sanprev II	8,00	8,00

b) Remuneração com Base em Ações

A S3 Caceis possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva.

Coletivo Identificado - Diretores Estatutários e responsáveis das áreas de controle. Da remuneração variável destes executivos, uma parcela é diferida e paga 50% em dinheiro, indexado a 100% do CDI, e 50% em ações (Units SANB11). No primeiro semestre de 2024, foram registradas despesas no valor de R$28 (30/06/2023- R$21) referente a provisão do plano de diferimento em ações e foram registradas despesas com a oscilação do valor de mercado da ação do plano no valor de R$118 (30/06/2023 – R$83) como despesas de pessoal.

Demais Funcionários - Funcionários de nível de Superintendência e demais funcionários com valor de remuneração variável acima de um valor mínimo estabelecido. O valor será pago 50% em dinheiro e 50% em ações (Units SANB11). Em 30 de junho de 2024, foram registradas despesas no valor de R$204 (30/06/2023 – R$51).

21. Outras Informações

Fundos de investimentos sob gestão e patrimônio líquido administrados

Em 30 de junho de 2024, o valor total do patrimônio líquido dos fundos de investimentos sob gestão é de R$45.785 (31/12/2023 - R$87.567) e o total do patrimônio líquido de investimentos administrados é de R$190.826.222 (31/12/2023 - R$205.870.103).

Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

Para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e de 2023, não houve resultados não recorrentes.

COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Presidente
Carlos Rodriguez de Robles Arienza

Conselheiros
Alessandro Tomao | Carlos José da Costa André | Eric Pierre Derobert | Rafael Victal Saliba | Joaquín Alfaro Garcia

Diretoria Executiva

Presidente
Joaquín Alfaro Garcia

Diretores
Andreia Rumi Nakamura | Ângela Amodeo | Fabio Ribeiro | Rafael Guazzelli Ferme

Contadora
Camilla Cruz Oliveira de Souza - CRC Nº 1SP – 256989/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
S3 Caceis Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da S3 Caceis Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da S3 Caceis Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Rodrigo Pecht
Contador CRC 1SP213429/O-7

Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

CNPJ nº 47.193.149/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e demais diretrizes previstas Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).
Mercado de Atuação
A Santander Leasing, Instituição financeira integrante do Conglomerado Santander, atua no mercado de arrendamento mercantil sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander (Brasil) S.A.
Patrimônio Líquido e Resultado
Em 30 de junho de 2024, o lucro líquido apresentado no acumulado do período foi de R$371 milhões, aumento de 5% em comparação ao mesmo período do ano anterior. O patrimônio líquido atingiu o montante de R$11.674 milhões.
Ativos e Passivos
Em 30 de junho de 2024, os ativos totais atingiram R$13.798 milhões, destacando-se R$1.748 milhões por Títulos e Valores Mobiliários e R$3.180 milhões em Operações de Arrendamento Mercantil de Leasing Financeiro, registrados a valor presente. No passivo, destaca-se em captações o valor de R$234 milhões em Depósitos e R$436 milhões em Recursos de Debêntures.
Auditoria Independente
A política de atuação da Santander Leasing na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.
A Santander Leasing informa que no semestre findo em 30 de junho de 2024, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria das demonstrações financeiras.
Ademais, a Santander Leasing confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

São Paulo, 28 de agosto de 2024.
A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Ativo	Notas Explicativas	30/06/2024	31/12/2023
Ativo Circulante e Não Circulante		**13.798.463**	**13.755.544**
Disponibilidades	**4 & 16.d**	**9.791**	**13.657**
Instrumentos Financeiros		**1.944.974**	**2.137.991**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5 & 16.d	196.765	200.378
Títulos e Valores Mobiliários	6.a	1.748.209	1.937.613
Operações de Arrendamento Mercantil	**7**	**3.179.585**	**3.154.886**
(Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)	**7.f**	**(27.659)**	**(12.059)**
Outros Ativos	**8**	**1.313.789**	**1.272.115**
Ativos Fiscais	**9.a**	**1.135.033**	**1.020.816**
Correntes		450.955	426.949
Diferidos		684.078	593.867
Investimentos		**6.242.950**	**6.168.138**
Participações em Coligadas e Controladas	10	6.242.950	6.168.138
Imobilizado de Uso	**11**	**-**	**-**
Imóveis de Uso		-	1.387
Outras Imobilizações de Uso		12	17
(Depreciações Acumuladas)		(12)	(1.404)
Total do Ativo		**13.798.463**	**13.755.544**

Passivo	Notas Explicativas	30/06/2024	31/12/2023
Passivo Circulante e Não Circulante		**2.124.959**	**2.310.128**
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	**12 & 16.d**	**684.980**	**952.327**
Depósitos		233.576	522.380
Recursos de Debêntures		436.141	414.481
Outros Passivos Financeiros		15.263	15.466
Outros Passivos	**13**	**115.589**	**156.888**
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais		82.787	83.161
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis		24.022	26.240
Outras Provisões		2.448	1.948
Diversos		6.332	45.539
Passivos Fiscais	**9.b**	**1.324.390**	**1.200.913**
Correntes		805.554	725.292
Diferidos		518.836	475.621
Patrimônio Líquido	**15**	**11.673.504**	**11.445.416**
Capital Social:			
De Domiciliados no País		10.085.219	10.085.219
Reservas de Lucros		2.028.879	1.658.161
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(440.594)	(297.964)
Total do Patrimônio Líquido		**11.673.504**	**11.445.416**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**13.798.463**	**13.755.544**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Receitas da Intermediação Financeira		**337.377**	**360.313**
Operações de Arrendamento Mercantil		209.244	214.570
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.b	128.133	145.743
Despesas da Intermediação Financeira		**(62.154)**	**(33.220)**
Operações de Captação no Mercado	16.d	(43.400)	(33.539)
Operações de Empréstimos e Repasses	16.d	(2.427)	(757)
Provisão (Reversão) para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7.f	(16.327)	1.076
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**275.223**	**327.093**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		**238.566**	**182.886**
Receitas de Prestação de Serviços		367	470
Outras Despesas Administrativas	17	(4.787)	(4.527)
Despesas Tributárias	9.d	(26.922)	(21.230)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	10	253.733	219.097
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	18	16.175	(10.924)
Resultado Operacional		**513.789**	**509.979**
Resultado não Operacional	**19**	**21.720**	**6.485**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		**535.509**	**516.464**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**9.c**	**(164.791)**	**(161.970)**
Provisão para Imposto de Renda		(42.999)	-
Provisão para Contribuição Social		(62.796)	(4)
Ativo Fiscal Diferido		(58.996)	(161.966)
Lucro Líquido		**370.718**	**354.494**
Número de Ações (Mil)	15.a	164.245	164.245
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R$)		2.257,10	2.158,32

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Reservas Estatutárias	Ajustes de Avaliação Patrimonial: Próprios	Ajustes de Avaliação Patrimonial: Coligadas e Controladas	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**10.085.219**	**449.875**	**1.521.751**	**(355.326)**	**(37.170)**	**-**	**11.664.349**
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	92.817	1.355	-	94.172
Dividendos Intercalares		-	-	(1.000.000)	-	-	-	(1.000.000)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	354.494	354.494
Destinações:								
Reserva Legal	15.c	-	17.725	-	-	-	(17.725)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	-	168.385	-	-	(168.385)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	-	168.384	-	-	(168.384)	-
Saldos em 30 de junho de 2023		**10.085.219**	**467.600**	**858.520**	**(262.509)**	**(35.815)**	**-**	**11.113.015**
Mutações no Semestre		**-**	**17.725**	**(663.231)**	**92.817**	**1.355**	**-**	**(551.334)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**10.085.219**	**486.277**	**1.171.884**	**(263.569)**	**(34.395)**	**-**	**11.445.416**
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	(141.710)	(920)	-	(142.630)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	370.718	370.718
Destinações:								
Reserva Legal	15.c	-	18.536	-	-	-	(18.536)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	-	176.091	-	-	(176.091)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	-	176.091	-	-	(176.091)	-
Saldos em 30 de junho de 2024		**10.085.219**	**504.813**	**1.524.066**	**(405.279)**	**(35.315)**	**-**	**11.673.504**
Mutações no Semestre		**-**	**18.536**	**352.182**	**(141.710)**	**(920)**	**-**	**228.088**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Lucro Líquido	**370.718**	**354.494**
Outros Resultados Abrangentes	**(142.630)**	**(94.172)**
Ativo Financeiros Disponíveis para Venda	(248.621)	163.593
Próprios	(247.701)	162.238
De Ligadas	(920)	1.355
Imposto de Renda e Contribuição Social	105.991	(69.421)
Resultado Abrangente	**228.088**	**448.666**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido		**370.718**	**354.494**
Ajustes ao Lucro Líquido		**(214.486)**	**(736.244)**
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7.f	16.327	(1.076)
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	14.c	7.651	(648.271)
Atualizações Monetárias das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	14.c	4.253	4.392
Tributos Diferidos		58.996	161.966
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	10	(253.733)	(219.097)
Atualização de Depósitos Judiciais	18	(34.701)	(25.223)
Atualização de Impostos a Compensar	18	(13.279)	(8.935)
Variações em Ativos e Passivos		**(185.612)**	**1.287.567**
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		72.601	318.633
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários		(58.298)	(69.517)
Redução (Aumento) em Operações de Arrendamento Mercantil		(25.426)	(101.303)
Redução (Aumento) em Despesas Antecipadas		419	278
Redução (Aumento) em Outros Ativos		(143.392)	(111.744)
Redução (Aumento) em Ativos Fiscais Correntes		(10.727)	(21.046)
Aumento (Redução) em Depósitos		(288.804)	489.781
Aumento (Redução) em Recursos de Debêntures		21.660	23.759
Aumento (Redução) em Outros Passivos Financeiros		(203)	(6.265)
Aumento (Redução) em Outros Passivos		166.296	121.541
Aumento (Redução) em Passivos Fiscais Correntes		124.844	699.141
Imposto Pago		(44.582)	(55.691)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		**29.380**	**905.817**
Atividades de Investimento			
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		136.000	192.100
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		**136.000**	**192.100**
Atividades de Financiamento			
Dividendos Pagos	15.b	(41.498)	(1.032.517)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		**(41.498)**	**(1.032.517)**
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		**65.122**	**65.400**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	**4**	**89.707**	**127.062**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	**4**	**154.829**	**192.462**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
A Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Rua Amador Bueno, 474, Bloco C, 1° andar, Santo Amaro, CEP 04752-901, São Paulo - SP, atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander. As operações da Santander Leasing são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre elas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
a) Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras da Santander Leasing foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.
A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, realização do crédito tributário, passivos contingentes e o valor justo dos ativos financeiros.
A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o semestre findo em 30 de junho de 2024, na reunião realizada em 28 de agosto de 2024.
b) Novas normas emitidas com vigência futura
A Resolução CMN n° 4.966/2021, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1° de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito.
A adoção da Resolução CMN n° 4.966/2021, da Lei nº 14.467/2022 e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação da Santander Leasing. O Plano de Implementação dos referidos normativos da Santander Leasing está segregado em três pilares: (i) Organização e Governança: Fóruns e Comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação; (ii) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e (iii) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.
A Resolução CMN n° 4.975/2021, estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1° de janeiro de 2025. A Santander Leasing está avaliando os impactos e alterações necessárias para atendimento desta norma.
A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.
O cronograma do Plano de Implementação está sendo faseado ao longo do período de 2023 até o final do exercício de 2024, sendo que ainda depende de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para implementação total. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.
b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Leasing.

3. Principais Políticas Contábeis
a) Apuração do Resultado
O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, pro rata dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.
b) Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado (valor justo) ou de realização.
Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.
c) Caixa e Equivalentes de Caixa
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.
d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia.
e) Títulos e Valores Mobiliários
Conforme Circular Bacen n° 3.068/2001, a carteira de títulos e valores mobiliários é classificada nas seguintes categorias:
I - Títulos para negociação, onde são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida ao resultado do período;
II - Títulos disponíveis para venda, onde são registrados os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, mas não foram adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os ajustes ao valor de mercado, quando realizados, são transferidos para o resultado do período; e
III - títulos mantidos até o vencimento, onde são registrados os títulos e valores mobiliários para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.
As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.
f) Carteira de Arrendamento Mercantil e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito
A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil e de investimento. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.
Normalmente, a Santander Leasing efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.
As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.
As cessões de crédito com retenção substancial de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.
As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.
g) Ativos não Financeiros Mantidos para Venda e Outro Valores e Bens
Ativos não financeiros mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (operações descontinuadas), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.
Outros valores e bens referem-se principalmente a ativos não financeiros, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso.
Ativos não financeiros mantidos para venda e outros valores e bens são registrados e avaliados pelo menor valor entre o valor contábil líquido e o valor justo líquido de despesa de vendas, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.
h) Despesas Antecipadas
São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de arrendamento mercantil.
i) Investimentos
Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.
j) Imobilizado de uso
É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais.
A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.
k) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias
A Santander Leasing é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.
As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.
As provisões são constituídas quando o risco de perda for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos em que o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 14.g) e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação.
Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
No caso de trânsitos em julgado favoráveis à Santander Leasing, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.
l) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)
O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias.
m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.
Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e ou a liquidação do passivo.
De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 9.a.2, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.
n) Juros sobre Capital Próprio
Os Juros sobre Capital Próprio são reconhecidos no passivo a partir do momento que sejam declarados ou propostos, conforme Resolução CMN nº 4.872/20.
o) Redução ao Valor Recuperável de Ativos
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.
p) Estimativas Contábeis
Na aplicação das políticas contábeis da companhia, a Administração deve exercer julgamentos e realizar estimativas sobre os valores contábeis de ativo e passivo, receitas e despesas dos períodos futuros. As estimativas e premissas relacionadas baseiam-se na experiência histórica nos fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas, sendo quantificadas as estimativas e divulgadas em notas explicativas.
q) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes
A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.
A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 20.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2023	31/12/2022
Disponibilidades	**9.791**	**13.657**	**9.962**	**8.382**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**145.038**	**76.050**	**182.500**	**118.680**
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	145.038	76.050	182.500	118.680
Total	**154.829**	**89.707**	**192.462**	**127.062**

As informações relativas a 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são demonstradas para informar a composição dos saldos finais e iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	30/06/2024: Até 3 Meses	30/06/2024: De 3 a 12 Meses	30/06/2024: Total	31/12/2023: Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 16.d)	145.038	51.727	196.765	200.378
Total	**145.038**	**51.727**	**196.765**	**200.378**
Circulante			**196.765**	**200.378**

6. Títulos e Valores Mobiliários
a) Resumo da Carteira por Categoria e Vencimento

	30/06/2024: Custo Amortizado	30/06/2024: Ajuste a Mercado Refletido no Patrimônio Líquido	30/06/2024: Valor Contábil	31/12/2023: Valor Contábil	Abertura por Vencimento 30/06/2024: Sem Vencimento	Abertura por Vencimento 30/06/2024: Total
Títulos Disponíveis para Venda						
Títulos Públicos - Notas do Tesouro Nacional - NTN B	2.456.614	(708.405)	1.748.209	1.937.613	1.748.209	1.748.209
Total	**2.456.614**	**(708.405)**	**1.748.209**	**1.937.613**	**1.748.209**	**1.748.209**
Não Circulante			**1.748.209**	**1.937.613**		

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião da apuração dos balanços.
b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Rendas com Títulos de Renda Fixa	110.853	119.805
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 16.d)	17.280	25.938
Total	**128.133**	**145.743**

7. Carteira de Arrendamento Mercantil e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito
a) Composição da Carteira

	30/06/2024	31/12/2023
Operações de Arrendamento Mercantil [1]	3.179.585	3.154.886
Total	**3.179.585**	**3.154.886**

[1] Os contratos de arrendamento têm cláusulas de não cancelamento e de opção de compra e são pactuados a taxas pré ou pós-fixadas.

b) Carteira de Arrendamento Mercantil

	30/06/2024	31/12/2023
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	3.575.950	3.550.430
Arrendamentos a Receber	2.511.755	2.442.389
Valores Residuais a Realizar [1]	1.064.195	1.108.041
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(2.508.845)	(2.441.485)
Valores Residuais a Balancear	(1.064.195)	(1.108.041)
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	901	901
Imobilizado de Arrendamento	5.465.970	5.400.790
Credores por Antecipação de Valor Residual	(2.290.196)	(2.247.709)
Total da Carteira de Arrendamento	**3.179.585**	**3.154.886**

[1] Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquido de antecipações.
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que individualmente sejam considerados relevantes.

c) Carteira por Vencimento

	30/06/2024	31/12/2023
Vencidas	5.100	1.677
A Vencer:		
Até 3 Meses	370.533	367.989
De 3 a 12 Meses	930.213	906.369
Acima de 12 Meses	1.873.739	1.878.851
Total	**3.179.585**	**3.154.886**
Circulante	**1.300.746**	**1.274.358**
Não Circulante	**1.878.839**	**1.880.528**

d) Carteira por Setor de Atividades

	30/06/2024	31/12/2023
Setor Privado		
Indústria	514.882	490.271
Comércio	860.279	826.611
Instituições Financeiras	698	829
Serviços e Outros	1.696.438	1.731.759
Pessoas Físicas - Financiamento e Leasing de Veículos	80.288	74.934
Agricultura	25.179	30.215
Setor Público		
Governo Municipal	1.821	267
Total	**3.179.585**	**3.154.886**

e) Carteira de Arrendamento Mercantil e da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Créditos Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

30/06/2024

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal [1]	Carteira Total	Provisão Requerida
AA	-	1.865.742	-	1.865.742	-
A	0,5%	939.800	-	939.800	4.699
B	1%	293.294	660	293.954	2.940
C	3%	16.175	648	16.823	505
D	10%	5.602	7.738	13.340	1.334
E	30%	542	41.523	42.065	12.619
F	50%	-	4.250	4.250	2.124
G	70%	49	529	578	405
H	100%	1.573	1.460	3.033	3.033
Total		**3.122.777**	**56.808**	**3.179.585**	**27.659**
Circulante					**9.659**
Não Circulante					**18.000**

31/12/2023

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal [1]	Carteira Total	Provisão Requerida
AA	-	1.924.463	-	1.924.463	-
A	0,5%	918.802	-	918.802	4.594
B	1%	256.548	9.877	266.425	2.664
C	3%	16.344	10.278	26.622	799
D	10%	14.566	303	14.869	1.487
E	30%	1.086	127	1.213	364
F	50%	-	137	137	68
G	70%	95	813	908	636
H	100%	637	810	1.447	1.447
Total		**3.132.541**	**22.345**	**3.154.886**	**12.059**
Circulante					**4.886**
Não Circulante					**7.173**

[1] Inclui parcelas vincendas e vencidas há mais de 14 dias.

f) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Saldo Inicial	**12.059**	**17.688**
Constituições (Reversões)	16.327	(1.076)
Baixas	(727)	(3.610)
Saldo Final	**27.659**	**13.002**
Créditos Recuperados [1]	**919**	**1.184**

[1] Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica operações de arrendamento mercantil.

Continua...

Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

CNPJ nº 47.193.149/0001-06

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

g) Créditos Renegociados

	30/06/2024	31/12/2023
Créditos Renegociados	13.148	595
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(1.307)	(161)
Percentual de cobertura sobre a carteira de renegociação	9,9%	27,1%

8. Outros Ativos

	30/06/2024	31/12/2023
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	991.324	963.963
Para Interposição de Recursos Cíveis	24.786	31.518
Outros	2.118	734
Despesas Antecipadas	2.400	2.819
Rendas a Receber (Nota 16.d)	151.300	136.000
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 16.d)	79.374	79.374
Outros	62.487	57.707
Total	**1.313.789**	**1.272.115**
Circulante	**216.187**	**649.906**
Não Circulante	**1.097.602**	**622.209**

9. Ativos e Passivos Fiscais

a) Ativos Fiscais Correntes e Diferidos

	30/06/2024	31/12/2023
Ativos Fiscais Diferidos	684.078	593.867
Impostos a Recuperar	450.955	426.949
Total	**1.135.033**	**1.020.816**
Não Circulante	**1.135.033**	**1.020.816**

a.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	Origens 30/06/2024	Origens 31/12/2023	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2024
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	268.860	255.130	102.052	6.818	(1.326)	107.544
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	80	77	30	1	-	31
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	29.174	36.388	14.557	1.168	(4.054)	11.671
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	37.719	38.771	15.388	8.056	(8.476)	14.968
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	708.405	460.704	197.136	110.460	(4.469)	303.127
Outras Provisões Temporárias	39.062	37.896	12.357	915	(449)	12.823
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	**1.083.300**	**828.966**	**341.520**	**127.418**	**(18.774)**	**450.164**
Prejuízos Fiscais	885.268	959.002	252.347	-	(18.433)	233.914
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos	**1.968.568**	**1.787.968**	**593.867**	**127.418**	**(37.207)**	**684.078**

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Santander Leasing não possui ativos fiscais diferidos não ativados.

a.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

	30/06/2024				
	Diferenças Temporárias			Prejuízos	
Ano	**IRPJ**	**CSLL**	**PIS**	**Fiscais**	**Total**
2024	32.756	19.933	3.294	19.013	74.966
2025	54.593	33.195	6.588	43.748	138.124
2026	55.055	33.593	6.588	47.446	142.682
2027	55.733	33.720	6.588	48.506	144.547
2028	40.905	24.543	6.588	53.747	125.783
2029 a 2033	20.749	12.449	3.295	-	36.493
Até 2034	-	-	-	21.453	21.453
Total	**259.791**	**157.433**	**32.941**	**233.913**	**684.078**

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

Com base na Resolução CMN nº 4.818/2020 e na Resolução BCB nº 2/2020, os ativos fiscais diferidos devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

a.3) Valor Presente dos ativos Fiscais Diferidos

O valor presente total dos ativos fiscais diferidos é de R$562.387 (31/12/2023 - R$504.631) calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

b) Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

	30/06/2024	31/12/2023
Passivos Fiscais Diferidos	518.836	475.621
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	62.920	1.706
Impostos e Contribuições a Pagar [1]	742.634	723.586
Total	**1.324.390**	**1.200.913**
Circulante	**805.554**	**725.292**
Não Circulante	**518.836**	**475.621**

[1] Inclui a parcela correspondente às ações judiciais de Pis e Cofins, referente ao questionamento da lei nº9.718/98, registrada em virtude da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema 372.

b.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

	Origens 30/06/2024	Origens 31/12/2023	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Saldo em 30/06/2024
Superveniência de Arrendamento Mercantil	1.924.983	1.752.121	438.030	43.215	481.245
Outros	93.976	93.977	37.591	-	37.591
Total	**2.018.959**	**1.846.098**	**475.621**	**43.215**	**518.836**

b.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Fiscais Diferidos

	30/06/2024		
	Diferenças Temporárias		
Ano	**IRPJ**	**CSLL**	**Total**
2024	38.290	2.349	40.639
2025	76.581	4.699	81.280
2026	76.581	4.699	81.280
2027	72.665	2.349	75.014
2028	68.749	-	68.749
2029 a 2033	171.874	-	171.874
Total	**504.740**	**14.096**	**518.836**

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	**535.509**	**516.464**
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	**(214.204)**	**(206.586)**
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	101.493	87.639
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(123.292)	-
Juros sobre Capital Próprio	71.200	(56.000)
IRPJ e CSLL sobre Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	-	13.249
Demais Ajustes	12	(272)
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(164.791)**	**(161.970)**

d) Despesas Tributárias

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Despesas com Cofins	13.866	13.870
Despesas com ISS	10.803	5.106
Despesas com PIS/Pasep	2.253	2.254
Total	**26.922**	**21.230**

10. Participações em Coligadas e Controladas

		30/06/2024		
		Quantidade de Ações Possuídas (Mil)		
Investimento	**Atividade**	**Ações Ordinárias**	**Ações Preferenciais**	**Participação Direta**
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM)	Corretora	33	33	0,000002%
Banco Bandepe S.A. (Bandepe)	Banco	3.589	-	100,0000%
Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander DTVM)	Distribuidora	461	-	100,0000%

	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido (Prejuízo)		Valor dos Investimentos	
Investimento	**30/06/2024**	**01/01 a 30/06/2024**	01/01 a 30/06/2023	**30/06/2024**	31/12/2023
Santander CCVM	989.770	18.675	28.769	2	2
Bandepe	5.777.746	244.530	222.892	5.777.746	5.712.137
Santander DTVM	465.202	7.359	(3.768)	465.202	455.999
Total dos Investimentos				**6.242.950**	**6.168.138**

	Resultado da Equivalência patrimonial	
Investimento	**01/01 a 30/06/2024**	01/01 a 30/06/2023
Bandepe	244.530	222.892
Santander DTVM	9.203	(3.795)
Total dos Investimentos	**253.733**	**219.097**

11. Imobilizado de Uso

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, está composto, principalmente, por edificações e totalmente depreciado.

12. Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros

a) Depósitos

	Sem Vencimento	De 3 a 12 Meses	30/06/2024	31/12/2023
Depósitos à Vista	67	-	67	69
Depósitos Interfinanceiros (Nota 16.d)	-	233.509	233.509	522.311
Total	**67**	**233.509**	**233.576**	**522.380**
Circulante			**233.576**	**69**
Não Circulante			**-**	**522.311**

b) Recursos de Debêntures

Debêntures	Emissão	Vencimento	Quantidade	Valor de Emissão - R$ Mil	Taxa de Juros (a.a.)	30/06/2024	31/12/2023
Debêntures	jan/15	jan/35	100.000.000	10.000.000	100,0% CDI	22.737.959	21.608.729
Debêntures	ago/06	ago/36	410.000	4.100.000	100,0% CDI	21.792.693	20.710.408
Debêntures	jun/07	jun/37	410.000	4.100.000	100,0% CDI	19.659.387	18.683.047
Debêntures [1]	jul/12	jul/32	500.000.000	5.000.000	100,0% CDI	11.361.621	10.797.371
Debêntures	jun/05	jun/35	150.000	1.500.000	100,0% CDI	9.645.879	9.166.838
Debêntures	mar/06	mar/36	150.000	1.500.000	100,0% CDI	8.473.031	8.052.237
Total						**93.670.570**	**89.018.630**
(-) Debêntures em Tesouraria							
Debêntures	jan/15	jan/35	99.982.824	9.998.282	100,0% CDI	(22.734.053)	(21.605.017)
Debêntures	ago/06	ago/36	409.260	4.092.600	100,0% CDI	(21.753.360)	(20.673.028)
Debêntures	jun/07	jun/37	406.379	4.063.790	100,0% CDI	(19.485.761)	(18.518.044)
Debêntures	jul/12	jul/32	399.504.270	3.995.043	100,0% CDI	(11.319.242)	(10.757.097)
Debêntures	jun/05	jun/35	147.409	1.474.090	100,0% CDI	(9.479.263)	(9.008.496)
Debêntures	mar/06	mar/36	149.818	1.498.180	100,0% CDI	(8.462.750)	(8.042.467)
Total em Circulação						**436.141**	**414.481**
Não Circulante						**436.141**	**414.481**

[1] A Santander Leasing realizou o cancelamento de 99.000.000 debêntures no valor de emissão de R$9.010.000.

c) Outros Passivos Financeiros

	30/06/2024	31/12/2023
Relações Interfinanceiras - Obrigações por Repasses (Nota 16.d)	15.263	15.466
Total	**15.263**	**15.466**
Circulante	**15.263**	**15.466**

13. Outros Passivos

	30/06/2024	31/12/2023
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 14.b)	82.787	83.161
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 14.b)	24.022	26.240
Sociais e Estatutárias (Nota 16.d)	-	41.498
Provisão para Pagamentos a Efetuar	2.309	1.815
Outros	6.471	4.174
Total	**115.589**	**156.888**
Circulante	**62.400**	**103.871**
Não Circulante	**53.189**	**53.017**

14. Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.k)

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	30/06/2024	31/12/2023
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 14.c)	82.787	83.161
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 14.c)	80	77
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis (Nota 14.c)	23.942	26.163
Total	**106.809**	**109.401**

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 30/06/2024			01/01 a 30/06/2023		
	Fiscais	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Fiscais**	**Trabalhistas**	**Cíveis**
Saldo Inicial	**83.161**	**77**	**26.163**	**746.540**	**69**	**13.185**
Constituição Líquida de Reversão [1]	504	-	7.147	(656.006)	-	7.735
Atualização Monetária [2]	2.098	3	2.152	2.605	4	1.783
Baixas por Pagamento	(2.976)	-	(11.520)	(12.623)	-	(5.982)
Saldo Final	**82.787**	**80**	**23.942**	**80.516**	**73**	**16.721**
Depósitos em Garantia - Outros Créditos [3]	667.324	-	3.347	629.193	-	3.945

[1] Em 2023, inclui a reversão da provisão para processos de Pis e Cofins referente ao questionamento da Lei nº 9.718/98.

[2] Contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais.

[3] Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais. As atualizações monetárias são contabilizadas em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais.

d) Provisões Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

A Santander Leasing é parte em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da Santander Leasing com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Santander Leasing tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas informações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, encontram-se descritos a seguir:

PIS e Cofins - A Santander Leasing ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas, que, antes da referida norma, eram tributadas pelo PIS e Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

Em 2023, o STF decidiu o Tema 372 por meio de Repercussão Geral, e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/Cofins sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras, de forma a terem sido constituídas as respectivas obrigações de PIS e Cofins. Em 30 de junho de 2024, o montante envolvido é de R$ 731.881 (31/12/2023 - R$ 712.975). Vide nota 9.b.

f) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre protesto indevido, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e outros assuntos.

As ações revisionais referem-se a operações de arrendamento mercantil, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

g) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciários e Cíveis Classificadas como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

As Ações com classificação de perda possível, de natureza tributária totalizaram em R$ 795.465 (31/12/2023 - R$ 801.870), e as cíveis em R$ 246 (31/12/2023 - R$ 283).

A Santander Leasing discute administrativamente e judicialmente junto a autoridades fiscais diversos tributos federais. Em 30 de junho de 2024, o valor era de aproximadamente R$ 270 milhões.

15. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, é composto por 164.245 mil ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 6% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. Tendo em vista que os dividendos a título de Juros sobre capital próprio excederam o valor mínimo obrigatório dos dividendos estatutários, não está sendo considerada a apropriação de qualquer dividendo adicional sobre o lucro líquido do exercício.

	Em Milhares de Reais	Reais por Ação Ordinária
2024		
Dividendos [1]	41.498	0,2526591
2023		
Dividendos [2]	32.517	0,1979808
Dividendos [3]	1.000.000	6,0884654

[1] Em 28 de maio de 2024, foram pagos dividendos mínimos obrigatórios, provisionados em 31 de dezembro de 2023 e aprovados na Assembleia Geral e Ordinária (AGO) de 30 de abril de 2024.

[2] Em 09 de maio de 2023, foram pagos dividendos mínimos obrigatórios, provisionados em 31 de dezembro de 2022 e aprovados na Assembleia Geral e Ordinária (AGO) de 28 de abril de 2023.

[3] Em 09 de maio de 2023 foram pagos dividendos intercalares com base na reserva de equalização de dividendos e reserva para reforço de capital, cujo valor será imputado integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2023.

c) Reservas de Lucros

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas Estatutárias

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, será destinado 50% para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Santander Leasing e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas as reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

16. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na AGO da Santander Leasing realizada em 30 de abril de 2024, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2024, no valor máximo de R$ 10. A Santander Leasing é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. A Santander Leasing não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Em 30 de junho de 2024 e de 2023, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria, Conselho de Administração e Planos de Aposentadoria Complementar.

b) Operações de Crédito

A Santander Leasing pode efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tangem os artigos 6º e 7º da Resolução 4.693/18 CMN, o artigo 34 da Lei 6.404/76 "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Banco Santander, seu controlador, publicada na página de Relações com Investidores.

São consideradas partes relacionadas da Santander Leasing:

- seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, a Santander Leasing possua participação societária qualificada;
- pessoas jurídicas nas quais a Santander Leasing possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do conselho de administração em comum com a Santander Leasing.

c) Participação Acionária

A Santander Leasing é controlada pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 164.245 mil ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas de domiciliados no país, equivalentes a 100% do capital social.

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2024	31/12/2023	**01/01 a 30/06/2024**	01/01 a 30/06/2023
Disponibilidades (Nota 4)	**9.791**	**13.657**	**-**	**-**
Banco Santander [1]	9.791	13.657	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5)	**196.765**	**200.378**	**17.280**	**25.938**
Banco Santander [1]	196.765	200.378	17.280	25.938
Dividendos e Bonificações a Receber (Nota 8)	**151.300**	**136.000**	**-**	**-**
Banco Bandepe [2]	151.300	136.000	-	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 8)	**79.374**	**79.374**	**-**	**-**
Banco Santander [1]	79.374	79.374	-	-
Depósitos Interfinanceiros (Nota 12.a)	**(233.509)**	**(522.311)**	**(21.740)**	**(9.780)**
Banco Santander [1]	(233.509)	(522.311)	(21.740)	(9.780)
Recursos de Debêntures (Nota 12.b)	**(436.141)**	**(414.481)**	**(21.660)**	**(23.759)**
Banco Santander [1]	(436.141)	(414.481)	(21.660)	(23.759)
Relações Interfinanceiras (Nota 12.c)	**(15.263)**	**(15.466)**	**(2.427)**	**(757)**
Banco Santander [1]	(15.263)	(15.466)	(2.427)	(757)
Dividendos e Bonificações a Pagar (Nota 13)	**-**	**(41.498)**	**-**	**-**
Banco Santander [1]	-	(41.498)	-	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas (Nota 17)	**-**	**-**	**(137)**	**(137)**
Banco Santander [1]	-	-	(137)	(137)

[1] Controlador da Santander Leasing (Nota 16.c).

[2] Controlada da Santander Leasing.

17. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Serviços do Sistema Financeiro	1.563	1.473
Serviços Técnicos Especializados e Terceiros	2.186	1.232
Convênio Operacional Banco Santander (Nota 16.d)	137	137
Seguros	628	726
Multas Municipais	-	488
Doações	48	112
Custas Judiciais	103	243
Outras	122	116
Total	**4.787**	**4.527**

18. Outras Receitas (Despesas) Operacionais

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Atualização de Depósitos Judiciais	34.701	25.223
Atualização de Impostos a Compensar	13.279	8.935
Despesas de Atualização Monetária	(4.253)	(4.392)
Comissões de Fiança	(42)	(40)
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	(8.340)	(13.038)
Recuperação de Encargos e Despesas	214	790
Reversão de Provisões Operacionais	152	111
Receita de Financiamentos Indexados à Variação Cambial	-	1.973
Atualização/Estorno de Recuperação de Depósito Judicial	(323)	(1.572)
PIS e COFINS (Lei nº 9.718/98) [1][2]	(18.906)	(28.909)
Gravame e Recadastramento no Detran	(56)	(703)
Gastos com Contratos em Atraso	(305)	(221)
Outras	54	919
Total	**16.175**	**(10.924)**

[1] Reversão de Provisão Pis e Cofins (Lei nº9.718/98), vide nota explicativa 14.e.

[2] Em 30 de junho de 2024 e de 2023, foi reclassificado de despesas tributárias as despesas e atualizações das provisões para o PIS e Cofins da lei 9.718/98.

19. Resultado Não Operacional

Representado, principalmente, por resultados na alienação em leilões de bens retomados e quitação antecipada pelo arrendatário em prazo inferior a 24 meses do início do contrato de arrendamento.

20. Outras Informações

Comitê de auditoria

Em consonância à Resolução do CMN nº 4.910/2021, a Santander Leasing aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander. As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

Resultados recorrentes/não recorrentes

Em 30 de junho de 2024 e de 2023, não houve resultados não recorrentes.

ADMINISTRAÇÃO

Diretoria

Diretor Presidente
Paulo Sérgio Duailibi

Diretor
Franco Raul Rizza

Diretor
Reginaldo Antonio Ribeiro

Contador
Camilla Cruz Oliveira de Souza - CRC Nº 1SP – 256989/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. •
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Instituição.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de Agosto de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Rodrigo Pecht
Contador CRC 1SP213429/O-7

Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.

CNPJ nº 55.942.312/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas:
Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Consórcio) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e demais diretrizes previstas Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Mercado de Atuação
A Santander Consórcio, instituição financeira integrante do Conglomerado Santander, atua na constituição, organização e administração de grupos de consórcios de bens móveis e imóveis. Atualmente possui 350 grupos de consórcios ativos, com 342.160 cotas ativas e 29.361 bens entregues no 1º semestre de 2024.

Patrimônio Líquido e Resultado
Em 30 de junho de 2024, o patrimônio líquido atingiu o montante de R$ 1.297 milhões (31/12/2023 - R$ 1.028 milhões). O lucro líquido apresentado no semestre foi de R$ 269 milhões (31/12/2023 - R$ 306 milhões).

Ativos e Passivos
Em 30 de junho de 2024, os ativos totais atingiram R$ 1.892 milhões (31/12/2023 - R$ 1.573 milhões). Desse montante destacamos R$ 1.687 milhões de Títulos e Valores Mobiliários (31/12/2023 - R$1.403 milhões).
Em 30 de junho de 2024, o passivo total atingiu R$ 595 milhões (31/12/2023 - R$ 545 milhões) e Outros Passivos atingiram R$ 512 milhões (31/12/2023 - R$409 milhões) representadas, principalmente, por Taxa de Administração a Serem Diferidas.

Auditoria Independente
A política de atuação da Santander Brasil Administradora de Consórcio na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.
A Santander Brasil Administradora de Consórcio informa que no semestre findo de 30 de junho de 2024, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente.
Ademais, a Santander Brasil Administradora de Consórcio confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.
Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Outros Assuntos
A Santander Consórcio, em atendimento ao disposto na Circular Bacen 3.068/2001, afirma que possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

São Paulo, 28 de agosto de 2024.
Os Administradores

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Ativo	Nota Explicativa	30/06/2024	31/12/2023
Ativo Circulante e Não Circulante		**1.892.382**	**1.572.863**
Disponibilidades	**4**	**807**	**2.249**
Instrumentos Financeiros		**1.687.461**	**1.403.311**
Títulos e Valores Mobiliários	6	1.687.461	1.403.311
Outros Ativos	**8**	**184.639**	**147.801**
Ativos Fiscais		**19.475**	**19.502**
Correntes		15.438	16.284
Diferidos	7.a1 e a2	4.037	3.218
Total do Ativo		**1.892.382**	**1.572.863**

Passivo	Nota Explicativa	30/06/2024	31/12/2023
Passivo Circulante e Não Circulante		**595.119**	**544.962**
Outros Passivos		**512.184**	**408.927**
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	9 e 10	1.695	131
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos	9 e 10	1.959	1.350
Demais Provisões	9	491	320
Recursos não Procurados - Grupos Encerrados	9	189.170	153.554
Diversos	9	318.869	253.572
Passivos Fiscais Correntes	**7.b**	**82.935**	**136.035**
Patrimônio Líquido	**11**	**1.297.263**	**1.027.901**
Capital Social	11.a	872.186	872.186
Reservas de Capital		1.869	1.869
Reservas de Lucros		423.208	153.846
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**1.892.382**	**1.572.863**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reservas de Lucros – Reservas Estatutárias	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**575.670**	**1.869**	**80.450**	**791.736**	**-**	**1.449.725**
Aumento de Capital	**11. a**	296.516	-	-	(296.516)	-	-
Lucro Líquido		-	-	-	-	305.971	305.971
Destinações:							
Reservas Legal	**11. c**	-	-	15.299	-	(15.299)	-
Reservas para Equalização de Dividendos	**11. c**	-	-	-	145.336	(145.336)	-
Reservas para Reforço de Capital de Giro	**11. c**	-	-	-	145.336	(145.336)	-
Saldos em 30 de junho de 2023		**872.186**	**1.869**	**95.749**	**785.892**	**-**	**1.755.696**
Mutações no Semestre		**296.516**	**-**	**15.299**	**(5.844)**	**-**	**305.971**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**872.186**	**1.869**	**109.360**	**44.486**	**-**	**1.027.901**
Lucro Líquido		-	-	-	-	269.362	269.362
Destinações:							
Reservas Legal	**11. c**	-	-	13.468	-	(13.468)	-
Reservas para Equalização de Dividendos	**11. c**	-	-	-	127.947	(127.947)	-
Reservas para Reforço de Capital de Giro	**11. c**	-	-	-	127.947	(127.947)	-
Saldos em 30 de junho de 2024		**872.186**	**1.869**	**122.828**	**300.380**	**-**	**1.297.263**
Mutações no Semestre		**-**	**-**	**13.468**	**255.894**	**-**	**269.362**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Receitas da Intermediação Financeira		**73.019**	**111.706**
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		73.019	111.706
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**73.019**	**111.706**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		**332.373**	**350.526**
Receitas de Prestação de Serviços	13	462.068	426.830
Outras Despesas Administrativas	14	(17.436)	(16.058)
Despesas Tributárias	7.d	(66.648)	(64.129)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	15	(45.611)	3.883
Resultado Operacional		**405.392**	**462.232**
Resultado Não Operacional		**-**	**20**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		**405.392**	**462.252**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**7.c**	**(136.030)**	**(156.281)**
Provisão para Imposto de Renda		(100.224)	(115.013)
Provisão para Contribuição Social		(36.625)	(41.697)
Ativo (Passivo) Fiscal Diferido		819	429
Lucro Líquido		**269.362**	**305.971**
Nº de Quotas (Mil)	**11.a**	872.186	872.186
Lucro líquido por ação - R$		308,84	350,81

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Lucro Líquido do Semestre	**269.362**	**305.971**
Resultado Abrangente do Semestre	**269.362**	**305.971**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota explicativa	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido		**269.362**	**305.971**
Ajustes ao Lucro Líquido		**3.321**	**956**
Tributos Diferidos	**7.a.1**	(819)	(429)
Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais	**10.c**	4.227	1.444
Atualização Monetária das Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais	**10.c**	58	22
Atualização de Impostos a Compensar		(138)	(21)
Atualização de Depósitos Judiciais		(7)	(60)
Variações em Ativos e Passivos		**(274.125)**	**(291.303)**
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários		(284.970)	(311.013)
Redução (Aumento) em Outros Ativos		(36.831)	(52.269)
Aumento (Redução) em Ativos Fiscais Corrente		1.805	11.170
Aumento (Redução) em Outros Passivos		99.029	86.688
Aumento (Redução) em Passivos Fiscais Corrente		124.216	147.173
Imposto pago		(177.374)	(173.052)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		**(1.442)**	**15.624**
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(1.442)**	**15.624**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do semestre	**4**	**2.249**	**1.218**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do semestre	**4**	**807**	**16.842**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RECURSOS DE CONSÓRCIOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	30/06/2024	31/12/2023
Ativo Circulante/Realizável a Longo Prazo	**7.787.406**	**7.185.601**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**29.656**	**49.245**
Aplicações Financeiras	**2.975.416**	**2.651.060**
Outros Créditos	**4.782.334**	**4.485.296**
Valor Contábil dos Bens Retomados ou Devolvidos	12.781	7.606
Direitos junto a Consorciados Contemplados	4.769.553	4.477.690
Compensação	**40.202.882**	**38.549.636**
Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados	272.081	248.906
Contribuições Devidas ao Grupo	21.230.927	20.324.355
Valor dos Bens ou Serviços a Contemplar	18.699.874	17.976.375
Total do Ativo e Compensação	**47.990.288**	**45.735.237**
Passivo Circulante/Exigível a Longo Prazo	**7.787.406**	**7.185.601**
Outras Obrigações	**7.787.406**	**7.185.601**
Obrigações com Consorciados	2.857.227	2.732.099
Valores a Repassar	165.167	152.471
Obrigações por Contemplações a Entregar	2.339.163	2.123.290
Obrigações com o Administrador	5.774	6.551
Recursos a Devolver a Consorciados	1.549.340	1.441.282
Recursos do Grupo	870.735	729.908
Compensação	**40.202.882**	**38.549.636**
Recursos Mensais a Receber de Consorciados	272.081	248.906
Obrigações do Grupo por Contribuições	21.230.927	20.324.355
Bens ou Serviços a Contemplar	18.699.874	17.976.375
Total do Passivo e Compensação	**47.990.288**	**45.735.237**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS DE CONSÓRCIOS

Valores expressos em milhare s de reais, exceto quando indicado

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	**2.700.305**	**2.562.266**
Depósitos Bancários	49.245	39.308
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.651.060	2.522.958
(+) Recursos Coletados	**3.417.431**	**3.085.268**
Contribuições para Aquisição de Bens	2.616.423	2.326.105
Taxa de Administração	491.880	449.512
Contribuições ao Fundo de Reserva	106.319	98.481
Rendimentos de Aplicações Financeiras	120.196	125.499
Multas e Juros Moratórios	7.521	6.684
Prêmios de Seguros	45.679	40.870
Outros	29.413	38.117
(-) Recursos Utilizados	**3.112.664**	**3.008.295**
Aquisição de Bens	2.415.949	2.314.804
Taxa de Administração	492.340	447.778
Multas e Juros Moratórios	3.732	3.326
Prêmios de Seguros Pagos	45.711	40.658
Devolução a Consorciados Desligados	56.022	81.419
Outros	98.910	120.310
Disponibilidade Final	**3.005.072**	**2.639.239**
Depósitos Bancários	29.656	112.591
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.975.416	2.526.648

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
A Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), atua no mercado de consórcio, regulamentado pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e tem como objetivo a constituição, organização e administração de grupos de consórcios de bens móveis e imóveis e em quaisquer das modalidades permitidas pela legislação e regulamentação vigentes. As operações da Santander Brasil Consórcio são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
a) Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras da Santander Brasil Consórcio, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e outras normas específicas para as administradoras de consórcio e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.
As operações dos grupos de consórcio são registradas em contas de compensação da administradora e controladas individualmente por grupo de consórcio. A posição patrimonial e financeira desses grupos de consórcio e as correspondentes variações nas disponibilidades de seus recursos estão sendo apresentadas, respectivamente, nas demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e demonstrações das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio.
As Demonstrações Consolidadas dos Recursos de Consórcios e das Variações nas Disponibilidades de Grupos de Consórcios foram elaboradas conforme a Circular Bacen 3.959/2019.
A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para processos judiciais, cíveis, fiscais e trabalhistas, realização de créditos tributários, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.
As demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2024, foram autorizadas pelos Administradores na reunião realizada em 28 de agosto de 2024.
b) Moeda Funcional e de Apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Brasil Consórcio.

3. Principais Políticas Contábeis
I - Administradora
a) Apuração do Resultado
A receita relativa à taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida conforme o período do contrato assim que cumprida as obrigações de desempenho, conforme CPC 47, referendado pela resolução BCB n°120 de 27/07/2021. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência que considera os rendimentos, encargos e variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.
b) Caixa e Equivalentes de Caixa
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.
c) Operações Compromissadas
Compra com Compromisso de Revenda
Os financiamentos concedidos mediante lastro com títulos de renda fixa (de terceiros) são registrados na posição bancada pelo valor de liquidação. A diferença entre os valores de revenda e de compra representa a renda da operação. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.
d) Títulos e Valores Mobiliários
Conforme Circular Bacen n° 3.068/2001, a carteira de títulos e valores mobiliários é classificada nas seguintes categorias:
I - Títulos para negociação, onde são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida ao resultado do período;
II - Títulos disponíveis para venda, onde são registrados os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, mas não foram adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido. Os ajustes ao valor de mercado, quando realizados, são transferidos para o resultado do período; e
III - títulos mantidos até o vencimento, onde são registrados os títulos e valores mobiliários para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.
As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.
e) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais
A Santander Brasil Consórcio é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.
As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.
As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e com base nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação.
Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
No caso de trânsitos em julgado favoráveis a Santander Brasil Consórcio, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.
f) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)
O PIS (1,65%) e a COFINS (7,60%) são calculados pelo regime não cumulativo e são registradas em despesas tributárias. As Receitas Financeiras são tributáveis às alíquotas de 0,65% (PIS) e 4,0% (COFINS).
g) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente a R$240, R$120 no semestre, e a CSLL à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal.
Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.
De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 7.a.2, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.
h) Eventos Subsequentes
Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:
1. Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
2. Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.
i) Estimativas Contábeis
Na aplicação das políticas contábeis da companhia, a Administração deve exercer julgamentos e realizar estimativas sobre os valores contábeis de ativo e passivo, receitas e despesas dos períodos futuros. As estimativas e premissas relacionadas baseiam-se na experiência histórica nos fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas, sendo quantificadas as estimativas e divulgadas em notas explicativas.
II - Grupos de Consórcios
a) Caixa e Equivalentes de Caixa
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades.
b) Aplicações Financeiras e Disponibilidades
Representam recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos mantidos em conta e aplicações financeiras efetuadas em nome dos grupos de consórcios, as quais incluem aplicações vinculadas a contemplações. Os rendimentos auferidos das aplicações são incorporados diariamente nos saldos de aplicações financeiras de cada grupo, não incidindo taxa de administração sobre estes.
O saldo das aplicações financeiras é deduzido de provisão para ajuste ao valor de mercado, quando aplicável.
c) Direitos junto a Consorciados Contemplados
Representam os valores a receber a título de fundo comum e de fundo de reserva dos consorciados já contemplados.
d) Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados
Representam o valor das contribuições a receber a título de fundo comum e fundo de reserva dos consorciados ativos no mês subsequente ao balanço.
e) Contribuições Devidas ao Grupo
Representam a previsão de recebimento do fundo comum e fundo de reserva até o término dos respectivos grupos, calculada de acordo com os preços dos bens na data do balanço.
f) Valor dos Bens ou Serviços a Contemplar
Representam o saldo dos bens a contemplar em Assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos bens na data do balanço.
g) Obrigações com Consorciados
Estão representadas, principalmente, por contribuições para aquisição de bens recebidas de consorciados não contemplados, a título de fundo comum, e valores recebidos antes da constituição formal dos grupos, acrescido de rendimentos financeiros.
h) Valores a Repassar
Representam os valores recebidos de consorciados a serem repassados, referentes à taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros e outros.
i) Obrigações por Contemplações a Entregar
Representam créditos a repassar aos consorciados pelas contemplações nas Assembleias, descontado os pagamentos realizados e acrescidos das respectivas remunerações das aplicações financeiras.
j) Recursos a Devolver a Consorciados
Representam as obrigações dos grupos relativas aos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos, representados por valores recebidos para aquisição do bem e fundo de reserva, aplicando-se o percentual pago ao valor do bem vigente na última Assembleia de Contemplação do Grupo e acrescido dos rendimentos da aplicação financeira, calculados a partir desta Assembleia, deduzidos da multa rescisória contratual registrada em valores a repassar e em recursos do grupo.
k) Obrigações com a Administradora
Representam as obrigações do grupo de consórcio com a Administradora.
l) Recursos do Grupo
Representam os recursos do grupo a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, acrescidos da respectiva remuneração pelas aplicações financeiras até a data do balanço, atualização da variação do preço do bem e valores recebidos de consorciados após os procedimentos de cobrança.
m) Recursos Coletados
Representam os recursos coletados pelos grupos e respectivos rendimentos. O valor da contribuição mensal para aquisição de bens recebidos dos participantes dos grupos é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração e do fundo de reserva.
n) Recursos Utilizados
Representam principalmente o montante dos recursos aplicados na aquisição de bens, pagamento da taxa de administração, rendimentos financeiros pagos a consorciados contemplados, até a data da aquisição do bem.
o) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes
Conforme Resolução BCB nº 2/2020, resultado não corrente do exercício é aquele que:
I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.
A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota 16
p) Informações Complementares sobre os Grupos em Andamento

	30/06/2024	31/12/2023
Quantidade de Grupos Administrados	350	366
Quantidade de Consorciados Ativos	342.160	366.741
Quantidade de Consorciados Desistentes/Excluídos no semestre	21.583	24.364
Total de Consorciados Desistentes/Excluídos nos grupos em andamento	420.112	398.529
Bens Entregues no Semestre	29.361	30.231
Total de Bens Entregues	334.435	305.074
Bens Pendentes de Entrega	30.724	29.124
Taxa de Inadimplência	7,02 %	6,31 %

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2023	31/12/2022
Disponibilidades	807	2.249	16.842	1.218
Total	**807**	**2.249**	**16.842**	**1.218**

As informações relativas a 31 de dezembro de 2022 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais e finais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

5. Aplicações Financeiras
Nos Grupos de Consórcios, estão representadas por aplicação em fundo de investimento referenciado DI, atendendo aos critérios da Circular Bacen 3.261/2004, que foi sucedida pela Circular Bacen 3.432/2009 e atualizada pela Circular Bacen 3.936/2019.

6. Títulos e Valores Mobiliários
Resumo da Carteira por Categorias e Abertura por Vencimento

	Valor do Custo Amortizado/ Contábil 30/06/2024	Valor do Custo Amortizado/ Contábil 31/12/2023	Sem Vencimento	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
Títulos em Negociação						
Títulos Privados						
Cotas de Fundo de Investimento - Renda fixa [1]	1.687.461	1.403.311	1.687.461	-	-	1.687.461
Total de Títulos e Valores Mobiliários	**1.687.461**	**1.403.311**	**1.687.461**	**-**	**-**	**1.687.461**

[1] Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a carteira do Fundo de Investimento está composta basicamente por operações compromissadas vinculadas a títulos públicos e Letras Financeiras do Tesouro - LFT.
Em 30 de junho de 2024 e 2023, a Santander Brasil Consórcio não possui operação com instrumentos financeiros derivativos.

7. Ativos e Passivos Fiscais
a) Ativos Fiscais Correntes e Diferidos

	30/06/2024	31/12/2023
Ativos Fiscais Diferidos	4.037	3.218
Impostos e Contribuições a Compensar	15.438	16.284
Total	**19.475**	**19.502**
Não Circulante	**19.475**	**19.502**

a.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	Origens 30/06/2024	Origens 31/12/2023	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2024
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	2.024	1.348	459	629	(400)	688
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	1.454	-	-	494	-	494
Outras Provisões Temporárias [1]	8.396	8.115	2.759	96	-	2.855
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	**11.874**	**9.463**	**3.218**	**1.219**	**(400)**	**4.037**
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	**11.874**	**9.463**	**3.218**	**1.219**	**(400)**	**4.037**
Não Circulante			**3.218**			**4.037**

[1] Inclui ativo fiscal diferido sobre estimativa para perdas operacionais na administração de consórcios.
Em 30 de junho de 2024 e 2023, a Santander Brasil Consórcio não possui créditos tributários não ativados.
O registro contábil dos Ativos Fiscais Diferidos nas demonstrações financeiras da Santander Brasil Consórcio foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 4.842/2020 e Resolução BCB nº 15.
a.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

Ano	30/06/2024 – Diferenças Temporárias – IRPJ	CSLL	Total
2024	449	162	611
2025	899	324	1.222
2026	853	307	1.160
2027	404	145	549
2029 a 2033	364	131	495
Total	**2.969**	**1.069**	**4.037**

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.
Com base na Resolução CMN 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.
a.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos
O valor presente total dos ativos fiscais diferidos é de R$ 3.396 (31/12/2023 - R$2.820), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, a taxa média de captação e outras obrigações, projetada para os períodos correspondentes.
b) Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

	30/06/2024	31/12/2023
Impostos e Contribuições a Pagar	82.935	136.035
Total	**82.935**	**136.035**

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Resultado antes dos Impostos	**405.391**	**462.252**
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 9% Respectivamente	**(137.833)**	**(157.166)**
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	292	73
Demais Ajustes	1.511	812
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(136.030)**	**(156.281)**

d) Despesas Tributárias

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Despesas com COFINS	35.909	36.343
Despesas com ISS	23.103	19.956
Despesas com PIS/Pasep	7.636	7.707
Outros Tributos	-	123
Total	**66.648**	**64.129**

8. Outros Ativos

	30/06/2024	31/12/2023
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	2.030	1.892
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	666	177
Para Interposição de Recursos Cíveis	1.427	1.575
Títulos e Créditos a Receber [1]	39.134	26.991
Rendas a Receber	2.044	297
Despesas Antecipadas	131.065	105.707
Outros	8.273	11.162
Total	**184.639**	**147.801**
Circulante	**141.382**	**117.167**
Não Circulante	**43.257**	**30.634**

[1] Composto por aportes feitos pela Administradora em grupos em andamento. A serem reembolsados pelos grupos, quando ocorrer o encerramento.

9. Outros Passivos

	30/06/2024	31/12/2023
Taxa de Administração a Serem Diferidas - Res BCB 120/CPC 47	286.948	225.018
Recursos não Procurados - Grupos Encerrados	189.170	153.554
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 10.b)	1.695	131
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis (Nota 10.b)	1.958	1.349
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 10.b)	1	1
Provisão para Pagamentos a Efetuar	491	320
Estimativa Perdas Operacionais na Administração de Consórcios	3.428	3.428
Outras	28.493	25.126
Total	**512.184**	**408.927**
Circulante	**510.981**	**407.401**
Não Circulante	**1.203**	**1.526**

10. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais
a) Ativos Contingentes
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.e).
b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	30/06/2024	31/12/2023
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 9)	1.695	131
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis (Nota 9)	1.958	1.349
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 9)	1	1
Total	**3.654**	**1.481**

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 30/06/2024 – Fiscais	Trabalhistas	Cíveis (2)	01/01 a 30/06/2023 – Fiscais	Trabalhistas	Cíveis [2]
Saldo Inicial	**131**	**1**	**1.349**	**699**	**12**	**511**
Constituição Líquida de Reversão [1]	1.574	-	2.653	(401)	-	1.845
Atualização Monetária	5	-	53	8	1	13
Baixas por Pagamentos	(15)	-	(2.097)	(190)	-	(1.814)
Outros	-	-	-	-	-	3
Saldo Final	**1.695**	**1**	**1.958**	**116**	**13**	**558**

[1] Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas/despesas operacionais e IR e CSLL.
[2] São ações relacionadas ao repasse de valores em atraso de cotas contempladas para os grupos já encerrados. As ações cíveis são provisionadas de acordo com a avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a

Continua...

Santander

Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.

CNPJ nº 55.942.312/0001-06

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

d) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias e Cíveis Classificadas como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza cível e fiscal classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo provisionados.

As ações com classificação de perda possível de natureza cível, totalizaram em R$ 262 e de natureza fiscal, totalizaram em R$ 15.438.

11. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social, em 30 de junho de 2024, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 872.186 mil quotas, no valor nominal unitário de R$1,00 (um real), todas de domiciliados no País (31/12/2023 - 872.186 mil quotas).

Os Administradores, em reunião realizada em 02 de junho de 2023, aprovaram o aumento de Capital no montante de R$ 296.516 mediante a emissão de 296.516 mil novas quotas, passando o capital social do valor de R$575.670 para R$ 872.186.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

A distribuição dos lucros da Santander Brasil Consórcio é efetuada de acordo com a situação financeira da empresa e com a conveniência dos sócios na data de deliberação, podendo distribuir dividendos, segundo as regras descritas, por conta de lucros apurados em balanços intermediários ou intercalares. Em 30 de junho de 2024 não houve destaque de dividendos e juros sobre o capital próprio. Em 31 de dezembro de 2023 houve destaque de dividendos no valor de R$ 1.000 milhão cujo pagamento foi realizado em 15 de agosto de 2023.

c) Reservas

Conforme estabelecido no contrato social da Santander Brasil Consórcio, do saldo do lucro líquido apurado poderão ser deliberadas a formação de Reservas para Reforço do Capital de Giro e para Equalização de Dividendos.

Os saldos de reservas de lucros excedentes ao capital social serão abordados em Assembleia Geral ad referendum, a fim de instruir os acionistas acerca de deliberação de aumento de capital e devido enquadramento nas exigências da Lei 11.638/2017.

Reserva Legal

A Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. adota, ainda, a Reserva Legal para assegurar a integridade do capital social, à qual são destinados 5% lucro líquido do exercício até alcançar o limite de 20% do capital social.

Reservas de Capital

As reservas de capital são compostas de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para Reforço do Capital de Giro

Poderá ser destinado até 50% do saldo do lucro líquido apurado a título de Reserva para Reforço do Capital de Giro, com a finalidade de garantir meios financeiros para a operação da Sociedade.

Reserva para Equalização de Dividendos

Poderá ser destinado até 50% do saldo do lucro líquido apurado a título de Reserva para Equalização de Dividendos, com a finalidade de garantir recursos para a continuidade da distribuição semestral de dividendos.

Tais reservas deverão ser periodicamente capitalizadas para que o respectivo montante não ultrapasse o saldo do capital social da sociedade.

12. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A Santander Brasil Consórcio é parte integrante do Conglomerado Santander e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. A Santander Brasil Consórcio não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Em 30 de junho de 2024 e 2023, não foram registradas despesas com honorários para a Administração.

b) Participação Acionária

A Santander Brasil Consórcio é controlada pelo Banco Santander que possui participação direta de 872.186 mil quotas, equivalentes a 100% do capital social, mediante a emissão, em 02 de junho de 2023, de 296.516 quotas da Sociedade. O aumento de quotas foi refletido na 63ª Alteração ao Contrato Social da Sociedade.

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações são as seguintes:

	30/06/2024 Ativos (Passivos)	01/01 a 30/06/2024 Receitas (Despesas)	31/12/2023 Ativos (Passivos)	01/01 a 30/06/2023 Receitas (Despesas)
Disponibilidades (Nota 4)	**807**	**-**	**2.249**	**-**
Banco Santander (1)	807	-	2.249	-
Títulos e Valores Mobiliários	**1.687.461**	**73.019**	**1.403.311**	**110.358**
Santander Fundo de Investimentos SBAC Referenciado	1.494.503	71.266	1.244.718	110.358
Santander FI Renda Fixa Referenciado DI	192.958	1.753	158.593	-
Rendas a Receber	**-**	**1.069**	**849**	**4.365**
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	1.069	-	4.365
Santander Capitalização	-	-	849	-
Outros Créditos - Diversos	**-**	**61**	**-**	**35**
Pessoal Chave da Administração	-	61	-	35
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas (Nota 14 e 15)	**(1.418)**	**(21.723)**	**(1.038)**	**(21.880)**
Banco Santander [1]	(1.418)	(21.723)	(1.038)	(21.880)

[1] Controlador da Santander Brasil Administradora de Consórcio (Nota 12.b).

13. Receitas de Prestação de Serviços

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Rendas de Administração de Grupo de Consórcio	448.335	411.253
Serviços Prestados a Consorciados	13.733	15.577
Total	**462.068**	**426.830**

14. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	2.948	2.740
Convênio Operacional Banco Santander (Nota 12.c)	12.682	12.269
Comunicações	4	4
Serviços do Sistema Financeiro	5	11
Outras	1.797	1.034
Total	**17.436**	**16.058**

15. Outras Receitas e Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Atualizações monetárias	87	59
Comissões	(44.366)	(16.031)
Terceiros [1]	(35.325)	(6.420)
Convênio Banco Santander	(9.041)	(9.611)
Despesas de Atualização de Impostos	(1.824)	(1.510)
Despesas com Registro de Contratos em Cartório	(2.798)	(3.556)
Provisão para Contigências (Líquidas de Reversão)	(2.997)	(1.445)
Recuperação de Encargos e Despesas [2]	11.399	34.044
Reversão de Provisão - Outras	7	446
Recuperação e Perdas Operacionais na Administração de Consórcios [3]	19	(735)
Riscos Operacionais na Administração de Consórcios	(1.209)	(873)
Outras	(3.929)	(6.516)
Total	**(45.611)**	**3.883**

[1] A variação decorre do aumento substancial de parceiros terceiros na venda de consórcio.

[2] No primeiro semestre de 2023 a Administradora de Consórcio e a Seguradora Zurich encerraram a vigência da apólice de seguro quebra de garantia, sendo assim a Administradora passou a ter o direito de receber todo o valor que viesse a ser recuperado.

[3] Refere-se, principalmente a reversão de provisão para perda de operações com seguro de quebra de garantia.

16. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do BCB 130, a Santander Brasil Consórcio aderiu ao Comitê de Auditoria Único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander. O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado e publicado em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br\ri.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

c) A apuração do Índice de Basileia aplicado a Santander Brasil Consórcio é efetuada em conjunto com o Conglomerado Prudencial do Banco Santander.

Estas informações semestrais, no que tange ao Gerenciamento de Riscos de Crédito e Apuração do Índice de Basileia, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2024, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

d) Resultados recorrentes/não recorrentes

Em 30 de junho de 2024 e 2023 não houve resultados recorrentes/não recorrentes.

e) Evento subsequente:

Não ocorreram eventos subsequentes.

ADMINISTRADORES

Reginaldo Antonio Ribeiro | Alvaro Teofilo de Oliveira Neto | Izabella Ferreira Costa Belisario | Vagner da Silva Rodrigues

Contadora

Camilla Cruz Oliveira de Souza - CRC nº 1SP256989/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações consolidadas de recursos de consórcios em 30 de junho de 2024 e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para o semestre findo nessa mesma data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2024

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

Demonstrações Financeiras

SANTANDER DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ nº 03.502.968/0001-04

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander DTVM"), relativas ao semestre findo em 30 junho de 2024, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes. **Patrimônio Líquido e Resultado:** Em 30 de junho de 2024, o patrimônio líquido atingiu o montante de R$ 465.201 (31/12/2023 - R$ 457.843). O resultado apresentado no semestre findo em 30 de junho de 2024 foi de lucro no valor de R$ 7.358 (30/06/2023 - prejuízo de R$ 3.880). **Ativos e Passivos:** Em 30 de junho de 2024, os ativos totais atingiram o valor de R$ 478.589 (31/12/2023 - R$ 464.786). Desse montante, destacamos R$ 352.088 (31/12/2023 - R$ 370.000), que são representados por investimentos em controladas (TORO CTVM e TORO Investimentos). Em 30 de junho de 2024, os passivos totais atingiram o valor de R$ 13.388 (31/12/2023 - R$ 6.943). Desse montante, destacamos R$ 7.288 (31/12/2023 - R$ 1.889), que são representados por passivos fiscais correntes. **Outras Informações:** A política de atuação da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa se baseia nos princípios que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 162/2022, a Santander DTVM informa que no semestre findo de 30 de junho de 2024, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente. Ademais, a Santander DTVM confirma que a PricewaterhouseCoopers representa a sua administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Sob esse fundamento na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários. São Paulo, 28 de agosto de 2024.

Os Administradores

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	NOTA	30/06/2024	31/12/2023
Ativo Circulante e Não Circulante		**126.501**	**94.786**
Disponibilidades	4 & 12 c	**101**	**86**
Instrumentos Financeiros		**103.992**	**70.675**
Títulos e Valores Mobiliários	5 & 12 c	103.992	70.675
Outros Ativos	6	**22.408**	**24.025**
Permanente		**352.088**	**370.000**
Investimentos	7	**352.088**	**370.000**
Participações em Controladas		226.841	218.748
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas		305.936	305.936
(Amortização de Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas)		(180.689)	(154.684)
Total do Ativo		**478.589**	**464.786**

	NOTA	30/06/2024	31/12/2023
Passivo Circulante e Não Circulante		**13.388**	**6.943**
Outros Passivos	8	**4.800**	**3.817**
Provisões	10 b	**1.300**	**1.237**
Passivos Fiscais Correntes	9	**7.288**	**1.889**
Patrimônio Líquido		**465.201**	**457.843**
Capital Social			
De Domiciliados no País	11 a	574.409	574.409
Reservas de Lucros		-	13.141
Prejuízos Acumulados		(73.871)	(94.370)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	7 & 11 d	(35.337)	(35.337)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**478.589**	**464.786**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	NOTA	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Rendas da Intermediação Financeira		**4.688**	**1.730**
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	12 c	4.688	1.730
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**4.688**	**1.730**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		**18.316**	**(2.425)**
Receitas de Prestação de Serviços	13	68.666	37.732
Despesas com Pessoal	14	(728)	(756)
Participações de Funcionários		(49)	(85)
Outras Despesas Administrativas	15	(27.603)	(10.376)
Despesas Tributárias		(4.833)	(2.658)
Resultado de Participações em Controladas	7	8.093	(1.305)
Amortização de Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	7	(26.005)	(26.472)
Outras Receitas Operacionais	16	775	1.495
Resultado Operacional		**23.004**	**(695)**
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro		**23.004**	**(695)**
Imposto de Renda e Contribuição Social		**(15.646)**	**(3.185)**
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	17	(15.646)	(3.185)
Lucro (Prejuízo) do Semestre		**7.358**	**(3.880)**
Nº de Ações (Mil)	11 a	461.420	461.420
Prejuízo por lote de mil ações - em R$		15,95	(8,41)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Resultado Líquido do Semestre	**7.358**	**(3.880)**
(+/-) Outros Resultados Abrangentes do Semestre	**-**	**-**
Resultado Abrangente do Semestre	**7.358**	**(3.880)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	NOTA	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Atividades Operacionais			
Lucro (Prejuízo) no Semestre		**7.358**	**(3.880)**
Ajustes ao Prejuízo		**17.596**	**9.410**
Amortização de Ágio sobre Investimento	7	26.005	26.472
Provisão para Processos Judiciais	10 c	70	(16.892)
Resultado de Participação em Controlada	7	(8.093)	1.305
Atualização de Depósitos Judiciais	16	(386)	(1.475)
Variações em Ativos e Passivos		**(24.939)**	**(5.532)**
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários		(33.317)	(29.792)
Redução (Aumento) em Outros Ativos		2.003	18.346
Aumento (Redução) em Provisões		(7)	-
Aumento (Redução) em Passivos Fiscais Correntes		15.768	8.019
Imposto de Renda e Contribuições Sociais pagos		(10.369)	(4.390)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		**15**	**(2)**
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		**15**	**(2)**
Equivalentes de Caixa no Início do Semestre	4	86	81
Equivalentes de Caixa no Fim do Semestre	4	101	79
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		**15**	**(2)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Capital Social	Reservas de Lucros - Reserva Legal	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2022	**574.409**	**13.141**	**(35.337)**	**(83.778)**	**468.435**
Prejuízo do Semestre	-	-	-	(3.880)	(3.880)
Saldos em 30/06/2023	**574.409**	**13.141**	**(35.337)**	**(87.658)**	**464.555**
Mutações no Semestre	**-**	**-**	**-**	**(3.880)**	**(3.880)**
Saldos em 31/12/2023	**574.409**	**13.141**	**(35.337)**	**(94.370)**	**457.843**
Lucro do Semestre	-	-	-	7.358	7.358
Absorção de Prejuízos Acumulados	-	(13.141)	-	13.141	-
Saldos em 30/06/2024	**574.409**	**-**	**(35.337)**	**(73.871)**	**465.201**
Mutações no Semestre	**-**	**(13.141)**	**-**	**20.499**	**7.358**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander DTVM"), controlada pela Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), atua no mercado de administração e gestão de títulos e valores mobiliários, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN). O conglomerado Santander é responsável pela prestação de serviços relacionados à gestão e controle operacional das operações das negociações de títulos e valores mobiliários realizadas através da instituição. A partir do ano de 2022 a instituição passou a administrar parte dos fundos de investimentos que anteriormente eram administrados pelo Banco Santander. E a partir do segundo semestre de 2023 a Instituição passou a realizar a atividade de gestão dos Fundos do segmento Private. Durante o primeiro semestre de 2024 a quantidade de fundos administrados totalizou 744 fundos ativos, sendo 274 fundos sob gestão. As operações da instituição são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander). Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre elas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras da Santander DTVM, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do BACEN e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander DTVM. A Diretoria Executiva autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o semestre findo em 30 de junho de 2024, na reunião realizada em 28 de agosto de 2024. **b) Novas normas emitidas com vigência futura:** A Resolução CMN nº 4.966/2021, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1° de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito. A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1° de janeiro de 2025. A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, da Lei nº 14.467/2022 e de outros normativos que são correlacionados, incluiu a reformulação do elenco de contas do COSIF pela Santander DTVM, estão sendo tratadas no Plano de Implementação do Conglomerado Santander. O Plano de Implementação dos referidos normativos no Conglomerado Santander está segregado em três pilares: (i) Organização e Governança: Fóruns e Comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação; (ii) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e (iii) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis. O cronograma do Plano de Implementação está em andamento. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição do arcabouço regulatório. A Resolução CMN nº 4.975/2021, estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1° de janeiro de 2025. A Santander DTVM está avaliando os impactos e alterações necessárias para atendimento desta norma. A Instrução Normativa BCB nº 319/2022 revoga a partir de 1° de janeiro de 2023 a Carta-Circular nº 3.429/2010, que estabelecia regras para o registro contábil de obrigações tributárias em discussão judicial, trazendo convergência à norma internacional IAS 37, cujo correspondente no Brasil é o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A Santander DTVM está avaliando os impactos desta normativa. **c) Moeda Funcional e de Apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional. As transações em moeda estrangeira, no seu reconhecimento inicial, são convertidas utilizando a taxa de câmbio na data da transação. As variações cambiais sobre estas transações e sobre a conversão dos ativos e passivos em moeda estrangeira para a moeda funcional, são reconhecidas na Demonstração de Resultado. As variações cambiais relacionadas a Hedge de Fluxo de Caixa são reconhecidas no Patrimônio Líquido.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa: Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias. **b) Títulos e Valores Mobiliários:** A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis: I - títulos para negociação; II - títulos disponíveis para venda; e III - títulos mantidos até o vencimento. Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida: (1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; (2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período. **c) Outros Ativos e Passivos Circulantes e de Longo Prazo:** São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001. **d) Permanente:** Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos: **d.1) Participações em controladas:** Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável. A mudança no escopo de consolidação consiste na alienação, aquisição ou mudança de controle de determinado investimento. A resolução CMN n° 4.817/2020 que trata sobre critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, a principal alteração que trazida é a extinção do Cosif "Ações e cotas" do grupo de investimentos, passando estes a serem tratados como títulos e valores mobiliários, a resolução passa a vigorar em janeiro de 2022 e a Santander DTVM S.A segue avaliando impactos e alterações necessárias, não havendo expectativa de impactos materiais por essa alteração. **d.2) Ativo Intangível - ágio:** O ágio na aquisição é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seu valor. Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, vencimentos e similares, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos. Os gastos de aquisição e desenvolvimento de software são amortizados pelo método linear com base em taxas que contemplam a vida útil estimada considerando os benefícios econômicos futuros a serem gerados, prazo máximo de 5 anos. **e) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes - Fiscais e Previdenciárias:** A Santander DTVM é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser totais ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros. As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e com base nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação. Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. No caso de trânsitos em julgado favoráveis a Santander DTVM, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas. **f) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins):** O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados pelo regime cumulativo e são calculados sob determinadas receitas. Para as instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias. **g) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):** O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente a R$240 no exercício, e a CSLL à alíquota de 15%, para instituições financeiras, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. Os créditos tributários dos créditos tributários, conforme demonstrado na nota 7, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico. **h) Juros sobre Capital Próprio:** Publicada em 19 de dezembro de 2018, com vigência a partir de 1° de janeiro de 2019, a Resolução CMN nº 4.706 tem aplicação prospectiva e determina procedimentos para o registro contábil de remuneração do capital. A norma determina que os juros sobre capital próprio devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou propostos e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprindo esta determinação, esta remuneração do capital deve ser registrada em conta específica no passivo. **i) Receitas de Prestação de Serviços:** São reconhecidas quando a Santander DTVM presta o serviço aos clientes. Para o reconhecimento destas receitas, a Santander DTVM aplica o modelo de 5 passos estendido o CPC 47, conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.924/2021: I) Identificar o(s) contrato(s) com cliente; II) Identificar as obrigações de desempenho; III) Determinar o preço da transação; IV) Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato; e V) Reconhecer a receita quando, ou à medida que, a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho. **j) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes:** A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34°, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota explicativa 18.d. **k) Apuração do Resultado:** O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço. **l) Estimativas Contábeis:** As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela administração para a preparação das informações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: valores para provisões de contingências e valor justo de ativos financeiros. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva. **m) Eventos Subsequentes:** Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por: • Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e • Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes às disponibilidades.

	30/06/2024	31/12/2023
Disponibilidades	101	86
Total	**101**	**86**

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Composição por vencimento: Categoria disponível para venda

Descrição	Nível	30/06/2024	31/12/2023
Santander FI SBAC Renda Fixa Referenciado DI - Sem vencimento	2	102.929	70.622
Santander Renda Curto Prazo Max - Sem vencimento	2	55	53
Santander Módulo MX III RF - Sem vencimento	2	1.008	-
Total		**103.992**	**70.675**

Hierarquia do valor justo: Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia do valor justo nos níveis: • 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas, posições compradas/vendidas, futuros e cotas de fundos de investimentos com liquidez imediata. • 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos sem liquidez imediata. • 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

6. OUTROS ATIVOS

	30/06/2024	31/12/2023
Taxas de administração a receber [1]	12.687	9.720
Saldo a receber de partes relacionadas [2]	-	5.583
Negociação e intermediação de valores [3]	6.321	6.003
Diversos	319	141
Depósitos Judiciais	3.081	2.578
Total	**22.408**	**24.025**
Circulante	**22.408**	**24.025**

(1) Referem-se a receita com taxa de administração e gestão de fundos que a Instituição tem a receber. Com o aumento da quantidade de fundos que passam a ser administrados pela Santander DTVM, os valores da receita tendem a aumentar. (2) Refere-se ao Programa Partnership da Toro onde foi realizada a venda de 0,48% das ações que a Santander DTVM detinha na Toro CTVM para a Toro Investimentos. Em janeiro de 2024 recebemos 100% do valor. (3) Os valores em Negociação e Intermediação de valores se referem a depósitos em garantia para operar na bolsa como participante de negociação pleno e membro para compensação. Em julho de 2024 a Santander DTVM encerrou os cadastros na B3, uma vez que, esses cadastros estavam vinculados a atividade de corretora, o qual, a Santander DTVM não exerce. Recebemos 100% dos valores que estavam em garantia no mês de julho 2024.

7. PARTICIPAÇÕES DE CONTROLADAS

Em 22 de abril de 2024 ocorreu a Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Toro Investimentos S.A onde foi deliberado, dentre outros assuntos, o aumento de capital da Companhia em R$ 35.000 com a emissão de 35.000.000 (trinta e cinco milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal mediante conversão de AFAC realizado pela Toro CTVM. Com o aumento de capital, a Companhia passou de R$ 248.300 para R$ 283.300. Devido a esse aumento a Santander DTVM passou a deter 13,23% de participação na Companhia. Em 30 de junho de 2024 a Santander DTVM detém participações nas investidas Toro Investimentos e Toro CTVM com participações de 13,23% e 62,52%, respectivamente (em 31 de dezembro de 2023 detinha 14,78% e 62,52%, respectivamente). Demonstramos abaixo as movimentações do período.

Composição do Investimento:

Controladas da Santander DTVM	Patrimônio Líquido Ajustado 30/06/2024	Lucro/ Prejuízo Líquido 01/01 a 30/06/2024	Valor dos Investimentos 30/06/2024	Valor dos Investimentos 31/12/2023	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial 30/06/2024	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial 31/12/2023	Resultado da Equivalência Patrimonial 01/01 a 30/06/2024	Resultado da Equivalência Patrimonial 01/01 a 30/06/2023
Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A	295.942	(3.229)	185.008	186.799	-	-	(1.791)	(1.129)
Toro Investimentos S.A	283.110	31.892	41.833	31.949	-	-	9.884	(176)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial [1]	-	-	-	-	35.337	35.337	-	-
SubTotal	**579.052**	**28.663**	**226.841**	**218.748**	**35.337**	**35.337**	**8.093**	**(1.305)**

(1) Na nota explicativa 11.d foram adicionados os detalhes sobre o que se referem os Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial.

Composição do ágio e dos ativos identificáveis	Vida útil	Custo	Amortização	Líquido 30/06/2024	Líquido 31/12/2023
Relacionamento com Clientes	6 anos	13.500	(13.500)	-	-
Acordo não-concorrência	5 anos	6.660	(4.218)	2.442	3.108
Marca	7 anos	21.720	(9.825)	11.895	13.446
Acervo Educacional	3 anos	8.400	(8.400)	-	933
Tecnologia Step-up	7 anos	94.887	(42.925)	51.962	58.740
Ágio (goodwill)	5 anos	160.769	(101.821)	58.948	75.025
Total Geral		**305.936**	**(180.689)**	**125.247**	**151.252**

Movimentação - Amortização	Saldo em 31/12/2023	Adição	Saldo em 30/06/2024
Relacionamento com Clientes	(13.500)	-	(13.500)
Acordo não-concorrência	(3.552)	(666)	(4.218)
Marca	(8.274)	(1.551)	(9.825)
Acervo Educacional	(7.467)	(933)	(8.400)
Tecnologia Step-up	(36.147)	(6.778)	(42.925)
Ágio (goodwill)	(85.744)	(16.077)	(101.821)
Total Geral	**(154.684)**	**(26.005)**	**(180.689)**

8. OUTROS PASSIVOS

	30/06/2024	31/12/2023
Contas e Despesas a Pagar [1]	4.578	3.664
Provisão de 13, Férias, Bônus e Encargos Sociais	222	153
Total	**4.800**	**3.817**
Circulante	**4.800**	**3.817**

(1) Refere-se substancialmente a despesa com serviços de controladoria dos fundos de investimentos.

9. PASSIVOS FISCAIS CORRENTES

	30/06/2024	31/12/2023
Tributos sobre receita	7.280	1.797
Tributos retidos de terceiros	8	92
Total	**7.288**	**1.889**
Circulante	**7.288**	**1.889**

10. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES, ATIVOS CONTINGENTES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos Contingentes: Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.e). **b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos por Natureza**

	30/06/2024	31/12/2023
Provisão para Riscos Fiscais	337	318
Provisão para Processos Cíveis	314	302
Provisão para Processos Trabalhistas	649	617
Total	**1.300**	**1.237**
Não Circulante	**1.300**	**1.237**

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	Fiscais 30/06/2024	Cíveis 30/06/2024	Trabalhista 30/06/2024	Fiscais 31/12/2023	Cíveis 31/12/2023	Trabalhista 31/12/2023
Saldo Inicial	**318**	**302**	**617**	**20.144**	**350**	**370**
Constituição Líquida de Reversão [1]	-	188	-	3.206	31	231
Atualização	19	19	32	1.509	35	45
Baixa [3]	-	(195)	-	(24.541)	(114)	(29)
Saldo Final	**337**	**314**	**649**	**318**	**302**	**617**
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	3.081	-	-	2.578	-	-
Total dos Depósitos em Garantia [2]	**3.081**	**-**	**-**	**2.578**	**-**	**-**

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais. (2) Referem-se aos valores de depósitos em garantia e não contemplam os depósitos em garantia relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais. (3) No primeiro semestre de 2023 ocorreu levantamento parcialmente favorável, após decisão transitada em julgado referente ao processo de ISS incidente sobre operações de arrendamento mercantil. Com a decisão em trânsito em julgado, o valor provisionado foi 100% baixado nesse primeiro semestre de 2023. **d) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias e Cíveis Classificadas como Risco de Perda Possível:** São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente. As ações com classificação de perda possível, de natureza cíveis, totalizaram em R$ 918 (31/12/2023 - R$ 1.705). As ações com classificação de perda possível, de natureza fiscal, totalizaram em R$ 25.819 (31/12/2023 - R$ 23.997), correspondentes substancialmente a processos de ISS. Não existem ações com classificação de perda possível, de natureza trabalhista ou revisional no período. **e) Fiscais e Previdenciárias:** Os processos judiciais e administrativos relacionados as obrigações fiscais e previdenciárias, estão descritos a seguir: Imposto sobre Serviços (ISS) - Consignatória - Operações de Leasing - a Santander DTVM, ajuizou medida judicial contra diversos Municípios visando obter a definição do Município competente para fiscalização e cobrança do Imposto sobre Serviços incidente sobre operações de arrendamento mercantil. O pleito foi julgado procedente para reconhecer a competência do Município de São Paulo.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social: Em 30 de junho de 2024 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 574.409, representado por 461.420 ações ordinárias nominativas (R$ 574.409 representado por 461.420 ações, ordinárias nominativas em 31 de dezembro de 2023). **b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio:** Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 5% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 não foram destinados juros sobre o capital próprio e dividendos mínimos obrigatórios, a serem distribuídos aos acionistas. **c) Reservas:** Conforme estabelecido no contrato social, do saldo do lucro líquido apurado poderão ser deliberadas a formação de Reservas para Reforço do Capital de Giro e para Equalização de Dividendos. **Reserva Legal:** De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que ela atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. **Reserva Estatutária:** As reservas estatutárias são constituídas por determinação do estatuto da instituição, como destinação de uma parcela dos lucros do exercício, e não podem restringir o pagamento do dividendo mínimo obrigatório. **d) Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial:** Refere-se ao ágio da aquisição complementar da Toro CTVM e da aquisição de ações da Toro Investimentos. Por se tratar de empresas já controladas pela Santander DTVM direta e indiretamente, respectivamente, esse valor foi registrado em patrimônio líquido.

12. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração de Pessoal-Chave da administração: A Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários é parte integrante do Conglomerado Santander e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. A instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. Em 30 de junho de 2024 e 2023 não foram registradas despesas com honorários para a Administração. **b) Participação Acionária:** A Santander DTVM é controlada pela Santander Leasing que possui participação acionária direta de 461.420 mil ações ordinárias equivalentes a 100 % do capital social. **c) Transações com Partes Relacionadas:** As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens. As principais transações são as seguintes:

	NOTA	30/06/2024 Ativos (Passivos)	01/01 a 30/06/2024 Receitas (Despesas)	31/12/2023 Ativos (Passivos)	01/01 a 30/06/2023 Receitas (Despesas)
Disponibilidades		**101**	**-**	**86**	**-**
Banco Santander (Brasil) S.A.[1]	4	101	-	86	-
Títulos e Valores Mobiliários		**103.992**	**4.688**	**70.675**	**1.730**
Santander FI SBAC Renda FIXA Referenciado DI[3]	5	102.929	4.678	70.622	1.727
Santander Renda FIXA Curto Prazo Max[3]	5	55	2	53	3
Santander Módulo MX III RF[3]	5	1.008	8	-	-
Outros Valores a Receber de Partes Relacionadas		**811**	**5.074**	**6.656**	**7.262**
Valores a receber - Programa Partnership[2]		-	-	5.583	-
Administração de fundos (Fundos tesouraria)[1]		811	5.074	1.073	7.262
Investimentos		**226.841**	**8.093**	**218.748**	**(1.305)**
Toro Investimentos	7	41.833	9.884	31.949	(176)
Toro C.T.V.M.	7	185.008	(1.791)	186.799	(1.129)
Outros Valores a Pagar de Partes Relacionadas		**(4.486)**	**-**	**(3.555)**	**-**
Fornecedores a Pagar[4]		(4.486)	(25.611)	(3.555)	(13.896)

(1) Banco Santander detém 100% de participação na instituição - Controladora. (2) Valores a receber da Toro - Investida. (3) Fundos administrados pela instituição. (4) Refere-se a taxa de serviços fiduciários a pagar a Caceis. Na linha de resultado o valor de R$ 25.611 (30/06/2023 - R$ 13.896) refere-se a despesas de serviços fiduciários do período.

13. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

No ano de 2023 a Santander DTVM iniciou os serviços de gestão de fundos de investimentos em complemento aos serviços de administração. Até a data de 30 de junho de 2024 a Instituição administrava um total de 744 fundos gerando uma receita de taxa de administração e gestão de R$ 68.666 (30/06/2023 - R$ 37.732).

14. DESPESAS COM PESSOAL

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Salários	(351)	(283)
Bônus	(91)	(215)
Benefícios	(63)	(46)
Férias e 13° Salário	(77)	(75)
Encargos sociais	(146)	(137)
Total	**(728)**	**(756)**

15. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Despesas de serviços de processamento de dados	-	(222)
Despesas de aluguel e consumo	-	(11)
Despesas de serviços técnicos especializados	(1.614)	(888)
Despesas legais e judiciais[3]	(142)	(12.077)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(154)	(173)
Provisões diversas	(209)	(1.489)
Reversão de contingência fiscal[1]	-	18.289
Reversão de contingência cível	147	91
Perda de processos cíveis	(9)	-
Despesas com serviços fiduciários[2]	(25.611)	(13.896)
Outras despesas	(11)	-
Total	**(27.603)**	**(10.376)**

(1) No primeiro semestre de 2023 ocorreu levantamento parcialmente favorável, após decisão transitada em julgado referente ao processo de ISS incidente sobre operações de arrendamento mercantil. Com a decisão em trânsito em julgado, o valor provisionado foi 100% baixado nesse primeiro semestre de 2023. (2) Refere-se a serviços de suporte relativos à administração de fundos de investimentos contratados pela Instituição, como: processamento, atendimento aos cotistas, guardas de arquivos em geral, entre outros. (3) Refere-se substancialmente a baixa do processo de ISS. No primeiro semestre de 2023 ocorreu levantamento parcialmente favorável, após decisão transitada em julgado referente ao processo de ISS incidente sobre operações de arrendamento mercantil. Com a decisão em trânsito em julgado o valor provisionado foi 100% baixado nesse primeiro semestre de 2023. Para esse mesmo processo, a Santander DTVM apresentava um valor de R$ 30.350 referente a depósito judicial. A Instituição recebeu o montante de R$ 18.222 e o restante (R$ 12.128) foi destinado à Prefeitura de São Paulo. Adicionalmente, R$ 42 refere-se a custas advocatícias.

16. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Atualização de depósitos judiciais	386	1.475
Receita por recebimento a maior	347	-
Reversão de Provisões de PPG e ILP	19	20
Reversão de Despesas de Períodos Anteriores	23	-
Total	**775**	**1.495**

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações do exercício estão demonstrados a seguir:

	IRPJ 01/01 a 30/06/2024	CSLL 01/01 a 30/06/2024	IRPJ 01/01 a 30/06/2023	CSLL 01/01 a 30/06/2023
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**23.004**	**23.004**	**(695)**	**(695)**
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15%, Respectivamente.	5.751	3.450	(174)	(104)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(2.023)	(1.214)	326	196
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	6.501	3.901	6.618	3.971
IRPJ e CSLL sobre Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal	(443)	(266)	(3.914)	(2.348)
Demais Ajustes	(11)	-	(871)	(515)
Total	**9.775**	**5.871**	**1.985**	**1.200**

18. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Em consonância à Resolução do CMN 4.910/2021, a Santander DTVM aderiu ao Comitê de Auditoria Único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander. O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado e publicado em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br\ri. b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. c) A apuração do Índice de Basileia aplicado a Santander DTVM é efetuada em conjunto com o Conglomerado Prudencial do Banco Santander. Estas informações anuais, no que tange ao gerenciamento de riscos de crédito e apuração do índice de basileia, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, referentes ao período em 30 de junho de 2024, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri. d) Resultados Recorrentes / Não Recorrentes: Não houve resultados não recorrentes nos períodos de 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2023.

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 08 de julho de 2024 a Toro CTVM incorporou a Toro Participações aumentando seu capital social em R$ 14.468 mediante a emissão de 14.588.271 (catorze milhões, quinhentas e oitenta e oito mil, duzentas e setenta e uma) novas ações ordinárias, todas nominativas, as quais serão entregues ao Banco Santander. Com o aumento do capital social da Toro CTVM pelo Banco Santander, a Santander DTVM passou a deter 59,64% de participação.

DIRETOR PRESIDENTE
Alessandro Chagas Farias

DIRETORES SEM DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA
Luciane Buss Effting
Geraldo José Rodrigues Alckimin Neto
Ana Tereza de Lima e Silva Prandini
Gustavo Schwartzmann

CONTADOR
Marcio Criolezio Gozzo - TC-CRC 1SP 243141/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Instituição.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

INÊS 249

Banco Bandepe S.A.

CNPJ nº 10.866.788/0001-77

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras do Banco Bandepe S.A. (Bandepe) relativas ao semestre o findo em 30 de junho de 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e demais diretrizes previstas Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Mercado de Atuação
O Bandepe Instituição financeira integrante do Conglomerado Santander, opera como Banco múltiplo e desenvolve suas operações através das carteiras comercial, de câmbio, de investimento e de crédito e financiamento.

Patrimônio Líquido e Resultado
Em 30 de junho de 2024 o lucro líquido apresentado no acumulado do período foi de R$ 245 milhões, aumento de 9,71% em relação ao mesmo período acumulado do ano anterior. O patrimônio líquido atingiu o montante de R$ 5.778 milhões.

Ativos e Passivos
Em 30 de junho de 2024, os ativos totais atingiram R$ 12.360 milhões, destacando-se R$10.963 milhões por Títulos e Valores Mobiliários. Os passivos totais atingiram R$ 6.582 milhões, destaca-se R$ 6.156 milhões de Depósitos Interfinanceiros.

Auditoria Independente
A política de atuação do Bandepe na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.
O Bandepe informa que no semestre findo em 30 de junho de 2024, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria das demonstrações financeiras.
Ademais, O Bandepe confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

São Paulo, 28 de Agosto de 2024
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Ativo Circulante e Não Circulante		**12.360.033**	**17.860.256**
Instrumentos Financeiros		**12.139.506**	**17.651.419**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4 e 5	1.176.047	4.825
Títulos e Valores Mobiliários	6	10.963.447	17.646.583
Outros Ativos Financeiros		12	11
Outros Ativos	**8**	**210.526**	**198.920**
Ativos Fiscais		**10.000**	**9.917**
Correntes		5.146	4.965
Diferidos		4.854	4.952
Investimentos		**1**	**1**
Outros Investimentos		1	1
Total do ativo		**12.360.033**	**17.860.256**

	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Passivo Circulante e Não Circulante		**6.582.287**	**12.148.120**
Depósitos		**6.155.631**	**11.768.586**
Depósitos	13.c	6.155.631	11.768.586
Outros Passivos	**10**	**161.714**	**145.864**
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	11.b	9.825	9.433
Outras Provisões	10	589	431
Diversos	10	151.300	136.000
Passivos Fiscais	**7.b**	**264.942**	**233.670**
Correntes		261.857	232.816
Diferidos		3.085	854
Patrimônio Líquido	**12**	**5.777.746**	**5.712.136**
Capital Social	12.a	4.787.689	4.787.689
Reservas de Lucros		990.036	923.506
Ajustes de Avaliação Patrimonial		21	941
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**12.360.033**	**17.860.256**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

			Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		
	Nota explicativa	Capital Subscrito	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Próprios	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**4.787.689**	**220.939**	**529.699**	**(1.806)**	**-**	**5.536.521**
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	1.328	-	1.328
Lucro Líquido		-	-	-	-	222.892	222.892
Destinações:							
Reserva Legal	12.c	-	11.145	-	-	(11.145)	-
Juros sobre o Capital Próprio	12.b	-	-	(140.000)	-	-	(140.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c	-	-	105.874	-	(105.874)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	12.c	-	-	105.873	-	(105.873)	-
Saldos em 30 de junho de 2023		**4.787.689**	**232.084**	**601.446**	**(478)**	**-**	**5.620.741**
Mutações no Semestre		**-**	**11.145**	**71.747**	**1.328**	**-**	**84.220**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**4.787.689**	**244.582**	**678.924**	**941**	**-**	**5.712.136**
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	(920)	-	(920)
Lucro Líquido		-	-	-	-	244.530	244.530
Destinações:							
Reserva Legal	12.c	-	12.226	-	-	(12.226)	-
Juros sobre o Capital Próprio	12.b	-	-	(178.000)	-	-	(178.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c	-	-	116.152	-	(116.152)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	12.c	-	-	116.152	-	(116.152)	-
Saldos em 30 de junho de 2024		**4.787.689**	**256.808**	**733.228**	**21**	**-**	**5.777.746**
Mutações no Semestre		**-**	**12.226**	**54.304**	**(920)**	**-**	**65.610**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Receitas da Intermediação Financeira		**711.308**	**1.634.567**
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		711.308	1.634.567
Despesas da Intermediação Financeira		**(400.212)**	**(1.282.198)**
Operações de Captação no Mercado	13.c	(400.212)	(1.282.198)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**311.096**	**352.369**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		**(15.752)**	**(65.316)**
Outras Despesas Administrativas	14	(852)	(1.820)
Despesas Tributárias	7.d	(14.989)	(16.893)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	15	89	(46.603)
Resultado Operacional		**295.344**	**287.053**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		**295.344**	**287.053**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**7.c**	**(50.814)**	**(64.161)**
Provisão para Imposto de Renda		(26.652)	-
Provisão para Contribuição Social		(21.332)	-
Ativo Fiscal Diferido		(2.830)	(64.161)
Lucro Líquido		**244.530**	**222.892**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Lucro Líquido	**244.530**	**222.892**
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:	**(920)**	**1.328**
Ajuste ao Valor de Mercado – TVM e Derivativos	(1.755)	2.533
Imposto de Renda	835	(1.205)
Resultado Abrangente do Semestre	**243.610**	**224.220**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido		**244.530**	**222.892**
Ajustes ao Lucro Líquido:		**(1.553)**	**(80.498)**
Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais	11.b	(43)	(140.330)
Atualizações Monetárias para Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais	11.b	416	454
Impostos Diferidos		3.164	64.160
Atualização de Depósitos Judiciais	15	(4.895)	(4.561)
Atualização de Impostos a Compensar	15	(195)	(221)
Variações em Ativos e Passivos:		**1.064.245**	**(332.327)**
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários		6.681.381	1.767.674
Redução (Aumento) em Outros Ativos Financeiros		(1)	1
Redução (Aumento) em Outros Ativos		(6.738)	3
Redução (Aumento) em Depósitos		(5.612.954)	(2.130.769)
Redução (Aumento) em Despesas Antecipadas		24	24
Redução (Aumento) em Ativos Fiscais Correntes		15	(18.546)
Aumento (Redução) em Passivos Fiscais Correntes		56.088	218.494
Aumento (Redução) em Outros Passivos		(26.524)	(64.835)
Imposto Pago		(27.046)	(104.373)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais		**1.307.222**	**(189.933)**
Atividades de Financiamento			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	12.b	(136.000)	(192.100)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamento		**(136.000)**	**(192.100)**
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		**1.171.222**	**(382.033)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre		**4.825**	**414.081**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre		**1.176.047**	**32.048**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
O Banco Bandepe S.A. (Bandepe), controlado pela Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), constituído na forma de sociedade anônima, opera como Banco múltiplo e desenvolve suas operações através das carteiras comercial, de câmbio, de investimento e de crédito e financiamento. As operações do Bandepe são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados entre as instituições são absorvidos entre as mesmas e realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
a) Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras do Bandepe foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).
O Bandepe é controlado pela Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), investimentos estes que totalizam o equivalente a 100% do Capital Social da do Bandepe (Nota 13.b). As normas do Bacen preveem a apresentação de demonstrações consolidadas, não obstante, o Banco Santander foi consultado e não fez objeção quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas pela controladora.
Na aplicação das políticas contábeis da companhia, a Administração deve exercer julgamentos e realizar estimativas sobre os valores contábeis de ativo e passivo, receitas e despesas dos períodos futuros. As estimativas e premissas relacionadas baseiam-se na experiência histórica nos fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas, sendo quantificadas as estimativas e divulgadas em notas explicativas.
A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o semestre findo em 30 de junho de 2024, na reunião realizada em 28 de agosto de 2024.
a) Novas normas emitidas com vigência futura
A Resolução CMN n° 4.966/2021, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1° de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito.
A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.
A adoção da Resolução CMN n° 4.966/2021, da Lei nº 14.467/2022 e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação do Banco Bandepe. O Plano de Implementação dos referidos normativos no Banco Bandepe está segregado em três pilares: (i) Organização e Governança: Fóruns e Comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação; (ii) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e (iii) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.
O cronograma do Plano de Implementação está sendo faseado ao longo do período de 2023 até o final do exercício de 2024, sendo que ainda depende de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para implementação total. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.
A Resolução CMN n° 4.975/2021, estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1° de janeiro de 2025.
b) A Moeda Funcional e Moeda de Apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Bandepe.

3. Principais Políticas Contábeis
a) Caixa e Equivalentes de Caixa
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.
b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia.
c) Títulos e Valores Mobiliários
Conforme Circular Bacen n° 3.068/2001, a carteira de títulos e valores mobiliários é classificada nas seguintes categorias:
I - Títulos para negociação, onde são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida ao resultado do período;
II - Títulos disponíveis para venda, onde são registrados os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, mas não foram adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido. Os ajustes ao valor de mercado, quando realizados, são transferidos para o resultado do período; e
III - títulos mantidos até o vencimento, onde são registrados os títulos e valores mobiliários para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.
As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.
d) Investimentos
Os investimentos em sociedades coligadas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial, e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.
e) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias
O Bandepe é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades.
As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.
As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e com base nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 11.d) e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação.
Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Bandepe, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.
f) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)
O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas tributárias.
g) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, é de 20% nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103/2019.
Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao exercício em que se estima a realização do ativo e ou a liquidação do passivo.
De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 7.a2, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.
h) Redução ao Valor Recuperável de Ativos
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.
i) Juros sobre Capital Próprio
Os Juros sobre Capital Próprio são reconhecidos no passivo a partir do momento que sejam declarados ou propostos, conforme Resolução CMN nº 4.872/20.
j) **Resultados Recorrentes/Não Recorrentes**
Resultado não corrente do exercício é aquele que:
I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.
A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 17.
k) Eventos Subsequentes
Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:
• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2023	31/12/2022
Disponibilidades	-	-	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**1.176.047**	**4.825**	**32.048**	**414.081**
Aplicações no Mercado Aberto	1.176.047	4.825	32.048	414.081
Total	**1.176.047**	**4.825**	**32.048**	**414.081**

As informações relativas a 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais e saldos finais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	30/06/2024		31/12/2023
	Até 3 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto			
Posição Bancada	**1.176.047**	**1.176.047**	**4.825**
Letras do Tesouro Nacional - LTN (nota 13.c)	1.176.047	1.176.047	4.825
Total	**1.176.047**	**1.176.047**	**4.825**

6. Títulos e Valores Mobiliários
I) Resumo da Carteira por Categorias

	30/06/2024			31/12/2023
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado Refletido no Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Disponíveis para Venda	**10.963.406**	**41**		
Títulos Públicos	**2.177**	**-**	**2.177**	**2.067**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.177	-	2.177	2.067
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimentos	**10.961.229**	**41**	**10.961.270**	**17.644.516**
Fundo Multimercado (1)	10.929.209	-	10.929.209	17.610.914
Fundo Imobiliário (2)	32.020	41	32.061	33.602
Total de Títulos e Valores Mobiliários	**10.963.406**	**41**	**10.963.447**	**17.646.583**

II) Abertura por Vencimento

	30/06/2024			31/12/2023
	Sem Vencimento	De 1 a 3 anos	Total	Total
Títulos Disponíveis para Venda				
Títulos Públicos	**-**	**2.177**	**2.177**	**2.067**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	2.177	2.177	2.067
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimentos	**10.961.270**	**-**	**10.961.270**	**17.644.516**
Fundo Multimercado [(1)]	10.929.209	-	10.929.209	17.610.914
Fundo Imobiliário [(2)]	32.061	-	32.061	33.602
Total	**10.961.270**	**2.177**	**10.963.447**	**17.646.583**

[(1)] As cotas de fundo de investimento em cotas de fundo multimercado destinam seus recursos substancialmente em títulos de investimento no Exterior.
[(2)] As cotas de fundo de investimento em cotas de fundo imobiliário destinam seus recursos, substancialmente, em imóveis para renda.
As cotas de fundo de investimento são atualizadas com base no valor da cota divulgada pelos administradores dos fundos diariamente.
O valor do custo amortizado/contábil é equivalente ao valor de mercado.
Em 30 de junho de 2024 e 2023, o Bandepe não realizou operações com derivativos.

7. Ativos e Passivos Fiscais
a) Ativos Fiscais Correntes e Diferidos

	30/06/2024	31/12/2023
Ativos Fiscais Diferidos	4.854	4.952
Impostos e Contribuição a Compensar	5.146	4.965
Total	**10.000**	**9.917**
Circulante	**-**	**4.965**
Não Circulante	**10.000**	**4.952**

a.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	Origens 30/06/2024	Origens 31/12/2023	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2024
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	9.028	8.632	3.885	188	(10)	4.063
Negociação	-	1.420	346	-	(346)	-
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa	1	1	-	-	1	1
Outras provisões e ajustes temporários	1.385	1.232	554	71	(2)	623
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças	**10.414**	**11.285**	**4.785**	**259**	**(357)**	**4.687**
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição	670	670	167	-	-	167
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	**11.084**	**11.955**	**4.952**	**259**	**(357)**	**4.854**

Em 30 de junho de 2024 e 2023, o Bandepe não possui créditos tributários não ativados.
O registro contábil dos Ativos Fiscais Diferidos nas demonstrações financeiras do Banco Bandepe foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 4.842/2020 e Resolução BCB nº 15.
a.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

	30/06/2024			
	Diferenças Temporárias			
Ano	IRPJ	CSLL	Prejuízos Fiscais - Base Negativa	Total
2024	87	69	-	156
2025	173	138	-	311
2026	87	69	-	156
2027	-	-	-	-
2028	-	-	-	-
2029 a 2033	2.257	1.806	168	4.231
Total	**2.604**	**2.082**	**168**	**4.854**

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.
Com base na Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.
a.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos
O valor presente total dos créditos tributários e do valor registrado é de R$ 2.668 (31/12/2023 - R$2.525), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL e a taxa média de captação, projetada para o exercício correspondente.
b) Passivos Fiscais Correntes e Diferidos
As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	30/06/2024	31/12/2023
Provisão Tributos Diferidos	3.085	854
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	232.981	206.746
Impostos e Contribuições a Pagar	28.876	26.070
Total	**264.942**	**233.670**

b.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2024
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação	-	300	-	300
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis Venda	854	336	(1.170)	20
Outros	-	2.765	-	2.765
Total	**854**	**3.401**	**(1.170)**	**3.085**

b.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Fiscais Diferidos

	30/06/2024			
Ano	Diferenças Temporárias IRPJ	Diferenças Temporárias CSLL	Diferenças Temporárias PIS/COFINS	Total Ativado e Diferido
2024	257	206	30	493
2025	514	411	60	985
2026	514	411	60	985
2027	258	206	60	524
2028	2	2	60	64
2029 a 2033	1	1	32	34
Total	**1.546**	**1.237**	**302**	**3.085**

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Resultado Operacional antes da tributação	**295.344**	**287.053**
Alíquota (25% de Imposto de Renda e 20% de Contribuição Social)	**(132.905)**	**(129.174)**
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	2.306	(2.424)
IRPJ e CSLL sobre Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	-	4.437
Juros sobre o Capital Próprio	80.100	63.000
Demais Ajustes	(315)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(50.814)**	**(64.161)**

[(1)] Majoração da alíquota da CSLL, a partir de agosto 2022 até dezembro 2022.

d) Despesas Tributárias

	30/06/2024	30/06/2023
Despesa de COFINS	12.473	14.095
Despesa com PIS	2.027	2.290
Outras	489	508
Total	**14.989**	**16.893**

8. Outros Ativos

	30/06/2024	31/12/2023
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	203.451	198.472
Pagamentos a Ressarcir	235	235
Outros Valores e Bens	58	82
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	292	-
Depósitos Judiciais	46	131
Outros	6.444	-
Total	**210.526**	**198.920**
Circulante	**103**	**213**
Não Circulante	**210.424**	**198.707**

9. Depósitos

	30/06/2024		31/12/2023
	De 3 a 12 Meses	Total	Total
Depósitos Interfinanceiros (Nota 13.c)	6.155.631	6.155.631	11.768.586
Total	**6.155.631**	**6.155.631**	**11.768.586**

10. Outros Passivos

	30/06/2024	31/12/2023
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Fiscais (Nota 11.b)	9.825	9.433
Provisão para Pagamentos a Efetuar	589	431
Sociais e Estatutárias	151.300	136.000
Total	**161.714**	**145.864**
Circulante	**152.685**	**137.232**
Não Circulante	**9.028**	**8.632**

11. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais
a) Ativos Contingentes
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.e).
b) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	Trabalhista		Civeis		Fiscais	
	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Saldo Inicial	**-**	**-**	**-**	**-**	**9.433**	**193.558**
Constituição Líquida de Reversão	(26)	-	-	44.003	(17)	(184.333)
Atualização Monetária [(1)]	-	-	-	-	416	454
Baixa por Pagamentos	26	-	-	(44.003)	(7)	-
Saldo Final	**-**	**-**	**-**	**-**	**9.825**	**9.679**
Depósitos em Garantia - Outros Créditos [(2)]	-	-	-	-	201.233	184.598
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	1.237	1.135

[(1)] Registrados em despesas tributárias e outras receitas/despesas operacionais.
[(2)] Referem-se aos valores de depósitos em garantias, majoritariamente para provisões de impostos PIS/COFINS (nota 7.b).

c) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias
Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, estão descritos a seguir:

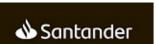
Continua

...Continuação

Banco Bandepe S.A.

CNPJ nº 10.866.788/0001-77

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

PIS e COFINS - R$ 200.920 (31/12/2023- R$ 196.013): O Bandepe ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas, que, antes da referida norma, eram tributadas pelo PIS e Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.
Em 2023, entretanto, o STF decidiu o Tema 372 por meio de Repercussão Geral, e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/COFINS sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras, de forma a terem sido constituídas as respectivas obrigações de PIS e COFINS.

d) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, avaliados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.
As ações de natureza tributária com classificação de perda possível totalizaram R$ 36.994.

PIS e COFINS (JCP) Lei nº 12.973/14 - O principal processo de natureza tributária se refere a autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, pretendendo a exigência de PIS e COFINS sobre receitas que não decorrem da atividade preponderante da empresa, contrariando assim o novo texto legal trazido pela Lei Federal nº 12.973/2014. Em 30 de junho de 2024, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R$ 15.937.

12. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, é composto por 3.589 mil ações ordinárias, respectivamente, todas nominativas e sem valor nominal, todas de domiciliados no país.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação.

	30/06/2024				
	Em Milhares de Reais			**Reais por Ação Ordinária**	
	Bruto	**IRRF**	**Líquido**	**Bruto**	**Líquido**
Juros sobre Capital Próprio [1]	178.000	26.700	151.300	49,60	42,16
Total	178.000	26.700	151.300	49,60	42,16

[1] Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de junho de 2024, O valor líquido dos Juros sobre o Capital Próprio pagos em 28 de agosto de 2024 e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2024.

	31/12/2023				
	Em Milhares de Reais			**Reais por Ação Ordinária**	
	Bruto	**IRRF**	**Líquido**	**Bruto**	**Líquido**
Juros sobre Capital Próprio [1]	140.000	21.000	119.000	39,00	33,15
Juros sobre Capital Próprio [2]	160.000	24.000	136.000	44,58	37,89
Total	300.000	**45.000**	**255.000**	**83,58**	**71,04**

[1] Deliberados pelo Conselho de Administração em 23 de junho de 2023, O valor líquido dos Juros sobre o Capital Próprio pagos em 22 de agosto de 2023 e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2023.
[2] Deliberados pelo Conselho de Administração em 29 de dezembro de 2023, O valor líquido dos Juros sobre o Capital Próprio pagos em 29 de fevereiro de 2024 e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2023.

c) Reservas de Lucros

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas Estatutárias

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, foram destinados 50% para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações do Bandepe e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas as reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

13. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Bandepe realizada em 29 de abril de 2024, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos Administradores para o ano de 2024, no valor máximo de R$10 mil. O Bandepe é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander. O Bandepe não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.
Em 30 de junho de 2024 e 2023, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria e Planos de Aposentadoria Complementar.

b) Participação Acionária

O Bandepe é controlado pela Santander Leasing S.A. que possui participação acionária direta de 3.589 mil ações ordinárias equivalentes a 100,00% do capital social.

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.
As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		**Receitas (Despesas)**	
			01/01 a	01/01 a
	30/06/2024	31/12/2023	**30/06/2024**	30/06/2023
Aplicações no Mercado Aberto	**1.176.047**	**4.825**	**15.932**	**18.777**
Banco Santander (Brasil) [1]	1.176.047	4.825	15.932	18.777
Títulos e Valores Mobiliários	**10.929.208**	**17.610.914**	**686.817**	**1.614.321**
Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito	10.929.208	17.610.914	686.817	1.614.321
Depósitos Interfinanceiros	**(6.155.631)**	**(11.768.586)**	**400.212**	**1.282.198**
Banco Santander (Brasil) [1]	(6.155.631)	(11.768.586)	400.212	1.282.198
Dividendos e Bonificações a Pagar	**(151.300)**	**(136.000)**	**-**	**-**
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil [3]	(151.300)	(136.000)	-	-
Valores a Pagar Sociedades Ligadas (Nota 14)	**-**	**-**	**(198)**	**(134)**
Banco Santander (Brasil) [1] [2]	-	-	(198)	(134)

[1] Controlador da Leasing.
[2] As despesas referem-se a despesas administrativas Convênio Operacional.
[3] Controlador da Bandepe

14. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Doações Entidades Filantrópicas	-	565
Convênio Operacional - Banco Santander (Nota 13.c)	198	134
Serviços Técnicos Especializados e Terceiros	134	144
Serviços do Sistema Financeiro	443	588
Seguros	24	24
Propaganda e Publicidade	52	360
Outras	1	5
Total	**852**	**1.820**

15. Outras Receitas (Despesas) Operacionais

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Atualização de Depósitos Judiciais	4.895	4.561
Atualização de Impostos a Compensar	195	221
Reversão de Provisão PIS e COFINS (Lei nº 9.718/98)	-	184.321
Reversão de Provisões Operacionais - Fiscais	17	12
Reversão de Provisões Operacionais - Trabalhistas	26	-
Reversão de Provisões Operacionais - Outros	35	-
Provisões Operacionais - Cíveis (Nota 12.b)	-	(44.003)
Atualização de Impostos	(147)	(1.545)
Obrigações de PIS e COFINS (2)	(4.907)	(190.126)
Outras	(25)	(44)
Total	**89**	**(46.603)**

[1] Em 2023, constituição da obrigação de PIS e COFINS (Lei nº 9.718/98)

16. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN nº 4.910/2021, o Bandepe aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander. As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

DIRETORIA

Diretor Vice-Presidente
Franco Raul Rizza

Diretores Executivos
Alexandre Guimarães Soares | Carlos Aguiar Neto | Ede Ilson Viani | Vanessa Alessi Manzi | Izabella Belisário | Sandro Rogério da Silva Gamba | Reginaldo Antonio Ribeiro

Contadora
Camilla Cruz Oliveira de Souza - CRC Nº 1SP – 256989/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Banco Bandepe S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Bandepe S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2024

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Rodrigo Pecht
Contador CRC 1SP213429/O-7

Santander Financiamentos

Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

CNPJ nº 07.707.650/0001-10

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e demais diretrizes previstas Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Mercado de atuação
A Aymoré CFI é Instituição financeira integrante do Conglomerado Santander, atua na realização de operações de crédito, financiamento e empréstimo em geral, incluindo, mas não se limitando, o financiamento para capital de giro e para aquisição de bens e serviços, e demais atividades permitidas pela legislação e regulamentação em vigor.

Patrimônio Líquido e Resultado
Em 30 de junho de 2024 o lucro líquido do semestre foi de R$ 797milhões, redução de (28,93)% em relação ao mesmo período acumulado do ano anterior. O patrimônio líquido atingiu o montante de R$23.636 milhões.

Ativos e Passivos
Em 30 de junho de 2024, os ativos totais atingiram R$ 73.850 milhões, destacando-se R$ 65.275 milhões de Operações de Crédito e R$ 6.376 milhões de Títulos e Valores Mobiliários. No passivo, destacam-se os depósitos interfinanceiros, cujo o total é R$ 47.462 milhões.

Eventos Societários
Em 2024 não ocorreram novos eventos societários

Auditoria Independente
A política de atuação da Aymoré CFI na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.

A Aymoré CFI informa que no semestre findo em 30 de junho de 2024, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria das demonstrações financeiras.
Ademais, a Aymoré CFI confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

Outros Assuntos
A Aymoré CFI., em atendimento ao disposto na Circular Bacen 3.068/2001, afirma que possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

São Paulo, 28 de agosto de 2024.
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Ativo Circulante e não Circulante		**73.849.630**	**64.249.280**
Disponibilidades	4	433.706	271.391
Instrumentos Financeiros		**71.805.228**	**62.948.259**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4, 5 e 17.d	155.041	351.332
Títulos e Valores Mobiliários	6	6.375.673	5.010.651
Operações de Crédito	7	65.274.514	57.586.276
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7.e	**(3.378.607)**	**(3.522.571)**
Outros Ativos	9	**2.208.074**	**2.135.370**
Ativos Fiscais	8.a	**2.472.036**	**2.131.512**
Investimentos	10	**307.893**	**283.611**
Participações em Coligadas e Controladas		291.572	263.925
Ágio		16.321	19.686
Imobilizado de Uso	11	1.300	1.708
Intangível	12	-	-
Ativos Intangíveis		142.518	142.518
(Amortizações Acumuladas)		(142.518)	(142.518)
Total do Ativo		**73.849.630**	**64.249.280**

	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Passivo Circulante e não Circulante		**50.213.756**	**41.410.541**
Instrumentos Financeiros		**47.462.181**	**38.825.111**
Depósitos	13	47.462.181	38.825.111
Outros Passivos	14	**586.630**	**510.149**
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	15.b	11.250	10.750
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos Ações Trabalhistas e Cíveis	15.b	173.775	157.829
Outras Provisões	14	72.822	61.353
Diversos	14	328.783	280.217
Passivos Fiscais	8.b	**2.164.945**	**2.075.281**
Patrimônio Líquido	16	**23.635.874**	**22.838.739**
Capital Social:			
De Domiciliados no País	16.a	21.447.673	21.447.673
Reservas de Lucros		2.188.187	1.391.052
Ajustes de Avaliação Patrimonial		14	14
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**73.849.630**	**64.249.280**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Receitas da Intermediação Financeira		**6.480.493**	**5.593.219**
Operações de Crédito		6.115.418	5.171.063
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		365.067	422.014
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		8	142
Despesas da Intermediação Financeira		**(3.638.920)**	**(2.345.459)**
Operações de Captação no Mercado		(2.072.094)	(517.862)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7.e	(1.566.826)	(1.827.597)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**2.841.573**	**3.247.760**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		**(1.540.423)**	**(1.378.354)**
Receitas de Prestação de Serviços	18	59.236	55.071
Rendas de Tarifas Bancárias	18	425.480	287.888
Despesas de Pessoal	19	(144.440)	(110.181)
Outras Despesas Administrativas	20	(461.530)	(469.747)
Despesas Tributárias	8d	(259.708)	(281.771)
Resultado de Participação em Controladas	10	23.577	25.485
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	21	(1.183.038)	(885.099)
Resultado Operacional		**1.301.150**	**1.869.406**
Resultado não Operacional		(572)	(3.949)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		**1.300.578**	**1.865.457**
Imposto de Renda e Contribuição Social	8.c	**(485.171)**	**(726.518)**
Provisão para Imposto de Renda		(492.877)	(226.929)
Provisão para Contribuição Social		(316.043)	(141.194)
Ativo Fiscal Diferido		323.749	(358.395)
Participações no Lucro		(18.272)	(17.358)
Lucro Líquido		**797.135**	**1.121.581**
Nº de Ações	16.a	50.159.411	50.159.411
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R$)		15,89	22,36

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Ajustes de Avaliação Patrimonial Próprios	Lucros (Prejuizos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**41.447.673**	**292.082**	**1.908.160**	**12**	**-**	**43.647.927**
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Planos e Benefícios		-	-	-	1	-	**1**
Ajustes de Exercicios anteriores		-	(32.531)	32.531	-	-	**-**
Distribuição de Dividendos com Base em Reservas		-	-	(1.940.691)	-	-	**(1.940.691)**
Lucro Líquido		-	-	-	-	1.121.581	**1.121.581**
Dividendos Intercalares		-	-	-	-	(1.250.000)	**(1.250.000)**
Saldos em 30 de junho de 2023		**41.447.673**	**259.551**	**-**	**13**	**(128.419)**	**41.578.818**
Mutações no Semestre		**-**	**(32.531)**	**(1.908.160)**	**1**	**(128.419)**	**(2.069.109)**

	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Ajustes de Avaliação Patrimonial Próprios	Lucros (Prejuizos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**21.447.673**	**378.626**	**1.012.426**	**14**	**-**	**22.838.739**
Lucro Líquido		-	-	-	-	797.135	**797.135**
Reserva Legal	16.c	-	39.857	-	-	(39.857)	**-**
Reserva para Equalização de Dividendos	16.c	-	-	378.639	-	(378.639)	**-**
Reserva para Reforço de Capital de Giro	16.c	-	-	378.639	-	(378.639)	**-**
Saldos em 30 de junho de 2024		**21.447.673**	**418.483**	**1.769.704**	**14**	**-**	**23.635.874**
Mutações no Semestre		**-**	**39.857**	**757.278**	**-**	**-**	**797.135**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Lucro Líquido do Período	**797.135**	**1.121.581**
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucro Líquido:	**-**	**1**
Planos de Benefícios	-	2
Imposto de Renda	-	(1)
Resultado Abrangente do Período	**797.135**	**1.121.582**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido		**797.135**	**1.121.581**
Ajustes ao Lucro Líquido		**1.331.912**	**939.120**
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7.e	1.566.826	1.827.597
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	15.c	125.041	(1.211.343)
Atualizações Monetárias das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	15.c	1.425	2.138
Tributos Diferidos	8	(323.749)	358.396
Resultado de Participações em Controladas	10	(23.577)	(25.485)
Depreciações e Amortizações	20	3.773	4.650
Resultado na Alienação de Valores e Bens		(2.383)	(3.829)
Atualização de Depósitos Judiciais	21	(14.460)	(10.677)
Atualização de Impostos a Compensar	21	(984)	(2.327)
Variações em Ativos e Passivos		**(2.037.455)**	**1.630.444**
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		141.286	1.244.661
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		(1.365.022)	460.228
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		(9.386.030)	(1.903.809)
Crédito		(25.062)	14.508
Redução (Aumento) em Despesas Antecipadas		(1.671)	(3.673)
Redução (Aumento) em Outros Ativos		(57.035)	435.582
Redução (Aumento) em Ativos Fiscais Correntes		1.922	82.000
Aumento (Redução) em Depósitos		8.637.070	236.091
Aumento (Redução) em Outros Passivos		(54.866)	(139.442)
Aumento (Redução) em Passivos Fiscais Correntes		846.426	1.803.455
Imposto Pago		(774.473)	(599.157)
Caixa Líquido Originado em Atividades Operacionais		**91.592**	**3.691.145**
Atividades de Investimento			
Alienação de Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		14.909	21.404
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		809	8.501
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimento		**15.718**	**29.905**
Atividades de Financiamento			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	16.b	-	(3.608.918)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamento		**-**	**(3.608.918)**
Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		**107.310**	**112.132**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre	**4**	**481.437**	**187.978**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre	**4**	**588.747**	**300.110**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
A Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI), constituída na forma de sociedade anônima e, como instituição financeira, é regulada pelo Banco Central do Brasil. É uma companhia subsidiária integral controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) e tem por objeto social a realização de operações de crédito, financiamento e empréstimo em geral, incluindo, mas não se limitando, financiamento para capital de giro e para aquisição de bens e serviços, e demais atividades permitidas pela legislação e regulamentação em vigor. As operações da Aymoré CFI são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados, absorvidos entre a Aymoré CFI e o Banco Santander, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
(a) Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras da Aymoré CFI, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen.
A Aymoré CFI é controlada pelo Banco Santander, investimentos estes que totalizam o equivalente à 100% do Capital Social da Aymoré CFI (Nota 17.c). As normas do Bacen preveem a apresentação de demonstrações consolidadas, não obstante, o Banco Santander foi consultado e não fez objeção quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas pela controladora.
A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.
O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o semestre findo em 30 de junho de 2024, na reunião realizada em 28 de agosto de 2024.
(b) Novas normas emitidas com vigência futura
A Resolução CMN n° 4.966/2021, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1° de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito. A adoção da Resolução CMN n° 4.966/2021, da Lei nº 14.467/2022 e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF pela Aymoré CFI, estão contidas no Plano de Implementação do Conglomerado Santander.
O Plano de Implementação dos referidos normativos no Conglomerado Santander está segregado em três pilares:
(i) Organização e Governança: Fóruns e Comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação;
(ii) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e
(iii) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.
O cronograma do Plano de Implementação está sendo faseado ao longo do período de 2023 até o final do exercício de 2024, sendo que ainda depende de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para implementação total. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.
A Resolução CMN n° 4.975/2021, estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1° de janeiro de 2025.
A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.
(c) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Aymoré CFI.

3. Principais Políticas Contábeis
a) Caixa e Equivalentes de Caixa
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.
b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia.
c) Títulos e Valores Mobiliários
Conforme Circular Bacen n° 3.068/2001, a carteira de títulos e valores mobiliários é classificada nas seguintes categorias:
I - Títulos para negociação, onde são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida ao resultado do período;
II - Títulos disponíveis para venda, onde são registrados os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, mas não foram adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido. Os ajustes ao valor de mercado, quando realizados, são transferidos para o resultado do período; e
III - títulos mantidos até o vencimento, onde são registrados os títulos e valores mobiliários para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.
As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.
d) Mensuração do Valor Justo
A Aymoré classifica as mensurações ao valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração:
Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações e derivativos listados.
Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente. Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado utilizando como referência dados de mercado observáveis.
Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, a Aymoré utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa de liquidez.
e) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito
A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados *pro rata* dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.
A Aymoré CFI efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.
As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.
As cessões de crédito com retenção de riscos têm seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.
As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas); na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN 2.682/1999.
f) Outros Valores e Bens
Outros valores e bens referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento.
g) Despesas Antecipadas
São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.
g.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários
Considerando-se o contido na Resolução CMN n° 4.935 de julho de 2021, as comissões pagas aos agentes intermediadores da originação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.
As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.
h) Permanente
Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:
h.1) Investimentos
Os ajustes dos investimentos em sociedades controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.
O ágio na aquisição de sociedades controladas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor.
h.2) Imobilizado de Uso
A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.
h.3) Intangível
Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.
i) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias
A Aymoré é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.
As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.
As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 15) e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação.
Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
No caso de trânsitos em julgado favoráveis à Aymoré, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.
j) Plano de Benefícios a Funcionários
Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Aymoré CFI de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.
Plano de Contribuição Definida
Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a Aymoré e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no exercício corrente e em exercícios anteriores.
As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas de pessoal na demonstração dos resultados.
Planos de Benefício Definido
Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 22. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.
Desde janeiro de 2013, a Aymoré CFI aplica o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 (R1) que estabelece o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).
Principais Definições
- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.
- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.
- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.
- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.
- Custo do serviço corrente é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no exercício corrente.
- O custo do serviço passado é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em exercícios anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.
Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.
Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovado pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.
k) Remuneração Baseada em Ações
A Aymoré CFI possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência; (2) condições de performance, a quantidade de ações a serem entregues a cada participante será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance: comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Conglomerado Santander com o RTA dos principais concorrentes globais do Grupo e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. A Aymoré mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.
Liquidação em Ação
A Aymoré CFI mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital do Banco Santander ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, a Aymoré considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.
Liquidação em Dinheiro
Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), a Aymoré CFI mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e liquidação. A Aymoré reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte, quaisquer mudanças neste montante são reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida às provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo como os serviços são recebidos, a Aymoré registra o passivo total que represente a melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor estimativa disponível. Periodicamente, a Aymoré analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

Remuneração Variável Referenciada em Ações
Além dos administradores, todos os funcionários em posição de tomadores de risco, recebem no mínimo 40% de sua remuneração variável diferida em pelo menos três anos e 50% do total da remuneração variável em ações (SANB11), condicionada à permanência do participante no Grupo durante toda vigência do plano.
O plano está sujeito à aplicação de cláusulas Malus e Clawback, segundo as quais as parcelas diferidas da remuneração variável podem ser reduzidas, canceladas ou devolvidas nos casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.
O valor justo das ações é calculado pela média da cotação final diária das ações nos 15 (quinze) últimos pregões imediatamente anteriores ao primeiro dia útil do mês de outorga.
l) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)
O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias. Para empresas não financeiras as alíquotas são de 1,65% para o PIS e 7,6% para a Cofins.
m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.
Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.
De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 8.a, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.
n) Estimativas Contábeis
Na aplicação das políticas contábeis da companhia, a Administração deve exercer julgamentos e realizar estimativas sobre os valores contábeis de ativo e passivo, receitas e despesas dos períodos futuros. As estimativas e premissas relacionadas baseiam-se na experiência histórica nos fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas, sendo quantificadas as estimativas e divulgadas em notas explicativas
o) Juros sobre Capital Próprio
Os Juros sobre Capital Próprio são reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou proposto e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprindo esta determinação, essa remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Patrimônio Líquido.
p) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes
O resultado não corrente do exercício é aquele que:
I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.
A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 23.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2024	30/06/2023	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	**433.706**	**300.110**	271.391	81.960
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**155.041**	**-**	210.046	106.018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	155.041	-	210.046	106.018
Total	**588.747**	**300.110**	481.437	187.978

As informações relativas a 30 de junho de 2023, 31 de dezembro de 2022 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais e saldos finais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Até 3 meses	30/06/2024	31/12/2023
Aplicações no Mercado Aberto	**155.041**	**155.041**	**351.332**
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	155.041	155.041	351.332
Total	**155.041**	**155.041**	**351.332**
Circulante		**155.041**	**351.332**

6. Títulos e Valores Mobiliários
a) Títulos e Valores Mobiliários
I) Resumo da Carteira por Categorias

	30/06/2024 Valor do Custo Amortizado	30/06/2024 Valor Contábil	31/12/2023 Valor Contábil
Títulos Disponíveis para Venda			
Títulos Privados	**6.259.254**	**6.259.254**	**4.852.180**
Cotas de Fundos de Investimentos [1]	6.259.254	6.259.254	4.852.180
Títulos para Negociação			
Títulos Privados	**116.418**	**116.418**	**158.471**
Cotas de Fundos de Investimentos [2]	116.418	116.418	158.471
Total	**6.375.672**	**6.375.672**	**5.010.651**
Circulante		**6.375.672**	**5.010.651**

Continua

...Continuação

Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

CNPJ nº 07.707.650/0001-10

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

II) Abertura por Vencimento

	30/06/2024		31/12/2023	
	Sem Vencimento	Total	Sem Vencimento	Total
Títulos Disponíveis para Venda				
Títulos Privados	**6.259.254**	**6.259.254**	**4.852.180**	**4.852.180**
Cotas de Fundos de Investimentos [1]	6.259.254	6.259.254	4.852.180	4.852.180
Títulos para Negociação				
Títulos Privados	**116.418**	**116.418**	**158.471**	**158.471**
Cotas de Fundos de Investimentos [2]	116.418	116.418	158.471	158.471
Total	**6.375.672**	**6.375.672**	**5.010.651**	**5.010.651**

[1] Em 30 de junho de 2024 as carteiras dos Fundos de Investimento estão compostas basicamente por ações de companhias abertas, debêntures e direitos creditórios.
[2] Em 30 de junho de 2024 a carteira do Fundo de Investimento está composta basicamente por operações compromissadas vinculadas a títulos públicos e Letras Financeiras do Tesouro - LFT.
As cotas de fundo de investimento são atualizadas com base no valor da cota divulgada pelos administradores dos fundos diariamente.
O valor do custo amortizado/contábil é equivalente ao valor de mercado.
Em 30 de junho de 2024 e 2023, a Aymoré CFI não realizou operações com derivativos.

7. Carteira de Créditos e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

a) Carteira de Créditos

	30/06/2024	31/12/2023
Operações de Crédito	**65.274.514**	**57.586.276**
Financiamentos	64.497.324	56.762.337
Empréstimos e Títulos Descontados	777.190	823.939
Outros Ativos	**1.450.773**	**1.420.908**
Títulos e Créditos a Receber [1] (Nota 9)	1.450.773	1.420.908
Total	**66.725.287**	**59.007.184**

[1] Referem-se substancialmente a créditos adquiridos de lojistas.

b) Carteira de Créditos por Vencimento

	30/06/2024	31/12/2023
Vencidas	1.090.731	1.130.028
A Vencer [1]:		
Até 3 Meses	8.724.177	7.969.159
De 3 a 12 Meses	21.251.122	18.831.095
Acima de 12 Meses	35.659.257	31.076.902
Total	**66.725.287**	**59.007.184**

[1] A abertura de prazo é feita considerando o vencimento das parcelas.

c) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	30/06/2024	31/12/2023
Setor Privado		
Indústria	806.557	744.140
Comércio	2.414.191	2.217.119
Instituições Financeiras	11.228	10.445
Serviços e Outros	3.643.247	3.168.806
Pessoas Físicas	59.820.374	52.839.465
Agricultura	23.637	23.566
Setor Publico		
Governo Municipal	6.053	3.643
Total	**66.725.287**	**59.007.184**

d) Carteira de Créditos e da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

		30/06/2024				
		Créditos			Provisão	
Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal [1]	Total	Requerida	Total
AA	-%	11.842.466	-	11.842.466	-	-
A	0,5%	32.252.783	-	32.252.783	161.264	161.264
B	1%	12.709.181	1.488.161	14.197.342	141.973	141.973
C	3%	2.089.370	1.425.221	3.514.591	105.438	105.438
D	10%	497.091	774.632	1.271.723	127.172	127.172
E	30%	111.747	533.752	645.499	193.650	193.650
F	50%	69.100	417.260	486.360	243.180	243.180
G	70%	52.844	309.131	361.975	253.383	253.383
H	100%	337.015	1.815.532	2.152.547	2.152.547	2.152.547
Total		**59.961.597**	**6.763.689**	**66.725.286**	**3.378.607**	**3.378.607**
Circulante						**1.296.526**
Não Circulante						**2.082.081**

		31/12/2023				
		Créditos			Provisão	
Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal [1]	Total	Requerida	Total
AA	-%	12.449.616	-	12.449.616	-	-
A	0,5%	30.325.163	-	30.325.163	151.626	151.626
B	1%	6.100.521	1.297.838	7.398.359	73.984	73.984
C	3%	2.241.441	1.322.843	3.564.284	106.929	106.929
D	10%	574.508	774.264	1.348.772	134.877	134.877
E	30%	124.471	545.079	669.550	200.865	200.865
F	50%	82.318	463.010	545.328	272.664	272.664
G	70%	62.700	352.252	414.952	290.466	290.466
H	100%	366.051	1.925.109	2.291.160	2.291.160	2.291.160
Total		**52.326.789**	**6.680.395**	**59.007.184**	**3.522.571**	**3.522.571**
Circulante						**1.318.841**
Não Circulante						**2.203.730**

[1] Inclui parcelas vincendas e vencidas.

e) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Saldo Inicial	**3.522.571**	**3.588.011**
Constituições Líquidas das Reversões	1.566.826	1.827.597
Baixas	(1.710.790)	(1.705.381)
Saldo Final	**3.378.607**	**3.710.227**
Créditos Recuperados [1]	**125.404**	**153.867**

[1] Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica operações de crédito.

f) Créditos Renegociados

	30/06/2024	31/12/2023
Créditos Renegociados [1]	3.713.020	4.152.857
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(1.235.895)	(1.410.293)
Percentual de Cobertura sobre a Carteira de Renegociação	33%	34%

[1] Foram consideradas operações para as quais ocorreram contratações de acordos, em atraso a partir de 30 dias.

8. Ativos e Passivos Fiscais

a) Ativos fiscais Correntes e Diferidos

	30/06/2024	31/12/2023
Ativos Fiscais Diferidos	2.442.644	2.101.183
Impostos e Contribuições a Compensar	29.392	30.329
Total	**2.472.036**	**2.131.512**

a.1) Natureza e Origem dos Ativos fiscais Diferidos

	Origens		Saldo em	Constituição	Realização	Saldo em
	30/06/2024	31/12/2023	31/12/2023			30/06/2024
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	5.566.997	4.718.986	1.887.595	625.888	(286.684)	2.226.799
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	165.864	164.207	65.683	23.784	(23.122)	66.345
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	5.487	5.143	2.056	296	(159)	2.193
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	128.630	141.046	56.419	7.388	(12.354)	51.453
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	22.336	27.619	11.047	7.309	(9.422)	8.934
Outras Provisões Temporárias [1]	217.309	195.969	78.383	72.171	(63.634)	86.920
Total dos Créditos Tributários	**6.106.623**	**5.252.970**	**2.101.183**	**736.836**	**(395.375)**	**2.442.644**

[1] Em 2023, inclui os efeitos relacionados ao processo do PIS e Cofins referentes ao questionamento da Lei n° 9718/98, conforme descrito na nota 15.
[2] Composto, principalmente, por provisões de natureza administrativas e depósitos judiciais.
A Aymoré CFI não possui créditos tributários não ativados em 30 de junho de 2024 e 2023.

a.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

	30/06/2024		
	Diferenças Temporárias		
Ano	IRPJ	CSLL	Total Registrado
2024	254.387	152.632	407.019
2025	375.623	225.372	600.995
2026	454.093	272.458	726.551
2027	357.090	214.257	571.347
2028	84.216	50.530	134.746
2029 a 2033	1.241	745	1.986
Após 2034	-	-	-
Total	**1.526.650**	**915.994**	**2.442.644**

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.
Com base na Resolução CMN 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

a.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente total dos créditos tributários é de R$ 2.124.123 (31/12/2023- R$ 1.770.037), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

b) Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	30/06/2024	31/12/2023
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	2.080.916	2.002.384
Provisão para Tributos Diferidos	27.020	9.308
Impostos e Contribuições a Pagar	57.009	63.588
Total	**2.164.945**	**2.075.280**

[1] Em 2023, inclui os efeitos da constituição dos montantes relacionados ao processo do PIS e Cofins referentes ao questionamento da Lei n° 9718/98, conforme descrito na nota 15.

b.1) Natureza e Origem dos Passivos Passivos Fiscais Diferidos

	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2024
Outros [1]	9.308	17.712	-	27.020
Total	**9.308**	**17.712**	**-**	**27.020**

[1] Compõem majoritariamente de IR sobre receitas incentivadas.

b.2) Expectativa de Realização dos Passivos Fiscais Diferidos

	30/06/2024		
	Diferenças Temporárias		
Ano	IRPJ	CSLL	Total
2023	1.351	-	1.351
2024	2.702	-	2.702
2025	2.702	-	2.702
2026	2.702	-	2.702
2027	2.702	-	2.702
2028 a 2032	13.509	1	13.510
Após 2032	1.351	-	1.351
Total	**27.019**	**1**	**27.020**

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	**1.300.578**	**1.865.457**
Participações no Lucro [1]	(18.272)	(17.358)
Resultado antes dos Impostos	**1.282.306**	**1.848.099**
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15%	**(512.922)**	**(739.240)**
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	9.431	10.194
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	35.195	5.915
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	(17.760)	(57)
Demais Ajustes	885	(3.330)
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(485.171)**	**(726.518)**

[1] A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.

d) Despesas Tributárias

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Despesas com Cofins	202.268	227.079
Despesas com PIS	32.869	36.900
Despesas com ISS	24.236	17.148
Atualizações de Impostos e Contribuições	-	201
Outras	335	443
Total	**259.708**	**281.771**

9. Outros Ativos

	30/06/2024	31/12/2023
Títulos e Créditos a Receber (Nota 7.a)	1.450.773	1.420.908
Para Interposição de Recursos Fiscais	459.172	443.701
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	52.511	56.702
Para Interposição de Recursos Cíveis	119.671	119.945
Valores a Receber - Subsídio de Taxa de Equalização de Financiamento	79.297	29.479
Adiantamentos Salariais	6.150	1.349
Rendas a Receber	12.101	24.694
Outros Valores e Bens	8.584	9.046
Despesas Antecipadas	8.474	6.803
Outros	11.341	22.743
Total	**2.208.074**	**2.135.370**
Circulante	**1.399.833**	**1.327.129**
Não Circulante	**808.241**	**808.241**

10. Participações em Controladas

	30/06/2024		
	Quantidade de Ações Possuídas (Mil)		
Investimento	Atividade	Ações Ordinárias	Participação Direta
Banco Hyundai Capital Brasil S.A. (Banco Hyundai)	Banco	150.000	50 %
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A. (Solution 4Fleet)	Outras	328	80 %

Investimento	Patrimônio Líquido Ajustado 30/06/2024	Lucro/ Prejuízo Líquido 01/01 a 30/06/2024	Valor dos Investimentos 30/06/2024	Valor dos Investimentos 31/12/2023	Resultado de Equivalência Patrimonial 01/01 a 30/06/2024	Resultado de Equivalência Patrimonial 01/01 a 30/06/2023
Banco PSA [1]	-	-	-	-	-	7.648
Banco Hyundai	583.145	55.307	291.572	263.562	27.653	21.089
Solution 4Fleet	(4.643)	(5.096)	-	363	(4.076)	(3.252)
Total	**578.502**	**50.211**	**291.572**	**263.925**	**23.577**	**25.485**

	30/06/2024	31/12/2023
Total dos Investimentos Avaliados por Equivalência Patrimonial	**291.572**	**263.925**
Ágio - Solution 4Fleet [2]	16.321	19.686
Total dos Investimentos	**307.893**	**283.611**

[1] Os saldos informados referem-se à data base de agosto de 2023, data em que foi vendida a totalidade da participação mantida pela a Aymoré conforme descrito no relatório de administração no item "Eventos Societários".
[2] Ágio líquido de amortização.

11. Imobilizado de Uso

	30/06/2024			31/12/2023
	Custo	Depreciação Acumulada	Residual	Residual
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	59.406	(58.355)	1.051	1.378
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	10.493	(10.252)	241	320
Sistemas de Segurança e Comunicações	6.658	(6.650)	8	10
Total	**76.557**	**(75.257)**	**1.300**	**1.708**

12. Intangível

	30/06/2024			31/12/2023
	Custo	Amortização Acumulada	Residual	Residual
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	142.518	(142.518)	-	-
Total	**142.518**	**(142.518)**	**-**	**-**

13. Depósitos

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2024	31/12/2023
Depósitos à Vista	71.342	-	-	-	71.342	67.832
Depósitos Interfinanceiros	-	3.119.666	27.568.475	16.702.698	47.390.839	38.757.279
Total	**71.342**	**3.119.666**	**27.568.475**	**16.702.698**	**47.462.181**	**38.825.111**
Circulante					**30.759.483**	**27.235.631**
Não Circulante					**16.702.698**	**11.589.480**

14. Outros Passivos

	30/06/2024	31/12/2023
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Fiscais (Nota 15.b)	11.250	10.750
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 15.b)	173.775	157.829
Despesas de Pessoal	49.214	39.093
Despesas Administrativas	1.158	591
Outros Pagamentos	22.450	21.669
Fornecedores	109.456	140.162
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	32.918	26.282
Débitos de Veículos Apreendidos - Leilão	11.164	20.033
Sociais e Estatutárias	6.572	9.461
Valores a Pagar Sociedades Ligadas	931	925
Passivo a descoberto	3.714	-
Outras	164.028	83.354
Total	**586.630**	**510.149**
Circulante	**461.857**	**391.434**
Não Circulante	**124.773**	**118.715**

15. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.i).

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	30/06/2024	31/12/2023
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 14)	**11.250**	**10.750**
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 14)	**173.775**	**157.829**
Ações Trabalhistas	25.145	22.399
Ações Cíveis	148.630	135.430
Total	**185.025**	**168.579**

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 30/06/2024			01/01 a 30/06/2023		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	**10.750**	**22.399**	**135.430**	**1.367.928**	**2.202**	**118.511**
Constituição Líquida de Reversão [1] [2]	1.413	40.391	83.237	(1.355.147)	73.406	70.398
Atualização Monetária [1]	520	545	360	816	522	801
Baixas por Pagamentos	(1.433)	(38.190)	(70.397)	(2.731)	(39.603)	(56.591)
Saldo Final	**11.250**	**25.145**	**148.630**	**10.866**	**36.527**	**133.119**
Depósitos em Garantia - Outros Créditos [3]	401.046	16.570	2.051	374.927	28.568	3.058

[1] Registrados em despesas tributárias e outras receitas/despesas operacionais.
[2] Em 2023, inclui a reversão da provisão para processos de PIS e Cofins referentes ao questionamento da Lei n° 9718/98.
[3] Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

d) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

A Aymoré CFI é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.
As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da Aymoré CFI com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Aymoré CFI tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação está classificada como perda provável.
Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, estão descritos a seguir:
PIS e Cofins - A Aymoré CFI ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas, que, antes da referida norma, eram tributadas pelo PIS e Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.
Em 2023, o STF decidiu o Tema 372 por meio de Repercussão Geral, e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/Cofins sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras, de forma a a terem sido constituídas as respectivas obrigações de PIS e Cofins. Em 30 de junho de 2024, o montante envolvido é de R$ 1.533.901 (31/12/2023 - R$ 1.495.141). Vide nota 8.

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas por Sindicatos, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.
Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

f) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações decorrentes de contratos de financiamento, (2) ações de execução; e (3) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

g) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.
As ações com classificação de perda possível, de natureza tributária, totalizaram em R$ 1.046.124, cíveis R$ 2.045 e trabalhista R$ 0.
INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - Processos judiciais e administrativos contra as autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária se os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 30 de junho de 2024, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R$ 152.459.
Dedutibilidade de perdas em operações créditos - Refere-se a processo administrativo de natureza fiscal, visando a cobrança de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido do período de 2012, em razão de despesas operacionais supostamente não comprovadas e exclusão indevida de perdas em operações de crédito. Atualmente, o processo aguarda julgamento em âmbito administrativo. Em 30 de junho de 2024, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R$ 15.445.
Compensação Não Homologada - A empresa discute administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 30 de junho de 2024, o valor era de aproximadamente R$ 30.522.
Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor (IPVA) - A empresa discute judicialmente a exigência de débitos de IPVA, relativos à veículos em arrendamento mercantil, para fatos geradores ocorridos antes e depois da baixa do gravame. Em 30 de junho de 2024, o valor era de aproximadamente R$ 187.452.

16. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social, em 30 de junho de 2024, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 50.159 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas de domiciliados no país.
Em reunião realizada em 20 de setembro de 2023, foi aprovado pela administração a redução de capital de R$ 20.000.000, passando de um montante de R$ 41.447.673 para o montante de R$ 21.447.673.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação.
Abaixo estão os destaques realizados em 30 de junho de 2024 e 2023:

	31/12/2023		
	Em Milhares de Reais	Reais por Ação	
	Bruto	Bruto Ordinárias	Líquido Ordinárias
Dividendos [1]	1.940.691	0,04	0,04
Dividendos [2]	1.250.000	0,02	0,02
Total	**3.190.691**	**-**	**-**

[1] Deliberados pelo Conselho de Administração em 09 de maio de 2023, destaque de dividendos intermediários com base em reservas pagos em 09 de maio de 2023.
[2] Deliberados pelo Conselho de Administração em 09 de maio de 2023, destaque de dividendos intercalares pagos em 09 de maio de 2023 e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2023(o montante final inclui R$ 565.607 de dividendos mínimos obrigatórios).

c) Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, devem ser destinados 5% do seu lucro para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

d) Reservas Estatutárias

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício será destinado 50% para reserva para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Aymoré CFI e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas as reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

17. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Aymoré CFI realizada em 29 de abril de 2024, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2024 no valor máximo de R$ 11 milhões. A Aymoré CFI é parte integrante do Conglomerado Santander e parte de seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander e parte pelos cargos que ocupam na Aymoré CFI. A Aymoré CFI não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho para seu pessoal-chave da administração.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

A Aymoré CFI, assim como o Banco Santander, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander Espanha, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas (Nota 22.b).

a.2) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Remuneração Fixa	734	946
Remuneração Variável	310	723
Remuneração Variável - em ações	300	705
Outras	813	1.134
Total Benefícios de Curto Prazo	**2.157**	**3.508**
Remuneração Baseada em Espécie	1.038	598
Remuneração Baseada em Ações	358	580
Total Benefícios de Longo Prazo	**1.396**	**1.178**
Total	**3.553**	**4.686**

Adicionalmente, no semestre de 2024, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R$ 427 (30/6/2023 - R$299).

b) Operações de Crédito

A Aymoré CFI poderá efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tangem os artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/18, o artigo 34 da "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Santander, publicada no site de Relações com Investidores, sendo consideradas partes relacionadas:
(1) seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
(2) seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
(3) em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
(4) pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
(5) pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
(6) pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
(7) pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
(8) pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

c) Participação Acionária

A Aymoré CFI é controlada pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 2.877.066 mil ações ordinárias, equivalentes a 100% do capital social.

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.
As principais transações e saldos são conforme segue:

	01/01 a 30/06/2024 Ativos (Passivos)	01/01 a 30/06/2024 Receitas (Despesas)	01/01 a 31/12/2023 Ativos (Passivos)	01/01 a 30/06/2023 Receitas (Despesas)
Disponibilidades	**433.706**	**-**	**271.391**	**-**
Banco Santander (Brasil) [2]	433.706	-	271.391	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**155.041**	**25.956**	**351.332**	**126.138**
Banco Santander (Brasil) [2]	155.041	25.956	351.332	126.138
Títulos e Valores Mobiliários	**6.375.674**	**339.111**	**5.010.652**	**-**
Santander Hermes Multi Créd Priv Infra Fundo de Invest	3.254.130	118.076	2.063.554	-
Getnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	13.089	57	9.621	-
Santander Fundo de Investimentos SBAC Referenciado	116.419	7.947	158.472	-
Santander Fundos de Investimentos Amazonas Multimercado	2.992.036	213.031	2.779.005	-
Dividendos e Bonificações a Receber	**-**	**-**	**809**	**-**
Banco Hyundai Capital Brasil S.A	-	-	809	-
Rendas a Receber de Serviços Prestados	**12.101**	**51.455**	**22.593**	**35.543**
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. [4]	10.607	51.455	18.966	35.543
Banco Hyundai Capital Brasil S.A	885	-	894	-
Banco RCI Brasil S.A. [3]	609	-	2.733	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	**-**	**19.126**	**-**	**31.835**
Banco RCI Brasil S.A. [3]	-	6.870	-	8.158
Banco Santander (Brasil) [2]	-	7.135	-	19.126
Banco Hyundai Capital Brasil S.A	-	5.121	-	4.551
Outros Ativos	**527**	**-**	**-**	**5**
Pessoal Chave da Administração	527	-	-	5
Depósitos Interfinanceiros	**(47.390.839)**	**(2.072.053)**	**(38.757.279)**	**(517.814)**
Banco Santander (Brasil) [2]	(47.390.839)	(2.072.053)	(38.757.279)	(517.814)
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	**(668)**	**(233.873)**	**(645)**	**(240.142)**
Banco Santander (Brasil) [1] [2]	-	(217.396)	-	(228.370)
Getnet S.A.	-	-	-	(1)
Banco RCI Brasil S.A. [3]	-	(23)	-	(10)
Em dia Serviços Especializados em Cobrança	-	(14.315)	-	(11.470)
Solution 4fleet Consultoria Empresarial S.A.	(90)	(550)	(95)	(291)
Universia Brasil S.A.	(11)	-	-	-
Banco Hyundai Capital Brasil S.A	(567)	-	(550)	-
Getnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	-	(1.589)	-	-
Outros Passivos	**(1.520)**	**(6.130)**	**(99)**	**(4.776)**
Santander Seguros	-	(2.577)	-	-
Pessoal Chave da Administração	(1.520)	(3.553)	(99)	(4.776)

[1] Inclui despesas administrativas - convênio operacional e outras despesas operacionais.
[2] Controlador da Aymoré CFI.
[3] Referem-se as empresas controladas direta e indiretamente pelo Banco Santander.
[4] Influência significativa do Banco Santander Espanha.
[5] Controlada indiretamente pelo Banco Santander Espanha.
[6] A participação do PSA foi vendida em sua totalidade conforme descrito no relatório de administração item "Eventos Societários"

18. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Avaliação de Bens	213.811	135.813
Operações de Crédito	211.669	152.075
Comissões de Seguros (Nota 17.d)	51.455	35.543
Rendas por Serviços de Pagamentos	7.781	19.528
Total	**484.716**	**342.959**

19. Despesas de Pessoal

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Proventos	87.869	62.121
Benefícios	25.413	21.841
Previdência Social	20.092	15.317
Encargos	9.724	9.392
Previdência Complementar	859	908
Remuneração Estagiário	350	284
Treinamento	133	318
Total	**144.440**	**110.181**

20. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Convênio Santander	204.090	213.714
Serviços Técnicos Especializados e Terceiros	199.925	202.860
Transportes e Viagens	6.480	7.190
Depreciações e Amortizações	3.773	4.651
Propaganda e Publicidade	25.342	24.729
Outras	21.920	16.603
Total	**461.530**	**469.747**

Continua...

INÊS 249

...Continuação

Santander Financiamentos

Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

CNPJ nº 07.707.650/0001-10

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

21. Outras Receitas (Despesas) Operacionais

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Recuperação de Encargos e Despesas	351.116	284.716
Reversão de Provisão Operacionais - Fiscais [(1)]	-	-
Atualização de Depósitos Judiciais	14.460	10.677
Atualização de Impostos a Compensar	984	2.327
Provisões Operacionais		
Fiscais (Nota 15.c) [(1)]	(1.413)	1.355.147
Trabalhistas (Nota 15.c)	(40.391)	(73.406)
Cíveis (Nota 15.c)	(83.237)	(70.398)
Outras	(194.315)	(188.421)
Atualizações de despesas monetárias	(1.109)	(1.619)
Despesas com Registro de Contratos	(174.440)	(119.534)
Comissões de Correspondentes Bancários - CDC	(892.230)	(524.794)
Comissões de Cobrança com o Banco Santander	(13.306)	(14.657)
Despesas com Serasa/Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	(3.079)	(2.966)
Juros passivos - Compra Carteira de Crédito a Prazo [(2)]	(4.005)	(12.230)
Obrigações de PIS e COFINS [(1)]	(38.761)	(1.449.238)
Outras	(103.312)	(80.703)
Total	**(1.183.038)**	**(885.099)**

(1) Em 2023, Reversão e constituição da obrigação de PIS e COFINS (Lei nº 9.718/98).
(2) Refere-se à operação de cessão de crédito com lojistas.

22. Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego

a) Plano de Aposentadoria Complementar

A Aymoré CFI patrocina, juntamente com o Banco Santander, os planos de benefício definido e de contribuição definida da Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev) Plano II e SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi), entidades fechadas de previdência privada e previdência complementar, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

I) Banesprev

Sanprev Plano II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Sanprev Plano III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

II) SBPREV - Santander Brasil Previdência Aberta: a partir de 2 de janeiro de 2018, o Santander passou a oferecer este novo programa de previdência complementar opcional para os novos funcionários contratados e para os funcionários que não estivessem inscritos em qualquer outro plano previdenciário administrado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar do Grupo. Este novo programa contempla as modalidades PGBL- Plano Gerador de Benefícios Livres e VGBL-Vida Gerador de Benefícios Livres administrados pela Icatu Seguros, Entidade Aberta de Previdência Complementar, abertos para novas adesões, sendo suas contribuições partilhadas entre as empresas instituidoras/estipulantes-averbadoras e os participantes dos planos.

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	Banesprev 30/06/2024	Banesprev 31/12/2023
Conciliação dos Ativos e Passivos		
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(7)	(6)
Valor Justo dos Ativos do Plano	22	22
Sendo:		
Superávit	**15**	**16**
Valor não Reconhecido como Ativo	2	2
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido	**13**	**14**
Receitas (Despesas) Reconhecidas	-	1
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	14	13
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	1	5

Principais Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

- Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:8,65% (2023 - 8,65%);
- Taxa para cálculo do juros sobre os ativos, para exercício seguinte: 8,65% (2023 - 8,65%);
- Taxa estimada de inflação no longo prazo: 3,00% (2023 - 3,00%);
- Taxa estimada de aumento nominal dos salários: 3,52% (2023 - 3,77%); e
- Tábua biométrica de mortalidade geral: AT2000 (2023 - AT2000).

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	Banesprev 30/06/2024	Banesprev 30/06/2023
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	-	2
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	**-**	**2**

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

	Duração (em anos) 30/06/2024	Duração (em anos) 31/12/2023
Sanprev II	16,01	16,01

II) SantanderPrevi

Dentre os planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar ligadas ao Banco Santander, o Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de contribuição definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano.

O valor apropriado ao primeiro semestre de 2024 em despesas de pessoal referente ao plano foi de R$ 506 (30/6/2023 - R$ 658).

III) SBPREV

A partir de 2 de janeiro de 2018, o Santander passou a oferecer este novo programa de previdência complementar opcional para os novos funcionários contratados e para os funcionários que não estivessem inscritos em qualquer outro plano previdenciário administrado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar do Grupo. Este novo programa contempla as modalidades PGBL- Plano Gerador de Benefícios Livres e VGBL-Vida Gerador de Benefícios Livres administrados pela Icatu Seguros, Entidade Aberta de Previdência Complementar, abertos para novas adesões, sendo suas contribuições partilhadas entre as empresas instituidoras/estipulantes-averbadoras e os participantes dos planos.

Os valores apropriados pelas patrocinadoras no primeiro semestre de 2024 foram de R$ 352 (30/6/2023 – R$ 249).

b) Remuneração com Base em Ações

O Conglomerado Santander possui dois programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço das ações do Banco Santander Brasil no mercado, o Programa Global e o Programa Local. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva. No primeiro semestre de 2024, não foram registradas despesas "pro rata" para os programas de remuneração baseado em ações.

23. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN nº4.910/2021, a Aymoré CFI aderiu ao Comitê de Auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

c) Resultados recorrentes/não recorrentes

	Resultado Recorrente	**Resultado Não Recorrente**	**01/01 a 30/06/2024**	**Resultado Recorrente**	**Resultado Não Recorrente**	01/01 a 30/06/2023
Receitas de Intermediação Financeira	6.480.493	-	6.480.493	5.593.219	-	5.593.219
Despesas de Intermediação Financeira	(3.638.920)	-	(3.638.920)	(2.345.459)	-	(2.345.459)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	**2.841.573**	**-**	**2.841.573**	**3.247.760**	**-**	**3.247.760**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais [(1)]	(1.540.423)	(3.366)	(1.543.789)	(1.378.353)	(4.016)	(1.382.369)
Resultado Operacional	**1.301.150**	**(3.366)**	**1.297.784**	**1.869.407**	**(4.016)**	**1.865.391**
Resultado Não Operacional	(572)	-	(572)	(3.949)	-	(3.949)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	**1.300.578**	**(3.366)**	**1.297.212**	**1.865.457**	**(4.016)**	**1.861.441**
Imposto de Renda e Contribuição Social [(1)]	(485.170)	1.515	(483.655)	(726.518)	1.807	(724.711)
Participações no Lucro	(18.272)	-	(18.272)	(17.358)	-	(17.358)
Lucro Líquido	**797.136**	**(1.851)**	**795.285**	**1.121.581**	**(2.209)**	**1.119.372**

(1) Amortização de ágio em intangíveis reconhecido em outras despesas administrativas no valor antes de tributos de R$3.366 (30/06/2023 - R$4.016), com impacto líquido de tributos de R$1.515 (30/06/2023 - R$2.209)

24. Eventos Subsequentes

Aquisição da parcela remanescente da Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.

Em 3 de julho de 2024, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Aymoré") - subsidiária integral do Banco Santander (Brasil) S.A. - celebrou, junto aos sócios minoritários da Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A. ("S4F"), determinado Contrato de Compra e Venda de Ações para adquirir 0,01641% do capital social da S4F detidos pelos minoritários ("Operação"). Como resultado da Operação, o Banco Santander (Brasil) S.A. passou a deter, indiretamente, 100% do capital social da S4F.

DIRETORIA

Diretor Presidente
Gustavo Alejo Viviani

Diretores Executivos
Cezar Augusto Janikian | Franco Raul Rizza | Luis Guilherme Mattoso de Oliem Bittencourt | Reginaldo Antonio Ribeiro | Ricardo Olivare de Magalhães

Contadora
Camilla Cruz Oliveira de Souza - CRC Nº 1SP - 256989/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. •
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Instituição.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2024

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

Banco Hyundai Capital Brasil S.A.

CNPJ nº 30.172.491/0001-19

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras do Banco Hyundai Capital Brasil S.A. (Banco Hyundai) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Mercado de Atuação
O Banco Hyundai Capital Brasil S.A. (Banco Hyundai) constituído na forma de sociedade anônima, opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil.

Patrimônio Líquido e Resultado
Em 30 de junho de 2024, o lucro líquido apresentado no acumulado do período foi de R$55 milhões, aumento de 31% em comparação ao mesmo período acumulado do ano anterior. O patrimônio líquido atingiu o montante de R$583 milhões.

Ativos e Passivos
Em 30 de junho de 2024, o total do ativo atingiu R$5.883 milhões, destacando-se R$5.693 milhões por Operações de Créditos Líquidas da Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito. No Passivo, destaca-se em Captações o valor de R$5.206 milhões por Depósitos.

Auditoria Independente
A política de atuação do Banco Hyundai na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.
O Banco Hyundai informa que no semestre findo em 30 de junho de 2024, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria das demonstrações financeiras.
Ademais, o Banco Hyundai confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

São Paulo, 28 de agosto de 2024
A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Ativo	Notas Explicativas	30/06/2024	31/12/2023
Ativo Circulante e Não Circulante		**5.883.003**	**5.549.494**
Disponibilidades	**4 & 14.d**	**57.072**	**87.255**
Instrumentos Financeiros		**5.831.655**	**5.471.561**
Títulos e Valores Mobiliários	5	27.120	-
Operações de Crédito	6	5.804.535	5.471.561
(Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)	**6.e**	**(111.702)**	**(113.350)**
Outros Ativos		**7.898**	**3.574**
Ativos Fiscais	**7**	**85.661**	**84.962**
Correntes		56	73
Diferidos		85.605	84.889
Imobilizado de Uso	**8**	**348**	**361**
Outras Imobilizações de Uso		432	422
(Depreciações Acumuladas)		(84)	(61)
Intangível	**9**	**12.071**	**15.131**
Outros Ativos Intangíveis		33.823	33.674
(Amortizações Acumuladas)		(21.752)	(18.543)
Total do Ativo		**5.883.003**	**5.549.494**

Passivo	Notas Explicativas	30/06/2024	31/12/2023
Passivo Circulante e Não Circulante		**5.299.859**	**5.022.370**
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		**5.209.154**	**4.889.851**
Depósitos	10.a	5.206.348	4.887.959
Outros Passivos Financeiros	10.b	2.806	1.892
Outros Passivos	**11**	**55.725**	**62.533**
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis	12.b	1.169	1.176
Outras Provisões		8.185	10.903
Diversos		46.371	50.454
Passivos Fiscais		**34.980**	**69.986**
Correntes	7.b	34.980	69.986
Patrimônio Líquido	**13**	**583.144**	**527.124**
Capital Social		300.000	300.000
Reservas de Lucros		283.144	227.124
Total do Patrimônio Líquido		**583.144**	**527.124**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**5.883.003**	**5.549.494**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Receitas da Intermediação Financeira		**482.305**	**419.262**
Operações de Créditos		479.783	414.859
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5.b	2.522	4.403
Despesas da Intermediação Financeira		**(301.786)**	**(274.972)**
Operações de Captação no Mercado		(273.519)	(237.774)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.e	(28.267)	(37.198)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**180.519**	**144.290**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		**(76.623)**	**(64.109)**
Receitas de Prestação de Serviços		3.367	1.857
Rendas de Tarifas Bancárias	15	18.241	15.783
Despesas de Pessoal	16	(10.645)	(10.810)
Outras Despesas Administrativas	17	(15.959)	(14.340)
Despesas Tributárias	7.d	(12.109)	(10.441)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	18	(59.518)	(46.158)
Resultado Operacional		**103.896**	**80.181**
Resultado não Operacional		**(52)**	**(11)**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		**103.844**	**80.170**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**7.c**	**(44.744)**	**(34.464)**
Provisão para Imposto de Renda		(25.401)	(25.477)
Provisão para Contribuição Social		(20.059)	(20.126)
Ativo Fiscal Diferido		716	11.139
Participações no Lucro		**(3.793)**	**(3.527)**
Lucro Líquido do Período		**55.307**	**42.179**
Número de Ações (Mil)	13.a	300.000	300.000
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R$)		184,36	140,60

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Reservas Estatutárias	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**300.000**	**6.914**	**130.702**	**-**	**437.616**
Reversão de Dividendos	13.b	-	-	-	660	660
Lucro Líquido do Período		-	-	-	42.179	42.179
Destinações:						
Reserva Legal	13.c	-	2.109	-	(2.109)	-
Reservas para Equalização de Dividendos	13.c	-	-	20.365	(20.365)	-
Reservas para Reforço de Capital de Giro	13.c	-	-	20.365	(20.365)	-
Saldos em 30 de junho de 2023		**300.000**	**9.023**	**171.432**	**-**	**480.455**
Mutações no Semestre		**-**	**2.109**	**40.730**	**-**	**42.839**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**300.000**	**11.437**	**215.687**	**-**	**527.124**
Reversão de Dividendos	13.b	-	-	-	713	713
Lucro Líquido do Período		-	-	-	55.307	55.307
Destinações:						
Reserva Legal	13.c	-	2.765	-	(2.765)	-
Reservas para Equalização de Dividendos	13.c	-	-	26.627	(26.627)	-
Reservas para Reforço de Capital de Giro	13.c	-	-	26.628	(26.628)	-
Saldos em 30 de junho de 2024		**300.000**	**14.202**	**268.942**	**-**	**583.144**
Mutações no Semestre		**-**	**2.765**	**53.255**	**-**	**56.020**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Lucro Líquido do Período	**55.307**	**42.179**
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente	**55.307**	**42.179**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do Período		**55.307**	**42.179**
Ajustes ao Lucro Líquido		**31.054**	**28.993**
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6.e	28.267	37.198
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais		255	-
Atualizações Monetárias das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais		16	-
Tributos Diferidos		(716)	(11.139)
Depreciações e Amortizações	17	3.232	2.934
Variações em Ativos e Passivos		**(115.480)**	**(80.467)**
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários		(27.120)	(13.115)
Redução (Aumento) em Operações de Créditos		(362.889)	(335.214)
Redução (Aumento) em Despesas Antecipadas		-	118
Redução (Aumento) em Outros Ativos		(4.324)	(9.231)
Redução (Aumento) em Ativos Fiscais Correntes		17	20
Aumento (Redução) em Depósitos		318.389	282.494
Aumento (Redução) em Outros Passivos Financeiros		914	2.566
Aumento (Redução) em Outros Passivos		(5.461)	17.876
Aumento (Redução) em Passivos Fiscais Correntes		46.031	46.741
Imposto Pago		(81.037)	(72.722)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		**(29.119)**	**(9.295)**
Atividades de Investimento			
Aquisição de Imobilizado		(10)	(6)
Aquisição de Intangível	9	(149)	(163)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		**(159)**	**(169)**
Atividades de Financiamento			
Dividendos Pagos	13.b	(905)	-
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		**(905)**	**-**
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		**(30.183)**	**(9.464)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	**4**	**87.255**	**58.327**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	**4**	**57.072**	**48.863**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
O Banco Hyundai Capital Brasil S.A. (Banco Hyundai) constituído na forma de sociedade anônima, opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil. As operações do Banco Hyundai são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
a) Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras do Banco Hyundai foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.
A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, realização do crédito tributário, passivos contingentes e o valor justo dos ativos financeiros.
O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o período findo em 30 de junho de 2024, na reunião realizada em 28 de agosto de 2024.
b) Novas normas emitidas com vigência futura
A Resolução CMN n° 4.966/2021, e atualizações trazidas pela resolução n° 5.100/2023, estabeleceu os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1° de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito.
A adoção da Resolução CMN n° 4.966/2021, da Lei nº 14.467/2022 e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação do Banco Hyundai. O Plano de Implementação dos referidos normativos no Banco Hyundai está segregado em três pilares: (i) Organização e Governança: Fóruns e Comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação; (ii) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e (iii) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.
A Resolução CMN n° 4.975/2021, e atualizações trazidas pela resolução nº 5.101/2023, estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1° de janeiro de 2025. O Banco Hyundai está avaliando os impactos e alterações necessárias para atendimento desta norma.
A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.
O cronograma do Plano de Implementação está em andamento, sendo que ainda depende de normas a serem emitidas pelo BACEN. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.
c) Moeda Funcional e de Apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco Hyundai.

3. Principais Políticas Contábeis
a) Apuração do Resultado
O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, pro rata dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.
b) Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.
Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.
c) Caixa e Equivalentes de Caixa
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.
d) Títulos e Valores Mobiliários
Conforme Circular Bacen n° 3.068/2001, a carteira de títulos e valores mobiliários é classificada nas seguintes categorias:
I - Títulos para negociação, onde são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida ao resultado do período;
II - Títulos disponíveis para venda, onde são registrados os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, mas não foram adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os ajustes ao valor de mercado, quando realizados, são transferidos para o resultado do período; e
III - títulos mantidos até o vencimento, onde são registrados os títulos e valores mobiliários para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.
As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.
e) Carteira de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas Associadas Risco de Crédito
A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil e de investimento. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.
Normalmente, o Banco Hyundai efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.
As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.
As cessões de crédito com retenção substancial de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.
As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.
f) Imobilizado de uso
É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais.
A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4% e instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%.
g) Intangível
Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.
h) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)
O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias.
i) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais
O Banco Hyundai é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.
As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.
As provisões são constituídas quando o risco de perda for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos em que o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 12.g) e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação.
Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Banco Hyundai, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.
j) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, é de 20% nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103/2019.
Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.
De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 7.a.2, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.
k) Juros sobre Capital Próprio
Os Juros sobre Capital Próprio são reconhecidos no passivo a partir do momento que sejam declarados ou propostos, conforme Resolução CMN nº 4.872/20.
l) Redução ao Valor Recuperável de Ativos
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.
m) Estimativas Contábeis
Na aplicação das políticas contábeis da companhia, a Administração deve exercer julgamentos e realizar estimativas sobre os valores contábeis de ativo e passivo, receitas e despesas dos períodos futuros. As estimativas e premissas relacionadas baseiam-se na experiência histórica nos fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas, sendo quantificadas as estimativas e divulgadas em notas explicativas.
n) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes
A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.
A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 19.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2023	31/12/2022
Disponibilidades (Nota 14.d)	57.072	87.255	48.863	58.327
Total	**57.072**	**87.255**	**48.863**	**58.327**

As informações relativas a 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

5. Títulos e Valores Mobiliários
a) Resumo da Carteira por Categoria e Vencimento

	30/06/2024 Custo Amortizado	30/06/2024 Valor Contábil	31/12/2023 Valor Contábil	Abertura por Vencimento Sem Vencimento	30/06/2024 Total
Títulos Mantidos para Negociação	**27.120**	**27.120**	**-**	**27.120**	**27.120**
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento - FI [(1)(2)]	27.120	27.120	-	27.120	27.120
Total de Títulos e Valores Mobiliários	**27.120**	**27.120**	**-**	**27.120**	**27.120**

[(1)] O valor do custo amortizado/contábil é equivalente ao valor de mercado.
[(2)] Fundos de Investimento vinculados a títulos públicos e Letras Financeiras do Tesouro - LFT.
As cotas de fundo de investimento são atualizadas com base no valor da cota divulgada pelos administradores dos fundos diariamente.
Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o Banco Hyundai não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Rendas de Títulos de Renda Fixa	2.522	4.403
Total	**2.522**	**4.403**

6. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito
a) Carteira de Créditos

	30/06/2024	31/12/2023
Operações de Créditos		
Empréstimos e Títuos Descontados	1.927	1.080
Financiamentos	5.802.608	5.470.481
Total	**5.804.535**	**5.471.561**

b) Carteira de Créditos por Vencimento

	30/06/2024	31/12/2023
Vencidas	298.390	257.291
A Vencer:		
Até 3 Meses	982.566	885.013
De 3 a 12 Meses	2.206.124	2.114.143
Acima de 12 Meses	2.317.455	2.215.114
Total	**5.804.535**	**5.471.561**
Circulante	**3.188.690**	**2.999.156**
Não Circulante	**2.615.845**	**2.472.405**

c) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	30/06/2024	31/12/2023
Setor Privado		
Indústria	12.586	10.208
Comércio	1.513.414	1.442.692
Instituições Financeiras	385	424
Serviços e Outros	59.966	52.459
Pessoas Físicas	4.217.358	3.964.941
Agricultura	462	423
Setor Público		
Governo Municipal	364	414
Total	**5.804.535**	**5.471.561**

d) Carteira de Crédito e da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Créditos Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

30/06/2024

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal [(1)]	Carteira Total	Provisão Requerida
AA	-	720.595	-	720.595	-
A	0,5%	2.749.603	-	2.749.603	13.748
B	1%	1.955.829	68.767	2.024.596	20.246
C	3%	125.666	51.190	176.856	5.306
D	10%	21.073	18.569	39.642	3.964
E	30%	5.326	15.713	21.039	6.311
F	50%	2.265	11.864	14.129	7.065
G	70%	2.581	7.462	10.043	7.030
H	100%	13.847	34.185	48.032	48.032
Total		**5.596.785**	**207.750**	**5.804.535**	**111.702**
Circulante					**62.461**
Não Circulante					**49.241**

31/12/2023

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal [(1)]	Carteira Total	Provisão Requerida
AA	-	696.147	-	696.147	-
A	0,5%	2.607.881	-	2.607.881	13.039
B	1%	1.797.552	68.127	1.865.679	18.657
C	3%	110.809	52.483	163.292	4.899
D	10%	21.249	23.272	44.521	4.452
E	30%	4.423	14.409	18.832	5.650
F	50%	2.386	8.741	11.127	5.564
G	70%	2.150	7.828	9.978	6.985
H	100%	13.055	41.049	54.104	54.104
Total		**5.255.652**	**215.909**	**5.471.561**	**113.350**
Circulante					**63.385**
Não Circulante					**49.965**

[(1)] Inclui parcelas vincendas e vencidas.

e) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Saldo Inicial	**113.350**	**104.381**
Constituições (Reversões)	28.267	37.198
Baixas	(29.915)	(31.127)
Saldo Final	**111.702**	**110.452**
Créditos Recuperados	**6.091**	**4.662**

f) Créditos Renegociados

	30/06/2024	31/12/2023
Créditos Renegociados [(1)]	154.903	159.223
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(42.547)	(45.616)
Percentual de cobertura sobre a carteira de renegociação	27,5%	28,6%

[(1)] Foram consideradas operações para as quais ocorreram contratações de acordos, em atraso a partir de 30 dias.

7. Ativos e Passivos Fiscais
a) Ativos Fiscais Corrente e Diferidos

	30/06/2024	31/12/2023
Ativos Fiscais Diferidos	85.605	84.889
Impostos a Recuperar - Imposto de Renda e Contribuição Social	56	73
Total	**85.661**	**84.962**
Não Circulante	**85.661**	**84.962**

a.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	Origens 30/06/2024	Origens 31/12/2023	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2024
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	181.242	178.147	80.168	12.720	(11.327)	81.561
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	288	166	74	137	(83)	128
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	322	459	207	74	(136)	145
Participação no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	6.515	10.165	2.805	-	(1.006)	1.799
Outras Provisões Temporárias	4.383	3.635	1.635	2.738	(2.401)	1.972
Saldo Total dos Ativos Fiscais Diferidos	**192.750**	**192.572**	**84.889**	**15.669**	**(14.953)**	**85.605**

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o Banco Hyundai não possui ativos fiscais diferidos não ativados.
O registro contábil dos créditos tributários nas demonstrações contábeis do Banco Hyundai foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 4.842/2020 e Resolução BCB nº 15.

a.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

30/06/2024

Ano	Diferenças Temporárias: IRPJ	Diferenças Temporárias: CSLL	Total
2024	4.812	4.001	8.813
2025	11.024	9.121	20.145
2026	13.994	11.498	25.492
2027	13.802	11.192	24.994
2028	3.415	2.732	6.147
2029 a 2033	8	6	14
Total	**47.055**	**38.550**	**85.605**

Continua

Banco Hyundai Capital Brasil S.A.

CNPJ nº 30.172.491/0001-19

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

Com base na Resolução CMN nº 4.818/2020 e na Resolução BCB nº 2/2020, os ativos fiscais diferidos devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

a.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente total dos ativos fiscais diferidos e do valor registrado é de R$73.236 (31/12/2023 - R$71.549) calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais, contribuição social 18% - MP 2.158/2001 e a taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

b) Passivos Fiscais Correntes

	30/06/2024	31/12/2023
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	32.150	66.650
Impostos e Contribuições a Pagar	2.830	3.336
Total	**34.980**	**69.986**
Circulante	**34.980**	**69.986**

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	**103.844**	**80.170**
Participações no Lucro [1]	(3.793)	(3.527)
Resultado antes dos Impostos	**100.051**	**76.643**
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, respectivamente	**(45.023)**	**(34.489)**
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	267	13
Demais Ajustes	12	12
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(44.744)**	**(34.464)**

[1] A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.

d) Despesas Tributárias

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Despesa com Cofins	9.448	8.202
Despesa com PIS	1.535	1.333
Despesa com ISS	1.080	883
Outras	46	23
Total	**12.109**	**10.441**

8. Imobilizado de Uso

Composto por instalações, móveis e equipamentos de uso.

9. Intangível

Composição	30/06/2024 Custo	30/06/2024 Amortização	30/06/2024 Líquido	31/12/2023 Líquido
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	33.823	(21.752)	12.071	15.131
Total	**33.823**	**(21.752)**	**12.071**	**15.131**

Variações	30/06/2024 Custo	30/06/2024 Amortização	30/06/2024 Líquido	30/06/2023 Líquido
Saldo Inicial	**33.674**	**(18.543)**	**15.131**	**16.300**
Adição	149	-	149	163
Amortização	-	(3.209)	(3.209)	(2.915)
Saldo final	**33.823**	**(21.752)**	**12.071**	**13.548**

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

10. Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros

a) Depósitos

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2024	31/12/2023
Depósitos à Vista	627	-	-	-	627	544
Depósitos Interfinanceiros (Nota 14.d)	-	1.438.670	1.400.696	2.366.355	5.205.721	4.887.415
Total	**627**	**1.438.670**	**1.400.696**	**2.366.355**	**5.206.348**	**4.887.959**
Circulante					**2.839.993**	**2.601.225**
Não Circulante					**2.366.355**	**2.286.734**

b) Outros Passivos Financeiros

	30/06/2024	31/12/2023
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	2.806	1.892
Total	**2.806**	**1.892**
Circulante	**2.806**	**1.892**

11. Outros Passivos

	30/06/2024	31/12/2023
Provisão para Pagamentos a Efetuar		
Despesas de Pessoal	7.786	10.656
Outros Pagamentos	399	247
Credores Diversos - Contas a Pagar	2.007	2.041
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 12.b)	1.169	1.176
Seguro Prestamista	1.770	3.204
Valores a Pagar - Aymoré CFI (Nota 14.d)	885	894
Subsídios de Taxas de Juros	36.478	37.322
Sociais e Estatutárias	816	2.608
Outros	4.415	4.385
Total	**55.725**	**62.533**
Circulante	**47.052**	**50.859**
Não Circulante	**8.673**	**11.674**

12. Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

Em 30 de junho de 2024 e 31 dezembro de 2023, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.i).

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	30/06/2024	31/12/2023
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 12.c)	889	1.010
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis (Nota 12.c)	280	166
Total	**1.169**	**1.176**

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 30/06/2024 Trabalhistas	01/01 a 30/06/2024 Cíveis	01/01 a 30/06/2023 Trabalhistas	01/01 a 30/06/2023 Cíveis
Saldo Inicial	**1.010**	**166**	**2**	**87**
Constituição Líquida de Reversão	(151)	406	291	104
Atualização Monetária [1]	13	3	-	-
Baixas por Pagamento	-	(295)	-	(86)
Outros [2]	17	-	518	-
Saldo Final	**889**	**280**	**811**	**105**
Depósitos em Garantia - Outros Créditos [3]	-	18	-	-

[1] Contabilizados em outras receitas (despesas) operacionais.

[2] Refere-se ao valor de um processo que parte é Aymoré CFI e parte é Banco Hyundai.

[3] Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais. Contabilizados em outras receitas (despesas) operacionais.

d) Provisões Trabalhistas e Cíveis

O Banco Hyundai é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda do Banco Hyundai com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Hyundai tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

As ações são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

f) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista e Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários; (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. As ações são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

g) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados. Não houve ações com classificação de perda possível em 30 de junho de 2024 (31/12/2023 - R$8).

13. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, é composto por 300.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, domiciliados no país e no exterior.

b) Dividendos

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação.

Em Ata de Reunião do conselho de Administração de 24 de março de 2023, foi aprovado a proposta da Administração para a não distribuição do dividendo mínimo obrigatório provisionado em 31 de dezembro de 2022, o qual foi revertido ao Patrimônio Líquido.

Em dezembro de 2023, foram destacados dividendos no valor de R$1.618 (R$0,005393 por ação ordinária). Em 29 de abril de 2024, o destaque de dividendos foi submetido à aprovação do Conselho de Administração, onde foi aprovado o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R$ 905, pagos em 29 de maio de 2024 e, o excesso de R$713 foi revertido ao Patrimônio Líquido da Companhia.

c) Reservas de Lucros

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas Estatutárias

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, será destinado 50% para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações do Banco Hyundai e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas as reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

14. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Banco Hyundai realizada em 29 de abril de 2024, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2024, no valor máximo de R$ 10.000.

a.1) Benefícios

A tabela a seguir demonstra os salários da Diretoria:

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Remuneração Fixa	1.813	1.770
Remuneração Variável - Em Espécie	4.532	4.247
Outras	797	821
Total Benefícios de Curto Prazo	**7.142**	**6.838**
Remuneração Variável - Em Espécie	1.259	1.577
Total Benefícios de Longo Prazo	**1.259**	**1.577**
Total	**8.401**	**8.415**

Adicionalmente, no primeiro semestre de 2024, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R$303 (30/06/2023 - R$289).

Em 30 de junho de 2024 e de 2023, não foram registradas despesas com honorários para o Conselho de Administração e Planos de Aposentadoria Complementar.

b) Operações de Crédito

O Banco Hyundai poderá efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tangem os artigos 6º e 7º da Resolução 4.693/18 CMN, o artigo 34 da Lei 6.404/76 "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas.

São consideradas partes relacionadas do Banco Hyundai, em relação a cada uma delas, individualmente consideradas:

(1) Seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;

(2) Seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;

(3) Em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;

(4) Pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;

(5) Pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;

(6) Pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira do Conglomerado Santander possua participação societária qualificada;

(7) Pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira do Conglomerado Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e

(8) Pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do conselho de administração em comum com uma Instituição Financeira do Conglomerado Santander.

c) Participação Acionária

O Banco Hyundai é controlado operacionalmente pela Aymoré CFI com participação acionária de 150.000 mil ações ordinárias equivalentes a 50% do capital social juntamente com a Hyundai Capital, que detém participação acionária de 150.000 mil ações ordinárias equivalentes aos 50% restantes do capital social.

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos) 30/06/2024	Ativos (Passivos) 31/12/2023	Receitas (Despesas) 01/01 a 30/06/2024	Receitas (Despesas) 01/01 a 30/06/2023
Disponibilidades (Nota 4)	**57.072**	**87.255**	**-**	**-**
Banco Santander (Brasil) S.A. [1]	57.072	87.255	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	**27.120**	**-**	**2.522**	**-**
Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado [7]	27.120	-	2.522	-
Outros Ativos	**6.016**	**1.558**	**-**	**-**
Hyundai Motor Brasil [3]	6.016	1.558	-	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	**567**	**554**	**10**	**18**
Hyundai Corretora de Seguros Ltda. [5]	-	4	10	18
Aymoré CFI [2]	567	550	-	-
Rendas a Receber de Serviços Prestados	**-**	**-**	**3.367**	**-**
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. [8]	-	-	3.367	-
Depósitos	**(4.257.448)**	**(4.630.157)**	**(248.814)**	**(237.774)**
Banco Santander (Brasil) S.A. [1]	(4.257.448)	(4.630.157)	(248.814)	(237.774)
Dividendos e Bonificações a Pagar	**-**	**(1.618)**	**-**	**-**
Hyundai Capital Services [6]	-	(809)	-	-
Aymoré CFI [2]	-	(809)	-	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	**(885)**	**(894)**	**(6.190)**	**(5.571)**
Banco Santander (Brasil) S.A. [1] (Nota 18)	-	-	(1.069)	(1.020)
Aymoré CFI [2] (Notas 11 & 17)	(885)	(894)	(5.121)	(4.551)
Outros Passivos	**(38.004)**	**(39.124)**	**(3.189)**	**(91)**
Hyundai Motor Brasil [3]	(38.004)	(39.124)	-	-
F1rst Tecnologia e Inovação Ltda. [9]	-	-	(2.909)	-
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. [8]	-	-	(168)	-
Aquanima Brasil Ltda. [4]	-	-	(112)	(91)

[1] Controlador da Aymoré CFI.

[2] Controlador do Banco Hyundai (Nota 14.c).

[3] Controlada pela Hyundai Motor Company (Controlador da Hyundai Capital Services).

[4] Controlada indiretamente pelo Banco Santander Espanha.

[5] Controlada pela Hyundai Capital Services.

[6] Controlador do Banco Hyundai (Nota 14.c).

[7] Controlado indiretamente pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Santander Espanha.

[8] Influência significativa do Banco Santander Espanha.

[9] Controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A.

15. Rendas de Tarifas Bancárias

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Operações de Crédito	17.608	15.193
Avaliação de Bens [1]	633	590
Total	**18.241**	**15.783**

[1] Referem-se principalmente a tarifas de confecção de cadastro empréstimo - Crédito Direto Consumidor - CDC.

16. Despesas de Pessoal

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Remuneração	5.609	6.143
Encargos	2.043	1.885
Benefícios	2.980	2.781
Treinamentos	13	1
Total	**10.645**	**10.810**

17. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Convênio Operacional - Aymoré CFI (Nota 14.d)	5.121	4.551
Propaganda e Publicidade	1.048	957
Depreciações e Amortizações	3.232	2.934
Serviços Técnicos Especializados e Terceiros	3.038	2.635
Processamento de Dados	868	874
Promoções e Relações Públicas	239	327
Aluguéis	573	572
Viagens	834	480
Outras	1.006	1.010
Total	**15.959**	**14.340**

18. Outras Receitas (Despesas) Operacionais

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Recuperação de Encargos e Despesas	9.061	6.548
Reversão de Provisões Operacionais	-	7
Despesas de Atualização Monetária	(1.165)	(1.117)
Comissões de Correspondentes Bancários - CDC	(42.363)	(29.576)
Despesas com Registro de Contratos	(7.298)	(5.096)
Despesa Juros com Financiamento	(5.222)	(6.766)
Despesas Serviços de Gravame - Detran	(1.958)	(1.428)
Comissão de Agenciamento (Nota 15.d)	(1.069)	(1.020)
Gastos com Contrato em Atraso	(3.894)	(3.553)
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	(255)	(395)
Outras	(5.355)	(3.762)
Total	**(59.518)**	**(46.158)**

19. Outras Informações

Comitê de auditoria

Em consonância à Resolução do CMN nº 4.910/2021, o Banco Hyundai aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander. As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

Resultados recorrentes/não recorrentes

Em 30 de junho de 2024 e 30 de junho de 2023, não houve resultados não recorrentes.

COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Presidente
Cezar Augusto Janikian

Conselheiro
Ross Williams

Conselheiro
Hyung Seok Lee

Conselheiro
Rafael Victal Saliba

Diretoria

Diretor Presidente
Jungsang Kim

Diretor Financeiro
Bruno Gruner

Diretora de Riscos
Liliana Blutaumüller

Diretor Comercial
Jeongjae Oh

Diretor sem designação específica
Aldinei José Roling

Diretor sem designação específica
Tai Young Jung

Contadora
Camilla Cruz Oliveira de Souza - CRC Nº 1SP – 256989/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Hyundai Capital Brasil S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2024

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Rodrigo Pecht
Contador CRC 1SP213429/O-7

Privatizações
Setor público não consegue bancar universalização, afirma Gesner Oliveira F4

Até 2033
Estatais culpam burocracia, juro e prazos para projetos por meta atrasada F2

Entrevista
Obras paradas aumentam risco de doenças, diz Antonella Bancalari F6

Pacto contra o lixo

Infraestrutura Ministério do Meio Ambiente desenvolve plano de R$ 7 bilhões para acabar com lixões que prevê a participação da iniciativa privada e acordo com as prefeituras que ainda não têm destino correto para os resíduos urbanos

Domingos Zaparolli
Para o Valor, de São Paulo

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) articula um pacto nacional para o encerramento "humanizado" dos lixões e aterros irregulares, que contempla organizar em cooperativas de reciclagem mais de 400 mil pessoas que hoje vivem da coleta de resíduos em terrenos insalubres. O plano deverá ser apresentado após as eleições municipais. A ideia é destinar R$ 7 bilhões para a iniciativa. São estimados R$ 4,1 bilhões de recursos privados. Outro R$ 1,4 bilhão deverá vir do Fundo de Equalização Federal, criado em agosto com recursos do novo programa de renegociação das dívidas dos Estados com a União. O restante será complementado com recursos orçamentários.

O pacto deverá envolver Ministério Público e Tribunais de Contas federal, estaduais e municipais, que precisarão dar aval para as negociações, uma vez que os gestores municipais que aderirem e seguirem todas as etapas do programa devem ter a garantia que não serão autuados pelo descumprimento da lei que implementou a Política Nacional de Resíduos Sólidos — e que estabelecia o dia 2 de agosto de 2024 como data limite para a erradicação dos lixões.

> "Gastamos com externalidades mais do que seria gasto com aterros"
> *Carlos S. Filho*

A iniciativa já tem aval do Palácio do Planalto e o apoio da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa) e da Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (Abrema), que reúne empresas privadas do setor.

Os prefeitos que aderirem terão que cumprir uma série de compromissos, que se inicia com o aval da Câmara Municipal e dos governos estaduais. Também deverão estabelecer a cobrança de uma taxa para o manejo do lixo, recurso que será utilizado para os gastos operacionais do serviço. A adesão municipal será voluntária, mas a expectativa no MMA é que o pacto atraia um grande número de participantes.

"Os gestores municipais estão pressionados pela legislação da erradicação dos lixões. Quem não tem um plano de ação convincente pode ser pessoalmente autuado e responder criminalmente pela negligência", afirma Adalberto Maluf, secretário nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental do ministério.

Pesquisa do MMA detectou que a maioria dos prefeitos de cidades que têm lixões estão preocupados e querem solucionar o problema, mas não sabem como. Entre eles, 40% indicam que o principal apoio federal que precisam é financeiro. Outros 30% solicitam apoio técnico e 25%, apoio político. "Oferecer assistência técnica é um dos pilares de nosso plano de ação", diz Maluf.

O MMA mapeou 1.751 municípios que mantêm lixões ou aterros controlados, aqueles que não estão ambientalmente adequados. O mapeamento também indicou qual a melhor solução para cada cidade. Em 397 delas foi detectado que não há necessidade de construção de um aterro sanitário, uma vez que poderão ser utilizadas estruturas já existentes em um raio de até 100 quilômetros da localidade.

A ideia do plano é atrair investimentos privados, em chamamentos públicos, para o estabelecimento de novos aterros em áreas com grande potencial de atendimento a várias cidades. Nas duas situações, os municípios de origem do resíduo pagam apenas pelo uso da estrutura, sem investir em aterros próprios. "É um bom plano, que não depende tanto dos escassos recursos públicos, mas de planejamento", afirma Pedro Maranhão, presidente da Abrema. Para ele, "tem tudo para funcionar", se os prefeitos se convencerem a criar taxas para a realização do serviço de coleta e destinação adequada dos resíduos.

De acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), apenas 40% dos municípios brasileiros cobram pela coleta e disposição do lixo — mas o valor arrecadado cobre, em média, só metade das despesas. No total, o país gasta R$ 30 bilhões por ano com os dois serviços.

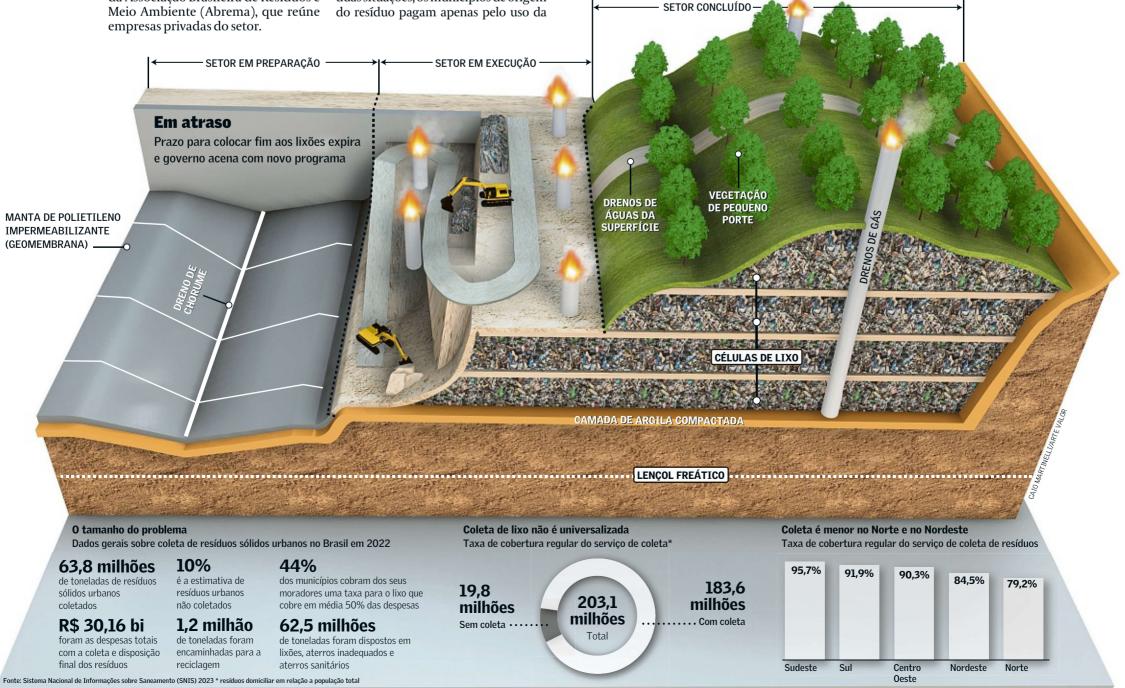
Estima-se que o Brasil produza cerca de 78 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos por ano. Nem tudo, porém, é destinado — quase 20 milhões de brasileiros não contam com serviços regulares de coleta de lixo. O SNIS calcula que 62,5 milhões de toneladas foram depositadas no solo em 2023 e 1,3 milhão de toneladas foram recicladas. São 1.572 lixões a céu aberto e 598 aterros irregulares, para onde são direcionados 26,2% dos resíduos coletados. Mas os números podem estar subestimados. As informações do SNIS são fornecidas voluntariamente pelos municípios e 410 deles não enviaram dados. "Nossa estimativa é que existam em operação mais de 2.500 lixões e a destinação irregular de resíduos supere 33 milhões de toneladas por ano", diz Maranhão.

A disposição irregular do lixo é um problema de saúde pública e ambiental. Lixões potencializam os vetores de doenças, como ratos, insetos e parasitas. O chorume gerado contamina o terreno e os lençóis freáticos, e esses locais respondem por 4% das emissões nacionais, de acordo com o Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG).

O Brasil gasta R$ 97 bilhões por ano com as externalidades geradas pela má administração dos resíduos sólidos, segundo estudo da consultoria S2F Partners. "Gastamos com as externalidades mais do que gastaríamos para dotar o país com aterros sanitários adequados", diz o consultor Carlos Silva Filho que preside a Associação Internacional de Resíduos Sólidos (ISWA).

> "Quem não tem um plano de ação pode responder criminalmente"
> *Adalberto Maluf*

A S2F Partners avalia que são necessários investimentos de R$ 16,5 bilhões para construção da infraestrutura capaz de resolver o problema e ainda reaproveitar, como determina a legislação, 22% dos resíduos sólidos por meio de coleta de materiais recicláveis, geração de energia e produção de fertilizantes. Hoje, nem 3% do material coletado é aproveitado economicamente.

O governo federal pretende estimular investimentos na gestão de resíduos sólidos por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O Ministério das Cidades está em fase final de seleção de projetos que serão contemplados com recursos que somam R$ 940 milhões. Os projetos escolhidos serão anunciados ainda neste ano e uma nova seleção é planejada para 2025, afirma Leonardo Picciani, secretário nacional de Saneamento Ambiental.

Aterro gera receita com reaproveitamento de resíduos

Domingos Zaparolli
Para o Valor, de São Paulo

Os aterros sanitários mais estruturados, geralmente privados, não se limitam à tarefa de depósito final de lixo. Estão cada vez mais se posicionando como unidades de reaproveitamento de resíduos. As configurações produtivas mudam, mas podem abranger estação de triagem e processamento de material reciclável, estação de processamento de biogás para a geração de energia elétrica ou biometano e, ainda, fábricas de fertilizantes.

“Essas atividades geram receitas acessórias, que respondem por algo entre 25% e 35% do faturamento dos aterros”, afirma Pedro Maranhão, presidente da Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (Abrema).

A parcela principal do faturamento dos aterros, por volta de 70% do total, é obtida com o serviço de disposição final do lixo no solo. Municípios e grandes empresas comerciais e industriais são os principais clientes desse serviço especializado.

O grupo Orizon possui 17 aterros sanitários em 12 Estados brasileiros. No ano passado, processou 8,4 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos. Em nove unidades, chamadas de ecoparques, já funcionam estruturas de valorização dos resíduos compostas de estações de triagem e processamento de materiais recicláveis para a industrialização, estações de produção de biomassa para a indústria de cimento, material britado para a construção civil e fertilizante verde produzido a partir do lodo.

Há também cinco plantas de transformação do biogás, capturado nos aterros, em energia elétrica, tendo produzido 129 mil MWh/ano em 2023.

Hoje, a Orizon possui uma planta de purificação do biogás para a produção de biometano, mas já executa um programa de investimentos de R$ 1,2 bilhão para mais oito plantas de biometano que serão capazes de produzir juntas mais de um milhão de metros cúbicos por dia. “Nosso plano é transformar nos próximos anos todos nossos aterros em ecoparques completos”, diz Milton Pilão, CEO da Orizon.

As receitas acessórias respondem por algo entre 35% a 40% do faturamento da Orizon. “Quando todas as unidades estiverem operando como Ecoparques maduros, com todas estruturas de valorização dos resíduos, nossa expectativa é que as receitas acessórias respondam por 80% do faturamento”, afirma Pilão.

A Ciclus Ambiental, empresa do grupo Simpar, administra dois aterros sanitários. No Rio de Janeiro, ela manipula 10 mil toneladas por dia de resíduos provenientes da capital do Estado e de seis cidades da Grande Rio, além de material de clientes privados. A estrutura é formada por cinco estações de transferências de resíduos (ERTs) e uma central de tratamento de resíduos (CRT) em Seropédica, onde está localizado o aterro sanitário.

No CRT de Seropédica, a companhia gera 23 mil m³ por hora de biogás, que equivale a 10% da produção nacional do insumo. A companhia mantém uma estrutura própria de transformação do biogás em energia elétrica, com produção de 2,8 MWh, sendo 1 MWh para consumo próprio e 1,8 MWh vendida no mercado. Para 2025, dois novos equipamentos vão expandir a produção para 8,4 MWh. “Energia suficiente para atender 90 mil pessoas”, compara Fernando Quintas, CEO da Ciclus Ambiental.

O biogás gerado no aterro também alimenta uma planta de biometano terceirizada para a Gás Verde. A unidade produz 13 mil m³ por hora que é vendido para postos de combustíveis e indústrias da região. O CRT também é equipado com uma unidade de tratamento de dois milhões de litros de chorume por dia, que gera água de reúso.

Em 2024, a Ciclus Rio deve gerar uma receita na casa de R$ 550 milhões. “Por volta de 25% será obtido com receitas acessórias”, afirma Quintas. Outra fonte de renda extra para a empresa, mas não constante, é a comercialização de crédito de carbono, já tendo sido negociados 2,5 milhões de certificados.

Em janeiro, a Ciclus Ambiental assinou contrato de coleta, limpeza urbana e destinação final de resíduos urbanos com a prefeitura de Belém (PA). O contrato de 30 anos prevê investimentos de R$ 700 milhões. Um dos objetivos é recuperar a área do lixão do Aurá, um dos maiores do país, e instalar um CRT nos moldes da unidade de Seropédica.

Universalização Associação afirma que burocracia e custo de financiamento atrasam obras

Estatais pedem mais prazo para cumprir metas do setor

Genilson Cezar
Para o Valor, de São Paulo

Um volume muito alto de investimentos, pouco tempo para elaboração dos projetos, morosidade dos processos de captação dos recursos nos bancos públicos e altas taxas de juros nos privados devem levar os prestadores de serviços de água e esgoto a pedirem o alongamento dos prazos para cumprimento das metas de universalização do saneamento básico para até 2040, e não em 2033, como prevê o marco legal do setor. É o que avalia Neuri Freitas, presidente da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe).

“O cenário traz muita preocupação”, diz ele. “Os investimentos são pesados. E temos que pensar na morosidade de captação dos recursos num ambiente em que os financiadores são basicamente bancos oficiais, como Caixa Econômica e BNDES, ou regionais, como o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia, que operam taxas de juros até mais baixas que as das instituições privadas, mas com muita burocracia. A aprovação de um projeto leva no mínimo um ano”, reclama. Procuradas, as instituições não responderam até a conclusão desta reportagem.

A universalização do saneamento exigirá infraestrutura para facilitar o abastecimento de água para 11,2 milhões de habitantes, 65% dos quais residem em áreas rurais, e fornecer coleta e tratamento de esgoto para 53,6 milhões de brasileiros (34 % vivendo no campo), em pouco menos de dez anos.

MARCOS NAGELSTEIN/AGÊNCIA PREVIEW

Yves Besse, CEO da Sanea Ambiental: “Muitos prestadores de serviços públicos não conseguem mais se endividar”

O cumprimento dessas metas exige investimentos de R$ 598 bilhões, algo como R$ 46 bilhões por ano, de acordo com o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), elaborado em 2013, com valores atualizados em dezembro de 2021. Ou R$ 900 bilhões, de acordo com levantamento da Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcom Sindicon), realizado pela consultoria KPMG em 2017.

“De qualquer forma, percebe-se que o volume de recursos que se conseguirá para universalizar mais rapidamente depende da capacidade de endividamento que os operadores públicos ou privados conseguirão para financiar seus investimentos por tarifas cobradas aos consumidores e da capacidade de endividamento que os entes públicos — municípios, Estados e governo federal — terão para financiar seus investimentos a partir de impostos”, explica Yves Besse, ex-presidente da Abcon e atual presidente da Sanea Ambiental. “Muitos prestadores de serviços públicos não conseguem mais se endividar para fazer frente às suas obrigações ou estão com sua saúde financeira totalmente degradada”, diz.

Para o ministro das Cidades, Jáder Filho, o governo federal precisa fazer sua parte. “A conjugação de forças é necessária porque ninguém sozinho vai conseguir universalizar os serviços”, destaca. A Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental da pasta possui 904 contratos com investimentos de R$ 40,55 bilhões em andamento. No Novo PAC, o ministério destinou R$ 26,62 bilhões, sendo R$ 10,77 bilhões de Orçamento Geral da União (OGU) e R$ 16,25 bilhões de financiamento pelo FGTS.

> “Os investimentos são pesados. E temos que pensar na morosidade de captação dos recursos”
> *Neuri Freitas*

Uma das principais instituições de fomento, o BNDES se diz “ciente dos desafios do setor e preparado para financiar o grande volume de investimentos necessários para materializar a universalização”. O banco aprovou R$ 30 bilhões em financiamentos para projetos de saneamento desde 2022. Em 2024, foram R$ 2 bilhões para Estados como Alagoas, Bahia, Piauí, Rio de Janeiro, Paraná e São Paulo.

Outro desafio do setor é carrear os investimentos necessários para atender a zona rural, diz Luis Gronau, consultor especializado em saneamento da A&M Infra. A consultoria desenvolve em parceria com o governo do Piauí uma alternativa para o estado, que tem déficit de 70% no fornecimento de água e só 20% de taxa de cobertura de esgoto. Trata-se de uma concessão plena dos serviços para os 224 municípios, incluindo a zona rural do entorno de Teresina.

Dos R$ 8,6 bilhões previstos em investimentos ao longo da concessão, R$ 2,7 bilhões serão destinados à universalização da água e R$ 4,3 bilhões para esgotamento sanitário, atendendo quase 2,5 milhões de habitantes. “O projeto de concessão vai a leilão ainda este ano e deve movimentar toda a cadeia econômica do Estado”, afirma Gronau.

Crescem os casos de doença por falta de serviços básicos

Rose Crespo
Para o Valor, de São Paulo

A falta de água potável e de coleta de esgoto em várias regiões do Brasil é um quadro preocupante para a saúde pública. As doenças relacionadas ao saneamento inadequado causaram mais de 190 mil internações e 2,3 mil mortes em 2022, de acordo com dados do DataSUS. Em relação a 2021, as internações cresceram cerca de 25% e os óbitos, 30%.

Para especialistas, trata-se de uma questão emergencial que mostra o quanto é crucial garantir a universalização dos serviços de saneamento. Essas doenças, que também atendem pela sigla DRSAI, foram responsáveis por 0,9% de todos os óbitos registrados no Brasil de 2008 a 2019, de acordo com o Atlas de Saneamento do IBGE, de 2021. Do total de mortes causadas por doenças infecciosas e parasitárias no país, elas responderam por 21,7%. No Centro-Oeste, esse percentual foi superior a 40%, e no Nordeste, de quase 30%.

No mesmo período, foram notificados quase 12 milhões de casos dessas doenças, que resultaram em cerca de 5 milhões de internações no SUS (Sistema Único de Saúde). As principais foram doença de Chagas, diarreia e disenteria, que representaram mais de 80% das mortes. Dengue, zika e chikungunya, por sua vez, foram a terceira causa de óbitos por doenças infecciosas e parasitárias nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. As leishmanioses na região Norte, a esquistossomose na região Nordeste e a leptospirose na região Sul ocuparam a mesma posição de letalidade.

Saúde pública
Impacto do saneamento ambiental inadequado*

● Internações por doenças de veiculação hídrica
● Mortes por doenças de veiculação hídrica

Região	Internações	Mortes
Norte	32.485	228
Nordeste	75.359	802
Centro-Oeste	23.307	212
Sudeste	36.330	714
Sul	23.937	350
Brasil	191.418	2.306

Fonte: Instituto Trata Brasil. *2022

“O Plano Nacional de Saneamento Básico [Plansab] precisa ser cumprido, de acordo com sua programação e metas”, afirma Alexandre Pessoa, professor e pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), da Fiocruz.

Houve progresso em algumas áreas, mas de forma desigual e com diferenças regionais. “O resultado é um país preso em um ciclo de baixo crescimento e desigualdade persistente, afetando a qualidade de vida da população e as perspectivas de futuro”, diz Maria de Fátima Torres Faria Viegas, tecnologista da Fundacentro.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), cada dólar investido no sistema traz ganho superior a US$ 4 na medicina curativa. “Dependendo da precariedade da região, o ganho é ainda maior. É prioridade zero o abastecimento de água, a proteção de mananciais e das reservas hídricas”, afirma Wanderley da Silva Paganini, professor do Departamento de Saúde Ambiental da Faculdade de Saúde Pública da USP. “Investir é a melhor forma de distribuir renda e garantir qualidade de vida à população.”

A precariedade impacta diretamente os cofres públicos. “Só no tratamento de doenças de veiculação hídrica, o país poderia economizar R$ 1,25 bilhão por ano. Investir em saneamento é investir em saúde preventiva”, diz Luana Pretto, presidente executiva do Instituto Trata Brasil.

A despesa média com as internações hoje é superior a R$ 80 milhões, mas eram mais de R$ 100 milhões em 2019. A média nacional é de 9,4 internações para cada 10 mil habitantes, segundo os dados do DataSUS de 2022. Na região Norte, onde se concentram os piores indicadores, as internações são superiores a 18 para cada 10 mil habitantes, enquanto no Sudeste são de 4,28.

Não apenas o tratamento traz prejuízos. Segundo Pretto, a conta é muito maior, pois prejudica a mobilidade social urbana, a produtividade e a geração de renda “Gera problemas no desenvolvimento físico, intelectual e neurológico infantil, desestimula o aprendizado, gera menor escolaridade e afeta até a nota do Enem”, afirma.

Para Paganini, a aprovação do Novo Marco Legal do Saneamento, em 2020, demonstra que o saneamento não é prioridade pública. “Saneamento não é negócio. A iniciativa privada pode participar, mas não deveria sair da mão do Estado.” Segundo ele, o Brasil caminha na contramão. “Mais de 18 países voltaram atrás e reestatizaram o setor, como a Alemanha, Argentina, Inglaterra e o Canadá.”

O professor da Fiocruz entende que o novo marco não trará avanços ao setor. Os planos municipais deveriam ser revisados a cada cinco anos e, agora, o prazo é de até dez anos, o que reduz a capacidade de planejamento. “A lógica que imperou na revisão era dar um caráter atrativo para as empresas, dando maior segurança e lucro, em detrimento de diminuir a capacidade de regulação e de planejamento do Estado. Isto pode comprometer os direitos humanos à água e ao saneamento previstos pela ONU”, diz.

> País gasta R$ 1,25 bilhão para tratar as doenças de veiculação hídrica, diz Luana Pretto, do Trata Brasil

Crises econômicas, instabilidade e, para críticos do modelo atual, a fragmentação das políticas públicas impedem avanços mais rápidos. Segundo Viegas, da Fundacentro, o governo anterior, de Jair Bolsonaro (PL), focou na liberalização e privatizações. “O atual parece inclinado a fortalecer o Estado, embora reconheça a necessidade das PPPs [parcerias público-privadas]”, diz.

Visão diferente tem a Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), que afirma que o novo marco provocou grande movimentação do setor com a participação da iniciativa privada.

Existem, porém, pontos de convergência. Um deles é o Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR), coordenado pela Funasa, do Ministério da Saúde . “É um divisor de águas”, afirma Pessoa, da Fiocruz. O programa aguarda sua institucionalização e orçamento para atender populações rurais, ribeirinhas, quilombolas e indígenas. “Temos de enfrentar a tríade diarreia, desnutrição e desidratação, que provoca um alto índice de mortalidade infantil nesses territórios. Saúde e saneamento são indissociáveis”, diz o pesquisador.

Reparação da Bacia do Rio Doce inclui investimento em saneamento

Questão de saúde pública, tratamento de esgoto é um problema histórico na região

DIVULGAÇÃO

Estação de tratamento de esgoto (ETE) no novo distrito de Paracatu de Baixo, na cidade de Mariana, em Minas Gerais

O despejo incorreto de esgoto na Bacia do Rio Doce é um problema antigo que também tem sido enfrentado com o avanço das medidas de saneamento do plano de reparação e compensação pós-rompimento da barragem de Fundão, da Samarco, em Mariana (MG). Iniciativas da Fundação Renova, criada em 2016 como parte do 1º acordo assinado entre a Samarco, suas acionistas — Vale e BHP — e governos para executar as ações de reparação, endereçam desafios de saneamento da bacia e contribuem para elevar a qualidade de vida ambiental e social.

Em 2013, quatro anos antes do rompimento, o IBGE havia feito um levantamento que classificava o Rio Doce entre os dez mais poluídos do país. Dados de 2010 do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce) apontam que 90% do esgoto doméstico produzido por cidades da bacia era lançado sem tratamento no leito do rio e de seus afluentes. "As ações que visam à recuperação da bacia precisam considerar e superar os desafios e a realidade do saneamento básico da região", afirma Guilherme Tângari, head de Sustentabilidade da BHP Brasil.

O saneamento básico é uma questão de saúde pública. A falta de acesso é vista ainda como a dimensão que mais contribui para a pobreza no Brasil, segundo relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Mirando nesse problema, foi desenvolvido o programa 31 (entre os 42) da Fundação Renova, para coleta e tratamento de esgoto e destinação de resíduos sólidos. Um montante (em valor atualizado) de aproximadamente R$ 850 milhões[1] foi destinado, em parceria com os Bancos de Desenvolvimento de Minas Gerais e do Espírito Santo, para financiamento de projetos de saneamento nos municípios banhados pelo Rio Doce e pelos trechos impactados dos rios Gualaxo do Norte e Carmo.

Desse total, aproximadamente R$ 177 milhões foram disponibilizados aos municípios para ações de saneamento. Entre os projetos aprovados pelos bancos de desenvolvimento, após submissão dos municípios, destacam-se os sistemas de esgotamento sanitário (SES) e as estações de tratamento de esgoto (ETE) em municípios como Aimorés, Mariana e Governador Valadares, em Minas Gerais, e Linhares, no Espírito Santo. Além das obras para destinação correta de resíduos sólidos, como em Galiléia e Ipatinga, em Minas Gerais, e as cidades do consórcio Condoeste, do Espírito Santo.

Para auxiliar os municípios a formularem os projetos e aumentarem as chances de aprovação com os bancos de desenvolvimento, a Fundação Renova realiza capacitações. Ao todo, foram realizadas 46.

> "As ações que visam à recuperação da bacia precisam considerar e superar os desafios e a realidade do saneamento básico da região"
>
> **GUILHERME TÂNGARI,** head de Sustentabilidade da BHP Brasil

REFORÇOS NO ABASTECIMENTO

O programa 32 da Fundação Renova foca no reparo e nas melhorias dos sistemas de abastecimento de água diretamente atingidos pelo rompimento da barragem e vai além. A proposta é reforçar a segurança hídrica dos municípios, fornecendo captação alternativa ao Rio Doce para as estações. As regiões com mais de cem mil habitantes poderão ter a redução dessa dependência em até 50%, e as demais, em 30%. Mais de R$ 886 milhões foram alocados no programa. "Foram criados projetos e executadas ações pensando em todo o processo de tratamento e captação da água e, como resultado, diversas benfeitorias foram concluídas", diz Tângari.

Entre as obras para esse fim, tem-se a construção da adutora de 38km de extensão em Governador Valadares, cuja fonte de captação alternativa é o Rio Corrente Grande. Ela tem capacidade para fornecer 900 litros de água por segundo, chegando às Estações de Tratamento de Água Central, do Santa Rita e do Vila Isa.

Outro programa de grande impacto é o Sistema de Tratamento de Água nos reassentamentos de Paracatu de Baixo e Novo Bento Rodrigues, onde não havia saneamento antes do rompimento. No processo da reconstrução dos distritos foram investidos R$ 5,17 bilhões, e as áreas agora têm coleta, tratamento e destinação de esgoto adequados. O projeto da estrutura foi pensado a longo prazo, com perspectiva de atendimento de saneamento pelos próximos 20 anos, levando em conta a expectativa do crescimento da população em 4% ao ano.

Amarrando todas as iniciativas, há um trabalho de monitoramento[2] de 84 pontos do Rio Doce, nos quais são captados dados em tempo real sobre a qualidade da água em diferentes indicadores. De acordo com o Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do rio Doce de 2023, "os dados obtidos por esse monitoramento ampliaram o conjunto de informações sobre os recursos hídricos da Bacia do Rio Doce, colaborando expressivamente para melhorar o grau de conhecimento sobre a quantidade e a qualidade das águas superficiais da bacia".

Essas ações representam uma parte do complexo processo de reparação após o rompimento da barragem de Fundão. Segundo Tângari, a BHP Brasil, enquanto uma das acionistas da Samarco, "sempre esteve comprometida com a reparação justa e integral no país". Ele destaca que, além das obras de saneamento, a Fundação Renova tem desenvolvido diversas outras atividades de cunho social, econômico e ambiental. "Os projetos se integram e garantem um ecossistema de reparação e compensação que pretende endereçar os desafios encontrados na região."

Saneamento na Bacia do Rio Doce

Obras fazem parte do processo de reparação e compensação após o rompimento da barragem de Fundão

(1) O ANDAMENTO DAS OBRAS E RECURSOS PODEM SER CONFERIDOS EM: TRANSPARENCIA.FUNDACAORENOVA.ORG/
(2) O MONITORAMENTO DO RIO DOCE PODE SER ACOMPANHADO PELO SITE: MONITORAMENTORIODOCE.ORG/

Concessões Onze licitações estão previstas até 2026; desde 2020, aportes somam R$ 142,4 bilhões

Setor privado deve investir R$ 105 bilhões

Nelson Rocco
Para o Valor, de São Paulo

Onze processos de privatização de empresas de saneamento estão agendados para ocorrer no Brasil até 2026. As concessões serão de empresas que operam em cidades pequenas, como Arroio dos Ratos (RS), onde vivem 14,5 mil habitantes, a 55 km de Porto Alegre, até em um Estado inteiro, como Sergipe. Os investimentos previstos são superlativos: R$ 89,7 bilhões. As projeções para o próximo ciclo de privatizações, porém, são ainda maiores e podem chegar a R$ 105 bilhões, de acordo com analistas do setor.

Esses investimentos estão sendo viabilizados graças às mudanças regulatórias trazidas pelo Novo Marco Legal do Saneamento, que entrou em vigor em 2020. Desde então, houve 49 processos de concessão dos serviços de água e esgoto, seja por meio de parcerias, venda de ativos ou com o ingresso de um investidor estratégico e a venda de ações — caso da Sabesp, de São Paulo, com a entrada da Equatorial em seu capital, em uma operação em julho que envolveu R$ 14,7 bilhões, fora investimentos.

Gesner Oliveira, professor da Fundação Getulio Vargas (FGV) e sócio da consultoria GO Associados, avalia que a privatização da Sabesp foi relevante por prever cerca de R$ 10 bilhões em investimento para os próximos anos. Além disso, trouxe a "abrangência do conceito de universalização, incluindo áreas rurais e áreas informais, o que é muito importante para o bem-estar da população, sobretudo a mais pobre". Oliveira também destaca a redução da tarifa para camadas mais vulneráveis.

Os 49 processos realizados desde 2020 envolvem investimentos de R$ 142,4 bilhões, abrangendo 972 municípios, para uma população atendida de quase 61 milhões de habitantes, segundo dados da Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon/Sindcon) — os números não incluem as concessões de Brodowski e Barrinha (SP) e da companhia de água e esgoto de Sergipe, cuja privatização tem aporte estimado de R$ 6,3 bilhões.

"O próximo ciclo de privatizações deverá contar com 43 projetos, que devem atrair até R$ 105 bilhões em investimentos até 2033", estima Christiane Dias, diretora-executiva da Abcon/Sindcon.

Segundo Oliveira, da FGV, Estados e municípios, em sua maioria, porque, não têm como bancar os investimentos necessários para a universalização do saneamento, como previsto no marco do setor, estimados por ele na casa dos R$ 500 bilhões.

A executiva da Abcon/Sindcon concorda. Mas, para ela, os investimentos necessários para a universalização do saneamento até 2033 são maiores, de R$ 890 bilhões. "Para alcançarmos a meta, só com a iniciativa privada. Somente o setor público não dá conta de fazer os aportes que necessitamos".

WENDERSON ARAUJO/VALOR
Christiane Dias, da Abcon/Sindcon: "Somente o setor público não dá conta de fazer os aportes que necessitamos"

22%
dos municípios têm operadores privados

Segundo Dias, o marco trouxe três premissas fundamentais. A primeira foi um novo instrumento regulatório, que é um dos principais pontos de uniformização da arrecadação e de melhoria do ambiente para a atração dos investidores privados. Esse instrumento é composto pelas agências regulatórias, de caráter municipal, mas que seguem as diretrizes nacionais, ditadas pela Agência Nacional de Águas (ANA). "Há um padrão que todas as agências devem seguir para fazer a regulação", diz ela.

A segunda premissa foi o estabelecimento da universalização dos serviços. "Todos os contratos, sejam públicos ou privados, têm de se comprometer com a universalização", acrescenta. Segundo Dias, a terceira premissa é a que prevê a regionalização, com a aglutinação de vários municípios para uma única concessão. "Existe um incentivo na norma para essa união, embora não seja obrigatória. Mas é da natureza dos serviços que eles sejam executados de forma regionalizada, porque a infraestrutura exigida é gigantesca e é muito difícil para os municípios investirem sem compartilhar", afirma.

Com o novo marco, houve um aumento considerável da participação do setor privado no setor. "As operadoras privadas já respondem por 22% dos municípios brasileiros, atendendo a mais de 70 milhões de pessoas", informa a executiva. Pelos cálculos da associação, antes do novo marco, as empresas privadas chegavam a apenas 7% dos municípios.

Privatização muda tarifa e reajuste em São Paulo

De São Paulo

A Sabesp, uma das maiores companhias de saneamento do mundo, com mais de 28 milhões de clientes, tem um desafio pela frente: garantir que a tarifa não suba diante dos investimentos necessários para a universalização dos serviços até 2029. A privatização da estatal, em julho, mudou o cálculo das tarifas, que antes consideravam, entre outros fatores, os investimentos futuros. Agora, apenas os aportes realmente efetivados é que farão parte da conta.

"No atual, não há mais projeção de mercado e de investimentos. Ambos são baseados em um período de referência, definido como o ano civil anterior ao cálculo tarifário", diz o diretor-presidente da Sabesp, André Salcedo. Investimentos realizados em 2024, por exemplo, serão submetidos à Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arsesp) no ano que vem; se forem validados, passarão a compor a tarifa a partir de 2026, explica o executivo.

A privatização já reduziu as tarifas; faixa básica caiu 10% para os segmentos social e vulnerável. "A residencial teve queda de 1%, e as demais, como comercial e industrial, 0,5%", lembra Salcedo.

Antes, a agência reguladora calculava, a cada quinquênio, os investimentos necessários para os próximos cinco anos e estabelecia a tarifa com base nessa projeção. "Agora, a tarifa não considera os investimentos projetados. Eles são incorporados na tarifa a cada ano caso os investimentos sejam realizados", explica Thiago Mesquita Nunes, diretor-presidente da Arsesp.

O novo modelo, porém, pode gerar um desencontro entre a tarifa paga e a necessária para realizar os investimentos. Essa diferença será bancada pelo Fundo de Apoio à Universalização do Saneamento no Estado de São Paulo (Fausp), criado na privatização. De início, o fundo teve um aporte de um terço dos recursos de R$ 14,7 bilhões recebidos pelo governo paulista na venda da Sabesp. "A tendência regulatória é que a tarifa caia ao longo do tempo", diz Nunes.

De acordo com Salcedo, para custear os investimentos, a companhia irá avaliar a melhor forma de financiamento, podendo combinar linhas de longo prazo, mercado de capitais e debêntures, por exemplo, e a geração de caixa da empresa. "A empresa tem bastante espaço para captação de novas dívidas, uma vez que sua alavancagem financeira é bem confortável", diz ele, citando o indicador de dívida líquida sobre lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) em 1,54.

"Nossos covenants [compromissos de dívida] permitem ir até 3,5. Considerando que nosso Ebitda dos últimos 12 meses foi de R$ 10,8 bilhões, há bastante espaço para captação de novas dívidas destinadas a financiar os investimentos", afirma.

André Sampaio, analista de investimentos do setor de saneamento do banco Santander, afirma que a Arsesp, no novo modelo, será responsável por calcular a tarifa da Sabesp pelo modelo anterior e pelo novo, para efeito de comparação. "Não significa que a tarifa será menor do que é hoje, mas ela será menor do que seria pelo modelo antigo", diz.

No processo de privatização, ficou estabelecido que os investimentos para a universalização dos serviços, antes previsto para 2033, terão de ser realizados até 2029. Para isso, serão aportados cerca de R$ 70 bilhões. "Nos dois cenários, com esses investimentos, teríamos as tarifas crescendo. Mas, com o novo, ela subirá menos." *(NR)*

GABRIEL REIS/VALOR
Sabesp tem muito espaço para captar novas dívidas, diz André Salcedo

Concessionárias se esforçam para evitar desperdício

Paulo Vasconcellos
Para o Valor, de Porto Alegre

As concessionárias intensificam esforços para reduzir o desperdício e as ligações clandestinas que provocam perdas de 37,8% de toda a água tratada no Brasil, de acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), com dados de em 2022. Em quatro anos, a BRK, que atende mais de 16 milhões de pessoas em 100 municípios, conseguiu reduzir essas perdas em seis pontos percentuais, para 35,2%, o equivalente a 7,7 milhões de m³ de água, com investimento de R$ 114 milhões na substituição de mais de 300 mil hidrômetros e na renovação de 30 mil quilômetros de redes. A meta até 2030 é baixar o índice para 25%.

"Municípios operados pela BRK têm se destacado com padrões de excelência. Limeira, no interior paulista, é listado pelo Trata Brasil entre os oito municípios mais populosos do país que já atendem às metas do Ministério do Desenvolvimento Regional", afirma Rafaella Scorsatto Lange, gerente de eficiência operacional da empresa.

O Grupo Águas do Brasil investiu R$ 135 milhões na substituição de hidrômetros e redes obsoletas, fiscalização de ligações clandestinas, automação de elevatórias e conserto de vazamentos não visíveis com auxílio de inteligência artificial. Segundo a companhia, já foi evitada a perda de 116 milhões de m³ de água desde que a iniciativa foi lançada, em 2018.

Em Petrópolis (RJ), atendida pelo grupo, o índice de perdas é de 23,2%; em Pará de Minas (MG), de 16,9%. "A área de inovação tem se destacado na busca e desenvolvimento de tecnologias emergentes de ponta de combate às perdas", diz Marilene Ramos, diretora de sustentabilidade e relações institucionais da Águas do Brasil.

O projeto criado pela Aegea, que tem mais de 30 milhões de clientes, gerou, no ano passado, economia suficiente para abastecer uma cidade de 300 mil habitantes por um ano. "As perdas de água no Brasil são um problema crônico. Grande parte do que é captado não chega às torneiras da população", afirma Édison Carlos, presidente do Instituto Aegea.

Em Campo Grande, a concessionária Águas Guariroba, parte do grupo Aegea, fez o indicador de perdas cair de 56%, em 2010, para 19%. Em Bombinhas (SC), a Águas de Bombinhas baixou o desperdício de 45% para 16%. No ano passado, a Aegea firmou parceria com a israelense Asterra para uso de um satélite que detecta vazamentos subterrâneos. A ferramenta permite intervenções mais eficientes e permitiu a economia de 158 milhões de litros de água somente durante o projeto-piloto.

A Carioca Engenharia também aposta na tecnologia para atender dois grandes clientes: a Águas do Brasil e a Rio+ Saneamento, que venceu o processo de privatização da estatal fluminense Cedae para atender 22 municípios do Estado — e acabou herdando uma rede antiga, além de "gatos".

A recuperação de 257 km de redes ficou a cargo da Carioca Engenharia que adotou em 70% das operações um método não destrutivo com furo direcional (MND), que melhora a velocidade da obra com menor nível de transtorno. "A rede nova melhora a eficiência e mata o 'gato'. Isso é receita na veia", afirma Daniel Rizzotti, presidente da Carioca Engenharia.

Em São Paulo, a Sabesp investe em média R$ 1 bilhão por ano no combate às perdas de água nos 375 municípios que atende. Desde 2009, o Programa Corporativo de Redução de Perdas atua na modernização de redes e troca de ramais e hidrômetros, na inspeção das tubulações para identificar vazamentos e fraudes e no aumento da eficiência operacional.

A companhia usa, dentre outras tecnologias, a detecção de vazamento com equipamentos eletrônicos, o uso de inteligência artificial embarcada, softwares de gestão do abastecimento e hidrômetros inteligentes, segundo a diretora de engenharia e inovação, Paula Violante. O índice de perdas da Sabesp foi de 28,8% em 2022. Cerca de dois terços são por perdas com vazamentos, e o restante, por fraudes e medição com hidrômetros envelhecidos.

Estresse hídrico
Perdas na distribuição de água no Brasil - em %

Fonte: SNIS (2022). Elaboração: GO Associados/Instituto Trata Brasil

"A rede nova melhora a eficiência e mata o 'gato'. Isso é receita na veia"
Daniel Rizzotti

Economia circular reduz risco de escassez hídrica

Lúcia Helena de Camargo
Para o Valor, de São Paulo

A economia circular da água desponta como uma das saídas para garantir a segurança hídrica. "Já temos tecnologia para aproveitar a água de reúso, com técnicas que vão da utilização do lodo do esgoto na produção de fertilizantes e geração de energia elétrica até filtragem de maneira eficiente para obter água potável", diz Marcel Costa Sanches, presidente nacional da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária ambiental (Abes).

Ele cita como exemplo o Aquapolo Ambiental, que em dez anos forneceu 108 milhões de m³ para processos industriais no ABC Paulista e no polo petroquímico de Capuava, em Santo André (SP). Em Franca, também em São Paulo, um projeto da Sabesp abastece 40 carros com biogás gerado pelo tratamento de esgoto.

Outra tecnologia já existente, embora cara, é a dessalinização. Segundo a Water Research Foundation, dessalinizar 1 m³ de água do mar custa o equivalente a dez vezes o valor do mesmo volume tratado a partir do esgoto sanitário. A maior usina de dessalinização do país é da ArcelorMittal, na Região Metropolitana de Vitória, com capacidade para 140 litros por segundo. "Na refrigeração dos equipamentos de produção de aço, 96% da água que usamos vem do mar, e somente 4% são provenientes do rio Santa Maria da Vitória", explica Fabricio Assis, diretor de produção de gusa e energia na ArcelorMittal Tubarão.

Ainda há, entretanto, entraves para o consumo humano da água de reúso. "Precisamos de políticas públicas, tanto na regulação dos processos quanto na publicidade, esclarecendo as pessoas de que a transformação em água limpa é segura", diz Sanches. Segundo ele, os processos atuais eliminam 100% dos contaminantes.

Pesquisa da consultoria GlobeScan, em parceria com a ONG WWF, revelou que 81% dos brasileiros estão muito preocupados com a escassez de água potável, contra 58% na média mundial. "Temos que aproveitar essa preocupação para fazer chegar informações de qualidade ao público sobre os benefícios da reciclagem de água", diz Marcio José Silva, CEO do Aquapolo Ambiental.

O consenso entre pesquisadores é que os efeitos da crise climática tendem a aumentar a escassez hídrica nos próximos anos. Em 2023, a cobertura de água no território brasileiro ficou 1,5% abaixo da média histórica, de acordo com o MapBiomas Água. E a escassez hídrica pode gerar conflitos. Pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Universidade Federal do Paraná (UFPR) descobriram que as desavenças por estresse hídrico cresceram 481% de 2005 a 2021.

Tecnologia Algoritmos cruzam dados de consumo e sensores descobrem despejo irregular de esgoto

IA otimiza gestão da água e infraestrutura

Carlos Vasconcellos
Para o Valor, do Rio

A inteligência artificial (IA) começa a ser aplicada a diferentes áreas do saneamento, da gestão de qualidade da água à infraestrutura, passando pela análise de dados de consumo para otimizar processos e eventuais reparos na rede. A Águas do Rio, empresa do grupo Aegea que opera no Rio de Janeiro, desenvolve algoritmos próprios que ajudam na prevenção de eventos e indicam potenciais oportunidades operacionais.

A IA é integrada ao sistema gestão de ativos da companhia e a plataformas computacionais customizáveis, como o Elipse Water, usado para controlar todas as estruturas e o sistema de abastecimento, monitorando 18 mil variáveis de pressão, vazão, níveis de reservatórios, nas tubulações e enviando informações em tempo real, 24h por dia. "Isso resulta em uma gestão mais proativa e preventiva, reduzindo perdas e melhorando a qualidade dos serviços", diz Anselmo Leal, diretor-presidente da concessionária.

O executivo lembra que a Águas do Rio recebeu o sistema da Cedae, que inclui represas construídas no tempo do imperador Dom Pedro I e estruturas atuais, construídas e adaptadas de acordo com o ritmo de crescimento urbano da capital fluminense. "Das 1.300 unidades recebidas, apenas 66 tinham monitoramento online. Hoje, 50% estão automatizadas e são operadas à distância, e o projeto segue em ampliação", afirma.

Segundo Leal, a concessionária já investiu R$ 3,5 bilhões na recuperação da rede e a tecnologia tem sido fundamental nesse processo. "A IA é usada para elaboração dos modelos computacionais de simulação hidráulica, por exemplo, que cria um gêmeo digital que permite simular condições operativas e antever as reações do sistema."

Para Cristina Zuffo, superintendente de pesquisa, desenvolvimento e inovação da Sabesp, soluções de IA têm grande potencial para melhorar a eficiência, reduzir custos e otimizar o gerenciamento dos recursos hídricos e de esgoto. A tecnologia, por exemplo, aumenta a velocidade e a capacidade de identificação de perdas, seja por vazamentos ou fraudes. A Sabesp também usa internet das coisas (IoT) em sistemas de sensoriamento e gestão de redes e hidrômetros que coletam dados sobre qualidade da água, fluxo, pressão e outros.

"A IA pode analisar esses dados para detectar anomalias em redes de distribuição de água, despejos irregulares na rede de esgoto, falhas em equipamentos, qualidade de mananciais de abastecimento, dentre muitas outras aplicações", afirma Zuffo. A concessionária paulista ainda investe na automação de estações de tratamento, com algoritmos de aprendizado de máquina para melhorar processos e reduzir perdas.

50%
de automação nas unidades da Aegea

Valter Lucas Júnior, gerente da Unidade de Serviços de Hidrometria da Copasa, em Minas Gerais, destaca a importância da nova tecnologia no combate a fraudes e vazamentos. A Copasa estima haver ao menos 300 mil ligações fraudulentas na sua área de concessão. Usando IA para cruzar dados de pressão e vazão da rede com dados históricos de 60 anos de consumo, a companhia quer aumentar a eficiência operacional e reduzir o risco de vazamentos.

"Nossa rede de abastecimento tem 64 mil quilômetros, com aproximadamente 11 milhões de conexões de tubos subterrâneos, que podem sofrer danos com variações repentinas de pressão. A tecnologia ajuda a reduzir esse risco", diz o gerente. A Copasa também adotou a detecção de vazamentos por análise de áudio da startup Stattus 4 em um projeto-piloto em Ipatinga, que localizou centenas de pontos de vazamento ou de possíveis ligações irregulares na cidade.

Outra ferramenta adotada pela concessionária são os hidrômetros inteligentes, que medem tanto o consumo quanto a qualidade da água. O cruzamento dos dados permite alertar os consumidores sobre desvios de padrão, que podem ser alertas contra vazamentos nas redes particulares.

DIVULGAÇÃO

Cristina Zuffo, da Sabesp: "IA pode analisar esses dados [de sistemas de sensoriamento] para detectar anomalias"

Nova regra impulsiona startups

Do Rio

O Marco Legal do Saneamento Básico ganhou um aliado para estimular a inovação, substituir tecnologias ultrapassadas do setor e agilizar a universalização do serviço de água e coleta e tratamento de esgoto: o Marco Legal das Startups, que facilita a contratação de empresas de base tecnológica em concessões públicas. A Copasa, concessionária que atua em 640 municípios de Minas Gerais, por exemplo, tem um edital aberto de R$ 9,6 milhões que busca inovação em comercialização, obras, tratamento de esgoto e redução de perdas.

"A nova legislação dá às concessionárias a oportunidade de testar novas tecnologias, com menos risco e com menos burocracia", afirma Marília Lara, CEO e cofundadora da Stattus 4, startup de Sorocaba (SP) que oferece soluções de internet das coisas (IoT) e inteligência artificial (IA) para detecção de perdas na distribuição de águas.

Um projeto-piloto na Sanepar reduziu em 70% as perdas em parte da rede de Curitiba com uma tecnologia da Stattus 4 que detecta os vazamentos a partir de sensores móveis.

A gaúcha Augen Engenharia trabalha com coleta e análise de dados para serviços como medição da qualidade da água via sensores remotos. Fabricio Santana, CEO e cofundador da startup, afirma que a adoção de tecnologia no saneamento depende de ganho de escala para baratear a implementação e manutenção dos sistemas. "Temos usado tecnologia de realidade aumentada, em óculos especiais, para simplificar a manutenção", diz.

Já a Zero Esgoto usa a biotecnologia para viabilizar o tratamento de esgoto em locais de difícil acesso, já em uso no Rio de Janeiro e em São Paulo. "Desenvolvemos um blend de bactérias que degrada o material orgânico do esgoto e permite devolver a água limpa para o ambiente em poucas horas", explica Célio Sathler, CMO da companhia.

A solução pode ser instalada isoladamente, sem conexão a uma rede de coleta de esgoto, e elimina a necessidade de remoção dos dejetos. *(CV)*

INÊS 249

Entrevista Existem evidências de que projetos sem conclusão aumentam taxa de doenças infecciosas e mortalidade infantil, afirma Antonella Bancalari

Finalizar obra deveria ser prioridade para o país, diz pesquisadora

Ivan Martínez-Vargas
Para o Valor, de Londres

A discussão sobre saneamento básico no Brasil precisa dar prioridade à eficiência no gasto público e à finalização de projetos em andamento ou incabados, de acordo com a economista Antonella Bancalari, pesquisadora do Institute for Fiscal Studies (IFS), localizado em Londres, e doutora em políticas sociais pela London School of Economics and Political Science (LSE). Há evidências de que obras inacabadas tendem a aumentar a taxa de doenças infecciosas e a mortalidade infantil, por exemplo, afirma.

Em entrevista ao **Valor**, a economista diz que a dicotomia entre investimento privado ou público no saneamento não tem sentido. Há, segundo ela, casos tanto de concessões bem desenhadas, com o Estado fiscalizando metas de qualidade do serviço e impacto positivo na saúde pública, quanto maus resultados. Os termos do contrato, diz, são a chave para os bons resultados. "No Brasil, as discussões estão em torno dos montantes de investimento; se fala em bilhões, mas não sobre como usar o dinheiro de forma eficaz", aponta.

Valor: *Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU estabelecem metas para a universalização do acesso à água potável e ao saneamento básico até 2030. A seis anos do prazo, são objetivos realistas? Quais são os desafios?*

Antonella Bancalari: No Brasil, as metas são 90% da população conectada ao sistema de esgoto tratado e 99% com acesso à água potável segura até 2030. Entre 2000 e 2021, o acesso à água segura aumentou de 78% para 88%, é um avanço importante. Mas o acesso ao saneamento foi de 36% para 50%. Esse é o maior desafio: metade da população não tem saneamento básico. Para tratar dos desafios é preciso abordar o ciclo do investimento público. No Brasil, as discussões estão em torno dos montantes de investimento, se fala em bilhões, mas não sobre como usar o dinheiro de forma eficaz.

Em países latino-americanos, na África e na Ásia, estamos acostumados a ver obras inacabadas, mas isso não é trivial por dois motivos. Primeiro, há o custo de oportunidade dos recursos, que poderiam ser usados em projetos que fossem concluídos. Segundo, obras inacabadas colocam em risco a população. Por exemplo, estudei o caso da implementação do Plano Nacional de Saneamento do Peru. Entre 2005 e 2015, em média, a mortalidade infantil aumentou em 5%. Dez anos após o início dos projetos, onde havia obras incompletas, houve um incremento de até 20% na mortalidade infantil e de crianças até cinco anos.

Valor: *Por quê?*

Bancalari: Durante a implementação, há valas abertas que se enchem de água da chuva, tornando-se focos de infecção, e poços inacabados podem virar lixões. Isso faz com que aumente a mortalidade por doenças infecciosas, além de causar acidentes diretos relacionados à construção.

> "Se fala em bilhões, mas não sobre como usar o dinheiro de forma eficaz"

Valor: *Como evitar esses problemas?*

Bancalari: A parte de implementação é um grande desafio. Nos estudos de pré-investimento raramente se mencionam esses riscos. Avaliações medem o impacto no meio ambiente, mas é raro considerar o quanto a população será afetada durante as obras. É crucial considerar o custo social, que é muito elevado. Estar ciente do aumento da mortalidade leva a investir para mitigar este problema.

Valor: *Quais são as principais razões para os problemas de implementação?*

Bancalari: Uma delas é a falta de dinheiro, não necessariamente uma falta global de recursos, mas de verbas para um projeto específico, porque o dinheiro é destinado a outro. Quando a implementação é responsabilidade dos municípios, há a atomização dos investimentos em muitos pequenos projetos, levando a um vaivém de recursos entre um e outro. Há ainda a instabilidade nas dinâmicas políticas, nas preferências de alocação de recursos. Às vezes, projetos são deixados abertos de propósito pelos prefeitos para que sejam reeleitos e os concluam. Outro fator é a gestão das empresas privadas e concessões. Bancos como o Banco Mundial e o [Banco Interamericano de Desenvolvimento] BID deveriam exigir a conclusão de projetos iniciados antes de financiar novos.

Valor: *Ainda assim, houve avanços.*

Bancalari: Sim, a América Latina está progredindo. Por exemplo, em vez de atomizar os projetos de maneira descentralizada, passou a privatizá-los como um cluster de projetos, que abrange vários municípios e considera as economias de escala.

Valor: *No Brasil, o serviço de saneamento está a cargo dos municípios, mas a criação de clusters com a participação da iniciativa provada foi facilitada pelo novo marco regulatório. Entusiastas das concessões dizem que os investimentos privados podem dinamizar o setor. Os críticos temem que isso possa aumentar os custos aos mais pobres. O que indica a experiência internacional?*

Bancalari: O modelo do Brasil é semelhante ao de outros países da América Latina. Sempre há trade-offs: investimentos privados podem melhorar o serviço, mas tarifas altas podem impactar negativamente os mais pobres. Após a conclusão do projeto, é preciso conectar os lares à infraestrutura pública, e com tarifas caras, os mais pobres não têm o que se chama de disposição para pagar. Esta disposição pode ser influenciada pela capacidade de pagar, ou preferência. Com água e esgoto, o custo é imediato, mas o benefício só é percebido mais tarde, fazendo com que as pessoas não priorizem essa questão. Há ainda os que não estão dispostos a se conectar ao sistema de esgoto e pagar as tarifas porque seus vizinhos não o fazem.

DIVULGAÇÃO

Antonella Bancalari, pesquisadora do Institute for Fiscal Studies; foco precisa estar na eficiência do gasto público

Valor: *Como resolver?*

Bancalari: O governo e o setor privado precisam de uma estratégia conjunta. Na Bolívia, onde participo de projetos com o BID, foram necessários subsídios para incentivar a conexão à rede de esgoto. Além de investimentos, é preciso ter campanhas de conscientização permanentes. Estudos mostram a importância do acompanhamento para que as pessoas evitem maus hábitos de higiene e paguem as tarifas.

Valor: *O que pode ser feito nas áreas de ocupação irregular que têm acesso à água de modo informal?*

Bancalari: Quem aluga terras irregularmente não quer se conectar ao sistema de esgoto se isso aumentar o aluguel, e há ainda o espaço físico limitado. Uma solução temporária vista na Índia é a construção de banheiros comunitários, que funcionam até que sejam construídos lares adequados com banheiro privado, e ainda proporcionam economia circular, gerando biogás para a comunidade.

Valor: *Qual é o papel do Estado?*

Bancalari: Deve subsidiar os mais pobres, por exemplo, fornecendo transferências condicionadas para conexão ao sistema de esgoto e à água potável. A segmentação é difícil, mas em locais como favelas, ela é possível de forma comunitária. Mesmo com investimento privado, o Estado deve fiscalizar para garantir que padrões sejam cumpridos, como o tratamento dos efluentes. Se o efluente não for tratado, os resíduos são despejados no mar e nos rios, contaminando a água. Um estudo na Índia mostra que, embora banheiros tenham sido construídos nas favelas, como os efluentes não são tratados, não há melhorias na saúde pública.

Valor: *Faz sentido a dicotomia no debate sobre investimento público versus privado?*

Bancalari: Não, temos experiências muito distintas. Na Argentina, estudos mostram que, com a privatização do acesso à água e saneamento, a mortalidade infantil caiu, e melhorou o acesso a [coleta e tratamento de] esgoto. Já na Colômbia, a privatização foi menos eficaz, com queda mais lenta na mortalidade. Isso depende do envolvimento do Estado e se cumpre seu papel regulador, exigindo serviços de qualidade. Os termos dos contratos são a chave [para bons resultados].

> "O Estado deve fiscalizar para garantir que padrões sejam cumpridos"

Valor: *A relação entre rede de saneamento e saúde pública está comprovada, mas qual é a dimensão?*

Bancalari: Estudos mostram a relação entre saneamento e saúde pública, produtividade e desempenho escolar. O Banco Mundial estima que o custo do saneamento inadequado pode chegar a 6,4% do PIB na Índia. É um caso extremo, mas sabemos que a água nas cidades latino-americanas é contaminada. Isso gera doenças que afetam principalmente crianças, prejudicam o desempenho escolar, e afetam os pais, que precisam cuidar delas. Isso afeta a produtividade. É uma sorte nascer onde banheiro e água potável são garantidos, algo que o Banco Mundial estima que 3,5 bilhões de pessoas [no mundo] não têm.

Valor: *Com a realidade das mudanças climáticas, qual o possível impacto delas sobre os recursos hídricos?*

Bancalari: Ainda não foram realizados muitos estudos que relacionem os impactos das mudanças climáticas com o saneamento básico.

SP quer eliminar lançamento de esgoto no Tietê até 2029

Lúcia Helena de Camargo
Para o Valor, de São Paulo

Não será possível nadar ou pescar no rio Tietê tão cedo, mas, de acordo com Natália Resende, secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo, o esgoto vai parar de chegar ao maior curso d'água paulista até 2029, antes da meta de universalização do saneamento, marcada para 2033. Investimentos de R$ 233 milhões recebidos pelo projeto Integra Tietê permitiram antecipar a data. "Trata-se de um rio urbano, então não esperamos poder beber a água até lá, mas certamente estará mais límpido e com menos odor", diz a secretária.

As obras incluem cinco estações de tratamento, aumentando a capacidade produtiva de 24 m³ por segundo para 40 m³/s. Outra frente de trabalho é no controle de cheias, com desassoreamento do leito do rio. Resende informa que foram retirados 1,4 milhão de m³ de sedimentos dos rios no último ano, sendo cerca de 1 milhão de m³ do Tietê, com previsão de retirada de mais 700 mil m³ do Pinheiros — que deságua no Tietê na zona sul da capital — até o fim de 2025.

DAVILYM DOURADO/VALOR

Obras retiraram 1 milhão de m³ de sedimentos do rio Tietê, que corta São Paulo, e qualidade da água melhorou

Dados da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), coletados no monitoramento da qualidade da água em quatro pontos de amostragem e em mais 17 afluentes ao longo da Bacia do rio Pinheiros apontaram melhora no Índice de Qualidade das Águas (IQA) entre 2020 e 2023 e também no registro de Carbono Orgânico Total (COT), que mede a quantidade de efluentes sanitários ou industriais na água.

"Estamos seguindo, para o Tietê, o modelo de despoluição bem-sucedido praticado no Pinheiros", diz a secretária. "Em um rio com 250 quilômetros de extensão [trecho do alto Tietê], que passa por 39 municípios, incluindo a região metropolitana de São Paulo, já temos notado melhoras."

Para Paula Violante, diretora da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), o projeto de revitalização do Pinheiros, é um caso bem-sucedido. "Além de levar o ciclo completo de saneamento a cerca de 650 mil imóveis nessa bacia, trouxe uma expertise na gestão de contratos por resultados e em soluções inovadoras de engenharia que ampliam a perspectiva de atendimento a áreas vulneráveis e de ganho da qualidade de vida ocasionado pela transformação socioambiental", afirma.

Atualmente, é possível notar a volta de peixes e aves em córregos da bacia e em trechos do Pinheiros. "A Sabesp investirá aproximadamente R$ 7 bilhões no período 2023/2026 em obras de ampliação da capacidade nas estações de tratamento de esgoto (ETEs). Mais de 4 milhões de pessoas serão beneficiadas", diz.

Apesar do otimismo oficial, a Fundação SOS Mata Atlântica não enxerga melhorias tão significativas. "A qualidade das águas dos rios que atravessam São Paulo só está menos ruim", afirma Gustavo Veronesi, coordenador da causa Água Limpa na organização.

Segundo o relatório Observando os Rios 2024, no qual a ONG retrata a qualidade da água nas bacias hidrográficas da Mata Atlântica, 14 pontos (8%) estão com média de qualidade boa; 134 (77%) regular; 21 (12,1%), ruim e cinco (2,9%), péssima. O estudo analisou amostras de 129 rios e corpos d'água em 80 municípios de 16 Estados que estão no bioma da Mata Atlântica. O dado positivo é a queda na porcentagem de médias de qualidade de água ruim e péssima em relação ao período anterior, que passou de 18,2% para 15%.

"Os rios da Mata Atlântica ainda estão longe de uma situação aceitável, sem qualidade ótima em nenhum ponto. Isso demanda atenção dos gestores públicos e da sociedade para a condição frágil dos recursos hídricos, especialmente neste momento de emergência climática", afirma Veronesi. "Precisamos urgentemente começar a aplicar as soluções baseadas na natureza, como a criação de parques lineares, que ajudam no equilíbrio térmico, trazem de volta flora e fauna, colaboram para evitar enchentes e ainda proporcionam áreas de lazer para a população."

O engenheiro ambiental Caio Fontana, pesquisador da Fundação Vanzolini, aponta outro problema a ser resolvido no caminho da despoluição dos rios: a educação ambiental contínua. "É descomunal o volume de lixo retirado nas dragagens das águas pluviais: de uma infinidade de garrafas PET a geladeiras, televisores e até carcaças de carros", diz.

Fontana cita o caso do rio Sena, cuja despoluição para a Olimpíada de Paris não foi satisfatória, e diz que zerar o esgoto lançado é uma meta importante, mas não basta. "O trabalho dos governos, com atenção especial dos municípios, precisa ser constante. Não adianta ter um trilhão de dólares. Se as pessoas continuarem a jogar lixo na rua, o problema voltará."

Entrevista Apesar do avanço dos renováveis, reduzir lucro dos fósseis continua a ser um desafio G7

Reforma Diversificação da matriz precisa considerar fonte limpa e mercado livre G2

Transição Produção solar cresce e fica atrás somente das usinas hidrelétricas G6

Geração Rotas tecnológicas expandem os campos de uso da biomassa G8

Especial
Energias renováveis

Potência verde
Emissões no setor energético - em %

Setor	%
Transportes	47,1
Produção de combustíveis	16,4
Industrial	15,2
Geração eletricidade	8,4
Residencial	7,0
Agropecuária	5,2
Comercial	0,4
Público	0,3

Participação dos setores
No perfil das emissões brasileiras - em%

Setor	2021	2022
Mudança de uso da terra e floresta	52	48
Agropecuária	24	27
Energia	17	18
Resíduos	4	4
Processos industriais	3	3

Matriz energética brasileira
Em %

Fonte	%
Petróleo e derivados	33,1
Derivados cana	19,1
Hidráulica	12,6
Gás natural	11,8
Lenha e carvão vegetal	8,9
Outras renováveis	7,7
Carvão mineral	4,9
Outras não renováveis	0,6

CAIO MARTINELLI / ARTE VALOR

Uma vitrine para a COP30

Cenário Avanço das fontes limpas na matriz elétrica brasileira cria oportunidades e impõe o desafio de expandir o sistema e a operação de forma que a alocação de custos e riscos não desequilibre ainda mais a conta para os consumidores

Roberto Rockmann
Para o Valor, de São Paulo

Com uma matriz elétrica em que as fontes limpas representam mais de 80%, abundância de recursos hídricos, sol e vento e a capacidade de gerar energia elétrica 24 horas, sete dias da semana, sem poluir a atmosfera, o Brasil sediará no próximo ano a COP30, em Belém (PA), com a ambição de liderar as discussões da transição energética global.

Oportunidades, como o hidrogênio verde e a atração de datacenters globais, convivem com desafios. O avanço das fontes renováveis, como usinas eólicas e solares, amplia a complexidade da operação, traz questões a serem resolvidas em relação a subsídios futuros e a necessidade de revisão do modelo setorial, que completou duas décadas neste ano. O desafio também será pensar a evolução da regulação sob o contexto das mudanças climáticas e seus efeitos sobre a operação do sistema.

> “Modelo de 2004 não mexeu na questão da formação de preço”
> *Élbia Gannoum*

O avanço de fontes que dependem de fatores climáticos, como sol e vento, e não podem ser despachadas pelo operador a qualquer momento, cria uma série de dificuldades, como a importância de um sistema de precificação mais aderente à realidade da operação e consumo e à valorização dos atributos das fontes. As hidrelétricas e térmicas podem, por exemplo, ser acionadas quando o sol não está mais no horizonte, tendo outras funções além da geração de eletricidade.

“Ganham importância quando país precisa despachar eletricidade em alguns momentos de forma rápida e confiável”, diz o presidente da Siemens Energy, André Clark. Isso abre a possibilidade de contratação de reserva de potência, espécie de folga para que o sistema possa atender com velocidade demandas extremas e rápidas, seja para destravar investimentos em aumento de capacidade hidrelétrica e térmica, seja para abrir espaço para novas tecnologias como baterias. “O recurso escasso não é mais energia, e, sim, flexibilidade ou potência”, destaca o ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) Edvaldo Santana.

O sistema de precificação exigirá atualização. Quando o sol para de brilhar, no fim da tarde, se verifica a queda da geração solar e um aumento da carga, já que as quase quatro milhões de instalações de geração distribuída solar deixam de gerar e passam a consumir. No jargão do setor, assiste-se a uma rampa, como se milhões de aparelhos de ar-condicionado e chuveiros fossem ligados ao mesmo tempo. Essa rampa chega em alguns momentos a 33 GW de capacidade — cerca de um terço da potência usada. Estima-se que possa chegar a 50 GW em 2027, segundo projeções do Operador Nacional do Sistema.

“O preço da energia às 14 horas não é o mesmo das 18 horas, é preciso remunerar essa rampa. Quem vai dar essa resposta sistêmica?”, questionou em recente evento o diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica, Ricardo Tilli, que ressaltou ser preciso que o sistema de formação de preços trabalhe com sinais de mercado. Fazer o consumidor também perceber que os preços mudam conforme a demanda, horário e dias de semana é outro ponto a ser levado em conta. O tempo de resposta é alto.

Hoje o país tem cerca de 90 milhões de medidores no mercado atendido pelas distribuidoras, mas essa massa de consumidores ainda não sente imediatamente as oscilações de demanda e oferta. “Cerca de 60% da carga do país não sente volatilidade e recebe um reajuste anual nas tarifas”, diz o professor da Universidade de São Paulo Erik Rego.

“O consumidor cativo precisa ter mecanismos para responder mais eficazmente à demanda. É preciso avançar na tarifa horo-sazonal na baixa tensão”, afirma o presidente da CPFL Energia, Gustavo Estrella. “O modelo de 2004 não mexeu na questão estrutural da formação de preço e não revisou a garantia física das hidrelétricas, que são a base do sistema. De outro lado, não se buscou dar ferramentas para a gestão de demanda dos consumidores”, diz a presidente da Associação Brasileira da Energia Eólica (Abeeólica), Élbia Gannoum. O impacto das mudanças climáticas será variável cada vez mais relevante.

“A dinâmica mudou. No ano passado, o Rio Grande do Sul enfrentou 13 grandes tempestades. Isso cria o desafio de pensar a resiliência das redes sobre essas condições”, diz Estrella. O desafio será fazer esses investimentos caberem no bolso dos consumidores. Em São Paulo, em novembro de 2023, lembra Estrella, velocidade dos ventos atingiu valores próximos a recordes históricos com uma abrangência geográfica jamais vista. “Se eventos como esses forem mais frequentes, e tudo indica que serão, o foco dos investimentos precisa se adaptar. Todas estas ações para garantir o suprimento neste novo anormal climático implicam custos e, para isso, será importante criar uma ‘folga’ tarifária para que os consumidores, já muito sacrificados, possam absorvê-los. Serão muito importantes as opções de financiamento para deixar estes investimentos mais acessíveis aos consumidores finais”, diz o presidente da PSR, Luiz Barroso.

Operar, planejar e regular serão essenciais nessa complexidade crescente da matriz. Hoje, o setor convive com um imbróglio regulatório: cortes de geração renováveis, chamados no jargão de “curtailment”. “Dentre as principais razões para o crescente ‘curtailment’ no Brasil estão os subsídios excessivos para as renováveis centralizadas e à geração distribuída. Considerando que as fontes renováveis já são as mais competitivas na implantação de novos projetos de geração de energia, a solução deste imbróglio da geração passa por um indispensável empenho para a readequação das distorções geradas pela extensão de subsídios que não são mais necessários ao setor, beneficiando exclusivamente aqueles que têm amplo acesso ao capital, enquanto as classes menos privilegiadas pagam a conta destes subsídios por meio dos encargos na conta de luz”, observa Eduardo Sattamini, CEO da Engie Brasil Energia.

> “Garantir o suprimento neste anormal climático implica custos”
> *Luiz Barroso*

A revisão do modelo coincide com as oportunidades. “Com a chegada de instituições financeiras, players globais no setor e as privatizações, o Brasil tem a possibilidade de criar um mercado de atacado maduro, com a criação de uma contraparte central e da abertura de derivativos no futuro, além da criação de novos produtos com os desafios que a diversificação da matriz traz ”, afirma Dri Barbosa, CEO da N5X, plataforma para compra e venda de energia no Brasil. Com uma matriz calcada em fontes renováveis, o país poderá ainda atrair grandes data centers e se tornar um polo de produção de hidrogênio verde.

Reforma Modelagem atual não contempla crescimento de fonte limpa nem do mercado livre

Diversificação da matriz traz necessidade de atualizar regulação

FLAVIA VALSANI/DIVULGAÇÃO
Élbia Gannoum, da Abeeólica: "O modelo de 2004 não mexeu na questão estrutural da formação de preço e não revisou a garantia física das hidrelétricas"

Roberto Rockmann
Para o Valor, de São Paulo

O governo federal terá a complexa tarefa nos próximos meses de revisar o modelo regulatório, decidir sobre a abertura total do mercado livre e reforçar a governança setorial. Em agosto, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse que o novo modelo teria como vetores a redução da conta para consumidores de baixa renda, a abertura do mercado, correção de encargos e subsídios setoriais para reduzir assimetrias. Também afirmou, na mesma audiência na Câmara dos Deputados, que a discussão não será fácil, já que "muitos interesses estarão em jogo".

A diversificação da matriz elétrica trouxe a importância de revisão do modelo setorial, criado quando 90% da geração do país era hidrelétrica e em um momento em que usinas eólicas e solares engatinhavam, a geração descentralizada era realidade distante e o mercado livre mal chegava a 10% da carga. Hoje 40% da carga está no mercado livre e 30% dos pouco mais de 225 GW de capacidade do país são de usinas eólicas e solares. A geração distribuída solar soma 30 GW supera 3,9 milhões de instalações.

"O modelo de 2004 não mexeu na questão estrutural da formação de preço e não revisou a garantia física das hidrelétricas, que são a base do sistema. De outro lado, não se buscou dar ferramentas para a gestão de demanda dos consumidores", diz a presidente da Associação Brasileira da Energia Eólica (Abeeólica), Élbia Gannoum.

Aneel sofre com evasão de servidores que não foram repostos, afirma associação

Pontos a serem tratados são a abertura do mercado para todos os consumidores e o tratamento aos contratos legados. O atual modelo, de 2004, fixa que os geradores ofertam contratos de longo prazo, de 25 anos a 35 anos, o que também contribui para financiar os projetos. São os contratos legados. Alguns vão até 2054. "Esse encargo de sobrecontratação que poderá ser criado será cobrado de quem? Será de quanto?", questiona Fabiola Sena, CEO da Fset.

Estudo da PSR para o então Ministério da Economia de agosto de 2022 indica que, para cobrir os custos desta transição, um encargo deveria ser aplicado aos consumidores cativos, livres e autoprodutores para que essa mudança regulatória não onere ainda mais o ambiente regulado, que tem arcado com os custos da sobrecontratação com o avanço do mercado livre. Resolver esse ponto é vital também para que as distribuidoras possam saber como ficará a abertura e que a estrutura tarifária não pese sobre os consumidores que continuarem no mercado cativo.

Aperfeiçoar a governança setorial é um ponto importante. O papel da agência reguladora está em xeque, seja por pressão de agentes, Executivo ou brigas internas de diretores. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) ainda sofre com falta de autonomia financeira e quadro defasado. "A agência enfrenta situação de exaustão contínua e constante evasão de servidores e conta com um quadro inferior a 557 servidores, o que representa uma defasagem superior a 27% em relação ao previsto por lei", afirma documento da Associação dos Servidores da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Em um setor cada vez mais complexo, a independência dos órgãos setoriais ganha relevância. "Para evitar o pior, é preciso reconhecer que é a dupla ONS-EPE que sabe o que o sistema necessita, e não a dupla lobby-Congresso. Não sei se há caminho político para que essa obviedade resulte na ampla reforma que o setor necessita", afirma Jerson Kelman, que chefiou a comissão que analisou as causas do racionamento de 2001 e dirigiu a Aneel entre 2004 e 2008.

12,5%
da conta de luz são encargos

Outro ponto a ser resolvido é a estrutura tarifária. Hoje, 12,5% da conta de luz, segundo dados do governo, referem-se a subsídios e encargos, sendo que o consumidor do mercado cativo paga todos, enquanto autoprodutores e consumidores livres ficam isentos de alguns. A geração distribuída solar também está baseada em subsídios cruzados.

A lei 14.300, que criou o marco regulatório da GD solar, estabeleceu que parte das perdas das distribuidoras com a migração para a tecnologia será atenuada por um mecanismo de compensação de receitas. No primeiro ano de cobrança do mecanismo, a consultoria Volt estima que ele atinja R$ 700 milhões e poderá chegar a R$ 4 bilhões em 2030.

Avanço de renovável pode levar a corte na produção

De São Paulo

Desde o apagão de 15 de agosto de 2023, quando 30% da carga do país foi cortada, uma palavra tem ganho espaço entre executivos do setor: curtailment, ou corte de geração de energia renovável. O imbróglio regulatório, que poderá movimentar bilhões de reais, envolve empreendedores, governo e consumidores. Se de um lado poderá criar conta a ser paga por consumidores, de outro pode trazer riscos para a expansão futura do parque gerador, com alta de custos para uma variável que ganha destaque nas pranchetas. A questão terá de ser arbitrada pelo governo.

Desde agosto, o Operador Nacional do Sistema (ONS) trabalha com metas de intercâmbio de energia entre regiões mais baixas do que antes do apagão. Não é um problema brasileiro, mas mundial. O avanço das fontes renováveis faz com que o operador possa limitar a geração de usinas de fontes variáveis, por um certo período, a fim de manter a estabilidade da rede de transmissão. Isso tem criado prejuízos para empresas que, por conta dessas medidas, devem reduzir a geração eólica e solar. Em parques solares, a redução pode superar 20% em determinados meses.

Com geração menor que a prevista por conta dos cortes, as empresas passam a gerar menos caixa e, em casos mais drásticos, podem atrasar compromissos financeiros. Nas eólicas, a presidente da Associação Brasileira da Indústria Eólica (Abeeólica), Elbia Gannoum, estima que as perdas possam chegar a R$ 700 milhões de agosto de 2023 ao fim deste ano.

"O curtailment traz dilemas em todo o mundo. É um efeito colateral da complexidade do sistema, trazendo a questão do balanceamento das fontes na operação. Há um risco presente na discussão, principalmente para a expansão futura de eólicas e solares, se não for resolvido", afirma o presidente da CPFL Energia, Gustavo Estrella.

Segundo ele, o problema pode afetar a modelagem dos negócios, alterando premissas, custos e preços da energia a ser comercializada, deixando os empreendedores mais conservadores. O risco é tão elevado que os projetos não vão adiante. "Se não resolvermos isso de uma forma adequada, teremos um problema."

GABRIEL REIS/VALOR
Há risco para a expansão de eólicas e solares, diz Gustavo Estrella, da CPFL

Os cortes de geração têm ocorrido diante de outro ponto: a sobre-oferta de energia, estimulada nos últimos anos por leis que criaram subsídios para conexão dos projetos à transmissão. "Existe um ponto ótimo entre expandir a rede a ponto de atender os dias de mais vento e sol versus se contentar com a restrição. No Brasil, tudo se quer resolver com transmissão porque é um custo socializado. O debate é quem paga", diz o consultor Luiz Maurer.

Ele ressalta que, para otimizar os sistemas elétricos, países adotam restrição de geração variável em alguns momentos. "Este risco sempre esteve presente e deveria ter sido levado em conta. Um outro aspecto é saber se o ONS está ou não sendo conservador", diz.

20%
de corte chega a ter a geração solar

Para o presidente da PSR, Luiz Barroso, sob o ponto de vista comercial, seria preciso existir um critério uniforme para decidir a ordem de corte e as regras de ressarcimento. Por exemplo, diz, hoje há regras fragmentadas por tecnologias e por tipo de contrato. "O impacto comercial do corte é diferente, inclusive por conta dos diferentes tipos de contratos firmados pelos geradores. Introduzir um mecanismo de mercado para decidir quem verte primeiro, tal como um leilão, seria mais interessante e traria benefícios ao consumidor".

Outra possibilidade que Barroso sugere é a construção de um mecanismo comercial para compartilhamento dos cortes. E diz ser fundamental discutir o papel da geração distribuída nas interrupções, visto que seu crescimento subsidiado contribui para a ocorrência dos cortes. "Pelo menos a geração remota, em um primeiro momento, já que ela é praticamente de grande porte." *(RR)*

Leilão de reserva terá de superar obstáculos

De São Paulo

O leilão de contratação de reserva de potência que o governo pretende realizar esse ano para aumentar a segurança do sistema no fim da tarde ainda tem obstáculos a serem superados. Será preciso definir regras e estabelecer o montante a ser contratado e, depois, decidir quais fontes participarão — térmicas e hidrelétricas, ou se baterias também concorrerão. O processo ainda tem de passar Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Operador Nacional do Sistema (ONS), Ministério de Minas e Energia e agências reguladoras.

Se houver presença de termelétricas a gás natural, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) tem de participar, pelo certame ter impacto sobre a disponibilidade de gás, diz o professor da Universidade de São Paulo (USP) Erik Rego, que entre 2019 e 2022 esteve na EPE e participou do primeiro leilão de reserva, realizado em 2021.

A diversificação da matriz com o ingresso de fontes renováveis não despacháveis — como eólicas e solares, que dependem de fatores climáticos —, a estagnação da expansão hidrelétrica com reservatórios, restrições operativas hidráulicas e os efeitos das mudanças climáticas transformaram a maneira de operar o sistema e atender à demanda. A relação entre energia armazenável máxima e a carga média do sistema se reduziu em 24% entre 2000 e 2021, segundo a EPE.

Nesse caso, ganha relevância o conceito de reserva de potência, espécie de folga para que o sistema possa atender rapidamente a demandas extremas. A preocupação é que possa faltar potência, capacidade de atender a demanda instantânea. A demanda do horário de pico, no meio da tarde e início da noite em razão do acionamento de ar-condicionado nos escritórios, tem sido atendida com geração distribuída (GD) solar. Quando o sol se põe, o operador do sistema tem de acionar 25 GW que deixaram de ser gerados pela GD.

Essa rampa, como se chama no jargão do setor, exigirá contratação de reserva de potência. O governo discute se o certame, o segundo do gênero, irá contratar apenas usinas termelétricas e hidrelétricas ou também se baterias de armazenamento.

Na Califórnia, em alguns momentos do dia, as baterias já podem responder por mais de 10% da eletricidade. "Elas podem ter múltiplos papéis: melhorar a qualidade do fornecimento sem investir em novas linhas, ajudar em controle de tensão, em redução de consumo em horários em que a energia é alta, podem desempenhar papel ao lado de fontes variáveis", diz o presidente da Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE), Alexei Macorin Vivan. Mas, além do seu custo elevado, o avanço está ligado à regulação, ainda inexistente. "Precisaria haver avanços para sua inclusão", diz o executivo.

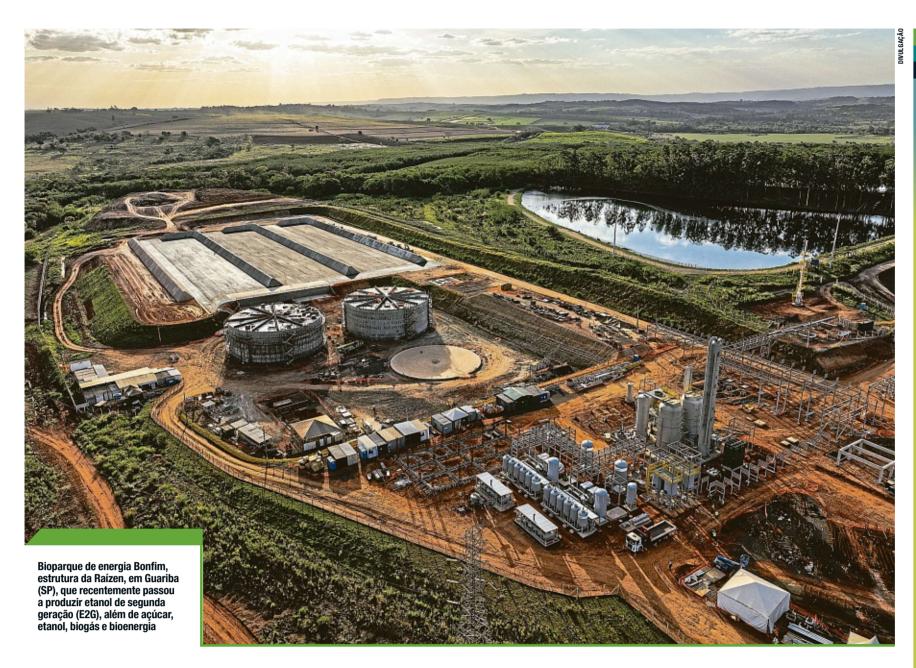
25 GW
deixam de ser gerados à noite

DIVULGAÇÃO
Lopes, da Eneva: 'Há térmicas encerrando seus contratos de comercialização'

Com demanda estagnada no setor e sobreoferta de energia, o certame passou a ser o principal negócio de muitos grupos. No setor hidrelétrico, mais de 7 GW no total poderiam ser repotenciados, o que movimentaria mais de R$ 10 bilhões em investimentos. Engie e Auren estão entre as empresas que observam oportunidades para instalar máquinas em hidrelétricas já existentes para oferecer energia para o certame.

Grupos que trabalham com energia térmica também olham oportunidades. "Existe um volume substancial de usinas térmicas encerrando seus contratos de comercialização de energia elétrica. Sem eles, é provável que os investidores retirem essas usinas e com isso a capacidade termelétrica brasileira pode se reduzir, reduzindo a segurança e resiliência. Assim, o leilão de reserva de capacidade funciona como mecanismo de mercado que busca suprir uma necessidade sistêmica comparando usinas existentes e novas", afirma Marcelo Lopes, diretor-executivo de marketing, comercialização e novos negócios da Eneva. *(RR)*

DIVULGAÇÃO

Bioparque de energia Bonfim, estrutura da Raízen, em Guariba (SP), que recentemente passou a produzir etanol de segunda geração (E2G), além de açúcar, etanol, biogás e bioenergia

Cosan investe no presente e no futuro do país

Negócios da companhia impactam setores essenciais e posicionam o Brasil como pioneiro na transição energética

O Brasil tem sido apontado por gestores globais como a "bola da vez" para a atração de investimentos e de desenvolvimento sustentável. Esse cenário aumenta a importância de empresas nacionais que há muitos anos contribuem para a geração de negócios, emprego, renda e oportunidades no país.

Um destaque é a Cosan, que atua nos segmentos de energia, óleo e gás, agronegócio e mineração. A companhia promove a eficiência e a competitividade dos produtos brasileiros por meio de uma estratégia centrada no conceito de "empresa que investe em empresas", ou seja, investe de maneira responsável em ativos irreplicáveis e que impulsionam o desenvolvimento do país.

Segundo Ricardo Lewin, vice-presidente de Portfólio e Desenvolvimento de Negócios da Cosan, a companhia vem expandindo sua atuação com uma mentalidade empreendedora e inovadora que aproveita e valoriza a biodiversidade, as diversas fontes de energia, a força do agronegócio e o dinamismo dos empresários nacionais.

"Não esperamos o Brasil ser a bola da vez. A Cosan faz o Brasil ser a bola da vez porque acredita que o país tem oportunidades de geração de valor em áreas como infraestrutura, transição energética e agricultura", diz Lewin. "Investimos em setores que trazem vantagens competitivas para o nosso país."

MÚLTIPLAS CAPACIDADES

Com uma cultura empresarial única, observa o executivo, a Cosan se destaca por impulsionar pessoas e negócios, integrando práticas sustentáveis, éticas e transparentes. A combinação de talentos, excelência operacional, governança robusta e execução ágil com responsabilidade garante que a empresa faça investimentos assertivos e mantenha seu papel como investidora de referência em todos os seus negócios.

O diferencial da Cosan, segundo Lewin, está em seu modelo de gestão. A companhia atrai, forma e retém equipes talentosas, capazes de planejar e executar grandes investimentos em setores estratégicos para o país. "Muitas vezes, você tem a capacidade financeira, mas não tem a capacidade operacional e intelectual. A Cosan tem tudo isso", pontua.

Os investimentos anuais da Cosan variam entre R$ 15 bilhões e R$ 20 bilhões. "Nosso Ebitda de ativos sob gestão cresceu mais de três vezes nos últimos 15 anos: tínhamos menos de R$ 10 bilhões e, hoje, temos quase R$ 30 bilhões. Isso tudo demonstra a nossa capacidade de execução e de geração de valor", ressalta Lewin.

Segundo o professor Marcos Jank, do Insper, o Brasil tem um potencial enorme de crescer mais rápido do que outros países na produção agrícola e de avançar, simultaneamente, no mundo da bioenergia, algo que o país já faz há 50 anos. "Entendo que o agronegócio continuará avançando por meio de sistemas integrados de alimentos e energia que geram empregos e um PIB diferenciado", afirma Jank.

O sócio-diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, destaca a importância crescente do país no cenário global. "O Brasil já é um dos principais países que garantem a segurança alimentar do mundo", ele lembra. "E também temos tudo para garantir a segurança energética, com energia limpa."

Pires cita, como exemplo, a experiência brasileira na matriz de transportes: "Temos visto cada vez mais o crescimento da participação do etanol, do biodiesel, dos carros elétricos, do biometano (gás oriundo do biogás), do GNV e do GNL. O Brasil tem tudo para ser o país que estará mais bem preparado para o que o mundo precisa, que é produzir com energia limpa."

ALOCAÇÃO RESPONSÁVEL DE CAPITAL

A Cosan tem um portfólio diversificado e resiliente, que vem sendo amadurecido por meio da compra e venda de participações em empresas e outros ativos. Foi o que ocorreu, por exemplo, com a Raízen, que aperfeiçoou seu modelo de negócios e em seguida abriu capital.

De acordo com o vice-presidente de Portfólio e Desenvolvimento de Negócios, a companhia mantém o foco na alocação responsável de capital, com atenção aos níveis de alavancagem, principalmente em um cenário de taxas de juros mais elevadas. "Temos muita disciplina com relação à nossa estrutura de capital e ao nosso fluxo de caixa", reforça Lewin.

O portfólio da Cosan inclui as companhias Raízen, Compass, Rumo, Radar, Moove e Vale (mais informações no quadro ao lado). Segundo Lewin, nas empresas do portólio da companhia, os executivos têm autonomia para gerir os ativos enquanto a Cosan exerce uma "influência construtiva".

Em sua história, a Cosan sempre buscou a liderança nos setores onde atua. Fundada em 1936 como uma usina de cana-de-açúcar, diversificou seus negócios para vários setores, incluindo a produção e geração de energia limpa. "Nós somos parte integrante da transição energética brasileira", resume o executivo.

"Não esperamos o Brasil ser a bola da vez. A Cosan faz o Brasil ser a bola da vez porque acredita que o país tem oportunidades de geração de valor em áreas como infraestrutura, transição energética e agricultura. Investimos em setores que trazem vantagens competitivas para o nosso país."

Ricardo Lewin, vice-presidente de Portfólio e Desenvolvimento de Negócios da Cosan

Alguns destaques da companhia

CULTURA EMPREENDEDORA
Investe de forma responsável em ativos que impulsionam o desenvolvimento da sociedade.

SETORES DE ATUAÇÃO
Está presente nos segmentos de energia, óleo e gás, agronegócio e mineração.

NEGÓCIOS

▶ **RAÍZEN**
Referência na produção de açúcar, bioenergia, biocombustíveis e soluções renováveis para a transição energética e na distribuição de combustíveis nos postos com a marca Shell.

▶ **COMPASS**
Investe e desenvolve a infraestrutura para a ampla distribuição de gás natural para o mercado brasileiro.

▶ **RUMO**
A partir da eficiência logística da ferrovia e do investimento em tecnologia, conecta as regiões produtoras agrícolas brasileiras aos principais portos de exportação do país.

▶ **RADAR**
A partir da gestão de propriedades agrícolas produtivas, contribui para o desenvolvimento do agronegócio brasileiro.

▶ **MOOVE**
Produz e distribui os lubrificantes da marca Mobil, assegurando a sustentabilidade e a eficiência da cadeia de valor dos seus clientes.

▶ **VALE**
Uma das maiores mineradoras do mundo e que produz minério de ferro de alto grau de pureza e metais-base fundamentais para a transição energética.

MODELO DE GESTÃO
Desenvolve um modelo de gestão próprio que se traduz em uma cultura empreendedora

CAPITAL HUMANO
Atrai, forma e retém equipes talentosas, capazes de planejar e executar grandes investimentos em setores estratégicos para o país.

GERAÇÃO DE EMPREGOS
As empresas do grupo somam mais de 55 mil colaboradores e geram mais de 200 mil empregos diretos e indiretos.

TAMANHO TRIPLICADO
Nos últimos 15 anos, o Ebitda de seus ativos sob gestão cresceu de menos de R$ 10 bilhões para quase R$ 30 bilhões.

INÊS 249

Armazenamento Aumento da produção global de veículos elétricos deve provocar forte redução no preço do componente nos próximos dez anos

Baterias são solução para intermitência de fonte eólica e solar

Laura Knapp
Para o Valor, de São Paulo

Já é possível estocar vento. E raios de sol. Quando a hipótese foi aventada pela ex-presidente Dilma Rousseff, em setembro de 2015, em discurso na ONU (Organização das Nações Unidas), virou meme. Agora, nove anos depois, tornou-se realidade. É claro que não é o vento propriamente dito que é estocado, ou o sol, mas a energia que eles produzem.

Isso se tornou uma opção quando o preço das baterias — na maioria, de íons de lítio — começou a despencar. Aliado à vontade e à necessidade de reduzir o consumo de energias fósseis, substituindo-as pela renováveis, voilà, o que foi considerado como loucura de Dilma Rousseff pode ajudar a combater a poluição.

A redução do preço das baterias tem sido imensa, principalmente com a produção de veículos elétricos. Antônio Farinha, sócio da Bain & Company e líder da prática de utilities e renováveis na América do Sul, acredita em uma queda de preço de 30% nos próximos dez anos, com a produção em escala. Isso deve viabilizar outras aplicações, como substituir o gerador a diesel de um prédio por uma bateria movida a energia eólica ou solar.

"A bateria é necessária, importante. Não é uma querença da indústria", afirma Leandro Russo de Araujo, responsável por vendas na América Latina da Siemens Energy. Elas trazem robustez e estabilidade para o grid. "A bateria tem um tempo de resposta altíssimo, de segundos", diz ele.

Há várias formas de armazenar energias renováveis. Além das baterias de lítio, há o modo mecânico, o termodinâmico, as baterias de hidrogênio e compressão de ar, entre outras. Pesquisadores do MIT (Instituto de Tecnologia de Massachussetts) estão desenvolvendo um supercapacitor para estocar energia solar ou eólica em blocos feitos de cimento, negro de fumo e água. Eles poderiam ser usados em casas e até em estradas, onde os veículos elétricos poderiam ser recarregados sem contato, apenas por trafegarem por elas.

As formas de armazenamento estão sendo desenvolvidas a fim de superar a intermitência do fornecimento principalmente da energia solar e da eólica. "As energias renováveis são fantásticas. Só têm um problema: quem dá as cartas é a natureza", diz Carlos José Bastos Grillo, diretor superintendente de digital e sistemas da WEG. Por isso, o estoque da energia que produzem é essencial.

No Brasil, o armazenamento de energias renováveis ainda engatinha. Mas já existem empreitadas funcionando. A ISA CTEEP, que atua na transmissão de energia, é responsável pelo primeiro projeto de baterias em grande escala no país e também o maior da América Latina, de acordo com Dayron Esteban Urrego Moreno, diretor-executivo de projetos da empresa. Ele foi implementado na subestação de Registro, no litoral sul de São Paulo e funciona desde novembro de 2022. Durante o verão, a região sofria sem energia no horário de pico. Agora, as baterias entram em ação quando necessário. Em dois anos, as baterias evitaram que 1.200 toneladas de gases do efeito estufa fossem emitidas, o que aconteceria se outra tecnologia fosse usada, afirma Moreno.

Os contratos assinados pela ISA CTEEP estipulam que é obrigatório dar um segundo uso às baterias, que foram projetadas para servir na subestação por 17 anos. Elas poderiam ser reutilizadas em instalações com menor demanda, como indústrias. Questões relativas à sustentabilidade das baterias de lítio, como seu descarte, ainda precisam ser resolvidas. A indústria, segundo Araújo, da Siemens Energy, está se conscientizando a respeito, não apenas para haver um ciclo completo, com logística reversa, como para mudar a própria tecnologia, a fim de que a bateria seja mais sustentável. A Siemens Energy atua na conversão de navios de diesel em elétricos. Assim é feita a descarbonização do setor.

A WEG, responsável pelo fornecimento de motores, inversores e baterias de lítio de 50 ônibus elétricos adquiridos pela Prefeitura de São Paulo, prevê que as baterias, quando já não puderem ser usadas nos veículos, poderão ser aproveitadas em comunidades remotas, a fim de armazenar energia solar, por exemplo, dispensando o diesel para o fornecimento elétrico.

DIVULGAÇÃO

"Há um problema: quem dá as cartas é a natureza" *Carlos José Grillo*

Eventos climáticos extremos impõem mudanças

LEO PINHEIRO/VALOR

"Será importante criar uma folga tarifária para os consumidores" *Luiz Barroso*

Roberto Rockmann
Para o Valor, de São Paulo

Na primeira semana de outubro de 2021, rajadas de vento superiores a 200 km/h atingiram um trecho da linha no Mato Grosso entre Porto Velho (RO) e Araraquara (SP) que transmite energia das usinas do rio Madeira ao Sudeste. O evento climático extremo, em um ano em que as hidrelétricas enfrentaram o período mais seco em quase cem anos, fez a Evoltz enviar técnicos para os Estados Unidos e para a Europa para entender o que poderia ser feito. A solução foi tropicalizar soluções. Nos países nórdicos, as concessionárias instalavam centrais meteorológicas em pontos centrais das linhas de transmissão para se antecipar quando nevava demais e as linhas poderiam ficar pesadas e ter problemas.

A Evoltz instalou cerca de dez estações meteorológicas ao redor de seus ativos no Brasil. "Isso ajuda que nos antecipemos, mas, mesmo assim, ocorrem desastres", diz Ricardo Cyrino, presidente da empresa. No Rio Grande do Sul, a empresa teve uma torre de transmissão que ficou pendurada, um fato inédito na história do setor elétrico nacional. No Pantanal, monitora a cada momento o avanço do fogo sobre o cerrado e as linhas.

Para Cyrino, os episódios desses últimos três anos trazem várias reflexões. Boa parte das linhas de transmissão foi construída na década de 1970, quando mais de 90% da geração era hidrelétrica e as usinas ficavam próximas das regiões Sul e Sudeste, maiores consumidoras do país. Hoje o sistema interligado escoa eólicas e solares do Nordeste para o Sudeste, eletricidade de usinas da região Norte para o Sul e tem vivenciado o avanço da geração descentralizada. De outro lado, há preocupações com cibersegurança e com os efeitos das mudanças climáticas. "Os eventos extremos estão ficando mais frequentes, o que leva à discussão de alocação de custos e riscos. Segundo: como se preparar para enfrentar as mudanças? Como as políticas públicas serão criadas? Como projetar e custear linhas mais robustas?", pondera o executivo.

O tema coincide com o envelhecimento do parque de transmissão, o que abre a discussão sobre como fazer com ativos a serem modernizados e os novos a serem concedidos. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) abriu uma tomada de subsídios sobre a resiliência das redes e os efeitos climáticos. Em outubro, a Associação Brasileira das Transmissoras de Energia (Abrate) fará em parceria com o governo e fabricantes de equipamentos e construtoras um seminário para debater normas técnicas para projetos já construídos e a serem construídos. "O desafio é inovar e incorporar essas inovações para que a conta não fique pesada demais", diz o presidente da entidade, Mario Miranda.

As transmissoras planejam lançar uma chamada pública de inovação voltada aos efeitos das mudanças climáticas. "Inteligência artificial e realidade ampliada são ferramentas que podem ajudar. Também queremos ver a viabilidade técnico-econômica do que pode ser feito", diz Marcus Nascimento, diretor do Instituto Abrate.

O desastre no Rio Grande do Sul teve impacto sobre o leilão de transmissão marcado para setembro. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) sugeriu a retirada de subestações e linhas de transmissão em um traçado que poderia ser inundado em uma enchente semelhante. O Ministério de Minas e Energia acatou a sugestão e o lote poderá ser licitado em 2025.

Para o presidente da PSR, Luiz Barroso, a nova realidade climática demanda investimentos em adaptação e resiliência de redes e adequação dos critérios de seu planejamento e operação. Além dos investimentos estruturais, cujo objetivo é atender a demanda na maior parte do tempo, ele destaca que serão necessários investimentos para ações corretivas, envolvendo equipamentos, monitoramento e manobras operativas aplicadas em situações desfavoráveis, como o chaveamento de circuitos, dispositivos flexíveis e armazenamento.

"O desafio é que todas estas ações para garantir o suprimento neste novo anormal climático implicam custos e, para isso, será importante criar uma folga tarifária para que os consumidores, já muito sacrificados, principalmente com as ineficiências carregadas pelas tarifas, possam absorvê-los. Isso significa que o planejamento, através de análises de benefício-custo entre as opções tecnológicas, deve evitar que o consumidor pague por custos que não precisa e buscar que se pague o menor possível para aquilo que precisa, otimizando a alocação dos recursos temporal e geograficamente, agregando valor para o sistema da forma mais eficiente possível", diz Barroso.

Venda de veículos elétricos já supera total do ano passado

Marcus Lopes
Para o Valor, de São Paulo

A eletromobilidade ganha velocidade no Brasil. O número de veículos eletrificados vendidos pelas montadoras nos sete primeiros meses de 2024 já supera todas as vendas registradas no ano passado inteiro. Mesmo assim, o total de eletrificados em circulação no país — cerca de 315 mil — ainda é irrisório se comparado ao total da frota nacional de veículos leves: 44,6 milhões. Menos de 1% dos deslocamentos sobre rodas são realizados com motores elétricos. Ou seja, há espaço para crescimento.

De janeiro a julho foram emplacados 94.616 veículos leves com motor elétrico, ultrapassando os 93.927 emplacamentos de 2023. Os dados são da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE) e se referem tanto a híbridos como 100% elétricos. Ônibus e caminhões não entram nessa conta. Apenas em julho, o melhor mês em vendas deste ano, foram comercializados 15.312 eletrificados. Caso o mercado permaneça aquecido, a ABVE prevê que serão vendidos 150 mil veículos eletrificados no acumulado do ano.

"O consumidor está cada vez mais familiarizado com as novas tecnologias e mais consciente dos benefícios ambientais e vantagens econômicas proporcionadas por estes veículos", diz o presidente da ABVE, Ricardo Bastos. Ele lembra que, há menos de dez anos, eram comercializadas menos de mil unidades eletrificadas por ano no país. "O salto nesse período foi gigantesco", afirma.

Alguns fatores contribuíram para o crescimento das vendas. Um deles foi a diversidade de modelos e versões oferecidas, inclusive compactos, com reflexo nos preços. Apesar da tecnologia embarcada nos eletrificados ainda ser quase totalmente importada, algumas montadoras já trabalham para a produção de modelos nacionais em larga escala, nos próximos anos.

"O consumidor está cada vez mais consciente dos benefícios" *Ricardo Bastos*

Os desafios, porém, são proporcionais às oportunidades do mercado. A recarga das baterias é um deles. Atualmente existem cerca de 8,8 mil eletropostos públicos no país, a maior parte deles concentrada nas regiões Sul e Sudeste. "Em cidades importantes, como Brasília, ainda há dificuldades para abastecimento", diz Bastos. Segundo a ABVE, o cenário ideal seria a instalação de, pelo menos, mais 70 mil novos pontos de recarga, espalhados de maneira proporcional pelo território nacional.

Algumas iniciativas vêm surgindo. Uma parceria entre a montadora BYD, a Raízen Power e a empresa de tecnologia Tupi Mobilidade prevê, ao longo de três anos, a instalação de 600 pontos de recarga rápida distribuídos por oito capitais. Juntos, somarão mais de 18 Megawatts (MW) de potência instalada. "A ação conjunta foca no carregamento rápido, essencial para situações de uso intenso e prolongado do veículo, como em viagens de longa distância ou no trabalho de motoristas de aplicativos", destaca Rafael Rebello, diretor de mobilidade elétrica da Shell Recharge, da Raízen Power.

O fundador da Tupi, Davi Bertoncello, lembra que a recarga é um ponto crítico para a adoção de veículos eletrificados. "Em última instância, estamos removendo uma barreira importante para que mais pessoas façam a transição para a mobilidade elétrica, contribuindo para um futuro mais sustentável", afirma.

O segmento ganha impulso com empresas que adotam esses veículos de olho também na agenda de sustentabilidade. O Mercado Livre, com 1,3 mil eletrificados — 30% a mais do que no ano passado — recentemente a lançou a campanha "Silêncio", para marcar o esforço de expansão de frotas ambientalmente sustentáveis. A campanha é inspirada em hábitos do cotidiano feitos em silêncio em prol de um planeta melhor, como fechar a torneira ao escovar os dentes ou desligar a TV quando ninguém estiver assistindo.

A CCR Aeroportos realiza testes para a implementação de ônibus 100% elétricos para o transporte de passageiros nas áreas de embarque e desembarque dos aviões. Os primeiros terminais a receberem esses veículos foram o de Curitiba e o de Goiânia. Os ônibus, com capacidade para 80 passageiros, possuem autonomia de 250 quilômetros e conseguem circular o dia todo sem precisar recarregar a bateria.

No caso do transporte coletivo, a situação dos eletrificados é ainda mais tímida: apenas cerca de 600 ônibus elétricos foram incorporados aos sistemas de transportes públicos nas cidades brasileiras. Entre os empecilhos para a ampliação da frota estão a falta de infraestrutura e gargalos no fornecimento da energia necessária para o abastecimento de veículos de grande porte.

Eletricidade sobre rodas

Crescem vendas de carros elétricos

315 mil
É o total de veículos eletrificados em circulação no país

15.312
Veículos eletrificados foram emplacados em julho deste ano

8.800
Eletropostos estão disponíveis para recarga no país

300
É o número estimado de modelos e versões de eletrificados disponíveis no mercado

R$ 100 mil
É o preço de partida para o consumidor que busca um elétrico

600
Ônibus elétricos estão em circulação no país, segundo estimativas

Fonte: ABVE

Eólicas Ibama recebe 97 pedidos de licenciamento de investidores que demarcaram áreas de interesse

Projetos em alto-mar esperam marco legal

Andrea Vialli
Para o Valor, de Salvador

A geração de energia eólica offshore — em alto-mar — é a nova fronteira da expansão da fonte no Brasil. Um total de 97 projetos, que somam 234,2 gigawatts (GW) estão à espera de aprovação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), mas seu andamento depende da sanção do marco legal sobre o tema, o PL 11.247/2018, que tramita no Congresso.

O texto foi encaminhado ao Senado no fim de 2023, após passar pela Câmara dos Deputados, e sua aprovação depende de negociações sobre os chamados "jabutis", emendas incorporadas ao texto que nada têm a ver com o foco da matéria. A sanção do marco regulatório das eólicas em alto-mar é do interesse do governo federal, do setor de geração de energia eólica, da indústria de óleo e gás e de governos estaduais.

A expectativa prévia era que a lei das eólicas offshore fosse aprovada concomitante ao marco legal do hidrogênio verde, que saiu antes — foi sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em agosto. Ambos os temas fazem parte da agenda verde do governo, sendo considerados prioridades para 2024. Uma vez sancionado o marco legal das eólicas offshore, o próximo passo deverá ser a realização de leilões de cessão de áreas marítimas, nos moldes dos que são realizados para exploração dos blocos de petróleo e gás natural.

"Os projetos de eólicas offshore que entraram com processos de licenciamento no Ibama são de investidores que já demarcaram as áreas de seu interesse, se antecipando ao marco legal", diz Elbia Gannoum, presidente-executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica).

BRUNO/PIXABAY

Geração eólica em alto-mar contribuiria para o cenário de transição energética

A associação corre contra o tempo para convencer os senadores a votar a matéria antes do período eleitoral — com a aprovação do projeto de lei neste ano, os primeiros leilões de cessão seriam realizados em 2025, de modo que a construção dos primeiros parques eólicos offshore se daria por volta de 2029, e a geração de energia propriamente dita, entre 2030 e 2031. "O negócio de eólica offshore tem seu próprio tempo de maturação. Por isso o Brasil precisa se apressar e dar o sinal regulatório correto ao mercado", diz Gannoum.

A geração eólica em alto-mar contribuiria com oferta de energia renovável para o cenário de transição energética, abastecendo parte da demanda induzida pela produção do hidrogênio verde — a projeção é que até 2040 o Brasil vai precisar de mais 180 GW de energia para acomodar a produção do combustível.

Um estudo realizado pelo Banco Mundial em parceria com o Ministério de Minas e Energia (MME) aponta para um potencial acima de 1 terawatt (TW) de geração da eólica offshore até 2050, com cenários de desenvolvimento desta indústria capazes de aportar mais de R$ 900 bilhões em investimentos no país. Outro estudo, da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) fala em um potencial de cerca de 700 GW em locais com profundidade de até 50 metros.

A Ocean Winds, joint-venture entre as gigantes do setor de energia ENGIE e EDP Renewables para projetos de eólica em alto-mar, tem 15 GW de capacidade prevista em projetos offshore no Brasil, localizados nos Estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, à espera do marco legal. A empresa montou escritório no Rio de Janeiro e tem prospectado parcerias locais, como um memorando de entendimento com a Prumo Logística, controladora do Porto do Açu, no litoral fluminense, visando a um trabalho conjunto para projetos com pelo menos 1 GW de capacidade instalada.

"A experiência adquirida ao longo dos anos em outros mercados, como o Reino Unido, sublinha a importância de investir, desenvolver e apoiar a cadeia de fornecimento local por meio de colaborações e contratos estratégicos com atores e empresas locais", diz Rafael Palhares, diretor de desenvolvimento de negócios da Ocean Winds Brasil e América do Sul.

Com o marco legal, a empresa pretende aprofundar os estudos mercadológicos, regulatórios, de coleta de dados em campo, ambientais e de recursos eólicos e da cadeia de suprimentos. Segundo o executivo, esses estudos são detalhados e têm um alto custo — da ordem de € 100 milhões por GW.

"Os projetos offshore, apesar de exigirem investimentos iniciais mais elevados devido à complexidade das instalações no mar, têm um potencial significativo para redução de custos a longo prazo", diz Carlos Frederico Bingemer, sócio de energia do BMA Advogados. No caso da costa brasileira, o Banco Mundial aponta que o custo de geração do MWh pode chegar a R$ 350, mas, com a evolução da tecnologia, pode cair para cerca de R$ 215 até 2050, se aproximando dos custos da geração eólica em terra.

Hoje, a fonte é considerada a mais competitiva do país, entre R$ 180 e R$ 200. No entanto, para que este mercado offshore possa decolar, na visão de Bingemer, é fundamental que seja ancorado por um big player, que seja capaz de atrair investimentos a partir de um arcabouço legal e regulatório que traga a segurança jurídica necessária.

Os quase cem projetos de eólica offshore que aguardam a definição do marco legal estão metade concentrados na região Nordeste, e o restante no Sul e Sudeste. São mais de 20 empreendedores, com forte presença de empresas do setor de óleo e gás — cerca de 40%, como Petrobras, Shell, Equinor e TotalEnergies.

Vento oceânico

Projetos eólicos offshore com processos de licenciamento ambiental*

Por Unidade da Federação (UF)

UF	Potência – em GW	Projetos
Rio Grande do Sul	69,6	27
Ceará	64,3	25
Rio de Janeiro	38,6	15
Rio Grande do Norte	25,4	14
Piauí	13,0	6
Espírito Santo	11,2	6
Maranhão	6,1	3
Santa Catarina	5,7	1
Total	234,2	97

Fonte: Ibama. *Atualizados até 04/04/2024. Referência: https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/laf/consultas/arquivos/20240507_Usinas_Eolicas_Offshore.pdf

Transição Módulos de captação oferecem potência instalada de 46 GW e representam 19,4% da geração brasileira, segundo a Aneel

Produção solar se expande e já é a segunda na matriz

Dauro Veras
Para o Valor, de Florianópolis

No início de 2023, a energia solar fotovoltaica superou a eólica como a segunda maior fonte de eletricidade do Brasil, atrás apenas da hidrelétrica. Um ano e meio depois, sua potência instalada já é de 46 gigawatts (GW), representando 19,4% da matriz elétrica, de acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Dois terços dessa energia vêm de sistemas de pequeno porte, que beneficiam mais de 4 milhões de unidades consumidoras. Desde que foi regulamentado, em 2012, esse mercado já atraiu R$ 215 bilhões em investimentos e criou 1,4 milhão de empregos, estima a Associação Brasileira de Energia Fotovoltaica (Absolar).

"Agora é o melhor momento para investir em energia solar, pois a tecnologia barateou muito e a conta de energia elétrica subiu", resume o diretor-presidente da Absolar, Rodrigo Sauaia. Ele destaca as diversas vantagens dessa fonte, como a aceleração da transição energética, o aumento da produtividade das empresas, a geração de empregos qualificados e o alívio do orçamento doméstico. "Ela é transformadora para famílias vulneráveis, que economizam até 90% na conta de energia", assinala.

Em uma década, o preço dos equipamentos caiu 86%, em média. A China e outros países asiáticos aumentaram a produção e reduziram custos. Houve também avanços nas placas solares, que tiveram a vida útil ampliada de 25 para 30 anos e passaram a converter mais radiação solar em eletricidade. Nos módulos de silício monocristalino, essa eficiência passou de 15% para até 23% e nos módulos bifaciais, que captam energia dos dois lados, ela chega a 30%. O Brasil está em situação vantajosa no cenário global, por causa de sua alta insolação. Aqui um sistema gera o dobro de eletricidade que na Alemanha, Japão e EUA.

DIVULGAÇÃO

Camila Ramos, presidente da consultoria Cela: "O mercado livre está puxando o crescimento das renováveis"

A combinação desses fatores tornou os sistemas fotovoltaicos um ótimo investimento, e não apenas para grandes empresas. Em 2023, mais da metade das vendas de sistemas de geração própria foram financiadas, segundo a consultoria Greener. Os preços dos sistemas de pequeno porte caíram 30% em janeiro de 2024, na comparação com o mesmo mês de 2023, e o retorno do investimento ficou 25% menor para residências, com prazo médio de quatro anos.

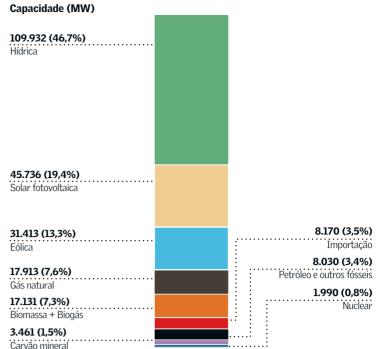
A Absolar defende que o governo crie demanda por produtos nacionais, incentivando a sua instalação em órgãos públicos, por exemplo, mas sem protecionismo. Um dos desafios é reduzir a carga tributária de 80% sobre as baterias solares, mais alta que a do tabaco e de bebidas alcoólicas. "As baterias são o canivete suíço do setor elétrico, por sua versatilidade", diz Sauaia. "Elas poderiam ser incluídas nos leilões de reserva de capacidade, para ajudar a descarbonizar a Amazônia, em substituição aos sistemas a diesel", sugere.

Um estudo da consultoria Clean Energy Latin America (Cela) mapeou 140 contratos de compra e venda de energia elétrica de longo prazo (PPA na sigla em inglês) entre 2017 e 2023. Desses, 54 são de fonte eólica e 86 de solar, somando 4,2 GW médios de energia contratada por dez anos ou mais — o equivalente a 6% de toda a energia elétrica consumida pelo Brasil no ano passado. Os principais compradores são indústrias e comercializadoras. "O mercado livre está puxando o crescimento das renováveis", constata a presidente da Cela, Camila Ramos. "Como o preço da energia embute muitos impostos e encargos setoriais, o consumidor está cada vez mais proativo na busca de fornecedores que os ajudem a reduzir as emissões e os custos."

O presidente da Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee), Marcos Madureira, alerta que o crescimento da geração de renováveis precisa ser planejado para não prejudicar a sustentabilidade do setor elétrico. Ele ressalta que o desequilíbrio ocorre principalmente por causa da migração de grandes consumidores para o mercado livre com taxas incentivadas, enquanto os consumidores do ambiente regulado continuam pagando as tarifas mais altas das hidrelétricas, termelétricas e nucleares, indispensáveis à estabilidade do sistema. A associação pleiteia o rateio justo desses custos.

"A perspectiva para os subsídios à energia solar é de redução gradual, para equilibrar os custos e incentivar a sustentabilidade econômica", observa o coordenador da prática de energia do BMA Advogados, Carlos Frederico Bingemer. "O governo federal deve avaliar cuidadosamente as alternativas para minimizar o impacto sobre os consumidores e garantir uma transição energética sustentável."

Fontes mais limpas

Maior parte da matriz elétrica brasileira vem de energias renováveis

235.606 MW* Matriz elétrica brasileira

Em alta

Evolução da fonte solar fotovoltaica no Brasil - em MW

Ano	Geração Centralizada	Geração Distribuída	Potência instalada
Até 2012	7	1	8
2013	11	3	14
2014	17	6	23
2015	28	16	45
2016	61	66	127
2017	1.009	191	1.201
2018	1.845	612	2.457
2019	2.500	2.198	4.698
2020	3.324	5.150	8.475
2021	4.664	9.840	14.504
2022	7.412	17.959	25.371
2023	11.511	26.305	37.079
jul/24	14.877	30.859	45.736
Projeção 2024	**14.915**	**32.277**	**47.192**

Fonte: Aneel/Absolar, 2024.* A potência total da matriz não inclui a importação e segue critério aplicado pelo MME, que adiciona, nos valores de capacidade instalada, as quantidades de mini e microgeração distribuída associadas a cada tipo de fonte.

DIVULGAÇÃO

"O Brasil é um país-chave na nossa estratégia corporativa"
Letícia Andrade

País vai ganhar 144 usinas fotovoltaicas

De Florianópolis

Existem 144 usinas solares fotovoltaicas em construção hoje no Brasil, segundo dados da Aneel. A maioria está situada nos Estados de Minas Gerais, Piauí, Rio Grande do Norte e Ceará. Juntas, elas representam 38% da potência outorgada (autorizada) pela agência reguladora para todos os 312 empreendimentos elétricos em obras. Dos 3.400 projetos de usinas que devem entrar em operação até 2032, mas ainda não tiveram a construção iniciada, 2.800 são de geração solar, equivalentes a 83% da potência outorgada para a expansão da oferta energética.

Em setembro, a Equinor, com sede na Noruega, começa a construir na Bahia o Complexo Solar Serra da Babilônia, seu primeiro projeto híbrido de energias renováveis. Com previsão de entrada em operação no fim de 2025, o empreendimento de 140 megawatts-pico (MWp) de potência irá aproveitar a subestação e as linhas de transmissão do complexo eólico já existente no local.

"O Brasil é um país-chave na nossa estratégia corporativa", diz a vice-presidente de renováveis onshore da Equinor no Brasil, Letícia Andrade. Em 2018, a empresa construiu no Ceará o Complexo Solar Apodi, de 162 MW, parceria com a também norueguesa Scatec. Em abril, inaugurou a operação do Complexo de Mendubim, de 531 MW, no RN, um investimento de R$ 2,1 bilhões com as sócias Scatec e Hydro Rein.

A Karpowership, de origem turca, tem dois projetos de geração solar no Estado do Rio de Janeiro. Essa iniciativa será complementar às operações da empresa no município de Itaguaí, que incluem quatro usinas flutuantes de geração de energia a gás natural. "Vamos atender o mercado de geração distribuída na área de concessão da Light", informa o diretor de novos negócios e de relações governamentais, Victor Gomes.

Pertencente ao grupo francês Voltalia, a Helexia Brasil projeta chegar ao fim de 2024 com usinas fotovoltaicas instaladas em 12 Estados, contribuindo com mais de 200 MWp de potência para a matriz nacional. A empresa também atua em projetos de geração distribuída e em soluções de armazenamento com baterias.

No fim de julho, a Echoenergia, vinculada ao Grupo Equatorial, inaugurou na Bahia o seu segundo parque fotovoltaico: o Complexo Sertão Solar Barreiras, formado por sete usinas, com potência instalada total de 350 MW. Seu primeiro empreendimento solar é o Parque Solar Ribeiro Gonçalves, de 223 MW, que começou a operar comercialmente em maio no Piauí.

A mineira ForGreen pretende investir R$ 1 bilhão até o fim de 2025 em usinas solares fotovoltaicas. Desse valor, R$ 400 milhões vão ser destinados a novos projetos em MG, para dobrar o número de clientes atendidos e consolidar as parcerias já firmadas, informa o seu co-CEO Marcelo Faria. A empresa tem 25 plantas solares próprias em operação e outras 30 em implantação.

Com sede em Toledo (PR), a Energy+ pretende expandir as vendas de seus produtos por meio de uma rede de franquias, lançada em 2023. "Cuidamos de todos os aspectos técnicos", explica o diretor-presidente, Rodrigo Bourscheidt. "O franqueado foca 90% na comercialização e 10% na instalação." Outra iniciativa foi a criação de uma cooperativa de crédito que reúne 80 consumidores e geradores, a maioria deles vinculada ao agronegócio.

O Grupo de Pesquisa Estratégica em Energia Solar da Universidade Federal de Santa Catarina (Fotovoltaica/UFSC) tem liderado iniciativas inovadoras na área. "Até o fim do ano, vamos instalar um sistema agrifotovoltaico", informa o seu coordenador, professor Ricardo Rüther. Essa tecnologia integra a produção agrícola e a energia solar no mesmo espaço, protegendo as culturas contra o excesso de calor e de evaporação. O laboratório vai usar energia solar e água da chuva para produzir hidrogênio verde, convertê-lo em amônia verde e transformá-la em fertilizante para as plantas. *(DV)*

Reciclagem de painéis é complexa, mas oferece ganhos

Lourdes Rodrigues
Para o Valor, de São Paulo

O mercado de reciclagem de painéis fotovoltaicos tem se expandido rapidamente, especialmente pelo descarte de módulos danificados antes do final de sua vida útil (em torno de 25 anos).

"O módulo é mais de 95% reciclável, pois é composto por 72% de vidro, 14% de alumínio, além de polímeros, silício, cobre, prata e outros materiais em pequena quantidade. Aproximadamente 4% dos componentes não são reaproveitáveis", diz Carlos Dornellas, diretor técnico-regulatório da Associação Brasileira de Energia Fotovoltaica (Absolar). Segundo ele, não faltam atrativos para uma indústria de reciclagem no país. "Temos alto potencial de expansão de energia solar no Brasil e alta reciclagem dos equipamentos."

Uma questão que preocupa a Absolar e empresas de reciclagem é a necessidade de uma legislação específica para o setor fotovoltaico. De acordo com Luiz Gronau, sócio-diretor da consultoria A&M Infra, hoje, os painéis solares se enquadram na categoria de eletroeletrônicos. "Esses painéis têm entre seus componentes metais pesados como chumbo e cádmio, e quando descartados de maneira incorreta podem se tornar perigosos para o meio ambiente, e, diferentemente de outros países, o Brasil ainda não tem uma legislação específica para reciclagem de painéis solares."

Atualmente, o que existe é a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que trata do tema de logística reversa, para evitar que resíduos de equipamentos eletrônicos cheguem até os lixões. "Temos batalhado junto ao Congresso e ao Ministério do Meio Ambiente para que tenhamos um modelo de logística reversa e gestão de resíduos e responsabilidades ao longo da cadeia específico para painéis solares. Hoje, estamos equiparados aos produtos eletroeletrônicos, como geladeiras, por exemplo", diz Dornellas. Ele acrescenta que, enquanto não se perceber que o descarte adequado é um bom negócio e faz dinheiro — uma vez que se aproveita quase tudo — a legislação não será modernizada.

Fundada em 2020, a SunR se dedica à logística e reciclagem de módulos fotovoltaicos. Marinna Pivatto, gerente de desenvolvimento de negócios da empresa, diz que o mercado de reciclagem tem se expandido rapidamente. "Este ano, por exemplo, a SunR recebeu aproximadamente 1.800 toneladas de módulos, equivalente a 57 mil unidades. A projeção para o final do ano é de 4.000 toneladas."

A empresa utiliza um processo de reciclagem mecânico, sem o uso de produtos químicos ou térmicos, conseguindo uma eficiência de mais de 80% na recuperação dos materiais dos módulos.

Além de reciclar, a SunR realiza serviços de gestão de resíduos durante o processo de engenharia, aquisição e construção (EPC) e a operação e manutenção (O&M) das usinas, e inspeção termográfica por drones e projetos pontuais de reutilização de módulos fotovoltaicos. "O alumínio é enviado para fundições, o vidro para a indústria de vidro, e a mistura metálica, que inclui prata e cobre, para a indústria de recuperação de metais", diz Leonardo Duarte, CEO e fundador da SunR.

Embora a reciclagem de módulos fotovoltaicos não seja um processo barato, a SunR tem desenvolvido tecnologias próprias para otimizar a eficiência e melhorar a viabilidade econômica do processo. "Além de facilitar a reutilização de materiais valiosos e possibilitar a geração futura de créditos de carbono, a SunR também oferece certificados de destinação ambientalmente adequada. Esses certificados constituem um diferencial competitivo significativo para empresas que buscam conformidade com rigorosos padrões de sustentabilidade e gestão ambiental", acrescenta Duarte.

Há cinco anos no mercado, a Ecoassist, que gerencia uma média de 10 mil placas por ano, atua com projetos personalizados para o descarte de painéis solares. Eber Souza, diretor-geral da empresa, diz que hoje o mercado possui muitas oportunidades e há uma expectativa de crescimento ainda maior no momento que os sistemas instalados atingirem o seu período de obsolescência. Souza diz que um dos maiores problemas para destinar os painéis solares é a questão logística. "Os parques e fazendas de geração são, geralmente, em regiões distantes."

Entrevista Apesar do crescimento das fontes renováveis, aumento revelou-se incapaz de substituir a geração a partir de petróleo e gás

Reduzir lucratividade dos fósseis continua a ser um obstáculo

Vivian Oswald
Para o Valor, de Brasília

O avanço das energias renováveis é o caso clássico de como enxergar o copo de água, se meio cheio ou meio vazio, admite Brett Christophers, professor de geografia humana no Instituto de Habitação e Pesquisa Urbana da Universidade de Uppsala, na Suécia, onde mora há 16 anos. Para ele, a realidade é que, apesar do entusiasmo com o crescimento inegável do setor, o aumento em nível registrado até agora, revelou-se puramente suplementar, incapaz de substituir a geração a partir dos fósseis.

Autor do livro "The price is wrong: why capitalism won't save the planet" ("O preço está errado: por que o capitalismo não vai salvar planeta"), Christophers defende que os custos da energia solar e eólica — que considera as maiores apostas dos mercados para a descarbonização — caíram muito, mas nem por isso passaram a oferecer lucratividade que chegue perto dos combustíveis fósseis, que continuam crescendo. Ao **Valor**, o britânico afirma que o maior desafio da transição é justamente em como reduzir a lucratividade dos fósseis, o que governos não estariam preparados para fazer.

Valor: *No livro, você fala do aumento das renováveis, mas diz que salvar o planeta não é um negócio lucrativo. Por que?*

Brett Christophers: O desenvolvimento de energias renováveis, e falo principalmente da solar e eólica, é um daqueles casos clássicos de como você enxerga o copo, se meio cheio ou meio vazio. Muitos olham para os gráficos das renováveis e acham que o investimento e a quantidade de eletricidade gerada estão crescendo rapidamente. Outros verão de outra maneira: sim, crescem rápido, mas não tão depressa quanto precisamos. Isso fica evidente quando vemos que a geração de eletricidade a partir de combustíveis fósseis também está crescendo. É o sinal mais claro de fracasso das energias renováveis. A realidade é que, apesar de as energias renováveis terem crescido e continuarem a crescer cada vez mais depressa, o aumento até agora, em nível global, se revelou puramente suplementar, em vez de substituir a geração a partir dos fósseis. Isso é um problema.

Valor: *Por que as outras renováveis são mais caras e complexas?*

Christophers: A solar e a eólica não são as únicas fontes viáveis de eletricidade com zero carbono ou mesmo com baixo teor de carbono. A razão pela qual me concentro nestas duas é que, no mundo em geral, são uma espécie de aposta para ajudar a descarbonizar o setor energético. Há países onde é provável que vejamos em curso investimentos significativos em nuclear e/ou hidroelétrica. Uma pequena parte do futuro crescimento global em eletricidade de baixo carbono virá delas. Mas em termos de substituição destes 50% ou 60% da eletricidade global, ainda gerada por combustíveis fósseis, a maioria das pessoas espera que solar e eólica façam a maior parte do trabalho.

Valor: *Pelo que temos visto não estão fazendo.*

Christophers: O desenvolvimento não está avançando rápido o suficiente. Há razões econômicas importantes às quais não foi dada a devida atenção. Há uma espécie de narrativa de que a economia não é mais problema. O custo de geração de eletricidade a partir da energia solar e eólica teria caído tanto que presume-se não haver mais obstáculos econômicos. O que estou dizendo é: 'peraí, isso não é verdade!'. O custo caiu muito, mas a economia não foi resolvida. Grande parte do livro tenta explicar isso.

Valor: *Por que não?*

Christophers: No estado atual das coisas, ser um produtor de petróleo ou gás é geralmente muito mais lucrativo do que uma empresa que desenvolve, possui e opera parques solares ou eólicos. Um dos meus argumentos está na concorrência. Para petróleo e gás, há uma situação relativa de oligopólio, onde estruturas institucionais, sendo a OPEP a mais importante, existem em boa medida para controlar os preços e garantir que permaneçam suficientemente estáveis e elevados para manter a rentabilidade do produtor.

Valor: *Do lado da geração de eletricidade renovável, por sua vez, não há nada parecido.*

Christophers: Não há nenhum tipo de poder de mercado para os geradores de energia renovável e, por isso, é muito difícil garantir níveis sustentáveis de rentabilidade acima da média. A rentabilidade acima da média, ainda que exista, desaparece rapidamente pela concorrência. Não há mecanismos institucionais disponíveis para atingir níveis elevados de rentabilidade durante um período de tempo significativo. É um setor incrivelmente competitivo e existem muito poucas barreiras à entrada no setor da eletricidade renovável. Por isso a rentabilidade tende a ser relativamente baixa.

> "Embora haja tanto investimento em solar e eólica, há muitos novos aportes em fósseis"

Valor: *Você diz no livro que a maior parte do crescimento das renováveis está concentrado na China. Como isso afeta o cenário?*

Christophers: Ao olhar para a história das energias renováveis há um argumento muito enganador, porque grande parte do crescimento recente ocorreu na China. Se você tirá-la das estatísticas, os números para o resto do mundo não são particularmente impressionantes. Se retirarmos a Europa, parecem ainda piores. Mesmo no caso chinês, embora haja tanto investimento em solar e eólica, ainda há muitos novos aportes em infraestrutura de combustíveis fósseis, porque a procura total por eletricidade aumenta tão depressa que não dá para satisfazer o aumento da demanda.

Valor: *Governos e foros como o G20 e as COP defendem que o setor privado é fundamental para fechar a conta. Concorda?*

Christophers: A forma básica como o mundo, a maioria dos governos, está abordando o desenvolvimento solar e eólico é atribuindo a maior parte da responsabilidade ao setor privado. A China é a exceção óbvia porque a maior parte do investimento chinês se dá por empresas estatais. Nos outros lugares, os governos dizem: 'olha, esperamos que o setor privado faça isso'. 'Nós, o setor público não vamos construir, deter e operar as infraestruturas das renováveis. Vamos ajudar o setor privado de várias maneiras'. É uma estratégia focada no setor privado.

Valor: *Como os governo têm ajudado o setor privado na prática?*

Christophers: Uma das formas através das quais os governos têm tentado ajudar a acelerar o investimento privado é através de vários mecanismos financeiros diferentes, que incluem o financiamento misto, mistura de financiamento privado e essencialmente subsidiado, que pode vir do governo ou de bancos de desenvolvimento, ou de instituições filantrópicas. A ideia é reduzir o custo do financiamento.

Valor: *Ainda assim, não é fácil.*

Christophers: Nem sempre funciona. Às vezes, ainda que exista financiamento subsidiado disponível para reduzir o custo total do capital, os desenvolvedores não vão, ou não podem, levar o projeto adiante, porque as perspectivas de lucratividade parecem remotas. Em muitas partes do mundo, a redução do custo do financiamento é suficiente para tornar os projetos financeiramente viáveis. O problema é que não há capacidade de financiamento suficiente deste tipo disponível para estimular o desenvolvimento global de renováveis em algo parecido com a escala necessária. E, claro, há partes do mundo onde esse tipo de financiamento subsidiado é mais importante, como no Sul global, em países mais pobres, e é importante compreender por que. As instituições financeiras privadas percebem que o risco de emprestar dinheiro a projetos nestes países é normalmente mais elevado e, por isso, cobram juros mais altos.

Valor: *Neste caso, estamos falando em estabilidade econômica, política, jurídica.*

Christophers: Tudo isso pesa no custo. Eles percebem um risco geral maior. Dizem: 'Ok, se emprestarmos a um novo desenvolvedor de energia renovável na Holanda a 4%, vamos emprestar na Zâmbia, no Brasil, no Senegal ou no Vietnã a 11%'. Se o custo do financiamento é muito mais elevado, fica muito mais difícil ganhar dinheiro.

Valor: *A transição energética de que precisamos só é possível com dinheiro público?*

Christophers: Há todo tipo de questões para refletir. E nem estamos mencionando aqui que, juntamente com o enorme investimento em novas infraestruturas de baixo carbono, também precisamos fechar as de combustíveis fósseis, encerrar os campos de petróleo e gás e as minas de carvão. É possível que o setor privado possa e faça ele próprio o trabalho em termos de construção de infraestruturas suficientes de energias renováveis num prazo razoável. Mas é altamente improvável.

Valor: *Por quê?*

Christophers: Dada a aparência das coisas, a única maneira seria através de subsídios pesados, quer sob a forma de financiamento misto, ou qualquer outra coisa. Estamos falando de enormes subsídios de entidades não privadas de todo o mundo para tornar esses investimentos mais atrativos para o setor privado, numa escala maior que a atual. Se a natureza e a escala dos subsídios e apoios permanecerem como hoje, não teremos resultado.

> "Transição energética é mais um fenômeno político do que econômico"

Valor: *Como cumprir as metas de financiamento para conter o aumento da temperatura global?*

Christophers: Esses são números produzidos por entidades como a Agência Internacional de Energia, que periodicamente dirão: 'se quisermos ter alguma esperança realista de atingir a meta de limitar o aumento das temperaturas globais a 1,5°C, e isso já passou, ou 2°C, e se o setor energético vai desempenhar o seu papel nisso, precisamos de uma quantidade específica de desenvolvimento de energia renovável até 2050 ou 2035'. Para qualquer um destes números críveis, não estamos nem remotamente no caminho para atingi-los. Essa é uma das razões pelas quais eu, e certamente não apenas eu, acredito que um papel mais significativo para o setor público no desenvolvimento, na detenção e na operação de infraestruturas de energias renováveis é uma forma possível de acelerar as coisas.

Valor: *Mas isso não é tão simples em alguns países.*

Christophers: Sim, reconheço logo que esse é um caminho muito mais crível politicamente e economicamente para alguns países. Precisa ser um país bastante rico, com situação fiscal sólida, para considerar investimentos deste tipo e nesta escala. Ou com uma espécie de ameaça política ou geopolítica.

Valor: *Na Europa, talvez seja mais fácil convencer a população de que não se pode depender do gás da Rússia.*

Christophers: Tem razão. Talvez seja um pouco diferente agora, em 2024, mas em 2022 foi muito mais fácil convencer os eleitores na Alemanha, ou mesmo a Suécia, da necessidade de imensos investimentos públicos em energias renováveis quando os preços do gás subiam por causa da guerra na Ucrânia. Mais do que em outras partes do mundo. Tudo tem a ver com a possibilidade política e a credibilidade política. E a geopolítica depende diretamente disso.

Valor: *Há ainda o lobby dos combustíveis fósseis, que é imenso.*

Christophers: Sim, e a influência desse lobby é sentida desproporcionalmente no lado da energia suja. É muito maior em termos de retardar o desmantelamento das infraestruturas de combustíveis fósseis do que de avançar na construção de infraestruturas de energia limpa. Esse lobby está muito mais preocupado em impedir o encerramento de campos de petróleo e gás, de minas de carvão, do que com o desenvolvimento de novos parques eólicos e solares. Não se importa se construirmos mais desses parques, desde que possa continuar a bombear petróleo e gás, construir e desenvolver novas minas. Só se preocuparão quando virem neste desenvolvimento ameaça significativa aos seus negócios existentes. E a realidade é que, neste momento, não são. Há uma boa razão para tal. Como disse, o desenvolvimento solar e eólico, até agora, tem sido puramente suplementar e não substituto. Enquanto este for o caso, esse lobby vai focar muito mais na resistência às tentativas de encerrar a economia dos combustíveis fósseis.

Valor: *Como estimular outros tipos de energias renováveis?*

Christophers: A energia hidrelétrica parece estar bem estabelecida, mas a maioria das oportunidades significativas de fato já foram exploradas. Em termos de fontes mais recentes com baixo ou zero carbono, há algumas relativamente bem estabelecidas e amplamente aceitas que só estarão disponíveis numa escala geográfica limitada. A geotérmica seria o melhor exemplo. Na Islândia e na Nova Zelândia, existe e vai continuar a existir um mercado geotérmico significativo.

Valor: *E o hidrogênio?*

Christophers: O hidrogênio é um exemplo para mostrar que os tipos de problemas são muito diferentes. O que quero dizer com isso é que, até onde eu sei, ainda não foi provado que o hidrogênio poderá desempenhar um papel significativo na geração de eletricidade em escala e em base acessível. Muitos argumentam que o que vimos até agora é uma espécie de bolha em torno do tipo de hidrogênio. Há muito incentivo e muito entusiasmo. Mas ainda não está provado como será. Existem diferentes conjuntos de restrições e acho que a fusão nuclear entra aí também.

> "Não há nenhum tipo de poder de mercado para os geradores de energia renovável"

Valor: *Voltamos ao capitalismo do título do seu livro...*

Christophers: Esses são mais caros. Talvez aconteça com o hidrogênio a queda de preços que vimos na solar e eólica. Mesmo assim, não é impossível que não vão enfrentar os mesmos tipos de obstáculos que enfrentaram no que diz respeito à rentabilidade. Um dos meus principais argumentos no livro é que o perfil de rentabilidade da energia solar e eólica permanece pouco atraente, apesar de tamanha queda nos custos de produção. E, claro, uma das razões para isso é concorrência. Seus custos de geração caíram muito, mas a lucratividade não aumentou necessariamente. Qual é o problema? Para a lucratividade aumentar, você tem que ser capaz de reter, privatizar essas reduções de custos. Mas, se você estiver em um contexto muito competitivo, o que descobrirá é que essas reduções de custos são competitivas.

> **5% a 8%**
> **é o lucro estimado com eólica e solar**

Valor: *Mas a lucratividade do setor não chega nem perto dos 15% do setor de petróleo e gás a que se refere no livro.*

Christophers: A maioria dos estudos sugere que, na operação solar e eólica, você está olhando de forma ampla e geral para lucros na faixa de, digamos, 5% a 8% de taxa interna de retorno, enquanto os produtores de petróleo e gás, os maiores produtores mundiais de petróleo e gás, estão acostumados a gerar retornos maiores que o dobro em uma base consistente, e é exatamente por isso que eles não demonstraram quase nenhum interesse em fazer a transição do petróleo e do gás para as energias renováveis.

Valor: *Qual é o maior desafio agora para a transição energética?*

Christophers: Os governos em nível global demonstraram que não estão preparados para fazer o que é necessário para tornar o petróleo e o gás um negócio não lucrativo. Há coisas que poderiam fazer claramente que significariam que novos investimentos na produção de petróleo e gás não ocorreriam numa escala semelhante à que ocorre hoje. Por razões variadas, os governos não estão prontos para introduzir impostos significativos sobre carbono ou qualquer outra coisa que façam esses retornos caírem dos atuais mais de 15% para 4%, 2%, zero, ou mesmo gerar perdas. Esse é o maior obstáculo da transição. Em última análise, a transição energética, na medida em que pode e irá acontecer, é mais um fenômeno político do que econômico.

Valor: *Por quê enxerga assim?*

Christophers: Decisões políticas moldam fundamentalmente os resultados econômicos. E a classe política tem demonstrado, particularmente nos últimos cinco anos, que não está pronta para tomar as medidas necessárias. Talvez a maior razão para não tributar o setor da maneira necessária é que, no fim das contas, isso prejudicaria os consumidores.

Valor: *Isso pesaria na inflação, que continua sendo preocupação mundial nos dias de hoje.*

Christophers: Temos particularmente no Norte global, mas não apenas aqui, estilos de vida intensivos em carbono. Se aumentarmos o preço do carbono, causamos inflação de imediato. De uma forma ou de outra. Os políticos simplesmente não estão preparados para ir até lá.

DIVULGAÇÃO

Christophers: "Lobby vai focar muito mais na resistência às tentativas de encerrar a economia dos combustíveis fósseis"

Geração limpa País reforça adoção de renováveis na produção de combustíveis e de eletricidade, mas gargalos logísticos podem frustrar mercado

Rotas tecnológicas ampliam horizonte de uso da biomassa

Eduardo Geraque
Para o Valor, de São Paulo

O bagaço e a palha da cana-de-açúcar passaram a ser matérias-primas qualificadas, ao lado da vinhaça e torta de filtro (subprodutos obtidos diretamente nas usinas). Em tempos de descarbonização dos processos produtivos, a construção de rotas tecnológicas, tanto mirando a produção de combustíveis quanto a de energia elétrica, deixam toda e qualquer biomassa em evidência.

A geração de eletricidade para a rede a partir de biomassa, principalmente de bagaço e palha da cana, avançou 14% em 2023, segundo a União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica), com base em dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Os quase 21 mil GWh produzidos equivalem a 4% do consumo nacional de energia elétrica. A produção, além de intermitente, coincide com o período seco do sistema elétrico, de maio a novembro.

Para 2024, a estimativa é a biomassa proporcionar 11% do acréscimo da capacidade instalada no país. A maioria das 24 usinas que devem estar em operação até dezembro vão funcionar a partir de uma plêiade de fontes energéticas: bagaço/palha de cana, biogás, capim elefante e casca de arroz, biomassa florestal (cavaco de madeira oriundo de florestas plantadas) e resíduos sólidos urbanos.

Para o Brasil surfar na onda da transição energética e da biomassa, e todo potencial ser consolidado, há pontos que devem ser analisados, diz Maurício Lopes, engenheiro agrônomo que dirigiu a Embrapa entre outubro de 2012 a outubro de 2018. Segundo ele, a indústria dependente de biomassa tem desafios devido à natureza dispersa da produção e do relativo baixo valor agregado da matéria-prima. Apesar de ser produzida em grandes volumes, diz, a biomassa tem seu valor por unidade relativamente baixo, o que torna a logística de transporte um fator crítico.

> "Não existe conflito com a produção de alimentos"
> *Gláucia Souza*

"A biomassa é usualmente produzida de forma distribuída por vastas áreas geográficas, o que complica a coleta e o transporte até as unidades de processamento. Além disso, a infraestrutura para o processamento da biomassa é menos desenvolvida e menos centralizada, em comparação com o petróleo, o que resulta em uma cadeia de valor mais fragmentada e com maiores custos logísticos", avalia Lopes.

Já para Luciano Rodrigues, diretor de inteligência setorial da Unica, a descentralização pode até ser uma vantagem — como as usinas paulistas estão próximas de centros consumidores de energia, não haveria necessidade de investir em linhas de transmissão. "Todo o sistema brasileiro havia sido desenhado a partir das grandes hidrelétricas. Com as renováveis, se quebrou um pouco isso. E vamos ter que nos adaptar a essa estrutura".

Rodrigues ainda cita as possibilidades em relação à biomassa que já em aplicação no setor privado. "Há uma usina da Raízen que já roda faz algum tempo com biogás produzido a partir de um subproduto da produção de etanol que antes era considerado resíduo. Outras usinas, como a da Cocal e da Adeco, purificam o biogás para ele virar biometano, que vai substituir o diesel e o gás natural", aponta. "São duas linhas que devem crescer bastante nos próximos anos".

Apesar da biomassa, em termos gerais, ter crescido bastante ao redor da última década — apesar de ter sido ultrapassada pela energia solar e eólica —, Jacyr Costa, coordenador do Comitê de Agroenergia da (Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), afirma que outros temas no horizonte devem ajudar a estimular o setor. E, mais uma vez, o Brasil está bem posicionado. Costa cita o combustível sustentável de aviação (SAF, na sigla em inglês), que terá que ser usado por toda a indústria do setor até 2050.

"É um potencial bastante grande que existe pela frente. Será uma produção feita a partir de duas linhas principais: uma usando etanol, e outra, os óleos vegetais, sejam de soja, de canola, de palma. Ou seja, em todos esses, o Brasil é campeão", diz.

Afirmação que coincide com a da cientista Gláucia Souza, professora titular do Instituto de Química da Universidade de São Paulo (USP) e coordenadora do Programa Fapesp de Pesquisa em Bioenergia (Bioen). "No caso do SAF, já estamos até certificados como produtor do combustível. Até no G20, agora, o Brasil está promovendo os biocombustíveis e a transição energética. Temos capacidade de aproveitar completamente o nosso potencial. É preciso também mostrar que não existe conflito com a produção de alimentos e temos formas agnósticas de contabilizar o carbono, sem distorções", afirma a pesquisadora.

Para que todo o potencial brasileiro se concretize no mundo real, segundo Maurício Lopes, ex-presidente da Embrapa, é preciso fundamentalmente um esforço coordenado. "O mercado precisa de condições que garantam os investimentos, com uma infraestrutura robusta e eficiente para superar os desafios logísticos", afirma. Fora isso, também temos um caminho a percorrer em definições de políticas públicas de longo prazo, que ofereçam previsibilidade necessária para atrair investimentos e fomentar a inovação no setor."

4%
da eletricidade vem da biomassa no país

Matéria orgânica
Bioeletricidade ofertada para a rede, por tipo de biomassa – em GWh

Combustível	2022	2023	Variação%
Bagaço/palha de Cana-de-Açúcar	18.397	20.973	14,0
Licor Negro	5.041	5.219	3,5
Biogás - Resíduos Urbanos (RU)	1.070	1.011	-5,5
Resíduos Florestais	551	439	-20,3
Lenha	172	280	63,3
Gás de Alto Forno - Biomassa	150	78	-47,9
Biogás - Resíduos Agroindustriais (AGR)	62	70	11,5
Casca de Arroz	74	51	-30,8
Carvão Vegetal	21	12	-44,0
Demais combustíveis	14	3	-76,3
Total	25.553	28.137	10,1

Geração de energia elétrica para a rede - em GWh

Fonte de Geração	2022	2023	Variação%
Hidráulica	425.030	430.122	1,2
Eólica	78.082	91.882	17,7
Térmica a Biomassa	25.553	28.137	10,1
Solar Fotovoltaica	12.023	20.091	67,1
Térmica a Gás	22.826	18.289	-19,9
Térmica Nuclear	13.330	13.321	-0,1
Térmica a Carvão Mineral	6.029	6.686	10,9
Térmica - Outros	4.632	3.798	-18,0
Total	587.506	612.326	4,2

Fonte: Elaboração: UNICA (2024), a partir de CCEE (2024). Não inclui a MMGD e fonte hidráulica inclui UHE, PCH e CGH

Marco pode destravar R$ 200 bilhões para H2V

Simone Goldberg
Para o Valor, do Rio

O setor de hidrogênio verde espera destravar boa parte dos R$ 200 bilhões em projetos anunciados pelo governo dentro do Programa Nacional do Hidrogênio, com a sanção do presidente Lula ao marco legal do segmento. Haverá incentivos fiscais de R$ 18 bilhões, em cinco anos, para a produção do energético, visando a descarbonização da indústria e dos transportes, além de estimular pesquisas e inovação.

Para ser considerado verde, o hidrogênio precisa usar energia renovável Na eletrólise da água, uma das formas de produção. "O marco legal traz segurança jurídica e institucional para os investidores. A indústria do H2V é complexa, sofisticada e de alto valor agregado e tem um grande poder de arrasto na economia", destaca Fernanda Delgado, diretora executiva da Associação Brasileira das Indústrias de Hidrogênio Verde (Abihv).

Estudo da LCA Consultores, encomendado pela Abihv mostra que o Brasil tem potencial técnico para produzir 4% da demanda mundial de H2V por ano, com impacto de R$ 7 trilhões no PIB até 2050. E uma indústria que começa de olho na exportação, mas tem pode para se desenvolver no mercado interno, avalia Delgado.

DIVULGAÇÃO
Fernanda Delgado: indústria do H2V tem poder de arrasto na economia

A Eletrobras, este ano, já assinou seis memorandos de entendimento com Ceará e Maranhão e com as empresas Prumo, no Rio de Janeiro, Green Park Energy (GEP), no Piauí, e ainda Paul Wurth e Suzano. "Hoje, 97% da energia gerada pela Eletrobras é limpa e esperamos elevar esse percentual para 100%. O H2V se insere como parte importante nesse processo", diz o vice-presidente de comercialização e soluções em energia da companhia, Ítalo Freitas.

As parcerias propõem a produção de H2V e derivados e seu uso em processos industriais. A Eletrobras já tem, desde 2021, uma unidade de hidrogênio renovável, na hidrelétrica de Itumbiara (GO), capaz de produzir 100 kg/dia. O energético é armazenado em forma gasosa e depois passa por uma célula combustível que produz energia elétrica.

A Casa dos Ventos prevê iniciar, em 2029, operações de uma unidade produtora de 160 mil toneladas de H2V e 900 mil toneladas de amônia por ano, em Pecém (CE), movida a energia solar e eólica. A produção está sendo negociada com Europa e Ásia e a opção pela amônia foi feita por questões estratégicas. Não é economicamente viável armazenar e transportar hidrogênio, avalia Lucas Araripe, diretor-executivo da Casa dos Ventos. "É mais estratégico produzir e imediatamente transformá-lo em um dos seus derivados ou injetar o H2V direto para o consumo de alguma indústria", afirma.

Uma parceria do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ) com a Cooperação Brasil-Alemanha para o Desenvolvimento Sustentável resultou numa unidade-piloto de H2V, com eletrólise alimentada por energia fotovoltaica. Entre as aplicações para o H2V, estão a geração estacionária de energia, armazenamento em células ou pilhas a combustível de óxido sólido e produção de combustível sustentável de aviação.

Por enquanto, os testes são com bicicletas elétricas. "Nos próximos meses, o hidrogênio será usado por outros laboratórios da Coppe para a produção de eletricidade e de catalisadores", explica a professora Andrea Santos, coordenadora da planta de fabricação de hidrogênio e do Laboratório de Transporte Sustentável (LabTS) da Coppe.

Shell, Hytron, Raízen, Senai Cetiqt e Centro de Pesquisa para Inovação em Gases de Efeito Estufa (RCGI) da USP pesquisam a produção de hidrogênio de baixo carbono a partir do etanol. "Estamos executando a primeira etapa, a construção de uma planta-piloto com capacidade para 4,5 kg de H2 por hora", conta Alexandre Breda, gerente de tecnologia de baixo carbono da Shell Brasil. Uma estação experimental de deve operar até o fim desse ano para abastecer ônibus na cidade universitária.

Para Manuel Fernandes, sócio da KPMG, a abundância de energia renovável a baixo custo é a maior vantagem competitiva do Brasil no setor. No entanto, ele vê gargalos para o desenvolvimento do mercado de H2V, como escassez de infraestrutura de gasodutos. Por isso, lembra que projetos anunciados estão próximos a portos, facilitando a exportação. "Mas exportar energia renovável barata e incentivos fiscais não parece muito adequado. Maior clareza do lado da demanda é essencial para estimular produção e fomentar a reindustrialização do país", ressalta o consultor.

Ricardo Assumpção, sócio líder de sustentabilidade e CSO da América Latina da EY, destaca que o hidrogênio limpo ainda não tem escala e exibe custo alto. "O custo médio da tonelada do hidrogênio verde é entre US$ 6 e US$ 7 e o preço médio da tonelada de gás natural europeu, como o russo, fica entre US$ 1,3 e US$ 1,5", compara. Ele vê o marco legal como ponto de partida crucial ao criar regras. "Mas não será uma ação única e imediata para resolver todos os gargalos e dificuldades", afirma Assumpção.

Setor aguarda liberação de 600 pequenas hidrelétricas

Luiz Maciel
Para o Valor, de São Paulo

Principais responsáveis pelo perfil sustentável da matriz energética brasileira, as hidrelétricas andam esquecidas desde a construção de Belo Monte (PA), cujo projeto precisou ser revisto e subdimensionado diante da grande pressão social contra os impactos ambientais que causaria. A usina foi inaugurada em 2016 com um reservatório menor que o previsto — o que reduz a sua capacidade de geração efetiva — e o compromisso do consórcio Norte Energia, que a construiu, de desembolsar R$ 7 bilhões em indenizações a pescadores da região, além de reconstruir toda a rede de água e esgoto da cidade de Altamira (PA).

"Belo Monte ficou marcada pelos impactos que produziu, desencorajando novos projetos de hidrelétricas de grande porte", nota Glaucia Fernandes, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e especialista em mercado de energia. "Abriu-se espaço para a implantação de usinas solares e eólicas, que seguem em expansão acelerada no país, até porque exigem muito menos tempo e investimento para gerar energia".

A opção pelas eólicas e solares também está adiando a construção de pequenas e médias hidrelétricas. Para representantes do setor, porém, elas teriam mais impactos positivos do que negativos. "Hidrelétricas de menor porte são importantes até para sustentar o crescimento das eólicas e solares, que não podem operar na falta de sol ou vento", defende Charles Lenzi, presidente da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel).

Nas contas da Abragel, mais de 600 projetos de pequenas centrais hidrelétricas (CGHs, quando geram até 5 MW, e PCHs, até 50 MW) esperam licenciamento ambiental ou desembaraços burocráticos, embora já tenham sido aprovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Juntas, acrescentariam cerca de 10 mil MW à matriz energética brasileira, cuja capacidade superou os 220 mil MW.

Alessandra Torres, presidente da Associação Brasileira de PCHs e CGHs (Abrapch), diz que a construção dessas usinas traria investimentos de R$ 120 bilhões pulverizados pelo país, oferta de milhares de empregos e disponibilidade de centenas de pequenos reservatórios que poderiam ser usados para o fornecimento de água. "Além disso, as hidrelétricas, independentemente do seu tamanho, têm uma vida útil muito longa, superior a cem anos, e passam automaticamente para o controle da União após 30 anos de operação".

Quanto aos impactos ambientais das PCHs e CGHs, ela aponta que outros tipos de usinas também produzem desmatamento. "Eólicas são acusadas de interferir na rota e habitat dos pássaros, enquanto usinas solares, ao cabo de 15 anos de operação, têm de dar um destino correto aos painéis que perdem a vida útil. E ainda não se sabe bem o que fazer com esse lixo eletrônico", diz.

Sobre o custo da energia, mais cara nas CGHs e PCHs, Lenzi cita um estudo da Volt Robotics para a Abragel que destaca custos indiretos da geração, como os subsídios dados a eólicas, solares e termelétricas, e conclui que há equilíbrio entre as fontes, sendo a geração distribuída dos painéis solares residenciais a mais cara, e a hidrelétrica, a mais barata.

"A apuração dos reais custos que uma fonte traz para os consumidores é importante para definir políticas de incentivo ou mesmo o planejamento do sistema e da realização dos leilões [de energia]", afirma o presidente da associação.